

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**A INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E DO
PATRIMÓNIO HISTÓRICO- ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO
DE VISEU (séculos XVII-XX)**

Ana Isabel Sá Ferreira Pipa

Doutoramento em História

Especialidade Estudos Avançados do Património

2017

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**A INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E DO
PATRIMÓNIO HISTÓRICO- ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO
DE VISEU (séculos XVII-XX)**

Ana Isabel Sá Ferreira Pipa

Doutoramento em História

Especialidade em Estudos Avançados do Património

**Tese apresentada para obtenção do Grau de Doutor em História,
elaborada sob orientação do Professor Doutor
João Luís Cardoso**

Lisboa, fevereiro de 2017

Dedicatória

Em memória do meu marido, João Luís Pipa, a quem devo o apoio e incentivo para a realização deste trabalho.

Agradecimentos

Queria agradecer a todos os que direta ou indiretamente me apoiaram ao longo da realização do trabalho.

- Ao Professor Doutor João Luís Cardoso as sugestões, os comentários, a cedência de alguma bibliografia e o apoio ao longo da elaboração da tese, numa fase tão delicada e dolorosa da minha vida pessoal.
- Ao Professor Doutor João Luís Inês Vaz, co-orientador, falecido prematuramente, agradeço a disponibilidade e simpatia que sempre demonstrou na orientação deste e de outros trabalhos.
- À Dra. Teresa Almeida, bibliotecária na Biblioteca Municipal de Viseu, pela colaboração na pesquisa documental e bibliográfica.
- À Vilma, Eva, Ana Albuquerque e Margarida pelas sugestões e ajuda na revisão do trabalho.
- À família por estarem presentes em todos os momentos!

RESUMO

A História local foi escrita por académicos, mas também por não profissionais que fazem da investigação histórica o seu passatempo, sendo este um dos motivos por que tem sido menosprezada por alguns. No entanto, sem esses *amadores da História* muito ficaria por conhecer, sobretudo numa época em que as qualificações académicas eram só atributos das elites dominantes.

O número de monografias locais e regionais publicadas sobre a região de Viseu e os seus monumentos sempre foi elevado. Também na imprensa local, tanto em jornais como em revistas, desde cedo, são constantes as notícias e os artigos sobre a história e património do espaço concelhio viseense. Os limites cronológicos do nosso estudo situam-se entre o século XVII, altura em que foi escrita a primeira crónica sobre a cidade e terceiro quartel do século XX, que marca o final do milénio.

Tendo como base a produção escrita relacionada com a história e o património na região de Viseu ao longo de trezentos anos, pretendemos identificar todos aqueles que se dedicaram a pesquisar estes temas, assim como estudar a sua obra. Os principais problemas da história da cidade perpassam em todos os textos, dos cronistas aos historiadores, e estão relacionados com os vestígios patrimoniais, que têm a função de memoração dos factos, estando implícito o conceito de cada um sobre património. A maioria dos que escreveram sobre a história local, assim como um grupo de investigadores com uma nova abordagem e metodologia, envolveram-se na defesa do património, confrontando a administração local e desenvolvendo alguns conflitos entre si, como resultado de diferentes sensibilidades e conceções em relação aos bens patrimoniais. A firmeza das suas ações, algumas descritas na primeira pessoa em diários e cartas, outras narradas na imprensa local, os desideratos e o epílogo dos seus atos para a preservação dos monumentos são também objeto do nosso estudo.

Palavras-Chave:

História local, património, monumentos, historiografia, Viseu

ABSTRACT

Local history has been documented by academics as well as non-academics whose hobby is historical research. The fact that the latter are ‘non-academics’ is one of the reasons why their work has been undermined by some in a period where academic qualifications were attributes of dominant elites. However, without these *amateur historians* many historical events would remain unknown.

There is a considerable number of local and regional monographs published about the county of Viseu and its monuments. Indeed, the history and the heritage of the Viseu County has been a constant feature in the local newspapers and magazines. It is these rich sources that have been published between the 17th Century and the last quarter of the 20th Century that constitutes the material for our study.

Based on the existing written production related to the history and heritage of Viseu, for a period of three hundred years, the goal of this thesis was to identify the people who have dedicated themselves to write on these themes as well as studying their work. The central themes that spring out from these texts on the history of the city, irrespective of whether the authors are chroniclers or historians, are vestigial patrimonies that work as memories. The majority of the authors of local history, as well as a group of researchers , with new approaches and methods, were involved in the defense of the heritage and confronted the local administration and developed some conflicts among themselves as a result of different sensibilities and conceptions regarding the heritage of Viseu. Their actions, described in diaries and letters, articles in the local press, the disagreements as well as the epilogues on the issue of the preservation of the monuments and the heritage of Viseu are also object of our work.

Key-words:

Local history, patrimony, monuments, historiography, Viseu

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| PARTE 1 - PATRIMÓNIO E HISTÓRIA LOCAL: CONCEITOS E EVOLUÇÃO..... | 9 |
| 1. Património: construção e evolução do conceito | 11 |
| 1.1. O conceito de património | 11 |
| 1.2. Evolução histórica..... | 13 |
| 1.3. Cartas, convenções e recomendações internacionais relativas ao património | 21 |
| 2. Património em Portugal – conceito, legislação, organização administrativa | 33 |
| 2.1. As primeiras medidas | 33 |
| 2.2. Do século XIX à Primeira República..... | 37 |
| 2.3. A Primeira República..... | 50 |
| 2.4. O Estado Novo | 56 |
| 2.5. A Democracia Constitucional | 63 |
| 3. A historiografia local | 67 |
| 3.1. Objeto e metodologia | 67 |
| 3.2. Evolução da história local em Portugal..... | 72 |
| 3.2.1. A literatura corográfica..... | 72 |
| 3.2.2. As monografias..... | 74 |
| 3.2.3. Século XX | 77 |
| 3.2.4. Uma nova história local - as monografias regionais e académicas | 80 |
| PARTE 2 - HISTÓRIA E PATRIMÓNIO: OS PROTAGONISTAS | 83 |
| 1. As primeiras obras: Manuel Botelho Ribeiro Pereira e João de Pavia | 85 |
| 2. História da Igreja - os cronistas | 97 |
| 3. O primeiro estudo global sobre o passado de Viseu – José de Oliveira Berardo | 101 |
| 3.1. Berardo e a destruição do património | 109 |
| 4. Os artigos especializados – o interesse pela arqueologia | 111 |

| | |
|--|-----|
| 5. Século XX- História e património | 115 |
| 6. Maximiano de Aragão – a primeira monografia..... | 119 |
| 6.1. Maximiano de Aragão e a defesa do património..... | 129 |
| 7. José de Almeida e Silva | 135 |
| 7.1. José de Almeida e Silva e o património | 137 |
| 8. Francisco de Almeida Moreira..... | 143 |
| 8.1. Francisco de Almeida Moreira e o património..... | 144 |
| 9. Os geógrafos: Aristides de Amorim Girão e Orlando Ribeiro..... | 153 |
| 9.1. Amorim Girão e a arqueologia..... | 160 |
| 10. José Coelho - os textos sobre a investigação arqueológica no concelho de Viseu | 165 |
| 10.1. José Coelho – intervenção arqueológica e defesa do património..... | 175 |
| a. Mamaltar de Vale de Fachas | 176 |
| b. Antas da Pedralta (Côta)..... | 178 |
| c. Necrópole do Paranho | 181 |
| d. Outras escavações..... | 182 |
| b. A Catedral e zona envolvente..... | 190 |
| c. A Cava de Viriato..... | 192 |
| d. O outro património | 197 |
| 11. Cristóvão de Figueiredo | 207 |
| 12. Manuel Alvelos | 209 |
| 13. Russell Cortez | 213 |
| 14. Alexandre de Lucena e Vale – a diversidade temática | 217 |
| 14.1. Alexandre de Lucena e Vale e a defesa do património | 227 |
| 14.2. A importância da Revista Beira Alta para a história local | 235 |
| 15. Cónego Celso Tavares da Silva e outros arqueólogos | 237 |
| 16. Alexandre Alves..... | 241 |

| | |
|--|-----|
| 16.1. Alexandre Alves e o património | 245 |
| PARTE 3 - AS INSTITUIÇÕES | 247 |
| 1. Museu Grão Vasco..... | 249 |
| 1.1. Almeida e Silva e a criação do Museu Grão Vasco | 251 |
| 1.2. Almeida Moreira e o Museu Grão Vasco | 253 |
| 1.3. José Coelho: a colaboração no Museu Grão Vasco e a fundação do Museu Etnológico da Beira..... | 259 |
| 2. Instituto Etnológico da Beira | 269 |
| 3. Instituto Cultural da Beira..... | 273 |
| 4. Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu | 275 |
| PARTE 4 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 277 |
| 1. Protagonistas e tendências da historiografia de Viseu..... | 279 |
| 2. Principais temas da historiografia..... | 285 |
| 3. Os monumentos | 289 |
| 4. A importância da imprensa local na historiografia e no património..... | 291 |
| 5. A defesa do património – balanço da intervenção | 297 |
| 7. Trajetos e relações pessoais | 303 |
| 8. Turismo e regionalismo | 311 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 313 |
| BIBLIOGRAFIA | 317 |
| Fontes..... | 319 |
| Fontes Manuscritas..... | 319 |
| Jornais | 319 |
| Revistas e monografias | 330 |
| Bibliografia geral | 343 |
| Legislação | 357 |

| | |
|----------------|-----|
| Webgrafia..... | 359 |
| ANEXOS | 363 |

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado à Universidade Aberta para a obtenção do grau de doutor em História (Estudos Avançados do Património) tem como objeto o estudo sobre a investigação historiográfica e do património histórico-arqueológico na Região de Viseu (séculos XVII – XX).

Todas as cidades têm para contar, além da sua história, uma história relativa aos que lutaram pela defesa do património, aos que sobre ela investigaram e aos avanços e retrocessos das suas pesquisas e das lutas na defesa dos bens patrimoniais. Essa história, que se iniciou no século XVII, ainda não foi elaborada e numa altura em que cresce o interesse sobre a história, ou sobre alguns períodos da história da cidade, demonstrado pelo elevado número de obras de investigação publicadas, é pertinente organizar e divulgar o trabalho dos primeiros investigadores locais e o contributo das suas obras na defesa do património.

Não é nosso objetivo elaborar apenas um trabalho de carácter antológico sobre a produção historiográfica e do património da região de Viseu. O concelho foi sempre objeto do interesse dos historiadores devido à sua importância e originalidade dos monumentos, como a Cava de Viriato. Alguns dos nomes dos historiadores locais e homens que lutaram pela defesa do património encontram-se na toponímia local, mas os seus escritos já são difíceis de encontrar e o resultado das suas ações na defesa do património são ignoradas pela maioria da população. Parece-nos importante identificar os nomes que encontramos na toponímia local e relacioná-los com o produto do seu trabalho na investigação, na divulgação da história local e na defesa do património. A escolha do tema – o papel das primeiras obras sobre o tema na divulgação e defesa do património do concelho de Viseu e aqueles que sobre ele escreveram e/ou que se dedicaram à sua defesa – justifica-se, assim, pela pertinência e carência de reflexões sobre a historiografia local de Viseu relativamente ao património que, desde sempre, foi um assunto recorrente nos estudos de âmbito local. Alguns dos grandes problemas na história da cidade estão também relacionados com os vestígios patrimoniais, que conservam uma parte dos *factos brutos do passado* (Guillaume, 2003: 72). Limitamo-nos ao que se escreveu sobre o concelho de Viseu, pois o concelho é o território “por excelência, da história local” e é a principal estrutura de enquadramento

das populações, ao longo da história (Neto, 2010: 65). Deste modo, a nossa investigação recai sobre os que se envolveram na escrita da história e na defesa do património de uma localidade com um enquadramento geográfico e definida por fatores político-administrativos (Mendes, 2000: 351).

Nos últimos trinta anos têm sido publicados trabalhos de investigação de índole reflexiva sobre os estudos locais;¹ no entanto, tem-se revelado parco o número de reflexões críticas e metodológicas sobre *a história* da história local. Também Torgal (1996) comentava a ausência de uma reflexão teórica e metodológica que não acompanhava o grande surto de produção da história local e o pouco rigor na aplicação dos conceitos operatórios. Em relação a este assunto acrescentava

(...) salvo uma ou outra exceção (L. Reis Torgal, 1987; J. Amado Mendes, 1990 e António de Oliveira, 1995), pouco se tem escrito sobre a história da história local. Consequentemente, faltam-nos bons guias, assim como estudos acerca da respectiva metodologia e pressupostos em que se fundamenta, para já não falar da função da mencionada história e das suas relações com outras “histórias” (locais e regionais, nacionais ou mesmo internacionais).

(Torgal, 1996: 423)²

Todos os que estudam esta temática referem a importância do diálogo entre a história local e a história geral, pois a história de um país não se faz sem o auxílio da primeira. A escala de análise³ vai ser mais reduzida, em termos geográficos e, por vezes, temáticos, o que permite a exploração de outras perspetivas de abordagem mais próximas e profundas sobre os atores, fenómenos e representações mais circunscritas. Do mesmo modo, todos os que escrevem sobre este tema alertam para os *excessos interpretativos* que, por vezes, se praticam, induzindo o investigador a confundir simples indícios com provas efetivas.

Partindo das lacunas enunciadas e utilizando-as como premissas, propomo-nos analisar, de uma forma holística, as diversas obras sobre história local da cidade de Viseu, sobretudo as que tratam do património, tanto em relação à metodologia usada como em relação aos principais temas e problemas da história da cidade, a sua relação com o património, e as várias representações sobre o passado e o património local. As fontes utilizadas e as

1 Esta situação encontra paralelo, em outros países europeus, por exemplo em França, como recorda Mendes (1990).

2 Além destes nomes acrescentamos os trabalhos de Borges de Macedo (1993), Tengarrinha (1996), Nunes, G. (1996) e Silva, F. R. (1999).

3 No entanto, como referiu Mendes, acerca da articulação entre história local e a história geral, “as perspetivas micro e macro, longe de se excluírem, completam-se (...)” (Mendes, 2000: 349).

perspetivas de análise (e se as mesmas acompanham ou não os conceitos e as ideias da época) serão objeto do nosso estudo. Ainda, em relação ao património, urge distinguir os monumentos que os textos privilegiam, que refletem já uma escolha de quem sobre eles escreveu, e destrinçar os fundamentos que presidiram a essa seleção. Outra questão que pretendemos aprofundar é saber qual a preparação, geral e específica, dos investigadores que se têm dedicado à história local e ao seu património, assim como as principais características e tendências que apresentam os respetivos trabalhos. Parece-nos essencial analisar o percurso intelectual de cada um, de modo a compreender as práticas historiográficas e patrimoniais, mas nunca ultrapassaremos os limites de um esboço dos seus perfis biográficos, assumidamente lacunares. Embora, em determinadas épocas os protagonistas que estudam o património local viseense se cruzem, não iremos estudar, detalhadamente, essa rede de relações, que exigiriam um estudo prosopográfico. No entanto, para melhor compreender o conceito e a ação de cada um sobre o património, não poderemos omitir os laços que vão estabelecendo ao longo de décadas, em redor dos mesmos objetivos, que é a sua luta pelos objetos patrimoniais, e também os desencontros que resultam dos diferentes valores e interesses em torno do património.

Procuraremos, assim, verificar se a temática, a metodologia e a bibliografia utilizadas eram as mais atualizadas, se existia uma abertura à inovação e à interdisciplinaridade. Relativamente aos métodos de trabalho, não pretendemos tecer qualquer hierarquia em relação ao seu valor, pois como observam Truillier e Tulard, citados por Mendes, “mais do que submeter-se aos métodos ensaiados por outros, é o próprio historiador não profissional que deve constituir os seus próprios métodos de trabalho” (Mendes, 1990: 128), na senda do que escrevia Alarcão (1982), que, comentando a variabilidade da história local, recordava que a diversidade dos dados disponíveis não permitiria o estabelecimento de um plano rígido. Alguns investigadores não limitaram o seu trabalho à escrita, mas assumiram uma atitude pró-ativa e resiliente na defesa do seu património. A sua ação, por vezes narrada na primeira pessoa, outras vezes descrita na imprensa local também será integrada no nosso estudo, assim como as temáticas, relativas ao património, que foram alvo de debate entre eles, as reações às atitudes das forças institucionais e a opinião do público em geral.

Compete à história local estudar o património, “sublinhar o seu valor e estabelecer a sua relação com a memória e as memórias das comunidades, assim como com a respectiva identidade” (Mendes, 2000: 367). É mais uma das funções da história local, que além de se preocupar em conhecer as realidades locais, tem um papel de grande relevância no levantamento, estudo e preservação do vastíssimo património existente nas localidades. Num tempo marcado pela globalização, o património cultural “tornou-se fundamental na definição da identidade de uma determinada comunidade” (Magalhães, 2005: 22), pois o património é um elemento de identidade, na escala local, regional, nacional e mundial (Jorge, 2007: 126). A sua preservação torna-se, assim, fundamental, mas não é possível salvar todo o património. É nossa pretensão analisar os critérios (o histórico, a da originalidade, o tecnológico, o funcional e o estético) que os investigadores e defensores do património local alegavam para fundamentarem a salvaguarda das criações humanas e qual sua conceção de património. No fundo, pretende-se analisar o auxílio da história local e o papel dos seus investigadores na inventariação, conservação, divulgação e restauro do património.

Atualmente, património refere-se à totalidade de bens herdados do passado, tanto culturais como naturais, entendendo-se por passado um tempo cronológico muito alargado – desde o passado mais remoto ao mais recente. Reduzindo o campo aos bens culturais e, entre estes, aos arquitetónicos-urbanísticos e aos arqueológicos, iremos aplicar o termo “património a todo o conjunto de bens que, pelas qualidades (económica, artística e cognitiva) integram a nossa memória” (Flores, 1998: 13). Flores (1998) destaca o valor memorial na definição de património que, na atualidade, tem um grande peso tornando-o tão *democrático* que comporta obras eruditas e vernaculares.

Guillaume escrevia que, no geral, era nas classes médias, sobretudo na nova pequena burguesia intelectual, que a ideologia do património local era mais forte, acrescentando que “Aqueles que mais foram abalados e vigarizados pelo crescimento económico e pelas suas contingências procuram no passado e nas suas figuras estabilizadas uma ancoragem e uma identidade um pouco mais sólida” (2003: 119).

Balizámos o nosso estudo entre o século XVII, data da primeira publicação relativa à história de Viseu até ao terceiro quartel do século XX. A última baliza cronológica impôs-se, devido à necessidade de salvaguardar um indispensável distanciamento crítico mas,

sobretudo, porque considerámos ser uma data primordial. A partir dessa data, surge uma nova geração de arqueólogos e investigadores, com formação especializada e novas metodologias, que iniciam a publicação dos resultados da sua investigação sobre Viseu. As Associações de Património sobrevivem um pouco por todo o país “a tal ponto que os fundamentos do Regime Democrático nesta área (obrigação do Estado de preservar, defender e valorizar o património cultural e direito de acção popular em sua defesa) ficaram dele tributários”.⁴

Os anos 80 são marcados pela fundação do IPPC, pelo lançamento dos *Serviços Regionais de Arqueologia*, ao mesmo tempo que as Universidades, tanto as clássicas como as novas, ampliam os seus efetivos de docentes e investigadores, verificando-se também a formação dos primeiros gabinetes de arqueologia municipais. A integração de Portugal na União Europeia contribuiu para o incremento de políticas de defesa e valorização do património.

A metodologia da investigação assentou, numa primeira fase, na seleção e consulta do material bibliográfico, que permitiu a clarificação e sistematização de conceitos cruciais, a construção do esquema mental do trabalho, orientando a reflexão para clarificar o seu objetivo específico.

Concluída a abordagem teórica, procurou-se encontrar resposta relativamente aos problemas enunciados, a partir da leitura e sistematização da informação referente aos estudos dos que escreveram sobre a história local da cidade, assim como aqueles que se empenharam na defesa do seu património.

No que concerne à bibliografia, o número de obras escritas sobre o património, entre volumes e artigos, é bastante extensa. Tendo em conta os objetivos propostos para o presente trabalho e a metodologia seguida no seu cumprimento, como fontes primárias selecionámos as monografias escritas sobre o património da cidade, os artigos publicados nas revistas da especialidade, com particular destaque para a revista *Beira Alta*, e para os artigos publicados na imprensa periódica regional. Os jornais locais, que em Viseu eram numerosos, são preciosos repositórios do quotidiano, dando voz à opinião pública que se vai tornando mais pujante. De acordo com Tengarrinha (1984: 271), entre 1894 e 1900,

⁴ Raposo, L. (2014, 24 de abril). O 25 de Abril e a (re)invenção do património cultural português. <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/o-25-de-abril-e-a-reinvencao-do-patrimonio-cultural-portugues-1633312> [4 de setembro de 2016]

Viseu encontra-se no quinto lugar na publicação de periódicos,⁵ logo a seguir a Lisboa, Porto, Braga e Coimbra. As páginas da imprensa arquivam a história do património e os eruditos pugnam pela defesa dos monumentos. Apesar de termos consultado toda a imprensa regional, relativa ao tema em estudo, existente na Biblioteca Municipal de Viseu e na Biblioteca Nacional, verificamos que não existem todos os periódicos de uma forma continuada. Para as fontes manuscritas consultamos o espólio documental do arquivo do Museu Grão Vasco, da Biblioteca Municipal de Viseu e os *Cadernos de Notas Arqueológicas* do Dr. José Coelho, quase uma centena e meia de pequenos blocos de apontamentos escritos manualmente, em que o autor discorria sobre os mais variados assuntos da história e de alguns dos seus conterrâneos e que foram doados, em 1979, à Câmara Municipal de Viseu. Atualmente, encontram-se em preparação para integrarem o acervo da Casa Dr. José Coelho, pequeno núcleo museológico que divulga a obra do arqueólogo.

Não serão alvo da nossa análise artigos sobre Viseu e o seu concelho integrados em estudos de conjunto ou dicionários como *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal e continuado por Pedro Augusto Ferreira, ou *As cidades e Villas de Portugal, que têm brazões d'armas* de Vilhena e Barbosa, porque repetem, por norma, informações de historiadores locais ou, por vezes, são eles que recolhem informações nas grandes obras de conjunto. Também deixaremos de lado os guias turísticos publicados neste período – Campos (1920),⁶ Castro (n.d.),⁷ do 3º volume do *Guia de Portugal* (1944), Azevedo (1958, 1967),⁸ exceto os de autoria de Moreira (1931, 1936, 1937)⁹ e de Cortez (1959),¹⁰

⁵ Não existe nenhum inventário completo da imprensa periódica de Viseu. Sobre este tema, Maximiano de Aragão publicou em 1900 (2ª edição) *Imprensa no Districto de Vizeu. Fragmentos históricos*. Esta obra foi atualizada em 1922-23, mas apenas para o concelho de Viseu, por A. Campos de que só foi divulgado um resumo no jornal *Notícias de Viseu*, de 23/4/1922 e no *Jornal da Beira*, de 16/3/1923. O texto mais pormenorizado ainda não foi publicado e encontra-se na Biblioteca Municipal de Viseu, com o título *Registo Bibliográfico e Jornalístico Viseense*. Cruz menciona que entre 1848 e 1922 se publicaram no concelho de Viseu 120 jornais e publicações periódicas (Cruz, 1985: 150).

Ainda sobre a imprensa periódica viseense cf. Cruz, A. J. (1984, 8 de março). A Imprensa Periódica Viseense. *A Voz das Beiras*, pp 5-8; Cruz, A. J. (1984, 15 de março). A Imprensa Periódica Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 4, 8.

⁶ Campos, A. (1920). *Vizeu- Beira*, Viseu: Porto: Tipografia Empresa Guedes.

⁷ Castro, J. A. (n.d.). *Vizeu- Beira*, Viseu: Editora da Casa dos Carimbos

⁸ Azevedo, C. (1958). *Distrito de Viseu (Sedes de Concelho)*, s.l.: s.e. Trata-se de uma coletânea de textos de Amorim Girão, Maximiano de Aragão, Lucena e Vale, Virgílio Correia; Américo Costa, etc.

Azevedo, Correia (1967). *Monografia Turística das Beiras. Distrito de Viseu*, s.l.: s.e. Como fontes recorre a Amorim Girão, Maximiano de Aragão, Botelho, Berardo, Lucena e Vale que cita, mas raramente identifica os autores e as suas obras.

dois diretores do museu Grão Vasco, que desempenharam um papel patrimonial relevante. A problemática inerente à fundação e desenvolvimento dos museus locais também será abordada, de acordo com as perspetivas diferentes de património dos que mais se envolveram na sua génese.

Quanto à organização da tese, encontra-se estruturada em três partes. A primeira parte refere-se ao enquadramento teórico, cujo primeiro capítulo aborda as questões conceptuais do património cultural, a formação, a evolução e o alargamento do conceito, de acordo com as cartas, convenções, resoluções e recomendações, publicadas pelos organismos internacionais como a UNESCO, ICOMOS e Conselho da Europa. Se, no princípio, alguns vestígios materiais do passado eram chamados de *antiguidades*, passaram depois a *monumentos*, até alcançarem o significado mais lato de *património*, *património histórico* e, nas últimas décadas do século XX, obtiveram a noção mais abrangente de *património cultural*. O segundo capítulo será dedicado à construção e mudança do conceito patrimonial em Portugal¹¹ que reflete a evolução do seu enquadramento legal e a sua organização administrativa. Reunimos vários temas no mesmo capítulo porque, atualmente, foram objeto de investigação. Além do património, a arqueologia é outro conceito-chave da nossa investigação. Como os vestígios arqueológicos foram alvo de grande interesse daqueles que investigaram e escreveram sobre Viseu e considerando a sua especificidade como ciência, integrámos, neste capítulo, algumas considerações sobre arqueologia que também é património, com os seus valores móveis e imóveis. O último capítulo da primeira parte aborda toda a problemática relacionada com a história local.

⁹ Moreira, F. A. (1931). Viseu, Antiga e Nobilíssima Cidade de Portugal. Guia da Cidade de Viseu, Viseu: Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu; Moreira, F. A. (1935). Viseu: Trechos Artísticos e Históricos, Monumentos a Visitar, Indicações Úteis, Viseu: Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu.

¹⁰ Cortez, R. (1959). *Viseu*, Porto: Marques Abreu.

¹¹ Dos vários trabalhos publicados sobre o tema destacam-se para o século XIX, os seguintes: Maia, M. H. (2007). *O Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Edições Colibri; Neto M. J. (1997). *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa; Alves A. (2009). *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no século XIX*. Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa; Martins A. C. (2003) *Possidónio da Silva e o Elogio da Memória 1806-1896*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Para o século XX: a dissertação de doutoramento apresentada em 1996, sobre a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por Neto, M. J. (2001), *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP Publicações; Tomé, M. (2002) *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações e de Custódio J. (2011), *'Renascença' Artística e práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, Durante a I República*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

A segunda parte é dedicada à historiografia viseense, aos que investigaram, organizaram e interpretaram as fontes construindo a história de Viseu e do seu património. A súmula relativa à historiografia viseense foi coligida e sujeita a alguma análise crítica por Cruz (entre 1981 e 1984), em artigos publicados no jornal *A Voz das Beira* e Alarcão (1989), que organizou e sintetizou a bibliografia existente sobre a génese romana da cidade. Elabora-se também o estudo sobre a atuação dos que lutaram pela conservação, valorização e recuperação do património concelhio – as elites locais – pois, como afirma Custódio, “o Estado desperta para a ideia de um serviço público de monumentos e, consequentemente, para as políticas de salvaguarda, conservação e valorização dos patrimónios, sobretudo, pela sociedade civil” (Custódio, 2011: 376). A terceira parte refere-se às instituições culturais e à sua importância na investigação da história e defesa do património. No último capítulo são interpretados, analisados e sistematizados os resultados da nossa investigação.

PARTE 1 - PATRIMÓNIO E HISTÓRIA LOCAL: CONCEITOS E EVOLUÇÃO

1. Património: construção e evolução do conceito

1.1. O conceito de património

Qualquer estudo sobre o património não pode deixar de analisar sob várias perspetivas a noção de património, sobretudo a partir das obras de André Chastel, Françoise Choay, Jukkqa Jokiletho, Paul Guillaume. O conceito de património, enquanto arquivo de documentos representativos de vivências ao longo dos tempos por grupos de indivíduos, é muito recente e o seu tratamento permanece em constante mutação; assim o confirma Choay, quando afirma que “a transferência semântica sofrida pela palavra assinala a opacidade da coisa” (Choay, 2010: 11). O atual conceito é plural e tornou-se o produto de uma longa evolução: no início, eram as antiguidades, depois os monumentos e os monumentos históricos, que, mais tarde, começam a ser identificados com o sentido de património, que culminaria no património histórico e nas últimas décadas do século XX na noção mais abrangente de património cultural.

O património não é só a herança que é legada, mas uma seleção consciente, feita por um grupo de população, do que deseja deixar ao futuro. Existe, assim, “uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras” (Moreira, 2006: 128) e também uma noção de posse por parte de um grupo em relação ao que coletivamente herdou. Sempre subjacente ao conceito de património, além do significado de herança, de legado que pretendemos transmitir às novas gerações, encontra-se a vontade de o conservar (“congelar o tempo”), ou, como refere o professor V. O. Jorge, “apenas existe em função do futuro que lhe possamos dar” (Jorge, 2007:126-127). Mas, nem tudo o que é herdado se transmite para o futuro; algumas das manifestações, objetos herdados perdem a sua funcionalidade e significado e são destruídos.

Ballart declara que a noção de património surge “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objectos” (Ballart, 1997: 17), ou, como aponta Chastel (1986: 405), “o termo latino *patrimonium* designa uma legitimidade familiar que mantém a herança”, explicitando “uma relação particular entre o grupo juridicamente definido e certos bens materiais bastante concretos”. Esta noção de posse está relacionada com o valor que os seres humanos atribuem ao que restou do passado, num determinado contexto e de acordo com as referências de determinada época.

Como registou Roders (2007), a capacidade de o património congregar um alargado conjunto de valores foi essencial para instituir o seu conceito. Os valores variam entre históricos, artísticos ou estéticos, sociais, científicos, económicos, ecológicos, políticos. Não foram reconhecidos de imediato, e coexistindo, por vezes, em cada período, uns serão preteridos ou favorecidos em relação aos outros. Neste sentido, é uma realidade que se caracteriza por ser contextual, é um valor relativo e não absoluto (Santos, 2003). Como define Prats (1997: 19) é uma “construção social”, cultural, porque depende do que para um grupo, num determinado período de tempo, se considera socialmente digno de ser legado às gerações futuras. Deste modo, como é consensualmente aceite, a construção patrimonial radica na legitimação social e cultural de determinados objetos onde se reconheceu mais valor, que conferem a um grupo um sentimento identitário comum e que o diferencia dos outros, contribuindo para um sentimento de pertença e de identificação de determinada sociedade. Como afirma Ballart:

Hoy coincidimos que patrimonio – patrimonio histórico, patrimonio cultural y patrimonio natural – es una construcción cultural y como tal sujeta a cambios en función de circunstancias históricas y sociales. Nuestra sociedad moderna ha elaborado su propia versión de patrimonio colectivo, incluyendo bienes culturales y naturaleza, y presuponiendo la existencia de un patrimonio de toda la humanidad.

(Ballart, 2001: 11)

A palavra *património* começou por ter um significado de âmbito individual estendendo-se a uma noção mais ampla, para um contorno mais coletivo¹² (Audrerie, 2003: 11-25). Choay (2010) corrobora e entende que a expressão *património histórico* designa um fundo, destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias, e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que possuem em comum a sua ligação ao passado.

Peixoto (2002), sobre a emergência do património, distingue três etapas: a primeira etapa surge de um modo espontâneo, quando a sociedade ou um grupo social produz o que necessita para assegurar a sua sobrevivência; a segunda equivale à tomada de consciência, que ocorre quando, devido a qualquer motivo, se dá uma transformação que coloca fora do

¹² Sobre este assunto Ballart (2001: 11) refere: “Si en el plano individual la noción de patrimonio parece clara, en el plano colectivo no lo es tanto. No obstante, qué duda cabe que aceptamos e incluso gozamos de la idea de la necesidad de la existencia de un patrimonio colectivo. Razonamos que de la misma manera que existe una herencia individual también debe existir una herencia colectiva. Por otra parte, la noción de herencia colectiva, en un sentido antropológico, parece aceptable”.

campo utilitário o objeto, e a terceira fase em que o objeto adquire uma identidade patrimonial, reclamando um estatuto de gestão coletiva. Ainda, de acordo com o mesmo autor, a consciência patrimonial ou o processo de patrimonialização acontece quando se dá uma rutura; trata-se de uma reação contra o desaparecimento.

De acordo com Peixoto (2002), é cada vez mais reduzido o tempo necessário para emergir a consciência patrimonial. A partir do século XVIII, as consequências da Revolução Industrial, a difusão rápida da informação, o aumento da esperança de vida despertaram nas pessoas uma sensibilidade relativa ao valor patrimonial das suas produções. As rápidas transformações do modo de vida das populações e as catástrofes ocorridas no século XX, guerras, atentados, desastres ambientais, fazem com que o tempo de uma única geração seja suficiente para se desenvolver uma consciência patrimonial, tal é a sensação de evolução e o risco de se perder algo fundamental (Peixoto, 2016: 11).

Não pretendemos enunciar as múltiplas conceções de património, porque, facilmente, incorreríamos no erro da omissão, dada a rapidez com que se processam as transformações na nossa sociedade. Pretendemos, apenas, estabelecer os seus contornos e as mutações sofridas até à atualidade.

1.2. Evolução histórica

Até ao império romano, as culturas pré-clássicas manifestaram algumas atitudes de apreço pela preservação patrimonial, mas essas atitudes baseavam-se, fundamentalmente, numa valorização das matérias-primas (valor material), ou na valorização simbólica dos despojos de guerra ou, ainda, como forma de apreensão artística, ou de *apropriação* (valorização simbólica e artística), como refere Choay (2010: 36). Martins (2003) é de opinião que tais ações decorriam de uma necessidade de legitimação dinástica, política e territorial. Foi em Roma que foi introduzido um valor de memória ao colecionismo referente à cultura helénica, a pretexto do qual se organizavam coleções particulares, já não apenas segundo valores estéticos. Com o fim do Império Romano, os edifícios são destruídos, ocupados, desvirtuados do seu significado inicial, reaproveitados material e economicamente, e adaptados a novos signos e necessidades, integrados numa imagética medieval (em que se adaptava a mitologia clássica à iconografia cristã), não os conservando enquanto modelos

da Antiguidade.¹³ A sua revalorização vai-se dar no *Quatrocento*, com a redescoberta dos textos da Antiguidade¹⁴ e dos edifícios de Roma. É nesta altura que Choay situa o nascimento do *monumento*, quando se toma consciência do valor histórico e artístico dos vestígios da Antiguidade. Choay estabelece a diferença entre *monumento* (a sua origem reside no vocábulo latino *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere*, que significa lembrar, relacionado com memória) que significa aquilo que *a priori* se transmite às gerações futuras, e *monumento histórico*, cuja génese localiza na Roma no século XV, que foi “constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amador, que o selecionam de entre a massa dos edifícios existentes” (Choay, 2010: 25). O *monumento histórico* consubstancia-se em vestígios que são valorizados pelo seu carácter estético ou histórico, como elementos fundamentais da cultura, por representarem valores que conferem identidade a uma sociedade,¹⁵ mas nunca criados com a função de perpetuar a memória.

Em suma, a historicidade é atribuída ao monumento, algures entre os séculos XV e XVI, devido ao movimento cultural renascentista, que se preocupa com a sua valorização, estudo e preservação, enquanto documento, sobretudo da Antiguidade.¹⁶ É nesta época que nascem as bases da salvaguarda do património com a promulgação das primeiras bulas papais com o objetivo de protegerem as construções da época imperial, tal como a bula de 28 de Abril de 1462 de Pio II, que proíbe demolir ou danificar todo o edifício ou vestígio

¹³ Guillaume (2003) refere que nas sociedades votadas a uma ordem simbólica, a essência do Ser (e dos seres) é imaterial, invisível e, assim, o que importa do passado não pertence à ordem do visível. Como a presença do passado é simbólica, não existe uma grande preocupação quanto à sua conservação material, o que explica a “indiferença pelos restos materiais nas práticas arquitectónicas do Ocidente, ao longo de toda a Idade Média, até ao fim do século XVIII. Mesmo o recrudescimento de interesse pela Antiguidade que caracteriza o Renascimento não leva à conservação (no sentido actual) dos seus vestígios materiais”. E exemplifica a sua tese com a decisão do Papa Júlio II de destruir a Igreja de S. Pedro de Roma, construída por Constantino doze séculos antes. A atitude do Papa não reflectia falta de interesse pela Antiguidade, antes pelo contrário ele acreditaria que estava a restaurar S. Pedro, “pois a igreja era para ele uma entidade indestrutível cuja aparência física podia ser modificada sem que a sua essência fosse alterada” (Guillaume, 2003: 35).

¹⁴ Roders (2007: 85) refere que foi com os textos de Petrarca e a sua distinção entre a produção do passado (*historiae antiquae*) e do presente (*historiae novae*) que têm início os movimentos de descoberta da arquitetura clássica.

¹⁵ O efeito da memória na caracterização da individualidade que une uma determinada sociedade em torno do seu património construído, desde o início dos anos 80, tem vindo a ser estudado por Norberg Schulz (1980), em obras como *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, New York: Rizzoli ou Pierre Nora (1986), *Les Lieux de Memoire*, Paris: Gallimard.

¹⁶ Como sublinha Choay: “O monumento histórico não pode ser senão antigo, a arte não pode ser senão antiga ou contemporânea” (Choay, 2010: 51).

antigo.¹⁷ Os edifícios ou outro tipo de produções materiais dos povos da Antiguidade eram, até esta época, designados globalmente por “antiguidades” e os que se dedicam ao seu estudo são os “antiquários” (Choay, 2010: 23), que no seu interesse pelos objetos antigos, valorizavam apenas a parte histórica, que prevalece sobre a estética e pedagógica, não fazendo nenhum juízo de valor. Os antiquários vão observar, estudar, descrever os objetos, usando as imagens, para reconstruir o passado – “dar a ver o passado” (Choay, 2010: 78). Ao interesse pelo Antigo, os humanistas e artistas juntaram a atenção pelo estudo dos principais monumentos das cidades,¹⁸ que recordavam o passado romano. O conceito de *monumento histórico* vai deixar de significar apenas os monumentos romanos e vai alargando os seus limites cronológicos.

Em meados do século XVII e no século XVIII, as antiguidades são uma *moda*, os antiquários acrescentaram à curiosidade histórica e ao interesse pela arte, a paixão dos colecionadores: procuraram vestígios materiais do passado, realizando mesmo viagens exploratórias (a Grécia era um dos destinos) que revelavam mais do que os livros. Mas, de acordo com Choay, este grupo de eruditos, socialmente heterogéneo, aos quais chama “antiquários do século XVIII” onde se incluem os literatos e os artistas, não se contentou apenas com objetos da Antiguidade, interessou-se pelas antiguidades nacionais, por todos os vestígios do passado¹⁹ e pelos objetos artísticos.

Se noutras épocas a palavra *património*²⁰ representava os bens transmitidos hereditariamente, com a Revolução Francesa, surge o conceito público de *património* o

¹⁷ O duplo valor histórico e artístico dos monumentos da antiguidade não foi suficiente para levar “à conservação efectiva e sistemática” daqueles monumentos (Choay, 2010: 42). Jokilehto, partilha a mesma opinião, considerando que durante o *Quattrocento*, em Roma, embora as intervenções levadas a cabo, por encomenda de vários Papas fossem sobretudo de *renovação radical* ou de transformação de acordo com os ideais arquitetónicos da época, havia já uma “escolha cultural de manter algo dos velhos edifícios. Não se podia ainda falar de restauro, no sentido moderno do termo, mas começavam-se a reconhecer as suas raízes” (Jokilehto, 2002: 32).

¹⁸ No capítulo referente ao caso português, iremos abordar o caso de André de Resende em relação a Évora e de Damião de Góis com Lisboa. No caso de Viseu, também existem cronistas a enaltecer a sua cidade.

¹⁹ De acordo com Flores (1998), é aqui que podemos enquadrar o atual interesse pela história local, assim como pelas tradições e pela arquitetura menos monumental.

²⁰ Etimologicamente, *património* provem do latim *pater* e emerge, no século XVIII, associado a um conjunto de bens de pertença familiar, às estruturas económicas e jurídicas de uma sociedade. Durante o Iluminismo o *património* vai ser alvo de outras teorizações e associado cada vez mais à memória e as diferentes aceções vão surgindo numa dimensão conceptual bastante abrangente: hereditária, genética, cultural, histórica, natural. Inicialmente, estava ligado à noção de herança cultural, material ou apenas uma tradição, equacionando, assim, bens materiais e imateriais, integrado numa determinada conjuntura cultural, onde objetos, lugares, etc, adquirem uma aura de perpetuidade que se pretende que fique para além do tempo.

qual evoca arte, o monumento, os bens que pertencem à nação e passíveis de serem conservados; Choay (*Idem*) considera que a invenção da conservação dos monumentos históricos começa com a Revolução Francesa. Neste período, como assinala Chastel (1986), ocorreu uma nova conceção de património. A primeira grande novidade é que o monumento passou a estar dotado de um valor nacional, a base do conceito de património, no sentido de pertença a um grupo de cidadãos de uma nação, que podemos referir como identitário. A segunda grande novidade é que o património colocou em movimento duas forças, a de preservação e a de destruição. Chastel afirma que é após a Revolução Francesa que

o sentido do património, isto é, dos bens fundamentais inalienáveis se estendeu pela primeira vez na França às obras de arte, tanto em função dos valores tradicionais nelas incorporados como em nome de um sentimento novo de bem comum, daquilo que constitui uma riqueza moral para a nação.

(Chastel, 1986: 413)

É neste âmbito que surge a noção de vandalismo como atentado criminoso ao património²¹. De acordo com Choay é possível identificar três “valores” que conferem a uma determinada estrutura edificada o estatuto de “monumento histórico”: o valor económico, que é o mais antigo, o valor artístico ou estético, que é uma característica inerente ao objeto, e o valor cognitivo ou de memória. De acordo com Jokiletho (2002: 69), a expressão “monumentos históricos”, utilizada pela primeira vez em 1790,²² começa por ser aplicada aos edifícios com valor cultural.²³ Considera-se que o sentido atual do conceito terá surgido, furtivamente, durante a Revolução Francesa – quando os bens da monarquia e da Igreja estavam a ser pilhados e destruídos e alguns políticos mais lúcidos, tomaram a iniciativa de salvaguardar o “património artístico e monumental da nação”. Sobre este assunto, Guillaume, ao comparar a Revolução Francesa com outras, concluiu que “destruiu

Permite, assim, afirmar que a identidade de uma sociedade é, em grande parte, baseada no seu património. Por esta razão, muitas sociedades têm valorizado cada vez mais o seu património.

²¹ Ramos, a partir da obra *Du vandalisme en France. Lettre à M. Victor Hugo* do vicomte Montalembert, distingue duas categorias de vandalismo, “o destruidor e o vandalismo restaurador”, e cita Louis Réau, que apresenta diferentes espécies de vandalismo: “belicoso e pacífico, religioso e anti-religioso, demolidor e embelezador, pudibundo e obsceno, urbanista e publicitário” (Ramos, 2001: 187).

²² Aubin-Louis-Miillin de Grandmaison, antiquário naturalista, parece ter sido em 1790 o inventor da expressão *Monumento Histórico*, mas referindo-se à conservação iconográfica dos objetos votados à destruição durante a Revolução Francesa.

²³ Será a partir desta época que cada Estado irá criar organismos para proceder à classificação e restauro do património. Neste domínio, os Estados Pontifícios foram percussores, pois criaram um organismo oficial responsável pelo património em 1515, nomeando Rafael como responsável (Lopes, 2004: 21). Em França, só em 1837, com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos, é que surge realmente uma política concreta do Estado para a preservação e conservação do património histórico e artístico nacional, apoiada em preceitos jurídicos e técnicos.

muito pouco, pouco construiu, mas conservou muito – ou pelo menos lançou as bases de uma selecção e de uma conservação sistemáticas e públicas dos objectos e dos monumentos” (Guillaume, 2003: 100).

Durante a Revolução Francesa,²⁴ os monumentos da história, da ciência e da arte passam a ser considerados *património*, sendo-lhes também atribuído valor educativo. Nasce a consciência patrimonial, pois toda a nação se deve envolver na sua salvaguarda. O inventário sistemático dos bens móveis e imóveis, assim como a sua classificação e proteção são tarefas primordiais que cabem às instituições responsáveis pelo património. Como refere Guillaume, é preciso elaborar a noção, *avant la lettre*, de equipamento coletivo “e sobretudo a ideologia associada de apropriação colectiva, aqui essencial já que ela está directamente na origem da noção de bens nacionais, e mais tarde de património nacional” (Guillaume, 2004: 106). É neste momento da História de França que as comissões revolucionárias vão produzir legislação, no contexto da revolução, que vai eleger o património construído como um valor maior. Pela primeira vez, valoriza-se o património de qualquer período – o conceito de património induz a uma “homogeneização do sentido dos valores” (Choay, 2010: 106).

Choay acrescenta que, no século XVIII, o conceito de monumento histórico²⁵ se sobrepôs ao de antiguidade, “de antiqualha”, como reacção às destruições e alterações provocadas nos meios urbanos e rurais pela Revolução Industrial. Esta é a causa que motivou os países europeus a institucionalizarem “a conservação física real das *antiguidades*, promovidas, desde logo a *monumentos históricos*” (Choay, 2011: 27).

Até ao século XIX, o património era definido como um conjunto de edificações, objetos e documentos de valor artístico ou histórico.²⁶ Se no Antigo Regime o conceito de património se identificava com tudo o que dizia respeito aos grupos sociais privilegiados, destacando-se pela sua monumentalidade, riqueza, grandiosidade e carácter bélico ou

²⁴ A ação dos Comitês revolucionários, sobretudo durante o período do Terror e do governo de Salvação Pública, ao procederem à “destruição ideológica” dos bens do clero e dos emigrados, suscitaram uma reacção de defesa imediata (Choay, 2010: 195).

²⁵ Segundo Guillaume, os elementos arquitetónicos ou obras de arte do Antigo Regime, ao serem convertidos em monumentos históricos, mudam de estatuto, perdem as suas funções associadas ao Antigo Regime. É a mudança do seu estatuto que trava a onda de destruições que a Revolução, inicialmente, tinha posto em marcha – “adquirem um valor de memória atribuída” (Guillaume, 2004: 105).

²⁶ Choay (2010: 12) acentua que em França, até final da II Guerra Mundial, existiam três grandes categorias de monumentos históricos inventariados: vestígios da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos.

religioso, com o Liberalismo, sofre um certo alargamento, que continua até aos nossos dias. No Romantismo, associado à formação de nacionalismos e ao colonialismo, o termo *património* cai em desuso, falando-se, sobretudo, em monumentos históricos e monumentos nacionais, acentuando-se a nacionalização dos mais peculiares testemunhos monumentais, artísticos e culturais das nações (Almeida, 1993), numa Europa que procura estabelecer os seus limites, encontrar a sua identidade, numa negação à globalização mediada pela industrialização. A atitude de olhar para cada país, valorizando a sua cultura nacional é um estímulo ao conhecimento do seu património e, ao mesmo tempo, à sua utilização pedagógica na educação da população e como comportamento civilizador. Reconhece-se, assim, a singularidade dos monumentos.

No século XIX, surgem por toda a Europa comissões e associações com o objetivo de proteger os monumentos, sobretudo sociedades de eruditos, antiquários e arqueólogos e dos seus principais líderes – “ A conservação parece ocupar um lugar de compensação face à destruição que acompanha o desenvolvimento industrial” (Guillaume: 2003: 113). Durante o Romantismo, os principais líderes de opinião tornam-se também os protetores dos monumentos e da arte, tal como Victor Hugo, que exerceu uma grande influência internacional com a publicação do manifesto *Guerre aux Démolisseurs*, defendendo os monumentos históricos, sobretudo os de estilo gótico. Em França, Viollet-le-Duc, arquiteto que fazia parte da Comissão dos Monumentos Franceses, utilizando os mais exaustivos métodos de levantamento e registo de vestígios de monumentos, procede ao seu restauro, recuperando formas perdidas, inacabadas ou em adiantado estado de degradação de modo a restabelecer o edifício dentro da unidade lógica da construção gótica. A atitude de devolver o estado de esplendor ao edifício, com a introdução de alterações em relação ao original, vem falsear o restauro do edifício, produzindo uma nova construção. No entanto, as campanhas realizadas pelo arquiteto francês resgataram muitos monumentos, evitando maiores perdas. Este posicionamento, privilegiando o restauro em relação à conservação, veio reafirmar o valor nacional do património. Em relação às conceções de Viollet-le-Duc,²⁷ Ruskin manifesta ideias opostas, defendendo que qualquer intervenção retirava a autenticidade ao edifício, conferindo-lhe um novo carácter, devendo o estado do edifício ser

²⁷ Como se sabe, as suas conceções sobre o restauro têm repercussões nas intervenções no património português realizadas em finais do século XIX, que reforçam a afirmação de nacionalismos e provocam a alteração consciente do edifício restaurado.

respeitado ao máximo. Como opositor de Viollet-le-Duc, defendia a não intervenção nos monumentos antigos e pugnava pela sua conservação. Outro aspeto a destacar no contributo de Ruskin para a evolução da concetualização do património e do restauro foi a sua mudança de abordagem da arquitetura histórica que até então estava concentrada nos “edifícios públicos e monumentais, especialmente as igrejas”, mas que, para ele, devia contemplar também a arquitetura doméstica (Jokilehto, 2002: 32). Ruskin inclui, dentro da sua definição de património, a arquitetura doméstica, atribuindo-lhe uma dimensão social, como repositório da memória coletiva, numa nova dimensão, que vai além do patrimonial, a que Choay denomina de *memorial*. Outra das suas preocupações pioneiras foi o crescimento da urbanização e a consequente “perda de identidade das cidades antigas se os seus edifícios fossem demolidos para abrir espaço para novos bairros e ruas mais amplas” (*Idem*, p. 312).

No século XX, o substantivo *património* é utilizado cada vez com mais frequência, substituindo as categorias *monumento* e *monumento histórico* que se utilizavam para qualificar as obras de arte, as antiguidades, os bens materiais e os vestígios do passado, que se queriam transmitir às futuras gerações. Mais tarde, surge, em Itália, Camilo Boito que é o protagonista de uma nova corrente sobre o conceito de património e a prática da conservação/restauro. A sua maior inovação prende-se com uma valorização das várias épocas presentes no edifício, não privilegiando nenhum estilo, propondo respeitar todas as partes do edifício, pois os monumentos são considerados documentos e a sua alteração pode conduzir a interpretações erróneas da história. Defende a manutenção do edifício, de modo a evitar-se o restauro, mas quando ele for necessário, a intervenção deverá ser mínima e diferenciada da obra antiga. Esta nova perspetiva de interpretação do restauro é, posteriormente, organizada em princípios de atuação, que vão ser apresentados no III Congresso de Arquitetos e Engenheiros Civis em Roma, no ano de 1883. Gustavo Giovanonni, discípulo de Boito, foi pioneiro no conceito de *património urbano*, ao realçar os laços que unem os monumentos à arquitetura menor, que é a matriz onde eles se inserem, isto é, sublinha o significado da “pequena arquitetura para a continuidade do tecido urbano das cidades” (Jokilehto, 2002: 351). Destaca a riqueza dos centros urbanos antigos, chamando a atenção para os seus problemas.

Em 1903, por solicitação da Comissão dos Monumentos Históricos da Áustria, Aloïs Riegl apresentou a obra *O culto moderno dos monumentos, o seu caráter e a sua génese*, que, apesar do tempo decorrido, continua a ser considerado o estudo mais reflexivo sobre património. O autor demonstra como a noção e o dever de proteção dos monumentos históricos são recentes, ancorados na cultura ocidental. Distingue os monumentos históricos em *intencionados* e *não intencionados*. Os primeiros foram criados intencionalmente para deixarem um marco, os segundos são aqueles que não foram deliberadamente construídos para constituírem memórias. O monumento histórico (Choay, 2011: 18) não é um objeto intencional com fins memoriais; o seu caráter e significado deve-se ao valor histórico e/ou estético que lhe é atribuído pela sociedade atual que, deste modo, os converte em património – Riegl funda uma conceção relativista de monumento histórico. No entanto, o historiador vienense faz notar, que devido ao valor estético, os monumentos de valor memorial também fazem parte do *corpus* dos monumentos históricos.

A construção do conceito moderno de *monumento* foi mais lenta do que o estabelecimento da conservação como disciplina, visto que se pode balizar essa construção simbolicamente entre 1820, data que se prende com o advento da industrialização, em que o monumento fica muito mais desprotegido dado que a destruição “inerente à lógica da era industrial” o ameaça (Choay, 2010: 107), e 1964, data da redação da *Carta de Veneza* (Choay, 2010).

À medida que o ritmo de industrialização aumenta publica-se legislação e crescem as estruturas oficiais que protegem o património nos Estados constitucionais. As primeiras tentativas de elaboração de normas para estabelecer critérios de proteção de monumentos surgiram nos congressos internacionais de arquitetos entre 1867 e 1889, mas ficavam reduzidos a este grupo profissional, servindo como orientação para o restauro de monumentos (Custódio, 2011: 59). A primeira regulamentação neste âmbito, que nunca entrou em vigor, surgiu na convenção de Bruxelas de 1874, que refere a salvaguarda dos monumentos.

A nível internacional, as primeiras tentativas de proteção do património arquitetónico estão relacionadas com a necessidade de regulamentar a conduta dos Estados em caso de conflito armado (Jokilehto, 2002: 398). Essas tentativas não foram suficientes para conferir efetiva proteção ao património arquitetónico europeu e, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-

1918), importantes monumentos em França e na Bélgica foram destruídos ou ficaram gravemente danificados, suscitando-se o debate acerca da atuação a ter relativamente aos mesmos e ao modo como deveria processar-se a sua eventual reconstrução (*Idem*). A consciência patrimonial desenvolve-se com a Grande Guerra perante o confronto com os monumentos destruídos, surgindo uma corrente internacional, condenando a atitude dos militares alemães contra o bombardeamento dos monumentos franceses.

Desde os anos trinta do século XX que são publicadas as primeiras convenções, recomendações e tratados internacionais sobre património arquitetónico e arqueológico,²⁸ que refletem a evolução das abordagens e conceitos sobre o património.

1.3. Cartas, convenções e recomendações internacionais relativas ao património

A evolução da perceção em relação ao património, assim como os princípios fundamentais sobre a sua salvaguarda, encontram-se plasmados em prolixa documentação, produzida no século XX – cartas, convenções e recomendações.²⁹ Estes documentos fazem uma revisão e dilatam o conceito de *património*. Apesar de algumas tentativas no fim do século XIX e princípios do século XX para determinar critérios de âmbito internacional destinados à proteção de monumentos, foi só depois da I Guerra Mundial que foram estabelecidas as primeiras normas internacionais especificamente consagradas à salvaguarda do património. O primeiro ato normativo internacional referente unicamente ao património e à sua conservação é a *Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos* (1931),³⁰ que expõe as conclusões gerais da Conferência Internacional sobre a Proteção e a Conservação de

²⁸ Recomendações, convenções e tratados sobre o património, de acordo com Lopes e Brito (2004), podem-se agrupar, genericamente do seguinte modo:

- convenções, tratados ou pactos aprovados pelos Estados que se obrigam a aplicar os princípios neles expressos;
- recomendações, sem carácter vinculativo, cujos princípios devem orientar as políticas de cada país;
- resoluções do Conselho da Europa, também sem carácter vinculativo, que podem servir de modelo para adopção de recomendações e de convenções;
- cartas, orientações, princípios, conclusões de encontros, declarações e normas que podem orientar a acção dos intervenientes, mas não têm carácter vinculativo.

²⁹ Emitidas pela UNESCO, Conselho da Europa e ICOMOS.

³⁰ As recomendações de restauro e conservação da *Carta de Atenas*, ainda hoje estão em uso, baseando-se em preceitos defendidos por Camilo Boito (2002) em 1884 e, posteriormente, por Colalucci e passando por Cesare Brandi. Nos anos 50, com Brandi, o restauro deixou de ser uma arte que se aplica segundo critérios pessoais de quem restaura, para se converter numa ciência que se orienta por regras objetivas (Hernández, 2001: 55).

Monumentos de Arte e de História, que reúne apenas países europeus³¹ e que elenca uma série de pressupostos para que a defesa do património edificado se conserve nas melhores condições. É um documento inaugural que recomenda a prioridade da conservação,³² em relação ao restauro, nascendo a noção de conservação preventiva. Insiste, também, na legitimidade e valor de todos os estilos artísticos. Pela primeira vez num documento jurídico de uma organização internacional³³ (a Sociedade das Nações) se aborda a questão do património da humanidade, um património internacional, estipulando-se as bases de uma solidariedade internacional nos planos jurídico e científico (Alho e Cabrita, 1987). Embora tenham sido discutidas questões referentes aos espaços adjacentes aos monumentos, o critério de monumentalidade acaba por ser o predominante, limitando o domínio patrimonial aos edifícios individuais.

A Convenção de Haia, ou Convenção e Protocolo para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado de 14 de Maio de 1954, sob a égide da UNESCO, parte da experiência da II Guerra Mundial e define o que se deve entender por *bem cultural*,³⁴ conceito que surge pela primeira vez, constante na alínea a) do artigo 1º

Os bens móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitectura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, os livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções científicas e as importantes colecções de livros, de arquivos ou de reprodução de bens acima definidos.

Nas restantes alíneas, acrescenta a este conceito “os edifícios cujo objectivo principal e efectivo seja de conservar ou de expor os bens culturais” já definidos, como “os museus, as bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios” que abrigam os bens culturais móveis em caso de conflito armado e, ainda, os *centros monumentais* (Lopes e Correia,

³¹ A Conferência de Atenas foi a segunda de uma série de conferências internacionais organizadas pelo Serviço Internacional de Museus- a primeira, sobre conservação de pinturas, realizou-se em Roma, em Outubro de 1930; a terceira, sobre museografia, em Madrid, em Outubro de 1934 e uma última, sobre escavações arqueológicas, no Cairo, em Março de 1937.

³² Prefere a manutenção dos edifícios em relação ao restauro, defendendo, ao mesmo tempo, a sua ocupação como meio de promover a conservação do monumento.

³³ Uma das consequências da Conferência de Atenas foi a criação da Comissão Internacional dos Monumentos Históricos, em 1933 que, de certa forma, pode ser considerada a precursora do ICOMOS.

³⁴ Em Portugal, o diploma mais antigo que consagra o termo *bem cultural* foi o Decreto-Lei nº 408/71, de 27 de setembro, que reestruturou o Ministério da Educação Nacional e que atribui à Direção Geral dos Assuntos Culturais a função de “[...] defesa e valorização de todos os bens culturais” (nº 1 do artigo 10º do Decreto Lei n.º 408/71).

2004: 30). Este documento recomenda, também, o recenseamento dos bens culturais de valor incontestável, ficando os estados signatários na obrigação de os preservar, interditando-os aos efeitos destrutivos dos conflitos bélicos e procurando, simultaneamente, prevenir o roubo e a exportação de bens culturais como despojos de guerra. As recordações da destruição provocada pela II Guerra Mundial estavam bem presentes e parece relevante a inclusão no património, para além dos objetos, os edifícios que os albergavam e os conjuntos monumentais.

Em 1962, a UNESCO aprovou a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, também designada por *Recomendação de Paris*, que destaca a importância científica e estética das paisagens e dos sítios que constituem um património e são fundamentais na qualidade de vida das populações; pela primeira vez considera-se importante a preservação, não pelo valor excecional de um edifício isoladamente, mas pela qualidade da paisagem integrada no seu conjunto. Este documento relaciona-se com a alteração nos modos de produção, nos hábitos de vida que são um fator de risco para a arquitetura rural³⁵ e para o seu enquadramento paisagístico, e enuncia medidas de salvaguarda e, quando for possível, de restituição, do aspeto das paisagens e dos lugares urbanos.

Em 1964, decorre em Veneza a segunda Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos. Por iniciativa do ICOMOS, é publicada a *Carta de Veneza*, que alargou o conceito de monumento histórico.³⁶ O termo ainda continua a ser utilizado, como Choay (2011: 35)³⁷ faz notar, em relação aos sítios urbanos (a cidade é considerada como monumento histórico) ou rurais, englobando tanto as grandes criações artísticas como as mais modestas. Esta noção aplica-se não só às grandes criações mas também “às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural” (Lopes e Correia, 2004: 27). Choay (2011: 132) aponta uma *décalage* de 400 anos entre a

³⁵ Nos anos 60 e 70, assumiu grande importância a problemática da arquitetura rural e da paisagem, ameaçadas de desaparecimento, devido às rápidas transformações em curso.

³⁶ Art. 1º “A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” [<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartaDeVeneza.pdf>. [16 de outubro de 2016].

³⁷ A palavra *património*, utilizada frequentemente durante a Revolução Francesa, foi abandonada, por causa da sua ambiguidade (Choay, 2011: 36).

consagração do monumento histórico como património cultural e o reconhecimento de idêntico valor aos centros urbanos históricos.³⁸

Este documento ainda se mantém atual e serve de base à restante produção normativa do ICOMOS e foi, posteriormente, ampliado com outras cartas que abordam com mais pormenor as vertentes específicas do património. No fundo, para a evolução do conceito de património, a *Carta de Veneza* acrescenta ao conceito de património, além das grandes criações eruditas, as vernaculares, além do monumento, os sítios. São indicadas, ainda, normas de atuação relativas à proteção do espaço envolvente aos monumentos, ao reconhecimento das várias épocas presentes no monumento, defendendo a não remoção do local, no sentido de não adulterar o objeto de conservação. O objetivo não é a unidade de estilo, nem a idealização estética, estendendo-se a leitura do monumento às sucessivas interpretações de que foi alvo – “os contributos válidos das diferentes épocas referentes à edificação de um monumento devem ser respeitados” (artigo 11º).³⁹

Os bens arqueológicos são alvo de definição na *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico*, assinada em Londres em 1969. São considerados elementos do património arqueológico

todos os vestígios, bens e outros indícios da existência do homem no passado: cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente; cuja principal fonte de informação é constituída por escavações ou descobertas e ainda outros métodos de pesquisa relacionados com o homem e o ambiente que o rodeia; e localizados numa área sob jurisdição das Partes. O património arqueológico integra estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados no solo ou em meio submerso.⁴⁰

Esta definição surge quatro anos depois da *Carta de Veneza*, que era demasiado vaga em relação ao conceito de património arqueológico, referindo, no artigo 15^a, que os trabalhos

³⁸No século XX o monumento histórico passou a ser analisado tendo em conta a zona envolvente, que se relaciona com a edificação. Surge o conceito de *património urbano* (Choay, 2010: 192), devido à valorização histórica e artística da cidade, enquanto conjunto de edifícios, ruas, jardins e monumentos comemorativos. Já em 1932, a *Carta Italiana del Ristauero*, defendia a necessidade de proteção do *património urbano*. Até ao século XX, as monografias sobre as cidades só abordavam o seu espaço através dos monumentos e os estudos históricos interessavam-se pela cidade do ponto de vista das suas instituições jurídicas, políticas, económicas, sociais, religiosas. O espaço, uma estrutura urbana de uma certa época, é tão significativa como um edifício histórico.

³⁹ Carta de Veneza, www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf. 15/07/2014.

⁴⁰ Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1992__convencao_europeia_para_a_protecao_do_patrimonio_arqueologico-conselho_da_europa.pdf [16 de outubro de 2016].

de escavação se devem executar “em conformidade com a Recomendação definidora dos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas, adotada pela UNESCO em 1956”. No entanto, o conceito de bens arqueológicos, expresso na *Carta de Londres*, foi alvo de algumas críticas, porque coloca dúvidas no que respeita “à delimitação entre património arquitetónico e arqueológico, separados que estão por uma ténue fronteira” (Flores, 1998: 17).⁴¹ A revisão da *Convenção Europeia para a Salvaguarda do Património Arqueológico*, assinada em 1992 em La Valleta,⁴² não clarifica a questão da fronteira entre património arquitetónico e arqueológico, no qual inclui “[...] as estruturas, construções, conjuntos arquitetónicos, sítios ordenados, testemunhos mobiliários, monumentos de outra natureza, assim como o seu contexto, quer se situem no solo ou sob água.”

Em 1972, a UNESCO adotou a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*⁴³ que vai reforçar a perspectiva internacional do património cultural, elegendo-o, em muitos casos, como um bem que transcende a população que o criou, pois há determinado património cultural e/ou natural, de uma região ou de um país, que tem um valor excecional para a respetiva comunidade e para todos os povos do mundo e, como tal, é pertença e responsabilidade de toda a humanidade. Para a inscrição de bens como património mundial, distinguiu duas tipologias: o património cultural e o património natural, aceitando-se que o primeiro (artigo 1º do diploma referenciado) é constituído por monumentos, determinando o que se pode considerar monumento: “obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”.⁴⁴ Define os conjuntos como “grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na

⁴¹ Flores (1998) exemplifica esta ambiguidade, selecionando como exemplo as cidades de Pompeia ou Conímbriga, as quais enquanto estão a ser alvo de escavações arqueológicas, são um bem arqueológico, mas após esta fase transitória, coloca-se a dúvida em relação à sua classificação- património arqueológico ou arquitetónico?

⁴² A revisão ou a segunda *Convenção Europeia para a Salvaguarda do Património Arqueológico* reforça a importância e o valor do património arqueológico para o conhecimento do passado, reconhecendo que o mesmo se encontra ameaçado pelo desenvolvimento económico, acentuando a necessidade de que as políticas de desenvolvimento do território terem sempre presentes a importância da proteção do património.

⁴³ Refere-se aos *bens culturais* no respetivo preâmbulo

⁴⁴ *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> [16 de outubro de 2016].

paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte e da ciência” e locais de interesse (*Idem*).

Ao termo *património* adicionou-se o adjetivo *cultural* que, desde então, serve para designar todo um conjunto de bens culturais, sejam eles históricos, artísticos ou arquitetónicos. A Convenção adota a noção de valor como determinante para o património, proclamando “a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema” (Choay, 2010: 207). No artigo 2º, determina que o património natural abrange os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas, e os locais de interesse natural ou zonas naturais estritamente delimitadas. A *Convenção* estabeleceu que cada país deve elaborar uma lista dos bens que fazem parte do seu património cultural e natural e os que se considerem como tendo um valor excecional serão incluídos numa lista do património mundial, de acordo com determinados critérios. Foi criado o comité intergovernamental para a proteção do património mundial, cultural e natural, e recomenda a criação de programas educativos de informação e sensibilização para estes temas. Os estados signatários da *Convenção*⁴⁵ ficaram obrigados ao compromisso de proteger os monumentos e sítios que possam ser vistos pela comunidade humana como testemunhos únicos da diversidade das criações da humanidade⁴⁶ e como repositórios de um património comum. O domínio patrimonial compreende, a partir de agora, os conjuntos edificados e o tecido urbano, como demonstra a lista do Património Mundial elaborada pela UNESCO em 1972. Pinho (2009) considera que o reconhecimento internacional do património cultural contribuiu para uma maior sensibilização para com as questões do património por parte da administração central e municipal e até do público em geral. Também para Peixoto (2002), os objetivos do documento, além de consolidarem o conceito de património mundial, preconizam o desenvolvimento de mecanismos que promovam a sua salvaguarda. A Recomendação respeitante à proteção, no plano nacional, do Património Cultural e Natural apresenta princípios ecológicos, responsabilizando os estados pelas respetivas questões de

⁴⁵ A *Convenção para o Património Mundial* é o mais popular documento normativo da UNESCO, não só pela adesão de Estados à Convenção (mais de 175 dos 189 estados membros da UNESCO) como pelo número de sítios classificados (mais de 750) e pelo impacto junto da opinião pública.

⁴⁶ O documento estabelece instruções precisas para a salvaguarda e restauro de antiguidades (anexo A), restauro arquitetónico (anexo B), restauro escultórico e pictórico (anexo C) e tutela dos centros históricos (anexo D).

preservação e salvaguarda.⁴⁷ A *Recomendação* alerta para a deterioração da vida nas cidades e para a necessidade de proteção de sítios e paisagens urbanas, porque se considera que aí existe um maior risco de destruição. Nesse sentido, menciona, também, a criação de áreas para proteção dos monumentos, a criação de parques naturais, e destaca a importância de ações pedagógicas como meio de proteger, pelo conhecimento do público em geral, o património. A partir dos anos 60 do século XX, o termo património tende, paulatinamente, a substituir a expressão “monumento histórico.”⁴⁸

Em 1975, sob a chancela do Conselho da Europa, surge a *Carta Europeia do Património Arquitetónico* (Amsterdão), no ano em que se comemorava o ano Europeu do Património Arquitetónico, que vem tornar mais ampla e dinâmica a noção de património, o qual, além de abarcar os monumentos mais importantes, é constituído “pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições [inseridas] no seu ambiente natural ou construído.”⁴⁹ Património é algo mais vasto que o monumento, pois o que o envolve⁵⁰ é uma importante parcela do valor cultural e, como tal, deve também ser preservada.

Em 1976, a *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a da sua função na Vida Contemporânea*, também designada *Recomendação de Nairobi*, clarifica o conceito de *conjunto histórico*, e distingue os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario e os conjuntos monumentais homogêneos. Ultrapassa-se a preocupação apenas com o monumento ou com a estrutura física, para envolver as “relações entre a cidade e o ambiente envolvente natural ou criado pelo homem

⁴⁷ No artigo 4º da *Carta* distingue-se explicitamente salvaguarda de restauro: “entende-se por Salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra; entende-se por Restauro qualquer intervenção dirigida a manter em vida, a facilitar a leitura e a transmitir ao futuro as obras de arte”(Idem).

⁴⁸ No caso da França, a morte simbólica do monumento histórico dá-se quando, em 1978, a Direção dos Monumentos Históricos se torna a Direção do Património (Choay, 2011: 37). Quanto ao termo *cultural*, é lançado em França, em 1959, por André Malraux, quando ao tornar-se ministro de Estado da Cultura, assume a responsabilidade da gestão dos museus e dos monumentos históricos, que até então, estavam na posse do ministério da Educação Nacional.

⁴⁹ Carta Europeia do Património Arquitetónico, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTO NICO.pdf> [16 de outubro de 2016]. O documento refere a necessidade de reforçar o carácter habitacional dos centros urbanos históricos para evitar a desertificação, conferindo aos seus habitantes condições de habitabilidade de acordo com os padrões contemporâneos.

⁵⁰ Como realça Guy Di Meo (1996), ao considerar-se o espaço que circunda os monumentos como objeto patrimonial, caminha-se para a imbricação entre os conceitos de património e de território, o que marca os processos de patrimonialização ao longo do século XX.

e para tentar preservar as diferentes funções da cidade, adquiridas ao longo da sua história” (Lopes, 2012: 88).

Nos anos 70, foi definida a conceção de património industrial na qual são integrados os artefactos industriais e rurais, na sequência da tomada de consciência da sua destruição eminente,⁵¹ por arquitetos, historiadores, economistas e associações de defesa. O conceito aplica-se a todos os tipos de atividade industrial, no sentido mais lato – “diz respeito a bens imóveis (construções, sítios adaptados e paisagens), às instalações, máquinas e utensílios, assim como ao conjunto de produtos resultantes da indústria” (Mendes, 2000: 203). Foi em Inglaterra que os edifícios industriais foram pela primeira vez considerados património. Na terceira Conferência Internacional sobre a Conservação de Monumentos Industriais, realizada em 1978, na Suécia, constituiu-se o The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH), que passa a constituir a organização mundial para o património industrial. A *Carta de Florença* sobre a salvaguarda de jardins históricos⁵² (1981) veio dar corpo ao alargamento do conceito de património. Elaborada pelo ICOMOS, define os jardins históricos como “composição arquitetónica cujo material é essencialmente vegetal, e portanto vivo, perecível e renovável”; aconselha que sejam clarificadas as regras doutrinárias para a sua preservação e valorização, diferentes dos monumentos arquitetónicos.

Em 1985, a Convenção de Granada (promovida pelo Conselho da Europa) publica um documento, *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa*,⁵³ que amplia o conceito de património, no caso dos monumentos, aos bens com um interesse “histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções”. O interesse “histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico” estende-se aos conjuntos arquitetónicos e aos sítios. A par do interesse histórico e arqueológico, assiste-se ao emergir de três novos motivos de classificação: os interesses científicos, sociais e técnicos,

⁵¹ Um dos momentos iniciais da destruição deu-se após a II Guerra Mundial, quando, no âmbito do processo de reconstrução e construção de novas infraestruturas, conduziu à destruição de diversas estruturas de valor histórico e simbólico (Mendes, 2000: 200).

⁵² Carta de Florença, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadeflorenca.pdf> [1 de outubro de 2014].

⁵³ Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> [16 de outubro de 2016]

que surgem articulados com os anteriores. Este documento, entre outras medidas, vincula os Estados a promoverem programas de restauro e proteção do património arquitetónico. Para a salvaguarda das áreas históricas, o ICOMOS adotou um documento conhecido como *Carta de Washington* ou *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas e Áreas Urbanas* (1987), que estabeleceu os princípios, objetivos e métodos necessários para a salvaguarda das cidades e das áreas urbanas históricas, quer no domínio público quer no privado, complementando a *Carta de Veneza* de 1964, que se centrava essencialmente nos edifícios individuais. Este documento explica as etapas necessárias para a proteção e conservação dos espaços urbanos e para um desenvolvimento adaptado às dinâmicas e necessidades da atualidade. Em 1989, durante a XXV Conferência da UNESCO em Paris, o conceito de património cultural abarca, pela primeira vez, a cultura tradicional e popular, o património imaterial,⁵⁴ mencionando e dando um tratamento especial às culturas que não são dominantes. Deste modo, o conceito de património alarga-se, até alcançar, segundo Choay (1996) uma extensão cronológica e geográfica.

Nos anos 70 do século XX, a nível tipológico, foram incluídos no conceito de património sítios, objetos, edifícios diversificados, casas rústicas, entre outros. Deste modo, o conceito de património associado ao fator tempo (quanto mais antigo, mais raro e valioso se torna um monumento), e que levou à destruição de muitos edifícios do século XX, mereceu a atenção do Conselho da Europa, que recomendou a “identificação, estudo, protecção, conservação e divulgação da arquitectura do século XX” a fim de “evitar perdas irreversíveis, privando as gerações futuras deste instante da memória europeia”.⁵⁵

Em 1992, a UNESCO reconhece uma nova variante dos bens culturais – a paisagem cultural, que valoriza todas as inter-relações do homem com o meio ambiente, do natural com o cultural. Na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, que a UNESCO tinha adotado em 1972, existia uma oposição entre as categorias cultural e natural do património, reflexo da preocupação com o património mundial, que provinha de

⁵⁴ Para os peritos da UNESCO, o património imaterial engloba “os processos adquiridos pelos povos, assim como os saberes, as competências e a criatividade de que são herdeiros e que desenvolvem, os produtos que criam e os recursos, espaços e outras dimensões do quadro social e natural necessário à sua durabilidade; estes produtos inspiram às comunidades vivas um sentimento de continuidade por relação às gerações que as precederam e revestem-se de uma importância crucial para a identidade cultural, assim como para a salvaguarda da diversidade cultural e da criatividade humana” (XXV Conferência da UNESCO, 2001)

⁵⁵ Recomendação Nº R (91) 13 Sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=recomendacao-n-r-91-13-sobre-a-proteccao-do-patrimonio-arquitectonico-do-seculo-xx-1991> [14 de julho de 2014]

dois movimentos separados: um que centrava as suas preocupações nos sítios culturais, e outro que lutava pela conservação da natureza (Ribeiro, 2007: 151).

Nos anos 90, em 1994, o ICOMOS elabora o *Documento de Nara sobre a Autenticidade*, isto é, os julgamentos de valores atribuídos aos bens culturais e a credibilidade das respetivas fontes, que variam de cultura para cultura e, por vezes, dentro da mesma cultura. Por isso, estabelece que o respeito devido a todas as culturas determina que as propriedades de património sejam consideradas e julgadas dentro dos contextos culturais a que pertencem, numa atitude de relatividade na aplicação dos princípios e valores patrimoniais.⁵⁶ A *Carta de Cracóvia* de 2000 procede à revisão de conceitos, expostos pela primeira vez na *Carta de Veneza* de 1964, mostrando o alargamento do conceito de património,⁵⁷ destacando a preocupação pela integração do espaço envolvente e da paisagem. Diferencia e define os termos patrimoniais, assim como as ações a aplicar (manutenção, reparação, restauro, renovação e reabilitação). Em 2003, surge um documento de proteção do património imaterial – a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, que entrou em vigor em 2006. Portugal ratificou a Convenção a 26 de Março de 2008. A *Carta de Nizhny Tagil*, elaborada em 2003, na Rússia, recai especificamente sobre o património industrial, definindo-o⁵⁸ em relação a alguns princípios, e que dizem respeito ao património material em geral; especifica, ainda, a sua importância e as normas para a manutenção e conservação.

Em termos de conclusão, podemos afirmar como Choay, que o conceito “património” alcançou uma tripla extensão, pois além do alargamento cronológico e geográfico, também registou uma ampliação na sua tipologia, uma vez que o património já não é só

⁵⁶Documento de Nara sobre a Autenticidade, <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf>, [14 de julho de 2014].

⁵⁷“a) Património: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores. b) Monumento: é uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.” Carta de Cracóvia, 2000, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [14 de julho de 2016].

⁵⁸“O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.” Carta de Nizhny Tagil, <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf> [14 de julho de 2014].

monumental, pois inclui outros tipos: património rural, urbano, natural, linguístico, científico, industrial, genético (gnoma humano para só citar alguns) ou, se quisermos, vai do monumento isolado aos conjuntos edificados, aos jardins históricos e às paisagens culturais, alcançando “certos aspectos imateriais ou intangíveis⁵⁹ da presença humana sobre a Terra” (Lopes, 2004: 20). Ao mesmo tempo, aponta para espaços coletivos, partilhados, que constituem uma memória comum, um sentimento de identidade. A nível geográfico, registou-se uma internacionalização dos seus valores e das orientações políticas relativas à sua conservação, perceptíveis nas Cartas e Convenções internacionais. O conceito começou por se desenvolver na Europa e, gradualmente, chegou a outros continentes. Houve um alargamento dos seus limites cronológicos, os quais, por um lado, recuaram devido à arqueologia e, por outro, avançaram, devido à inclusão do património industrial e da arquitetura urbana de qualidade.

Mendes (2009: 12) adverte que a expansão das práticas patrimoniais, o culto patrimonial, a “patrimonialização” em que tudo é património, pode causar o que Choay (2010: 225) classifica como complexo de Noé, já que ao abrigo do património são colocados, indistintamente, edifícios e objetos sem qualquer relevância. Assiste-se a uma vocação expansiva da classificação patrimonial, que se reflete na crescente diversificação do que é classificado, que está relacionado com a elasticidade da noção de património. A “paixão patrimonial” (Guillaume, 2003), “loucura patrimonial” (Jeudy, 1990), “alegoria do património” (Choay, 2010), ou como menciona Peixoto a “fúria patrimonialista que procura albergar debaixo de um estatuto formal um ilimitado número de bens materiais e simbólicos, móveis e imóveis, monumentais e ambientais” (Peixoto, 2002: 5). O alargamento do conceito de património, associado ao reconhecimento da diversidade de novos contextos socioculturais proporcionaram a redefinição do conceito e fizeram emergir noções como as de “bem cultural”, “conjunto histórico” e, mais recentemente, “paisagem histórica urbana” – proposta pela UNESCO na *Recomendação de 2011*.

⁵⁹ A UNESCO dividiu o património oral ou intangível em eventos festivos, ritos e crenças, música e canção, artes cénicas, tradições culinárias, línguas e tradições orais. Sobre o conceito de “património intangível” a UNESCO definiu “é tudo aquilo que engloba manifestações culturais tradicionalmente populares, saberes colectivos produzidos por uma certa comunidade e fundados sobre uma tradição, transmitidos oralmente, através dos gestos, modificados através dos tempos por um processo de recriação colectiva” (Ramos, 2003: 24-25).

Nas últimas décadas, um pouco por todo o lado, as políticas e os processos utilizados para preservar o património têm sido diversos; no entanto, na maioria dos casos, culminam com um processo de classificação como património ou monumento de interesse local, regional, nacional ou, em alguns casos, como património mundial. Hoje, o património cultural é definido pela UNESCO (2007) como “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações.” Pela importância que lhe será atribuída nos estudos locais e regionais e pelas ações dos investigadores na pesquisa e na defesa do património local, parece-nos relevante a elaboração de uma breve súmula, numa perspetiva diacrónica, sobre o seu conceito, o enquadramento legislativo e a administração do mesmo em Portugal.

2. Património em Portugal – conceito, legislação, organização administrativa

2.1. As primeiras medidas

Em Portugal, o interesse pela identificação, divulgação e proteção do património, centrou-se, inicialmente, na preservação dos monumentos de maior significado histórico, e, posteriormente, alargou-se aos centros históricos. Mais recentemente, na tentativa de salvaguardar e contrariar as constantes alterações urbanísticas das nossas cidades e paisagens, expandiu-se ao ambiente.

Para alguns autores,⁶⁰ as primeiras preocupações com a preservação dos vestígios do passado surgem nas obras de André de Resende (c. 1500-1573), Damião de Góis (1502-1574) e de Francisco de Holanda (c. 1517-1585), que, pelo seu contacto com o estrangeiro, exaltaram os monumentos do passado, especialmente os da Antiguidade Clássica (Soromenho, 1993). André de Resende e Damião de Góis, tal como os humanistas, interessaram-se pelas suas cidades e pelos monumentos que lhes pertencem. André de Resende⁶¹, na obra *Historia da Antiguidade da Cidade de Évora* (publicada em 1553), afirma a superioridade da urbe, justificando-a com a importância do seu passado histórico⁶²; Damião de Góis, em *Urbis Olisiponis Descriptio* (publicada em 1554)⁶³, narra a história da cidade e descreve os seus monumentos, e Francisco de Holanda, na obra *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (manuscrito que data de 1571), também realça o prestígio histórico e político e dos seus monumentos (Soromenho, 1993: 26-27). O cronista escreve durante a época do Renascimento, o período de renovação científica e cultural que

⁶⁰ Outros autores apontam como casos pontuais de interesse pela História, ligada a um conceito embrionário de património, as primeiras coleções particulares de bens móveis, que integram artefactos arqueológicos e artísticos, pertencentes a reis, nobres e religiosos, como a coleção de *antiguidades* de D. Afonso (1377-1461), 1º Duque de Bragança. Também D. Teodósio (1505-1563), 5º Duque de Bragança se revelou um entusiasta de vestígios romanos, recolhendo-os e tendo iniciado um museu que está na génese do Museu arqueológico de Vila Viçosa. Mais conhecido, é o caso do bispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) que, graças ao seu espírito de colecionista, recolheu antiguidades romanas de *Bracara Augusta* (Campo de Santana), ensaiando a primeira tentativa de construção de um museu de arqueologia (Matos, 2002: 28).

⁶¹ Resende, A. (1553). *História da Antiguidade da cidade de Évora*. Évora: André de Burgos.

⁶² Martins (2003) refere, ainda, que entre nós, foi André de Resende quem implementou o método antiquário, designadamente ao nível dos estudos epigráficos (apresenta a sua leitura e transcrição), apesar de ter forjado testemunhos para enaltecer a importância de Évora na época romana. Na obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* apresenta registos de lugares, edifícios, templos e inscrições, contribuindo para a génese de um inventário a nível nacional (Ferreira, 1993: 15). Ao mesmo tempo, manifesta já um certo rigor crítico em relação à tradição historiográfica fantasiosa.

⁶³ Góis D. (2002). *Elogio da Cidade de Lisboa = Urbis Olisiponis descriptio*. Lisboa: Guimarães Ed.

tem como base a imitação dos modelos da Antiguidade Clássica e que suscita o interesse pelos monumentos e objetos greco-romanos.

Entre os séculos XVI e XVIII, alguns elementos das elites mais esclarecidas constituíram gabinetes de antiguidades, pinacotecas, pequenos museus, restringindo-se, apenas, aos bens culturais móveis, fáceis de colecionar. A descoberta de obras antigas alimenta o colecionismo, que favorece a arqueologia. As grandes coleções de antiguidades, em Portugal (Fabião, 1989: 24) remontam ao século XV,⁶⁴ mas as informações só no século XVI são plasmadas nos estudos historiográficos.

Só na centúria de oitocentos é que o monumento histórico auferiu de uma valorização sistemática, originando a criação de organismos oficiais para proceder à sua inventariação, classificação e restauro; concomitantemente, foram criadas múltiplas sociedades particulares cujo objetivo era, também, a sua conservação e restauro.

O Alvará Régio de D. João V, de 20 de Agosto de 1721,⁶⁵ é comumente referenciado como o primeiro documento que estabelece a necessidade de medidas de valorização, preservação e conservação do património, atribuindo o papel de coordenador desse desiderato à Academia Real da História Portuguesa, criada pelo rei no ano anterior. A Academia assume a tarefa de “providenciar sobre a conservação de monumentos”, “algo a meio caminho entre as funções das comissões oficiais dos monumentos nacionais e a militância das associações do *Património*, instituições que, entre nós, só veriam a luz do dia na segunda metade do século XIX” (Ramos, 2005: 94). O monarca justificou a publicação do alvará como o seu desejo para impedir uma perda tão danosa para a importância do reino, a dos monumentos: “E desejando eu contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuízo tão sensível, e tão danoso à reputação, e glória da antiga Lusitânia, cujo Domínio, e Soberania foi Deus servido dar-me”.⁶⁶ O rei, ao aconselhar às câmaras das cidades e das vilas do reino que tivessem “muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas” que fossem encontradas dentro dos

⁶⁴ Trata-se da coleção de D. Afonso, filho do primeiro duque de Bragança, que reunia materiais diversos, tanto portugueses (lápides e antiguidades romanas) como estrangeiros.

⁶⁵ De acordo com Ramos (2005), o inspirador do alvará foi D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, (1676-1733), gentil homem da câmara de D. João V, 6º conde de Penaguião, 3º marquês de Fontes e 1º marquês de Abrantes, que estando em Roma entre 1712 e 1718, tomou conhecimento da legislação relativa ao património da *Provincie Romane*.

⁶⁶ Decreto, que S. Magestade, que Deus guarde, Foi servido mandar à Academia em 13. de Agosto de 1721, <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/decreto-regio.pdf> [16 de outubro de 2016]

limites das suas localidades, remetia para os poderes locais a responsabilidade fiscalizadora (Martins, 2003), prevendo já uma penalização para

as pessoas de qualidade que contravierem a esta minha desposição desfazendo os edificios daquelles seculos [...] além de incorrerem no meu desagrado, experimentaraõ a demonstração que o caso pedir, & merecer a sua desatenção, negligencia, ou malicencia.

(Ramos, 2005: 95)

De acordo com Rodrigues (2011: 21), o documento régio fixou um conceito de monumento antigo, já com um considerável alargamento tipológico (“edifícios, estátuas, mármore, cipos, lâminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos”), e cronológico (as barreiras cronológicas começavam nos fenícios e estendiam-se até ao “reynado do Senhor Rey D. Sebastião”) muito parecido com o conceito atual de património histórico. A origem dessa pluralidade de *monumentos antigos* encontra-se nas *antiguidades* dos séculos XV e XVI, terminologia que o alvará manteve. No fundo, o alvará de 1721, não obstante a introdução do conceito *monumento*, continuava a privilegiar a descoberta do passado pré-clássico e clássico, em suma, do passado longínquo, apesar de referir como limite cronológico, o século XVI.⁶⁷ Expõe, também, um conceito de património cultural nacional, visto ser em nome da nação e do seu interesse – “[...] em que pode ser muito interessada a gloria da Nação Portuguesa [...]” – que se estabelece a necessidade de proteger uma grande diversidade tipológica que se estende por diversas épocas (Fabião, 1989: 17). Além da definição e alargamento do conceito de património nacional, em termos arqueológicos, reconhece a condição de fonte aos vestígios materiais do passado, que surge sob a designação genérica de *outros artefactos*, servindo para confirmar *notícias* e não para produzi-las, mantendo a fonte, de acordo com Fabião (1989:12), “um carácter mais ilustrativo que demonstrativo”.

Este interesse pelos monumentos reflete-se no cuidado com que a Academia Real de História, fundada em 1720, preparou a obra historiográfica que se propôs publicar – veja-se o caso de D. Jerónimo Contador de Argote, que, incumbido de escrever as *Memórias*

⁶⁷ O interesse por períodos anteriores à Antiguidade Clássica encontra-se plasmado na comunicação realizada por Martinho de Mendonça Pina e de Proença, no ano de 1733, intitulada *Memórias da Academia*, em que menciona algumas das antas existentes em Portugal e que termina com o apelo à recolha de informações, com a respetiva localização, sobre antas que ele considerava altares (Fabião, 1989: 18). Como afirma Cardoso (2002) “O interesse que tão frustes momentos despertaram nos espíritos iluminados setecentistas, e, em especial, nos membros da Academia, motivou a primeira tentativa da sua inventariação a nível nacional: logo em 1734, o padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro apresentou o levantamento de 315 ocorrências” (Cardoso, 2002: 21).

para a *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* (publicadas entre 1722 e 1747), no intuito de recolher material, recorreu à colaboração dos párocos da arquidiocese, que trouxeram para a história local muitos testemunhos até aí desconhecidos (Soromenho, 1993: 30). Em 1721, a Academia Real da História Portuguesa inicia um inquérito nacional, com o objetivo de realizar um primeiro inventário do património documental e construído existente, destinado aos provedores de comarca e eclesiásticos – as *Memórias Paroquiais* – que se viria a perder, quase na totalidade, com o terramoto de 1755. Preservaram-se, apenas, alguns registos, por não terem sido enviados para a Academia (Mendes, 2005: 74-75). José Silvestre Ribeiro, na obra *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal* (Ramos, 2005: 93-94), indica que a Academia,⁶⁸ durante os 29 anos subsequentes, reuniu um grande número de objetos arqueológicos, em mármore e em diferentes metais, descobertos em escavações fortuitas, que serviram para formar o Museu Arqueológico do Tesouro Velho desaparecido com o terramoto de 1 de novembro de 1755. A coordenação das atividades patrimoniais pela Academia Real da História Portuguesa, decretada no alvará de 1721, foi condicionada pelo terramoto de 1755, pela escassez de recursos materiais e humanos e pelo deplorável estado em que se encontravam as vias de comunicação em Portugal, que impediam as deslocações por parte dos membros da Academia para confirmarem as informações recebidas.

No século XVIII, as ações promovidas pela Academia Real da História e a atividade de Frei Manuel do Cenáculo⁶⁹ abriram novas perspetivas à arqueologia, ao património e à produção historiográfica do seu tempo. O prelado e os seus colaboradores realizaram ou mandaram realizar as primeiras escavações em Tróia. Começaram a ter outras preocupações com alguns artefactos que foram recolhidos através de intervenções. Na sua passagem por Beja, o prelado fundou o primeiro museu público do país, o Museu Cenáculo Pacense, com um núcleo de arqueologia, de etnografia e de história natural (Vasconcelos, 1898: 283-287). O clérigo manifesta uma nova atitude perante os vestígios materiais que passam a representar vestígios do passado e que se obtém através de escavações em lugares, que outrora foram habitados. Segundo Fabião, com Cenáculo

⁶⁸ O professor João Luís Cardoso refere que um dos membros da Academia Real da História, Jerónimo Contador de Argote reproduziu numa gravura sobre cobre as representações rupestres de Cachão da Rapa, o que mostra o interesse prematuro de Portugal pela Pré-História, só igualado pela França (Cardoso, 2002: 21).

⁶⁹ Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), bispo de Beja e arcebispo de Évora, e Manuel Severim de Faria (1582- 1655), entre outros, possuíam grandes coleções de antiguidades. A sua ação é bastante vasta, desde o âmbito religioso, pedagógico e literário, até ao estudo das antiguidades

Vislumbra-se, portanto, o início de um novo discurso, ainda agrilhado ao documento escrito, mas onde está presente já, de modo crescente, a evidência material, apresentando-se, esta, fundamentalmente, como “prova”, como reforço das teses explanadas. O rigor no tratamento da fonte material é maior, embora, neste âmbito, o campo interpretativo seja ainda, naturalmente, muito lato [...]

(Fabião, 1989: 24)

De destacar, ainda de acordo com Fabião, uma nova atitude, a partir dos finais do século XVIII – um maior rigor: “não se fala de pedras ou construções ‘grandes’, mas sim de pedras ou construções com tantos palmos de comprimento, largura e altura – a preocupação visual adquire um novo contexto – não se lê a inscrição, decalca-se ou desenha-se (*Idem, Ibidem*).

2.2. Do século XIX à Primeira República

A 4 de fevereiro de 1802,⁷⁰ o alvará de D. João V foi mandado republicar pelo príncipe regente, futuro D. João VI. A principal novidade é a substituição do diretor e dos censores da Academia Real da História Portuguesa, como representantes do soberano na proteção dos monumentos, pelo Bibliotecário Maior da Real Bibliotheca de Lisboa, a qual iria substituir a Academia Real da História, entretanto extinta, enquanto depositária da “conservação e integridade” de “peças de antiguidade”. A intenção era criar, como privilégio concedido pela coroa, uma “Colleção de Peças de Antiguidade e raridade” aberta a curiosos, eruditos e antiquários (Domingos, 2006: 25). Ao Bibliotecário-mor competia-lhe a correspondência com as câmaras, de modo a zelar pelos monumentos, e a estas, a função de comunicarem os achados encontrados nas suas jurisdições administrativas. Foi por esta razão que, desde 1802 a 1870, a Inspeção dos Monumentos e Antiguidades, responsável também pelas escavações arqueológicas, esteve nas mãos da Biblioteca Nacional.⁷¹ Mas o que um grupo de eruditos não conseguira realizar dificilmente seria concretizado por uma só personalidade, como observa Martins (2003). Entretanto, as invasões francesas, a fuga da Corte para o Brasil, a presença das tropas britânicas, a guerra civil entre liberais e absolutistas impediram a implementação de qualquer medida com vista à salvaguarda do património sujeito ao ódio contra o Antigo Regime. Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, os poderes públicos mostravam a sua preocupação com o

⁷⁰ O alvará será alvo de uma nova publicação, em 1815, aquando da publicação de uma memória sobre o teatro romano de Lisboa (Ramos, 2005: 96).

⁷¹ O *Boletim Oficial da Instrução Pública*, publicado em Lisboa pela Imprensa Nacional, contém os relatórios da *Inspeção*, além de diversas referências a escavações arqueológicas.

futuro das “obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte ou como Monumentos Históricos de grandes feitos, ou de Épocas Nacionais”.⁷²

Nos anos 30, eram nacionalizados alguns monumentos, ao mesmo tempo que se fazia o primeiro ataque aos bens do clero. Algumas instalações conventuais foram convertidas em hospitais, quartéis e serviços públicos. Mouzinho de Albuquerque, em 1836, atribuiu à Academia Real das Ciências de Lisboa a tarefa de elaborar o inventário dos edifícios relativos às extintas ordens religiosas, com o intuito de os proteger. De acordo com Teófilo Braga, a “liquidação dos bens das ordens religiosas, a expropriação dos tesouros do culto, bibliotecas e objetos de arte, de pintura e escultura” ocorria de “um modo tumultuário” (Braga, 1984: 280). Para enfrentar o contexto de crise económica, procedeu-se à venda maciça dos bens nacionais (regulamentada pela Lei de 15 de abril de 1835) cujo produto se destinava a amortizar a dívida nacional. No entanto, por Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, não foram incluídos nesta venda as obras e os edifícios “de Monumentos históricos de grandes feitos ou de Épocas Nacionais”.⁷³ Pela primeira vez, num diploma legal, surge o termo histórico associado ao conceito de monumento,⁷⁴ além de estar contemplada a vertente artística; estas duas vertentes estão, por sua vez, condicionadas por uma terceira – a antiguidade.

Em Portugal, os primeiros alertas sobre a destruição do património ocorreram em 1838 e, posteriormente, em 1842 e 1844: demoliam-se, deturpavam-se e reutilizavam-se os monumentos das formas mais indignas. A burguesia, pouco sensível à questão patrimonial, também negava o seu contributo à salvaguarda do património (Martins, 2003). A ruína atingia partes significativas dos mosteiros da Batalha, de Alcobaça e do Convento de Cristo, além da destruição de uma parte da muralha fernandina de Lisboa para construir uma praça e um mercado.

O brusco abandono do património religioso contribuiu para se tomar consciência da sua importância como fonte de memória. A ausência da iniciativa estatal é criticada de uma

⁷² Carta de Lei de 15 de abril de 1835, de D. Maria II (Lopes, 2012: 20).

⁷³ Artigo 3º da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, de D. Maria II.

⁷⁴ A palavra *monumento* entendida como *obra que lembra* encontra-se registada nos dicionários portugueses desde o século XVIII.⁷⁴ Com o passar do tempo, o conceito de monumento torna-se mais vasto, abrangendo os objetos remanescentes do passado que asseguram a continuidade da civilização (Rosas, 1995).

forma veemente pela corrente literária romântica, com destaque especial para Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Ramalho Ortigão.⁷⁵

No jornal *O Panorama*,⁷⁶ Alexandre Herculano (1810-1877) considerava que a origem deste problema estava na inexistência de uma lei centralizadora que considerasse os monumentos nacionais como propriedade pública, e não pertencentes a particulares e aos municípios (Herculano, 1838: 50); insurgia-se contra o espírito destruidor da sua geração e procurava sensibilizar a opinião pública⁷⁷ e as entidades competentes a atuar na conservação dos monumentos. Também Almeida Garrett (1799-1854), na obra *Viagens na Minha Terra*, mostrava a sua indignação pelo estado de ruína, e com as adulterações resultantes de más reparações dos monumentos em Santarém. Garrett manifesta outro conceito de monumento – enquanto para Herculano,⁷⁸ de acordo com o Romantismo e o Liberalismo, o monumento é um documento, um testemunho de gerações anteriores, Garrett já se preocupa com a sua parte estética.

A ação de Alexandre Herculano⁷⁹ em relação à salvaguarda do património cultural está relacionada com o contexto europeu oitocentista, nomeadamente com os movimentos de conservação e restauro que ocorriam em Espanha, Alemanha e Inglaterra e, sobretudo, em França.⁸⁰ Alexandre Herculano procurou acabar com o preconceito na arte, de que só o romano e o grego eram belos, chamando a atenção para a arquitetura gótica, cuja unidade arquitetónica defende (Soromenho, 1993: 41).

⁷⁵ Sobre as questões do património, nomeadamente o vandalismo, os agentes envolvidos e o combate patrimonial em Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Ramalho Ortigão cf. Ramos, P. O. (2003: 27-76).

⁷⁶ Alexandre Herculano publicou quatro artigos em *O Panorama* intitulados de *Os Monumentos I e II* (1838) e *Mais um brado a favor dos Monumentos I e II* (1839) que constituem o primeiro manifesto sobre a problemática da salvaguarda do património arquitetónico e artístico português. Mais tarde, os mesmos artigos, são republicados nos *Opúsculos (Controvérsias e Estudos Históricos)*.

⁷⁷ Apelidava de “Hunos Modernos” a todos aqueles que agiam contra os “monumentos pátrios”, numa terra “desamparada de Deus e da arte” (Herculano, 1873: 13)

⁷⁸ “Capaz de lembrar o passado, o monumento histórico é um documento, um testemunho, uma prova e um detalhe das gerações precedentes. A sua capacidade de memorização é imensa ultrapassando o indivíduo ou o facto isolado. Por isso ele é tão valorizado por Herculano, situando-se o seu pensamento no contexto da sobrevalorização romântica da história” (Rosas: 2011: 45)

⁷⁹ Alexandre Herculano criou a *Sociedade Conservadora dos Monumentos* (1840) formada por voluntários empenhados na defesa dos valores nacionais.

⁸⁰ Em 1834, devido à iniciativa de Guizot, foi instituído um Comité Histórico de Artes e Monumentos. Em 1840, é publicada a primeira lista de monumentos classificados, por iniciativa da Comissão Superior dos Monumentos Históricos Arqueológicos e Arquitetónicos, fundada em 1837, que entregou a direção dos restauros a arquitetos parisienses como Viollet-le-Duc, Danjoy, Rupriché, Duban, Questel.

Alexandre Herculano,⁸¹ Ramalho Ortigão (1836- 1915), ambos inseridos nas correntes artísticas e intelectuais europeias, e outras elites cultas sensibilizaram os poderes públicos para a importância dos monumentos antigos, sobretudo históricos e nacionais, que importava transmitir às futuras gerações como herança do passado. A consciência da presença de um património cultural e da necessidade da sua salvaguarda não correspondeu, assim a “um fenómeno de massas, nem se revestiu de uma matriz democrática, própria de movimentos de defesa do património dos tempos atuais” (Custódio, 1993: 33).

Após a Revolução Liberal, o regresso a Portugal dos exilados trouxe novos conceitos de património, inspirados tanto no pensamento francês (Viollet-le-Duc) como no inglês (Ruskin). Esses intelectuais, regressados de Paris ou Londres, e alguns jovens académicos, instruídos nas faculdades europeias, publicaram artigos de opinião, ensaios e romances, onde afirmam a vontade de assegurar a memória nacional, através da preservação do seu património mais emblemático.

Durante o Romantismo, atingiu-se o momento crucial na evolução das noções de património e restauro em Portugal; escreveram-se textos doutrinários e realizaram-se experiências de restauro nos dois mais significativos monumentos portugueses – os mosteiros da Batalha e dos Jerónimos.⁸² Os monumentos representavam o passado, o espírito da nação de tempos antigos, designadamente no seu período de maior glória, ilustrando fatores de progresso social, moral, político e económico (Rodrigues, 2011: 24).

Em 1840, era criada a Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, de curta existência, mas que pretendia colmatar as débeis medidas oficiais em proveito dos bens culturais, conseguindo o Convento do Carmo para depósito ou museu das suas antiguidades artísticas. Durante a legislatura de 1840-42, Alexandre Herculano, eleito deputado, consegue que sejam votadas verbas para os monumentos históricos,⁸³ sobretudo

⁸¹ Alexandre Herculano já chama a atenção para o turismo cultural, que ao ser desenvolvido, poderá trazer vantagens sócio- económicas: “Mas estes estrangeiros são homens que compreendem a arte, e a historia, que sentem e entendem. Nós é que perdemos compreensão, sentimento e intelligencia (...) mas o que serão os velhos edificios; que serão essas admiráveis maquinas de mármore e granito? (...) são, portanto, uma riqueza social (...) é um capital produtivo. Calcule quantos viajantes terão atravessado Portugal, durante um século.” (Herculano, 1838: 277)

⁸² De acordo com Lopes (2012: 20) a atuação do Estado neste domínio resumia-se ao restauro dos monumentos mais emblemáticos como o Mosteiro da Batalha, o Mosteiro dos Jerónimos ou a Torre de Belém.

⁸³ A noção de *monumento histórico* torna-se cada vez mais frequente na legislação associando-se-lhe, inevitavelmente, a conservação (Rosas, 1995: 47).

para o Castelo de Santa Maria da Feira. Realiza estudos sobre diversos monumentos, interessa-se pela defesa dos arquivos históricos do país e publica-os em grande parte nos *Portugaliae Monumenta Historica*. A ação de Alexandre Herculano em defesa dos monumentos integra-se na experiência europeia, posterior à Revolução Francesa,⁸⁴ em que surgem os primeiros normativos sobre a conservação dos monumentos, e os primeiros gritos de intelectuais, como o de Victor Hugo contra a destruição dos mesmos, provocada pela Revolução.

Como já referimos, em 1836, Mouzinho de Albuquerque fez uma primeira tentativa para realizar um inventário do património construído, sendo a Academia das Ciências de Lisboa convidada a elaborá-lo. Dois anos depois, o Ministério do Reino repetiu as ordens à Academia e, para a sua realização no que respeita à cidade de Lisboa, foi escolhida a Academia de Belas Artes de Lisboa, que ficou responsável por efetuar o levantamento gráfico das construções com valor histórico ou artístico, tal como, de acordo com Choay, se fazia em França, a partir do século XVII (Choay, 2010: 54). Três anos mais tarde, as responsabilidades em relação ao património foram compartilhadas com a Biblioteca Nacional e, posteriormente, com outras instituições como a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses,⁸⁵ fundada em 1863, graças à ação de Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), sendo-lhe concedido o Convento do Carmo para sede e Museu de Arqueologia. Em relação à sua atividade, procedeu ao registo dos monumentos existentes, independentemente do seu estado de conservação, editou, a partir de 1876, o *Boletim de Architectura e Arqueologia*, elaborou e publicou largo número de documentos, realizou excursões arqueológicas de visita e reconhecimento do estado dos

⁸⁴ As várias teorias sobre o restauro não são objeto do nosso trabalho, mas não poderemos deixar de referir a nomeação em 1840 de Viollet-le-Duc para a Comissão dos Monumentos Franceses e a sua influência em toda uma geração de arquitetos e historiadores, com a teoria de restauro da unidade de estilo, que pretendia devolver aos monumentos a pureza inicial, retirando-lhes todos os vestígios de reparações que foram sofrendo, ao longo do tempo. Alexandre Herculano perfilhava esta ideia de restauro que estava de acordo com os cânones românticos.

⁸⁵ A Sociedade Arqueológica Lusitana, em 1849, foi considerada por muitos a precursora da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, a primeira dedicada exclusivamente à arqueologia de campo (Raposo, 2010: 48), sob o patrocínio de D. Fernando II, fundada com o objetivo de explorar as ruínas de Tróia e apresentava como ideia pioneira a manutenção no local das suas estruturas. Estas escavações têm sido consideradas como as primeiras realizadas em Portugal mas, uma década antes, em 1836, Cunha Rivara, Diretor da Biblioteca Pública de Évora, executou as primeiras “escavações” na zona envolvente do templo romano de Évora, cujo escasso espólio se encontra, atualmente, reunido no Museu de Évora.

monumentos, elaborou o seu estudo artístico e histórico,⁸⁶ sensibilizou a opinião pública para a valorização de diversos aspetos artísticos e arqueológicos. Utiliza uma metodologia de investigação inovadora para a época, com o registo fotográfico e cartográfico, a análise arqueológica e os estudos comparativos para acerto das periodizações (Custódio, 1999: 41). A Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses foi uma das mais antigas, talvez a primeira associação de defesa do património existente na Europa (Raposo, 2011: 53). Entre 1870 e 1890, o gosto pelos objetos e civilizações da antiguidade, que vinha continuamente a crescer, alastrou por toda a vida social e artística e, de acordo com Raposo (*Idem*), a sociedade lisboeta convertia-se entusiasmada ao gosto pela arqueologia. O Museu do Carmo era o ponto de encontro de famílias; ser membro da Associação representava uma chancela social. Martins (2003) destaca o carácter pioneiro da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses,⁸⁷ no contexto português para a salvaguarda patrimonial, à margem da intervenção estatal, de acordo com o que, há várias décadas, organismos similares faziam em França, Espanha, Alemanha e, em especial, em Inglaterra. Além da ausência de quadros qualificados, esta agremiação era composta por uma rede de *sócios correspondentes* responsáveis pela divulgação e salvaguarda dos monumentos existentes nas suas regiões. Outra instituição importante foi a fundação e ação da Comissão Geológica do Reino, criada para proceder a estudos geológicos em Portugal; é por todos reconhecida (Fabião, 1999: 109) como um marco importante da História da Arqueologia portuguesa, para uns a “época de ouro da arqueologia portuguesa”,⁸⁸ sobretudo no que à Pré-História diz respeito, numa altura em que esta ciência ensaiava os primeiros passos na definição de conceitos, objetivos e metodologias, tal como no resto da Europa. A referida Comissão distinguiu-se, sobretudo graças ao labor de Carlos Ribeiro,⁸⁹ considerado o fundador da Arqueologia pré-histórica

⁸⁶ A Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, face ao desconhecimento por parte da maior parte de tecido social, viu-se na obrigação de divulgar conhecimentos nas áreas da História da Arte, da Arquitetura e da Arqueologia, num prenúncio, segundo Martins (2013: 49), da atual *gestão integrada* do património. Foi grande o esforço da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses na instrução das gerações mais novas em relação ao património.

⁸⁷ O nome inicial era Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portugueses, passando em 1867, sob proteção régia, para a Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portugueses.

⁸⁸ A grande atividade científica realizada pelos investigadores, assim como os seus trabalhos de escavação e de restauro, levou a que o terceiro quartel do século XIX fosse considerado a *Idade do Ouro* da arqueologia em Portugal, graças aos trabalhos realizados por Martins Sarmento, Estácio da Veiga, Carlos Ribeiro, Nery Delgado e, mais tarde, Santos Rocha e Leite de Vasconcelos.

⁸⁹ Carlos Ribeiro, nomeado diretor da Comissão Geológica, em 1857, realizou pesquisas no domínio da pré-história, descobrindo os concheiros de Muge, enquanto procedia ao estudo dos terrenos terciários do vale do Tejo. Devido ao interesse internacional sobre a antiguidade e evolução do homem, Carlos Ribeiro conseguiu

em Portugal, e de Francisco Pereira da Costa; posteriormente, a esta Comissão sucedeu a Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, dirigida, primeiro por Carlos Ribeiro e, após o seu falecimento, por Nery Delgado. A metodologia que Nery Delgado aplicou à Arqueologia, o método estratigráfico, acompanhado do registo em planta, são procedimentos singulares nesta altura, como destaca o professor João Luís Cardoso (2002: 23).⁹⁰ Estas instituições distinguiram-se na realização de trabalhos arqueológicos e na publicação da maior parte deles.

Por volta da segunda metade do século XIX, uma elite da opinião pública mais esclarecida pressiona os poderes públicos portugueses para que conservasse e restaurasse os monumentos de uma forma mais regular. No entanto, na primeira metade do século XIX, as noções de restauro, conservação ou recuperação de ruínas⁹¹ não faziam parte das práticas dos arquitetos dos ministérios. Joaquim Possidónio da Silva, arquiteto da família real, destacou-se dos seus colegas por desenhar, medir e proceder ao cadastro dos edifícios da arquitetura portuguesa que poderiam ser classificados como monumentos nacionais. Desse labor resultou um arquivo arquitetónico e arqueológico, com as plantas dos principais edifícios do reino, mas que, na atualidade, se encontra desaparecido. As verbas para a conservação de monumentos eram escassas, mesmo nulas, e o Estado só assumia responsabilidades na realização de obras de inegável valor histórico ou nacional.

Em 1875, surgiu a Comissão Geral dos Monumentos Históricos para, em simultâneo com a reforma do ensino das Belas-Artes e de um plano para a construção de um museu, propor ao governo que tomasse providências para a conservação, proteção e reparação dos monumentos históricos e dos objetos arqueológicos de importância nacional, existentes no país (Martins, 2004: 113). Em 1877, esta Comissão⁹² foi dissolvida, o que denunciava o desinteresse geral pelas questões patrimoniais.

que o IX Congresso Internacional de Arqueologia e Antropologia Pré-Históricas de 1880, se realizasse em Lisboa, constituindo uma das principais realizações da Arqueologia portuguesa no final do século XIX (Raposo, 2011: 49).

⁹⁰ Os progressos da investigação em pré-história ocorreram, nesta altura, um pouco por toda a Europa (Cardoso, 2002: 23).

⁹¹ Ferreira (1999/2000) elabora uma tipologia de ruínas: a ruína histórica, a ruína romântica, a ruína-catástrofe, a ruína- desastre de guerra.

⁹² Sobre a constituição das instituições oitocentistas, veja-se o capítulo dois, “A salvaguarda do património histórico-cultural” Martins, A. C. (2003) - *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória: um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

De acordo com Maia (2007: 193), a atuação do Estado intensificou-se com a criação de um serviço burocrático de defesa de imóveis de valor histórico e artístico; primeiro, a Inspeção de Obras Públicas do Ministério do Reino e, posteriormente, em 1852, pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria,⁹³ primeiro órgão público dedicado à administração do legado monumental, a cargo de Fontes Pereira de Melo. Como afirma Maia (2007), a atribuição de competências a estes órgãos, em relação aos edifícios e monumentos, revela “o tratamento do património como mais um item de um conjunto heterogéneo de áreas de intervenção” (*Idem*: 194). Em 1870, a gestão de monumentos é atribuída ao Ministério dos Negócios da Instrução Pública e Belas Artes, e essa “passagem da responsabilidade dos monumentos para o novo ministério cria uma cisão entre a intervenção efectiva sobre o património e a gestão tutelar do mesmo” (*Idem: Ibidem*) e, também, uma sobreposição de competências.⁹⁴

Fontes Pereira de Melo, em 1880, encarregou a Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses de elaborar um *Relatório e Mapa acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionais*. Uma das suas primeiras iniciativas foi a preparação e o posterior envio de uma circular-questionário aos seus sócios correspondentes, constituídos por autarcas e párocos, de modo a obterem uma perspetiva do património existente e o seu estado de conservação. Os monumentos são classificados em seis classes:

1ª classe - monumentos históricos e artísticos, 2ª classe- edifícios importantes para o estudo da história das artes em Portugal ou somente históricos, 3ª classe- monumentos de arte militar antiga, 4ª classe- monumentos para homenagear ou de agradecimento; 5ª classe- padrões de diferentes géneros, importantes para a história e para as artes; 6ª classe- monumentos pré-históricos, dólmens, mamoa, menires, etc.

(Custódio, 1993: 50)

De notar que, apesar de o papel do Estado na legislação produzida para o inventário, estudo, conservação e reparação dos monumentos históricos, a primeira relação de monumentos a classificar foi elaborada por uma associação de eruditos. Estes intelectuais

⁹³ À Direção de Obras Públicas e respetiva Repartição Técnica cabia-lhe, entre outros, os domínios dos “monumentos históricos, edificios públicos, obras de aformoseamento e recreio público”. Nas transformações ocorridas ao longo do tempo, esta repartição, em 1920, veio a possuir estrutura própria, sob a designação de Administração- Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, da qual resultou a Direção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Moreira, 1989: 106).

⁹⁴ Ainda em 1870, dá-se a absorção do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes pelo Ministério do Reino.

lutaram para sobrepor os interesses culturais aos económicos, lutaram contra os interesses locais de uma burguesia ciosa do seu direito de propriedade, consagrado com o liberalismo (Sousa, 2010).

Foram classificados como monumentos nacionais, setenta e seis edifícios.⁹⁵ Esta lista, apesar de nunca ter sido aprovada oficialmente, manteve-se como elemento de consulta e referência de monumentos a classificar até aos princípios do século XX, e teve a colaboração das diferentes Câmaras Municipais do país. Antes, o *Relatório* define o conceito de monumento nacional: uma vez que no território passaram e se fixaram diferentes povos, todos os marcos que confirmam a sua passagem ou fixação são considerados monumentos nacionais, assim como os que comemoravam os grandes acontecimentos da sua história. O conceito de *monumento* é alargado, devido ao gosto pela arqueologia e pela antropologia. Se até aqui, como limite cronológico, eram considerados monumentos nacionais os que recuavam até à formação de Portugal, a partir de agora o conceito estende-se a todos os vestígios da ocupação humana. De acordo com Raposo (2011a), é o próprio conceito de “tempo da nação” que recua para um passado cada vez mais distante, no qual se procuravam as raízes da nacionalidade. Na categoria de monumentos nacionais, incluem-se os testemunhos do passado que apresentam as seguintes características:

- 1) os elementos materiais que assinalam a presença da humanidade;
- 2) os elementos que comemoram os factos assinaláveis da vida dos povos;
- 3) os elementos que apresentam informação sobre a história das artes

(Raposo, 2011a: 67)

Em 1875, o marquês de Sousa Holstein, no relatório *Observações sobre o Actual Estado do ensino das Artes em Portugal, a organização dos museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Arqueologia* constata que os monumentos estão totalmente “descorados entre nós, com excepção da Batalha e do templo romano em Évora”.⁹⁶ A intervenção do Estado é marcada por atos pontuais e a sua atuação na salvaguarda e proteção dos monumentos nacionais continua a não ser eficaz. Por isso, mais tarde que Alexandre

⁹⁵ *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1881, pp. 87-89.

⁹⁶ Desde 1840 que começaram as obras de conservação e restauro do Mosteiro da Batalha, considerado Monumento Nacional pelas Cortes. Mouzinho de Albuquerque, a quem foi entregue a direção dos trabalhos, elaborou uma monografia sobre o mosteiro, *Memória Inédita acerca do edificio monumental da Batalha*, publicado em 1854, que foi a primeira monografia conhecida sobre um monumento histórico (Custódio, 93: 96).

Herculano e Almeida Garrett, é a vez de Ramalho Ortigão, na obra *Culto da Arte em Portugal* (1896: 16-17), frisar que cada povo ou nação tem o dever de proteger o seu património. Denuncia a indiferença dos poderes públicos e a sua atuação incerta na conservação dos monumentos que, para ele, são a grande causa da sua destruição, devido à aplicação de restauros que adulteravam o seu sentido original.

Apesar de se procurar realizar o levantamento, classificação e estado de conservação dos monumentos, os resultados, como já referimos, não são consistentes. Neto (2001) atribui as responsabilidades à inoperância do sistema e à constante disputa entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes.

Em 1894, o Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes vê as suas incumbências serem resgatadas para o Ministério das Obras Públicas (*Idem*), que regulamenta⁹⁷ a primeira Comissão dos Monumentos Nacionais, presidida por Luciano Cordeiro,⁹⁸ primeiro serviço de monumentos sob a tutela do Estado, tendo-lhe sido atribuídas as seguintes funções: a fixação, o estudo, a classificação e a inventariação dos monumentos nacionais, a identificação dos que necessitam ser reparados e a decisão do fim a dar aos bens nacionais.⁹⁹ Na Comissão, foram integrados os vogais efetivos e correspondentes, que, entre 1893 e 1898, se vão organizar para propor monumentos para classificação.¹⁰⁰ A portaria que nomeava a Comissão integrava nos monumentos nacionais, além de outros, *objetos industriais*, o que constituía um importante passo para a classificação do património industrial e um sinal do inevitável alargamento do conceito de património. Mas, a ação da Comissão encontrava-se limitada por estar integrada no Ministério das Obras Públicas e por ser apenas um órgão consultivo (Rodrigues, 2011: 27). Em 1897, foi substituído pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, ao qual foram atribuídas, entre outras, as seguintes competências: a classificação dos monumentos nacionais, o estudo e aprovação dos respetivos projetos de conservação, reparação e restauro, e a publicação de monografias histórico-artísticas. Uma novidade foi a nomeação de *vogais*

⁹⁷ O Regulamento foi publicado no Diário do Governo de 28 de fevereiro de 1894.

⁹⁸ A Comissão tinha sido criada por portaria de Hintze Ribeiro, em 1882, sob a presidência de Possidónio da Silva, que muito contribuiu para a sua formação e que realizou um reconhecimento oficial pelo país dos monumentos nacionais. Em 1890, foi criada uma nova Comissão que durou três anos; aliás, a Comissão dos Monumentos Nacionais viria a sofrer várias reestruturações.

⁹⁹ Diário do Governo, 28 de fevereiro, 1894; a portaria data de 27 de fevereiro (Rodrigues, 2011: 27)

¹⁰⁰ Sobre o método usado para a proposta de classificação e proteção cf. Custódio, 2011: 410. No entanto, segundo o mesmo autor, os edifícios supostamente classificados continuavam sujeitos ao vandalismo e a proteção não correspondia a critérios uniformes e coerentes (*Idem*: 414).

correspondentes nas principais cidades e vilas, com o intuito de estender o cuidado relativamente aos monumentos à totalidade do país, estimulando as elites locais a envolverem-se na defesa, inventário e conservação do património local.

O século XIX viu, então, nascer em Portugal a consciência do património cultural e a necessidade da sua preservação. Em relação à atividade arqueológica, no final de oitocentos, ainda não se encontrava enquadrada por qualquer estrutura do Estado, apesar do labor de Estácio da Veiga,¹⁰¹ Martins Sarmiento¹⁰² e José Leite de Vasconcelos.¹⁰³ Em Braga, Évora, Conímbriga, na região de Bragança, com o Abade de Baçal, despontavam os estudos e realizava-se alguma atividade arqueológica.

Em 1901 (Decreto Orgânico de 24 de outubro), foi aprovada, no âmbito da remodelação do Ministério das Obras Públicas, a orgânica e a alteração da designação de Conselho Superior dos Monumentos Nacionais para Conselho dos Monumentos Nacionais cujas

¹⁰¹ De salientar o papel pioneiro de Estácio da Veiga relativamente ao meticoloso registo cartográfico de sítios arqueológicos, no estudo que realizou dos locais com ocupação humana no Algarve, desde o Neolítico até à época islâmica, bem como nas suas propostas de criação de uma estrutura institucional, descentralizada, de investigação arqueológica – um grande museu para apresentação pública de vestígios resultantes de escavações – e, no ensino, um programa para o estabelecimento dos estudos arqueológicos. Defendia o estabelecimento de seis circunscrições de arqueologia, nas principais cidades do país, que deveriam realizar o levantamento da *Carta Arqueológica* regional e reunir os respetivos acervos nos museus locais.

Sobre a atividade de Estácio da Veiga, além das suas obras, podem consultar-se: Pereira, M. (1981), “O Museu Archeologico do Algarve (1880-1881). Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX”, *Separata de Anais do Município de Faro*; s/a (1984) “Estácio da Veiga cientista algarvio pioneiro da Arqueologia em Portugal”, *Separata de Estudos Algarvios*; Gonçalves, V. S. (1980) “Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891): IV C.N.A./CHUL/H.C. Lisboa.

Estácio da Veiga pode ser considerado o primeiro arqueólogo português profissional pois, a solicitação do governo, foi o responsável pelo levantamento sistemático das antiguidades algarvias, que não chegou a publicar na totalidade (Cardoso, 2002: 29).

¹⁰² Martins Sarmiento, outro nome pioneiro da arqueologia portuguesa, constituiu a Sociedade Martins Sarmiento, com um papel relevante, ainda hoje, na arqueologia. Partindo da literatura grega e latina, procura conferir uma dimensão histórica, através de vestígios materiais, aos Lusitanos; para isso, procede a escavações na citânia de Briteiros. Em Briteiros e no castro de Sabrosa, Martins Sarmiento destacou-se pelo uso pioneiro do registo fotográfico dos processos da escavação.

Sobre Martins Sarmiento, entre as obras mais recentes veja-se Pimenta, J. (2007). *O Lugar do Passado em Martins Sarmiento. Geo-historiografia do programa de investigação arqueológica da Cultura Castreja (1876-1899)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho; Pimenta, J. (2007). *O Lugar do Passado em Martins Sarmiento*. Porto: Figueirinhas. Sobre os trabalhos fotográficos de Martins Sarmiento-Casa de Sarmiento, Citânia’. Explicação das fotografias, *Revista de Guimarães*, Nº 100, pp. 171-189.

¹⁰³ José Leite de Vasconcelos foi o fundador do *Museu Etnográfico Português* (1893), mais tarde Museu Ethnologico Portuguez (1897), no qual se reuniram as coleções de etnografia, antropologia e arqueologia do país, e ao qual se deve a publicação do periódico *O Archeólogo Português*, bem como a extensa obra no campo da arqueologia. Como o seu objetivo era o estudo do povo português e da nação, realizou e publicou estudos de Etnografia, Linguística, Geografia e História, além de Arqueologia.

Sobre José Leite de Vasconcelos cf. Cardozo, M. (1954a, 1954b), Heleno, M. (1965), Raposo, L. (1993), Encarnação, J. (1993-1994); 2000), Coito, L., Martins, A. & Cardoso, J. (2008)

competências eram estudar e propor medidas de preservação do património monumental, que incluíam a sua classificação, a apreciação dos projetos de conservação e restauro, e a fiscalização dos trabalhos de execução. O Decreto de 30 de dezembro do mesmo ano estabelece os “critérios fundamentais sobre que deve assentar a classificação” dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais e as “condições de proteção de que ficam revestidos os monumentos classificados”:

Artigo 1º- Os imóveis, por natureza ou por destino, cuja conservação represente, pelo seu valor histórico, arqueológico ou artístico, interesse nacional, serão classificados monumentos nacionais pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

Artigo 4º- Os imóveis classificados nos termos do presente decreto não poderão ser destruídos, no todo ou em parte, nem sofrer qualquer trabalho de reparação ou modificação sem licença do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, depois de ouvido o Conselho dos Monumentos Nacionais.

Estão definidos os critérios essenciais para a identificação e catalogação dos monumentos nacionais e, se o critério de valorização, predominante no século XIX, se baseara na correspondência histórica e arqueológica do monumento, relegando os valores estéticos e artísticos para um segundo plano, o Conselho dos Monumentos Nacionais articulou a questão da classificação com os problemas da história da arte e da parte estética. Neste, como em todos os diplomas posteriores,¹⁰⁴ o objeto de proteção (o bem cultural) é invariavelmente, e só, aquele que se encontra classificado ou que reúne condições para a sua classificação. Também ficou esclarecido que a classificação dependia do Governo.

Entre 1906 e 1910,¹⁰⁵ com base neste diploma, o Conselho dos Monumentos Nacionais teve de recomençar o processo de classificação dos monumentos e procedeu à classificação de quatrocentos e sessenta e oito¹⁰⁶ monumentos nacionais (em 23 de junho de 1910, foi publicada no Diário do Governo n.º 136, o decreto de 16 de junho contendo a lista dos bens “considerados monumentos nacionais”, de acordo com o preâmbulo do decreto), passando a haver regulamentação jurídica para “justificar as prioridades de intervenção e os orçamentos necessários” (Lopes, 2012: 22).¹⁰⁷ Para se proceder à classificação, atendeu-se

¹⁰⁴ Decreto nº 1 de 26 de maio de 1911, Lei nº 1700, de 18 de dezembro de 1924, o Decreto nº 20985, de 7 de março de 1932.

¹⁰⁵ Em 1904 foi apresentada a primeira lista de monumentos nacionais.

¹⁰⁶ No diploma publicado em 14 de janeiro de 1907 são objeto de classificação os monumentos emblemáticos, grandes exemplares da arquitetura religiosa, que ilustram episódios marcantes da nossa História, como o Mosteiro dos Jerónimos, o Mosteiro da Batalha, o Mosteiro de Alcobaça, a Sé de Lisboa, a Sé de Coimbra, a Sé de Évora, o Convento de Cristo em Tomar e a Torre de Belém.

¹⁰⁷ Cf. Lopes (2012) que enumera a legislação publicada no âmbito da classificação de monumentos nacionais até à implantação da República:

ao caráter de ordem, à época (pré-histórica, lusitana, lusitana-romana, romana, medieval, do renascimento, moderna, com a data limite de 1800) que se alarga em termos cronológicos; ao caráter de género (bens imóveis e bens móveis) e, no caso dos bens imóveis, à natureza (religiosos, históricos, etc.), ao caráter de espécie, ou seja, ao seu fim, critério funcional (citânias, pontes, igrejas, cruzeiros, castelos, torres, palácios, aquedutos, pelourinhos) (Custódio, 1993: 53). O conceito de património estendia-se, assim, às mais variadas evidências materiais do exercício humano em todas as suas atividades e vertentes, como notou Martins (2004). No entanto, todos os monumentos classificados se referiam apenas ao património construído,¹⁰⁸ o que coincide com o conceito de *monumento nacional*, definido na mesma época por Gabriel Pereira, que faz corresponder o termo *monumento nacional* aos imóveis com valor histórico, arqueológico e artístico para a nação (Rodrigues, 2012: 23). De acordo com Fabião (2011: 158), o património arqueológico que consta na lista é escasso, figurando realidades muito díspares, sem que se perceba um critério de inclusão ou uma coerência na seleção, prevalecendo a ideia de Alexandre Herculano – predominam os monumentos da época medieval. No entanto, outros investigadores entendem que este diploma privilegia a arqueologia, questão que se relaciona com a necessidade de afirmação dos países europeus que procuravam encontrar as suas raízes mais remotas, bem como justificações para determinadas ações e reivindicações políticas (Martins, 2004).

Quanto ao património móvel, arrumado, em precárias condições, na Academia de Belas Artes, na Biblioteca Nacional¹⁰⁹ e na galeria Nacional de Pintura, foi transferido, em 1884,

-Decreto de 27 de setembro de 1906, publicado em 9 de outubro de 1906;

-Decreto de 10 de janeiro de 1907, publicado em 17 de janeiro de 1907;

-Decreto de 2 de julho de 1908, publicado em 9 de julho de 1908;

-Decreto de 27 de agosto de 1908, publicado em 5 de setembro de 1908;

-Decreto de 16 de junho de 1910, publicado em 23 de junho de 1910.

¹⁰⁸ O património móvel, que tinha sido recolhido nos museus do Estado e dos municípios não era abrangido pela classificação, pois considerava-se que já estava protegido.

¹⁰⁹ Os primeiros governos liberais, além de criarem uma comissão para selecionar, classificar e recolher as obras de arte provenientes dos conventos extintos, criaram museus, como o *Museu Portuense*, e tomaram outras medidas para procederem à recolha de livros, obras de arte e instrumentos científicos dos conventos extintos, que foram para a Biblioteca Pública de Lisboa e para um “Depósito de livrarias, cartórios, pinturas e mais preciosidades literárias e científicas” (Maia, 2007: 47). Também, pelo mesmo decreto, foi criada uma comissão para selecionar, classificar e recolher as obras de arte das casas religiosas; no ano seguinte, essas tarefas foram transferidas para as Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto, provisoriamente, até que fossem colocadas em 1836, nos Gabinetes de Raridades previstos para as capitais de distrito, nos Gabinetes de Pinturas e nas Bibliotecas Públicas distritais (acabaram por recolher estatuária, bens arqueológicos, lápides e moedas), cuja responsabilidade de execução pertencia aos governos civis. Esta medida, apesar de não ter resultado, constituiu uma primeira aposta na estruturação de uma rede de museus regionais e

para o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia. A criação deste museu é devedora de duas exposições realizadas em Londres e Lisboa, cujo catálogo acabou por ser o primeiro inventário do património móvel e preparou o “discurso expositivo” para o referido museu (Rodrigues, 2012: 4).

Quando entramos no século XX, a legislação publicada em Portugal relativa ao património, poderá ser enquadrada em três períodos: durante a Primeira República, no Estado Novo e na época posterior ao 25 de Abril.

2.3. A Primeira República

A partir de 1910, com a nacionalização dos bens da igreja, novos problemas se colocaram, sobretudo ao património arquitetónico, motivados pela alteração de funções ou mau aproveitamento de muitos edifícios religiosos.

Devido à instabilidade, a salvaguarda e conservação do património artístico foi uma das preocupações dos primeiros anos do regime republicano, dando origem a um novo *corpus* legislativo. A primeira lei republicana relacionada com o património data logo de novembro de 1910 e refletia a preocupação com a sua delapidação e saída para o estrangeiro, apontando como causas a falta de um inventário e a formação da população.¹¹⁰ Nesta lei, está implícito o conceito de “património cultural móvel”, além da modernidade dos princípios expressos em relação à sua alienação.¹¹¹

Os serviços artísticos e arqueológicos foram colocados sob tutela do Ministério de Instrução Pública, criado pelos republicanos a 7 de Julho de 1913;¹¹² existia também um órgão consultivo superior denominado Conselho de Arte Nacional, transformado, em 1919, na Direção-Geral de Belas-Artes. O Conselho dos Monumentos Nacionais, dependente do Ministério de Obras Públicas, foi extinto já que era pouco eficaz nas questões de

bibliotecas à escala nacional. Maia (2007: 48) é de opinião que está aqui o embrião do futuro museu local. Os problemas da falta de espaço e de condições de conservação constituíram sempre grandes preocupações colocadas aos sucessivos diretores da Biblioteca Pública que, em Lisboa, se localizava no Convento de S. Francisco.

¹¹⁰ Diário do Governo nº 41, de 22 de novembro de 1910.

¹¹¹ Património Cultural da Nação

http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/patrimoniomovelno/historial_bmci_2011.pdf [14/10/2016]

¹¹² Na Europa, nesta data, as instituições ligadas ao património eram tuteladas pelos ministérios de instrução pública e belas-artes. Em Portugal, o desejo de integrar os monumentos nacionais, o património artístico e museus à tutela da instrução era um desejo da generalidade dos artistas, arqueólogos e críticos de arte, e provinha já de 1875 (Cf. Custódio, 2011).

conservação e restauro, pois era um órgão consultivo e técnico desse ministério (Custódio, 2011: 91).

Logo no início do regime republicano, o Decreto-Lei nº 1 de 26 de maio de 1911, da responsabilidade do Governo Provisório, procedeu a uma reorganização dos serviços aos quais é confiada a tutela do património cultural (que o diploma designa de *Serviços Artísticos e Arqueológicos*). A tutela pretende reorganizar os serviços artísticos e arqueológicos, culminando com a divisão do país em três circunscrições artísticas, em Lisboa, Porto e Coimbra, à frente das quais se encontrava um Conselho de Arte e Arqueologia¹¹³ com funções consultivas, deliberativas e executivas. A primeira função era o estudo, a conservação e o enriquecimento do acervo dos museus, além de “[...] classificar os monumentos da circunscrição, velar pela sua conservação e propor ou apreciar os respetivos projetos de reparação e restauração”.¹¹⁴ O Ministério das Finanças que tutelava alguns monumentos, em 1919, criara um Conselho de Património com funções consultivas na área do património arquitetónico. Como estruturas intermédias entre o Ministério de Instrução Pública e os Conselhos de Arte e Arqueologia, encontrava-se a Repartição de Instrução Artística e, a partir de 1920, a Direção-Geral de Belas Artes.¹¹⁵ Existia, assim, uma desarticulação provocada pela sobreposição de competências entre os vários serviços (Lopes, 2012: 29).

Custódio (1993: 54) faz notar que, além da descentralização, a base social para o estudo, defesa e arrolamento¹¹⁶ dos bens pertence agora a um número ilimitado de vogais: os efetivos, os correspondentes, os honorários e os auxiliares. As principais atribuições dos Conselhos de Arte e Arqueologia, que detinham a tutela sobre os museus nacionais e regionais,¹¹⁷ sobre os monumentos classificados e as estações e serviços arqueológicos, relacionavam-se com a classificação dos monumentos da respetiva circunscrição, com a vigilância pela sua conservação e com a proposta ou apreciação dos projetos de reparação e restauro (Neto, 2001: 95). Regulamentavam questões omissas em relação aos monumentos,

¹¹³ Embora com a designação de *arqueologia* os Conselhos de Arte e Arqueologia não se dedicaram à problemática da Arqueologia.

¹¹⁴ Artigo 4º do Cap. II do Decreto nº 1 de 26 de maio de 1911.

¹¹⁵ A Direção-Geral de Belas Artes resultou da reorganização do Ministério da Instrução Pública levada a efeito pelo Decreto n.º 5267, de 19 de março de 1919.

¹¹⁶ Foram criadas comissões concelhias de inventário que procediam ao arrolamento, inventário e administração dos bens eclesiásticos.

¹¹⁷ De acordo com a legislação republicana, nomeadamente o Decreto-Lei nº 1 de 26 de maio de 1911, os museus são vistos como a solução para resolver o grave problema da educação.

como os aspetos da propriedade, da administração, da conservação e restauro, prevendo-se um orçamento contendo verbas específicas destinadas à conservação e restauro a realizar nas várias circunscrições do país. As três Comissões de Monumentos eram constituídas maioritariamente por artistas, nomeadamente arquitetos, críticos de arte e arqueólogos, prestando serviço público. Com efeito, associado aos Conselhos de Arte e Arqueologia e às Comissões de Monumentos estava um regime de voluntariado constituído por delegados, vogais correspondentes,¹¹⁸ ligas, grupos associativos e comissões de amigos dos museus e dos monumentos. Por exemplo, a Comissão de Monumentos era composta por seis artistas (maioritariamente arquitetos) e cinco escritores de arte e arqueologia. Como salienta Lopes, “era a forma de escutar e responsabilizar um número alargado de entidades locais, mais bem colocadas para interpretar os anseios das comunidades próximas” (Lopes, 2012: 22). A esta composição está inerente um novo pensamento em relação ao património, que engloba os objetos artísticos e os monumentos, que, doravante, têm como “primeira função serem documentos de formação artística, ‘vestígios nacionais’ da identidade e da memória”, colocados ao serviço da “educação regional do povo” e da “riqueza pública geral e local” (Custódio, 2011: 90).¹¹⁹

O diploma legislativo de 26 de maio de 1911 encontra-se imbuído de um espírito descentralizador, que se torna perceptível não só na extensão de competências atribuídas aos Conselhos de Arte e Arqueologia, como também na importância conferida aos museus das regiões, pretendendo-se implementar a sua fundação,¹²⁰ e torná-los responsáveis pela

¹¹⁸ A instituição de vogais correspondentes, que já se tinha iniciado anteriormente, continua no novo regime republicano. De acordo com Custódio (2011: 349) “a sua influência manteve-se efectiva no novo contexto político, assistindo-se à reintegração de antigos vogais nas novas listas, a promoção dos mais eficientes do passado a auxiliares, ao relançamento da instituição com vogais colectivos e ao recrutamento dos novos.” É a partir da I República que se dá a separação entre vogal correspondente e vogal auxiliar “investido do poder de delegação, como representante local da instância superior a nível regional” (*Idem*: 356). Ao mesmo tempo, cada circunscrição tinha autonomia para nomear novos vogais correspondentes.

¹¹⁹ De acordo com Custódio (2011a: 324-325) o saldo da ação dos Conselhos de Arte e Arqueologia e das respetivas comissões traduz-se na génese da implantação de um sistema de proteção legal do património arquitetónico classificado, que foi um fator essencial para a permanência dos imóveis no país.

¹²⁰ Os primeiros governos liberais preocupados com o património criaram uma comissão para selecionar, classificar e recolher as obras de arte provenientes dos conventos extintos, fundaram museus, como o Museu Portuense e tomaram medidas para recolherem livros, obras de arte e instrumentos científicos dos conventos extintos, cujo destino é a Biblioteca Pública de Lisboa e um “Depósito de livrarias, cartórios, pinturas e mais preciosidades literárias e científicas” (Maia, 2007: 47). No ano seguinte essas tarefas foram transferidas para as Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto, provisoriamente, até que fossem colocadas em 1836, nos Gabinetes de Raridades previstos para as capitais de distrito, nos Gabinetes de Pinturas e nas Bibliotecas Públicas distritais (recolheram estatuária, bens arqueológicos, lápides e moedas), cuja responsabilidade de execução pertenceria aos governos civis. Esta medida, apesar de não ter resultado, constitui uma primeira

incorporação das obras de arte, cuja integridade estivesse em perigo nos seus locais de origem. De acordo com esta legislação, irão ser criados no país, entre 1912 e 1924, treze museus regionais (Gouveia, 1985), tendo sido todos classificados como *museus regionais de arte e arqueologia*. A representação da realidade regional ficava circunscrita aos domínios artístico e arqueológico, omitindo outros setores da cultura. A génese dos museus regionais, criados neste período, vai dar resposta a uma necessidade – “garantir a salvaguarda dos bens da igreja apropriados e a valorização extraordinária do património artístico móvel em relação aos valores arquitectónicos e arqueológicos” (Custódio, 2011a: 229).¹²¹ Por todo o país, grande quantidade dos bens móveis são deslocados para os museus, o que fundamenta uma estratégia museológica sem precedentes, de acordo com o mesmo autor. Os museus eram controlados pelo Ministério da Instrução Pública e existia o cargo de “inspector dos museus regionais”.

Relativamente ao património, nesta época, existe uma mudança de paradigma, um antes e um depois em relação à proteção artística, à orgânica das diferentes estruturas que protegem o património, à sua finalidade social, cultural e económica, que se dirige não só para as elites, mas também para o povo (Custódio, 2011), alargando-se, assim, a participação social. O que sucedia em Portugal era um reflexo do que acontecia na Europa, em que muitos países, entre 1890 e 1910, tinham estabelecido, por via constitucional, os seus sistemas de defesa dos bens culturais (incluíam não só os monumentos, mas também os valores artísticos de significado nacional). No entanto, os valores em que assenta a classificação dos monumentos (artístico, histórico ou arqueológico)¹²² não diferem da legislação monárquica de 1901 (Lopes, 2012: 22). Quanto aos monumentos nacionais, o Decreto nº 1 de 26 de maio de 1911 vem colmatar uma lacuna legislativa, existente em Portugal – previa-se dotar o orçamento do Estado com verbas específicas para a conservação e restauro, além de regulamentar os aspetos da propriedade (admitia intervir nos bens privados, expropriando-os e nacionalizando-os, classificando-os de interesse nacional), da administração e da conservação e restauro. O mesmo Decreto de 26 de maio de 1911 revela a ascendência do conceito de património, como bens e valores

aposta na estruturação de uma rede de museus regionais e bibliotecas à escala nacional. Maia (2007: 48) é de opinião que está aqui o embrião do futuro museu local.

¹²¹ Custódio (2011a: 263- 266) introduz o conceito de *museus- receptáculos* aos museus regionais destinados a salvaguardar e conservar os bens móveis.

¹²² Decreto de 16 de Junho de 1910.

representantes da herança e legado do país, sobre o de “monumentos nacionais” tão característico do século XIX. Quanto aos últimos, os novos órgãos republicanos chamam a atenção para os pequenos monumentos, impondo uma revisão da *Lista de Classificação* publicada em 16 de Junho de 1910. O conceito de monumento, ainda que sem efeitos para classificação, alarga-se aos “monumentos contemporâneos”. A necessidade de proteção, neste decreto de 1911, continua restringida ao imóvel isolado, ao monumento, não existindo referência à sua envolvente (Lopes, 2012: 23); porém, Custódio (2011: 309) é de opinião que, na estrutura de classificação de 1910 já emergia, precocemente, o conceito de *conjunto*, só reconhecido na *Convenção do Património Mundial da UNESCO*, em 1972, na medida, em que o legislador consagra uma nova tipologia, trechos arquitetónicos, o que implicava um alargamento da área de defesa dos monumentos.

O regime republicano foi prolixo na publicação de legislação relativa ao património, como, por exemplo, decreto de 10 de novembro de 1910 (destinado à proteção dos bens artísticos e expropriação de obras de arte)¹²³ e muitos outros documentos legais, que constituíram um todo coerente e articulado, visando a execução das políticas patrimoniais relativamente à proteção¹²⁴ e classificação. No entanto, durante a época republicana, ao contrário do que acontecia em França, Inglaterra e Espanha, não houve em Portugal qualquer lei de bases do património. Com efeito, não existia um documento orientador sobre as questões patrimoniais que apresentasse, nomeadamente, orientações para os problemas da conservação e restauro, ou que enumerasse os elementos essenciais da herança cultural, entre outras questões.

Em 1920, na dependência do Ministério das Obras Públicas, foi instaurada a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que centralizou, entre outras, a responsabilidade do Estado na intervenção do património arquitetónico classificado. Foram responsáveis por intervenções profundas em vários monumentos, como a Sé de

¹²³ Por exemplo, o Decreto nº 15.216, de 14 de março de 1928, torna obrigatória a publicação dos arrolamentos, no entanto este imperativo só acontece a partir de 1932.

Não é do âmbito deste trabalho o estudo do *corpus* legislativo referente à proteção do património e funcionamento das suas instituições. Quanto à remodelação dos códigos relativos a este assunto, Custódio (2011) aponta três momentos fundamentais: o inicial que decorre entre 1910 e 1913, o segundo que corresponde ao período entre 1924 e 1926 e o terceiro entre 1928-29, período da ditadura militar em que as orientações políticas mudam e as circunscrições e os Conselhos de Arte e Arqueologia foram extintas, pelo Decreto –Lei nº 20.985 de 7 de março de 1932.

¹²⁴ Em 1930, foi publicada legislação proibindo a colocação de cabos elétricos, telefónicos e outros materiais anómalos nos monumentos nacionais (Decreto nº 18.123 de 22 de março).

Lisboa, Palácio de Belém, Palácio de Sintra, Castelo de Leiria, Mosteiro de Santa Maria de Belém e Convento de Cristo, em Tomar.

Em 1924, surgem novas normas de proteção jurídica dos monumentos, e agora da sua envolvente, com a publicação da Lei nº 1.700, de 19 de dezembro de 1924, em que as funções de inspeção, vigilância, guarda e conservação são da responsabilidade da Direção Geral de Belas Artes juntamente com um conselho consultivo geral, e a classificação dos monumentos é exercida por esta última, continuando os Conselhos de Arte e Arqueologia a manter a sua ação. É criado o Conselho Superior de Belas Artes, junto do Ministério da Instrução, com uma função consultiva nos domínios da arte e arqueologia. Em relação à classificação, surge uma nova categoria – o *imóvel de interesse público*. Ainda na Lei nº 1.700 emerge como critério de seleção “o interesse turístico”, o que revela o impacto do turismo.

Mais tarde, o Decreto-Lei nº 21875 de 18 de novembro de 1932 fixa a *zona de proteção* em redor dos monumentos classificados que é fixada em 50 metros; no interior da zona de proteção a construção ou alteração de edifícios eram submetidas ao parecer da 1ª Subsecção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação. Segundo Lopes, a legislação produzida entre 1924 e 1932 aprofunda os preceitos anteriores em relação à proteção do património monumental e “reconhece que a perceção valorativa de um objeto arquitectónico ou arqueológico depende, em grande parte, da relação com a envolvente próxima” (Lopes, 2012: 28).

Em relação à educação, a ação da Primeira República também se preocupou em “ [...] despertar e manter [...] o respeito por todos os monumentos, e pela própria paisagem nacional, como sendo [...] a alma da terra Portuguesa [...]” e aconselha “[...] dar aos alunos o conhecimento conveniente da origem e valor histórico de tais monumentos, de maneira a firmar nos educandos o carácter cívico e patriótico [...]” (Circular nº 4 de 28 de maio de 1915).¹²⁵ O modelo descentralizado de salvaguarda e conservação do património é responsável por um maior interesse artístico e monumental, e envolve a participação da sociedade civil em várias formas de intervenção. As elites locais que surgem, nas vilas e cidades do país, são, normalmente, funcionários públicos, ligados às atividades militares, judiciais e da educação, conscientes do dever de proteção dos bens locais e que reagem ao

¹²⁵ Circular nº 4 expedida pela Secretaria-Geral do Ministério sobre a Educação Cívica.

centralismo de Lisboa (Custódio, 2011a: 132). Em modo de conclusão, partilhamos a opinião de Custódio:

As condições políticas e sociais da instauração da República despoletaram novos desafios para o património da nação, ampliando em larga escala o modelo que se esboçara no último quartel do século XIX: uma tendência exagerada de desintegração e deslocação do património e aceitação, mais ou menos pacífica, de soluções de salvaguarda por via da instituição museológica. A diferença essencial entre o primeiro momento e o segundo radicou na maior capacidade política, legislativa e institucional de garantia de salvaguarda dos móveis e imóveis envolvidos na voragem da questão religiosa.

(Custódio, 2011: 240)

2.4. O Estado Novo

A legislação relativa aos bens culturais, publicada durante o Estado Novo, apresenta especificidades diferentes consoante a época da sua publicação: o período da ditadura militar anterior a 1933, o pós-guerra, em especial os anos 50 e 60. A política de preservação que o Estado Novo iniciou serviu de símbolo e de propaganda contra a primeira república, considerada culpada pelo abandono e estado de degradação em que o património se encontrava.

Em 1932, as circunscrições foram desmanteladas e parte das competências, que pertenciam aos Conselhos de Arte e Arqueologia que são extintos, transitam para as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia. De acordo com o ideário político do Estado Novo, a preocupação era centralizar, por isso às Comissões de âmbito municipal, que deveriam integrar os agentes culturais mais importantes do concelho e que eram de constituição facultativa, foram atribuídas apenas funções consultivas. O Decreto n.º 20.985, de 7 de Março de 1932¹²⁶ conferia às Comissões Municipais de Arte e Arqueologia¹²⁷

¹²⁶ Uma das teses apresentadas ao V Congresso Regional das Beiras, realizado nesse ano na Figueira da Foz, mostrava alguma preocupação com o novo normativo apresentando algumas sugestões: “Aos extintos Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições de Lisboa, Porto e Coimbra competia esta função protetora que era tão zelosamente quanto possível exercida pelos seus Vogais. A publicação do decreto n. 20.985, de 7 de Março de 1932 [...] veio modificar esta organização e extinguir os Conselhos, instituindo o Conselho Superior de Belas Artes. Esta centralização de serviços [...] para atingir plenamente o seu objectivo afigura-se-nos indispensável que o Conselho Superior de Belas Artes esteja em ligação directa e permanente com agentes locais [...] a quem sejam conferidos poderes mais latos e atribuições mais vastas do que as que a legislação anterior lhes autorizava. Assim deveriam ser mantidos os antigos Vogais Correspondentes, como agentes locais de vigilância que exerceriam em nome do Conselho Superior e como seus Delegados, e a quem se poderia dar um cartão de identidade que apresentado a qualquer autoridade militar, civil ou policial seria suficiente para lhe outorgar o direito a requisitar a sua intervenção imediata para obstar à prática de qualquer vandalismo ou atentado de lesa-arte em via de execução produzindo o efeito legal de um embargo provisório que se converteria em definitivo após a consulta ao Conselho Superior [...]; o qual emitiria o seu

a participação do presidente da Câmara, do diretor do Museu Municipal, um professor de liceu, os párocos e “três vogais nomeados pelo ministro de entre sócios de grupos de amigos dos monumentos ou museus” (artigo 21, Cap. III). Sobre a ação destas comissões, constituídas pelos notáveis dos municípios, Silva (1992: 33) refere que o seu labor contribuiu para a recolha de abundante informação e para a classificação de muitas estações arqueológicas. As questões de gestão do património passaram para a Academia Nacional de Belas-Artes.

A preocupação em centralizar encontra-se também evidenciada num decreto muito controverso (Decreto n.º 21117, de 18 de Abril de 1932) que atribui ao Museu Etnológico de Leite de Vasconcelos, dirigido nesta altura por Manuel Heleno, o monopólio na recolha, guarda e estudo de coleções, assim como deveria ser ouvido o diretor do Museu, na autorização de escavações dada pelo Ministério da Instrução Pública. O referido decreto acrescenta que o museu se tornaria no “organismo central de vigilância e de investigação arqueológica”,¹²⁸ tendo como funções a promoção da organização de inventários dos museus locais e o levantamento da carta arqueológica do país. O normativo n.º 21117, de 18 de Abril de 1932, foi alvo de grande contestação e, em outubro de 1933, é publicado um novo diploma legal, o Decreto n.º 32. 125, que revoga o anterior. O novo normativo cria um novo organismo, a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, na qual se faziam representar várias instituições ligadas à prática arqueológica e os organismos centrais do estado, e que passava a ter algumas funções atribuídas ao Museu Etnológico, como a autorização e vigilância da atividade arqueológica, sustentada por uma rede de “delegados locais e regionais”. No entanto, de acordo com o parecer de Raposo (2011: 203) o Museu

parecer que seria apresentado judicialmente e teria força bastante para ser decretado o embargo definitivo” (Calado: 1932: 135)

¹²⁷ De acordo com Custódio a razão da criação da nova estrutura era importante porque municipalizava interesses artísticos e arqueológicos, “porque essa era uma realidade muito mais forte do que a rede de vogais correspondentes e auxiliares associados às capitais das circunscrições republicanas”, por outro lado procurava arregimentar na nova organização corporativa pessoas conhecedoras e amigas dos monumentos, “pondo-os ao serviço da nova Constituição da República (Custódio, 2011a: 484). As Câmaras passaram, assim, a dispor dos seus próprios órgãos consultivos para a arte e Arqueologia.

¹²⁸ Sobre este decreto Silva (2008: 306) refere que “Era, porém no seu capítulo III (‘Das escavações e arrolamento das antiguidades nacionais’) que surgiam as maiores novidades e, paralelamente, os maiores motivos de protesto dos arqueólogos. Reconhecendo a natureza científica do acto da ‘escavação arqueológica’, a nova lei consignava o princípio da obrigatoriedade dos trabalhos arqueológicos serem ‘autorizados’ pela Administração Pública, mesmo no caso de estes se efectuarem em imóveis não classificados instituindo como principal critério para esse efeito o reconhecimento da ‘competência’ dos requerentes (art.º 9º). Deste princípio decorria, implicitamente, a necessidade de fiscalização das escavações e a possibilidade da sua suspensão, no caso de serem executadas, sem ‘critério científico’ (art.º 11º)” (Silva, 2008: 306).

Etnológico, que entretanto criara o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, nunca perdeu o seu poder, sendo a mudança mais aparente do que real, o que está de acordo com a intenção centralista do regime. Por exemplo, Manuel Heleno, que passou a dirigir o Museu Etnológico, a partir de 1929, determina as instruções destinadas aos delegados locais e regionais da Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, que são despojados de qualquer iniciativa, pois as suas competências são sobretudo de vigilância e de transmissão do que viram. Este organismo pouco tempo durou pois, pela Lei 1941, de Abril de 1936, foi criada a Junta Nacional de Educação, sendo a Arqueologia remetida para o âmbito de uma subsecção (antiguidades, escavações e numismática), de uma secção (Belas-Artes) da Junta Nacional de Educação, dependente do Ministério da Educação Nacional.

O governo da ditadura do golpe militar de 25 de maio de 1929 cria a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, no pelouro das Obras Públicas, que vai encetar uma rígida e direcionada política de intervenção patrimonial. Desde 1920, que se pensava criar uma instituição deste género. O Ministério das Obras Públicas, pelo Decreto nº 7038, de 17 de outubro, criou a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,¹²⁹ que, pelo Decreto nº 16.791, de 30 de abril de 1929, haveria de dar lugar à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no seio do Ministério do Comércio e Comunicações (antigo Ministério das Obras Públicas). Até à sua extinção, em 2007, a DGEMN teve por missão conservar e restaurar o património monumental, e elaborar as propostas de delimitação de zonas de proteção a monumentos nacionais e imóveis de interesse público¹³⁰ (Lopes, 2012: 28). Este organismo, apoiado e divulgado pela Secretaria da Propaganda Nacional, servia-se, nas suas ações de restauro do património como propaganda ideológica (Neto, 1995: 175). As opções controversas, sobretudo nas duas primeiras décadas, assumidas no restauro dos monumentos, despojados de períodos e marcas de outras intervenções¹³¹ (nomeadamente de elementos do barroco, como as obras de talha), seguiam uma ideologia política norteadas para a exaltação da pátria e dos seus

¹²⁹ Por sua vez, no Decreto nº 5541 de 9 de maio de 1920, da orgânica do então Ministério do Comércio e Comunicações já se encontra uma repartição com atribuições respeitantes a edifícios e monumentos nacionais.

¹³⁰ Embora de uma forma menos sistemática, mesmo após a criação do IPPC, em 1980, a DGEMN continuou a elaborar propostas de zonas especiais de proteção.

¹³¹ Os princípios de restauro seguidos pelo Estado Novo filiam-se nas conceções defendidas por Viollet-le-Duc de purismo arquitetónico e de Alexandre Herculano com a sua teoria de unidade formal de estilo.

heróis, e em que o românico, o gótico e o manuelino eram os estilos privilegiados, em grande parte devido à sua conotação com os momentos áureos da nação. Os restauros de sítios e monumentos arqueológicos anteriores à fundação da nacionalidade foram escassos até à década de 70 do século XX, como já foi referido. Apesar de o Decreto de 16 de Junho de 1910 classificar como “monumento nacional” um conjunto de ruínas das épocas pré-históricas, proto-históricas¹³² e romanas, os restauros não eram considerados necessários, já que não eram considerados “monumentos vivos” (Raposo, 2011: 354).¹³³

As raras intervenções regularam-se mais por critérios arquitetónicos e artísticos do que arqueológicos. São exemplo os trabalhos de restauro nos anos 50 e 60 em sítios monumentais da época romana, como Conímbriga (sob a direção de Virgílio Correia) e Milreu, por iniciativa da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,¹³⁴ Miróbriga e Egitânia por iniciativa de D. Fernando de Almeida (Parreira, 2010: 355). Como destaca Silva, os trabalhos em Conímbriga, que se prolongaram por várias décadas, eram o único contacto que o público em geral tinha com a Arqueologia. Ao contrário dos estados totalitários que procuraram justificações arqueológicas para fundamentar¹³⁵ as teorias nacionalistas e as suas pretensões expansionistas, em Portugal, o Estado Novo quase ignorou a Arqueologia¹³⁶ (Silva, 2011: 136), pese embora algum destaque dos mitos em torno dos Lusitanos e da figura de Viriato, mas que se baseou sobretudo em fontes literárias. Mas, apesar de todas as críticas, a DGEMN¹³⁷ foi, de facto, a responsável por

¹³² Na citânia de Briteiros, Martins Sarmiento também realizou algumas intervenções de restauro nas casas *castrejas*, o que constituiu uma exceção nesta altura, pois eram consideradas ruínas, sem qualquer função social e, merecendo serem conservadas e não alvo de restauro (Parreira, 2011: 354).

¹³³ A conceção de *monumentos vivos* e *monumentos mortos* foi estabelecida a partir de um conceito arquitetónico, a função. De acordo com esta interpretação funcional, os edifícios foram classificados entre os que abandonaram o uso para que foram criados, sem retomarem o inicial – os monumentos mortos – e os monumentos vivos, que mantinham a sua funcionalidade, quer fosse ou não a original. Para os primeiros, recomendava-se intervenções apenas de conservação ou de consolidação, para os outros defendia-se o restauro, caso a conservação não fosse suficiente para manter a funcionalidade do monumento (Tomé, 2002: 60).

¹³⁴ A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais também apoiava financeiramente, ainda que a título excecional, trabalhos arqueológicos, desde que fossem intervenções em monumentos nacionais (Cardoso, 2002: 37).

¹³⁵ Guillaume apresenta as reconstruções, “quase mutilações” de Roma antiga por Mussolini, como exemplos de arqueologia política que “mostram como algumas ruínas, algumas construções pertencentes a uma cultura perfeitamente morta, podem ser transformados em operadores ideológicos eficazes” (Guillaume, 2003: 143).

¹³⁶ Como já referimos em capítulo anterior o Estado Novo apoiou-se na DGEM para restaurar os grandes monumentos arquitetónicos que irão servir de propaganda e de legitimação ideológica do regime.

¹³⁷ Sobre a historiografia da DGEMN e estudos particulares de intervenções no património português Cfr. Alves, C. (2010). *Os Monumentos Nacionais e a (des)Construção da História. A Sé de Viseu*. Dissertação de Mestrado, Coimbra: Universidade de Coimbra; Botelho, M. L. (2006). *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006; Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos*

uma atividade sistemática do restauro dos monumentos nacionais e de um prolixo número de monografias sobre as suas intervenções. Foi, durante o Estado Novo, um dos “organismos estandarte do regime” (Neto, 2001: 257), eleita “como veículo fundamental da sua estratégia de instrumentalização ideológica do património construído” (Barreiros, 1999: 70).

Todos os países possuem os seus *monumentos-emblema*, nas palavras de Guillaume (2003) e servem de operadores ideológicos, ao serviço do poder:

Um monumento não pode mentir [...] Mas, correlativamente, não tendo um sentido unívoco, ele pode servir de apoio a diferentes ficções do passado [...] Trata-se unicamente de harmonizar a representação histórica com o projecto político, de pôr o passado ao serviço da credibilidade do presente.

(Guillaume, 2003: 143)

No entanto, a atividade da DGEMN não se limitava, apenas, aos grandes monumentos, mas também realizou intervenções em obras menos grandiosas.

No ano de 1932, surgiram vários diplomas relativos à proteção do património, destacando-se o Decreto nº 20.977, de 5 de março, que cria a Academia Nacional de Belas Artes e o primeiro regime de proteção do património artístico, histórico e arqueológico (Decreto 20.985, de 7 de março de 1932). Como resultado da atuação entre a Academia Nacional de Belas Artes e entidades particulares ou oficiais, este documento fomenta a organização de inventários dos bens móveis e imóveis que possuam valor artístico, histórico e arqueológico. A partir de 1943, devido à ação do Professor Reinaldo dos Santos, na altura presidente da Academia Nacional de Belas Artes, iniciou-se a publicação do *Inventário Artístico de Portugal*, englobando sete distritos e abarcando o património arquitetónico, arqueológico, móvel e documental.

De acordo com as novas correntes internacionais, nomeadamente a *Carta de Atenas* de 1931, o Estado considera importante a proteção envolvente dos monumentos e publica legislação para a proteção dos jardins, matas e arvoredo que se encontrem na sua envolvente (Decreto-Lei nº 28.468, de 15 de fevereiro de 1938). Nos finais dos anos trinta é valorizado o significado histórico de alguns edifícios antigos e manifesta-se

Nacionais (1929-1960), Porto: FAUP; Rosas, L. (1995) *Monumentos Pátres – A arquitectura religiosa Medieval – Património e Restauro (1835- 1928)*, Porto: FLUP; Tomé, M. (2002). *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto: FAUP.

a vontade de lhes recuperar a condição de monumentalidade e a capacidade de evocação visual de factos do passado da Nação, imbuída ainda das preocupações de “instrução”, herdada da república, numa aposta no espectáculo histórico e no monumento-museu para consumo estético e turístico.

(Tomé, 2002: 243)

O Decreto nº 31.095, de 31 de dezembro de 1940, que estabelece uma nova organização administrativa do país já sensibiliza e procura o apoio das Câmaras para a “preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem”. Insiste em criar as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia nos concelhos em que “existam monumentos naturais, artísticos, históricos ou arqueológicos a conservar, defender ou valorizar”, e que continuam, à semelhança, da legislação anterior,¹³⁸ a desempenhar funções meramente consultivas e a ter novas funções ligadas à estética cidadina. Nos concelhos urbanos, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia passa a ser obrigatória e a sua composição também não difere muito da legislação promulgada em 1932: um vereador designado pelo presidente da Câmara, o diretor do museu da sede do concelho, um professor do ensino primário, técnico ou liceal, um representante das associações culturais ou grupo de amigos dos monumentos ou museus e um sacerdote da freguesia.

Em 1949, as Câmaras Municipais, através da Lei nº 2.032, de 11 de junho, possuíam competência para, junto das entidades responsáveis, classificar como monumentos nacionais, imóveis de interesse público,¹³⁹ ou como imóveis de valor concelhio (categoria criada por esta lei) os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico do seu concelho; em 1951, é a vez de serem alvo de classificação as zonas de proteção circundante aos monumentos nacionais e de interesse público. A lei de 1949 traz uma novidade – inclui o valor paisagístico e não se restringe ao monumento isolado, abrangendo também os conjuntos; a inovação da lei de 1951 prende-se com o facto de as zonas envolventes também serem alvo de proteção. Estes novos graus representam uma estratificação e uma diferenciação de mérito artístico, histórico e social dos imóveis classificados, mas, no que respeita especificamente à definição do conceito de património cultural, encontramos uma grande continuidade, em termos legislativos, desde as primeiras leis republicanas até à década de 60. Também surge a preocupação com a necessidade de alertar as entidades oficiais do achado de qualquer elemento ou conjunto com valor

¹³⁸ Decreto n.º 20. 985 de 7 de março de 1932.

¹³⁹ A categoria de imóvel de interesse público foi introduzida pelo Decreto nº 20985, de 7 de março de 1932.

arqueológico, histórico ou artístico. Custódio (1993: 60) alerta para o facto de, anos antes de se tornar conhecida, entre nós, a *Carta de Atenas* e outros documentos importantes para a definição de conceitos de património, de já se falar, em Portugal, de “trechos urbanos” em “conjuntos arquitetónicos”, conceitos que também já figuravam na primeira classificação de imóveis do país. Salientamos, neste aspeto, o papel da DGEMN, nomeadamente, aquando das intervenções em monumentos, marcando zonas de proteção, que defendiam o monumento (Decreto Lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936), a envolvente arquitetónica e paisagística. Flores (1998) considera que esta tímida tentativa de definir áreas de proteção se destinava a zonas urbanas, com o intuito de manter “numa perspetiva histórico-monumentalista, tecidos urbanos que fossem relevantes para a ideologia nacionalista do Estado Novo” (*Idem*: 149), apontando os exemplos das obras executadas nos centros históricos de Évora e de Guimarães. Portugal participou na redação final da *Carta de Veneza* (1964) que contribuiu para a mudança da noção de monumento – não era só a criação arquitetónica isolada que deveria merecer a atenção das entidades oficiais, mas o conjunto urbano e rural, que, como princípios orientadores de seleção, deveriam atender à história e à especificidade civilizacional (Custódio, 1993: 60).

Em quase todos os textos desta época que referem a definição do conceito de *património cultural* encontramos repetidamente consubstanciados os objetos com valor histórico, artístico e arqueológico (são os objetos protegidos), não sendo mencionado, por exemplo, o material etnográfico ou da ciência. Ainda assim, a legislação portuguesa parece estar em consonância com a europeia. Tomaram-se medidas com o intuito de valorizar todos os monumentos emblemáticos da nossa identidade nacional, com fins de propaganda nacionalista.

A política do regime em relação ao património caracterizava-se pela dispersão: os museus nacionais, regionais, o Museu Etnológico de Belém, o castelo de Guimarães e o Convento de Cristo em Tomar estavam sob a alçada do Ministério da Educação, as casas-museus e os museus provinciais pertenciam ao Ministério do Interior e os Palácios Nacionais ao Ministério das Finanças, enquanto os restantes monumentos estavam subordinados ao Ministério das Obras Públicas.

2.5. A Democracia Constitucional

Na Constituição de 1976, surge, pela primeira vez, como uma das funções do Estado, a valorização e preservação do património cultural (artigo 9º e 66º). A tutela deve promover, com as autarquias locais, a proteção das zonas históricas (artigo 66º). Além do Estado, todos, pessoalmente ou em associações, têm a possibilidade de fomentar a proteção e preservação do património cultural (artigo 73º). Foi preciso esperar até 1985 para a regulamentação desta matéria, através da *Lei Quadro do Património Cultural Português* (Lei nº 13/85 de 6 de julho), que incorpora as novas conceções e filosofias que têm vindo a ser divulgadas pelas instâncias internacionais, sobretudo pela UNESCO e pelo Conselho da Europa, sobre a salvaguarda e valorização do património – é a primeira *Lei de Bases do Património Cultural Português*. Até esta data, o instrumento jurídico basilar, em relação ao património, continuava a ser o Decreto nº 20985, de 1932.¹⁴⁰ O novo normativo, entre outras matérias, introduz no ordenamento jurídico-constitucional a expressão “património cultural”,¹⁴¹ a qual passa a integrar, além dos bens materiais, os bens imateriais “que, pelo seu reconhecido valor, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”. Os bens imóveis agrupam três tipologias: os monumentos, os conjuntos e os sítios (artigo 7º da Lei nº 13/85 de 6 de julho).¹⁴² Abandona-se a visão truncada de património cultural, que ainda perdurava no Estado Novo, e que o identificava com edifícios, objetos ou documentos, símbolos de grandeza nacional, que o Estado teria de preservar. Silva (2007) elenca alguns princípios inovadores que a *Lei de Bases do Património Cultural* introduziu no quadro legislativo português: considerou o património arqueológico¹⁴³ parte integrante do património

¹⁴⁰ Existe um elemento de permanência que sobreviveu à reestruturação dos serviços de administração pública após a instauração da democracia. Após 77 anos de atividade, a DGEMN é extinta, no âmbito do *Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado*, lançado em 2005. Ao longo do tempo a DGEMN foi alvo de diversas alterações na sua orgânica e, logicamente, sofreu uma evolução nos conceitos e metodologias aplicados ao património (Neto, 1999: 38-40).

¹⁴¹ “O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português” (artigo 78º da Constituição). Esta expressão substituiu a referência no artigo 52º da Constituição de 1933 aos “Monumentos artísticos, históricos e naturais” e aos “objectos artísticos oficialmente reconhecidos como tais.”

¹⁴² As categorias “monumentos, conjuntos e sítios” surge em 1980 na primeira lei orgânica da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em democracia (Decreto-Lei nº 204/80, de 28 de Junho), recorrendo às categorias já estabelecidas a nível internacional, nomeadamente, empregues na *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da Europa* de 1972.

¹⁴³ Tal como o conceito de património se tornou mais abrangente, também a pesquisa arqueológica se foi alargando, em termos cronológicos, estendendo-se às épocas medievais, moderna e contemporânea. Mendes (1991) atribui a extensão da pesquisa arqueológica a outras épocas, não só a fatores intrínsecos à própria

nacional, definiu o conceito de trabalho arqueológico, alargando-o ao meio subaquático; como medida cautelar, introduziu a figura de *reserva arqueológica*, caracterizou a *especificidade* e importância arqueológica do subsolo da cidade, introduziu o conceito de *arqueologia preventiva*, sobretudo no caso de grandes obras, tornou essencial o planeamento da atividade arqueológica, em função de critérios de prioridade, de acordo com as ameaças ou interesse para o avanço dos conhecimentos.

Em relação aos critérios de classificação, além dos valores histórico, arqueológico e artístico, de acordo com a legislação portuguesa, são acrescentados os *interesses* científico, técnico e social, adotando os princípios enunciados pela UNESCO na *Convenção do Património Cultural e Natural*, de 1972, e pelo Conselho da Europa, na *Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa*, de 1985 (Lopes, 2012: 50).

De uma forma muito genérica, esta Lei, além da ideia de preservação, aponta para uma função de disponibilização e para a fruição dos bens culturais, pelo público (Teixeira, 1996). No seu artigo 3º assinala que é de competência especialmente do Estado e autarquias locais o levantamento, estudo, proteção, divulgação e valorização do Património Cultural do povo português; foi durante a década de oitenta que as autarquias criaram os primeiros gabinetes de apoio ao levantamento de bens patrimoniais, pois vivia-se numa conjuntura marcada pelo acelerado crescimento económico, sobretudo no domínio da construção de obras públicas. Já anteriormente, em 1980, o Decreto-Lei nº 245/80 de 22 de julho, afirma no seu preâmbulo que “A defesa do património cultural é uma tarefa ingente que apela, na maior parte dos casos, para um trabalho de equipa interdisciplinar.” Enumera, de seguida, aqueles que trabalham para essa defesa “historiador, do arqueólogo, do historiador de arte, do químico e de outros especialistas das ciências humanas e naturais”. O património cultural, entendido desta forma, é uma realidade tão vasta quanto os campos da atividade humana e exige, para a sua defesa, um enorme número de especialistas (Moreira, 2006: 131).

A nível institucional, em 1980, é criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), com o Decreto- Lei nº 59/80 de 3 de abril, mais tarde convertido em Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), cujas principais competências foram:

disciplina, como também fatores extrínsecos, como todo o trabalho resultante da *Escola dos Annales* e outros movimentos culturais do nosso século (Mendes, 1991: 114).

-Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, conservação, proteção e salvaguarda dos bens que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico, constituam elementos do património cultural do país;
-Definir as diretrizes para a defesa, conservação e enriquecimento do património estético, histórico, arqueológico e paisagístico.

(alíneas a) e c) do art. 9 do Decreto- Lei nº 59/80)

Em termos conceptuais não existem grandes inovações nem alterações, pois os tempos eram de “organização e tentativa de agilização de procedimentos” (Lopes, 2012: 45). A cada setor (dos Arquivos aos Museus, da Arquitetura à Arqueologia, do Restauro ao Inventário, da Etnografia à Musicologia e às Artes Plásticas) correspondia um Departamento e uma Secção do Conselho Consultivo, assegurando-se a coordenação das respetivas atividades pela direção do Instituto. As falhas apontadas que levaram ao seu desmembramento, uma década depois, relacionam-se com a excessiva centralização administrativa, que limitava a capacidade executiva dos departamentos, que se distribuíam por todo o país, além do grande número de imóveis afetos ao IPPC (imóveis que até aqui estavam à guarda das finanças). Tudo isto agravou a gestão da instituição que não dispunha dos meios logísticos e financeiros necessários.

Digno de registo, nos anos oitenta, para além da promulgação da primeira *Lei de Bases do Património*,¹⁴⁴ que assenta numa evolução dos conceitos patrimoniais com base nas cartas, recomendações e convenções internacionais,¹⁴⁵ é o envolvimento da sociedade civil nos problemas relacionados com o património, que se organizou em associações de defesa do património por todo o país. Caninas (2011) refere que o período entre 1974-1985 correspondeu a um associativismo *efervescente*, com grandes contrastes a nível de programas¹⁴⁶ e de ideologias, mas que são difíceis de caracterizar e contabilizar por falta de registos (Caninas, 2011: 287). Jorge (2007: 16), quando refere as associações de defesa do património, nota que “em larga medida, eram mais intenções do que possibilidades”.

¹⁴⁴ A *Lei de Bases do Património*, Lei n.º 13/85 “nunca foi plenamente eficaz” por carecer “de regulamentação concretizadora [que] por dificuldades de carácter burocrático, mais ou menos obscuras, nenhum governo foi capaz de elaborar” (Santos, 2001: 676).

¹⁴⁵ Ver capítulo anterior.

¹⁴⁶ Nos programas das associações constavam, com certa frequência, encontros/congressos periódicos em que se discutiam questões relativas ao património. Foi o que aconteceu no nosso espaço de investigação, nos anos 80.

3. A historiografia local

3.1. Objeto e metodologia

Como escreve Torgal, “não há história geral sem história local” (Torgal, 1987: 857), no entanto, a história local tem sido frequentemente subvalorizada, ou mesmo desvalorizada, por, nos seus primórdios, ter sido escrita por curiosos e não académicos, *antiquários amadores* (Burke, 1992: 7), eruditos locais, que dedicavam à História muito do seu tempo livre. Os primeiros historiadores/cronistas foram padres, professores, funcionários de bibliotecas ou de arquivos, reformados, etc. Atualmente, existe no âmbito da história local, uma *história académica*, praticada nos meios universitários ou sob a sua influência. A tipologia¹⁴⁷ apontada, história local elaborada por académicos e por não académicos, deve-se a Mendes (1990), que a organizou de acordo com os sujeitos que estudam a história local e as respetivas metodologias. O professor José Mattoso (2002) aconselhava o investigador de história local a adotar uma postura vivencial, no espaço e, se possível, participar no quotidiano da comunidade que se encontra a estudar.

Só nos anos 80 do século XX surgiu um grande interesse pela história local e regional¹⁴⁸ patente nos vários colóquios que foram realizados sobre o tema. O súbito interesse por esta matéria deve-se, de acordo com Torgal (1987), ao significado que as regiões passaram a ter e, ao mesmo tempo, resulta da intenção de as novas instituições de ensino e cultura se afirmarem, pois foram elas que organizaram os colóquios.

Por outro lado, a noção que hoje se tem de História também explica a importância que é dada, atualmente, à *nova história local*¹⁴⁹, que estuda não apenas os monumentos e

¹⁴⁷ Mendes (1990: 127) elencou as características positivas e os pontos críticos de cada uma das tipologias. No caso da história académica, salientou como pontos fortes a atualização (temática, metodológica e bibliográfica), a possibilidade de utilização do método comparativo, a receptividade à inovação e à interdisciplinaridade; do ponto de vista negativo, apontou a tendência para privilegiar, quase exclusivamente, as fontes escritas, o conhecimento pouco aprofundado da área em estudo, o condicionamento imposto pelas regras/legislação universitária e o fator tempo. Quanto à história local elaborada por não profissionais, destaca como elementos vantajosos o facto de ser praticada por quem, normalmente, conhece bem o meio, os diversos tipos de fontes e até os arquivos; os trabalhos são considerados como elos da cadeia de investigação e não como definitivos, além de o contacto com o presente lhe conferir mais vigor e contemporaneidade. Como lacunas, Mendes menciona o método utilizado, que nem sempre é o mais atualizado, a preferência por certo tipo de individualidades e o culto da erudição

¹⁴⁸ Não distinguimos história regional de história local, apesar de o espaço da primeira ser mais extenso do que o da segunda.

¹⁴⁹ O termo *nova história local* surge para classificar uma nova abordagem à história local feita a partir dos anos 80 do século XX, com novos princípios metodológicos (Torgal, et al., 1996: 423).

acontecimentos locais, mas também as mentalidades, os usos, costumes, para só citar alguns aspetos estudados (Torgal). Isto só foi possível devido a uma nova conceção metodológica – a *Nouvelle Histoire*, em que passou a existir um alargamento no conceito de fonte histórica, dos problemas e do objeto de estudo do investigador. Estudam-se agora aspetos que eram, então, ignorados; deixou-se de lado a noção tradicional de uma história de franco pendor narrativo e descritivo, para procurar a história problema, como esclarece Peter Burke:

(...) a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. (...) Nos últimos trinta anos deparamo-nos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores (...) O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo, quanto no espaço.

(Burke, 1992: 11)

De acordo com esta conceção, a história local assume um lugar importante no universo historiográfico, uma vez que aproxima o historiador do seu objeto de estudo, que passa a incorporar assuntos da região ou do município. Constrói-se uma história plural, em que os agentes locais passam a ter voz, graças a uma nova escala de observação. Como salienta Luís,¹⁵⁰ quando se envereda pela redução de escala de análise,¹⁵¹ tanto em termos geográficos como temáticos, conseguem-se explorar outros ângulos e dimensões de abordagem, chegando-se, por vezes, a conhecimentos *virgens*, uma vez que se descobrem novos contornos nos objetos estudados, incluindo a revelação de protagonistas anónimos. O progresso registado neste domínio encontra-se alicerçado numa herança historiográfica construída, ao longo do tempo, por estudiosos locais e por investigadores ligados a academias ou instituições universitárias, que passaram a utilizar metodologias e ferramentas melhoradas e atualizadas pelas novas tecnologias, problematizando, realizando um trabalho intenso com as fontes, comparando a documentação, e cruzando informação de diversas escalas historiográficas (local, regional, nacional e internacional).

Leuilliot afirma que a história local é em uma história “experimental e laboratorial” (Silva, 1999: 389), que beneficiará se o investigador participar no quotidiano local, ficando, assim,

¹⁵⁰ História Local, <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-luis-alexandre-historia-regional-local.pdf>, [10 de setembro de 2014].

¹⁵¹ Não pretendemos, de modo algum, confundir a micro-história que, por exemplo pode examinar uma comunidade para compreender aspetos específicos relativos a uma sociedade mais ampla, com a história local, que estuda a comunidade por ela mesma. Sintetizando esta ideia, o micro historiador Giovanni Levi diz que “Os historiadores não estudam as aldeias, eles estudam em aldeias” (Levi, 1992: 138).

familiarizado com o meio, sendo que, para o progresso da ciência histórica, é importante a publicação de um número cada vez maior de monografias sobre história local.

Apesar de os estudos de carácter empírico terem vindo a aumentar, umas vezes com o apoio das instituições académicas, outras vezes, devido às autarquias ou outros agentes das comunidades locais (as associações de defesa do património, coletividades, associações juvenis, escolas, etc), os trabalhos na vertente teórico-metodológica e historiográfica continuam escassos. Jorge Alarcão¹⁵² (1982), Luís Reis Torgal (1987), José Maria Amado Mendes (1990), José Viriato Capela e João Arriscado Nunes (1993), Borges de Macedo (1993), António de Oliveira (1995), José Manuel Tengarrinha (1996), Graça Nunes (1996), Francisco Ribeiro da Silva (1999) e Margarida Neto (2010) são investigadores que publicaram reflexões metodológicas dentro desta área. No início dos anos 80, Alarcão publicava um pequeno manual destinado, essencialmente, a associações de defesa do património em que sugere temas de estudo e indica bibliografia básica para investigar a história local e elaborar o inventário do seu património (construído, arqueológico, móvel, etnográfico e natural). José Viriato Capela e João Arriscado Nunes (1993) apresentam um programa para a elaboração de monografias especializadas, a partir de um esquema para a arrumação do Arquivo Municipal de Barcelos (Silva, 1994: 41). Luís Reis Torgal destaca a importância dos *Annales*¹⁵³ para a história local, na medida em que defenderam o uso de

¹⁵² Alarcão, J. (1987), *Introdução ao estudo da história e do património locais*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras; Torgal, L. R. (1987). História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional. *Revista História das Ideias*, 9, Coimbra, pp. 843-867; Mendes, J. A. (1990). Para uma Nova História Local: Reflexões e Perspectivas, *Beira Alta*, 49, 1-2, pp. 125-134; Capela, J. V. e Nunes, J. A. (1993). O Concelho de Barcelos do Antigo regime à Primeira República. Fontes para o seu estudo. *Sep. de Barcelos-Revista*; Macedo, J. B. (1993). Unidade de Poder e diversidade de Situação nas áreas regionais em Portugal consequências metodológicas. *Primeiras Jornadas de História Regional e Local*, Lisboa: edições Colibri; Oliveira, A. (1995). Problemática da História Local, *Separata do Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX, Núcleo Cultural da Horta*; Tengarrinha, J. (1996). Historiografia dos estudos históricos In *Portugal, Perspectivas de História Local: Galicia y Portugal*, coord. J. Agirreazkuenaga e M. Arqueijo, Bilbao, p. 24-48; Nunes, G. M. (1996). A História Regional e Local- Contributos para o Estudo das Identidades Locais. *Cadernos de Sociomuseologia Revista Lusófona de Museologia*, 8, pp. 5-20; Silva, F. R. (1999). História Local: objectivos, métodos, fontes. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, II vol. Porto: Faculdade de Letras, pp. 383-395; Neto, M.S. (2010) Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais, In *Memória e História Local*, João Marinho dos Santos e António Silveira Catana (coord.). Coimbra: Palimag.

¹⁵³ Apesar de tudo, Torgal critica a *História Nova* por ter subalternizado, de uma forma exagerada, os factos, os indivíduos e a cronologia, defendendo que a história política tem de ser valorizada e repensada, pois a nova tendência estruturalista da história pode ignorar o concreto com os acontecimentos e os indivíduos. Ao mesmo tempo, alerta para certas considerações partilhadas pela terceira geração da *Nova História*, nomeadamente quando afirma que a objetividade em História não existe o que contribui para considerar a

novas fontes e novas temáticas como, por exemplo, o quotidiano, os costumes. Também apontou algumas pistas para reorganizar a história local: sensibilizar professores e alunos para o conhecimento e o contacto com a realidade local; instigar as instituições académicas à pesquisa nos arquivos; criar centros de história local e regional, que fizessem uma pesquisa sistemática. Por último, lembra aos que se dedicam a esta área da história que, mais importante do que *fazer* a história local, urge realizar pesquisa documental e publicar as fontes, evitando o pitoresco e deixando de ser concebida “como um puro provincianismo historiográfico” (Torgal, 1987: 364). Mattoso, em 1988, determina uma metodologia para a elaboração de monografias locais e estabelece que a caracterização e análise geográfica do espaço escolhido são importantes para percebermos a sua função histórica, nomeadamente, para compreendermos a sua relação com os territórios circundantes. A distribuição da população, a organização dos poderes militares, religiosos, económicos, as suas hierarquias e a respetiva articulação, a geografia dos poderes, os espaços onde se exercem e os sinais que exprimem, os fenómenos culturais coletivos ou de iniciativa individual, são aspetos que terão de ser estudados e incluídos nas monografias locais e regionais (Mattoso, 2002). O mesmo autor salienta a abordagem transdisciplinar e a importância da cronologia, pois é fundamental recorrer à periodização “para reconstituir a evolução global” (Mattoso, 2002:188).

Em 1990, Amado Mendes elenca um conjunto de lacunas nesta temática: definição e natureza da história local, a sua pertinência e articulação com a história geral, a(s) metodologia(s), seus *fatores* (número de investigadores, motivações e papel a desempenhar), potencialidades/utilidades da história local. Amado Mendes confirmou a importância da História Nova, nomeadamente no alargamento do conceito de *fonte* e dos *temas*, na introdução de metodologias inovadoras, e enumera as potencialidades da história local na relação com a história geral: pode corrigir teorias ou “generalizações apressadas”, restringir o quadro de pesquisa, “retocar certas conceções acerca do processo histórico” e contribuir para tornar mais humana a história geral, “ao contrapor ao anonimato de números e estatísticas o individual, o particular, o específico” (Mendes, 1990: 126-127). Realça que os estudos de história local devem conciliar uma dimensão biográfica ou prosopográfica, mas não devem fazer a história dos grandes homens, com os respetivos

história uma arte de “cultura geral” e não uma ciência, ideia contra a qual a “escola metódica” tinha lutado (Torgal, 1987: 848).

contextos socioculturais e económicos. Em 1993, Borges de Macedo proferiu uma conferência em que refletiu essencialmente sobre questões de cidadania ou de natureza política, aliadas à componente historiográfica. Borges de Macedo é favorável à *unidade* de Portugal, que respeitava a diversidade regional. António de Oliveira, em 1995, considerou que o amor pela pátria e pelas localidades não são incompatíveis, e sintetiza duas linhas orientadoras de pesquisa: na linha de Foucault, defende que todo o conhecimento científico é espacial e temporalmente situado; o segundo, relativo à história local, em que o historiador pesquisa um grande número de fontes e as concilia com uma cuidada reflexão. Tengarrinha, faz uma resenha, com um certo grau de aprofundamento, sobre a historiografia dos estudos locais em Portugal (Tengarrinha, 1996: 29) e tenta compreender a sua evolução tanto no desenvolvimento da disciplina como na sua relação com o desenvolvimento global da sociedade nos seus diversos aspetos (sociais, políticos, culturais). Ainda em 1996, Graça Nunes destaca o contributo da história local para a construção da identidade da comunidade. Francisco Ribeiro da Silva (1999), num estudo sobre o tema, começa por justificar o interesse atual pela história local, cujas origens se podem atribuir aos seguintes fatores: ao fenómeno de arrastamento, cuja causa se deve ao aumento do interesse pela história nacional, à afirmação de identidades, ao crescente peso das periferias, ao desenvolvimento do turismo cultural e aos progressos da antropologia e da etnologia. Considera que a história local será útil para a construção da história geral, e elenca algumas das suas características: “parte do presente para a reconstituição do passado”; destaca a grande liberdade do historiador na sua construção, que está liberto dos modelos das escolas; é uma história “sectorial e limitada”, mais dirigida para o concreto do que para generalizações abstratas; é uma história diferencial, que pretende “medir as diferenças de ritmo” entre a evolução geral e a da localidade, pelo que deve ser uma história comparada (Silva, 1999: 389). São enumerados alguns princípios metodológicos, nomeadamente acerca da escolha do tema, do seu desenvolvimento e da pesquisa das fontes. Quanto ao desenvolvimento do tema, Francisco Ribeiro da Silva aconselha a não simplificar nem complicar demasiado os assuntos, já por si complexos; pede para problematizar, confrontar diversos pontos de vista, de modo que o trabalho seja redigido com clareza e acompanhado da publicação de documentos.

Em 2012, Margarida Neto publicou um artigo sobre a historiografia local, já com um maior aprofundamento acerca dos estudos mais antigos neste domínio, começando com a

literatura corográfica até aos finais do século XX. A sua análise, numa perspetiva diacrónica, não se limita a plasmar obras e autores, mas tenta ensaiar uma periodização para a história local, de acordo com os discursos, fontes, métodos, campos de investigação e até formação dos historiadores locais. A sua periodização é seguida por nós na elaboração de uma súmula sobre a evolução da história local em Portugal.

3.2. Evolução da história local em Portugal

Este capítulo congrega uma breve e lacunar revisão bibliográfica sobre as obras mais marcantes, publicadas em Portugal, a respeito da história local, de modo a que sirva de enquadramento e contextualização para o tema que estamos a investigar.

3.2.1. A literatura corográfica

Em Portugal, podemos remontar os primórdios da história local ao século XVI, nas obras de Damião de Góis sobre Lisboa, e de André de Resende sobre Évora, apesar de esses estudos não terem, naquela altura, um sentido propriamente histórico (Torgal, 1987). Neto chama a atenção para a narrativa histórico-corográfica, que emerge nos séculos XVI e XVII, e que define como “descrições geográficas e históricas, de âmbito local ou regional, em forma de livro ou dicionário, elaboradas com o objetivo de conhecer, e dar a conhecer o país, no seu todo ou nas diversas partes que o compunham” (Neto, 2010: 48). A obra de referência, deste género, foi publicada nos inícios do século XVIII, a *Corografia Portuguesa*, de autoria do Padre Carvalho da Costa, organizada por províncias e cujos temas mais recorrentes são os tópicos de cariz histórico ou lendário, toponímia, lendas e mitos, santos e festas religiosas, acontecimentos e personagens relevantes relacionadas com a religião, as letras, a guerra, as genealogias, as instituições civis e eclesiásticas, os quantitativos populacionais, os recursos naturais, o património artístico e arquitetónico. O discurso corográfico é marcado pelo estilo laudatório, decorrente do amor à terra dos autores dos textos, pois o fundamento decisivo é o espaço e não o tempo. Normalmente, é uma história apoteótica e um exercício de exaltação às elites regionais e locais.

No século XVIII, com a Academia Real da História (1720), surge o interesse em fazer um levantamento da realidade histórica nacional, o que incluía a história local. Um dos motivos é a necessidade sentida pela coroa de colher uma ampla informação sobre o território, para melhor o dominar em termos políticos e financeiros, ou, ainda, para

promover uma política de desenvolvimento do território (Neto, 2010: 50). Foi neste contexto que foram elaborados vários inquéritos pela Academia (em 1721) e pela Secretaria do Estado do Reino (1732, 1756 e 1758). Os inquiridos eram os membros do clero que residiam nas paróquias (existiam nesta altura cerca de 4 mil paróquias e apenas 800 concelhos), que tinham a vantagem, em relação aos funcionários municipais, de serem letrados. As informações paroquiais constituem uma importante fonte de informação sobre todo o território, tendo sido aproveitadas e coligidas em obras posteriores, como as do padre Luís Cardoso (Neto, 2010: 51).¹⁵⁴ Em relação à história eclesiástica, o académico Manuel Caetano de Sousa dirige um inquérito aos arcebispados, bispados, câmaras e provedorias de comarca, com o objetivo de se recolherem notícias de cartórios e arquivos.

O conde de Ericeira e o Padre Manuel Caetano de Sousa valorizavam os “documentos da vida local”, comparando a história a um edifício que era fabricado por muitos artífices (Laranjo, 1925: 90). A partir de 1790, publicaram-se, na coleção de livros inéditos da história portuguesa, forais de alguns concelhos, como Santarém, Torres Novas, Guarda e Beja.

Por sua vez, a Academia das Ciências de Lisboa desenvolve estudos de história local, como o provam as diversas *Memórias*, *Viagens Filosóficas* ou *Descrições Geográficas e Económicas* publicadas ou ainda inéditas (Mendes, 2000), lançando, inclusivamente, as bases de novas ciências, como a demografia (Torgal, 1987) em que se incluem o numeramento de Pina Manique (1798)¹⁵⁵ e o censo de (1801-1802).¹⁵⁶ Neto (2010) é de opinião que os inquéritos elaborados pela Academia das Ciências de Lisboa possuíam um objetivo mais consistente do que descobrir o passado; tinham sido realizados, sobretudo,

¹⁵⁴ Sobre este assunto cf. Bigotte, M. J. (1987). Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII. *Revista de História Económica e Social*, 21, pp. 93-130.

A resposta ao inquérito de 1758, em relação a Viseu, encontra-se publicada no Dicionário Geográfico de Portugal. *Beira Alta*: 1968, 27, 1, pp. 99-108; 1968, 27, 2, pp. 171-182; 1968, 27, 3, pp. 383-399; 1968, 27, 4, 429-439; 1969, 28, 1, pp. 13-27; 1969, 28, 2, pp. 331-340; 1969, 28, 4, pp. 641-649, 1970, 29, 1, pp. 109-120. Este inquérito serviu para a elaboração do *Dicionário Geográfico de Portugal*, publicado pelo Padre Luís Cardoso.

¹⁵⁵ *Lista dos Povos do Reino*, mandada organizar no reinado de D. Maria I, por Pina Manique e cujo paradeiro se desconhece.

¹⁵⁶ Cf. Serrão, J. (coord.). (1973). *Demografia Portuguesa (1800-1862)*. Lisboa: Livros Horizonte; José Luís Cardoso, J. (1989). *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa.

para inventariar os recursos existentes que permitissem desenvolver o país, numa época em que o Império já se encontrava em decadência.¹⁵⁷

No século XIX, continuam a ser publicadas as corografias e dicionários corográficos que dão conta da nova reorganização administrativa de oitocentos, mas que integram uma novidade que são as informações estatísticas, o que reflete as novas necessidades do estado moderno (Neto, 2010). Data desta centúria uma das produções de referência da literatura corográfica que é a obra organizada por Pinho Leal – *Portugal antigo e moderno: dicionario geografico, estatistico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biográfico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias*. Foi publicado entre 1873 e 1890, integra 12 volumes e enumera os temas representados no título. Pinho Leal, para a sua elaboração, utilizou testemunhos orais e monografias locais.

Também Silva (1994: 29) entende que, até ao século XIX, os estudos realizados de âmbito local se podem compartimentar em três categorias: a corográfica, com destaque para a obra organizada por Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno...*, a literária, em que inclui “crónicas de viagens ou guias de carácter histórico-turístico”, e a histórica cujos títulos mais comuns são “apontamentos e/ou subsídios para a história de...”. O género historiográfico, inicialmente, era caracterizado por um repositório de informação histórica, arqueológica, artística, etc, sem qualquer trabalho arquivístico ou crítica de fontes (*Idem*).

3.2.2. As monografias

O século XIX foi a época em que proliferou a publicação das histórias nacionais e dos estudos locais, devido a fatores de ordem institucional e política relacionados com os processos de centralização inerentes à construção ou afirmação dos estados e, também, por motivos de natureza científica, relacionados com a afirmação da história como ciência, no contexto do positivismo (Neto, 2010: 54). A consequência imediata foi uma nova atitude perante os acervos documentais e os vestígios arqueológicos, sobretudo em relação aos primeiros, com a consulta direta e exaustiva das fontes de origem e natureza diversas, além do grande pormenor com que são abordadas as questões, ou seja, o método monográfico. Em meados do século XIX, relacionado com o Romantismo, Alexandre Herculano foi o

¹⁵⁷ Cf. Tengarrinha que enumera estes trabalhos realizados entre o último quartel do século XVIII e primeiros anos do XIX (1996: 31).

grande defensor e impulsionador da história local através dos seus estudos sobre o municipalismo. António Oliveira (1995: 17), sobre Alexandre Herculano, escreve “assentam bem o papel de fundador da nova história local, doravante, até hoje, enquadrada nos espaços do poder municipal”. A publicação pela Academia das Ciências, por sugestão de Alexandre Herculano,¹⁵⁸ da coletânea *Portugaliae Monumenta Historica* é outro indício do investimento na história local, pois, além dos documentos fundadores da nacionalidade, contém muitos forais, bem como importante documentação sobre a história dos municípios medievais (inquirições). Oliveira Martins¹⁵⁹ foi outro historiador oitocentista que reconheceu e mostrou a importância da história local¹⁶⁰ para a história geral, no sentido de potenciar o amor à terra, servir de incentivo ao patriotismo, e limitar a centralização, favorecendo, assim, a descentralização (Mendes, 2000).

Os governos liberais também se interessavam pela preservação da história dos municípios, e mandaram publicar a portaria de 8 de Novembro de 1847 que recomendava às Câmaras Municipais a organização da sua história, através da recolha e publicação nos *Anais do Município*¹⁶¹ de todos os “acontecimentos e os factos mais importantes que ocorreram [nos concelhos] e cuja memória seja digna de conservar-se”¹⁶² (Silva, 1846: 1847). Apesar de o questionário não ser exaustivo, contemplava os seguintes aspetos: substâncias e combustíveis minerais, produção agrícola, longevidade das pessoas “com a declaração do modo de vida que tiveram e do seu alimento habitual”, “as acções generosas” e os nomes dos benfeitores e as tradições locais. Apesar dos 351 concelhos existentes, esta portaria só foi cumprida nos municípios de Lisboa, Porto, Coimbra e Guimarães, mas a ideia que a ela

¹⁵⁸ Torgal (1987) considera Alexandre Herculano um historiador de história local e regional graças à sua laboriosa tarefa de descobrir documentos, espalhados pelo país. “A recolha das fontes – e é conhecido o papel de Herculano na colheita de milhares de documentos dispersos por igrejas e conventos do país e em risco do desaparecimento devido às vicissitudes políticas e sociais da época – era, por isso, essencial para a nova história, como o seria a correlata aplicação dos métodos de crítica documental, lição que terá aprendido ainda jovem nas aulas de Diplomática e nos melhores historiadores europeus do período (...)» (Torgal et alii, 1998: 69).

¹⁵⁹ Outro autor que salientou o grande interesse da história local para a história geral foi Alberto Sampaio (Macedo, 1995: 417-420).

¹⁶⁰ Cf. Coelho, L. (1932). *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*. Lisboa: s.e.

¹⁶¹ De acordo com Neto (2010: 55) esta legislação fez nascer grandes coletâneas de documentos referentes à vida municipal.

¹⁶² Silva (1999: 188) considera que esta norma levou à *descoberta* dos arquivos e dos velhos cartórios, onde “a par da Carta do Foral manuelino, jazem livros de actas e, eventualmente, velhos pergaminhos”

subjaz, de acordo com a atualidade, foi pioneira – a história nacional não se faz sem o contributo da história local (Nunes, 1996).¹⁶³

No último quartel do século XIX, de acordo com Tengarrinha (1996), dá-se uma viragem na orientação dos estudos locais e, na própria historiografia local, que deixavam de ser realizados pelas elites políticas e culturais, e passavam a ser da autoria de historiadores locais, normalmente autodidatas e sem formação científica, cujas monografias mostravam uma visão mais particularista, etnológica, como reação ao avanço da civilização científica (Tengarrinha, 1996: 34). Surgem nas cidades e vilas com alguma vida cultural e onde aparecem jornais em número considerável. Outras ciências, como a arqueologia, a etnologia e a antropologia, começam a tornar-se subsidiárias da história, como sublinhou Tengarrinha (1996). Neto denomina os estudos históricos de âmbito local de *história particular das localidades*, que se encontra nas “monografias de comunidades rurais ou urbanas, elaboradas maioritariamente por eruditos locais que se dedicavam à pesquisa de fontes históricas com objetivo de construir e preservar a história e a memória da sua terra natal” (Neto, 2010: 54). Tengarrinha batiza os eruditos locais como historiadores locais, particularistas, destacando no grupo o Abade de Baçal (padre Francisco Manuel Alves), que escreveu as *Memórias –Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança* (Porto, 1910).¹⁶⁴ Foram elaboradas muitas monografias, em que se invocava *o amor à terra*, mas também surgiram obras de história local realizadas por intelectuais, como Brito Aranha, membro da Sociedade de Geografia e da Academia das Ciências de Lisboa, que escreveu *Memórias historico-estatísticas de algumas villa e povoações de Portugal*, dedicadas a Póvoa do Varzim, Lousã, Marinha Grande, Peso da Régua, Mossâmedes e Vista Alegre. Entretanto, apareceram outros escritos sobre a matéria, em que a perspectiva histórica é enriquecida com o recurso a outras ciências, num início de interdisciplinaridade, como sublinha Tengarrinha (1996: 34-259). Os textos do *Arqueólogo Português*, do *Arquivo Histórico Português*, as recolhas realizadas por José Leite de Vasconcelos, os trabalhos de

¹⁶³ Um dos motivos para o não cumprimento desta portaria foi o o centralismo do poder régio (Nunes, 1996). D. Pedro V era de opinião que esta medida era mesmo prejudicial e, na altura comentava-se: “já viram o que seria o país inteiro encher-se de municipalistazinhos” (Macedo, 1993: 72).

¹⁶⁴ A elaboração de monografias sobre localidades tem sido uma constante ao longo dos séculos XIX e XX. Além de Trás-os-Montes, podemos, por exemplo, referir a Beira Litoral (Adelino Abreu, 1893; Agostinho Andrade, 1896); Alentejo (A. Banha de Andrade, 1978; José Afreixo, 1884) e o Algarve (Manuel Rocha, 1909; Alberto Iria, 1978) (Torgal *et alii*, 1996: 206).

Estácio da Veiga, de Martins Sarmiento, e as investigações de Frederico Laranjo,¹⁶⁵ professor da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, demonstram o crescente interesse pela história local o que prova que, para além dos meios eruditos e das academias, o estudo das localidades começou a franquear os meios universitários.

Silva classifica as duas últimas décadas do século XIX como o período de génese da *monografia tipo-contemporânea*, explicando que se trata de

todo aquele trabalho de base historiográfica que concatena à maneira positivista informações documentais com referências arqueológicas, artísticas e etnográficas num certo espaço geográfico, assinalado pelo imprescindível mapa ou carta de território (por exemplo, o concelho com suas freguesias), mantendo subjacentes [...] o amor pela terra e a apologia das suas virtudes

(Silva, 1994: 31)

O mesmo autor, à semelhança de outros que se dedicaram ao tema, sublinha a importância da abertura da imprensa para a publicação dos estudos locais e as associações de eruditos que começaram a proliferar, primeiro em França e Inglaterra, com um pendor multidisciplinar e, por vezes, associadas à publicação de revistas com abordagens pluridisciplinares da realidade local (*Idem, Ibidem*).¹⁶⁶ Também destaca, entre a década de 80 e o primeiro quartel do século XX, um incremento de roteiros, mais ou menos corográficos, com uma perspectiva turístico-cultural.

3.2.3. Século XX

As duas décadas iniciais do século XX mostraram-se favoráveis à elaboração de estudos de história local, devido à renovação, na Europa, das ciências sociais, sobretudo da sociologia, etnografia e geografia humana,¹⁶⁷ com os seus novos campos de análise e de compreensão dos fenómenos humanos, e que vão repartir com a história o estudo do homem. Com a fundação dos *Annales*, vai surgir uma *história* que se torna interdisciplinar, que transforma os modelos analíticos e os procedimentos metodológicos, daqueles que a ela se dedicam, e que luta contra a historiografia positivista, política e factual, alargando, ao mesmo tempo, o conceito de fonte, como já referimos. Ao propor novas abordagens da história e ao ampliar

¹⁶⁵ Frederico Laranjo, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, instigava os seus alunos a elaborarem monografias, abordando aspetos demográficos e económicos, sobre as suas terras.

¹⁶⁶ Como exemplo dessas sociedades podemos citar a Sociedade Martins Sarmiento (1882), responsável pela publicação da *Revista de Guimarães* ou o *Instituto de Coimbra*.

¹⁶⁷ Refira-se Alberto Sampaio, que ao estudar a história rural do Noroeste de Portugal é considerado o precursor dos estudos de geografia humana em Portugal.

o quadro temático da pesquisa histórica, conduziu, inevitavelmente, aos estudos à escala regional. Ao mesmo tempo, em Portugal, Amorim Girão, Orlando Ribeiro, Leite de Vasconcelos e os filólogos Paiva Boléo e Herculano de Carvalho publicavam estudos de âmbito regional nas áreas da geografia, da etnografia e da filologia. Segundo Neto (2010), o ambiente político da Primeira República, a descentralização e a democracia, foram favoráveis ao emergir de alguns sentimentos de regionalismo.¹⁶⁸ Mendes sublinha a importância da “dinâmica política, social, económica e cultural das próprias regiões/localidades, como meio de autoafirmação ou mesmo de oposição ao poder central” (Mendes, 2000: 353). Surge, mesmo, a necessidade de se elaborarem levantamentos bibliográficos sobre monografias (Figanière, Brito Aranha e Mesquita de Figueiredo).¹⁶⁹ Mendes (2000: 358) dá-nos conta que, em 1913, perante os trabalhos que iam sendo publicados e frisando a inexistência de qualquer metodologia, Manuel Silva, numa inovadora reflexão teórico-metodológica, *Schema d’historia local* propunha que se estudassem os diversos aspetos da realidade, de ordem geológica, geográfica, económica, social, com o contributo de outras ciências. Também Fidelino de Figueiredo, dois anos mais tarde, propôs que, nas capitais das províncias, se publicasse uma revista, narrando acontecimentos das guerras, da política, e desenvolvendo “todas as curiosidades históricas, padrões, brazões, palácios, templos, castellos, pelourinhos, quadros, ruínas, etc.) e que, ao mesmo tempo, se deviam publicar os documentos dos arquivos públicos e particulares” (Silva, 1994: 34). Quanto à metodologia, relembra a necessidade de existir um plano geral “que preveja omissões e que impeça supérfluas ostentações de erudição, nem sempre guiadas por um severo espírito crítico” (*Idem, Ibidem*). De acordo com as correntes historiográficas da época, Manuel Silva e Fidelino de Figueiredo defendem a hegemonia de uma conceção única de fazer história.

Em 1926, Laranjo Coelho publicou uma comunicação intitulada, *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da História Geral Portuguesa* em que propunha um plano para a história local que contemplava o meio natural, a história, o lugar, a

¹⁶⁸ Augusto Santos Silva é de opinião que as monografias eruditas estavam *umbilicalmente* ligadas à reivindicação regionalista. O objeto de pesquisa do investigador local era o próprio lugar e o estudo pretendia “detectar-lhe os valores *naturais* e originais, dar-lhes base analítica, fazer valer a sua importância, no contexto Nacional” (Silva, 1983: 4) Os estudos serviam para fazer a apologia dos valores locais.

¹⁶⁹ Cfr. César, (1856). Figanière, *Bibliographia Historica Portugueza*, e Inocêncio e Brito Aranha, *Dicionario Bibliographico Português*, t. XVII, p.345 e seguintes. Brito Aranha, entre outras obras de história local, publicou a obra *Bibliographie des ouvrages portugais pour servir à l’étude des villes, des villages, des institutions, des mœurs et coutumes, etc du Portugal, Açores, Madère et possessions d’outremer*, Lisbonne, 1900. Figueiredo, M. (1933). *Subsídios para a Bibliografia da História Local Portuguesa*, Lisboa: s.e.

população, a vida económica, a propriedade imobiliária, a vida administrativa e a vida religiosa e, ao mesmo tempo, partilhava com Manuel Silva a opinião sobre a importância da história local para a nacional (Moreira, 2012: 10).

Com o advento do Estado Novo,¹⁷⁰ sobrevém o interesse por uma história nacionalista, confinada ao domínio político e institucional, centrada nas grandes figuras e acontecimentos mais marcantes da vida nacional, destacando-se os temas ligados aos Descobrimentos. Por isso, a nível universitário, não são encorajados os estudos científicos de base regional,¹⁷¹ apesar de os mesmos se continuarem a realizar em algumas localidades, como aponta Durval Pires de Lima (1962-1969), na obra *Bibliografia Corográfica de Portugal*. No entanto, foram existindo algumas iniciativas favoráveis à publicação de estudos de âmbito local, como o apoio das Juntas Distritais na realização de exposições ou colóquios histórico-etnográficos e na publicação de revistas e boletins, como foi o caso de *O Distrito de Braga*, do *Distrito de Aveiro* ou da revista *Beira Alta* (Silva, 1994: 38).

Borges de Macedo frisa que a historiografia portuguesa preferia quase sempre a perspetiva centralista, e aponta os casos de João Lúcio Azevedo, Jaime Cortesão, Damião Peres, entre outros (Macedo, 1993: 427). Neto (2010) considera que, apesar das fragilidades ao nível da metodologia e da elaboração teórica (abarcava uma cronologia demasiado vasta e múltiplas áreas temáticas, o que impedia qualquer comparação e a integração da história local na nacional), mas em comparação com os conteúdos e os temas tratados, podemos concluir que, em Portugal, a história local “entrou nos caminhos de uma nova história mais cedo do que a história académica, condicionada pelos modelos da historiografia positiva e não dispondo da liberdade que sempre é possível respirar fora dos ambientes vigiados da produção do conhecimento” (Neto, 2010: 61).

Para Tengarrinha (1996), a partir dos anos 50, os estudos de história local desenvolvem-se em duas direções diferentes, mas que se completam em muitos aspetos: uma linha tradicional, que remonta ao século XIX, de carácter histórico-etnológico, e uma tendência já de cariz científico e com uma perspetiva mais alargada, que aparece associada ao arranque

¹⁷⁰ No início do salazarismo o ideal regionalista ainda se manteve, nos pequenos grupos de notáveis, ligados entre si por laços de convivialidade, e nas *bolsas* de resistência ao Estado Novo (Silva, 1994: 38).

¹⁷¹ Exceção feita a Marcello Caetano que na cadeira de direito administrativo, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, aconselhava os seus alunos a realizarem monografias de concelhos (Capela, 1998: 271), tendo, para o efeito elaborado um plano.

dos estudos de história agrária. A linha mais tradicional encontra-se exposta em monografias locais com temas etnográficos, como cantares, costumes locais, e também histórias locais. Tal como no século passado, esta linha defende a identidade rural face à industrialização, que provoca o êxodo rural. Silva (1994) acrescenta que o pendor mais tradicionalista, quase corográfico, dos estudos locais se encontra evidenciado nos guias e manuais do viajante, cuja publicação aumentou durante o Estado Novo como propaganda para promover a atividade turística, exibindo a imagem para o estrangeiro de um país com “um perfil imaculado” (Silva, 1994: 33).

3.2.4. Uma nova história local - as monografias regionais e académicas

Nos anos sessenta, surgem nos meios académicos teses de licenciatura, sendo a demografia histórica um dos temas mais estudados (Mendes, 2000). No entanto, apesar da prolixidade de monografias locais dedicadas à história da população e da família, Carvalho Homem (1994) faz notar que, nos alvares da década de 70, do século XX, o número de historiadores que se dedicava a esta temática era bastante baixo, entendendo por “historiador” os professores de uma faculdade com doutoramento, fazendo notar o isolamento em termos nacionais desta comunidade científica. As primeiras obras que mostram a renovação e a abertura da historiografia portuguesa à descoberta de novos *territórios* e campos de investigação foram as monografias sobre cidades (Coimbra, Porto), regiões (Algarve, Entre Douro e Minho, Aveiro, Baixo Mondego) e concelhos (Neto, 2010: 63)¹⁷². Neto (*Idem*) aponta 1974 como uma data importante para o renascimento do interesse sobre a história dos municípios e poderes locais, num contexto de recuperação do poder dos concelhos, do qual tinham sido privados durante o Estado Novo. Guiados por novas conceções de poder, os historiadores acorriam aos arquivos municipais, os autarcas e respetivas comunidades procuravam dilatar as suas memórias a um passado cada vez mais distante, para nele legitimar o poder. Por isso, um tema investigado na história local contemporânea é, sem dúvida, o estudo dos forais. Mendes (2000: 361) acrescenta outros motivos para justificar o interesse que a história local despertou no pós-25 de abril de 1974: a evolução das conceções historiográficas, que admitem uma maior diversificação das temáticas, assim como do âmbito cronológico; a descentralização dos centros de ensino

¹⁷² Em relação a Coimbra e Porto, por exemplo, podemos citar, Oliveira, A. (1971). *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra: Faculdade de Letras; Silva, F. R. (1986). *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, Porto: Edição de Autor.

e de investigação universitários, e as exigências relacionadas com a carreira universitária que exigem uma maior elaboração de trabalhos de pesquisa e, por último, um maior interesse das comunidades, que se interessam, cada vez mais, em conhecer o seu passado e reforçar a sua identidade.

A partir dos anos oitenta, surgem associações locais ou regionais ligadas à identificação e defesa do património com publicações próprias. As autarquias criam gabinetes de história, promovem colóquios, sobre história local, muitas vezes em colaboração com as Universidades, contribuindo para criar uma aproximação entre história local académica e não académica (Neto, 2010: 70). A abordagem de temas tem-se diversificado e alargado a domínios como a história económica e social, a história das mentalidades, dos costumes, a história política, a história militar, o património cultural, o quotidiano, etc. Além de novas temáticas, as fontes consultadas vão-se diversificando e as metodologias tornam-se mais aperfeiçoadas e atualizadas.

PARTE 2 - HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: OS PROTAGONISTAS

1. As primeiras obras: Manuel Botelho Ribeiro Pereira e João de Pavia

As primeiras obras da história viseense surgem em 1630/36.¹⁷³ Manuel Botelho Ribeiro Pereira (c. 1580- c. 1640) organizou a mais remota¹⁷⁴ produção da historiografia viseense – *Diálogos Morais e Políticos* – que foi escrita entre 1630 e 1636 e publicada três séculos mais tarde, em 1955. Cruz (1984) questiona a razão do carácter tardio da primeira realização da historiografia viseense, concluindo que, numa localidade tão pequena (entre os séculos XVI e XVII a população contava entre 2000 e 4000 habitantes), onde não acontecia nada de importante, uma historiografia oral era suficiente para as necessidades de então. Posteriormente, com a população a aumentar e o número de prelados também a crescer, foi necessária uma crónica “a exaltar as suas virtudes e os seus feitos” (Cruz, 1981).

Manuel Botelho Ribeiro Pereira é considerado o primeiro cronista de Viseu (Cruz, 1986:3). Pouco se conhece da sua vida, nem existem certezas sobre a data do seu nascimento (c. de 1580?) e do seu falecimento (c. de 1640?). Citado por todos os que escrevem sobre a história de Viseu, sabe-se que tinha formação universitária (Cruz, 81) e que a sua obra denota algum preconceito contra o comércio, o lucro e o trabalho, o que permite acrescentar que provinha dos estratos superiores privilegiados. Maximiano de Aragão, além de confirmar que o cronista provinha de uma família nobre,¹⁷⁵ aponta a sua filiação, Sebastião Ribeiro Pinto e Maria Botelho, e considera-o “o viseense mais ilustrado do seu tempo” (Aragão, 1934: 71). Aragão avalia a crónica como “a única fonte segura de muitos factos do período em que viveu e do anterior” mas, ao mesmo tempo, confessa “a

¹⁷³ Não iremos estudar as referências a Viseu em trabalhos mais genéricos, como o de Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*. Encontra-se na Biblioteca Municipal de Viseu um manuscrito não datado, escrito por Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (exceto 3 folhas), *Catalogo dos Bispos de Viseu desde D. Remissol até ao presente*, que nada adianta para o nosso estudo: além de nomear os bispos, e algumas informações sobre os mesmos, indica as doações que a Igreja recebeu e algumas obras realizadas na catedral por aqueles elementos do clero.

¹⁷⁴ Cruz refere um catálogo dos bispos de Viseu escrito por Francisco de Abreu e citado por Manuel Botelho Ribeiro Pereira. Cf. Cruz, A. J.(1986, 14 de novembro). O primeiro cronista de Viseu?. *A Voz das Beiras*, p. 3.

¹⁷⁵ Assim o demonstra a sua atitude ao mostrar o pouco apreço pela burguesia mercantil: “[...] não haverem de ser recebidos por Cidadãos officiaes mecânicos nem mercadores, por ser a vida destes vil, e contraria á virtude [...]”, “[...]deixassem o trato da mercancia, e outros baixos officios desta sorte” [...] (*Idem*:167) e “[...]e como a mercancia he contraria ás qualidades, que se requerem para o governo publico [...]” (*Idem*: 167).

tendência do seu espírito para a interpretação imaginosa” (*Idem, Ibidem*), citando Pinho Leal (1874), que no *Portugal Antigo e Moderno* expressa a mesma opinião.

O manuscrito só foi publicado¹⁷⁶ mais de três séculos depois, em 1955, embora Botelho Pereira a pretendesse publicar mais cedo, como lamenta: “Assim buscando eu todos os meios humanos, para sahir á luz com este meu trabalho, e a quem o dedicasse tão digno, que o certo me ficasse por premio achei sempre inganado o pensamento, e frustrada a esperança, sahindo-me a sorte tão contraria do que imaginava [...]”.¹⁷⁷ Na realização do seu projeto, move-o “o amor da pátria” para “publicar as couzas d’ella dignas de memoria”, a “história d’esta nossa cidade, Igreja, Pastores e rebanho” (Pereira, 1955: 13-17). O autor dos *Dialogos Moraes e Políticos* acrescenta ao título “fundação da Cidade de Viseu, Historia de seus bispos, e gerações, e nobreza com muitos sucessos, que n’ella aconteceram, e outras antiguidades e couzas curiosas”. De facto, no essencial, a obra, redigida em forma de diálogo entre um Lemano e um soldado, dois personagens imaginários, é uma crónica dos bispos visienses, que ocupa mais de metade do texto, com algumas informações sobre as origens, a história, curiosidades da cidade, alguns problemas económico-sociais, mas algo fantasiosa, recorrendo por vezes o autor à imaginação.

Nos *Diálogos*, podemos distinguir duas partes: uma repleta de lendas e fábulas, em que cita Frei Bernardo de Brito, André de Resende, o cônego Gaspar Barreiros, Manuel Severim de Faria, além dos autores clássicos. Frei Bernardo de Brito, na *Monarquia Lusitana* fazia uma interpretação marcada pela fantasia dos factos históricos, não hesitando em forjar documentos, tanto epigráficos como paleográficos, para tornar mais real a sua narrativa, engrandecendo os feitos dos portugueses, para provocar nos seus leitores indignação face ao domínio espanhol. André de Resende tinha seguido o mesmo modelo para enaltecer a sua cidade de Évora. Botelho não deixa de os citar, o que levanta algumas suspeitas sobre a veracidade do seu texto, como refere Cruz (1981).¹⁷⁸ No entanto, é de realçar o cuidado que tem em atribuir as descobertas e as teorias aos respetivos autores, não as assumindo como

¹⁷⁶ No século XVI, Viseu já possuía o seu impressor local, Manuel João e a sua “loja de livreiro”, *Gaspar de Paiva livreiro da Praça* (Lucena e Vale, 1951).

¹⁷⁷ Sobre o desfasamento entre a data de elaboração e a de publicação da obra de Botelho, cf. Cruz, A. J. (1986, 14 de novembro). O primeiro cronista de Viseu?. *A Voz das Beiras*, p. 3.

¹⁷⁸ Cruz, A. J. C. (1981, 16 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 8.

suas,¹⁷⁹ ou a prudência quando afirma “Outras me disseram que havia, mas não pude achar” (Pereira, 1955: 100).

A segunda parte, em que o autor faz a primeira resenha histórica sobre Viseu, resulta da sua investigação, já com intuitos históricos e com a apresentação de fontes materiais e escritas. Mostra-se atento aos vestígios arqueológicos; em relação à região de Viseu foi o primeiro a recolher, localizar e fixar o texto de algumas inscrições encontradas na cidade, comungando o interesse generalizado pelas inscrições, que se fazia sentir nos séculos XVII e XVIII – numa casa da rua da Regueira, outra ainda na mesma rua, uma reutilizada na torre de menagem, também na quinta do Cerrado, atrás da Igreja do Carmo e defronte da Capela de Santo Amaro, outra localizada nos alicerces para a construção do mosteiro de São Bento (atual Asilo de Santo António), uma que não se sabe a origem e, por fim, em Paradinha, nos arredores da cidade e outra encontrada na igreja de S. Miguel.¹⁸⁰ Quando observa os indícios, procura dar uma informação pormenorizada como fez com a inscrição encontrada nos alicerces no mosteiro da Ordem de S. Bento, que teve de juntar para a poder ler e que estava “em uns alicerces de um muro antigo de mais de vinte palmos de largo” (Pereira, 1955: 129). Estas informações têm sido importantes para a atual investigação, permitindo novas leituras epigráficas e até encontrar outros vestígios, como fez Vaz, ao deduzir que o *muro antigo* mencionado poderá ser, provavelmente, uma muralha (Vaz, 2000: 45). Com frequência, após fazer a transcrição e leitura das epígrafes, surgem os seguintes comentários: “Bem se mostra neste letreiros, e feitos sello Romanos [...]” (Pereira, 1955:100) ou “Onde se vê claro ser aquelle lugar de Romanos [...]” (*Idem*:101). Existia em Manuel Botelho Ribeiro Pereira algo do *antiquário*¹⁸¹ ao procurar o testemunho do passado através do recenseamento e leitura das epígrafes, como ilustra o capítulo XVI, “Como por um letreiro, e outras rasões se mostra a pouca notícia que Ptolomeu e os outros autores antigos tiveram desta terra e se acaba de provar ser dos Vacceos” (*Idem*: 119), em que faz a leitura de algumas epígrafes, na tentativa de encontrar

¹⁷⁹ Quando não concorda com algo, também não se inibe de comentar: “[...] pelo que se parece se engana Manoel Severino em dizer que a Sé de Vizeu teve seu principio em Mosteiro de Conegos Regrantes” (Pereira, 1955: 305).

¹⁸⁰ Sobre a leitura das inscrições cf. Hübner, E. (1869). *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Hübner, e *Supplementum*, (1892), Berlim. As inscrições foram publicadas no CIL II com os nº 404, 405, 406, 407, 409, e 412. As inscrições com o nº 411 e 413 foram encontradas não em Viseu, como refere Hübner, mas em Paradinha e Cavernães (concelho de Viseu), respetivamente; Figueiredo (1953) e Alarcão (1989).

¹⁸¹ Choay é de opinião que, para os antiquários, “o passado revela-se mais seguramente através dos seus testemunhos involuntários, as inscrições públicas” (Choay, 2010: 66).

a origem do nome de Viseu.¹⁸² Relacionada com o nascimento do nome está a génese da cidade que diz ser “obra de romanos” (1955: 112). Também a falta de vestígios são registados : “não vejo n’este sitio da Cava cousa de que possa coligir haver cazas n’ella algum tempo, como se acha em Santa Eulália, para a parte do logar de Paradinha, que está cheio de muitos indícios de ser povoação antiga” (Pereira, 1955: 101).

Os vestígios que observa nas ruas esventradas da cidade são registados, as estradas romanas (*Idem*, 125-126) são descritas e as epígrafes são lidas para comprovarem a presença dos romanos e a antiguidade da cidade de Viseu (*Idem*, 128), tal como o faziam os humanistas, para quem “os monumentos antigos e os seus vestígios confirmavam ou ilustravam o testemunho dos autores gregos e romanos” (Choay, 2010: 66). *Orcas* ou *aras gentílicas* também são sinónimo de antiguidade por ele localizadas perto de Mundão, que serviam para rituais dos lusitanos, de acordo com Pereira, “das quaes orcas (como lhe o vulgo chama) há hoje muitas em a Beira com pedras de estranha grandeza” (1955: 112). Para Botelho não existe o conceito de vestígio pré-histórico, tal como não existia em Frei Bernardo de Brito, que interpretava as antas como locais para rituais pagãos (Fabião, 1989: 16).

Diversos testemunhos por ele descritos, tanto paleográficos como epigráficos, foram confirmados por investigadores que atualmente estudam a localidade, apesar das leituras nem sempre coincidirem. Para Maximiano de Aragão, a obra de Botelho foi uma fonte em que colheu numerosas informações e, mesmo atualmente, para todos os que investigam sobre Viseu continua a ser uma fonte incontornável.

Em relação ao património, distingue a Cava (1955) que, de acordo com o autor, teria sido uma fortaleza construída pelo pretor Caio Negídio no tempo de Viriato, além de ter possuído três portas e muros de pedra,¹⁸³ que diz ter conhecido, comungando a opinião de Frei Bernardo de Brito,¹⁸⁴ como confessa e a quem recorre com bastante frequência. Partilha o nacionalismo de Frei Bernardo de Brito, que vê em Viriato e na Lusitânia a luta

¹⁸² Ocupa algum espaço na sua obra a origem do nome da cidade, que retira de diferentes edições de Ptolomeu, optando o autor por *Viso*.

¹⁸³ Mais tarde, José Coelho (1960a) e Alexandre Alves (1988a) retomam a tese dos muros da Cava serem revestidos, pelo menos uma parte, de pedra.

¹⁸⁴ A primeira ligação entre Viriato e a Cava surgiu com Frei Bernardo de Brito em finais do século XVI, na obra *Monarchia Lusitana*. Durante o domínio filipino, o autor sentir-se-ia impelido a valorizar os heróis de perfil *nacional* para legitimar a identidade portuguesa. Até esta data, o monumento surge designado apenas como Cava.

de Portugal contra os espanhóis, colocando, Botelho, os lusitanos, liderados por Viriato, a lutarem e a vencerem os romanos e Viriato a nascer em Viseu.¹⁸⁵ No entanto, de acordo com a sua opinião, a Cava não foi construída “ao acaso, nem para uma defesa momentânea e tão breve” (Pereira, 1955: 97). Menciona que “esta Cava foi cidade e que se mudou para onde está por rasão do lugar que era doentio” (Pereira, 1955: 122), defendendo o nascimento da cidade dentro dos muros da Cava. Ao monumento dedica um grande espaço na narrativa, com afirmações muitas vezes imaginativas.

Faz a recolha de tudo o que se conhecia de Viseu antigo, o que está de acordo com o alargamento da noção de antiguidade realizada pelos eruditos, entre os séculos XVII e XVIII. É o tempo de recenseamento das antiguidades nacionais em que, de acordo com Choay, se encontra subjacente “o desejo diferente de afirmar a originalidade e a excelência da civilização ocidental, quer se trate de a diferenciar das suas fontes greco-romanas [...] quer se trate, mais especificamente, de afirmar particularidades nacionais (...)” (Choay, 2010: 70). Também Vaz (1997: 360) é de opinião que o nacionalismo e a vontade de terminar com a união ibérica vão fazer com que se enalteçam as virtudes dos antigos portugueses, estabelecendo-se a ligação “dos portugueses aos Lusitanos e da Cava e de Viseu a Viriato” (*Idem: Ibidem*).

Para o estudo das origens da cidade, esta é uma obra fundamental e de imprescindível consulta, já que relata acontecimentos que legitimam a fundação da cidade e que investigações realizadas, quase cinco séculos depois, vêm confirmar. Relativamente às fontes materiais, refere com alguma frequência que viu vestígios,¹⁸⁶ ou ruínas, que interpreta como “[...] ter correspondido uma Torre, ou Templo, cujas ruínas se vêem em hum plano que está antes que cheguemos às vendas de cabernães [...]” (*Idem*: 113). A partir da leitura de uma inscrição, atribui aos romanos a construção da fortaleza e castelo, no local onde está a Sé, (*Idem*: 110-111),¹⁸⁷ mencionando que viu essa inscrição, que

¹⁸⁵ Sobre os Lusitanos e Viriato, à luz da moderna investigação histórica, cf. Vaz, J.L. (2009). *Lusitanos no Tempo de Viriato*. Lisboa: Ésquilo.

¹⁸⁶ “[...] mas não vejo n’este sítio da Cava cousa de que possa coligir haver cazas n’ella algum tempo, como se acha e Santa Eulália, para a parte do logar de Paradinha, que está cheio de muitos indícios de ser povoação antiga, por se acharem ali muitos ladrilhos de bordos mais grossos, e há bem pouco tempo huma tesoura de tosador.” (Pereira, 1955: 101).

¹⁸⁷ Posteriormente, Francisco Manuel Correia informa sobre a planta da fortificação: “a antiga fortificação de Viseu estava formada no cimo de um monte em que foi edificada a Cidade ou povo que depois veio a ser Cidade. Esta fortificação de que ainda existem restos ou vestígios bem conhecidos parece ter sido em formato de um quadrado equilátero, com quatro torres nos ângulos e duas outras torres de menor capacidade do que

demonstram que as paredes da Sé tinham indícios da antiga fortaleza romana. Atualmente desconhece-se o seu paradeiro, mas o texto encontra-se transcrito no *CIL* (números 406) (Vaz, 1983: 732). A inscrição,¹⁸⁸ reutilizada na torre de menagem do castelo de Viseu, que Botelho diz ter visto e lido na base de uma das torres, é citada por um grande número de eruditos locais. É utilizada como testemunho para provar a existência de uma fortificação romana na mole atual da Sé e do antigo Paço dos Bispos do século XVI.

Sobre as invasões muçulmanas, o autor adianta que foram quatro os momentos em que a cidade esteve sob domínio árabe: entre 716-734, 757-803, 811-842 e 999-1038. Logo após a conquista definitiva da cidade por Fernando Magno, realizaram-se as reparações dos danos provocados pelo assalto, em que “somente o castello ficou em seu vigor com as duas antigas torres Romanas, quais são as de Menagem, e parte da do relógio” (Pereira, 1955: 292-294). É o primeiro autor que indica a existência de uma fortificação romana na cidade,¹⁸⁹ no tempo da conquista muçulmana, mas nada adianta sobre a sua localização; descrevendo de uma forma muito vaga a fortificação, não identifica qualquer elemento que nos permita caracterizá-la como uma construção romana. Aponta os vestígios muçulmanos, mas também de uma forma muito vaga, o que indica que provavelmente não os terá observado. Acredita que o rei D. Rodrigo foi sepultado na igreja de S. Miguel e que os seus restos mortais foram removidos para a Sé (*Idem*: 252-254). Transcreve o testamento do Conde D. Henrique, que confirma a doação de Fernando Magno à Sé de Viseu de uma zona situada entre o muro velho e o caminho de S. Miguel e da rua da Rigueira (Pereira, 1955: 296). Mais adiante, acrescenta que o Conde D. Henrique fez a demarcação pelo muro velho, “supondo haver outro mais moderno, que foi o que se destruiu, quando El Rei D. Fernando a [Viseu] a derradeira ves aos Mouros” (*Idem*: 358). O espaço e os edifícios encontram-se representados, não enquanto património, mas porque estão relacionados com factos ou figuras da história.

aquelas, no centro, em pequena distância uma da outra. O quadrado da fortificação era fechado com muros ou ameias pelos quatro lados (...) Foi sem dúvida a fortificação de Viseu obra dos Romanos (...)” (Lucena e Vale, 1973a: 18-21).

¹⁸⁸ *Frontoni. Pelli/ Flaccvs Frater/ C* (CIL. II, nº 406). Cruz faz a leitura da inscrição, afirmando que não é mais do que uma inscrição funerária – Cruz, A. J. (1984, 9 de fevereiro). Uma fortificação romana na colina da Sé? Revisão de um problema. *A Voz das Beiras*, pp. 2, 10.

¹⁸⁹ Sobre a muralha romana de Viseu, vide Carvalho, P. S. e Cheney, A. (2005). A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica. In *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lucus Augusti como paradigma : actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29. XI. 2005) en el V aniversario de la declaración por la UNESCO de la Muralla de Lugo como Patrimonio da la Humanidad*. (pp. 729-745). Lugo: s/e.

Botelho Pereira não se interessava pela arqueologia, registava os vestígios materiais do passado, alguns que observou, outros que chegaram aos seu conhecimento, tal a forma vaga com que os descreve e aponta a localização, para corroborar os seus pontos de vista e provar a antiguidade da cidade.

Em relação às portas da cidade, transcreve informação, de acordo com Maximiano de Aragão, de uma Crónica de D. João I, que descreve a entrada dos espanhóis na cidade e a reação dos moradores, os quais, “por a cidade não ter outra cerca, nem fortaleza, salvo a Sé, acolheram-se a ella e ás Egrejas. Para não continuar sujeita a eguaes horrores, lembrou-se D. João I, de a fortalecer, com nova muralha” (Pereira, 1955: 46-47). Também reforça a afirmação mencionando que a Sé servia de castelo (*Idem*, 1955: 358), não se esquecendo de nomear os edifícios, com valor histórico, relacionados com os grandes acontecimentos, que auxiliam a compreensão da narrativa.

Com mais alguns detalhes, mas sem qualquer identificação estilística, são descritos os edifícios religiosos da cidade, nomeadamente, a Sé¹⁹⁰ e as obras que os vários bispos aí realizaram (como a colocação da abóbada em pedra, pois antes era de madeira, por D. Diogo Ortiz de Vilhegas e o claustro de D. Miguel da Silva), os mosteiros (Mosteiro de S. Francisco de Orgens e Mosteiro de Jesus) e as sepulturas dos bispos. Celebra, com assombro, o bispo D. Nuno de Noronha que, para “eternizar sua fama” iniciou a obra *mais famosa* da cidade, o Paço dos Bispos, atual Museu Grão Vasco, convertido em Seminário após o Concílio de Trento. Foi denominado, também, Paço dos Três Escalões com a fachada organizada em três corpos (escalões) distintos e sobrepostos “que he o Seminario, que vedes, todo de cantaria lavrada, tão formosa, polida, e forte, que não se achará outra igual deste mister grande no crescimento da cidade (...)” (Botelho, 1955: 496). Nos *Diálogos*, a relevância dada à ação dos bispos e ao seu episcopado marca o tempo, servindo de referência cronológica.

No mosteiro de S. Francisco de Orgens são enumerados os dadores das generosas ofertas com as quais se vão construindo as dependências, como as capelas, os claustros e dormitórios e as várias gerações da fidalguia local que o tornaram o panteão dos seus

¹⁹⁰ Escrevendo cinco anos antes da derrocada da frontaria da Sé, ficamos a saber alguns pormenores da fachada gótica da catedral, com o seu portal e “a curiosa invenção da vidraça, que dá lus ao côro” (Pereira, 1955: 464), como ele chama à rosácea com o vitral.

mortos. Os edifícios antigos são nomeados, não pelo seu valor artístico, mas porque se relacionam ou com as elites, normalmente os prelados, ou com algum facto importante.

Numa das quintas dos bispos, Santa Eugénia, Botelho Pereira dá conta, mais uma vez, de vestígios arqueológicos que provam a sua ocupação – pedras lavradas e pedaços de colunas (Pereira, 1955: 346). O Fontelo, enquanto local de residência dos bispos, também é mencionado, assim como a construção pelo infante D. Henrique da ermida de S. Jorge da Cava e a realização da feira naquele local. Quanto ao restante património, este consiste em fortificações, muralhas, castelos, torres, que ocupam o seu discurso. Afirma que o rei D. Duarte nasceu na rua da Cadeia. Mais uma vez, o espaço urbano, só se encontra identificado se estiver ligado a alguma personagem relevante. De acordo com Berardo,¹⁹¹ secundado por Maximiano de Aragão, Botelho foi o primeiro a referir-se a Grão Vasco:

(...) esteve o soldado notando as excelentes e perfeitas imagens daquele retábulo que parecem de vulto e variedade de tantos e diversos rostos como nele debuxou a mão do Grande Vasco Fernandes. [...] Vasco Fernandes se chamava o autor de tão maravilhosas Pinturas, o qual também o foi das colaterais de S. Pedro, S. João Baptista.... Também pintou o de Santana, S. Sebastião dos Claustros e o de Jesus

(Pereira, 1955: 449)

Também identifica cinco pinturas realizadas por Vasco Fernandes para a Sé. Lucena e Vale considera que, como Grão Vasco deve ter falecido por volta de 1541 e os *Diálogos* escritos nos inícios do século XVI, o pequeno excerto transcrito tem sido considerado como o depoimento de um contemporâneo (Lucena e Vale, 1953).¹⁹²

Da mesma época da obra de Botelho foi encontrado, na Biblioteca Nacional, um manuscrito composto por João de Pavia e datado de 1638,¹⁹³ intitulado *Descrição da Cidade de Viseu, suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado*. Foi lido e publicado por Sara Augusto (Augusto, 2002). Embora seja um poema épico (*Idem*), faz várias alusões e descrições à história de Viseu, algumas delas inspiradas nos *Diálogos* de Manuel Botelho Ribeiro Pereira.

A *Descrição da Cidade de Viseu*, obra de carácter literário com uma base histórica, insere-se no “conjunto dos poemas épicos de inspiração patriótica e de interesse nacional”

¹⁹¹ Aragão, M. (1928, 8 de junho). Arte e História- Vasco Fernandes. *Notícias de Viseu*, p. 4.

¹⁹² Será Maximiano de Aragão que, através de documentos do cabido da Sé, comprovará a existência do pintor.

¹⁹³ A data de 1638 tem sido questionada por fazer referências às obras *Agiologico Lusitano*, de Jorge Cardoso, e *Destruição das Espanhas* de André da Silva Mascarenhas, datadas respetivamente de 1657 e 1671, estando, assim, cronologicamente desfasadas da obra de João de Pavia (Augusto, 2002: 41-42).

(Augusto, 2002: 8). A componente nacionalista, centralizada na região de Viseu, é exaltada, pois o poema foi elaborado durante o domínio político espanhol. Não são as suas características literárias que nos interessam, mas antes as informações sobre a história de Viseu, já que o poema dá alguma ênfase à antiguidade da cidade e aos seus monumentos, sendo descritos os religiosos: os mosteiros, a Catedral e o Seminário, além de episódios da sua história. No entanto, a componente histórica encontra-se num plano de *subalternidade* relativamente aos elementos que procedem da imaginação e criatividade do autor (Eusébio, 2002: 50). Deste modo, a utilização do poema como fonte histórica tem que ser ponderada e confrontada com outras fontes (*Idem*).

O autor, no *Prólogo*, apresenta-se na terceira pessoa: “João de Pavia que sendo natural desta sempre *nobelíssima* Cidade de Viseu, e nela conhecido por sua antiga nobreza, e ser enlaçado em parentesco com muitas das nobelíssimas famílias delas, foi também Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, e fidalgo (...)” (Augusto, 2002: 45). Posteriormente, transmite outras informações: por desgostos de família afastou-se da vida social, convertendo-se num eremita penitente, passando os últimos anos da sua vida numa antiga ermida, próxima de Fail. A data da composição do manuscrito tem sido alvo de alguma reserva (Augusto, 2001: 40-43), nomeadamente por Fátima Eusébio (Eusébio, 2002: 50) que observa que, num desenho manual com a planta da Cava, integrado no manuscrito, se encontra a *Capella da Conceição* que, em 1638, ainda não se encontrava construída. A irmandade da Senhora da Conceição só surgiu em Viseu no ano de 1645 e só em 1745 é que foi construído o templo dedicado ao culto da Senhora da Conceição. Fátima Eusébio coloca a hipótese de o manuscrito ser uma cópia posterior, redigida por alguém que procedeu a várias atualizações (Eusébio, 2002: 50).

Numa narrativa, em que não existe uma sequência cronológica, a *Descrição da Cidade de Viseu*, dividida em dez cantos, constrói-se a partir de três partes essenciais: “a descrição do espaço geográfico” e de alguns dos seus monumentos religiosos mais importantes; a história episcopal de Viseu, que inclui a lista dos seus bispos até 1638 e a narrativa de dois mártires, os irmãos Bernardo e Rodrigo. Ao mesmo tempo, integram-se neste conjunto lendas, fábulas e “narrativas de carácter biográfico” (Augusto, 2002: 44), além de “manifestações de sonhos e de visões alegóricas”. Como observa Fátima Eusébio, o tratamento das personagens e dos acontecimentos servem de pretexto para o autor

manifestar a sua perspetiva ideológica e o contexto cultural, o que contribui para que a história local adquira um alcance mais amplo, pois a partir dela se enunciam “conceitos de valor nacional” (Eusébio, 2002: 51). Além de não estar organizada numa sequência diacrónica, as alusões temporais são raras e escassas as referências a datas precisas.

Relativamente aos factos históricos, estes são relatados de uma forma muito vaga – a conquista muçulmana, assim como alguns factos relativos à sua presença. Com mais detalhe, e um maior cuidado na sequência dos acontecimentos, é narrada a reconquista (por duas vezes) da cidade de Viseu. As personagens biografadas, naturais ou com ligações a Viseu, são exaltadas pelas suas condutas que servem de modelo: Frei Gil, São Teotónio, o Rei Rodrigo e os irmãos Bernardo Pereira e Rodrigo de Almeida. Algumas edificações, embora de uma forma muito genérica, são alvo de descrição, sobretudo as de cariz religioso: a Sé, o Santuário de Nossa Senhora da Lapa, a capela de Santa Cristina, os conventos de São Francisco de Orgens e de Jesus. O Fontelo e a Cava, com um desenho da sua planta também são descritos por João de Pavia.

As informações relativas à Sé surgem no Canto II, quando é descrito o desmoronamento da fachada, devido a um violento temporal. Este acontecimento, de acordo com o autor, relaciona-se com a morte dos últimos três bispos, respetivamente, D. Francisco João de Portugal, D. F. Bernardino de Sena e D. Miguel de Castro, sepultados no mesmo local, o que de acordo com (Eusébio, 2002: 66) servem para “encontrar um suporte justificativo dos acontecimentos numa força superior”, afinal um misticismo. Quanto à reconstrução da fachada, que na altura da redação do poema se estaria a realizar, e apesar da novidade que teria tido entre os fiéis, nada refere. No canto III, descreve com mais pormenor a catedral, qualificando-a de *moderna*, com uma ténue análise estilística. Quanto ao seu interior, João de Pavia considera que as capelas não estão ornamentadas, apesar dos painéis de Grão Vasco que se erguiam nas suas paredes, o que leva Eusébio a dizer que “fica implícita a sua postura negativa relativamente aos painéis de Vasco Fernandes” (Eusébio, 2002: 66) ou, acrescentamos nós, o carácter artístico do património móvel não lhe interessava.

Na descrição dos conventos, como o de São Francisco de Orgens e do Convento de Jesus, as informações continuam a ser muito genéricas. Do primeiro, ficamos a saber que se trata “Da mais antiga e linda arquitetura,/ Seus quadros orna angélica pintura.” (Canto IV, 1) e

que se encontra “Cercado de paredes e alto muro”. Em relação ao segundo, são exaltadas as virtudes da vida monástica e os valores espirituais, através de um discurso moralizante.

Outros dois locais que ocupam espaço no poema são o Fontelo, antiga quinta pertencente ao bispado de Viseu, e a Cava de Viriato. No Fontelo, o autor lamenta o abandono e associa este estado, aliado à sua deterioração, à morte dos três últimos bispos, revelando de novo o seu espírito místico. Acerca da descrição negativa deste espaço, Eusébio destaca o seu exagero, já que o Fontelo tinha sido alvo de constantes intervenções promovidas por vários bispos, desde a época do bispo D. Miguel da Silva (Couto, 1921).

A Cava é descrita como um sítio “raso e plano/Cercado de alta Cava e na vontade [...] / Uns, dizem que na velha antiga idade/ Serviu de alojamento do romano” (Augusto, 2002: 42). A descrição da Cava, tal como se referiu, em relação aos outros monumentos, é muito vaga. No entanto, a parca informação é complementada com um desenho da sua morfologia, realizado manualmente por João de Pavia. Trata-se da representação gráfica mais antiga do monumento, em que se nota a dificuldade do autor em marcar o número exato dos lados do polígono (parecem ser dez lados), devido à dificuldade de observação em perspetiva. Porém, numa época em que já estava divulgada a relação com Viriato, e que se intensificou nesta altura devido a ambições nacionalistas, no quadro das lutas contra a ocupação espanhola, o autor não faz nenhuma referência a esta ligação. João de Pavia apresenta duas versões relativamente à origem da Cava: alojamento do exército romano ou o sítio onde assentou a primitiva cidade de Viseu, rodeada da Cava, sendo, posteriormente, ocupada pelos romanos. A última tese alvitada parece ser da sua preferência, como apontam os últimos versos dedicados à Cava: “[...] fora o sítio plano e cava antiga/do exército romano alojamento,/ depois que afeiçoada a gente e amiga/ edificar ali tivera intento/ cidade, como mostra o largo muro,/ que foi principal forte e duro”. (Augusto, 2002: 44). O já mencionado desenho feito à mão por João de Pavia confirma as últimas estrofes, pois nele surge a identificação de “Cava de Viriato/ sítio da Antigua/ Cidade De Vaca”. A antiguidade do monumento é um valor atribuído pelos factos históricos, tal como sublinham os cronistas que escreveram nos séculos XVII e XVIII.

Embora o título *Descrição da Cidade de Viseu, suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado* possa sugerir uma obra de cariz histórico, que permite ter acesso à representação de alguns acontecimentos da história local e descrição das suas

antiguidades, após a leitura e análise do seu conteúdo, constatamos que se trata de uma composição épica, em que a parte relativa à história surge condicionada por aspetos formais relativos ao texto poético. Mas, com alguma precaução na sua interpretação, a obra contém algumas informações não só de história local e eclesiástica, como também de âmbito mais vasto, surgindo, pela primeira vez, um desenho da Cava.

Poderia ser realizado um estudo comparativo com a obra de Manuel Botelho Ribeiro Pereira, uma vez que “sendo coetâneas, foram enformadas pelas mesmas estruturas contextuais, embora espelhem os valores e a formação distintas dos seus mentores” (Eusébio, 2002: 73), além de que, no que diz respeito à hagiografia, a fonte principal de João de Pavia ter sido a obra, *Diálogos Morais e Políticos*, do primeiro cronista (Augusto, 2012).

O poema épico de João de Pavia apresenta semelhanças com a literatura dos guias, que “na sequência dos elogios às cidades medievais, associam [...] a descrição sumária de determinados sítios e monumentos urbanos, e numa dosagem subtil, mitos de fundação, lendas e crónicas (...)” (Choay, 2010: 71), apesar dos mitos, lendas e crónicas ocuparem um grande espaço na sua poesia.

2. História da Igreja - os cronistas

Depois de seiscentos, só a partir do século XIX se inicia novamente uma produção historiográfica sobre a cidade. Entretanto, no século XVIII e até inícios do século XIX,¹⁹⁴ toda a historiografia é dedicada à história da Igreja – emergem as narrativas sobre os bispados e bispos imbuídas de informações sobre a história da cidade e dos seus edifícios mais pitorescos. Em 1722, surge o *Catálogo dos Prelados da Igreja de Viseu*, do padre João Col¹⁹⁵ e, em 1767, o Padre Leonardo de Sousa redige as *Memórias Históricas e Cronológicas dos Bispos de Viseu*, três densos volumes sobre todos os bispos que governaram a diocese de Viseu, até 1767. A sua publicação, iniciada em 1903, foi feita em fascículos, mas só saíram as 32 páginas iniciais (Almeida, 1967: 68). As *Memórias* permaneceram inéditas e manuscritas na Biblioteca Municipal de Viseu,¹⁹⁶ oferecidas por Maximiano de Aragão, que se vai escorar na sua informação para redigir os três primeiros volumes de *Viseu*, como confessa.¹⁹⁷

Leonardo de Sousa era natural de Lisboa, onde nasceu a 12 de setembro de 1705, fixando residência em Viseu onde foi cronista da Congregação de S. Filipe Néri, coevo da fundação da Ordem Terceira Carmelita de Viseu; foi sócio da Academia de História. O manuscrito do prelado serviu de fonte a todos os que, a partir dele, escreveram sobre o passado de Viseu. Cita, com frequência, Botelho Pereira, João Col e Frei Bernardo de Brito. Apesar de a obra ser dedicada aos bispos da diocese de Viseu, narra alguns episódios da história de Portugal e aborda os mais importantes acontecimentos da história local, como a conquista de Viseu por Fernando Magno (Tom. I), o estabelecimento da Feira de S.

¹⁹⁴ Encontra-se na Biblioteca Municipal de Viseu um manuscrito não datado, escrito por Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (exceto 3 folhas), *Catálogo dos Bispos de Viseu desde D. Remissol até ao presente*, que nada adianta para o nosso estudo: além de nomear os bispos, e algumas informações sobre os mesmos, indica as doações que a Igreja recebeu e algumas obras realizadas na catedral por aqueles elementos do clero.

¹⁹⁵ Encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional (com a cota RES. 497//28 A.).

¹⁹⁶ Ainda para o século XVIII existem outros textos referenciados: *Olimpo Místico* de Agostinho Nunes de Sousa, iniciado talvez em 1741; segundo Alves, existe uma cópia feita por José Coelho (Alves, 1975: 145-160) e que, como verificamos, transcreve nos *Cadernos de Notas Arqueológicas*. A obra foi publicada parcialmente na imprensa local (*O Commercio de Vizeu* de 13/8/1891, 29/11/1891 e 23/11/1891). Existe, ainda, referência a outra obra não publicada do século XVIII, de 1775, de Frei Diogo de Jesus Maria, *Jardim Seráfico de Venerável Ordem Terceira do Padre S. Francisco e seus Aumentos nesta Cidade de Viseu*, guardando-se um manuscrito no cartório da Ordem Terceira de S. Francisco - Cruz, A. J. (1984, 1 de novembro). Os Manuscritos da Historiografia Viseense- Subsídios Para Um Inventário. *A Voz das Beiras*, pp. 7, 10.

¹⁹⁷ Para não nos repetirmos, vamos resumir a obra de Leonardo de Sousa que Maximiano de Aragão transcreve, sobretudo nos aspetos ligados aos principais problemas da história de Viseu e do seu património, e que se encontra nas páginas seguintes.

Mateus por D. João I, localizada inicialmente na Cava de Viriato (Sousa, Tom. II: fls 266), assim como o património mais importante, como a Cava, que descreve

Os muros que defendem este grande cerco são formados de terra extraída de um largo fosso, que lhe cercava todo o âmbito, e de que ainda se conservam grandes vestígios, posto que já grande parte por utilidades particulares está entulhada.

(Sousa, Tom. I: fl 18)

Acrescenta que possui oito lados, “outavada, costume ordinário dos Romanos em taes edifícios; quatro portas, que não foram feitas pelos romanos, mas porque a utilidade dos povos que lhe ficam mais vizinhos as fez abrir” (*Idem: Ibidem*).

É o primeiro testemunho sobre a deterioração do monumento. Além da Cava, narra a história dos mais importantes edifícios religiosos como a Sé, que estava dentro do castelo e que por muitos anos serviu de mesquita (Sousa, Tom. I: fl. 155v.). Tal como Botelho antes referiu, e depois Maximiano de Aragão, localiza o palácio do Conde D. Henrique no local onde hoje se encontram os claustros da Sé (Sousa, Tom. I: fl. 274). De todos os edifícios religiosos, a catedral é o que lhe merece mais atenção, fazendo a descrição dos seus elementos como a abóbada, as torres, etc. Ainda relacionado com os edifícios religiosos, menciona que no Fontelo existiu o palácio e a quinta pertencente aos duques de Viseu, entre os reinados de D. João I e D. Afonso V (Sousa, Tom. II: fls 336 e sgs), testemunho que Maximiano de Aragão vai contestar, porque não existem documentos que o validem (Aragão, 1895: 145). No Tomo II, correspondente ao ano de 1767, ficamos a saber que ainda existiam as sete portas da cidade “sendo todas formadas de *gosto mourisco*, mostram tão bem os muros, sua grande antiguidade”. A antiguidade e o valor histórico induzem o clérigo a descrever as portas e a inscrição que lá se encontra e que transcreve (Sousa, Tom. I: fl. 16). O Padre Leonardo de Sousa é o primeiro a chamar ao pintor Vasco Fernandes de *Gão Vasco* – “o Grão Vasco Fernandes de Carvalho” (Sousa, Tom. II: fl. 246). Transcreve os principais documentos relacionados com a cidade, como o testamento do Conde D. Henrique e de D. Teresa (Sousa, Tom. I: fl. 155v.), que Maximiano de Aragão também utiliza no *Vizeu*, assim como outros cronistas e historiadores que se dedicam à escrita da história local. Leonardo de Sousa também desenvolve aspetos da economia e sociedade viseenses, sobretudo referentes ao século XVIII.

Outra obra escrita por um membro do clero e que se encontra só parcialmente publicada são as *Memórias em respeito à Cidade de Vizeu sua Fortificação, Cathedral, Bispos e Priores, Cabido e Ducado extincto e mais notabilidades de remota antiguidade e posteriores de que há noticia. Por hum curioso, Viziense. Ano 1876*, (Lucena e Vale, 1973, 1974) atribuídas a Francisco Manuel Correia, cônego da Sé. O manuscrito foi publicado pela Junta Distrital de Viseu nas páginas da revista *Beira Alta* e a leitura foi feita por Lucena e Vale que não o transcreve integralmente, justificando que o cronista, não sendo um historiador e aparentando possuir “nulo conhecimento da heráldica, da esfragística, epigrafia e outras ciências auxiliares da história” (Lucena e Vale, 1972a: 282), se limitou a transcrever curiosidades e mitos sobre a história local, sem qualquer crítica, nem rigor, que a investigação provou como inexatos. O clérigo confessa, singelamente, que é um simples curioso das antiguidades locais, que descreveu e problematizou, mas sem qualquer rigor científico. Lucena e Vale comenta o manuscrito com o intuito de denunciar e retificar as inexatidões à luz da historiografia da segunda metade do século XX (Lucena e Vale, 1975).

Maximiano de Aragão consultou-o, pois citou-o com frequência, assim como o autor do artigo dedicado a Viseu, incluído no *Portugal Antigo e Moderno*, que o transcreve em longas citações (Lucena e Vale, 1973). Obra de um cronista que recolheu muita informação nas *Notícias Históricas* de Berardo, como ele próprio confessou no prólogo, além dos assuntos relacionados com a religião, como os conventos e irmandades, as capelas e igrejas e os bispos, apresentou os mesmos temas da história local – a origem do nome de Viseu, a fundação da cidade, a sua fortificação, a Cava e a catedral.

Considerou que, no espaço onde hoje se encontra a catedral, existiam duas torres que fizeram parte da fortaleza romana, descreveu a planta e apontou os seus limites. Afirma que a Cava foi a cidade de *Vacca*, pois uma provisão de Afonso V, datada de 1460, cede aos frades do Convento de Orgens “toda a pedra da antiga cidade de Vaca”. Lucena e Vale comenta que nunca ninguém viu este documento de Afonso V, inclusivamente Berardo que o cita de outra obra. Era de opinião que os habitantes de Viseu, depois da morte de Fernando Magno, se refugiaram dentro da Cava. Mais tarde, quando a abandonaram, denominaram-na de *Vágua* (Vaga), vocábulo que, com o tempo, terá originado o nome *Cava* (Lucena e Vale, 1974).

3. O primeiro estudo global sobre o passado de Viseu – José de Oliveira Berardo

No século XIX o protagonista foi José Oliveira Berardo (1803-1862).¹⁹⁸ Curiosamente, um membro do clero foi o primeiro autor de obras dedicadas à historiografia laica, publicadas no jornal *O Liberal* (77 artigos publicados entre 1857 a 1859), com o título genérico de *Notícias históricas de Viseu e Memória sobre algumas inscrições encontradas no distrito de Viseu* (1857). Foram editados outros pequenos textos sobre Grão Vasco¹⁹⁹ que se encontram em jornais e em outras publicações.²⁰⁰ Existem textos inéditos ainda por publicar da autoria de Berardo:²⁰¹ *Notícia Histórica dos Bispos de Viseu seguida de breve Catalogo Chronologico* (1837), *Notícias de Viseu* (1838)²⁰² e *Ecclesiae Visonensis Epitome ad Auditorii Seminarii Episcopalis Ejusdem Ecclesiae* (1855)²⁰³ que se encontram na Biblioteca Municipal de Viseu.

No século XIX, os jornais locais anunciavam alguns achados arqueológicos que se iam encontrando na cidade,²⁰⁴ referindo que a acumulação dos mesmos poderia servir para a génese de um núcleo museológico dedicado à arqueologia²⁰⁵ e a preocupação com o desvio do património da cidade que constituía um polo de atração. Os quadros de Grão Vasco eram um tema recorrente nos jornais de Viseu e, mesmo antes da fundação do museu que

¹⁹⁸ Ainda sobre a história dos bispos, D. Francisco Alexandre Lobo redigiu, em 1855, *Resumida Notícia dos Bispos de Viseu nos Séculos XVI, XVII, XVIII*.

¹⁹⁹ Berardo, J. O. (1863). O pintor Vasco Fernandes de Vizeu. *O Instituto*, 11, pp. 134-136.

²⁰⁰ Cf. Cruz, A.J. (1981, 9 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 3-8.

²⁰¹ Encontram-se publicadas outras obras, algumas sem o nome do autor, mas não são relevantes para o tema do nosso trabalho.

²⁰² Berardo, J. O. (1838). *Notícias de Vizeu acompanhando o Registro das Freguesias que prezentemente Organização o Concelho, Vizeu*. Manuscrito na Biblioteca Municipal de Viseu.

²⁰³ Cf. Campos, A. *Registo Bibliográfico e Jornalístico Viseense*. Existe uma cópia no Seminário Diocesano de Viseu, que pertenceu a Maximiano de Aragão e doado por ele à Biblioteca Municipal em 1923 (cota: 20-1-28).

²⁰⁴ Um periódico local dá conta de um ato de demolição de uma parede interior de uma casa, na rua D. Luiz, de que resultou “uma pedra granítica de um metro de altura” com uma escultura em baixo relevo de uma figura decapitada “com trajos à romana”; possui um pedestal onde se encontra uma inscrição latina – Anónimo. (1887, 6 de agosto). Monumento archeologico. *O Commercio de Vizeu*, p. 2. No mesmo jornal, é notícia a descoberta de uma sepultura na mata de S. Miguel atribuída ao rei Rodrigo que, de acordo com José de Oliveira Berardo, jazia sepultado junto da igreja de S. Miguel – Anónimo. (1887, 17 de novembro). Archeologia- monumento antiquíssimo. *O Commercio de Vizeu*, p. 2.

²⁰⁵ Notícia de que dá conta a imprensa local sobre um morador da rua Formosa que acumulou uma “preciosa collecção d’objectos antigos” e que os tem exposto. A Câmara ajudou e até já prometeu terreno com “mais capacidade do que o museu da Rua Formosa” para a coleção ser visitada pelo público – Anónimo. (1889, 10 de fevereiro). Museu d’archeologia em Vizeu. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

iria albergar a sua obra pictórica, a pintura de Vasco Fernandes, de acordo com a opinião emitida no jornal local, poderia também constituir um ponto de atração turística:

Querer levar para Lisboa tudo o que ha de bom nas províncias é um egoísmo indígena próprio do nosso paiz. Nas outras nações ha muitas cidades que só são visitadas por terem dentro em si um quadro ou uma estatua notavel, e nunca as capitais d'essas nações se lembraram de lh'as apanhar sob o pretexto de serem monumentos nacionaes. Os quadros de Grão Vasco pertencem a Vizeu.²⁰⁶

A luta contra as políticas de centralização levaram o autor a recomendar que deveria ser o cabido a tratar da conservação dos quadros e, caso não o conseguisse, a Câmara Municipal, como representante da cidade, seria incumbida a tomar conta deles. A conservação das *antiguidades*, termo que ainda surge nos periódicos locais, era também uma questão de *baírrismo*, expressão também muito comum em todos eles, que traduz o discurso laudatório de amor à terra, que anima a sua luta contra o desaparecimento e desvio do património histórico e arqueológico. Os textos publicados nos jornais locais destacavam, sobretudo, os aspetos históricos dos edifícios e muito raramente os aspetos estilísticos baseados nas suas estruturas e decoração.

Maximiano de Aragão foi quem coligiu mais informações sobre José de Oliveira Berardo. Poderia ter nascido em Viseu na povoação de Pinheiro de Santos Evos,²⁰⁷ ou mesmo na cidade, numa família de origens modestas. Dele, Maximiano de Aragão comentava: “O seu talento e erudição ganharam fama, no segundo e terceiro quartel do século XIX, em todo o país, transpondo ainda as fronteiras, e foram reconhecidos por Alexandre Herculano”²⁰⁸ que o considerava “um dos primeiros homens de letras em Portugal” (Herculano, 1856: 162). Devido às suas ideias liberais, aos vinte e três anos foi preso pelos agentes do governo miguelista, ficando na cadeia de Almeida, tendo sido transferido para a da Relação, no Porto. Regressou a Viseu e em 1836 encontra-se como provedor interino do concelho de Viseu e administrador do mesmo concelho (*Idem: ibidem*), cargo que desempenhou até 1839 (César, 1949). Maximiano de Aragão conta que, desde a sua libertação da prisão até à implantação do regime liberal, Berardo dedicou-se ao estudo das ciências sociais e teológicas e da arqueologia. Não adotou a cátedra teológica desde o início, por causa da sua incompatibilidade política com o bispo D. Francisco Alexandre

²⁰⁶ Anónimo. (1887, 11 de setembro). Os Quadros de Grão Vasco. *O Commercio de Vizeu*, p. 3

²⁰⁷ Berardo foi sacerdote já tarde, tendo-se dedicado primeiro à música, tocava clarinete, e depois à vida militar (chegando ao posto de tenente) – Padre Moura. (1894, 25 de novembro). José de Oliveira Berardo. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

²⁰⁸ Aragão, M. (1924, 30 de março). José d'Oliveira Berardo. *Notícias de Viseu*, p. 4.

Lobo (miguelista)²⁰⁹ e só foi ordenado sacerdote após a morte do mesmo bispo, já com a idade de quarenta anos. Em 1848, tornou-se no primeiro reitor do Liceu Nacional de Viseu, fundado nesse mesmo ano e, ao mesmo tempo, ocupou o cargo de Comissário dos Estudos neste distrito. Em 1862, por decreto, foi elevado à dignidade de cônego da Sé de Viseu. Berardo foi “um linguista, um antiquário, um historiador, um verdadeiro paleógrafo, um erudito, na verdadeira e rigorosa acepção da palavra” (Moura, 1894, p.1)²¹⁰, um homem de saber enciclopédico. Era sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, das Academias de Roma e de Berlim e do Instituto de Coimbra, “onde entrou pela mão do seu amigo e Mestre Alexandre Herculano que o admirava e estimava” (César, 1949: 331).

Como referiu Aragão, para *lançar luz* sobre Grão Vasco, revolveu os arquivos públicos da cidade (Aragão, 1900: 10) e foi o primeiro a resgatar para o jornal²¹¹ o testemunho de Botelho Pereira em relação a Grão Vasco, cuja existência tinha sido negada por Raczyński.²¹² Deve-se a Berardo a divulgação do tríptico de Richemond, identificado assim porque foi comprado pela família Cook em Richemond, em que foi feito o reconhecimento da assinatura de Vasco Fernandes (Mouta, 1969: 43).²¹³ Assinale-se que foi o primeiro dos eruditos viseenses que deu a conhecer a um público não especializado notícias da história, com artigos regulares num periódico local, o jornal *O Liberal*.²¹⁴

O manuscrito *Notícias de Viseu* de Berardo (1838) foi consultado por Francisco Manuel Correia e Maximiano de Aragão que o utilizaram como fonte para os seus escritos, apesar de nem sempre o nomearem, como refere Cruz,²¹⁵ que confrontou as obras dos autores. Outro manuscrito que se encontra também, na Biblioteca Municipal de Viseu, *Noticias Historicas de Vizeu*, foi publicado, com algumas alterações, no jornal de *O Liberal* como acima referimos. Foi encontrado, ainda, na posse de particulares, um manuscrito de 1837,

²⁰⁹ Aragão, M. (1924, 20 de junho). José d'Oliveira Berardo. *Notícias de Viseu*, p. 4.

²¹⁰ Padre Moura. (1894, 25 de outubro). Aniversario da morte do padre José d'Oliveira Berardo Sabio Viseense. *Folha Regeneradora*, p.1.

²¹¹ Berardo, J. O. (1857, 31 de novembro). O Pintor Vasco Fernandes, de Vizeu. *O Liberal*, p.1.

²¹² Raczyński, Conde Atanazy (1846). *Les arts en Portugal*. Lettres. Paris: Jules Renouard,

²¹³ Entre os documentos do cabido, Berardo encontrou um registo de batismo de 1552 que durante algum tempo se acreditou ser o registo de batismo de Grão Vasco e que Aragão descobriu que não era dele (1900).

²¹⁴ Os periódicos, desde meados de setecentos, com o “enciclopedismo das luzes” transmitem uma grande variedade de temas, procurando cativar um público cada vez mais alargado e, assim, artigos sobre a história começam a preencher a imprensa (Torgal, 1996).

²¹⁵ Cruz, A. J. (1981, 23 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.

denominado *Notícia Histórica dos Bispos de Viseu seguido de um Catálogo Chronológico*. São três manuscritos, cujo conteúdo é muito semelhante.

Mostrando alguma modernidade e isenção, no manuscrito *Notícias de Viseu* (1838) Berardo, criticou o chauvinismo de alguns dos seus contemporâneos:

Eu louvo o espirito patriotico de certos Escriptores referindo as façanhas gloriozas dos seus Conterraneos; mas quisera que huma critica mais prudente tivesse presidido ás suas Historias, e que os sons das palavras não dessem parto á sua imaginação

(Berardo, 1838: fl. 5)

Também Neves, sobre o seu labor refere: “Receiando sempre de fazer *afirmações*, as conclusões do seu trabalho de investigador erudito são quase todas *conjecturas*” (Neves, 1893: 6). Como menciona Cruz (1981), para poder efetuar a crítica dos textos anteriores, recorreu à arqueologia e à publicação e interpretação de documentos escritos. Berardo viveu no século XIX numa altura em que surgia um interesse por uma nova época da vida do Homem – a Pré-História. As fontes arqueológicas e epigráficas, confinadas aos gabinetes de antiguidades, começaram a ser encaradas como mais do que simples curiosidades, ganhando um novo valor. Nas palavras de Berardo esses vestígios podiam esclarecer alguns temas menos claros da história, da literatura em geral e das línguas,²¹⁶ sendo esses testemunhos que comprovavam a ocupação romana, como esclarece:

Que esta cidade florescia e fôra povoada dos Romanos, prova-se já pelas muitas moedas que alli se tem encontrado do tempo do Imperio, e ainda mesmo da Republica, como pelos seguintes monumentos sepulcrais que examinámos

(Berardo, n.d.: fl. 2- 2v)

O seu valor como fonte já o tinha afirmado, hierarquizando os documentos: “o que há de mais certo são os documentos [escritos] porque provam; depois vêm os monumentos porque confirmam” por último a tradição, mas não tão fiável “porque é susceptível de sofrer a influência da malícia ou da ignorância” (Berardo, 1838: fl. 2). Na pequena publicação sobre as inscrições no distrito de Viseu não se limitou a realizar a leitura

²¹⁶ “É uma cousa de todos os archeologos bem conhecida e averiguada, que na Peninsula-Hispanica, por pouco que se escave na terra, topam-se construcções, e apparecem monumentos com inscripções de diversos generos, as quaes bem interpretadas podem dar uma luz inesperada aos pontos obscuros da historia ; e até mesmo á litteratura em geral, e ao estudo das lingoas.” (Berardo, 1857:1)

epigráfica; além da interpretação, fez a respetiva contextualização, levantando problemas e propondo explicações para a inscrição de Lamas de Moledo.²¹⁷

O clérigo acusou Frei Bernardo de Brito de uma exuberante imaginação (Berardo, 1838: f. 6), assim como Resende, e que os historiadores “teem transmitido fabulas agradáveis á imaginação, sem fundamentarem as provas de sucedido mais do que em contos populares” (1838: f. 7). Por isso, recorreu ao monumento/património e aos documentos²¹⁸ para comprovar algumas das suas afirmações e para acabar com as imprecisões históricas. Em Berardo assiste-se a “uma mudança de perspectiva sobre o valor dos documentos arqueológicos e epigráficos” (Cruz, 1981: 5), na esteira do espírito científica da Academia das Ciências.

No manuscrito e nas notícias publicadas no *Liberal*, os temas, relativos à história local, são a Cava, as Torres Romanas na Sé, as velhas sepulturas, as antigas armas do brasão da cidade, a reconquista, o início da monarquia, a Feira Franca, os homens e artistas notáveis como Grão Vasco, a antiguidade do bispado de Viseu, as confrarias, relação e curiosidades sobre os bispos até ao século XIX, além de outras notícias que versam a história, a pintura, literatura, numismática, música, entre muitos outros assuntos.

No manuscrito de 1838,²¹⁹ cujas margens possuem comentários de Maximiano de Aragão, começa por criticar a imaginação de alguns historiadores que atribuíram, sem qualquer fundamento, vários nomes à cidade – *Lancia*, *Veruvium*, *Vacca* e *Vicco Aquaris* – que contesta. Presume que, na sua origem, tivera o nome de Viso corrompido depois em *Vizeu* (1838: fl. 4 v.). Quanto à Cava, “o monumento mais considerável que encontramos na cidade de Vizeu” (n.d.: fol. 5), cautelosamente recusa as várias histórias tradicionais e o testemunho de Frei Bernardo de Brito e outros. Confronta a verdade dos factos com relatos míticos e com os escritos do autor da *Monarchia Lusitana*. Assume que foi obra dos romanos (Berardo, n.d.: fl. 8). No entanto, alerta que, faltando o testemunho de autores

²¹⁷ A inscrição de Lamas de Moledo não se encontra localizada dentro da zona geográfica que o nosso estudo abrange. Berardo considera que estamos perante um registo dos limites do Bispado de Calábria que entretanto tinha deixado de pertencer ao bispado de Viseu (Berardo, 1857: 4). Como dissemos, esta inscrição já tinha sido referida por Manuel Ribeiro Botelho.

²¹⁸ Para confirmar a existência de uma judiaria “no sitio aonde hoje se diz cimo de villa” diz ter recorrido ao arquivo da Câmara Municipal de Viseu (Berardo, 1838: f. 41). “ Invoca “o testemunho das Lapidés encontradas junto a Vizeu” (*Idem*: f. 6)

²¹⁹ O manuscrito de Berardo também é importante pelas estatísticas que apresenta: rendimentos das confrarias e ordens religiosas, o recenseamento das habitações das povoações do concelho e de cada freguesia do bispado, o mapa demográfico do concelho, em 1834.

coevos, resta o que diz a tradição e as memórias fundamentadas em alguns documentos. No manuscrito anterior (1837) também se mostra muito cauteloso culpando “a tradição confuza de tantos seculos por atribuir a este local algumas scenas gloriosas da guerra com os Romanos” (1837: fl 4). Mais tarde, no jornal *O Liberal*, acrescenta:

O que hoje prudentemente podemos conjecturar, com mais probabilidade, he que a Cava de Viriato fôra huma daquelas construções que os Romanos denominavão *Castra Hiberna*, e as edificavão para muito tempo, colocando nellas hospitais, armazães, e outras fabricas de guerra.²²⁰

Berardo, n.d.:fl. 7

Cita um documento de 1416 em que o cabido tomou posse da Cava, que até à data era um reguengo, referindo que possuía portas, que supõe guarnecidas de cantaria, adiantando que existia lá dentro uma capela dedicada a S. Jorge. No ano de 1728, por ordem régia foi medida e possuía oito lados e quatro aberturas, acrescentando mais tarde (Berardo, 1857) que a pedra fora tirada para edificação do Convento de S. Francisco de Orgens, segundo o testemunho de Frei Manoel da Esperança, mas adianta que no cartório daquele convento não existia qualquer documento sobre o assunto. Frequentemente, aponta paralelismos entre os vestígios que encontra, prova da sua erudição, como por exemplo, quando descreve um sarcófago, descoberto em 1818, e acrescenta que outro semelhante foi encontrado em Évora, ou sobre a Cava, considerada por ele um *Castra Hiberna*; afirma que em França existia um grande número, apesar de, em relação à sua cronologia e funcionalidade, ainda não existirem certezas.

Quanto ao local onde hoje se ergue a catedral, segue Botelho, ao referir “duas torres oppostas e comunicáveis por ameias”²²¹ construídas pelos romanos e a mesma inscrição já anteriormente descrita pelo cronista – “dois irmãos Frontino e Flaco”- autores da obra (fls. 7), mas observa que não viu a inscrição. No manuscrito de 1837 acrescenta que:

Julga-se com algum fundamento que no tempo em que o Proconsul Decio Bruto veio a Hespanha fundarão huma fortaleza no sitio aonde hoje vêmos a Cathedral com duas torres em que se divisarão as Águias Romanas.

(Berardo, 1837:fl. 4)

²²⁰ Berardo, O. (1857, 6 de Maio). Folhetim. Noticias Historicas de Viseu. Parte Primeira. Capitulo I. Das Primeiras noticias da cidade de Vizeu. *O Liberal*, p. 2.

²²¹ Berardo, O. (1857, 6 de Maio). Folhetim. Noticias Historicas de Viseu. Parte Primeira. Capitulo I. Das Primeiras noticias da cidade de Vizeu. *O Liberal*, p. 3.

Confessa que não viu as águias romanas. A antiguidade do bispado de Viseu é outro tema que interessa a Berardo, apontando o nome de Remissol como o primeiro bispo de Viseu, adiantando que se temos conhecimento deste facto, foi porque ele assinou as atas do segundo Concílio de Braga realizado em 572, afirmação que é validada pelo documento, como é o seu procedimento usual, recusando persistir na imprecisão. Tal como os outros cronistas, faz a história dos bispos de Viseu, tanto no manuscrito como nas *Notícias Históricas de Vizeu*, publicadas no jornal *O Liberal*.

Tenta esclarecer alguns mitos e fábulas associadas à cidade. Por exemplo, considera uma fábula a morte e enterramento do rei D. Rodrigo em Viseu, história que se deve à imaginação de Bernardo de Brito (1838:fl. 7). Elenca as várias versões, por ele consideradas *novelas da idade média* (*Idem*: 8) associadas ao brasão da cidade. No século VIII a cidade ainda estava com muros, pois dentro deles se defenderam, por várias vezes, os reis das Astúrias e Leão. Mas no século XI, no tempo de Fernando Magno, como a cidade estava sem muros, os seus habitantes, temendo novas invasões dos bárbaros, mudam-se para dentro da Cava, começando a fundar uma cidade a que deram o nome de Vacca. Mais tarde, quando voltam às antigas habitações, este local ficou conhecido, durante muito tempo, por cidade velha. A informação, de acordo com Berardo, resultou da investigação de documentos do cartório do cabido, sobretudo da provisão de D. Afonso V, de 1460, na qual é referido que se dá por esmola para as obras do Convento de S. Francisco de Orgens, toda a pedra que se achasse na cidade de Vacca (1938: fl. 8 v.). De acordo com alguns documentos do tempo de D. Afonso Henriques, a cidade ainda conservava alguns vestígios da muralha, mas em 1385, como já não existia, os castelhanos arrasaram a cidade. A muralha foi mandada construir por D. João I e concluída no tempo de D. Afonso V (1472), como assinala a inscrição da Porta do Soar. Das seis portas da muralha, diz que restam apenas três.

Berardo aborda o espaço da cidade através dos edifícios religiosos, não só os grandes monumentos como a Sé, mas também as igrejas, conventos e capelas e, em segundo plano, os edifícios civis relacionados com personalidades importante ou aqueles que atestam factos do passado, como a casa da Torre, local que a tradição atribui ao nascimento de D. Duarte, ou estruturas antigas ou de defesa como a Cava de Viriato e as muralhas. Até ao século XIX, inclusive, as monografias eruditas que descreviam as cidades só abordavam o

seu espaço através dos monumentos, símbolos cuja importância varia de acordo com os autores e os séculos (Choay, 2010: 192).

A segunda parte do manuscrito de 1837 é dedicada aos bispos de Viseu e ao património religioso. Adianta outras informações relacionadas com os espaços religiosos ou com os prelados: que, de acordo com a tradição, a Igreja de S. Miguel de Féta fora a Sé primitiva (1837: fl. 24 vs), que D. Diogo Ortiz mandou edificar a abóbada da Sé, o Infante D. Afonso, nomeado bispo de Viseu, mandou construir a fonte de Santa Cristina, e que D. Miguel da Silva, para construir o novo claustro, mandou demolir parte do edifício contíguo, que estava em ruínas, cuja tradição atribui como tendo sido residência de alguns reis de Leão e do Conde D. Henrique e de D. Teresa. Ainda, sobre a Sé de Viseu, Berardo divulga um documento que prova a existência de um antigo claustro.²²² Mais tarde, Maximiano de Aragão localiza-o na sacristia atual (Aragão: 1928a) e Lucena e Vale no claustro atual do Paço dos Três Escalões. Em relação ao Fontelo comenta que foi comprado em 1149 e, desde logo, foi residência ordinária dos bispos de Viseu (*Idem*: fl. 37), como se pode verificar no tombo velho do cabido e que o Paço dos Três Escalões, denominado *Collegio*, foi obra de três bispos. Ainda do património religioso assinala a fundação de conventos: o mosteiro do Bom Jesus, pertencente às freiras da Ordem de S. Bento e o Convento de Santo António na Quinta de Maçorim, já desaparecidos.

As fontes utilizadas são sempre citadas com o respetivo autor e obra e, quando se tratam de manuscritos, como contratos e doações, é indicada a sua proveniência.

Sobre o Infante descreve o brasão na Casa da Torre, com as armas de Avis e que o mesmo se encontra na Aguieira (fl. 41), concluindo que os Duques de Viseu habitaram na Aguieira (*Idem*, 1837: fl. 41 vs). Maximiano de Aragão, nas margens do manuscrito, escreve um comentário sobre este equívoco,²²³ esclarecendo que as armas ali esculpidas não são de Avis, mas as da família Gomes de Abreu. A edificação das muralhas por D. Afonso V, as respetivas portas, a casa de S. Lázaro, gafaria da cidade, são estruturas por ele nomeadas, mas que estão presentes na narrativa e sempre associadas à história da cidade. Em Berardo encontramos a primeira tentativa de elaborar um estudo do passado de Viseu, no que diz

²²² Berardo, J. O. (1857, 13 de julho). Notícias Históricas de Viseu, *Liberal*, p.3.

²²³ Este equívoco, apesar de ter sido desmentido por aqueles que se dedicaram ao estudo do património de Viseu como Maximiano de Aragão, Almeida Moreira, ainda se mantém na tradição popular Moreira, F. A. (1929, 30 de março). Janela Manuelina da Rua da Cadeia. Trechos da Cidade Antiga *Notícias de Viseu*, p. 2.

respeito aos aspetos religioso e histórico, além do pequeno inventário dos vestígios arqueológicos, já com uma metodologia apoiada em documentos. A história local chegou pela primeira vez às páginas dos jornais, publicada em *folhetins*, como são nomeados os capítulos publicados no *Liberal*.

3.1. Berardo e a destruição do património

Se, no século XIX, as diligências de José de Oliveira Berardo em relação ao património são pouco conhecidas, nos manuscritos sobre a história da cidade assinala e condena, na esteira de Herculano e Garrett (Rosas, 1995), o estado em ruína em que o mesmo se encontra: “Se com efeito a incúria dos nossos antepassados nos priva de verificarmos hoje com alguma probabilidade a época da fundação destes monumentos (...)” (Berardo, 1838: fl. 6v.). O seu lamento, não se deve a qualquer alteração estética que o monumento tenha sofrido, mas sim à perda de informação histórica, ficando incapaz de recordar o passado.

Dedica o último capítulo de um dos manuscritos, aos vestígios arqueológicos – *Restos de antigos monumentos em Vizeu*. Menciona um sarcófago encontrado, em 1818, atrás da Igreja do Carmo, perto da antiga capela de Santo Amaro, com uma inscrição com caracteres romanos que transcreve e faz a leitura.²²⁴ Desgostoso, descreve, de uma forma realista o achamento do sarcófago:

Quem isto escreve presenciou o furor brutal dos rústicos despedaçando as pedras, sem que se podesse entender qual o interesse de tão bárbaro procedimento (...) Não nos devemos admirar da rusticidade quando os homens chamados de letras, que então podiam obitar ao furor, tratáto com indiferença este objecto (...)

(Berardo, 1838: fl. 40)

Compara a situação com a barbárie que se vivia em França no século XVIII, onde se continuavam a destruir inscrições e a mutilar estátuas, através da transcrição de um documento daquela época. Faz também o cotejo com outro sarcófago semelhante, encontrado na cidade de Évora (Aragão, 1894: 88). Mais tarde, em 1974, na demolição da capela de Santo Amaro, com vista à abertura da rua Alves Martins, são encontrados outros vestígios romanos: lápides funerárias, sarcófagos,²²⁵ telhas, fragmentos de colunas e a

²²⁴ A inscrição encontrada de acordo com Vaz (2007) é do século I, o que confirma a utilização da necrópole desde essa data.

²²⁵ O cônego Celso Tavares da Silva reconstruiu um dos sarcófagos e estudou os materiais recolhidos, de acordo com Alves, A. (1975: 442)

inscrição encontrada por Berardo,²²⁶ quase 150 anos antes. De acordo com Encarnação (1996), no século XVIII e princípios do século XIX, era normal aqueles que se dedicavam ao estudo da epigrafia copiarem, criteriosamente, a inscrição e depois deixarem que o original fosse utilizado para material de construção, salvando a memória da epígrafe (Encarnação, 1996).

O jornal *O Liberal*²²⁷ noticia a descoberta de uma lápide com inscrição romana, encontrada numa parede de alvenaria que foi demolida em 1853, na sacristia da Igreja de S. Miguel do Fétal, que transcreve e traduz. Não dá conta apenas dos vestígios da Antiguidade, pois as sepulturas escavadas na rocha também são dignas de registo, as quais, apesar de serem atribuídas aos Hebreus pelos Antiquários, fazem Berardo duvidar da sua cronologia, confessando a sua ignorância (n.d.: fl. 14). Berardo foi o primeiro, dos que escreveram sobre a história da região, a dedicar algumas referências a um passado mais remoto, numa altura em que despertava a curiosidade no Portugal oitocentista sobre a pré-história, que era desconhecida neste local.

É um dos primeiros eruditos a referir-se à destruição da Cava, cujos muros de terra “hoje quasi gastos pela incúria, ignorância e rapacidade humana” (*Idem*: fol. 5), às várias diligências para a medir e conservar, acrescentando que a Câmara, nos finais de 1818, mandou construir marcos no seu exterior e interior, mas que tal medida não deu resultado. Ironicamente, diz que o monumento se vai despedindo da geração atual, atribuindo a destruição ainda aos “homens da governança” que “não querem intender nestas arqueologias, e os cobiçosos vizinhos vão cavando para si” (Berardo, n.d.: fl. 10).

²²⁶ Além de Maximiano de Aragão, Moreira de Figueiredo já se refere a esta inscrição (Figueiredo: 1952-1953:34), o que induz Lucena e Vale a tecer o comentário: “Não nos devemos admirar da rusticidade, quando os homens chamados de letras, que então podiam obstar ao furor, trataram com indiferença este objecto” (Lucena e Vale, 1975: 445).

²²⁷ Berardo, O. (1857, 6 de Maio). Folhetim. Noticias Historicas de Viseu. Parte Primeira. Capitulo I. Das Primeiras noticias da cidade de Vizeu. *O Liberal*, p. 1.

4. Os artigos especializados – o interesse pela arqueologia

Nos finais do século XIX, inícios do século XX, começaram a surgir artigos especializados de outros ramos relacionados com a história, como a arqueologia e a etnologia, só para citar as áreas que nos interessam. Além dos historiadores, *generalistas*, de acordo com Mendes (1996: 192) surgem os *especialistas* que se dedicam a temas mais restritos. Na etnologia e na arqueologia distinguiu-se José Leite de Vasconcelos (1858-1941), cuja formação inicial foi medicina, mas que exerceu a atividade por poucos meses. Conservador da Biblioteca Nacional (1887-1911), fundador do Museu Etnológico de Belém (1883) e professor da Faculdade de Letras de Lisboa (1914-1929), José Leite de Vasconcelos publicou nas páginas do *Arqueólogo Português*, revista por ele criada (1895), vários artigos sobre monumentos e achados arqueológicos na região de Viseu, não propriamente dentro da sua área concelhia. Outros historiadores, arqueólogos, ou mesmo curiosos, como Henrique das Neves, Borges de Figueiredo e Mesquita de Figueiredo interessaram-se por Viseu e publicaram novas descobertas ou as notícias de vestígios que, entretanto, lhes chegavam.

O megalitismo na Beira Alta começou a ser estudado por Leite de Vasconcelos, que realizou, em 1892, no concelho de Mangualde, a sua primeira escavação arqueológica – a Orca da Cunha Baixa (Vasconcelos, 1897). A escavação deste género de monumentos continuou nos concelhos de Vila Nova de Paiva, Sátão, Nelas, Canas de Senhorim Mangualde e Fornos de Algodres. Este labor contribuiu para a sua obra, primeira síntese da pré-história portuguesa, *Religiões da Lusitânia*, em que descreve a arquitetura do edifício megalítico. Divulgou o resultado das suas deambulações pela Beira no *Arqueólogo Português*.²²⁸ Em 1904, publicou nas páginas da revista a descrição dos oito lanços que constituem os muros da Cava²²⁹ e editou o *Relatório* elaborado pela comissão constituída por Almeida e Silva, Hipólito Maia e Maximiano de Aragão. Mais tarde, destaca a necessidade da sua conservação.²³⁰ Transcreveu e fez a leitura de uma inscrição romana

²²⁸ Vasconcelos, J. L. *O Archeologo Português* (1ª Série): vol. II, pp. 225, 245-247; vol. III, pp. 107-111; vol. IV, pp. 338-339; vol. VIII, p. 170; vol IX, pp. 303-308; Vol. X, pp. 28-31, pp. 312-313.

²²⁹ Vasconcelos, J.L. (1904). A Cava de Viriato. *O Archeologo Português*, Série I, Vol. IX, nº 1 e 2, pp. 11-16.

²³⁰ Vasconcelos, J.L. (1916). A Cava de Viriato. *O Archeologo Português*. Série I, vol. XXI, pp. 343-363.

proveniente de Viseu.²³¹ As suas notas informativas, como já referiu Tavares (1979: 558), “têm mais o aspecto de inventariação de objectos recolhidos do que de relatórios de escavações arqueológicas”, apesar da sua utilidade.

Henrique José das Neves (1841-1915) foi um militar, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, que se interessou por outros assuntos, publicando artigos no jornal. Estando em serviço na cidade de Viseu, o enigma que encerra a Cava de Viriato despertou-lhe a curiosidade, publicando, assim, um estudo sobre o monumento.²³² Realizou uma recensão bibliográfica sobre os vários trabalhos de história local, assim como manuscritos, cedidos por Maximiano de Aragão, sobre o tema. Não era um especialista, mas um curioso que escreveu um artigo de arqueologia.

Para a descrição da Cava recorreu a Brás Garcia de Mascarenhas, Bernardo de Brito e Botelho Pereira. Colocava a hipótese da Cava ser de uma época pré-romana, porque o local deveria ser demasiado insalubre para os romanos erguerem uma fortificação:

Em razão da convergência das águas pluviais o chão da Cava, nos antigos tempos, era de tal modo alagado e inabitável de inverno, que ainda em 1501, no pedido que a Camara Municipal dirigiu a el-rei D. Manuel, para mudar o local da ‘feira franca’ para fora da Cava e dentro da cidade (...).

(Neves, 1893: 27)

Os muros seriam baixos para defesa dos guerreiros de Viriato e dos seus rebanhos. Depois da reconquista da cidade por Fernando Magno aos muçulmanos, por temerem novas investidas dos mesmos, os habitantes da cidade “transferiram os seus lares para dentro da Cava, onde lançaram os fundamentos d’uma povoação a que poseram o nome de Vacca” (*Idem, Ibidem*), construindo as trincheiras e fossos de maior vulto. Posteriormente, afastado o perigo, os moradores voltaram para as suas antigas casas. Menciona um documento do cabido, já citado por Berardo e Francisco Manuel Correia, uma provisão de Afonso V, de 1460, pela qual toda a pedra da Cava seria oferecida para as obras do convento de S. Francisco de Orgens.

No final do século XIX, em que a arqueologia estava a despontar em Portugal, Henrique das Neves evidencia o seu contributo para a leitura do monumento:

²³¹ Vasconcelos, J.L. (1927-1929). Epigrafia do Museu Etnológico (Belem). Inscrições romanas. *O Archeologo Português*, Série I, nº 28, p. 222.

²³² Neves, H. (1893) *A Cava de Viriato. Notícia descritiva e critico-histórica*, Figueira da Foz

A archeologia [...] que sabe ler nos monumentos silenciosos e mudos do passado a história da civilização dos tempos escriptos [...] estudando atentamente aqueles muros de terras, talvez nos forneça provas mais antigas de ter alli estacionado o homem.

(*Idem: Ibidem*)

Borges de Figueiredo (1851-1890) educado nos estudos clássicos, dedicou-se, entre outros interesses, à geografia, numismática e epigrafia, ganhando o apreço de Hübner de acordo com Leite de Vasconcelos (1890). Em Viseu, na demolição de uma parede interior de uma casa localizada na rua da Regueira foi encontrada uma inscrição funerária romana que ele transcreveu.²³³ O cipo de granito, primeiramente noticiado no jornal local²³⁴ representa uma mulher de túnica franjada e contém uma inscrição que foi lida pelo autor. Na rua da Regueira, onde foi encontrado o cipo, localizavam alguns autores, como Amorim Girão, um povoado romano. Já fora do concelho estudado, editou um pequeno artigo sobre uma ara romana encontrada em Castro Daire.²³⁵

Mesquita de Figueiredo, nos finais do século XIX, publicava uma pequena notícia no *Arqueólogo Português*²³⁶ sobre alguns vestígios arqueológicos encontrados no concelho de Viseu: *tegulae*, tijolos e um *pondus* com marca, junto à capela de S. Pedro da Esculca, arredores de Viseu, e um fragmento de *tegulae* encontrado na Cava. Teve o cuidado de afirmar que viu as pedras trabalhadas, como contraponto a outra notícia em que refere informações de outrem sobre o achado de uma inscrição, que não transcreveu.

Santos (1969) publicou um estudo datado de 1880 e realizado por José Martins, que trabalhou com Carlos Ribeiro e que fez o levantamento de algumas antas situadas próximas de caminhos, em algumas freguesias do concelho de Viseu.

²³³ Figueiredo, A. C. B. (1887). Cippo Funerário Romano, descoberto em Vizeu, vol. I, 6, *Revista Archeologica e Histórica*, pp. 6-7.

²³⁴ Anónimo.(1887, 6 de Março). Monumento arqueológico. *Commercio de Vizeu*, p. 1. No jornal local é descrito como “uma granítica de um metro de altura” onde está um relevo de uma figura decapitada, “com trajos à romana”.

²³⁵ É uma informação de Leite de Vasconcelos que não conseguimos comprovar de um artigo publicado na revista fundada por si – *Revista Archeologica* – com o título “Uma ara romana em Castro Daire”, no vol. I.

²³⁶ Figueiredo A. (1898). Vestígios archeologicos nos arredores de Viseu. *O Archeologo Português*, 4, p. 238.

5. Século XX- História e património

Em finais do século XIX, inícios do século XX, Maximiano de Aragão (1853-1929) foi o autor, entre outras publicações, de um livro dedicado a Grão-Vasco e de seis volumes sobre Viseu, entre os quais, *Viseu- Apontamentos Históricos*, a primeira tentativa de uma monografia sobre Viseu, à semelhança do que acontecia em diversas localidades do país (Mendes, 1996: 206).

A primeira metade do século XX foi marcada, em Viseu, pelo labor de José Coelho (1887-1977), professor e responsável pela primeira intervenção arqueológica realizada no concelho de Viseu (1911), que se destacou por uma imensa obra, que ainda hoje não se encontra inventariada, e pela sua atuação na defesa do património e na investigação arqueológica. José de Almeida e Silva, além de pintor, distinguiu-se na defesa do património viseense pelas suas ações e artigos publicados na imprensa local sobre património, etnografia e história. Almeida Moreira, primeiro diretor do museu Grão Vasco, publicou artigos de divulgação e guias do museu e da cidade de Viseu.

No século XX, registam-se os trabalhos académicos sobre a cidade em forma de monografias ou de artigos especializados. Aristides de Amorim Girão (1895-1960) foi o autor da “primeira e ainda meritória monografia geográfica da evolução de uma cidade portuguesa”,²³⁷ *Viseu. Estudo de uma aglomeração urbana*, dissertação realizada no âmbito de um concurso para Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, publicada em 1925. Também em vários jornais publicou diversos trabalhos sobre arqueologia. José Coelho e Amorim Girão, entre 1920 e 1940, escreveram infatigavelmente nos jornais da região. Orlando Ribeiro, mais tarde, também realizou alguns estudos sobre a cidade. Mendes Correia foi outro académico que escreveu para a imprensa local vários artigos sobre Viseu e sobre o seu património. Foi o primeiro a efetuar algumas prospeções na Cava de Viriato²³⁸. Com família na cidade, que com frequência

²³⁷ Refere-se à expressão de Orlando Ribeiro, citado por de Oliveira J. M. P. (1973: 1).

²³⁸ Comunica os resultados das escavações que realizou, em Setembro e Outubro de 1925, dentro da Cava, em local onde não existiam casas, que não forneceram materiais que esclarecessem a origem e função do monumento. Em inquérito realizado aos proprietários e moradores da Cava, apenas um, sr. Henrique Guedes de Melo, revelou ter encontrado uma moeda que, após ter sido analisada, se confirmou ser romana²³⁸ - da família Vacónia (41 a.C.). Nos *Cadernos de Notas Arqueológicas*, José Coelho aproveita para tecer algumas críticas às escavações: foi um corte superficial “em saibro que nunca fora cortado e sem sombra de estratificação. Vi-o casualmente (...) (CNA nº 127, 25 de abril de 1962, fl. 28v.).

vinha visitar, ao retirar alguns esteios do dólmen da Pedralta, envolveu-se num dos mais famosos conflitos da arqueologia portuguesa.²³⁹

Manuel Alvelos, juiz de profissão, foi outro erudito local que fez alguma investigação, publicando artigos sobre história e arqueologia do concelho de Viseu. Cristóvão Moreira de Figueiredo, professor, interessou-se pela arqueologia e história viseense e foi autor de várias publicações sobre alguns temas subsidiários às mesmas ciências.

Alexandre Lucena e Vale (1896-1978), na revista *Beira Alta*, na qual exerceu o cargo de diretor durante 36 anos, publicou inúmeros artigos, entre os quais algumas fontes manuscritas. Entre elas destacamos os livros de atas da Câmara Municipal de Viseu (umas resumidas, outras integralmente publicadas, entre 1534 e 1914), designadas *História Municipal de Viseu* (6 volumes) e o livro *Viseu Monumental e Artístico*. O terceiro diretor do museu Grão Vasco, Fernando Russell Cortez, também foi autor de algumas publicações, sobretudo de arte, sobre Viseu, apesar dos seus interesses iniciais estarem relacionados com a arqueologia. Entretanto, a revista *Beira Alta*, cujo primeiro volume foi publicado em 1942, é o repositório de artigos sobre os mais variados temas de arqueologia, numismática, heráldica, artesanato e etnologia²⁴⁰. O segundo diretor, Alexandre Alves,

²³⁹ Mendes Correia (1888-1960), apesar de ter escrito alguns artigos sobre Viseu para os periódicos locais (*Jornal da Beira* de 26/9/1924), interessa-nos pela dissidência com José Coelho. Já existem vários estudos publicados sobre Mendes Correia: na revista *Al-Madan* (1999), foi lembrado em artigos sobre o percurso da arqueologia em Portugal e, recentemente, foi alvo de um estudo mais profundo – Valente, P. C. (2012). *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Tese de Doutoramento não publicada, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

²⁴⁰ Destacamos, ainda, Mário Guedes Real (1902-1980) que se distinguiu nos domínios da epigrafia, heráldica, esfragística, colaborador da revista *Beira Alta*, desde 1943, com a publicação de “Pelourinhos da Beira Alta”, uma série de artigos sobre o tema que só termina em 1962. Em 1933, a Academia Nacional de Belas Artes promoveu a classificação de pelourinhos como imóveis de interesse público pelo Decreto 23122, de 11 de outubro de 1933. Dos pelourinhos, no concelho de Viseu, só resta incólume o de Couto de Baixo (antigo concelho dos Coutos de Santa Eulália ou Coutos do Rio de Asnos); publica e faz a leitura, também, de documentos. José Coelho informa o autor sobre o desaparecido pelourinho de Ranhados. Sobre o património publica ainda um artigo sobre o brasão da fonte de Santa Cristina (Real, 1956) de acordo com a área da sua preferência, a heráldica.

O cónego da Sé e diretor do periódico local *Jornal da Beira*, J. Henriques Mouta, em 1968, publica na revista *Beira Alta* um artigo sobre Viseu medieval, em que apresenta uma mera panorâmica histórica da cidade e um conjunto de curiosidades e problemas históricos do burgo em que, apesar de recorrer aos cronistas e a documentos, não os problematiza nem tenta resolver. Como o próprio refere, o objetivo da sua monografia foi “Ajuntar elementos vários com seu colorido, como quem reúne fragmentos desenterrados de mosaico disperso ou de azulejo estilhaçado, para reconstituir as linhas gerais da panorâmica de Viseu Medieval” (1968: 3). Em 1969, apresenta na mesma revista um escrito sobre o pintor Vasco Fernandes em que expõe um sumário da evolução da crítica sobre o problema de Grão Vasco. Trata-se de um texto

continuou a publicar artigos sobre a história da cidade, sobretudo relacionados com a história de arte. O cónego Celso Tavares da Silva dedicou-se à arqueologia, sobretudo ao estudo da arte rupestre, inaugurando a época de uma moderna investigação arqueológica, continuada, a partir de meados dos anos setenta, por Alberto Correia, João Inês Vaz e outros, sendo estes os nomes mais significativos dos que se dedicaram à história local, incluídos no nosso estudo, apesar de ignorarmos outros que escreveram sobre o passado de Viseu, mas cujos escritos, ainda que dentro da temática da história local, de modo algum estão relacionados com o património arquitetónico e arqueológico.

encomiástico, em que o autor identifica os pintores anteriores a Vasco Fernandes, os contemporâneos de Grão Vasco e os posteriores (até ao século XVIII). Considera “Viseu o berço da pintura nacional” (1969: 10).

6. Maximiano de Aragão – a primeira monografia

Maximiano Pereira da Fonseca e Aragão (1853-1929) nasceu em Fagilde (freguesia de Fornos de Maceira do Dão, concelho de Mangualde), fez o bacharelato em Teologia e a licenciatura em Direito, em Coimbra. Exerceu a docência no Liceu de Viseu até 1914, onde desempenhou o cargo de reitor, tendo sido transferido para o Liceu Camões, em Lisboa, aposentando-se no mesmo ano. Foi advogado na cidade de Viseu durante mais de cinquenta anos, bibliotecário municipal, demitido do cargo após a implantação da República. Ao mesmo tempo, fez parte de algumas vereações municipais e pertenceu, mais do que uma vez, à Junta Geral do Distrito. Foi um dos sócios fundadores e presidente do Instituto Etnológico da Beira, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Instituto de Coimbra, entre outros organismos. Foi vogal correspondente da Comissão dos Monumentos Nacionais e vogal auxiliar do Conselho de Arte e Arqueologia. Desempenhou o cargo de diretor do periódico local *A Liberdade*.

Maximiano Correia de Aragão foi responsável por um trabalho exaustivo sobre a história da cidade de Viseu, em diversos domínios. É autor de seis volumes dedicados a Viseu: *Vizeu (Apontamentos históricos)* (1894-1895), edição de autor, que versa a história de Viseu até ao século XV e *Vizeu (Província da Beira). Subsídios para a sua história desde finais do século XV* (1928), dois volumes que têm o patrocínio da Câmara Municipal de Viseu; o terceiro volume foi dedicado às instituições políticas desde o século XVI e o quarto às instituições religiosas, também desde o século XVI. Os dois últimos foram editados postumamente, em 1936, por iniciativa de Aquilino Ribeiro e referem-se às instituições sociais.²⁴¹ Como o autor confessa, “reuni uma avultada porção de elementos ou factos que muito importam a uma vasta circunscrição e especialmente a uma importante cidade (...)”, sendo o seu “principal trabalho o de coordenação e sistematização”, para quem, no futuro, quiser “elaborar uma obra com vistas mais profundas e horizontes mais

²⁴¹ Outras obras de Maximiano de Aragão: Aragão, M. (1897). *Estudos Historicos sobre Pintura*. Vizeu: Edição de Autor; Aragão, M. (1934). *Vizeu. Letras e letrados viseenses*. Lisboa: Seara Nova; Aragão, M. (1900). *A Imprensa no Districto de Vizeu. Fragmento Historico*. Vizeu: Edição de Autor; Aragão, M. (1935). Estevão Gonçalves Neto e o seu Missal Pontifical. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, I, L, pp. 101-129; Aragão, M. (1896). *Convento do Bom Jesus de Vizeu Extincto pelo Fallecimento da Ultima Freira em 30 de Junho de 1896*: s.e.; Aragão, M. *José de Oliveira Berardo*- 16 artigos publicados no jornal *Notícias de Vizeu* entre 39/3/ 1924 e 6/12/1925.

largos” (Aragão, 1928: 7-9). Com efeito, Maximiano de Aragão, com menos especulação e mais objetividade, possuiu a lucidez de criticar a sua obra, enunciando o objetivo de uma forma despretensiosa – deixar para a posteridade um repositório de factos para, no futuro, alguém elaborar uma história de Viseu. Trata-se da única tentativa de construir uma história de Viseu e, apesar de transmitir uma perspetiva factual, a sua consulta é imprescindível para o estudo da história local, pois coligiu e transcreveu numerosos documentos particulares, hoje perdidos, e ainda “algumas tentativas de historiografia viseense que nunca chegaram a ser publicadas”²⁴² (Cruz, 1981: 3).²⁴³ Para o efeito, percorreu bibliotecas e arquivos em Lisboa, Porto, Coimbra e em Espanha; em Viseu realizou pesquisas nos arquivos da catedral de Viseu, do seminário e da Câmara Municipal de Viseu. Escreveu para os jornais locais, nomeadamente o *Notícias de Viseu*, vários artigos sobre história local, esclarecendo alguns mitos e lendas²⁴⁴ sobre a cidade, além de biografias de viseenses com algum destaque, como Oliveira Berardo, Luís de Loureiro e João de Barros.

Em 1900, desenvolvia a investigação, iniciada por Botelho Ribeiro Pereira e Berardo, sobre o pintor Vasco Fernandes ao divulgar um conjunto de documentos (quatro encontrados no cartório do cabido de Viseu e outro em Lisboa – o contrato do pintor Jorge Afonso, feito em Lisboa, em que Vasco Fernandes serviu de testemunha “pintor, morador em Viseu”), fruto da sua investigação pessoal, que foram fundamentais para o esclarecimento de certas dúvidas e controvérsias, publicados na obra *Grão Vasco ou Vasco Fernandes. Pintor Vizeense Príncipe dos Pintores Portugueses* (1900). Nesta publicação, em que faz a revisão de literatura sobre o pintor, demonstra a sua existência, com a reprodução de documentos, atestando, ao mesmo tempo, que o quadro S. Pedro da catedral

²⁴² Como aponta um artigo sobre Aragão e o livro “Vizeu”: “Envidou elle todos os esforços por separar os factos, que se fundam em documentos aithenticos, da lenda em que muitos andam envoltos (...)” – (1892, 29 de dezembro). *Commercio de Vizeu*, p.2.

²⁴³ Cruz, A. J. C. (1981, 29 de setembro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 7, 8.

²⁴⁴ Sereno Craveiro, um pseudónimo que lamentavelmente não conseguimos identificar, já que publicou em páginas de jornais artigos sobre história e património locais, interpela os eruditos do Instituto Etnológico da Beira sobre a localização da casa onde a tradição situa o nascimento de D. Duarte, na rua com o seu nome. Mostra-se cauteloso, comentando que “a tradição desacompanhada de outros elementos não é meio seguro para chegar à verdade”. - Aragão, M. (1921, 19 de Fevereiro). Viseu Historico. Onde Nasceu D. Duarte?. *Notícias de Viseu*, pp. 1, 4. Também Almeida Moreira em artigo posterior mostra a sua posição em relação ao assunto, referindo que D. Duarte deverá ter nascido no antigo paço real que se localizava, em parte, no local onde hoje se encontra o claustro da Sé – Moreira, F. de A. (1921, 26 de fevereiro). A Sereno Craveiro. *Notícias de Viseu*, pp. 1.

de Viseu é da sua autoria²⁴⁵ (Mouta, 1969). Publicou a notícia da sua descoberta no jornal *A Liberdade*,²⁴⁶ no qual exerce o cargo de diretor. Esses documentos são divulgados e estudados na monografia sobre *Grão Vasco ou Vasco Fernandes Pintor Vizeense Príncipe dos Pintores Portugueses* (Aragão, 1900).²⁴⁷ Nesta publicação, compilando tudo o que se tinha publicado sobre Grão Vasco, surge uma lista de pintores viseenses que os manuscritos lhe tinham revelado.²⁴⁸ Contra a opinião do conde Raczynski, que negava a existência do pintor, a investigação de Aragão prova que o pintor tinha residido numa casa da rua da Regueira, bem como a sua filiação, matrimónio, e outros dados pessoais (1900: 57-59). Claro que, levado pelo entusiasmo em relação ao pintor, na ânsia de justificar a grande obra pictórica que a tradição lhe atribuía, justifica que durante 30 anos, poderia ter executado todos os quadros que lhe eram atribuídos (1900: 60), enumerando uma grande lista de pinturas que o pintor teria executado e que hoje sabemos não estar totalmente correta.

Apresentou propostas de concentração e musealização do conjunto das pinturas do século XVI inventariadas, como forma de salvaguarda e divulgação de tão precioso património nacional. Insistindo no mesmo tema, enuncia uma proposta de exposição, publicada na obra, que intitula: *Necessidade de uma galeria para os quadros de Viseu* (Aragão, 1900: 139), desejando que se recolhessem, conservassem e expusessem, com carácter permanente, as obras do pintor viseense, o embrião do futuro museu. Convencido de que a questão

²⁴⁵ No *Livro da Cõfraria do Sõr Sam Pedro príncipe dos Apóstolos* de 1515 encontra-se a referência à pintura do Santo efetuada por *mão de Vasco Fernandes* (Mouta, 1969).

²⁴⁶ Aragão, M. (1895, 11 de outubro). Documento Importante. *A Liberdade*, p. 2.

²⁴⁷ Aragão (1900) nos livros dos *Prazos do Cabido* encontra várias referências ou notas de pagamento de certo foro realizado por *Vasco Fernandes, Pintor*, sua mulher e seu sogro, provando que Vasco Fernandes, falecido em 1541, já em 1512 era referido como pintor (Lucena e Vale, 1953: 88). De acordo com o autor, a memória mais antiga sobre o pintor estava no *Livro dos fóros* que eram pagos ao cabido da Sé, em que consta o seu nome até 1541. Virgílio Correia, descobre outros documentos que antecipam o início da atividade pictórica de Vasco Fernandes para 1506. A notícia é publicada no jornal *Notícias de Viseu* que adianta que Grão Vasco pintou cinco quadros para o retábulo da capela-mor da Sé de Lamego entre 1506 e 15011- Uma Descoberta- Quadros de Grão Vasco. (1924, 6 de Janeiro), *Notícias de Viseu*, p. 2. Pouco depois Maximiano de Aragão responde que a descoberta de Virgílio Correia apenas antecipou a atividade do pintor alguns anos e que as outras descobertas relacionadas com o pintor a ele se devem. Cf. Aragão, M. Uma Descoberta- Grão Vasco (1924, 6 de Janeiro). *Notícias de Viseu*, p. 2.

O conde Athanasius Raczynski, foi o fundador da história de arte em Portugal. Cf. Raczynski, A. (1846) *Les Arts en Portugal*. Paris : Jules Renouard; Raczynski, A. (1847). *Dictionnaire historique-artistique du Portugal pour faire suite à l'ouvrage ayant pour titre*. Paris : Jules Renouard et Cie.

²⁴⁸ Sobre os problemas e a polémica inicial da atribuição dos quadros a Grão Vasco cf Lucena e Vale (1953) e 1971c). Maximiano de Aragão, confiante no testemunho de Botelho, ao contrário de Almeida Moreira e José de Figueiredo, sempre atribuiu a autoria dos catorze quadros do retábulo e as tábuas monumentais (Calvário, S. Pedro, etc) a Grão Vasco e não a Jorge Afonso como defendiam aqueles.

Grão Vasco é um problema de arte nacional, lançou explicitamente o desafio aos governantes nos seguintes termos:

se em Portugal os poderes publicos prestassem séria atenção a assumptos de arte, desde há muito teriam, como lhes cumpre, volvido os seus olhos para as obras primas da pintura portuguesa que existem em Vizeu e suas proximidades, e com pequeno dispêndio estaria aqui estabelecida a estas horas uma galeria, onde ellas pudessem facilmente ser observadas por toda a gente e estudadas por amadores e artistas.

(Aragão, 1900: 139)

Defendia que o claustro superior da Catedral oferecia as condições necessárias à exposição das obras, espaço que era utilizado, em dias festivos, para a apresentação de peças do tesouro da Sé. Para reforçar a sua opinião, refere que, no dia 28 de Maio, a pretexto do eclipse total do sol, “estiveram presentes quatorze quadros denominados da sala do Capítulo e alguns dos ricos e antigos paramentos e alfaias” (Aragão, 1900: 6), visitados por centenas de pessoas, nacionais e estrangeiras, que se deslocaram à cidade para os admirar.

Também se dedica a escrever sobre a origem de Viseu, coligindo lendas e fantasias sobre este tema. Denuncia a especulação histórica, *imaginação de muitos escriptores*, em torno dos nomes que os antigos escritores atribuíam a Viseu e que se encontram nos geógrafos romanos: *Lancia*, *Vacca* (identificada por Botelho como Viseu), *Vico- Aquario*, *Visoncio*, *Veruvium* e *Vizo* (Aragão, 1894: 26). Identifica Viseu como *Vacca*²⁴⁹ localizando-a no recinto da Cava (1894: 26), local em que Viriato teria nascido, seguindo a versão cuja origem remonta ao século XVI. Como Berardo, Amorim Girão e outros também se dedica à etimologia da palavra Viseu, que levantou alguma polémica no final do século XIX, inícios do XX, e, desde 1903 escreve Viseu com *s*.

Em relação à antiguidade da cidade, era de opinião que, perante os monumentos arqueológicos e históricos, a sua génese deve ser muito antiga, transcrevendo informações do *Portugal Antigo e Moderno* sobre vestígios de *orcas de Mondão* e de Borges de Figueiredo (Aragão, 1894: 35- 36).

Na sua narrativa, concede um longo espaço à descrição e origem da Cava coligindo toda a informação, redigida até 1894, de Leonardo de Sousa, Berardo, Botelho, Henrique das Neves (aproveita para fazer algumas correções ao artigo), Frei Bernardo de Brito, Pinho

²⁴⁹ De acordo com Inês Vaz é uma confusão com o nome dado ao rio Vouga, *Vacua* (Vaz, 1983: 731).

Leal e de histórias tradicionais. Defende que a Cava é uma construção dos romanos para proteção das populações e seus gados e atribui-lhe quatro portas, transcrevendo a informação do manuscrito de Leonardo de Sousa. Sublinha que no seu tempo já tinham desaparecido duas portas, contestando informações do *Portugal Antigo e Moderno* e de Henrique das Neves. Cita uma ordem de D. João V de 1728 para que a Cava fosse “medida e apegada e se conservasse com o maior cuidado o que restava de tão precioso monumento” (Aragão, 1894: 39), informação que já Leonardo de Sousa tinha referido. É o primeiro documento conhecido cujo tema é a conservação de um monumento no concelho de Viseu. No entanto, a segunda parte da determinação do monarca não foi cumprida, já que os habitantes nivelaram os muros e retiraram a pedra existente. A Cava foi medida pelo arquiteto Manuel Pereira, da Congregação do Oratório, coadjuvado pelo padre João Colt que informaram que os seus muros formavam um octógono (“outavada”) (1894: 43). Aragão, depois de comparar as diferentes obras sobre a Cava, concluiu que existia uma divergência em relação à forma. Para confirmar se o octógono formado pelos muros da Cava era regular, como lhe parecia “à simples vista”, encomendou uma planta do local que confirmou que os muros formavam um *octogono regular* (1894: 60). Aragão não se limitava a coligir informação, e por não ser um arqueólogo, recorria a outros meios que lhe permitiam escrever com algum rigor.

Tal como Berardo, também aponta as quatro portas que ainda existiam no tempo de D. João I e a informação de que o infante D. Henrique fez erigir uma ermida dedicada a S. Jorge, dentro da Cava. Transmite a informação de Berardo e de Francisco Manuel Correia sobre a provisão de D. Afonso V, de 1461, sobre a concessão de pedra da Cava para as obras do convento de S. Francisco. Invoca este e outros documentos e fontes que não viu, mas que eram tidas como verdadeiras autoridades, informações incontestáveis como as do padre Leonardo de Sousa.

Em 1818, a Câmara mandou ali colocar marcos em todo o circuito, do lado interno e externo. Mas, segundo Aragão, “era já tarde”, porque os muros a nascente já tinham desaparecido e “os muros ainda existentes se achavam muito cerceados pelas cobiçosas excavações dos possuidores dos prédios confinantes” (Aragão, 1894: 40), registando o estado do monumento nos finais do século XIX.

Quando o rei D. Luís visitou a cidade, a Câmara Municipal mandou nivelar o cimo de dois setores de muralha e regularizá-los criando um *passeio público* e, em 1892, reparou dois muros que se encontravam mais danificados. Maximiano de Aragão acrescenta a sua opinião pessoal:

Apezar das opiniões, em contrario, de indivíduos que não ligam importância alguma a antiguidades, desejáramos que o senado viziense restaurasse aquelle antiquíssimo monumento, expropriando até o terreno dos muros que hoje já é do domínio particular. Em todo o circuito ficaria um dos mais attrahentes passeios da cidade

(*Idem*: 41)

Aragão preocupou-se em registar o estado do património e apurar as causas para a sua degradação, atitude frequente dos que escreviam sobre os monumentos no ocaso do século XIX.

Confronta o que conhece da Cava com as fortificações romanas com o intuito de averiguar as semelhanças e diferenças, chegando à conclusão que não era um *castra stativa* dos romanos (1894: 69), concluindo que a função da Cava e a data/época da sua construção são dois problemas insolúveis. No entanto, Maximiano de Aragão atribui à Cava origem romana, justificando que a população que nela habitava necessitava de construir uma fortaleza suplementar, além da que existia no morro da Sé. Para completar o sistema de defesa existiria outra fortificação na serra do Crasto.

Fez referência a um documento, de 1514, em que D. João III concedeu a D. Miguel da Silva umas casas de seus coutos “desde o canto da torre de *menagem* ou *homenagem* junto do muro da *castra*, para as derribar e á sua custa fazer uma varanda ao longo d’esse muro” (Aragão, 1894: 69).

Defendia a existência de uma fortificação romana no morro da Sé, construída por Fontonio Pellio e Flacco, capitães, cujos nomes se liam numa inscrição de uma das torres que teria a forma de um quadrado com uma torre em cada lado e localizava o paço condal, contíguo à Sé, desta vez confirmando as palavras manuscritas do cônego Francisco Manuel Correia (Aragão, 1894). A descrição da fortificação em forma de quadrilátero foi transcrita de Francisco Manuel Correia, que lhe acrescenta outras duas torres, mas acrescenta que não há notícia da sua existência. Maximiano de Aragão também concordava com a opinião de que a existência de mais duas torres não passava de uma conjectura (Aragão, 1894: 84).

Convicto da importância da arqueologia, que se começava a consolidar como ciência e do seu objeto como documento, dedica um capítulo às moedas e inscrições romanas encontradas em Viseu, para provar a sua ocupação pelos romanos: as sete inscrições que Botelho já tinha reproduzido e cuja leitura adota (Aragão, 1894: 85-88), outras duas inscrições, uma encontrada por Berardo num sarcófago romano, atrás da Igreja do Carmo (1894: 89), e uma epígrafe funerária, que estava numa parede da sacristia em S. Miguel de Fétal, transcrita do manuscrito de Francisco Manuel Correia (1894: 91- 92).

Descreve os bispos de Viseu, os vários concílios até ao domínio visigótico, analisando, tal com Botelho, a origem do episcopado de Viseu e o seu primeiro bispo – Remissol, que assina as atas do segundo concílio de Braga, realizado em 572 (Aragão, 1894: 99). Também menciona a lenda do rei Rodrigo que classifica “com o nosso antiquário José d’Oliveira Berardo de grosseira novella, de fabula mal urdida” (Aragão, 1894: 111), mas, quanto à sua sepultura em S. Miguel, já não nega tão convictamente, pois existem documentos, que ele cita, procedendo à sua crítica, classificando a questão como insolúvel. Dá a notícia que, em 1868, quando se procedia à abertura de uma estrada não longe da igreja de S. Miguel surgiu um túmulo de pedra que viu e examinou e não continha nenhuma informação sobre o nome da pessoa que ali fora sepultada.²⁵⁰ Transcreve da *Crónica Albendense* que Afonso Magno mandou acrescentar os muros de Viseu e, depois da cidade sofrer nova investida dos mouros, dotou-a com umas muralhas mais fortes (*Idem*: 133). Inclui a destruição da cidade por Almançor, a sua posterior reconstrução, e a sua posse pelos mouros até à reconquista de Fernando Magno. Recolhendo muita informação nas obras de Berardo, Leonardo de Sousa e de Francisco Manuel Correia, seu coetâneo, é o primeiro a corrigir a data da conquista de Viseu por Fernando Magno para 1058. Nesta altura, a urbe ficou destruída, tendo restado apenas o castelo que foi restaurado pelo rei e a cidade foi transferida para dentro da Cava, informação que afirma ter recolhido em Vilhena e Barbosa (Aragão, 1894: 177-178). Mas, quando os moradores voltaram às suas antigas residências, a Cava passou a chamar-se *cidade velha*, informações já divulgadas pelos anteriores cronistas. Maximiano de Aragão alerta para a falta de fontes

²⁵⁰ Curiosamente, em 1983, o Cónego Celso Tavares da Silva e João Inês Vaz realizaram no local, ou muito próximo, uma escavação de emergência, na sequência da abertura de um troço da estrada de circunvalação entre as rotundas da rua 5 de Outubro e a rotunda do Fontelo, em que encontram duas sepulturas, feitas de materiais romanos.

acerca desta narrativa (*Idem: Ibidem*).²⁵¹ De acordo com Aragão, que transcreve e publica o testamento de D. Henrique, o qual confirma as disposições testamentárias de Fernando Magno que deixa à Sé tudo o que ficava dentro do muro velho da cidade entre a rua de S. Miguel, a da Regueira e a estrada pública, enfim, fez couto a maior parte da cidade. Toda esta informação é transcrita do padre Leonardo de Sousa, como confessa (Aragão, 1894: 175). De acordo com o mesmo autor, o paço condal devia situar-se onde hoje se encontram os claustros da Sé, porque era “o local da cidade onde havia maior segurança, por estar encerrado dentro das fortificações, muralhas e castelo (...)” (*Idem*: 189).

No tomo II, Aragão continuou a coligir informações do Padre Leonardo de Sousa, Berardo, Botelho Pereira, Alexandre Herculano e da *Monarquia Lusitana*, entre outros, para continuar a urdir a história da cidade pautada pelos grandes acontecimentos da nação. Entre os vários assuntos dedicados aos bispos de Viseu, fez a transcrição de forais e de outros documentos, encontrando aquele que testemunha a compra da quinta do Fontelo, em 1149, pelo bispo D. Odório, que passou a ser a residência ordinária dos bispos de Viseu (1895). Além da quinta do Fontelo, atribuiu aos prelados outras propriedades, em Ferrocinto e em Santa Eugénia, onde estaria a casa dos bispos, porque aí se encontram “pedras lavradas e pedaços de columnas” (Aragão, 1895: 86). Os vestígios materiais serviam-lhe de fonte para a reconstrução do passado.

Dedicou um capítulo aos *muros e portas de Viseu*,²⁵² que descreve e localiza, referindo que já no tempo dos romanos Viseu fora cercada por muros, mas não apontou o seu perímetro, acrescentando que as primeiras notícias credíveis remontam ao período das lutas entre mouros e cristãos. Reafirmou que a muralha foi destruída no tempo de Ramiro I e reedificada por ordem de Afonso III, rei de Oviedo. Invocou o testemunho de uma crónica, escrita no final do século XI, que referia a palavra *muralha da cidade* e, mais uma vez, o testamento de Fernando Magno que alude ao *muro velho*, o que pressupõe a existência de um muro novo. Maximiano de Aragão foi confrontar esta notícia com o testamento de D. Henrique e D. Teresa, que publicou nas páginas do tomo II (*Idem*: 130-131), como já

²⁵¹ Vaz é de opinião que a ocupação medieval da Cava pode ser uma realidade, acrescentando que os habitantes poderão ter permanecido na Cava apenas o tempo suficiente, enquanto se reconstruía a cidade (Vaz, 1997: 365)

²⁵² Transcreve de Leonardo de Sousa, para mostrar a sua antiguidade, o *gosto mourisco* dos muros e das sete portas da cidade (Aragão, 1985: 135).

referimos. D. Teresa ficou a habitar na cidade, depois da morte do Conde D. Henrique, localizando-se o paço no sítio onde hoje se situa o claustro da Sé (Aragão, 1894: 38).

Transcreveu Botelho sobre a ordem dada por D. João I para erguer a muralha, pois os espanhóis tinham destruído facilmente a cidade. Afirmou que em meados do século XVIII ainda existiam as sete portas e que, no final do século XIX, restavam duas e os vestígios de três (*Idem*: 135); referenciou a localização da casa da Torre, na rua da Cadeia (Aragão, 1895: 144-145), como residência do Infante D. Henrique – são questões que o autor apresenta e comenta a partir dos testemunhos de Berardo e Leonardo de Sousa. Em Aragão, ainda são os indivíduos que dão dimensão à história de Viseu e o património arquitetónico é nomeado em função da sua história, que é a história das elites. As igrejas, castelo, muralha, residências dos bispos e dos dignatários da nobreza são as únicas estruturas arquitetónicas consideradas dignas de registo.

Sobre a Feira Franca publica vários documentos, localizando o seu espaço inicial dentro dos muros da Cava e em redor de uma ermida dedicada a S. Jorge, e as mudanças de local e de calendário (1895: 176).

Em aditamento ao tomo II, informa sobre uma inscrição romana, encontrada por Almeida e Silva, na parede exterior de uma casa que “facêa com a Avenida Emygdio Navarro” (Aragão, 1895: 250). A publicação das fontes escritas que, com frequência, reproduz exaustivamente, os vestígios arqueológicos de que tem conhecimento constituem um meio para provar a autenticidade dos acontecimentos. A enumeração dos factos está sempre presente na obra de Maximiano de Aragão; como afirma, o seu plano é “transmitir aos vindouros os mais importantes factos que constituíram o viver das gerações passadas” (1928: 6).

No livro dedicado às *Instituições Religiosas* narra, entre outros assuntos, as primeiras intervenções de restauro na Sé de Viseu, para as quais não existem documentos, além do testemunho coetâneo de Maximiano de Aragão,²⁵³ que descreve o templo, altares, coro,

²⁵³ Aragão adianta que o deputado por Viseu, Luís de Barros Coelho e Campos conseguiu que o governo mandasse reparar as *casas do tesouro novo e velho*, a sacristia, a sala capitular, o arquivo do cabido, o órgão, as portas e as ameias, o telhado e armações. Também informa que foi desentulhada a abóbada de nós e o claustro ladrilhado com granito (Aragão, 1928: 473). A preocupação com o rigor, em coligir o maior número de dados, além dos factos históricos, são uma fonte importante para o conhecimento do património e do urbanismo da cidade.

claustros e capelas com algum detalhe. Sobre a abóbada, que primitivamente seria em madeira, o autor dá conta de uma inscrição encontrada por Berardo, que passou para a sua posse e que a facultou a Almeida Moreira que, por sua vez, procedeu à sua leitura (Aragão, 1895: 447). Nesta obra, o património é descrito devido ao seu valor artístico, além do histórico.

Comunica que não se encontrou, ainda, nenhuma notícia sobre o local onde foi edificada a primitiva Sé. O que conseguiu apurar, de *antigos escritores*, foi que durante a ocupação muçulmana existia um templo modesto, S. Miguel do Fétal, onde os cristãos continuaram a praticar o seu culto (Aragão, 1895: 444). Descreve a Sé – fachada, torres, abóbada, coro alto, colunas que eram pintadas e se *tornam ridículas* (1928: 456), capela-mor, as outras capelas e altares, o pavimento, batistério, sacristia, claustros. Ainda, em relação à Sé, noticia a derrocada da sua fachada em 1636 e a reconstrução de um novo frontispício (1928: 451), a realização de algumas obras em 1876 e que, nessa altura, foi removida a argamassa e cal das colunas. Comunica que depois da criação do museu Grão Vasco, a direção das obras da Sé foi entregue a Almeida Moreira, que mandou demolir duas capelas que estavam edificadas no vão da porta românica, que ficou a *descoberto e mandou restaurar* (1895: 474). Tal como no tomo I se tinha ocupado detalhadamente da Cava, agora dedica várias páginas à descrição da Catedral. Embora registe os fundadores, as datas de fundação ou os episódios relacionados com as várias dependências da Sé, já há uma preocupação com a parte artística, ao contrário da descrição que faz dos outros edifícios religiosos.

Utilizou fontes e documentos que hoje se encontram desaparecidos, aproveita a informação dos cronistas anteriores que colige, confrontando-a. Continua também a procurar documentos escritos para fundamentar informações que recolhe e transcreve dos antigos cronistas. No entanto, para alguns assuntos, como por exemplo, para melhor se perceber a forma da Cava, utilizou outro tipo de recursos como as plantas, que mandou desenhar a um especialista. A publicação e importância que dá às fontes, a enumeração por ordem cronológica do maior número possível de factos, distingue a maneira de fazer história de Aragão, de acordo, ainda, com uma certa abordagem positivista que vigorou no século XIX.

6.1. Maximiano de Aragão e a defesa do património

O património e a sua defesa é outra faceta de Maximiano de Aragão e a menos conhecida. Integrou a comissão, juntamente com Almeida e Silva e Hipólito de Vasconcelos Maia (1903) para dar o parecer sobre os meios para preservar a Cava de Viriato. Na imprensa da época eram numerosos os artigos de jornal lamentando o abandono e vandalismo, consideradas como “pechas de atitudes anti-patrimoniais” (Custódio, 2011a: 343), a que estava sujeito o mais icónico dos monumentos viseenses. A Comissão elaborou um *Relatorio*,²⁵⁴ redigido pelo pintor Almeida e Silva, que aconselhava, além da demarcação de toda a Cava, “que se faça imediatamente o restabelecimento do monumento, quer readquirindo os terrenos cerceados, quer fazendo as expropriações propostas, no que deverá a Camara empregar todo o esforço” (1903: 11). A Cava efetivamente foi demarcada, mas a segunda medida nunca se realizou e foi alvo de críticas na imprensa local, que considera que unir toda a muralha da Cava é uma obra que só se “pode admirar na imaginação porque desapareceu” (1903: 1) e é um projeto que implica grandes gastos, que a Câmara não suporta.

Também na obra sobre Viseu tece duras críticas à destruição dos muros, do fosso e árvores antigas, enumerando o que desapareceu, e conclui: “A isto se reduz a pobre Cava, este monumento venerando que já conta mais de vinte seculos, pois com certeza é anterior ao nascimento de Christo” (Aragão, 1894: 48). Enumera as causas de degradação (construção de casas, eliminação de vegetação, exploração agrícola) e os trabalhos de reparação dos dois muros mais danificados, realizados em 1892 pela Câmara Municipal, a nivelção de algumas zonas do monumento e a plantação de árvores (Aragão, 1894: 41). Propõe alternativa à devastação do monumento “(...) desejamos que o senado viziense restaurasse aquele antiquissimo monumento, expropriando até o terreno dos muros que hoje já é do domínio particular. Em todo o circuito ficaria um dos mais atraentes passeios da cidade”. (*Idem, Ibidem*)

Juntamente com Almeida e Silva, evita a destruição de duas cabeças que estavam em duas colunas da Sé de Viseu.²⁵⁵ O seu afã de investigador é registado, para regozijo do jornalista,

²⁵⁴ Aragão, M., Maia, H. & Silva, J. A. (1903). *Relatorio sobre as obras de conservação da Cava de Viriato. Viseu.*

²⁵⁵ Silva, J. A. (1895, 21 de junho). As columnas da Sé. *A Liberdade*, p. 2. No capítulo dedicado a Almeida e Silva será referido, com mais detalhe, este episódio.

numa anedota publicada na imprensa local.²⁵⁶ Também na Sé de Viseu descobre a origem de uma porta românica que estava emparedada e que foi posta a descoberto devido às obras na Sé, dirigidas por Almeida Moreira para a adaptação ao Museu.²⁵⁷ Após desvendar a data do seu emparedamento (durante a grande vacância da Sé entre 1720 e 1740), determina a data aproximada da sua construção, através do cotejo de vários documentos, entre os quais o manuscrito do padre Leonardo de Sousa.²⁵⁸ Posteriormente, Almeida Moreira fez publicar uma carta, tornando pública a sua discordância em relação à data de obstrução da porta, que recua para o período entre 1527 e 1547.²⁵⁹ Os desacordos com Almeida Moreira continuaram. Mais tarde, nas páginas dos jornais, publicaram cartas onde esgrimem argumentos sobre a autoria de catorze pinturas do antigo retábulo imputado a Jorge Afonso,²⁶⁰ a abertura de uma sala nova no museu com os quadros atribuídos ao mesmo pintor²⁶¹ ou mesmo sobre a mudança das molduras de alguns dos quadros que estão no museu, discordando Maximiano de Aragão da alteração.²⁶² A preocupação com a Sé já a tinha expressado antes, quando lamenta o ato de *vandalismo* contra as colunas de granito *maskaradas* com cal, depois de terem sido abertos inúmeros buracos para a segurar (Aragão, 1900: 11).

A conservação da muralha²⁶³ e portas da cidade foram sempre uma preocupação para os que se interessavam pelo património já que, desde cedo, foram alvo de destruição. Em

²⁵⁶ O jornal *O Commercio de Vizeu* conta que Maximiano de Aragão julgou ter encontrado um pergaminho enquanto explorava o que julgava ser o túmulo do rei Rodrigo. Quando chegou a casa, pedindo ajuda à sua empregada, deu conta que eram as luvas de pelica branca que ele usava para “namoriscar uma menina na Figueira”, Anónimo. (1985, 24 de fevereiro). Desapontamento archeologico. *O Commercio de Vizeu*, p. 2.

²⁵⁷ Aragão, M. (1919, 31 de maio). Excavações. Porta românica na Sé de Viseu. *Notícias de Viseu*, 1.

²⁵⁸ Almeida e Silva reivindica a descoberta da data de construção da porta. Maximiano de Aragão não lhe contesta a descoberta, mas assinala que lhe tinha emprestado o manuscrito do Padre Leonardo de Sousa, onde recolheu toda a informação. Aragão, M. (1919, 7 de junho). Excavações. Porta românica na Sé de Viseu. *Notícias de Viseu*, 1.

²⁵⁹ Moreira, F. A. (1919, 15 de Junho). Excavações. Porta românica na Sé de Viseu. *Notícias de Viseu*, 1.

²⁶⁰ Artigos publicados no jornal *Notícias de Viseu*, entre 2 de junho e 21 de julho de 1928.

²⁶¹ Almeida Moreira. A propósito das Festas da Cidade. Uma lembrança... serôdia. (1928, 2 de junho). *Notícias de Viseu*, p. 2.

²⁶² Cf. Aragão, M. Retificação. Pintores Portugueses. Vasco Fernandes.(1924, 24 de fevereiro). *Notícias de Viseu*, p.2; Moreira, F. A. Pintores Portugueses. De Grão Vasco?. (1924, 9 de fevereiro). *Notícias de Viseu*, p.2

²⁶³ Existiam, na muralha afonsina, sete portas: a do Arco ou dos Cavaleiros, a do Soar também denominada Arco dos Melos (estas duas intactas naquela época e na atualidade), a do Postigo ou da Senhora das Angústias, a de Santa Cristina, a porta de S. Sebastião, a porta de S. Miguel e a porta de S. José. A primeira notícia sobre a destruição das portas da cidade data de 24/12/1740 e apresenta o seguinte teor: “Por se haver demolido em parte o arco de S. Sebastião para passar o carro triunfal quando da festa da inauguração da Igreja do Carmo, manda que se reconstitua, mas elevando-o com nova fiada de pedras” (Lucena e Vale, 1963: 277).

1814,²⁶⁴ as portas da muralha foram vistoriadas por peritos para verificar se ameaçavam ruína e se prejudicavam o trânsito. Os *técnicos* responderam afirmativamente e alguns trechos das muralhas foram mandados demolir, com o fundamento de que “ameaçam ruína, de que a demolição desembaraça o trânsito, mas que algumas estão sólidas e até aformoseiam a cidade”. (Lucena e Vale, 1967: 45). Duas portas são logo desmanteladas para obter “a melhor perspectiva das ruas, sua larguesa e melhor comodidade” (Lucena e Vale, 1950: 362). Conservaram-se, na altura, as ombreiras da Porta de Santa Cristina e do Postigo. A destruição das portas e da muralha inseriam-se no processo de modernização empreendido por alguns municípios oitocentistas.²⁶⁵ Em 1893, O Ministério das Obras Públicas recusava a autorização para demolir as duas únicas portas que restavam, o Arco dos Melos e a dos Cavaleiros, justificando de que se “trata de duas antiquíssimas portas da muralha de D. Afonso V, que urge conservar, pelo que a Câmara o manda transcrever na acta para constar, e aceita unanimemente a sua conservação” (Lucena e Vale, 1967a: 240).

Tal como nos outros municípios, também está documentado o pedido para aproveitar a pedra dos monumentos para outras construções. Nas atas de 1849, a Câmara recusa um pedido para demolição de parte da muralha e para o posterior aproveitamento da pedra (Lucena e Vale, 1967a: 125).

Em 1893, surgem vários artigos da imprensa local “apoando a destruição de uma das portas da cidade para possibilitar o “aformoseamento” da avenida Emídio Navarro porque não “se recomenda pela beleza architectonica, nem por merecimento archeologico”²⁶⁶; a Direção dos Serviços de Obras Públicas, apesar de considerar que o arco não tem valor artístico, entende que deverá ser conservado²⁶⁷. Ao contrário, o mesmo jornal defende a conservação do arco dos Mellos (*Idem, Ibidem*).

Nos anos vinte do século XX, mais uma vez, a muralha afonsina e portas foram ameaçadas. Maximiano de Aragão empenhou-se na defesa de uma das portas das cidades – a Porta do Arco ou dos Cavaleiros. Os habitantes das ruas contíguas à muralha afonsina (habitantes da rua do Arco e da avenida Emídio Navarro) solicitaram a demolição da

²⁶⁴ Segundo informações de Lucena e Vale, transcritas das *Atas* da Câmara de 5 de Dezembro de 1814.

²⁶⁵ São denunciados casos de demolições em construções em que era atribuído valor patrimonial em Coimbra, em Évora e no Porto, para dar lugar ao alargamento de ruas e construção de praças (Maia, 2011).

²⁶⁶ (1893, 3 de agosto). Os Arcos da cidade. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

²⁶⁷ (1893, 10 de agosto). O arco da rua dos Cavaleiros, *O Commercio de Vizeu*, p.2

mesma²⁶⁸ por prejudicar o trânsito, e para evitar que as casas adjacentes à muralha não “tenham o ar e luz preciosas”, além de “desfeiar aquele local”,²⁶⁹ ensombrar a rua e servir de “latrina publica”. Maximiano de Aragão opõe-se a esta pretensão suscitando a incompreensão do jornalista, que considerava o seu ato uma *caturrice*, “valendo-se da sua qualidade de socio correspondente, ou o que quer que é, de determinada instituição”.²⁷⁰ A imprensa local mostrava-se implacável para aqueles que eram considerados forças de bloqueio à modernização. Pouco tempo depois, recordava que em 6 de setembro de 1859 começou a demolição de outra porta da cidade, conhecida como o Arco da Senhora do Postigo, no topo da calçada de S. Mateus. Salienta o artigo que esta ação foi saudada por toda a cidade, porque nesta altura, numa alusão irónica a Maximiano de Aragão,²⁷¹ “ainda não *vegetava*, como agora, um cardume de sábios archeologos que, graças ao seu reconhecido bom gosto, tem empedido que a rua do Arco se torne elegante e hygienica”.²⁷² Entretanto, o Conselho dos Monumentos Nacionais achava não ser necessária a classificação das muralhas da cidade, o que abria caminho para atender às solicitações da população que reclamava a sua demolição, e servia, ao mesmo tempo, de justificação para a Câmara Municipal de Viseu almejar o mesmo.

Por isso, em 1911, a Câmara solicita autorização para demolir o troço de muralha e a porta afonsina²⁷³ e em 1914, surge nova notícia sobre o pedido dos moradores para a demolição

²⁶⁸ A pressão para a destruição das muralhas de Viseu foi um anseio da população e encontra-se plasmado na imprensa local, sobretudo a demolição da porta dos Cavaleiros, por ser uma das entradas da cidade, no início do século XX – Os Arcos da Cidade (1893, 3 de agosto). *Comércio de Viseu*, p.3.

Em 1926 surgia um artigo na imprensa local com o título, “Muros e muralhas que devem desaparecer”, que defende a demolição de, pelo menos, dois trechos de muralha – Notícias Frescas. Muros e muralhas que devem desaparecer” (1922, 22 de maio). *A Voz da Verdade*, p. 2

²⁶⁹ Já em 1901, num artigo de um jornal local insinuava-se o interesse do governador civil na demolição da muralha, porque ali tinha construído uma casa. Daí o pedido para a sua demolição ter sido logo aceite e enviado para Lisboa. O autor da notícia diz que compreende que nas terras ricas “sejam deitados abaixo certos pedaços históricos para serem substituídos por obras modernas, mais úteis e práticas. Mas n’esta cidade tão falha de iniciativas como de recursos, não se compreende em verdade que não só alguns particulares mas até os próprios que se dizem representantes do município, empreguem os maiores esforços para fazerem desmoronar o pedaço interessante de um passado histórico cheio de grandeza, sem ter com que o substituam mais artística e utilmente.” Pede aos arquitetos e arqueólogos que impeçam a realização de mais uma imperdoável “selvajaria” (1901, 8 de outubro). Arco dos Cavaleiros. *O Distrito de Viseu*, p. 5.

²⁷⁰ Anónimo. (1906, 5 de maio). Viseu. *O Commercio de Viseu*, p. 2.

²⁷¹ O jornalista critica Aragão fazendo notar que a Sé e outros edifícios não lhe mereceram tanto interesse e menciona que fez incluir “aquella porcaria entre os Monumentos Nacionaes” Anónimo. (1907, 17 de Fevereiro). Fonte do Arco. *O Commercio de Viseu*, p. 2; em artigo posterior é classificada de “muralha aragonesa” Anónimo. (1907, 21 de fevereiro). Muralha Aragoneza. *O Commercio de Viseu*, p. 4.

²⁷² Anónimo. (1906, 6 de setembro). O Arco da Senhora do Postigo. *O Commercio de Viseu*, p. 3.

²⁷³ Anónimo. (1911, 23 de abril). O Arco da rua dos Cavalleiros. *O Commercio de Viseu*, p. 3.

do arco e muralha ali existentes.²⁷⁴ A Câmara, com uma representação dos moradores da cidade de Viseu, solicita novamente autorização para o derrube dos troços de muralha, propondo a remoção dos arcos ainda existentes para a Cava de Viriato. Maximiano de Aragão fazendo parte, como vogal correspondente, do Conselho de Arte e Arqueologia, juntamente com Francisco de Almeida Moreira e Almeida e Silva, entre outros, envia um ofício conjunto à Câmara pedindo a suspensão da demolição da referida muralha,²⁷⁵ solicitando que, ao mesmo tempo, o Conselho fosse ouvido “sempre que se tratasse de assuntos de estética, arte ou arqueologia”. O poder concelhio cumpriu o pedido²⁷⁶ do Conselho de Arte e Arqueologia, que mais tarde dá o mesmo parecer, aparecendo nas páginas da imprensa local.²⁷⁷ O Conselho de Arte e Arqueologia era de opinião que

nenhuma utilidade resulta de se fazerem desaparecer os restos de monumentos, mesmo quando eles só conservam uma sombra apagada do que foram. Nem o aspecto da cidade, nem sequer o do local, ganharia demasiado com o desaparecimento do arco e do paredão – quer sob o ponto de vista higiénico, quer sob o ponto de vista estético.

(Conselho de Arte e Arqueologia, Correspondência expedida, *apud* Custódio, 2011a: 446)

O caso dos arcos e muralhas da cidade foram uma inquietação constante e estiverem várias vezes em risco. O argumento para a sua demolição era sempre o progresso e a modernização da cidade.²⁷⁸ Maximiano de Aragão e os representantes do Conselho de Arte e Arqueologia²⁷⁹ pretendiam conciliar a modernidade do núcleo urbano com os valores do património. As portas e muralhas da cidade foram, finalmente, classificadas em 31/12/1915, através do Decreto nº 2165 e graças ao trabalho articulado dos vogais correspondentes e auxiliares, junto dos órgãos de soberania.

²⁷⁴ Anónimo. (1914, 30 de abril). A Muralha. *O Commercio de Vizeu*, p. 2.

²⁷⁵ Anónimo. (1914, 6 de agosto). As obras na Praça 2 de Maio. *O Commercio de Vizeu*, p.2.

²⁷⁶ Anónimo. (1914, 9 de agosto). As obras na Praça 2 de Maio. *O Commercio de Vizeu*, p. 2.

²⁷⁷ Anónimo. Casa do Arco (1915, 23 de setembro). *O Commercio de Vizeu*, p.2.

²⁷⁸ De acordo com Ramos (2001), nos anos 30, Luís Chaves nas páginas da revista *Brotéria* distinguia os principais motivos que desencadearam a atividade vandálica: “o alargamento das vias públicas”, o “embelezamento das povoações” e a “guerra ao passado e ao seu obscurantismo” (Ramos, 2001: 187).

²⁷⁹ De acordo com Custódio (2011a: 449), os Conselhos de Arte e Arqueologia lutavam contra os abusos da modernização do território e seus efeitos sobre a estética da cidade.

7. José de Almeida e Silva

José de Almeida e Silva nasceu em Viseu (1864 -1945). Entre 1882 e 1890 frequentou a Real Academia Portuense de Belas Artes. Em 1899 foi nomeado professor de desenho da Escola Industrial Emídio Navarro e em 1919 pediu a transferência para a de “Vidreiros” da Marinha Grande, tornando-se, mais tarde, seu diretor. Realizou exposições em várias cidades portuguesas, mas também no estrangeiro. Foi ao mesmo tempo pintor, ilustrador em vários periódicos, caricaturista e escritor (Museu Grão Vasco, 2011: 7). Apesar de ser conhecido por *Silva o Pintor*, além da pintura, os seus interesses residiam no património arquitetónico e arqueológico e na história, aspeto pouco conhecido da sua personalidade. Escreveu vários artigos sobre etnografia, história, arte,²⁸⁰ arqueologia e património na imprensa nacional e local.

No que concerne à produção escrita, o pintor José de Almeida e Silva publicou numerosos artigos nos jornais locais. Relativamente às obras de maior relevância²⁸¹ apenas nos interessa, uma vez que é a que se enquadra no âmbito da nossa investigação, *Pergaminhos. Contos e fantasias Históricas* (1931), em que exalta as figuras emblemáticas de Viseu, dissertando sobre Viriato, São Teotónio, Grão Vasco²⁸² e S. Pedro. Os outros capítulos descrevem as velhas pedras de Viseu, o milagre de S. Pedro, o castanheiro dos amores e outras lendas, “num tom descritivo muito aproximado ao da sua obra pictórica, misto de amor incondicional à cidade, de reverência pelos valores históricos e de sentimento romântico saudosista” (Museu Grão Vasco, 2011: 7). A figura de Viriato que surge associada à Cava, os amores de D. Teresa e Fernão Peres de Trava e os dramas familiares de Vasco Fernandes “conferem à maioria das narrativas uma tonalidade acentuadamente *démodée*, rescendendo aos últimos tempos do romantismo e das suas novelas históricas” (Fernandes, 1996: 29).

²⁸⁰ Silva, J. A. (1941). *Pergaminhos – Contos e Fantasias Históricas* (1931) e *Quinze Dias de Estudo na Exposição dos Primitivos Portugueses: A Escola de Pintura de Viseu: seu início e ramificações*. Viseu: Tip. Notícias de Viseu. Foi uma obra publicada na sequência da Exposição do Mundo Português.

²⁸¹ Na obra *Quinze dias de Estudo na Exposição dos Antigos Primitivos Portugueses. A Escola de Pintura de Viseu; seu início e ramificações* (Viseu, 1941), o pintor fez uma súpula da antiga pintura portuguesa, particularmente da pintura da incorretamente denominada Escola de Pintura de Viseu.

²⁸² Rodrigues (1997) é de opinião que, em relação à figura de Grão Vasco, o pintor consegue conciliar o carácter encantatório das lendas relativas a Vasco Fernandes com o rigor histórico da obra de Maximiano de Aragão, Grão Vasco. Príncipe dos Pintores Portugueses (1900).

Participou, ainda, como diretor artístico de uma publicação periódica, *Album Vizeense, Publicação Mensal, Litteraria e Artística dedicada a Vizeu* (1885),²⁸³ onde inventaria e reproduz o património de Viseu, tanto dos *objetos* e pormenores isolados dos edifícios, como dos monumentos, como a Sé, Igrejas e Paço dos Bispos no Fontelo (Santos, 1996: 17), juntamente com comentários sobre a história da cidade e de algumas das suas personagens emblemáticas, que correspondem a uma história narrativa, factual, cujas fontes são Botelho e os antigos cronistas. Revela incorreções históricas, pois reproduz dois escudos²⁸⁴ – o da rua da Cadeia e o de Agueira (localidade muito próxima do núcleo urbano da cidade e atualmente nela integrado) – como sendo as armas de Avis, e não dos Gomes de Abreu (muito parecidas com as de Avis) – justificando a existência do escudo na Agueira como o local de veraneio do infante D. Henrique. Mais uma vez, o espaço urbano só é revelado porque se encontra associado a uma personagem importante. Esta informação foi, provavelmente, transcrita de Francisco Manuel Correia, como alvitra Almeida Moreira, num reparo feito à publicação de Almeida e Silva.²⁸⁵ Muda de registo, citando até Raczyński (1846), quando faz a descrição da Sé.

Em relação à Cava, como todos os eruditos do seu tempo, tentou resolver o enigma sobre as suas origens. Nas notas ao *Relatório Sobre as Obras de Conservação da Cava de Viriato*, a imaginação do pintor faz recuar a feira, que inicialmente se realizava dentro dos muros da Cava, para a época lusitana, sugerindo que tinha sido erguida para “se realizar com segurança periodicamente este mercado”, tendo inicialmente uma altura menor (Silva, Aragão, Maia: 15).

Almeida e Silva era um pintor, com formação nas artes, sendo a sua investigação pouco profunda, consultando obras já pouco atualizadas do ponto de vista histórico. O seu labor virava-se sobretudo para a defesa do património, para a inventariação dos vestígios arqueológicos, nada adiantando para a investigação sobre o passado viseense.

²⁸³ José Coelho faz alguns reparos, referindo-se aos erros sobre Viseu no *Album Viseense* e às “disparatadas e assás inconvenientes fantasias de uns *Pergaminhos*” – Coelho, J. (1939, 10 de agosto). A Beira Arqueológica e Artística. *O Distrito do Viseu*, p. 3.

²⁸⁴ Outros desenhos acompanhados de pequenos textos sobre património são reproduzidos: a torre, no Fontelo, que marcava a entrada no Paço dos Bispos, hoje desaparecida, e o pórtico, atualmente deslocado, a Igreja da Misericórdia, o Convento de S. Francisco de Orgens, a Capela da Via Sacra, a Igreja dos Terceiros, a Igreja do Carmo, a praça D. Duarte, o antigo mercado 2 de Maio, um baixo-relevo sobre o descer da Cruz de Cristo que se encontra na catedral e o pelicano de bronze que hoje se guarda no museu de Arte Sacra.

²⁸⁵ Moreira, F. A. (1921, 26 de fevereiro). A Sereno Craveiro. *Notícias de Viseu*, pp. 1.

7.1. José de Almeida e Silva e o património

O pintor Almeida e Silva intitulava-se “um curioso apaixonado pelas velharias”,²⁸⁶ já que, além da pintura, também se interessava pela história local, arqueologia e património. O interesse pelo património e pela arqueologia fez com que se tornasse sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1903), vogal correspondente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (1902) e vogal auxiliar do Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa.²⁸⁷ Foi um defensor entusiástico da criação do Museu Etnológico de Viseu e um dos sócios fundadores (1921), protegendo com veemência e exaltação o património local. Redigiu o *Relatorio sobre as obras de conservação da Cava de Viriato (1903)*,²⁸⁸ integrado numa comissão da qual fizeram parte Maximiano de Aragão e Hipólito de Vasconcelos Maia, representantes também do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, como já foi referido.

Para a imprensa local e regional, nos jornais *A Voz da Oficina* e *A Beira*, redigiu vários artigos sobre pintura, arqueologia e, ao mesmo tempo, sobre a destruição e preservação do património. No artigo *Carta ao povo da freguesia d’Orgens...*,²⁸⁹ lastima que estejam a

²⁸⁶ Silva, J. A. (1923, 6 de maio). Arqueologia de Viseu e da Beira (Notas à margem). *A Beira*, pp. 4-5.

²⁸⁷ Sobre esta instituição mostra a sua posição crítica. Num artigo sobre as vias romanas de Viseu, em que lamenta a destruição de alguns troços, refere que, quando existia em Lisboa o Conselho Superior de Monumentos Nacionais, tinha espalhado pelo país “bastos vogais, como eu fui, que velavam atentamente por todas as velharias locais, sendo os zeladores constantes perante a ignorância e a incúria das juntas de freguesia e câmaras municipais. (...) talvez se tornassem importunos e inconvenientes (...) transformou-se no actual *Conselho de Arte e Arqueologia*, acabando com os antigos vogais correspondentes (...)”. Queixa-se que foram substituídos por umas sossegadas delegações (norte, centro e sul do país) e por uns senhores que em regra “pouco sentem e muito descansam, dando-se, conseqüentemente, a aceleração destruidora do pouco que resta da viação romana.”.

Mais tarde, Almeida e Silva protesta contra o centralismo do Estado Novo, também a nível do património. Por último, mostra o desejo de que Salazar promulgue um decreto que incorpore nos monumentos nacionais as vias romanas. Silva, J. A. (1937, 13 de janeiro). De Viseu Antigo. Interesses arqueológicos. *Notícias de Viseu*, p. 2.

²⁸⁸ Vasconcelos (1904) transcreve uma parte do *Relatório* - Vasconcelos, J. (1904). A Cava de Viriato. *O Archeologo Português*, 9, pp. 11-16.

Os autores, depois de descreverem cada lado do octógono, propõem medidas para a conservação e restauro para cada um dos muros e outras de âmbito mais geral. Recomendam “o restabelecimento de toda a Cava”, retirando os terrenos abusivamente ocupados, realizando expropriações e fazendo a demarcação com marcos de pedra. Escrevem que, de seguida, deverá fazer-se uma planta com a nova demarcação para evitar alguma mudança dos marcos e contratar um guarda para velar pela sua conservação e ajardinamento. Sugerem, ainda, a publicação de uma postura municipal para os que cometerem algum ato contra o monumento. A última recomendação com a afixação de uma inscrição destina-se a envolver a população na conservação da Cava (Silva, 1903: 12-13). Comparando este documento com a atualidade, verificamos que a Cava ainda se encontrava num razoável estado de conservação, como sublinha Vaz (1993-1994).

²⁸⁹ Silva, J. A. (1923, 1 de julho). Carta ao povo da freguesia d’Orgens sobre a antiga via romana de Viseu a Agueda, que ali passa, cujos restos teem sido inconscientemente destruídos e continuam a sê-lo. *A Beira*, pp. 4-5.

retirar a pedra, destruindo assim o que resta da via romana. Mas o pintor recusa queixar-se às autoridades, pois poderão desencadear medidas repressivas e propõe-se, antes, “lançar luz nos cérebros”, começando por explicar a utilidade da arqueologia e justificar a defesa do património pela necessidade de comprovar “a antiguidade da nossa raça”. Assim, os dólmenes, citânias, castelos, muralhas, padrões, templos, caminhos “provam e documentam a nossa vitalidade antiga e a rasão de ser da nossa nacionalidade” (*Idem, Ibidem*), enfim, são símbolos comuns da identidade nacional. Lamenta que o público não tenha conhecimento da existência das “antiguidades artísticas, históricas e arqueológicas” e entende que o seu conhecimento deveria ser da responsabilidade dos professores e párocos das aldeias. Almeida e Silva escrevia num jornal local para uma população rural de uma cidade de interior, em que as figuras de referência que dominavam a erudição eram a professora e o sacerdote. O termo *património*, já utilizado com alguma frequência em 1909 (Rosas, 1995: 151), ou *monumentos* foi substituído, pedagogicamente, por *antiguidades* ou *antiguidades da nossa pátria* que comparava com as antiguidades “dos nossos avós” e que, por conservarem a sua memória, não deveriam ser destruídos.

Em Viseu, foram várias as ocasiões em que se envolveu pela salvaguarda do património:²⁹⁰ no trecho de uma via romana, localizada entre o Monte Salvado e o Convento de S. Francisco de Orgens (referido anteriormente) mas que, posteriormente, foi destruído e na defesa da Cava de Viriato.²⁹¹ Em 1904, os jornais noticiavam a intenção de alargar o caminho-de-ferro do vale do Vouga, levando-o até à Cava e cortando-a, assim, em dois

²⁹⁰ Identificou obras de arte, até aí desconhecidas, como o acervo de pintura quinhentista da igreja de S. João de Tarouca, reivindicando a sua descoberta a José de Figueiredo (Rodrigues, 1996: 27). Nos diversos periódicos foi também um defensor de Grão Vasco “e das questões de autoria do acervo de pintura distribuído por diversas colecções na região da Beira” (*Idem: Ibidem*).

Encontramos, ainda, uma notícia em que o pintor fez um apelo à Câmara Municipal de Viseu, explicando que, por detrás das oficinas da Escola Industrial, se encontrava um lanço da primitiva muralha de Viseu - parte do “muro velho”, referidos nos documentos do princípio da nossa nacionalidade. Este lanço de muro nada tem com a muralha de D. Afonso V, “que passava mais dentro (...)”. Pela sua importância histórica e arqueológica “revela a existência dessa relíquia de Viseu antigo, pedindo para que ela fique d’ora-à-vante sob protecção e defesa da Câmara Municipal de Viseu.” - Silva, J. A. (1931, 1 de janeiro). Pró Terra Nostra - Viseu de antanho. *Notícias de Viseu*, p. 2. Mais tarde, José Coelho confirma que também observou restos de muralha no mesmo ou em local próximo (CNA nº 131, 7 de Agosto de 1963, fl. 48).

²⁹¹ Distingue duas épocas de construção do monumento: uma mais antiga, a *Cava Velha*, e outra do século XI, a *Cava Nova*. Descreve as *démarches* que fez para a defesa do monumento: a primeira em 1903, a pedido da Câmara Municipal de Viseu, juntamente com Maximiano de Aragão e H. Vasconcelos Maia, e, mais recentemente, vem pedir que um dos seus muros e parte de outro, atualmente em propriedade particular, ameaçados de destruição, sejam salvos e isolados das propriedades privadas. Elabora um orçamento para esta ação de salvaguarda. Termina o artigo oferecendo a sua colaboração desinteressada nesta obra, como membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses - Silva, J. A. (1939, 26 de novembro). Restauração da Cava de Viriato. *Política Nova*, p.3.

lanços. Almeida e Silva demonstra, com ilustrações em *croquis*, que estes cortes são desnecessários.²⁹² Em 1924, projetava-se, novamente, a passagem da linha férrea de Viseu ao Tua pela Cava de Viriato, perfurando-a de um dos lados. Contra este projeto, de acordo, com a imprensa local opunham-se Almeida e Silva e o Instituto Etnológico da Beira.²⁹³

Em 1939, Almeida e Silva chamava a atenção para o monumento, a Cava, que deveria ser alvo de intervenção, tal como acontecia aos castelos que estavam a ser restaurados, no âmbito das comemorações de 1940,²⁹⁴ posição comum a José Coelho²⁹⁵ – “A Cava de Viriato [...] desaparece a olhos vistos, levada pela enchada do lavrador suburbano que trata de egualar seus campos” (Silva, 1986: 86) – e lamenta o desaparecimento do fosso e das quatro entradas do monumento. Conclui o comentário, inserindo a destruição da Cava num contexto público mais vasto:

É imperdoável a negligencia dos nossos governos, que dissipam avultadas quantias com mil coisas dispensáveis quando deviam aplicar essas quantias em utilidades publicas, sendo de primeira necessidade a instrucção do povo e a conservação dos nossos monumentos, que são a par dos Lusíadas os únicos documentos que nos restam das glorias do passado.

(Silva, 1986: 87)

Regista outras vicissitudes no património, juntamente com Maximiano de Aragão, durante as obras de restauro da catedral, em 1894, quando se envolve na defesa de “duas cabeças das meias columnas da Sé de Viseu”, as quais, segundo o pintor estiveram em risco de ser destruídas porque, de acordo com a opinião de “certos enciclopédicos” “eram feias e grosseiras”. Almeida e Silva consultou a Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses,²⁹⁶ enviando dois desenhos dessas esculturas. A Associação agradeceu “pela atenção que presta às antiguidades de Vizeu” e confirma que “as figuras teem todos os caracteres de serem anteriores ao século XVI” e “que se devem conservar com o maior

²⁹² Silva, J. A. (1904, 19 de janeiro). Cava de Viriato. *O Districto de Vizeu*, p.2.

²⁹³ (1924, 30 de Agosto). A nova linha férrea, o campo da Feira e a Cava de Viriato, *Jornal da Beira*, p. 1. Em Janeiro de 1925 esta ideia é abandonada – (1925, 1 de Janeiro). A Cava de Viriato e o Instituto Etnológico da Beira – a linha Viseu-Tua não atravessará a Cava. *Jornal da Beira*, p.3.

²⁹⁴ Silva, J. A. (1939, 26 de novembro). Restauração da Cava de Viriato. *Política Nova*, p.3.

²⁹⁵ Cf. José Coelho.

²⁹⁶ Cf. Rosas, L. (1995: 381-382), que publica o *relatório* da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, relativamente às obras na Sé de Viseu: “Na obra de restauração a que se anda procedendo na sé de Vizeu, acabam de ser postas a nú duas meias columnas das paredes lateraes d'este templo rematadas na parte baixa por duas cabeças carcomidas e de execução tosca(...) cumpre não só conservá-las a descoberto, como restaura-las das picadellas que teem, mantendo-se escrupulosamente todo o seu aspecto primitivo(...). Terminando, cumpre-nos tecer sinceros elogios ao modo porque estão sendo restauradas as columnas da Sé, as quaes, com o aspecto que ora mantéem, ficam, a despeito dos zoilos, muito acceitaveis.”

cuidado”.²⁹⁷ Ainda na Sé regista as “vandálicas caiadelas que ultimamente diminuíram em varias partes a majestade que a Sé de Vizeu possui. Aconselhamos ao cabido que para o futuro, quando forem necessárias novas caiadelas, não as mande fazer às cegas [...]” (Silva, 1884: 24). As *caiadelas* ou *caiações* constituem a grande parte das denúncias em relação ao património, que não são novas, pois surgem na imprensa periódica desde o século XIX. Estas críticas passam “sobretudo pela denúncia dos acrescentos e transformações introduzidos nos monumentos ao longo da sua existência” articuladas “com o desejo, por vezes expresso, de os ver devolvidos à sua forma primitiva” (Maia, 2007: 355).

A preocupação com o património também se estende à natureza e, em vários artigos, denuncia o corte de árvores na Cava de Viriato,²⁹⁸ o corte de amieiros junto ao rio Pavia²⁹⁹ e das frondosas árvores que cobriam a carreira do Fontelo,³⁰⁰ o que faz dele um ecologista *avant la lettre* o que, sobretudo, tem a ver com o próprio alargamento do conceito de património que surgiu com a I República. Custódio faz notar que, a partir dessa altura, o conceito de património “está mais aberto aos trechos urbanos, às quintas e solares rurais, às manifestações pitorescas da paisagem e aos valores que *o culto da árvore* e sua defesa e protecção imprimiu na nação, durante este período “ (Custódio, 2011: 131).

O tom veemente dos seus escritos, em que a impulsividade impera, granjeou-lhe algumas antipatias, chegando a envolver-se em polémicas com os poderes locais da cidade e figuras importantes ligadas à arte e cultura.³⁰¹

²⁹⁷ Silva, J.A. (1895, 21 de junho). As columnas da Sé. *A Liberdade*, p.2.

²⁹⁸ Silva, J.A. (1923, 29 de julho). Viseu, Terra de vandalos. *A Beira*, p. 4.

²⁹⁹ Silva, J.A. (1923, 30 de setembro). *Arrabalde de Viseu.... A Beira*, p. 1.

³⁰⁰ Silva, J.A. (1912, 4 de julho). Vandalismo na carreira de Fontello. *O Commercio de Viseu*, p.2.

³⁰¹ A sua impetuosidade leva-o a publicar uma carta no jornal *O Século*, depois transcrita na imprensa local, dirigida a José de Figueiredo, onde faz alguns reparos sobre uma comunicação proferida na Academia de Belas Artes sobre Grão Vasco e, ao mesmo tempo, invoca a autoridade de certas descobertas relacionadas com o pintor, como a descoberta dos seus quadros de S. João de Tarouca- Silva, J.A. (1910, 16 de março). Quadros de pintura de Vizeu- A obra de Grão Vasco. *O Commercio de Viseu*, p.2.

O mesmo ardor ou bairrismo com que defende o património induzem-no num equívoco resultante da leitura apressada de uma entrevista de José de Figueiredo que expõe a intenção de reunir no museu das *Janelas Verdes* os primitivos pintores portugueses, quadros que estão em mãos de particulares - Figueiredo, J. (1911, 6 de agosto). A nossa terra, Os quadros da Sé. *O Commercio de Viseu*, p.2. Almeida e Silva, ignorando que existem quadros de Grão Vasco em Lisboa, nas mãos de particulares, conclui logo que José de Figueiredo pretende levar a pintura de Grão Vasco, existente em Viseu, para o *Museu das Janelas Verdes* e alerta a Câmara Municipal de Viseu – Silva, A. (1911, 18 de agosto). A nossa terra, Os quadros da Sé.. *O Commercio de Viseu*, p.2. Almeida Moreira coloca-se ao lado de José de Figueiredo. Ao mesmo tempo, Almeida e Silva afirma que gostaria de ser diretor do museu regional de Viseu, mas que os poderes locais não lho permitirão -

Os textos sobre arqueologia³⁰² e história mostram o curioso e amador apaixonado pelo passado, mas não o investigador preocupado com o rigor e em aceder à historiografia mais atualizada. No entanto, a sua preocupação com a defesa e salvaguarda do património é constante, denunciando qualquer atentado de que era alvo.

Ainda em relação ao património e ao conflito entre a preservação e o progresso, o pintor mostra que tem ideias claras sobre o assunto, quando refere

E repito que a orientação de hoje em todos os países cultos é conservar todas as relíquias do passado, acabando com o vandalismo que destruíra tantas preciosidades artísticas e históricas. É certo que o amor e respeito por esses documentos antigos deve ceder, quando for absolutamente necessário, às imposições do progresso. Mas só quando for absolutamente necessário.³⁰³

Acrescenta que, caso a destruição seja absolutamente necessária, deverá colocar-se uma inscrição com a indicação do que existia no local.

Refere que enviou ofícios em 23 de dezembro e 6 de maio de 1931 para alertar para a conservação de trechos de estradas romanas, pontes, pontões, alpondras. Apela à influência do ilustre vogal Almeida Moreira³⁰⁴ e à conservação pelo município viseense dos “restos da Antiguidade”, no caso que descreve – trechos de vias romanas –, e que, caso haja uma ação de intervenção por parte da edilidade, se tornará exemplo para os outros municípios portugueses.

A ação do pintor em relação à defesa do património não se limita à escrita de artigos para o jornal, sendo bastante interventiva – por várias vezes assume que apelou às autoridades oficiais, reclamando posturas à Câmara, para cuidarem da preservação do património. Uma

Silva, A. (1911, 20 de agosto). A nossa terra: ainda os quadros da Sé”, *O Commercio de Vizeu*, p. 2. A troca de acusações entre Almeida e Silva e José de Figueiredo continua no referido jornal (24/8/1911, 27/8/1911, 31/8/1911, 3/9/1911, 7/9/1911).

³⁰² No jornal *A Beira*, durante os anos 20 detinha uma secção, *Arqueologia de Viseu e da Beira*, cujo tema era a arqueologia, em que prestava alguma informação sobre estradas romanas e outros vestígios arqueológicos, que Amorim Girão, por vezes, contestava noutra secção do mesmo jornal *Coisas & Loisas* para o qual escrevia. Deste modo, anuncia que o Monte Salvado, na periferia da cidade, era uma *estação pré-histórica* onde recolheu *alguns machados* e outras *pedras neolíticas*. Em Orgens, junto da capela de S. Domingos refere que têm aparecido “vestígios romanos, taes como pedras lavradas, fragmentos de tegula, tijolos (...)” Silva, J. A. (1923, 25 de março). Arqueologia de Viseu e da Beira (Notas à Margem). *A Beira*, pp. 4-5.

³⁰³ Silva, Almeida. (1931, 30 de maio). Viseu de antanho. *Notícias de Viseu*, p. 3.

³⁰⁴ Apesar das relações pouco cordiais com o diretor do Museu Grão Vasco, foram encontradas no seu espólio epistolar duas cartas do pintor que solicitam a influência e as diligências de Almeida Moreira para evitarem a destruição de uma das portas da cidade e a recolha no museu de um objeto encontrado perto de Viseu, que ele classifica como uma “mó romana” para evitar a sua destruição (AMAM- CMV: Carta de José de Almeida e Silva a Almeida Moreira. 28/4/1914 e 22/12/1923).

das posturas, relacionada com o caso anteriormente descrito, refere-se à conservação de troços de vias romanas, pedindo que a autoridade municipal proíba levantar pedras, consertar, substituir, arrasar, modificar o pavimento de todos os caminhos rurais, sem prévia informação das juntas de freguesia, a que se seguirá uma verificação técnica de reconhecimento da sua origem, romana ou não. E o mesmo procedimento deverá ser adotado quanto a velhas pontes, pontões, passagens e alpondras que existam.³⁰⁵

³⁰⁵ Silva, J. A. (1931, 1 de janeiro). *Notícias de Viseu*, p. 2.

8. Francisco de Almeida Moreira

Francisco António de Almeida Moreira (1873- 1939)³⁰⁶ nasceu em Viseu. Inicialmente militar de carreira, passou à reserva em 1916, devido a problemas de saúde, altura em que organizou e foi o primeiro diretor do museu Grão Vasco. Ao mesmo tempo, exerceu a docência no Liceu Alves Martins. Contemporâneo, entre outros, de Maximiano de Aragão e José de Almeida e Silva foi, juntamente com eles, vogal correspondente do Conselho dos Monumentos Nacionais, do Conselho Superior de Belas Artes, vogal auxiliar do Conselho de Arte e Arqueologia e, nos anos 30, pertenceu à Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. Tornou-se um dos fundadores do Instituto Etnológico da Beira e sócio da Academia de Belas Artes de Madrid. Foi também o responsável pela secção artística dos pavilhões portugueses na Exposição do Rio de Janeiro em 1922-1923, delegado do Congresso Internacional de História de Arte que se realizou em Paris em 1921 e do XXII Congresso Internazionale degli Americanisti, realizado em Roma, em 1926. Reuniu na sua Casa de Soar de Cima um excecional espólio de obras de arte, resultado da paixão pelo colecionismo.

Entre 1918-35, participou em vários executivos municipais: como vice-presidente e vereador dos *Pelouros da Estética, Urbanismo, Parques e Jardins*³⁰⁷ e das *Obras, Engenharia e Architectura*. Assumiu, igualmente, funções de chefia na *Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu* (de 1927 a 1936). A sua obra escrita, dispersa por jornais, revistas, guias e monografias, inclui a crónica desportiva, o relato das suas viagens, a divulgação turística de Viseu, o inventário de valores monumentais e os estudos artísticos. Demonstrando um grande interesse pelo turismo sabia a importância dos guias neste setor. Por isso vai organizar e publicar vários guias do museu – *Guia sumário do Museu de Grão Vasco* (1921) – e da cidade – *Guia de Viseu* (1931, 1936), como já referimos. Sabendo as

³⁰⁶ Deixou a sua casa, com todos os objetos de arte que foi adquirindo e a respetiva biblioteca, à Câmara Municipal de Viseu que, posteriormente, a colocou na dependência da Direção Geral do Ensino Superior e Das Belas Artes, tendo sido anexada ao Museu Grão Vasco.

³⁰⁷ Estes pelouros foram importantes para o desenvolvimento da identidade da cidade no âmbito do património urbano, onde os problemas relacionados com o mesmo eram discutidos, determinando soluções para este domínio, que se confrontavam, por vezes com os projetos de modernização das cidades Cf. (Custódio, 2011: 387).

Almeida Moreira projeta e desenha vários jardins para a cidade, antes de ser vereador na Câmara.

potencialidades da fotografia para a divulgação dos monumentos é autor de um guia ilustrado com imagens da cidade e dos seus monumentos - *Imagens de Viseu* (1937).³⁰⁸

Os monumentos que Almeida Moreira considerou dignos de interesse e que incluiu neste guia de divulgação da cidade, estão de acordo com os valores artísticos e históricos, fundamentais para a conceção de monumento do seu autor: um monumento memorativo, a estátua do Bispo D. António Alves Martins, a janela manuelina da rua da Cadeia, as Portas do Soar e dos Cavaleiros, o portal do antigo seminário de Viseu, o antigo Paço do Fontelo,³⁰⁹ o antigo Convento de Santo António de Maçorim, a Casa do Miradouro,³¹⁰ a Casa de Cimo de Vila, A Casa do Viso, a rua Direita³¹¹ e a catedral de Viseu, que é digna de uma descrição detalhada que ocupa quase metade da obra.

8.1. Francisco de Almeida Moreira e o património

A ação do Capitão Francisco de Almeida Moreira, a nível patrimonial, destacou-se, sobretudo, no acompanhamento das obras de restauro da Sé,³¹² cuja autorização obteve das instituições oficiais. Francisco Almeida Moreira, em 1919, em consequência da remoção da cal das paredes do templo e dos azulejos do século XVIII (1721), descobriu o portal sul da catedral, o portal romano-gótico³¹³ de acesso ao claustro e uma janela retangular, ainda na sua “forma primitiva”. Deu-se, assim, a desobstrução do portal de ligação entre o claustro e a nave e foi demolido o altar que se encontrava nessa zona, obras que foram inspecionadas pela Comissão dos Monumentos Nacionais (Custódio, 2011a: 932) e para as quais solicitou autorização ao Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição.³¹⁴ As

³⁰⁸ Moreira, F. A. (1937). *Imagens de Viseu*, Pôrto: Tip. Pôrto Médico.

³⁰⁹ De acordo com Moreira (1937) o antigo Paço do Fontelo “(...) não tem, em si, o menor interesse arquitectónico. Nem o mais leve vestígio artístico nele se descortina! Já não pode, porém, dizer-se o mesmo quanto ao seu interesse histórico, porque foi residência dos bispos de Viseu e depois de implantada a República foi presídio do comandante Machado dos Santos.” (1937: 21).

³¹⁰ Em relação à casa do Miradouro, tece críticas à ânsia de renovação das cidades, a partir dos inícios do século XX, adiantando que se trata “Das poucas edificações do século XVI que ainda existem em Viseu, nesta ânsia de bota-abaixo e de substituição por construções encaracterísticas e arrepiantes (,,)” (Moreira, 1937: 35).

³¹¹ Relativamente à rua Direita é digna de nota, não por fazer parte do burgo medieval, mas sim por “nos mostrar mais exemplares arquitectónicos dos séculos XVI, XVII e XVIII” (Moreira, 1937: 47).

³¹² Sobre as intervenções na Sé de Viseu até 2000 cf. *Revista Monumentos*. Nº 13, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

³¹³ DGEMN-DREMCentro: Processo geral da Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 -Anos de 1921 – 1936; Cx: 2981; Carpeta 335; ofício nº 249 de 8-1-1921. *Apud* Alves, C., 2015: 184.

³¹⁴ Ofício que se encontra no Arquivo Histórico do Ministério da Educação (Livro, nº 1. 1911-1932, fol. 105 vº 107 (Custódio, 2011a: 879). Entre 1912-1919, as obras na Sé iniciam-se por determinação do Conselho de

obras foram dirigidas por Almeida Moreira que, no exterior, procedeu a algumas demolições – a seu pedido, foram destruídos uns “casebres encostados numa parte da catedral que a encobriam e deterioravam”, de modo “a desafrontarem um dos lados da antiga catedral”,³¹⁵ valorizando o seu enquadramento primitivo, prática que no futuro a DGEMN irá adotar.³¹⁶ A imprensa local informava que o diretor do museu e vogal do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição estava a dirigir obras de “reconstituição ou reintegração”³¹⁷ da Sé na sua traça primitiva, o que denota o poder e a confiança devotada a Almeida Moreira pelas entidades oficiais. Com efeito, entre 1918 e 1919 o diretor do Museu foi o responsável pela beneficiação exterior e dos trechos interiores de janelas e portas medievais do monumento.³¹⁸ O indigitamento de Almeida Moreira para acompanhar as obras na Sé deveu-se também à situação de crise da Comissão de Monumentos que lutava com falta de arquitetos técnicos competentes para o restauro de monumentos, problema recorrente e que se manifestava desde o século XIX. Na altura, em Portugal, afirmava-se um novo conceito – a “*reintegração arquitetónica*”, mais aproximada da conservação do que do restauro.³¹⁹ Mas, na realidade, o conceito de reintegração aproximava-se das teorias de restauro de Viollet-le-Duc favorável à unidade arquitetónica e estética dos monumentos, “à unidade de estilo – reparar e devolver algo de original ao monumento, que se havia perdido ao longo do tempo” (Fernandes, M. et alii, 2000: 104).³²⁰

Mais tarde, Almeida Moreira assumia de novo um papel interventivo em relação ao estado de conservação da Sé de Viseu, alertando os organismos públicos para o seu estado de abandono e de degradação. A 20 de Junho de 1930, solicitava a intervenção da DGEMN na catedral, que aí inaugurava a sua ação. Também informava este organismo da descoberta

Arte e Arqueologia. Entre as várias alterações, além da porta românica que foi desentulhadas, também as paredes e colunas foram limpas de cal (Lucena e Vale, 1945b: 32).

³¹⁵ Moreira, F. A. (1917, 14 de julho). As obras na Sé. *A Voz da Oficina*, p. 1.

³¹⁶ Segundo Tomé (2002) “Era frequente o apeamento de retábulos e a destruição de volumes adossados ou de portais para revelar pórticos ou vãos primitivos” (Tomé, 2002: 40).

³¹⁷ Cf. Na Sé de Viseu. (1927, 9 de Julho). *Notícias de Viseu*, p. 1.

³¹⁸ Cf. Custódio, 2011a: 925

³¹⁹ Custódio chama a atenção para este conceito inaugurado na pintura, por Luciano Freire no tratamento dos painéis de S. Vicente, que consistia num “conjunto de atitudes, onde conservação, restauro, investigação histórica e ética de intervenção colaboraram para a verdadeira obra da descoberta e de projecção da *nossa primitiva pintura*” (Custódio, 2011a: 517).

³²⁰ No entanto, raramente a DGEMN operacionalizou o conceito de reintegração inventiva” que propunha a construção de partes do edifício que se sabia nunca terem existido, condenando-o por falsificar o carácter de antiguidade a qualidade histórica” (Tomé, 2002: 37).

de um portal que permitia a comunicação entre a Praça Camões (a atual praça D. Duarte) e o Adro da Sé, no pequeno fragmento de muralha entre a antiga cadeia civil e o claustro da catedral.³²¹ O diretor chamou a atenção para o avançado estado de degradação do portal, porque ao tentar fazer a sua desobstrução deparou com a abóbada destruída, restando somente algumas aduelas pertencentes às paredes laterais da mesma. Finalizou com um apelo urgente à Direção do Norte para remediar alguns problemas existentes na catedral, como as águas das chuvas que escorriam nas paredes do templo, o que espelhava o ostracismo a que a Sé esteve votada. O seu apelo e, ao mesmo tempo, a crítica aos trabalhos realizados na Catedral em 1927 a cargo da Terceira Repartição da Direção Geral das Belas Artes, surtiu efeito, porque em 1931³²² começaram as obras de restauro. Graças à sua crescente influência, Almeida Moreira foi encarregado de as fiscalizar, simultaneamente com as do Museu (Alves, 2015: 249),³²³ o que suscitou, mais uma vez, longos artigos do jornal por parte de clero:

Não se pode sequer conceber que algum estranho, leigo, para usar o termo consagrado, e desinteressado desse culto, embora com grande educação e intuição artística, se arrogue o direito de demolir aqui, acrescentar acolá, alinhar mais além, sem procurar saber se prejudica ou não o culto que é a única finalidade do templo, e sem a qual desaparecerá todo o sentido artístico do monumento, toda a sua beleza moral, a sua única razão de ser...³²⁴

Almeida Moreira chamou a atenção da DGEMN para a degradação do monumento, contribuindo, em parte, para que durante os anos trinta na Sé de Viseu, se continuem “ a desobstruir passagens, a refechar juntas em alvenarias, agora limpas dos rebocos que anteriormente as cobriam (...)”(Fernandes, M. *et alii*, 2000: 104); as estruturas de cobertura em madeira foram substituídas por betão armado. São iniciativas de intervenção cujo objetivo era evitar a degradação da catedral, neste caso devido a causas naturais, e estavam relacionadas com outras intervenções realizadas na Sé de Silves, Igreja de Jesus de Setúbal, durante a década de vinte, para prevenir as infiltrações provocadas pelas águas

³²¹ DGEMN-DREMCentro: Processo geral da Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 -Anos de 1921–1936; Cx: 2981; Carpeta 335; Expediente nº 497; 26-06-1930. *Apud* Alves, 2015: 185.

³²² Estas obras suscitaram protestos na imprensa local, sobretudo na que era afeta ao clero, que se queixava que o mesmo não tinha sido ouvido para a realização das mesmas e que o Conselho Superior de Monumentos nem tinha sido ouvido, como tinha confidenciado o Dr. Maximiano de Aragão – (1931, 30 de outubro). A Sé de Viseu. Uma questão em Aberto. *Jornal da Beira*, p. 1.

³²³ Sobre as intervenções na Catedral de Viseu cf Alves, Carlos (2015). La evolución arquitectónica y artística de la catedral de Santa Maria de Viseu. Desde la Edad Media hasta la Contemporaneidad. Tese de doutoramento não publicada, Barcelona: Universitat Àutònoma de Barcelona

³²⁴ Anónimo. (1936, 17 de Janeiro). O abandono da Sé de Viseu. *Jornal da Beira*, p.8.

das chuvas. Almeida Moreira mostrava-se bastante atento, tentando ser fiel ao estilo original do monumento como se infere da carta enviada para a DGEMN, queixando-se da reconstituição do portal, porque “Estão a fazê-lo de volta inteira, quando é certo que a pedra que lá existia como fecho da parte superior do portal, e que não foi destruída, é em ogiva, tendo as arestas chanfradas”;³²⁵ desenha um *croquis*, que envia, para demonstrar o seu ponto de vista. As obras de adaptação da cadeia civil de Viseu a Arquivo Distrital, numa das torres da Sé, e as obras de ampliação do Museu Grão Vasco continuam a ser fiscalizadas por Almeida Moreira.³²⁶

Em 1936, quando são descobertos os modilhões românicos no topo norte do edifício, que atestam a antiguidade do edifício, o Diretor comunica o facto à Direção de Monumentos do Norte. A resposta à sua missiva não foi bem recebida por Almeida Moreira porque, segundo os responsáveis daquele organismo, já conhecedores “da realidade artística do templo e após a inspecção da respectiva abóbada, previam o aparecimento da parte românica” (Alves, 2011: 8). Almeida Moreira rapidamente respondeu mostrando a sua sabedoria sobre a catedral (já era *velhíssimo* o conhecimento da parte românica) e questionando a Direção sobre o rumo das obras, nomeadamente o rebaixamento do telhado e o tratamento dos modilhões – “se nós condenamos aqueles que fizeram esses entaipamentos e nos propomos destruí-los, como é que nós vamos também entaipar com o telhado uma fiada de cachorros da mesma forma como eles o tinham feito?”.³²⁷ Os modilhões acabaram por ficar à vista, de acordo com os desejos do diretor do museu. Pretendia-se, rapidamente, executar o restauro com o objetivo de estar pronta nas comemorações do duplo centenário (1940).

O interesse patrimonial de Almeida Moreira focava-se na pintura, escultura e arquitetura. A impaciência que demonstrava pelas investigações de José Coelho, visível na destruição, por ele ordenada, de uma sepultura romana que o arqueólogo encontrou no adro da Sé e que pretendia estudar,³²⁸ são a prova da falta de interesse pela arqueologia. Em entrevista

³²⁵ DGEMN-DREMCentro: Processo geral da Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 -Anos de 1921–1936; Cx: 2981; Carpeta 335; ofício nº 516; 1-09-1933. *Apud* Alves, C., 2015: 187-188.

³²⁶ DGEMN-DREMCentro: Processo de adaptação da Cadeia Civil de Viseu a Arquivo; Nº IPA: 021823240002 ; Cx: 3019; Carpeta 468; ofício nº 2851de 9-05-1933. *Apud* Alves, C., 2015: 186.

³²⁷ DGEMN-DREMCentro: Processo geral da Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2981, Pasta 338; Anos de 1936 – 1944; ofício nº 622; 18-3-1936. *Apud* Alves, C., 2011: 8

³²⁸ Cf infra.

ao *Diário de Lisboa* transcrita num periódico local,³²⁹ enumerava alguns atentados contra o património artístico (quadros e esculturas) e lamentava o facto de os degraus dos altares e o pavimento do altar-mor da Sé de Viseu estarem cobertos por “oleado de sala de jantar de pensão familiar” (*Idem*). Insiste também na necessidade de fazer um inventário do património artístico “como primeiro passo para a sua defesa”. Eram estes os seus interesses – a arte – e não a arqueologia, contrariamente ao pintor Almeida e Silva, mais eclético em relação ao património.

Severo de Figueiredo, “defensor de todas as iniciativas de Almeida Moreira” (Vale, 1971: 17), nas páginas do jornal³³⁰ expôs a ideia de criar um núcleo de proteção aos monumentos e museu que gerasse receitas para um fundo de reserva como se tinha feito em Lisboa, Coimbra e Tomar. Esta ideia foi aprovada pelo Diretor, que aproveitou para elaborar a lista dos monumentos de Viseu merecedores de cuidados e proteção: a completa reintegração da Sé e da Cava de Viriato; a conservação do resto da antiga muralha e das duas únicas portas que dela restam, Porta dos Cavaleiros e Porta do Soar classificadas monumentos nacionais por Decreto de 31 de Dezembro de 1915 “devido aos esforços dos vogais do Conselho d’Arte e Arqueologia nesta cidade”, da qual ele fez parte. Também são mencionados os edifícios particulares do séc. XVI e XVII, salientando que se deve conservar “o carácter próprio da sua época”, acrescentando que o que interessa “à gente de fora” são os monumentos antigos. Menciona, ainda, os monumentos que para ele integram o “património artístico” – o museu com o seu núcleo de pintura primitiva, a Cava, portas da antiga muralha, trechos da cidade antiga medieval e os palácios de época mais recente, do século XVIII, como por exemplo o Palácio de Prime.³³¹ Esta lista reflete os valores considerados prioritários para a classificação dos monumentos na época republicana: primeiro o valor artístico, seguido do valor histórico e do arqueológico; o valor arquitetónico também surge com frequência (Custódio, 2011a: 348). No entanto, como já referimos, uma das principais razões para a classificação foi a proteção e Almeida Moreira como vogal correspondente deu um grande contributo para a classificação e proteção de imóveis da 2ª Circunscrição, como foi o caso da Sé.

³²⁹ (1932, 17 de dezembro). Arte da Beira- Acudamos a salvá-la. *O Distrito de Vizeu*, p.1.

³³⁰ Figueiredo, S. (1920, 27 de junho). Pró Viseu. Grupo de defesa dos Monumentos de Viseu. *Notícias de Viseu*, 1.

³³¹ Moreira, A., F. (1920, 4 de julho). Pró Viseu. Grupo de Defesa dos Monumentos de Viseu. *Notícias de Viseu*, 1

Após a consulta das atas da Câmara e da Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu³³² (1931-1937), apurámos que Almeida Moreira, como vogal do município com responsabilidades no urbanismo e na estética da cidade, e pertencendo ao Conselho de Arte e Arqueologia fez regularmente propostas para melhoramentos da estética citadina e de proteção do património³³³ como, por exemplo, a colocação no Arco dos Melos ou Porta dos Cavaleiros, no nicho na parte inferior, de uma escultura, representando S. Francisco de Borga. Solicitou, ainda, autorização para que na parte exterior do mesmo arco, no nicho, fosse colocada uma lâmpada para iluminar o santo que ali se encontra, “concorrendo assim a Câmara para ser mantida uma velha tradição da cidade”. Como Presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo desta cidade pediu autorização para a mesma comissão mandar colocar “quatro braços com lampiões de ferro forjado, executados por artistas de Viseu, nas antigas portas da cidade e no chafariz de S. Francisco, perto dos nichos existentes”. De acordo com a perspetiva do diretor do museu Grão Vasco, a valorização dos monumentos passava também pela colocação e reposição de objetos, para que aqueles assumissem a sua feição inicial ou mesmo para os tornar mais apelativos, concorrendo, assim, para o aumento da sua fruição pública. Mostrava-se atento a pormenores que alterassem a estética citadina e atuava de imediato como revela a carta enviada a Joaquim Lopes,³³⁴ em que mostra a sua preocupação com “a instalação dum posto de T.S.F. nas torres da Sé, (!) com o argumento, entre outros disparates, de que na Sé do Porto também existia já uma!!” ou o ofício enviado para a Casa do Arco, onde na altura funcionava a repartição de Correio da cidade, onde pede a retirada de uma cobertura de zinco sobre uma porta do Arco dos

³³² A partir de 1928, o capitão Almeida Moreira imprimiu maior dinâmica à Comissão que esteve em funcionamento durante dez anos (1926-1936). Nos anos 30, a manutenção da Cava de Viriato passou a ser da responsabilidade da Comissão. Realizou também alguns melhoramentos urbanísticos em ruas, acessos e zonas emblemáticas da cidade, além de ter apoiado o Museu Grão Vasco e a Feira de S. Mateus (Fernandes, 2008)

³³³ Em 6 de junho de 1918 as atas da Câmara referem que “o capitão Almeida Moreira, na qualidade de vogal correspondente do Conselho de Arte e Arqueologia, pediu licença para proceder à limpeza do Arco dos Melos, que foi uma das antigas portas da cidade, e é monumento nacional (...)”; no dia 10 outubro de 1918, “Almeida Moreira disse que era conveniente que a Ordem Terceira de S. Francisco mandasse concluir a balaustrada do lado poente da igreja, melhorando a estética do templo (...). Em 8 novembro de 1918 “Almeida Moreira, relativamente a algumas construções junto aos muros da Cava, que “muito prejudicam este monumento nacional”, apresenta um projeto de postura: em que proíbe que se erga “qualquer construção por mais simples que seja, dentro de uma zona de 10 a 12 metros, ao longo por dentro e por fóra dos seus taludes, a contar da linha de intersecção do talude com o terreno horizontal (...)” (Atas da Câmara Municipal de Viseu, 1918- 1928). A Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu, nos anos 30, propõe à Câmara o restauro do Arco de Santa Cristina. – Anónimo. (1937, 1 de janeiro). Por Viseu. *Jornal da Beira*, p. 8.

³³⁴ Carta de 15/04/1927 do AMGV.

Cavaleiros.³³⁵ Eram simples alterações ou acrescentos de carácter superficial e decorativo, que também passavam pela substituição de materiais construtivos e que vão surgir, a partir dos anos trinta, por iniciativa dos organismos públicos como a DGEMN, no contexto dos planos de melhoramentos.

No final dos anos 20 do século XX e até à sua morte, Almeida Moreira exerceu uma grande influência na cultura e património locais. O *Jornal da Beira* (pertencente à Igreja) bem o reconhece, apesar de revelar ainda alguma animosidade em relação ao Capitão:

Certo é que, ainda nas vésperas do movimento de 28 de Maio, Almeida Moreira era assim um dos grandes magnates da cidade: como delegado local da comissão ou associação que precedeu à actual Direcção dos Monumentos e Edifícios Nacionais, punha e dispunha das antiguidades da cidade, sobretudo da Sé, onde as primeiras reformas operadas foram de sua sugestão e responsabilidade; como director do Museu de Grão Vasco, durante muitos anos nas salas do Capítulo da Catedral, na vida interior desta superintendia a seu arbítrio, dispondo de imagens e alfaías do culto [...]; como urbanista da Câmara era, como dissemos, o senhor da cidade, o inspirador e dirigente de todas as reformas nela operadas desde as mais insignificantes ao arranjo das ruas e largos, em tudo intervindo e em tudo pontificando, tudo portanto dele dependendo em última análise.³³⁶

Demonstrando um grande interesse pelo turismo sabia a conveniência dos guias e dos roteiros neste setor, o que se insere no movimento mais amplo, ocorrido nesta época, de desenvolvimento turístico do país. Por isso vai organizar e publicar vários guias do museu – *Guia sumário do Museu de Grão Vasco* (1921) – e da cidade – *Guia de Viseu* (1931), como já referimos. Sabendo as potencialidades da fotografia para a divulgação dos monumentos é autor de um livro com imagens da cidade e dos seus monumentos - *Imagens de Viseu*.³³⁷ Em 1923 Viseu era nomeada estância turística e instalava uma *Comissão de Iniciativa de Turismo* (28/5/26) cujo grande objetivo era a promoção do turismo. A Comissão vai elaborar um guia turístico da cidade – *Viseu: Antiga e Nobilíssima Cidade de Portugal*³³⁸ – cartazes, folhetos, postais onde se vai preocupar em compor uma nova imagética da cidade, além da reprodução de imagens que reproduzem as salas do museu Grão Vasco. Outra das tarefas da Comissão é a de desenhar uma nova recomposição urbana, tarefa em que Almeida Moreira se empenha com a colocação dos azulejos do

³³⁵ AMAM- CMV: Carta da administração Geral dos Correios e Telégrafos a Almeida Moreira. 16/12/1930.

³³⁶ Lucena e Vale. A. Dizem as actas. (1971, 7 de Maio). *Jornal da Beira*, pp. 1, 7.

³³⁷ Publicou, ainda, *L'art populaire à Beira Alta* (1927), *Brasões de edifícios da cidade de Viseu* (1936).

³³⁸ A primeira versão data de 1931, mais tarde é reeditado, em 1936, juntamente com a versão em francês e em inglês. O autor do texto, embora não esteja assinalado, deverá ter sido Francisco de Almeida Moreira (Fernandes, 2008: 170)

painel do Rossio com desenhos do pintor Joaquim Lopes, do muro de suporte e da balaustrada no topo norte, a instalação de uma glorieta, também no Rossio, dedicada a Tomás Ribeiro, o transporte da imagem de Grão Vasco para o Fontelo com o assento naquele local de um painel em azulejo, o desenho e colocação de novas placas toponímicas em azulejo e a revitalização da Feira de S. Mateus. Em 1930, quando a Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu decidiu realizar um filme para a promoção turística da cidade, intitulado *Viseu*,³³⁹ onde se apresentam trechos da urbe (a parte antiga e a moderna com um novo urbanismo na zona sul e sudoeste) e dos arredores e se faz uma visita às salas do Museu Grão Vasco, Almeida Moreira foi encarregue da seleção dos monumentos e locais a filmar, assim como das respetivas legendas. Muitas das obras de estética urbana são realizadas em parceria com a Câmara Municipal.³⁴⁰

Através da análise de algumas atas da Comissão de Iniciativa de Turismo de Viseu³⁴¹ conhecemos a atuação de Almeida Moreira como administrador-delegado e presidente, pois ocupou os dois cargos. Além das iniciativas para a promoção do turismo que passavam também pelos monumentos, discutiam-se os problemas do património, a sua defesa e integração na cidade: a mudança de um pelourinho que estava a cargo da Comissão para a povoação de origem; a implantação de um cruzeiro no largo da Sé (onde hoje ainda se encontra); a sugestão à Câmara Municipal que tomasse sob o seu encargo a conservação e restauro da Cava de Viriato, classificada Monumento Nacional; o envio ao Conselho Nacional de Turismo de uma lista de monumentos naturais, sítios e locais de turismo para ser feita a sua competente classificação; a realização de uma grande plantação de árvores nos taludes da Cava de Viriato; o pedido para proceder à reconstrução do arco de Santa Cristina, já autorizada pela Direção Geral dos Monumentos Nacionais solicitando, para tanto, a necessária aprovação da Câmara Municipal.

As Atas da Câmara Municipal de Viseu mostram o grande afã e, ao mesmo tempo, o protagonismo concedido a Almeida Moreira, que acumulava os cargos de Diretor do

³³⁹ *Viseu*, filme do Capitão Almeida Moreira, Câmara Municipal de Viseu.

³⁴⁰ Em inícios da década de 30, tentavam-se ampliar os acessos à cidade, cujo projeto será de iniciativa da Comissão de Turismo, o qual deverá ser enquadrado num plano geral de urbanização, de forma a que se mantenha a fisionomia da cidade; são as recomendações de António Canavarro Morais (1937). Também ele é a favor da reconstituição das portas de acesso ao burgo. Todos estes estudos deveriam enquadrar-se tanto quanto possível no traçado proposto no plano de urbanização” (Morais, 1937: 39).

³⁴¹ Só foram consultadas as *Actas da Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu* no período entre 1931-1937, porque as restantes desapareceram.

Museu Grão Vasco, vogal do Conselho de Arte e Arqueologia, além do desempenho dos cargos da Comissão de Iniciativa de Turismo de Viseu.

Além do valor histórico e artístico, Almeida Moreira preocupou-se em acrescentar o pitoresco e o colorido ao espaço urbano de acordo com os seus padrões estéticos e critérios turísticos.

9. Os geógrafos: Aristides de Amorim Girão e Orlando Ribeiro

Aristides Amorim Girão (1895- 1960) nasceu em Fataunços, concelho de Vouzela. Licenciou-se em ciências histórico-geográficas e fez o doutoramento em ciências geográficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com o estudo *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* (1922); foi professor e Diretor da mesma faculdade. Embora a sua obra seja maioritariamente no âmbito da geografia, algumas das publicações são importantes para o estudo do passado como *Viseu. Estudo de uma Aglomeração Urbana* (1925) e *Antiguidades Pré-históricas de Lafões* (1921a). Colaborou em mais de dez periódicos regionais e nacionais. Os seus biógrafos também dão conta dos cadernos de campo onde registava um sem número de anotações, reflexo de uma imensa curiosidade (Oliveira, 1994).

Orlando Ribeiro (1911- 1997) nasceu em Lisboa; licenciou-se em geografia e história, em 1932, e doutorou-se em ciências geográficas, em 1935, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Além da história e geografia interessou-se por antropologia e etnografia.

Amorim Girão foi o primeiro académico a realizar um estudo científico que aborda a história local. Embora *Viseu – Estudo de uma aglomeração urbana*³⁴² seja uma monografia geográfica em que o autor criou modelos de interpretação urbana do burgo, que visam a compreensão e evolução da cidade, também introduz a história local que comprova com os vestígios materiais do passado. Como afirma,

o estudo geográfico duma aglomeração urbana, deve [...] entender-se como o estudo dessa aglomeração considerada um organismo vivo, procurando sempre determinar a relação das suas diversas fases de crescimento com os factores naturais imutáveis e constantes, e com factores doutra ordem, sempre variáveis, por vezes difíceis de ver [...].

(Girão, 1925: 1)

Um pouco à frente considera que se tem atribuído um papel preponderante às causas geográficas, topográficas e económicas, “quando importa ter sempre em linha de conta as causas históricas, cuja acção, com não ser tão facilmente determinável ou directa, nem por

³⁴² Girão, A. (1925). *Viseu – Estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra Editora, foi uma dissertação apresentada a concurso para assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

isso, é muitas vezes menos profunda.” (*Idem*: 1-2). Desde a ocupação romana até ao século XX percorre a história da cidade, a sua origem e povoamento, assim como todo o património. Além de outras fontes, recolhe informações em obras publicadas pelos seus conterrâneos ou, praticamente, em todos que escreveram sobre Viseu: Botelho Ribeiro Pereira, Padre Leonardo de Sousa, Francisco Manuel Correia, Berardo, Maximiano de Aragão, Almeida e Silva, José Coelho.

De acordo com o geógrafo, tal como os castros de Santa Luzia e da Senhora do Crasto, a poucos quilómetros de Viseu, a cidade tem também uma origem castreja, devido à sua boa localização geográfica, que corresponde ao núcleo de povoamento mais antigo. Ao longo do tempo, o castro, no morro da Sé, foi sucessivamente ocupado, embora não tenha havido vestígios dessa ocupação,³⁴³ até que os romanos marcaram a sua ocupação com a construção de muralhas³⁴⁴ à volta da cidade, urbanizando-a, constituindo assim uma cidade geométrica localizada na Regueira, no sopé do antigo castro (Girão, 1925: 34). Para comprovar as suas afirmações, além dos mais antigos documentos medievais, o geógrafo apresentou o estudo dos vestígios e vias romanas³⁴⁵ que passavam por Viseu, que demonstram a importância da cidade nesta época, que se situava num entroncamento viário.³⁴⁶ Para o autor, Viseu teria nascido da convergência das vias romanas (identifica pelo menos oito e comprova a sua existência pelos respetivos marcos miliários), fixada no local ainda hoje designado como Regueira – *omphalos* da cidade romana. O morro da Sé e

³⁴³ “(...) não nos consta que tenham aparecido no chão da cidade outros vestígios materiais dos tempos pré-históricos; e apenas o Sr. Almeida e Silva em artigo há pouco publicado no jornal de Viseu *A Beira* diz ter encontrado, no monte Salvado, machados de pedra e outros restos dos tempos Neolíticos.” (Girão, 1925: 12). Sondagens mais recentes, na Praça D. Duarte, contígua à Sé, identificaram estruturas de habitação com materiais característicos de um período que vai do século III a.C. à ocupação romana (Carvalho, 2005; Carvalho e Valinho, 2001) que confirmaram a existência de um antigo castro pré-histórico.

³⁴⁴ Um trecho da muralha romana foi encontrado mais tarde, quando se procedia à construção de um parque de estacionamento subterrâneo. A muralha foi escavada em duas fases: a primeira em 1994/95 no Largo de Santa Cristina e a segunda em 2004/2005 nas obras de remodelação da Rua Formosa. O troço de muralha localizado na rua Formosa, o troço mais monumental, pertencia ao Baixo Império (segunda metade do século III) e o outro, mais destruído e mais antigo, data dos finais do século I/inícios do II. Sobre este assunto cf. Carvalho, P. S. e Cheney, A. (2005). A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica. In *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lucus Augusti como paradigma : actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29. XI. 2005) en el V aniversario de la declaración por la UNESCO de la Muralla de Lugo como Patrimonio da la Humanidad*. (pp. 729-745). Lugo: s/e.

³⁴⁵ Orlando Ribeiro contesta o elevado número de vias romanas que Amorim Girão, e outros autores, pretendem ter a sua origem em Viseu (Ribeiro, 1957). Sobre as vias romanas que partiam de Viseu, cf. Vaz, 1983.

³⁴⁶ Cf. Alves, C. (2009). A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: O alcácer e o Castelo de Viseu (Séculos XII-XIV), In Coelho, M. H., Gomes, S. A., Rebelo & A., M., R. (coord.), *A Guerra e a Sociedade na Idade Média* (p. 77-91). Torres Novas: SPEM.

a Regueira foram, assim, os polos de desenvolvimento da antiga cidade e seriam fortificados, havendo duas muralhas diferentes.

A documentação medieval referida é a do cabido da Sé de Viseu, dos séculos XI e XII, doação de Fernando Magno confirmada pelos condes D. Henrique e D. Teresa que se refere ao *murum vetus* que, em sua opinião, devia ser a muralha romana que protegeria a cidade romana da Regueira; a documentação citada já era conhecida de Botelho, Berardo e Aragão,

Considera a Cava um acampamento romano que deve ter tido na sua origem a intenção de ser permanente – *castra stativa*. Mais tarde, depois de ter lido um artigo do geógrafo inglês E. H. Dobby sobre o monumento coloca a seguinte hipótese, sem renunciar à construção romana da Cava:

Não estaremos nós em Viseu perante um fôssco ou vala aberta com o fim de drenar ou irrigar um importante tracto de terreno, adaptando-o à cultura do solo, como na Cava do Ebro? Estaremos, assim, em face de uma antiga obra de hidráulica agrícola, só posteriormente adaptada à defesa e com tentativa, até, segundo reza a tradição, de mudança da cidade para dentro do seu perímetro?

(Girão: 1936: 18)

Posteriormente, juntamente com Oleiro (1953) descreve o fosso da Cava, inundado pelas águas do rio Pavia e do seu afluente e do qual hoje ainda se conservam vestígios.

Num pequeno artigo publicado na *Beira Alta*,³⁴⁷ Girão discorre sobre as mais recentes interpretações relativas à origem e função da Cava, recuando até às dos primeiros cronistas. Refere, que como a Cava se localizava num sítio sem qualquer elevação, os romanos instalaram alguns postos de vigia no morro da Sé, da Esculca e no castro de Santa Luzia,³⁴⁸ onde existia, no lado Norte, um troço de muralha de terra semelhante ao da Cava de Viriato (Girão comenta que quem lhe chamou a atenção para este pormenor foi Alexandre Correia de Lemos, “percursor dos estudos arqueológicos na nossa região”³⁴⁹) (Girão, 1944). De Schulten confessa que lhe confidenciou que o monumento era um grande enigma. Aponta, novamente, a função do fosso para irrigação, até que apresenta as semelhanças entre a Cava e o acampamento romano de Antanhol, concluindo que se trata

³⁴⁷ Girão, A. A. (1944). Cava de Viriato. *Beira Alta*. 3:1, Viseu, pp. 69-75.

³⁴⁸ Devido às escavações ali realizadas, sabemos hoje que o castro de Santa Luzia não teve ocupação romana.

³⁴⁹ Sobre Alexandre Correia de Lemos, como investigador, nada conseguimos descobrir, apenas que era um militar de carreira.

de uma *obra de defesa romana*, corroborando as teses de Herculano, Berardo e Botelho Ribeiro (Girão, 1944: 75).

A ocupação e a importância de Viseu na época romana³⁵⁰ conquistaram a atenção de outro geógrafo. Orlando Ribeiro, quanto à génese da ocupação de Viseu, discorda da dualidade de centros urbanos defendida por Amorim Girão, sustentando que o desenvolvimento da cidade reside na sua “dupla vantagem do escarpado” e “da proximidade do rio”, concluindo que “pode conjecturar-se a existência dum povoado da época romana- ou antes dum castro que teria persistido e onde se ergueu um muro de defesa [...]. Viseu nasceu, assim, no morro onde ainda se conserva o seu núcleo primitivo”,³⁵¹ morro da Sé, (Ribeiro, 1970: 214) e, ao contrário de Amorim Girão, acredita que não foi um centro urbano importante, mas um “povoado insignificante, a que nenhum texto antigo menciona o nome (...)”, só começando a ter alguma importância quando se tornou sede da diocese suevo-visigótica e durante a Reconquista. Também nega a existência, admitida por Amorim Girão, de um povoado romano na parte baixa da cidade, na Regueira (1970: 218), considerada por ele um simples arrabalde, devido à ausência de um largo no interior da Regueira e à rua demasiado ampla para uma rua de cidade romana. Para o seu estudo apoiou-se “em materiais históricos e arqueológicos” (*Idem*: 228).³⁵² Basicamente, a tese de Orlando Ribeiro³⁵³, nas palavras de Alarcão, resume-se ao seguinte: “A cidade suevo-visigótica e alto-medieval ocupava a colina da Sé. Fora das suas muralhas foram-se criando

³⁵⁰ Hoje sabemos que o centro nevrálgico da cidade romana, o fórum, se localizava na área do morro da Sé, pois encontraram-se vestígios nas escavações no Museu Nacional Grão Vasco (Perpétuo, 2002, Vaz, 2010).

³⁵¹ António Cruz, em 1986, em tom de crítica, apontava para a exiguidade de intervenções arqueológicas em Viseu, considerando-as insuficientes para apurar as suas origens. Refere que a Sé é um espaço que carece de uma intervenção arqueológica e conclui “pouco ou nada se sabe sobre o templo que existiu na colina onde hoje se encontra a catedral que conhecemos, pouco ou nada se sabe sobre os outros edifícios que aí se edificaram” (Cruz, 1986: 154). O mesmo autor, ao enumerar os achados de machados de pedra recolhidos na Sé por José Coelho, fundamenta a tese de Amorim Girão ao atribuir a génese do espaço onde se veio a edificar a catedral a uma época pré-histórica.

³⁵² Ciente das lacunas da investigação no terreno e nas fontes escritas, Orlando Ribeiro conclui “Não é impossível que a prospeção metódica, com escavações que nunca se fizeram neste importante centro arqueológico, a pesquisa documental em vários artigos, incluindo o da Sé, e a utilização sistemática dos documentos publicados e dispersos não permitam dar consistência a algumas das hipóteses apresentadas, arredar outras e, sobretudo, chegar a conclusões mais apoiadas e, portanto, mais duradouras.” (Ribeiro, 1970: 228-229)

³⁵³ Orlando Ribeiro realizou outro estudo sobre uma das mais importantes ruas de Viseu, a rua Direita, eixo comercial que atravessava toda a cidade durante a Idade Média. Além da descrição minuciosa da rua, com os seus prédios e comércio, não deixa de identificar o património arquitetónico lá existente e o que a circunda. As alterações que marcaram a cidade no dealbar do século XX, em que se abriram os principais eixos de circulação e a cidade se modernizou, são facilmente perceptíveis. É um estudo geográfico que compara a rua Direita com outras vias com as mesmas funções e identifica em Viseu dois centros de atividade terciária: a rua Direita, com uma fisionomia tradicional e a rua Formosa, mais moderna (1968).

subúrbios. Um deles foi o da Regueira. Este foi cercado por uma muralha que em 1110 era chamada ‘velha’ (Alarcão, 1989: 52). Orlando Ribeiro, embora admitindo a existência de uma fortaleza romana quadrangular no alto da Sé, chama também a atenção para a fragilidade dos vestígios em que Amorim Girão se apoiou para defender a existência de uma grande rede viária: “restos de calçadas de grandes lages, de largura variável, as designações genéricas de estrada velha e de carreira (carraria= caminho de carro), referências tardias em textos medievais”³⁵⁴ (Ribeiro, 1970: 214). De qualquer forma, como refere Vaz (2007), a partir de Amorim Girão nada poderia ser igual “porque a investigação haveria de ter como base os vestígios que aparecessem e não apenas a especulação” (Vaz, 2007: 718) e nos estudos posteriores,³⁵⁵ sobretudo nos anos oitenta, sobre a cidade todos os autores vão partir das suas hipóteses para concordar ou discordar.

Amorim Girão problematizou outra questão que tem sido, na atualidade, alvo de investigação³⁵⁶ – a localização da Sé primitiva, que a tradição identifica com a igreja de S. Miguel de Fétal,³⁵⁷ à volta da qual se desenvolveria um povoado protegido pela muralha da Regueira, e que, após a construção da Sé, se passou a chamar de cidade velha (Girão, 1935: 36), tese que ele defende. No século XII, o governo condal procede à reconstrução da Sé em estilo românico e Amorim Grão fala até da “construção de uma nova fortaleza no alto onde ela assenta” (*Idem*: 43), tratando-se para ele de uma linha de muralhas para defesa do paço condal e episcopal, que eram contíguos. Amorim Girão associa a transferência da Sé da zona da Regueira para a colina com o paço episcopal e residência dos condes, à volta da

³⁵⁴ Vaz (1991), mais recentemente traçou um itinerário da rede viária romana centrada em Viseu, em que distingue três tipos: uma rede principal (em que identifica sete vias), uma secundária ligando as vias principais e uma vicinal, que complementa a primeira e da qual se conservam poucos vestígios, devido à precariedade da sua construção (Vaz, 1991: 485). Também explicou a centralidade de Viseu no período romano (1997).

³⁵⁵ Vaz (1980) não aceitou a existência de dois núcleos de povoamento e delimitou a zona povoada. Celso Tavares da Silva considerou que Viseu, na época romana, era um importante aglomerado populacional “cuja área comprovada por achados arqueológicos, se estendia das margens do Pavia ao Cerrado e de S. Miguel de Fétal a limites indeterminados a poente da Sé” (Silva, 1983: 29). No alto da colina da Sé está localizado um templo e edifícios da administração pública. No final dos anos 80, Jorge Alarcão (1989) propôs uma delimitação para a cidade romana de Viseu que incluía o Adro da Sé, rejeitando assim os dois núcleos propostos por Girão. Em 1997, Vaz publica a sua tese de doutoramento, *A civitas de Viseu espaço e sociedade*, concordando no geral sobre a delimitação desenhada por Alarcão, considerando que Viseu terá sido fundada no século I.

³⁵⁶ Além de Alves, C. cf. Saraiva, A. (2008). A Sé um templo em transformação. In *Monumentos de Escrita. 400 anos de História da Sé e da Cidade de Viseu (1230- 1639)*(pp. 39-40), Viseu: IMC/MGV.

Sé um templo em transformação” in *Monumentos de Escrita. 400 anos de História da Sé e da Cidade de Viseu (1230- 1639)*, Roteiro da exposição, Viseu, IMC/MGV, 2008.

³⁵⁷ A localização da primitiva Sé em S. Miguel integrada num dos principais núcleos da cidade alto-medieval com uma muralha, é também sustentada por Alves (2009) e Saraiva (2010)

qual se estenderia uma cintura de muralhas edificadas, ao mesmo tempo que se procedia à construção do novo templo. Sobre esta problemática dedicaram-se Orlando Ribeiro,³⁵⁸ Alexandre Lucena e Vale (1971) e, mais tarde, Carlos Alves (2009) que corroboram a existência de um castelo onde decorreram vários episódios da reconquista na zona ocupada pela Sé e suas construções adjacentes.³⁵⁹ O geógrafo chama a atenção para os restos de torres e de panos de muralha, afirmando que “sabe-se que um outro muro atravessava o local do adro, definindo um quadrilátero flanqueado por quatro torres. É este sem dúvida o castelo (...)” (Ribeiro, 1971: 440). Carlos Alves, através da leitura e interpretação de fontes (Alves, 2009) confirma e clarifica a informação de Amorim Girão ao referir que a nova fortaleza junto à Sé é o castelo, atualmente desaparecido, exceto a torre de menagem, que foi adaptada a aljube eclesiástico. Amorim Girão também chama a atenção para a confusão entre as palavras *romano* e *românico*, motivo pelo qual ainda se ouve falar das torres romanas de Viseu. Discorda, assim, de Francisco Manuel Correia que, no seu manuscrito sobre a história da cidade de Viseu, localizava uma fortificação romana no espaço ocupado pela catedral. No entanto, quanto à existência de uma muralha romana, refere que existem notícias documentais que permitem aceitar a existência de uma antiga muralha na parte mais baixa de cidade, “que, pela antiguidade de alguns documentos que a ela se referem, e pela designação que neles se lhe dá, não será arrojado filiar na época romana”. A muralha, segundo o mesmo autor, deveria abranger o atual largo Mouzinho de Albuquerque,³⁶⁰ ia à rua do Arco, Santa Cristina, Prebenda e voltava ao largo inicial. O estudo sobre Viseu tornou-se uma obra de referência da história e da arqueologia de Viseu

³⁵⁸ Ribeiro, O. (1971). Ainda em torno das origens de Viseu. *Beira Alta*, 30, 4, pp. 437- 443.

. Em relação à Sé, Orlando Ribeiro sustenta:

- a existência do castelo da Sé onde decorreram vários episódios da reconquista, que constituiu a única defesa importante até à construção da muralha quatrocentista;
- a fortaleza da Sé, no fim do século XVI, foi utilizada para extrair pedra para outras construções: o paço do bispo e um mosteiro afastado.

Ainda no mesmo artigo, Orlando Ribeiro, baseado numa prospeção arqueológica realizada pouco antes, é de opinião que a Cava de Viriato não deverá ter tido uma ocupação militar permanente, mas apenas de ocasião (Ribeiro, 1971).

³⁵⁹ Orlando Ribeiro comunica o resultado das suas observações das pedras utilizadas na Sé (foi uma verdadeira pedreira para a construção do paço do Bispo e para um mosteiro mais afastado) algumas almofadadas com siglas de canteiro, outras com marcas de *forceps*. Diz o geógrafo que valia a pena fazer a exploração sistemática da base da torre do angulo sudoeste, que não assenta completamente no penedo de granito, mas num aparelho que sugere o *opus incertum* (Ribeiro, 1971: 441).

³⁶⁰ De acordo com Vaz (1997) o percurso seguia pela rua da Regueira (hoje rua de João Mendes, largo Mouzinho de Albuquerque, rua do Carvalho, largo da Misericórdia, rua do Chão do Mestre, rua de D. Duarte, largo de Santa Cristina e novamente rua da Regueira.

pela problemática abordada, à qual o autor procura dar resposta através das fontes escritas e materiais.

A partir de 1922, Amorim Girão publicava semanalmente no jornal *A Beira*,³⁶¹ numa secção intitulada *Arte e Sciencia- Coisas e Loisas*, vários artigos sobre vias romanas, marcos miliários (encontra cinco), inscrições epigráficas, etimologia de algumas palavras como Viseu,³⁶² vestígios romanos no concelho e no distrito de Viseu. Alguns desses artigos servirão de ensaio para a elaboração da sua obra sobre Viseu. Apesar de geógrafo, em todos os artigos é perceptível o grande interesse e prazer com que escreve acerca dos vestígios do passado da sua região. Sobre os artigos publicados menciona que “são crónicas sem grande pretensiosismo com o objetivo de interessar o maior número de pessoas”.³⁶³ Apesar de académico, não descurava esclarecimento de quem conhecia os locais e, por isso mesmo, solicitava informações aos leitores que, posteriormente, incluía nos seus escritos. Assim, publica o artigo “Inquérito sobre estradas romanas”,³⁶⁴ pedindo informes sobre as mesmas, mas como pedagogo que também é, não negligencia uma prévia lição sobre a estrutura, cronologia e materiais deste tipo de vias. Posteriormente, agradece “a valiosa cooperação de todos os que teem correspondido ao apelo aqui feito sobre estradas romanas”, o que revela “com quanto carinho vão sendo olhadas as antiguidades da nossa terra”.³⁶⁵ O público-alvo a quem se dirige está presente ao redigir os artigos, pois tem o cuidado de utilizar um vocabulário simples e pedagógico:

Os leitores sabem o que é uma antela? Imaginem uma espécie de poço formado por grandes pedras segurando-se umas contra as outras. Diferem das antas apenas em lhes faltar a mês e a galeria, entrando-se nelas por cima e não pelo lado.³⁶⁶

³⁶¹ Tal como José Coelho, nos anos 20 Amorim Girão publicava muitos artigos, que faziam parte do “livro em preparação” e outros resultantes das suas pesquisas para os jornais locais, *A Beira*, *Jornal da Beira*, entre outros.

³⁶² Partilha a teoria da época que derivava da palavra Viso (diminutivo de Visello) que associa a uma elevação de terreno- Girão. A. (1921, 23 de Janeiro). Viseu- Vizeu. *Notícias de Viseu*, p.1. Naquela localidade, o Viso, encontra uma capela muito antiga outrora dedicada a Nossa Senhora do Viso que o faz supor da existência de uma antiga povoação castreja – Girão. A. (1921, 13 de fevereiro). Antiguidades do Viso. *Notícias de Viseu*, 1.

³⁶³ Girão, A. (1923, 4 de novembro). Arte e Sciencia- Coisas e Loisas- A margem das “Notas à margem” sobre arqueologia de Viseu e da Beira”. *A Beira*, p. 4.

³⁶⁴ Girão, A. (1922, 22 de novembro). “Coisas e Loisas- Inquérito sobre estradas romanas”. *A Beira*, p. 4

³⁶⁵ Girão, A. (1922, 27 de dezembro). Arte e Sciencia- Coisas e Loisas- Estrada romana de Viseu- ao Porto. *A Beira*, p. 4.

³⁶⁶ Girão, A. (1920, 25 de Dezembro). Viseu Arqueológico. Mamoinha do Senhor do Pedrão. *Notícias de Viseu*, p. 2.

A sua preocupação com a validade científica impelia-o a lamentar que no segundo Congresso Beirão se tenha imputado a autoria de muitos monumentos, erradamente, a romanos e árabes “captivos do velho sestro nacional de só admirar aquilo que do estrangeiro vem, ou que a gentes estranhas pode atribuir-se”³⁶⁷ ou acerca do nome atribuído a Viseu (*Viseu, cidade da Vaca?*) conclui que não existam documentos para chegar a conclusões seguras.³⁶⁸ Admite não se poder explicar etimologicamente o topónimo Viseu (1942). O seu cuidado com o rigor vai obrigá-lo a questionar vários artigos do pintor Almeida e Silva publicados no jornal *A Beira*, na secção “Arqueologia de Viseu e da Beira” (“Notas à Margem”), exortando-o a provar algumas das suas afirmações.³⁶⁹ No estudo que José Coelho faz sobre as inscrições do Viso, publicado no jornal *Voz da Verdade*, Amorim Girão, fiel ao rigor, chama a atenção do arqueólogo de que as mesmas inscrições já tinham sido estudadas por Berardo.³⁷⁰ Em artigo publicado no jornal *Política Nova*,³⁷¹ transcrito de outro jornal, Amorim Girão critica a interpretação de Rogério de Azevedo e de Cristóvão Moreira de Figueiredo, considerada por ele errónea, sobre algumas inscrições publicadas na revista *Beira Alta*.³⁷²

9.1. Amorim Girão e a arqueologia

Amorim Girão, embora não tenha publicado nenhuma monografia sobre a arqueologia no concelho de Viseu, os artigos escritos com os títulos de “Viseu Arqueológico” ou “Terras da Beira” para o jornal *Notícias de Viseu*, bem poderiam ser a génese de um trabalho mais elaborado. Nos vários escritos descreve as gravuras rupestres (sobre as mesmas até proferiu uma conferência no Instituto Etnológica da Beira³⁷³), as mamoadas e dólmenes (uns já descobertos, outros que descobre), os castros, acompanhando sempre as suas narrações com as descrições geológicas do terreno. As sepulturas antropomórficas e os vestígios de

³⁶⁷ Girão, A. (1923, 11 de novembro). Arte e Sciencia- Coisas e Loisas- A margem das “Notas à margem” sobre arqueologia de Viseu e da Beira”. *A Beira*, p. 4.

³⁶⁸ Girão, A. (1922, 20 de agosto). -“Arte e Sciencia- Coisas e Loisas- Marcos miliários das Benfeitas. *A Beira*, p. 4.

³⁶⁹ Girão, (1923, 4 de novembro).A. Arte e Sciencia- Coisas e Loisas- Sobre as antiguidades romanas da Serra da Estrela. *A Beira*, p. 4.

³⁷⁰ Coelho, J. (1927, 19 de outubro). Notas Arqueológicas – Berardo e as Inscrições do Viso. *A Voz da Verdade*, p. 2.

³⁷¹ Girão, A. (1956, 29 de outubro). Delírio de interpretação arqueológica. *Política Nova*, p. 3.

³⁷² José Coelho aproveita esta notícia para ironicamente afirmar “o admirável conceito da revista *Beira Alta*”, já que nesta altura ele se tinha incompatibilizado com Alexandre Alves e Cristóvão Moreira de Figueiredo (*CNA* nº 110, 20 de setembro de 1955, fl. 41). A sua opinião em relação à revista é muito crítica, afirmando que a mesma “tem admitido tudo” (*Idem*, 7 de novembro de 1955, fl. 46).

³⁷³ Anónimo. Instituto Etnológico da Beira (1921, julho 17). *Notícias de Viseu*, p. 3

calçada romana, também são inventariados e é debatida a etimologia³⁷⁴ de Viseu. Num pequeno artigo intitulado *Um passeio arqueológico nos arredores de Viseu*, que resultou das deambulações por Lafões e Caramulo,³⁷⁵ cujos passeios, sozinho ou acompanhado, munido de uma carta geográfica, se transformaram em autênticos levantamentos arqueológicos, elaborando o inventário do que encontra: dólmenes e mamoaas, castros, como a *Senhora do Crasto*, penedos com fossetes, vestígios de vias romanas. Num dos passeios fez-se acompanhar do Dr. Alexandre Correia de Lemos,³⁷⁶ que o informou dos vestígios existentes, e percorre algumas áreas das freguesias limítrofes de Viseu, como Cavernães, Mundão, Rio de Loba, Campo e Couto de Cima onde encontrou os dólmenes da Lobagueira (Couto de Cima). Visita alguns monumentos estudados e escavados por José Coelho, como Mamaltar de Vale de Fachas, destacando na zona “alguns dos mais importantes monumentos megalíticos da Beira e do país” (*Idem*: 1). Nas imediações de Vale de Fachas, na presença de Penedo Lorado, classificado por José Coelho como um dólmen, Amorim Girão diz tratar-se de um abrigo natural em forma de mesa.

Realizou um inventário sistemático do megalitismo da Beira Alta, que publicou no *Arqueólogo Português*³⁷⁷ Nas *Antiguidades Pre-Históricas de Lafões* (1921a), assinala e descreve mamoaas e antas pertencentes ao concelho de Viseu como a *Mãozinha do Senhor do Pedrão* (freguesia de Torredeita) em que confessa ter feito *uma ligeira pesquisa* e encontrou materiais do século XIX, provando que houve violação; localiza um castro junto do Casal de Gumiei com duas mamoaas muito próximas. Estes vestígios situam-se na Serra do Mundão, muito próxima de Viseu e uma zona bastante rica em monumentos megalíticos.

Embora confesse o grande interesse pela pré-história, megalitismo e outros temas da história, a sua leitura é, sobretudo, a de um geógrafo, como espelham as conclusões sobre

³⁷⁴ Como referimos são vários os artigos e debates sobre este assunto. Relaciona a origem da palavra com a da povoação e defende que não deriva de *vicus*; o facto de alguns autores aplicarem a Viseu o nome de *Vicus Aquarius*, do *Itinerário de Antonino*, nada tem de plausível, porque na cidade nunca existiram águas termais. A origem do núcleo citadino poderá estar relacionada com uma primitiva *villa*, como se pode concluir da designação local de *Cimo de Villa*, encontrada por Maximiano de Aragão em manuscritos do século XV – Girão, A. (1921, 20 de fevereiro). Viseu ou Vizeu. *Notícias de Viseu*, 1.

³⁷⁵ Girão, A. (1920, 15 de agosto). Terras da Beira. *Notícias de Viseu*, 1.

³⁷⁶ Girão, A. (1920, 7 de novembro). Terras da Beira. Um passeio arqueológico nos arredores de Viseu. *Notícias de Viseu*, p. 1.

³⁷⁷ Girão, A. (1922). Monumentos Pré- históricos do concelho de Viseu. *O Archeologo Português*, 25, Lisboa, pp. 183-189; Girão, A. (1925). Monumentos Pré- históricos do concelho de Viseu. *O Archeologo Português*, 26, pp. 282-288.

megalitismo: “pode dizer-se que esses monumentos megalíticos se localizam de preferência em esplanadas abundantes de água, que fortemente condicionavam a existência do homem primitivo” (1951: 215). No entanto, já não é só o monumento isolado que lhe interessa e, por isso, relaciona a necrópole que encontrou com as proximidades de um crasto:

(...) constituem afinal uma vasta necrópole neolítica, onde foram depositados os restos fúnebres das mais gradas personagens pertencentes àquele núcleo de povoação que assentava ali perto, no cabêço em que se ergue a ermida da Senhora do Crasto.³⁷⁸

A arte rupestre da Beira Alta também foi alvo do seu interesse e atenção, como confirma o estudo *Arte Rupestre em Portugal (Beira Alta)*.³⁷⁹

Amorim Girão publicou um interessante artigo no jornal *Notícias de Viseu* sobre o Castro do Banho, em S. Pedro do Sul. Declarou que a sua classificação como monumento nacional não acautelaria a sua conservação, “com a agravante de tornar sujeitos a estâncias superiores, nem sempre fáceis de ‘pôr em marcha’, os trabalhos que ali hão-de realizar-se.”³⁸⁰ Assim, apelando ao poder local, propõe, em vez disso, o seu restauro para o adaptar a lugar de recreio

Procedendo ao indispensável desaterro dos patamares das muralhas interiores, que daria margem ao aparecimento de outros tantos caminhos (...) Simultaneamente com esses trabalhos proceder-se-ia também à exploração do velho povoada, e à reconstituição, na medida do possível, de algumas das suas habitações mais características (...) Com o espólio encontrado na exploração, poder-se-ia organizar [...] um pequeno museu...

(*Idem, Ibidem*)

Consciente do poder da imprensa como fonte de pressão, louva as publicações sobre o assunto, solicitando a sua continuação: “e quando os nossos clamores se generalizarem, tenho a fundamentada certeza de que todos seremos ouvidos (...)”(*Idem:Ibidem*). Como confessa, com a investigação arqueológica que o leva à edição de *Antiguidades Pré-Históricas de Lafões* pretende divulgar “as antiguidades monumentais, numa parte do país em que elas mais teem sido vilipendiadas” (Girão, 1921a: IX).

³⁷⁸ Girão, A. (1920, 7 de novembro). Terras da Beira. Um passeio arqueológico nos arredores de Viseu. *Notícias de Viseu*, p. 1

³⁷⁹ Girão, A. (1925a). Arte Rupestre em Portugal (Beira Alta). *Biblos*, I, 3, pp. 81-95.

³⁸⁰ Girão, A. (1922, 29 de outubro). Terras da Beira. Viseu Arqueológico... ‘O Crasto’ de Banho. *Notícias de Viseu*, p. 1.

Em Amorim Girão, o interesse pelo património, sobretudo o arqueológico, revela-se na constante procura nas paisagens, rodeadas pelas serras e vales da região do Vouga, dos vestígios da intervenção do homem. Licenciado em ciências históricas e geográficas, geógrafo por opção, para ele as paisagens possuíam “duas dimensões, uma física, que mais ou menos espetacularmente, era a estrutura básica do conjunto; outra humana, que na sua variedade era o retoque de marca do homem no seu percurso histórico” (Oliveira, 1994: 3)”.

10. José Coelho - os textos sobre a investigação arqueológica no concelho de Viseu

José Coelho (1887- 1977) nasceu em Travassós de Cima, freguesia de Rio de Loba, concelho e distrito de Viseu. Com uma licenciatura em ciências históricas e geográficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (1912) foi professor do Ensino Secundário no Liceu Nacional de Viseu, desde 1912 e reitor no mesmo estabelecimento de ensino entre 1919 e 1922, requerendo nesta data a exoneração do cargo. Durante este período conseguiu transferir o liceu para o edifício do *Sacré- Coeur*, atual Escola Superior de Educação.

Em 1937, foi compulsivamente afastado do ensino, embora sem nenhuma culpa formalizada, por não ter subscrito um telegrama para Salazar, em que o corpo docente expressa a sua solidariedade e repulsa perante o atentado de que foi alvo; após ter apresentado um recurso, foi reintegrado na docência, em 1951. Durante a sua atividade como professor praticou uma didática e pedagogia inovadoras no ensino da História, divulgando os monumentos e ensinando os alunos a apreciar e valorizar o património. Numa época em que esse recurso pedagógico não era utilizado com muita frequência, saía da sala de aula e realizava visitas de estudo com os seus alunos à sua casa, onde lhes mostrava os achados arqueológicos que ia recolhendo, à Cava de Viriato, às muralhas com o intuito de reconstituir o seu percurso, à Catedral, onde lhes fazia notar o aparelho romano almofadado das torres e muros. Em algumas dessas saídas, o professor e os seus alunos encontraram materiais arqueológicos de importância histórica (Alves: 488), como um marco miliário do tempo do Imperador Augusto³⁸¹ a servir de esteio a uma parreira, em Moselos, perto de Viseu. Estas descobertas foram um precioso auxílio para José Coelho mostrar aos alunos a importância de Viseu como capital de *civitas* na época romana. Estes e outros achados, como José Coelho afirma, nomeadamente em artigos na imprensa local, guardava-os na sua casa, esperando depois que fizessem parte do acervo do futuro Museu Etnológico da Beira,³⁸² por isso não se considerava um colecionador mas, antes, justificava “que se tem limitado a resguardar em sua casa todas as espécies com que se tem deparado

³⁸¹ Este e outro marco miliário, mais tarde encontrado, foram estudados por Lothar Vickert e fazem parte de um suplemento ao *Corpus Inscriptionum Latinarum* de Emil Hübner.

³⁸² Coelho, J. (1926, 30 de outubro). Notícias Arqueológicas. Descoberta de um marco miliário da via romana de Viseu a S. Pedro do Sul. *A Voz da Verdade*, p. 2.

ou tendo descoberto em via de se perderem por dano ou destruição” (CNA nº 115, 13 de Agosto de 1957, fl. 22v.)

Além da arqueologia e epigrafia,³⁸³ José Coelho, graças ao seu espírito curioso e universal, apresentava interesses muito diversificados e, como salienta Vaz “nenhum campo da cultura lhe foi estranho” (Vaz, 1979: 545), apesar dos seus principais focos de interesse terem sido a arqueologia, tal como o provam as obras publicadas, a coleção de materiais que reuniu ao longo da sua vida e a defesa do património plasmada na sua ação. Anotava metodicamente todos os achados e informações nos *Cadernos de Notas Arqueológicas*³⁸⁴ (1916-1968), muitos deles resultantes das suas deambulações por todo o distrito de Viseu, cerca de cento e cinquenta, ilustrados com desenhos, esquemas e até decalques, que irão servir de base aos seus estudos científicos, posteriormente publicados. Anotou e publicou dezenas de estações arqueológicas, com a respetiva localização e descrição do que observava. Vaz (1997) afirma que todas as estações publicadas por José Coelho estão corretas, bem localizadas e descritas. Durante décadas, periodicamente, participava os seus achados e descrevia as lutas para preservar o património da sua cidade. Os artigos de José Coelho não foram ainda inventariados na sua totalidade, mas são muitas dezenas. Alguns foram reunidos em volume pelo próprio autor.

Era um erudito local que conhecia e trocava correspondência com os arqueólogos, epigrafistas e historiadores seus contemporâneos como Pinho Brandão, Manuel Heleno, Henri Breuil, o casal Leisner, Irisalva Moita, A. Schulten³⁸⁵, H. Obermaier, Scarlat Lambrino, entre outros.

José Coelho passou as décadas de 20, 30 e 40 a escrever e reescrever centenas de artigos que se encontram publicados nos jornais de Viseu, noutros jornais da região, comunicações a congressos, estudos em revistas e obras de autor. A dificuldade em realizar o inventário da sua obra é a grande variedade e número de lugares onde publicava os artigos. Por sua vez, alguns são publicados nos periódicos e depois utilizados para as publicações que edita

³⁸³ Faz a leitura das inscrições do Viso, já anteriormente estudadas por Berardo, que publica no jornal *A Voz da Verdade* (entre 9/11/1927 e 14/1/1928). Aponta algumas incorreções, mesmo na sua reprodução, concluindo que Berardo não contactou diretamente com as inscrições – Coelho, J. (1927, 19 de novembro) – *Notas Arqueológicas*. Berardo e as Inscrições do Viso. *A Voz da Verdade*, p. 2.

³⁸⁴ Sobre os *Cadernos de Notas Arqueológicas* cf. Cruz, A. J. (1981). Os ‘Cadernos de Notas Arqueológicas’ do Dr. José Coelho e a sua Coleção Arqueológica. *Beira Alta*, 40, 1, pp. 157- 165.

³⁸⁵ No CNA nº 118 descreve a visita de Schulten, nos anos 30, à Cava de Viriato e com quem vinha trocando correspondência, notícia cujo recorte se encontra no CNA nº 6 (fl. 20).

ou *vice-versa*. Amiúde, aproveita algum artigo, altera um ou outro parágrafo ou o título e publica novamente. Os temas variam, pois versam a história, a heráldica, a biografia de personagens com alguma relevância histórica na região, a história de arte, a epigrafia, paleografia, etnografia e a arqueologia. Contudo, a maior parte dos escritos são dedicados à arqueologia, à defesa do património, e encontram-se compilados em separatas, coletâneas e outras publicações, normalmente edições de autor. Mas nem todos os artigos foram reunidos, embora alguns ainda se encontram perdidos na imprensa local, e seria importante juntá-los, usando-os como fontes para investigação da região, uma vez que estudou manuscritos e vestígios arqueológicos que hoje se encontram desaparecidos. Porém, esses artigos destacam-se sobretudo pela sua forma de “comunicar a um público não especializado as investigações que então se faziam”. Semanalmente, na imprensa local, demonstrava “como se fazia uma história”, apresentava “os seus instrumentos e as suas regras de quase dar a qualquer um a possibilidade de fazer uma história”, porque esses artigos “mostravam por dentro o labor artesanal de um artífice da historiografia viseense”.³⁸⁶ Além da comunicação das suas descobertas e dos protestos contra a incúria de alguns em relação ao património, também, com alguma frequência, enviava artigos para os jornais comentando incorreções que, na sua perspetiva em defesa do rigor, deveria corrigir. Por exemplo, num artigo dedicado à Cava de Viriato fez várias correções a artigos sobre o monumento, publicados anteriormente no mesmo jornal, desmentindo que tenha sido palco de lutas entre Viriato e os romanos, que não foi obra de Caio Negídio, mas sim de Bruto Calaico ou Júlio César, que não possui treze ou onze lados, que os seus muros não tinham sido guarnecidos de cantaria, que tinha quatro portas e não cinco.³⁸⁷ Professor e arqueólogo a viver numa pequena cidade de interior, longe das grandes bibliotecas, mantinha-se sempre atualizado sobre as últimas edições que continham as mais recentes informações científicas. Nos anos quarenta, cita Bosch Gimpera,³⁸⁸ Martinez Santa Olalla e Martin Almagro sobre a cronologia e periodização do Bronze (Coelho, 1947a), por exemplo.³⁸⁹

³⁸⁶ Cruz, A. J. (1984, 25 de outubro). Os Jornais e a Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 5.

³⁸⁷ Coelho, J. (1935, 16 de fevereiro). Uma Carta- Cava de Viriato. *O Distrito de Viseu*, p. 2.

³⁸⁸ Relacionava-se com os vultos que mais marcaram a arqueologia, a história e a etnologia como Bosch Gimpera, M. Gomez, Schulten, Juan Cabré, Hugo Obermaier, Henri Breuil, E. Hernandez Pacheco, Aurélio Cabrera, Vera Leisner e os portugueses Leite de Vasconcelos, de quem fora aluno, Virgílio Correia, Manuel Heleno, Damião Peres e Joaquim de Carvalho.

³⁸⁹ Alguns dos objetos em bronze são recolhidos por ele e outros são oferecidos, sendo provenientes do castro de Santa Luzia e de outros já fora do concelho de Viseu (Coelho, 1947a).

Apesar da grande variedade de temas e do seu vasto saber, não escreveu obras de síntese sobre o passado da região que tanto investigou, “raramente ultrapassou o descritivo”.³⁹⁰

A primeira publicação foi a tese de licenciatura, em 1912, sobre Mamaltar de Vale de Fachas³⁹¹. Este trabalho, no âmbito da pré-história, publicado na coleção *Estudos Pré-históricos*, só é continuado doze anos mais tarde com a *Policromia Megalítica*, que despoletou numerosas publicações de artigos sobre o incidente com Mendes Correia.

O *Plano Geral de Trabalhos a realizar no Instituto Etnológico da Beira*, publicado em 1927, é uma pequena separata com o programa que José Coelho, como sócio fundador elaborou para o mesmo Instituto. Também contém um parecer da comissão que foi constituída para realizar a sua avaliação. Muitos dos itens expostos foram, posteriormente, repetidos noutras publicações e em artigos de jornal, assim como serviram para uma comunicação apresentada no I Congresso Regional da Beira (1921). Júlio de Lemos (1942) informa que o que José Coelho almejava para Viseu, era o que o Instituto Histórico do Minho pretendia para Viana de Castelo. Publica outras separatas, que não são mais do que comunicações em congressos e notícias publicadas nos jornais locais.³⁹²

A sua obra mais importante e volumosa, *Memórias de Viseu (Arredores)* (1941) contém artigos publicados durante dois anos no jornal *Districto de Viseu* (entre 1938-1940, com o título “A Beira Arqueológica e Artística”) e resulta de uma tentativa de compreender a génese e ocupação de um antigo concelho perto de Viseu, concelho de Barreiros que, posteriormente, foi integrado na área concelhia viseense. O estudo abrange, também, grande parte do concelho de Viseu. Começando inicialmente a estudar alguns elementos do património, como confessou, alargou o estudo a outros itens como a demografia, que surge pela primeira vez na historiografia viseense (Cruz, 1981).³⁹³ Assume que a sua obra não se encontra dentro da definição de monografia, e, por isso, propõe o título de *Memórias* (Coelho, 1941) talvez devido à grande dispersão dos temas analisados, – história,

³⁹⁰ Cruz, A. J. (1984, 22 de novembro). Para uma História de Viseu. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.

³⁹¹ Coelho, J. (1912). *A Prêistória e o seu ensino- Mamaltar de Vale de Fachas*, Famalicão: Typographia Minerva.

³⁹² Coelho, J. (1950). Três Templos Romanos, *Separata do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa; (1964); Coelho, J. (1964). Valorização e defesa da Cava de Viriato. *Separata do II Colóquio Português de Arqueologia*, Viseu; Coelho, J. (1928). Cinco Inscrições latinas de Viseu e Imediações, *Separata do tomo VIII das Publicações do XXIII Congresso Luso-Espanhol*, Coimbra: s.e.; Coelho, J. (1942). *Etnologia Regional. II Património Etnológico da Beira*, Viseu.

³⁹³ Cruz, A. J. (1981, 5 de novembro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 5, 8.

arqueologia, arte, geografia, epigrafia, heráldica, genealogia, etnografia, folclore e toponímia de Viseu e seus arredores. O livro suscita uma crítica de Lucena e Vale à qual José Coelho imediatamente responde, provocando uma azeda troca de argumentos.³⁹⁴ Apesar de alguns termos elogiosos, Lucena e Vale considera a obra o aprofundamento de um artigo do *Portugal Antigo e Moderno* sobre o extinto concelho de Barreiros.³⁹⁵ Comenta, também, que a dispersão dos assuntos (arqueologia, história, arte, geografia, epigrafia, heráldica, etc.) tem a vantagem de poder interessar a um público mais vasto mas, no entanto, tem o inconveniente de “nem todas as opiniões emitidas ou afirmadas” serem tidas por “incontroversas” (*Idem, Ibidem*). Além deste reparo, mostra a sua discordância em relação ao estilo artístico de um templo e à cronologia de um túmulo. José Coelho esclarece estes pontos e mostra-se bastante ofendido com várias expressões que Lucena e Vale utiliza para se referir ao seu livro – “um decalque do *Portugal Antigo e Moderno*, “uma colectânea de estudos que andavam dispersos”, “uma compilação de documentos, uns já conhecidos outros novos” – concluindo que ele não terá lido o livro, mas sim folheado. Acrescenta que o trabalho não é “dispersivo”, mas variado e que pretendeu estudar a região “sob os mais variados aspectos” (*Idem, Ibidem*). O assunto ocupa mais quatro artigos do mesmo jornal, com troca de acusações mútuas.

Nas *Memórias...* regista todos os vestígios arqueológicos que surgem um pouco por todo o concelho de Viseu e que publica em vários artigos de jornal: uma necrópole romana na Quinta de S. Miguel, noticiada já na imprensa local (seis tipos de sepulturas diferentes: sarcófagos monolíticos de mármore e de granito, várias sepulturas de lajes de granito, de tijolos e de *tegulae* e imbrices e uma de argamassa dura³⁹⁶), *tegulae*, imbrices, cerâmica romana, pesos de tear, etc, que apareceram junto da igreja paroquial de S. Cipriano. Faz

³⁹⁴ Lucena e Vale, A. (1941, 14 de dezembro). *Memórias de Viseu* (arredores). *Política Nova*, p.4.

³⁹⁵ Cruz (1981) também se mostra crítico em relação às *Memórias de Viseu...*: “Uma enorme quantidade de informações reunidas numa forma perfeitamente arbitrária. Mas nessas páginas sem ordenação encontramos uma tentativa de compreensão de uma paisagem e de um povoamento. Conseguiu-o? A variedade das abordagens talvez o tenha disso impedido. Perdeu-se no meio da confusão (um tanto acrescida pelo facto de a sua publicação se ter iniciado num jornal) - Cruz, A. J. (1981, 5 de novembro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 5, 8.

³⁹⁶ Em 1983 foram feitas ali obras de alargamento da circunvalação de Viseu dirigidas por Monsenhor Celso Tavares da Silva e João Inês Vaz. Como já referimos, foi a primeira escavação arqueológica realizada em Viseu, confirmando-se a existência de uma necrópole (Vaz, 2009). A tradição associa a quinta de S. Miguel ao local de aparecimento da sepultura do rei D. Rodrigo, e é uma das premissas que leva Vaz à seguinte conclusão: “A variedade tipológica assinalada pelo Dr. José Coelho, a tradição que ali coloca o cemitério do tempo dos Visigodos, a longa utilização deste local para enterramentos e a extensão da necrópole antiga, levam-nos a pensar que talvez esta fosse a principal necrópole da Viseu na época romana” (Vaz, 2009: 42).

uma curta descrição da Cava, aponta as suas medidas considerando-a uma fortificação romana, *castra stativa* (Coelho, 1941: 392-394), imputando-lhe quatro portas de acesso e ladeada por duas das estradas romanas que de Viseu iam em direção a Lamego e Porto. Traça, sumariamente, as vias romanas que saíam de Viseu (doze, sem contar as que se bifurcavam perto da cidade) localizando alguns troços, ainda bem conservados de calçada (*Idem*: 11-12). Refere-se ainda a uma estrada, Carreira dos Cavalos, que ele considera medieval, e que decalcava a via romana desde a Porta dos Cavaleiros, uma das saídas de Viseu, em direção a S. João da Carreira (*Idem*: 386-387). Ladeando a Carreira dos Cavalos, situa-se uma quinta em que surgem vestígios que José Coelho considera pertencerem a um templo romano e que vai publicar mais tarde, em separata. Numa pequena nota (*Idem*: 391) indica a existência de um castro pré-histórico nas colinas da Sé e rua Chão do Mestre, seguido de uma fortificação ou castelo romano no sítio da Sé, justificando que na base da Sé se encontra muita pedra com aparelho romano.³⁹⁷ Acrescenta que a cidade foi guarnecida de muralhas e castelo medievais e que a última cinta de muralhas foi iniciada no reinado de D. Afonso V. Anota, também, manifestações tradicionais como as Cavalhadas de Vildemoinhos, a toponímia da cidade e do concelho, por isso a obra não é de puro caráter arqueológico e, apesar da tentativa de interpretação de vestígios, a ausência de uma síntese difícil de elaborar devido à dispersão dos temas e à falta de um fio condutor, é um entrave à sistematização e compreensão do texto.

Tencionava publicar *Monumentos de Arqueologia e História Militar do Concelho de Viseu* em que elabora um inventário com a descrição das fortificações até à Idade Média, agrupando-as em castros pré-históricos e *crastelos*, campo fortificado (apenas inclui a Cava de Viriato) e os recintos muralhados e torres. Inclui no primeiro grupo o castro viseense que abrangia uma área relativamente extensa (colina da Sé e do Soar). Para provar a sua teoria, recorreu à toponímia plasmada em documentos do século XVI. É de opinião que seria mais “um núcleo castrejo ou simplesmente posição fortificada”, como refere Amorim Girão.³⁹⁸

³⁹⁷ Publicado também em vários artigos de jornais: Coelho, J. (1944, 21 de maio). Um cubêlo da muralha medieval de Viseu. *Política Nova*, p. 2.

³⁹⁸ Coelho, J. (1938, 10 de março). De Viseu Antigo- Monumentos de Arqueologia e História Militar do Concelho de Viseu. *O Districto de Viseu*, p.3.

Na separata *Importância de Viseu na Época Romana* (1943)³⁹⁹, José Coelho traça o percurso das 12 vias romanas que, de acordo com a sua ótica, saíam de Viseu. Afirma que na génese de Viseu está “um crasto pré-histórico cujas muralhas de defesa abrangiam as colinas da Sé e do Soar” (Coelho, 1943: 15). Para o comprovar refere a tradição toponímica e a utensilagem neolítica que tem recolhido no local. A toponímia invocada é o *Castro Viseense* citado no *Chronicon Silence*; o *muro da crasta* que surge num alvará de 12 de Setembro de 1534, em que D. João III concedeu ao bispo de Viseu umas casas aí situadas; existia a capela de Nossa Senhora do Crasto, que estava instalada no claustro da Sé. Dos vestígios neolíticos, José Coelho diz ter na sua coleção vários instrumentos recolhidos na área atual da cidade, alguns machados de pedra polida⁴⁰⁰. As construções e reconstruções sucessivas destruíram por completo o castro. Durante a época romana, os romanos ocuparam a cidade e por aqui se estabeleceram, não só na parte baixa da cidade, como refere Amorim Girão, mas na “actual área urbanizada da cidade, como o provam vários restos romanos que por cá têm surgido” (*Idem*: 18) e que o autor tem vindo a registar e a estudar (restos de construções como o templo da Carreira dos Cavalos, esculturas, moedas, inscrições latinas, cerâmicas, mós manuais, necrópole). É categórico quanto à Cava de Viriato, repetindo o que já tinha escrito – diz ser uma fortificação romana permanente, *castra stativa*, para defender o importante “nó viário donde irradiavam cerca de 12 vias que os romanos construíram” (*Idem, Ibidem*) e que deve ter sido construída por Décimo Júnio Bruto ou por Júlio César, no século II a.C.

Na separata *Notas Arqueológicas. Subsídios para o Estudo Etnológico da Beira* (1949), edição de autor, como são a grande maioria das publicações de José Coelho, que condensa os escassos artigos publicados na revista *Beira Alta*⁴⁰¹ e outros nos jornais locais, aborda uma diversidade de assuntos: “notas soltas e por sua vez mesmo notas de ocasião, portanto aparentemente sem plano ou ordenação cronológica” (Coelho, 1949: 7). Começa por

³⁹⁹ Esta separata cita os conteúdos de duas publicações anteriores:

-Coelho, J. (1941). Origens de Viseu. *Documentário Gráfico de Viseu*, Viseu

- Coelho, J. (1942). Antiguidades de Viseu. *Documentário Gráfico de Viseu*, Viseu

⁴⁰⁰ Os achados mais antigos encontrados foi um machado nas *Pedras Alçadas* (CNA nº 2), outro machado de pedra polida na zona da Sé, na capela-mor (CNA nº 109), um terceiro machado e um polidor na Quinta da Via Sacra (CNA nº 117) e um quarto machado no Largo Mouzinho de Albuquerque- Coelho, J. (1938, 10 de março). De Viseu Antigo- Monumentos de Arqueologia e História Militar do Concelho de Viseu. *O Districto de Vizeu*, p. 5. Nos anos 80, Cruz partilhava a opinião de que eram escassos os vestígios arqueológicos para se poder afirmar de um povoamento pré-histórico na cidade – Cruz, A. J. (1984, 12 de abril). Viseu: O Problema da Origem dos Homens. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 8.

⁴⁰¹ Foram oito artigos que José Coelho publicou na revista *Beira Alta*.

informar do achado de duas moedas visigóticas encontradas na freguesia de Rio de Loba e outra de D. Manuel, para além de outros materiais como cerâmica pré-romana e medieval, um pedaço de um machado de pedra polida, uma argolinha em ouro. Publica de novo algumas inscrições em marcos miliários,⁴⁰² destacando o miliário encontrado na rua do Arco, em Viseu, consagrado a Adriano e indicador da milha I.⁴⁰³ Alguns miliários são divulgados em primeira mão nas *Memórias de Viseu*, dos quais os mais importantes pelas suas inscrições são os miliários de Mozelos, e que se encontravam ao longo das doze vias romanas que, segundo José Coelho, irradiavam de Viseu. Divulga, ainda, uma inscrição do século XVII, que se encontrava numa lápide funerária. O terceiro artigo é dedicado às sepulturas dos arredores de Viseu, em que são dadas notícias sobre os sepulcros encontrados na quinta de S. Miguel⁴⁰⁴ (necrópole lusitano-romana), em Repezes, no adro da Sé (sepultura romana de inumação⁴⁰⁵), em Ranhados, Jogueiros, na via Sacra, no largo do Miradouro; umas são antropomórficas, outras não. Também indica que no adro da Sé se deverão encontrar sepulturas pré-históricas, romanas e medievais. Ainda na separata *Notas Arqueológicas. Subsídios para o Estudo Etnológico da Beira* no artigo “Sepulturas através dos tempos”, José Coelho explica a evolução das sepulturas desde o Paleolítico até ao século XVII e, em *Alguns Objectos do Bronze da Beira Alta* faz o estudo das estações do Bronze, a sua cronologia, os objetos aqui encontrados comparando-os com outros descobertos no país.

Em 1960, escreve na revista *Beira Alta* um artigo sobre a Feira Franca.⁴⁰⁶ Como é habitual, antes de escrever sobre a feira, resume alguns temas de arqueologia que lhe são tão caros: a povoação pré-histórica da cidade (que recua até ao neolítico) consolidada por objetos daquela época que se têm encontrado e que ele descreve, juntamente com os da época romana (pavimento lajeado da época romana situado 3 metros abaixo da própria abside, restos de uma coluna na Sé, que já tinha noticiado⁴⁰⁷). Sobre a Feira cita as suas fontes,

⁴⁰² Sobre os miliários, José Coelho refere o estudo *Miliários de Viseu*, adiantando que é uma obra inédita. Provavelmente, nunca terá sido publicada, pelo menos em forma de separata, pois sobre os miliários existe muita informação em outras obras do autor.

⁴⁰³ Coelho, J. (1945a). Notas arqueológicas. II Nótulas epigráficas, *Beira Alta*, 4, 4, pp. 251-255.

⁴⁰⁴ Notícia já publicada nas *Memórias...* Vide *supra*.

⁴⁰⁵ Coelho, J. (1946). Notas arqueológicas, 4ª série, III. Sepulturas dos arredores de Viseu. Monumentos epigráficos, *Beira Alta*, 5, 2- 3, pp. 121-149.

⁴⁰⁶ Coelho, J. (1960a). A Feira Franca de Viseu e o Infante D. Henrique. *Beira Alta*, 19. 3.Viseu, pp. 331-348.

⁴⁰⁷ Estes vestígios romanos, juntamente com as colunas romanas que surgiram na Quinta da Carreira, deveriam pertencer, segundo Vaz, ao fórum romano que o autor localiza na plataforma onde hoje se localizam a Sé e o Museu Grão Vasco (Vaz, 2009: 43).

Leonardo de Sousa e Botelho, além de manuscritos que transcreve para descrever as origens e locais de realização. Sobre a célebre Provisão de D. Afonso V (1960a), em que o rei cede toda a pedra que se encontrasse dentro dos muros da Cava para a construção do Convento de S. Francisco de Orgens (tese já registada por Aragão, Francisco Manuel Correia e Berardo), menciona que foi “prejudicialíssima para a Cava” (1960a: 348) e serve para reforçar a opinião do arqueólogo de que a Cava possuiria quatro portas de cantaria.⁴⁰⁸ Por outro lado, não era estranho o hábito de aproveitar a pedra para outras construções. As propriedades que se situavam dentro da Cava e que eram pertença do rei, transitaram para o cabido que “procurando tirar o maior proveito das terras, removendo-as e amanhando-as, destruiu naturalmente quaisquer obras que o estorvassem, arrasando tudo ... e até muros e fossos” (Coelho, 1960a: 324). O interesse do artigo de José Coelho é o testemunho que dá sobre o início da destruição (a partir do momento em que as terras passam para o cabido e que passam a ser aforadas) das eventuais estruturas que existissem no interior da Cava.

Na revista *Beira Alta* publicou o último artigo, em que revela o resultado da sua investigação sobre os logradouros da cidade⁴⁰⁹. Afirmar que, até 1426, o adro da Sé praticamente não existia, pois até essa data existiam ruínas do castelo. Em 1426, esse local foi doado à Sé para que aí fosse construído um adro para cemitério. Neste artigo descreve a origem dos rossios (largos, praças, parques e jardins) que ficavam dentro e fora da muralha da cidade: os que existiam até 1510, os que foram adquiridos a partir de 1510, até aos que existiam nos anos vinte do século XX. Trata-se do último artigo publicado por José Coelho na revista *Beira Alta*, em 1960, desta vez sobre sítios – os rossios –, numa altura em que o conceito de património se tinha alargado aos conjuntos. Ao mesmo tempo, trata-se de um bem com interesse social, quando só em 1985, na *Convenção de Granada* se amplia o conceito de património aos bens com um interesse social. Não queremos atribuir qualquer sentido visionário a José Coelho, mas sim a existência de um desmedido interesse por tudo o que se relacionasse com o património e a história da sua cidade.

Em 1964,⁴¹⁰ com reedição no ano seguinte, publica *Valorização e defesa da Cava de Viriato*, em que afirma que a Cava foi obra de Décimo Júnio Bruto, enumera as dimensões

⁴⁰⁸ Mais tarde, Alexandre Alves, sustentando a sua argumentação em Botelho é de opinião de que a Cava foi revestida de pedra (Alves, 1988a: 183).

⁴⁰⁹ Coelho, J. (1960). Origem dos Rossios de Viseu, *Beira Alta*, XIX (4), pp. 507-531.

⁴¹⁰ Nesta data, Pinto (1964) publica um artigo na revista *Beira Alta* sobre a Cava de Viriato ao qual José Coelho faz referências lisonjeiras. Refere-se à Cava como “o mais evocativo monumento a atestar a

do monumento (já publicadas nas *Memórias de Viseu*). Informa que em 1936, o monumento possuía quatro portas, guarnecidas de cantaria: porta de Abravezes, porta do Coval, porta de Santiago e porta da Aguieira. Refere que a porta da Aguieira foi destruída em 1882, para se construir um passeio público para ser inaugurado pelo rei D. Luís. Também descreve outras mutilações do monumento, como dois cortes onde se colocaram dois mirantes, “deixando assim duas falsas passagens para a Cava, que é preciso tapar e repor a Porta da Aguieira” (Coelho, 1964: 14).

A sua obra principal, dedicada à epigrafia romana, foi publicada em 1957 com o título de *Notas Epigráficas. Cinco inscrições latinas (de Viseu e imediações)*. Tal como o nome indica, publica cinco inscrições romanas: a inscrição encontrada na rua da Regueira, atual rua João Mendes, um cipo funerário com um baixo-relevo que representa um busto de uma pessoa com uma inscrição na base e que o autor transcreve e faz a leitura, outras duas já encontradas no concelho de Mangualde, uma estela e a “Pedra Escrita” do Castro dos Três Rios”. No estudo *Inscrições da Quinta do Viso* (1928), transcreve e faz a leitura das inscrições dos séculos XVI e XVII existentes naquela quinta, mesmo às portas de Viseu, e que antes tinham sido estudadas por Berardo.⁴¹¹ No final da obra, apresenta as epígrafes romanas da Quinta da Ínsua, Castendo, Penalva do Castelo, transcrevendo uma comunicação de José de Oliveira Berardo à Academia Real das Ciências. Em 1950, na separata *Três Templos Romanos*, resultante da comunicação apresentada ao “XIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências” estuda uma inscrição romana que surgiu na altura da realização das obras no largo da Misericórdia de Viseu. Admite a existência de três templos *lusitano-romanos*,⁴¹² devido aos restos de colunas *lusitano-romanas* de grandes proporções encontrados, dois em Viseu, na Carreira dos Cavalos e na Sé, e outro junto ao velho balneário das Caldas de Lafões. Publica outras inscrições que se encontram já fora do âmbito geográfico do nosso estudo no artigo *Cidades- Mortas*

lusitanidade constitui também o mais antigo certificado histórico (...)” (Pinto, 1964: 62). Considera a Cava um acampamento militar romano permanente e concorda com José Coelho, quando o arqueólogo diz que possuiria quatro portas de cantaria, duas a norte e duas a sul.

⁴¹¹ Mais tarde, dá conta que a cantaria onde estavam gravadas as inscrições foi arrancada (CNA nº 83, fl. 15, 23 de novembro 1946).

⁴¹² Quando se refere a vestígios romanos utiliza o termo *lusio-romanos*.

(*Contribuição para o estudo arqueológico e artístico da Beira*),⁴¹³ em que apresenta duas inscrições romanas: a da edícula do Soutinho e outra de Ínfias, Fornos de Algodres.

São estes os estudos mais importantes de José Coelho, consubstanciados na recolha e descrição de dados, mas em que não existe qualquer tentativa de sistematização.⁴¹⁴ De qualquer forma, em termos de património está subjacente um conceito mais alargado que não valoriza só o critério artístico ou histórico. A metodologia caracteriza-se por uma mudança de paradigma, pois não se limita a elencar e descrever os vestígios materiais, mas também a interpretá-los.

10.1. José Coelho – intervenção arqueológica e defesa do património

A partir de 1912, José Coelho realiza as primeiras intervenções arqueológicas no concelho de Viseu, no dólmen de Mamaltar de Vale de Fachas (freguesia de Rio de Loba). Posteriormente, escava o dólmen da Pedralta (freguesia de Côta), o conjunto de cistas da necrópole do Paranho, já fora do concelho de Viseu e realiza outras pequenas intervenções em Torredeita, numa necrópole medieval, e em Viseu, num conjunto de sepulturas, na avenida Emídio Navarro. Além das escavações, regista nos seus cadernos de campo todos os vestígios arqueológicos de que tem conhecimento.

As descobertas e estudos arqueológicos de José Coelho resultavam das escavações que fazia, mas também de informações dos seus alunos, dos informes que recolhia quando fazia as visitas de estudo e quando observava as obras que se iam fazendo na cidade. Enquanto arqueólogo, José Coelho tinha adquirido os conceitos teóricos no curso da Faculdade de Letras junto de José Leite de Vasconcelos, seu professor. Da descrição das escavações resultaram plantas esquemáticas de monumentos e sítios, decalques e uma pormenorizada descrição do espólio encontrado nos monumentos escavados. Interessavam-lhe sobretudo os objetos, mas não ficava pela simples recolha, procurava ele próprio elementos para a reconstrução do passado.

⁴¹³ Coelho, J. (1948). Cidades Mortas (*Contribuição para o estudo arqueológico e artístico da Beira*). *Ethnos*, 3, pp. 281-289.

⁴¹⁴ Cruz, sobre a obra de José Coelho, faz a seguinte apreciação: “ (...) a obra de J. Coelho é caótica. Vejamos, por exemplo, as suas *Memórias de Viseu*, o seu trabalho de maiores dimensões. Que encontramos? Uma enorme quantidade de informações reunidas numa forma perfeitamente arbitrária. Mas nessas páginas sem ordenação encontramos uma tentativa de compreensão de uma paisagem e de um povoamento. Conseguiu-o? A variedade das abordagens talvez o tenha disso impedido. Perdeu-se no meio da confusão (um tanto acrescida pelo facto de a sua publicação se ter iniciado num jornal) ”- Cruz, A. J. (1981, 26 de novembro). Três séculos de Historiografia viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.

Em relação à metodologia utilizada na escavação pouco sabemos, apesar de alguns trechos das suas resumidas descrições dos trabalhos de campo indicarem algum cuidado na interpretação da relação entre o espólio e a estratigrafia. A recolha de terras e sedimentos em Mamaltar de Vale de Fachas e na necrópole do Paranho, numa época em que ainda não existiam as datações por radiocarbono, são uma prática a assinalar.

Ainda que os trabalhos arqueológicos empreendidos por José Coelho devam ser enquadrados na época, parece-nos que os registos de escavação tão sumários e omissos, contrastavam com as escavações da Comissão Geológica do Reino, e da sucedânea, Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, que aplicavam os princípios da estratigrafia, observavam e registavam detalhadamente para interpretarem e descreverem o resultado da escavação. Parece-nos, pelos poucos registos existentes, que a metodologia com que orientava as escavações era insuficiente.⁴¹⁵ No entanto, o minucioso registo de cada objeto encontrado, a publicação que muitas vezes o acompanhava, a comparação com outros materiais permitem não o considerar um simples amador, mas um investigador que coligiu e interpretou prolixa informação que ainda hoje se revela de grande utilidade para os estudiosos da matéria.

a. Mamaltar de Vale de Fachas

Os primeiros trabalhos arqueológicos de José Coelho⁴¹⁶ foram realizados na anta de Mamaltar de Vale de Fachas,⁴¹⁷ freguesia de Rio de Loba. Trata-se de um dólmen de corredor, distinguindo-se pela sua câmara poligonal alargada e corredor longo; possui, ainda, uma colossal mamoa. Executou aí alguma investigação e recolheu o seu espólio que estudou e publicou no ano seguinte – *A Préhistória e o seu ensino. Mamaltar do Vale de Fachas* (Coelho, 1912), que constitui a sua tese de licenciatura. Depois de visitas regulares, em Fevereiro de 1930, descobriu dois esteios policromados, (CNA nº 5, fl. 39, 9 de

⁴¹⁵ Posteriormente, a anta de Mamaltar de Vale de Fachas foi visitada por Manuel Alvelos e o casal Leisner que recolheram instrumentos como pontas de seta, contas e fragmentos cerâmicos, o que confirma que o arqueólogo não peneirava a terra, como ele próprio confessa (CNA nº 118, 25 de outubro de 1958, fl. 6). Ao mesmo tempo, mostrava-se atento a aspetos importantes que qualquer arqueólogo não descara – nas escavações de Mamaltar de Vale de Fachas concluiu que o dólmen foi violado, porque encontrou “um caco vidrado a meia profundidade” (Coelho, 1912: 57). Nada mais sabemos, pois “de acordo com os cânones da época não era habitual dar à estampa os desenhos de campo.” (Fabião, 2008: 119).

⁴¹⁶ Aos 15 anos já registava alguns achados arqueológicos, como umas sepulturas da “era cristã” em Travassós de Cima (Carvalho, 2013: 15)

⁴¹⁷ Dólmen típico da Beira Alta, com câmara poligonal, corredor longo e, ainda, com uma mamoa bem conservada (Carvalho, 2013).

fevereiro de 1930, e Sobral, 2013)⁴¹⁸ e divulgou os resultados no mesmo ano.⁴¹⁹ José Coelho conseguiu evitar a retirada de um esteio, por um popular, para ser novamente reutilizado. No seguimento deste ato, escreveu um documento – denominado por ele, *carta aberta*⁴²⁰ – ao povo da localidade, que foi publicado num jornal regional, alertando-o para o interesse deste achado e para a necessidade de defesa do património. Para se certificar que a mensagem seria divulgada, imprimiu o mesmo texto e distribui-o na missa dominical. Desencadeou o processo de classificação do monumento através de cartas, que foi publicando no periódico local *A Voz da Verdade*, dirigidas à Câmara Municipal de Viseu⁴²¹ e ao Conselho de Arte e Arqueologia da segunda circunscrição (Coimbra).⁴²² Como professor, a ação pedagógica acompanhava muitas das suas publicações: com frequência explicava termos mais eruditos, relativos à história ou arqueologia ou o tipo de comportamento a adotar quando se encontram vestígios arqueológicos.⁴²³ Do espólio recolhido (dois recipientes, um vaso globular de colo estrangulado e fundo esférico e uma taça hemisférica, com fundo esférico, bordo irregular, que integram a coleção *Dr. José Coelho*; seis machados de pedra polida, duas lâminas de secção trapezoidal, um núcleo, micrólitos em sílex e contas de colar em xisto) faz parte uma placa votiva, cuja novidade são os motivos pintados a vermelho, a única placa pintada que se conhece em contexto megalítico (Carvalho, 2013) e que foi apresentada por Leite de Vasconcelos, num Congresso em Roma (CNA, nº 144, fl. 20, 21 de maio de 1966).

⁴¹⁸ Elizabeth Shee Towig aponta três esteios com pinturas (Shee, 1971: 108).

⁴¹⁹ Coelho, J.(1930). Polycromie mégalithique dans la Beira Alta: *XV^{ème} Congrès International d'Antropologie et Archéologie Préhistorique*, IV^e Session de l'Institut International d'Antropologie (21-30 september 1930). Portugal: s.e., pp.302-308.

⁴²⁰ “Há mais de 30 mil anos já a Vossa região era habitada. Os Vossos antecessores foram homens que, não conhecendo ainda os metais, de que são feitos os vossos instrumentos de trabalho, fabricavam de pedra os seus utensílios e armas, indispensáveis, então, para a defesa. [...] Não sabiam cultivar a terra. Viviam dos frutos silvestres e dos gados [...] saibais que a interessante anta, com sua mamôa de terra e pedregulho que a reveste, é um antigo cemitério ou sepultura, onde gente como nós foi inumada.” Coelho, J. (1927, 5 de fevereiro). Notas Arqueológica-XV. Mamaltar de Vale de Fachas. Carta Aberta ao Povo de Travassós de Cima, *A Voz da Verdade*, p. 2.

⁴²¹ Coelho, José (1927, 12 de fevereiro), Notas Arqueológicas- XVII. O Mamaltar de Vale de Fachas, *A Voz da Verdade*, p. 2.

Em 31/3/27 na Ata da Câmara Municipal de Viseu surge o pedido de José Coelho: “Em face da informação dada pelo vogal sr. Capitão Almeida Moreira, foi deliberado pedir ao Ministério da Instrução para ser considerado monumento nacional o dolmen *Mamaltar de Vale de Fachas* conforme o pedido feito pelo professor do Liceu de Alves Martins, dr. José Coelho”.

⁴²² Coelho, José (1927, 5 de março). Notas Arqueológicas- XIX, Memória dirigida ao muito douto Conselho de Arte e Arqueologia da segunda circunscrição- Coimbra, *A Voz da Verdade*, p. 2.

⁴²³ “[...] um dos melhores benefícios e auxílios que podem prestar, logo que surjam indícios do aparecimento de qualquer espécie de monumentos ou restos do passado, é mantê-los intactos, sem lhes tocar ou sem os alterar em qualquer dos seus pormenores, até que pessoa idónea e competente, a quem o facto seja comunicado apareça a-fim de poder estudar essas espécies surpreendidas *in loco*” (Coelho, 1949: 42).

A preocupação de classificar o monumento para o proteger de atos de vandalismo, atitude recorrente em relação ao património, também foi adotada por José Coelho. Em 17 de Fevereiro de 1927 enviava um ofício à Câmara Municipal de Viseu com os dois últimos exemplares do periódico *Voz da Verdade*, onde tratava do caso da

violação do interessantíssimo dolmen Mamaltar de Vale de Fachas, solicitando de Vossas Excelências a iniciativa do pedido, ao Ministério da Instrução afim de que este seja elevado à categoria de Monumento Nacional, evitando futuros vandalismos. Esperando que Vossas Excelências prestarão este serviço à arqueologia regional (...).⁴²⁴

O monumento foi referido por importantes autores como Leite de Vasconcelos, Amorim Girão, Mendes Correia, Irisalva Moita, Elisabeth Towhig e o casal Leisner⁴²⁵ que o visitou, como o arqueólogo descreve nos *Cadernos de Notas Arqueológicas*⁴²⁶ e como também foi noticiado nos jornais.

Mamaltar de Vale de Fachas foi um marco importante para a arqueologia viseense, pois inaugurou a intervenção arqueológica no concelho.

b. Antas da Pedralta (Côta)

Em 1912, na freguesia de Côta, José Coelho descobriu as antas da Pedralta, mas só publicou os resultados do seu estudo em 1924, na monografia *Policromia Megalítica* (Coelho, 1924). Como refere Carvalho (2013), as descobertas realizadas por José Coelho foram as mais significativas da sua carreira como arqueólogo: se pela primeira vez deu a conhecer, na história da arqueologia, pinturas em monumentos megalíticos do concelho de Viseu, também sofreu aborrecimentos com as atitudes do arqueólogo Mendes Correia, seu contemporâneo.

O próprio arqueólogo relata que quando se dirigia de Viseu a Côta, a cavalo, para visitar o seu pai, identificou cinco mamoaas, entre elas a Anta do Buraco. Após alguns interrogatórios feitos à população local, enceta vários passeios, juntamente com o seu pai. Feito o reconhecimento, registou “mais de uma dúzia de antas”, além de lagares e um “notável Crasto” (Coelho, 1924: 9-10). Depois de ter obtido das autoridades a licença para

⁴²⁴ Ata da Câmara Municipal de Viseu de 17/2/1927.

⁴²⁵ Este e outros monumentos foram depois incorporados na obra póstuma de Leisner, V. (1998). *Die Megalithgräber der Ibeirischen Halbinsel. Der Westen*, 4. Lieferung, Berlin: Walter de Gruyter.

⁴²⁶ “Visitámos o dólmen de Vale de Fachas, que fotografaram e do qual tiraram desenhos, etc. Frau Dr. Georg Leisner encontrou uma conta de pedra preta, igual á que eu lá encontrei e tenho, a qual me deu.” (CNA nº 6, fl. 6, 3 de maio de 1930) e (Carvalho, 2013: 28)

as explorações arqueológicas, iniciou as escavações, destacando-se a Anta Maior da Pedralta, dólmen de corredor com uma mamoa bastante grande (doze metros de diâmetro), câmara poligonal com dois esteios pintados, detetados logo por ele, mas que não conseguiu estudar nem publicar de imediato, devido a diversas dificuldades. Mais tarde, justificava a demora com a publicação dos resultados do seu estudo, afirmando que prioritariamente se preocupava com as espécies a salvar, o que não era o caso (CNA nº 117, fl. 21, 28 de julho de 1958). Entretanto, cobriu o seu achado com terra, mas foi comunicando as suas descobertas a especialistas de pré-história e a institutos científicos. Do espólio recolhido José Coelho aponta fragmentos de doze vasos diferentes, e instrumentos líticos como um machado em pedra polida, uma goiva, uma lâmina, uma ponta de seta,⁴²⁷ três seixos, um movente e um dormente de um moinho manual. Foram recolhidos ainda 45 grama de carvão vegetal e vários ossos, concluindo o autor do achado pertencerem “a cerca de cinco indivíduos bastante robustos” (Coelho, 24: 16). Outra intervenção foi na Antela de Côta, dólmen com mamoa, de câmara simples constituída por sete esteios, sem corredor de forma poligonal. Do espólio faziam parte dois seixos percutores que estão incluídos na coleção arqueológica “Dr. José Coelho” com os números de registo 143 e 146 (Pipa e Sobral, 1988: 11).

Sobre a Anta Maior de Pedralta, José Coelho confidenciou (Coelho, 1924) a Mendes Correia, arqueólogo e professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a sua importante descoberta – que tinha identificado motivos pintados a vermelho e preto nos dois esteios do lado esquerdo da câmara.⁴²⁸ O professor Mendes Correia, que com certa frequência se deslocava a Viseu em virtude dos laços familiares que o ligavam à cidade, aproveitou para levar dois esteios pintados para o Porto, onde ainda hoje se encontram. Em Setembro de 1924, Mendes Correia comunicava a José Coelho que um dos esteios já tinha sido removido⁴²⁹ para o Instituto de Antropologia anexo à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e que estava prestes a levar o segundo. O acontecimento, que deu origem a um grande movimento em defesa deste achado, de forma a evitar a ida para o

⁴²⁷ Carvalho refere que, de acordo com os desenhos realizados por Vera Leisner, esta peça parece mais um micrólito (Carvalho, 2013: 39-40).

⁴²⁸ G. Leisner publica os desenhos de um dos esteios (1934: Tf. 13, 1), além de outros que descobre no esteio da cabeceira (Leisner, 1934: Tf. 13, 3). Mais tarde, E. Shee Twohig (1981) reproduz, de uma forma mais rigorosa, os desenhos dos esteios cortados, além de outros desenhos que decoravam o esteio de cabeceira e ainda de outro quinto esteio, e que passaram despercebidos a José Coelho e a Mendes Correia.

⁴²⁹ De acordo com Cardoso (2012), Leite de Vasconcelos, em 1907, tinha realizado um ato semelhante ao remover um fragmento de um esteio decorado, do dólmen dos Juncais, para o Museu Etnológico em Lisboa

Porto do segundo esteio, no qual participaram algumas forças vivas da cidade como o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, o Governador Civil, o Diretor do Banco de Portugal, o pintor Almeida e Silva. O ato de Mendes Correia desencadeou uma grande polémica⁴³⁰ e nunca foi esquecido por José Coelho, que não perdia ocasião para lamentar o ocorrido e mostrar a sua indignação,⁴³¹ nomeadamente nos jornais locais (*Voz da Verdade* que, entre 1924 e 1930, publica os artigos de José Coelho sobre esta polémica). De acordo com José Coelho (1924), conivente com o desvio das peças apontou o nome do capitão Francisco de Almeida Moreira, na altura Diretor do Museu Grão Vasco e também professor do Liceu de Viseu, responsável pelo envio do primeiro monólito. A autoria do achado foi mesmo posta em causa,⁴³² mas, no final, e graças às suas diligências, a comunidade científica atribui-o a José Coelho.⁴³³ Durante anos escreveu artigos nos jornais sobre este assunto e publicava as cartas com apelos que dirigia a historiadores como Damião Peres, solicitando apoios nesta causa.⁴³⁴ No entanto, existia alguma imprensa local (como o *Notícias de Viseu* e o *Jornal da Beira* que alimentou a polémica entre José Coelhos e Mendes Correia durante o último trimestre de 1924),⁴³⁵ como aponta Cardoso

⁴³⁰ Trata-se de “uma das mais agitadas polémicas da arqueologia portuguesa”, como recorda Cardoso (2012), que no seu artigo, de uma forma sistemática, descreve todo o conflito entre José Coelho e Mendes Correia, além da respetiva bibliografia sobre o mesmo.

⁴³¹ Coelho, J. (1928, 28 de outubro). Em defesa das nossas espécies culturais. Bárbaras mutilações de espécies preciosas arrebatadas a Viseu por Mendes Correia, *Jornal de Viseu*, p. 4.

O seu discurso inflamado chega a sugerir “que é absolutamente justificado um movimento da cidade tendente a opor-se à saída de quaisquer preciosidades arqueológicas, históricas ou artísticas”, Coelho, J. (1924, 11 de Setembro). A descoberta de pinturas policromas rupestres no Neolítico. Um caso grave. *A Voz da Verdade*, p. 2.

⁴³² Até o professor Amorim Girão, num artigo publicado sobre arte rupestre em Portugal, refere como autor da descoberta do dólmen de Côta com os esteios policromados o professor Mendes Correia. José Coelho corrige o equívoco na *Policromia Megalítica* e num artigo de jornal – Coelho, J. (1928, 25 de fevereiro). Notas Arqueológicas-Liquidação de contas. *A Voz da Verdade*, p. 3.

⁴³³ Cardoso (2012) refere que, se inicialmente Mendes Correia confessou que foi informado da existência das pinturas no dólmen por José Coelho, mas em publicações posteriores o nome de José Coelho é omitido. Posteriormente, explica que não comentava os insultos proferidos por José Coelho, por não possuírem qualquer carácter científico. Mais tarde, em 1933, admite que José Coelho viu as pinturas antes, e que falou com ele sobre as mesmas. José Coelho, para se defender, lembra que os seus artigos sobre o mesmo achado foram publicados no periódico *Voz da Verdade*, antes da obra de Mendes Correia (1924), *Os povos primitivos da Lusitânia*, em que refere os esteios policromados de Cota. Cf. Anónimo. (1924, 17 de outubro). O grande crime- Ainda as Pedras de Côta. Falsa situação do sr. Dr. José Coelho, *Jornal da Beira* p. 4; Correia, Mendes (1924). Pinturas e Insculturas Megalíticas. *Revista de Estudos Históricos*, 1, pp. 65-66.

⁴³⁴ Na *Policromia Megalítica* (1924) publica a correspondência trocada com o professor Damião Peres e mostra a sua indignação por aquele historiador não denunciar a situação na *Revista de Estudos Históricos*, como tinha prometido – Coelho, J. (1928, de 21 de janeiro a 25 de Fevereiro). Notas Arqueológicas (Terceira Série). *A Voz da Verdade*.

⁴³⁵ O *Jornal da Beira* transcreve o artigo publicado por Mendes Correia na *Revista de Estudos Históricos* sobre o tema, o que provoca, mais uma vez, grande indignação a José Coelho e, consequentemente, a publicação de mais um artigo – Coelho, J. (1924, 25 de Outubro). As preciosas pinturas rupestres de Côta. As arteirices do *Jornal da Beira*. *A Voz da Verdade*, pp. 1-2.

(2012), que tomava o partido de Mendes Correia,⁴³⁶ justificando o seu ato como uma tentativa de salvar as pinturas, recolhendo-as num sítio mais abrigado.⁴³⁷ Um dos periódicos locais reduzia a questão ao excessivo amor à terra do arqueólogo – “O *Jornal da Beira* que a ninguém cede em bairrismo está ao lado do sábio professor e tem nisso muito honra”.⁴³⁸

Como recorda Lucena e Vale (1959) o próprio Leite de Vasconcelos nas suas deambulações pelo país recolhia espécies arqueológicas ou do artesanato para acumular no museu que dirigia:

E porque a preocupação de tudo absorver continua a ser a norma da relevada instituição, esta é hoje, a par do museu notabilíssimo que é, um armazém monstro onde se acumulam, como em sorvedouro irreplegível, milhares de espécies ‘arrecadadas’, ali inúteis, todavia valiosas para os museus da província, onde poderiam ser expostas com proveito dos estudiosos e melhor serviço da cultura.

(Lucena e Vale, 1959: 365)

As palavras de Lucena e Vale espelham a opinião das elites locais que entendiam que a função social do museu deveria existir em todas as cidades e não só na capital, embora estivesse lá o poder.

c. Necrópole do Paranho

Além do volumoso espólio arqueológico que descobriu e depois estudou e inventariou, José Coelho encontrou várias sepulturas, algumas antropomórficas, escavadas na rocha e no saibro, por vezes aglomeradas em necrópoles de incineração ou de inumação, como a necrópole de Paranhos, do final da Idade do Bronze, situada na freguesia de Molelos, concelho de Tondela, descoberta em 1917,⁴³⁹ (necrópole de incineração). O achado deveu-se a uma informação numa oficina de oleiro (Alves: 489). Depois de ter obtido as devidas

⁴³⁶ O *Jornal da Beira*, na tentativa de defender Mendes Correia, argumentava que as pinturas foram descobertas duas vezes e que o único culpado de elas se perderem foi José Coelho que as abandonou durante 12 anos – Anónimo. (1924 17 de Outubro). O grande crime – Ainda as pedras de Côta – Falsa situação do sr. Dr. José Coelho. *Jornal da Beira*, p. 5.

⁴³⁷ “Não se compreende que alguém, conhecedor destes assuntos, vendo taes estilizações, não pensasse em as preservar das intempéries e perigos de toda a ordem e ao mesmo tempo não procurasse varoliza-las perante os meios cultos, descrevendo-as e interpretando-as na medida do possível [...] Que os propósitos hostis com que êle depara e cuja origem não nos ocupamos de acentuar não ficariam bem a Viseu se os perfilhasse pois mostraria um mal entendido bairrismo absolutamente descabido (...)” – Correia, Mendes (1924, 26 de setembro). Viseu, terra d’evocações históricas. *Jornal da Beira*, p.1.

⁴³⁸ Anónimo. (1924, 24 de setembro). O Grande Crime. *Jornal da Beira*, p.1.

⁴³⁹ A descoberta da necrópole de Paranhos realizou-se no decorrer de uma atividade determinada pelo Ministério da Educação. Esta necrópole já não se encontra na área geográfica por nós estudada, concelho de Viseu, no entanto, optámos por a incluir dada a sua importância na atividade arqueológica de José Coelho.

autorizações, iniciou as escavações, tendo publicado, em 1925, os resultados numa monografia – *A necrópole do Paranho. Estudos Prèhistóricos III* – em que descreve a metodologia utilizada na investigação. Os seus desenhos permitem observar pedras dispostas que formam um recinto semi-circular, no interior do qual se dispunham seis cistas, de secção retangular, cobertas com lajes de pedra, contendo algumas vasos. O cuidado na recolha de sedimentos permitiu a Domingos Cruz, no final do século, submetê-los a uma nova análise no âmbito do seu projeto de investigação sobre as práticas funerárias da Idade do Bronze na Beira Alta⁴⁴⁰. José Coelho recolheu cuidadosamente os sedimentos do interior das cistas, numa época em que ainda não existiam as datações por radiocarbono, que permitiram, no final do século XX, a obtenção de datações que correspondem a um período compreendido entre 1150 e 1000 a.C. (Carvalho, 2013: 50). Surgiram, ainda, materiais de bronze, uma mó e uma “pia de pedra”.

Atualmente, a coleção⁴⁴¹ de José Coelho, oferecida pela família à Câmara Municipal de Viseu, juntamente com alguns dos seus *Cadernos de Notas Arqueológicas* está em exposição em Viseu, na Casa do Miradouro, congregando peças obtidas através de intervenções arqueológicas realizadas pelo próprio, recolhas de superfície e ofertas, sobretudo feitas pelos seus alunos, o que revela a preocupação que José Coelho transmitiu com a proteção do que hoje denominamos património móvel.

d. Outras escavações

Em Torredeita, freguesia dos arredores de Viseu, escavou algumas sepulturas de uma necrópole medieval de Santo Estevão (Quinta da Regada) que ele descreveu e desenhou no CNA nº 98 (fls. 45- 46, 29 de outubro de 1950).

Em 1949, na avenida Emídio Navarro, José Coelho foi consultado a propósito de uma necrópole que ele classifica de luso-romana⁴⁴² com três tipos de sepulturas do século IV e posteriores. O arqueólogo iniciou a escavação mas, de acordo com os seus *Cadernos de*

⁴⁴⁰ Cruz, D. (1997), A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viseu). *Estudos Pré-históricos*, vol. V, 85-109.

⁴⁴¹ A coleção foi estudada por Alberto Correia, Cónego Celso Tavares da Silva e Alberto Correia que elaboraram um *Catálogo* com a proveniência e descrição das peças, cf. Correia, A., Vaz, J.L. & Silva, C. T. (1979). Catálogo da Coleção Arqueológica “Dr. José Coelho”. *Beira Alta*, 38, 3, pp. 605- 611. Mais tarde, Cruz (1981a) publica outras peças. Por sua vez, Borges (1979) faz o estudo das mós que pertencem à coleção.

⁴⁴² Nesta zona já Ribeiro tinha referido o aparecimento de duas inscrições funerárias. Vaz, faz a sua leitura (1997: 237-238; 261-262).

Notas, Russell Cortez não autorizou o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos, apresentando documentos que lhe permitiam realizar os trabalhos e utilizou mesmo a força policial para impedir José Coelho de continuar a escavação. Acrescentou, juntamente com Lucena e Vale, que o que se descobrisse seria para o futuro Museu (CNA. nº 102, fl. 33, 29 de maio de 1951), mostrando o seu receio de que José Coelho incluísse os achados da escavação na sua coleção particular. A partir deste incidente as relações entre José Coelho, Lucena e Vale e Russel Cortez deterioraram-se de tal maneira, que o arqueólogo deixou de colaborar com eles em qualquer iniciativa, fosse na revista *Beira Alta*, na criação do museu ou em qualquer outro projeto. A 6ª Secção da Junta Nacional de Educação resolveu enviar um delegado a Viseu, Dr. Eusébio Tamagnini, para proceder a averiguações sobre o caso (*Idem*, fl. 50, 20 de junho de 1951) e decidiu, de uma forma diplomática, convidar José Coelho e Russel Cortez a publicarem os resultados das suas pesquisas sobre a necrópole (CNA. nº 104, fl. 16v., 16 de agosto de 1951), acrescentando que todo o material e documentação deveriam ser recolhidos na secção arqueológica do museu Grão Vasco. Não conhecemos nenhuma publicação sobre os resultados desta escavação, apenas Vaz, pela descrição de José Coelho, conclui que na necrópole haveria sepulturas de inumação e de incineração. O terceiro tipo encontrado é uma cista que ele atribui à Idade do Bronze, apesar do contexto em que surgiu ser romano. Foi uma suposição aliciante que, de acordo com Vaz, e face à confirmação da “existência de um povoado no Bronze Final e na Época do Ferro” (Vaz, 2009: 40-41), poderia apontar para uma longa tradição de enterramentos nesse lugar.

Em todos os *Cadernos* relatava este episódio, além dos procedimentos que encetou, divulgando o caso junto do governador civil e do Diretor Geral do Ensino Superior. Por várias vezes Alexandre Lucena e Vale tentou a reconciliação, mas José Coelho manteve-se irredutível. O desiderato com os investigadores locais (Lucena e Vale, Russel Cortez, Cristóvão Moreira de Figueiredo) foi responsável pelo afastamento do arqueólogo da atividade pública relacionada com o património e da publicação de artigos no jornal, que esmoreceu a partir dos anos cinquenta.

10.2. José Coelho – defesa e conservação

a. A muralha e as portas da cidade

José Coelho envolveu-se na luta⁴⁴³ pela defesa do património da cidade, iniciando uma autêntica campanha de proteção das muralhas da cidade, como ele próprio confessa (CNA, nº 123, fl. 13, 25 de novembro de 1960). Em 1912 e, mais tarde, em 1916, fez parte do movimento cívico que evitou a demolição de uma das portas de entrada da cidade – a Porta dos Cavaleiros,⁴⁴⁴ à entrada na rua do Arco. Os vizinhos da dita porta queriam a sua demolição, que chegou a ser aprovada em sessão da Câmara. A destruição das muralhas com vista ao alargamento das ruas e modernização urbana são procedimentos que ocorreram em cidades como Lisboa,⁴⁴⁵ em que foi destruído o arco de Santo André, antiga porta da cerca fernandina, para que se alargasse a passagem para a nova linha de elétricos, e em Braga (1905), cuja muralha foi derrubada, com a aclamação *delirante* da população local, de acordo com a imprensa da época (Matos, 2002: 122-123), o que denotava a ausência de uma cultura de sensibilidade para tais assuntos.

A abertura de nove janelas na muralha da cidade, em 1927, provocou a sua indignação e reclamou contra a inércia das entidades oficiais, não só perante este atentado patrimonial mas, na generalidade, perante todos os outros por ele denunciados nas páginas dos jornais.⁴⁴⁶ Depois de várias notícias, em que José Coelho exortou o proprietário a tapar as janelas e ele não o fez, o arqueólogo recorreu à Comissão dos Monumentos Nacionais para obrigar “o proprietário a repôr a muralha no estado anterior”.⁴⁴⁷ Em 1928, continuou a denunciar esta situação e, mais tarde volta ao assunto, quando se apercebe de nova destruição da muralha para aproveitamento da pedra, solicitando a intervenção do

⁴⁴³ Outra das suas lutas foi contra os responsáveis municipais para se manter a toponímia das ruas e praças da cidade (Cruz, 1981).

⁴⁴⁴ Sobre a *Porta dos Cavaleiros*, José Coelho, de uma forma irónica, descreve as diligências de um presidente da Câmara que sugeriu a sua demolição e mudança para a Cava de Viriato para servir de ligação ou ponte, entre dois lanços de muros, que tinham sido cortados recentemente – Coelho, J. (1942, 8 de fevereiro). Património Etnológico da Beira III- Zona de Protecção aos Monumentos Nacionais. *Política Nova*, p.2.

⁴⁴⁵ Já em 1728 foram deliberadamente destruídas duas portas medievais: a porta de Santo Antão, para permitir a entrada *solene* do marquês de los Balbazes e a porta da Cruz para permitir a passagem da estátua equestre (Ramos, 2001: 187).

⁴⁴⁶ “Infelizmente, como é do conhecimento do leitor que pacientemente nos tenha acompanhado nesta cruzada, certo elemento oficial em regra quando sai da inércia em que se mantém é quasi só para contrariar a nossa acção prejudicando a cidade e a região que vai pouco e pouco perdendo as preciosidades artísticas e arqueológicas” – Coelho, J. (1928, 29 de abril). *A Voz da Verdade e a Arqueologia*, *Voz da Verdade*, p. 2

⁴⁴⁷ Coelho, J. (1927, 22 de maio). Um crime de lesa-arqueologia. *A Voz da Verdade*, p. 3.

Presidente da Câmara, Governador Civil e das autoridades incumbidas “da guarda e vigilância destas sagradas relíquias”.⁴⁴⁸

Quando do “aformoseamento do largo a sul da Misericórdia” descobriu-se novo troço da muralha que, pouco depois, foi destruída. Lamentou que, no troço da muralha, tenha sido demolido “um saliente de 3m da muralha afonsina e as toscas escadas de acesso ao caminho de ronda, no alto da muralha” e apelou a que se empreendam diligências “tendentes a conseguir, das estâncias superiores, a reintegração e a conservação não só da muralha medieval, mas a de todos os restantes monumentos de Viseu, os quais devem ser integralmente respeitados e restaurados quanto possível”.⁴⁴⁹

José Coelho após ter medido a extensão e espessura do troço destruído, inventariou os materiais recolhidos com o objetivo de serem integrados no futuro Museu de Etnologia: “pedras com rusticado romano”, “pedras com moldura ou campo romano”, “truncos de meras colunas”, “várias pedras que eram construções anteriores o que se vê pelo bom aparelho, ombreiras de portas, etc. E entre elas pedras [com] uma inscrição muito gasta” (CNA nº 75, fl. 24, 17 de maio de 1944). Curiosamente, o arqueólogo classificou estes vestígios romanos como “os alicerces da muralha medieval da cidade”⁴⁵⁰ não especulando sobre o tipo de construção romana que os materiais sugeriam. Atualmente, desconhece-se este trecho de muralha. Para provar a sua tese, transcreve do *Portugaliae Monumenta Historica*, das *Inquisitiones* (1258) “Comparavit unam forariam Regis de uno solido de filis de Pelagio Coquinário in carcava de muro contra Soar” (Coelho, 1941: 441), acrescentando que tal muralha era reforçada por um fosso, pelo menos nos vestígios encontrados na rua do Soar. Esse troço de muralha medieval, de acordo com José Coelho, deveria fazer parte do castelo de Viseu que se prolongaria até à Porta do Soar.

⁴⁴⁸ “Se a princípio tão sacrílegas mutilações são feitas a medo, por fim – animados com o silêncio, se não cumplicidade daqueles a quem tem estado confiada a fiscalização e a guarda do nosso património histórico e arqueológico – acabam por rasgar portais e janelas à vontade, rompendo e demolindo a muralha em toda a espessura”. O artigo continua com a denúncia de José Coelho sobre a destruição da muralha, que narra que o proprietário deixou “apenas a base da muralha que aproveitou para varanda ou terraço! Nesta malfadada Terra tudo é possível, como se vê” Coelho, J. (1944, 25 de junho). Notas arqueológicas V- Ainda a muralha afonsina (séc. XV). *Política Nova*, 2.

⁴⁴⁹ Coelho, J. (1944, 11 de junho). Notas Arqueológicas IV- Em defesa dos monumentos Arqueológicos. *Política Nova*, p.3.

⁴⁵⁰ De acordo com Vaz, tratava-se, provavelmente da muralha romana que seria a continuação de vestígios já descobertos no Largo de Santa Cristina e na rua Formosa (Vaz: 2007)

Mas, apesar da *cruzada* para defender esse troço de muralha empreendendo vários encontros com a edilidade, conseguindo mesmo a suspensão temporária do arranjo do Largo (e a promessa da Câmara de que irá consultar o arqueólogo para o seu restauro), encontrando-se com o governador civil e com Baltazar de Castro, na altura arquiteto da DGEMN, enviando cartas para a DGEMN e para a 6ª secção da Junta Nacional de Educação (CNA, nº 75, fl. 45, 14 de junho de 1944) não conseguiu evitar a destruição – “não foi reconhecido valor arqueológico, artístico ou histórico”⁴⁵¹ – e as obras da Câmara continuaram, destruindo esse trecho da muralha que, entretanto, foi fotografado, desenhado,⁴⁵² e feita reprodução da planta. A notícia no periódico local, do não reconhecimento de valor na estrutura descoberta, foi imediatamente refutada por José Coelho⁴⁵³ que nos seus cadernos mostra a mesma indignação. Foi até suspenso um dos artigos sobre a muralha que ele contava publicar, e outro foi cortado pela censura⁴⁵⁴ como anotava nos *Cadernos*: “pessoa amiga me preveniu que nada dissessem mas que com tal facto... pretendiam abafar a minha acção para destruírem a muralha... descoberta e fazerem as obras no largo como lhes aprouvesse” (CNA nº 75, fl. 50, 18 de junho de 1944). A estrutura que interpretou como sendo um trecho de muralha, no Largo da Misericórdia, foi efetivamente destruída e José Coelho atribuiu a responsabilidade da demolição ao governador civil.

Após todo este diferendo, que ocasionou artigos veementes e exaltados na imprensa local, entidades oficiais como a Direção de Estradas de Viseu (a pedido de estâncias superiores) (CNA nº 83, fl. 40v., 5 fevereiro de 1946) e a Câmara Municipal de Viseu encarregaram-no de “indicar na cidade todos [os] edifícios monumentais ou aqueles mesmo apenas com certo valor histórico, arqueológico ou artístico que devam ser respeitados” (CNA nº 76, fl. 60, 24 de agosto de 1944). José Coelho solicitou que este pedido fosse feito por escrito e elaborou uma longa lista com os monumentos, o seu estado atual e recomendações para os preservar (*Idem*, fls. 61- 68 v.).

A preocupação com a classificação de monumentos, durante a república e até antes, com o intuito da salvaguarda, não impediu o seu abandono e degradação. Assim aconteceu com a

⁴⁵¹ Coelho, J. (1944, 9 de julho). Largo da Misericórdia. *Política Nova*, 2.

⁴⁵² No CNA nº 75, fl. 24v., 17 de maio de 1944.

⁴⁵³ Coelho, J. (1944, 30 de julho). Uma Carta. *Política Nova*, 2

⁴⁵⁴ “ (...) a censura cortou horripelmente o meu artigo (...)” (CNA nº 75, fl. 72, 25 julho de 1944).

Porta de Santa Cristina (uma das portas⁴⁵⁵ da cidade de Viseu, incluída na muralha afonsina), cuja ombreira se encontrava apoiada numa casa que o dono pretendia demolir e que continha parte da muralha, classificada já em 1915. Ao mesmo tempo, pretendia-se alargar a rua. José Coelho pretende evitar a sua destruição e desencadeou, nos anos cinquenta, uma nova demanda. Tal como tinha lutado pelo trecho de muralha na Sé, empreendeu novas diligências, escrevendo veementes artigos nos jornais locais, mas não conseguiu restaurar a *Porta de Santa Cristina* e evitar a destruição da casa em que se encontrava uma parte da muralha, tendo trocado várias cartas com a edilidade local.⁴⁵⁶ Nos CNA nº 98 e seguintes, narra os contactos tidos com o governador civil, a DGEMN e o Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, lembrando-lhes a defesa do nosso património arqueológico e monumental.⁴⁵⁷ Quando José Coelho questionou a autarquia, respondem-lhe que estava no plano de urbanização. No entanto, como referiu, os elementos para a elaboração do plano foram fornecidos por si a pedido da Câmara, e, assim, “devem estar ressalvados” (CNA nº 98, fl. 32v, 14 de outubro de 1950). O arqueólogo foi informado que a autarquia pretendia que o monumento fosse desclassificado para o demolir. Imediatamente escreveu uma carta a Manuel Heleno pedindo-lhe que exercesse a sua influência na Junta Nacional de Educação e até no ministro; apelou ao Diretor dos Monumentos Nacionais; enviou uma espécie de petição – *representação* – assinada por várias pessoas (*Idem*, fl. 38, 22 de outubro de 1950). Com estas e outras diligências conseguiu a suspensão, mas temporária, da demolição da casa onde se incluía uma parte da muralha. Escreveu uma carta a João de Almeida, Diretor

⁴⁵⁵ Para a descrição das portas, da muralha e da sua localização cf. Coelho, J. (1944, 4 de junho) Notas Arqueológicas III – Muralha Afonsina de Viseu. *Política Nova*, p.3. Neste artigo, o autor dá conta, também, das destruições da muralha ao longo do tempo, devido à construção de casas, de ruas ou escadas.

⁴⁵⁶ F. Tristão Ferreira de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, afirmava que não demoliu a muralha nem a Porta, mas apenas restos de uma casa que ameaçava ruína, dizendo que o Engenheiro Canavarro, que esteve a realizar um trabalho sobre a urbanização de Viseu, não projetava restaurar o Arco de Santa Cristina. No seu trabalho, apenas aludia a “elementos para a reconstituição da Porta de Santa Cristina e arranjo da face, do Largo.” Perante os apelos de José Coelho o Presidente respondeu que se “esforçará ao máximo das suas possibilidades, por conservar, defender e melhorar quanto possível tudo o que de real valor nos legaram e deixaram as gerações passadas; tudo o que tenha indiscutível valor artístico, arqueológico [...] mereça conservar-se onde está e isso possa fazer-se sem prejuízo grave da vida que tem de viver-se [...] mas não dará um passo “em defesa de coisas de tão diminuído valor (...)” Remata escrevendo que José Coelho exagera. O Presidente da Câmara justificou a decisão com a necessidade de novos arruamentos naquela parte da cidade, com a aprovação municipal do plano de urbanização e a competente e prévia autorização da Direção Geral dos Monumentos – Ferreira, F. A. (1950, 1 de dezembro). Porta de Santa Cristina. *Política Nova*, p. 2

⁴⁵⁷ Publicadas no jornal *Política Nova* de 18/11/50, 1/12/50, 16/12/50 e 23/12/50.

Geral do Ensino Superior de Belas Artes⁴⁵⁸, denunciando a falta de uma Comissão de Arte e Arqueologia, que poderia tentar resolver o caso, e que, apesar do penúltimo presidente da Câmara ter indicado uma, ela nunca foi convocada. A afirmação de José Coelho constitui uma prova da falta de eficácia das comissões, que eram facultativas e com funções apenas consultivas. Por último, o arqueólogo relembra a legislação existente que previa a constituição da Comissão que deveria ser “constituída, pelo menos, por algumas pessoas zelosas [...] estou certo que o nosso Património Espiritual passará a ser respeitado” (CNA, nº 98, fl. 50v., 11 de novembro de 1950). Em relação a este assunto a DGEMN e a Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, por vezes, davam respostas contraditórias, como anota cuidadosamente nos seus Cadernos.

O Presidente da Câmara, deveras agastado com a sua insistência, apelida-o de colecionador de pedregulhos”.⁴⁵⁹ Data desta época mais uma contenda com uma figura ilustre, que foi Presidente da Junta da Província e diretor da *Revista Beira Alta*, Alexandre Lucena e Vale.⁴⁶⁰ Como o Presidente da Câmara tinha referido na carta enviada a José Coelho que o caso tinha sido tratado também com o Presidente da Junta de Província,⁴⁶¹ o arqueólogo acusou-o de não ter defendido o restauro da porta. A questão da reconstrução da porta de Santa Cristina arrastou-se por vários anos, nunca chegando a porta a ser reconstruída, apesar do grande investimento que José Coelho colocou nesta questão, contactando todas as instituições responsáveis pelo património, as autoridades locais e até o presidente da União Nacional (CNA nº 131, fls 61-62, 10 de agosto de 1963). Ainda no mesmo ano, na Porta do Soar, uma das entradas da cidade que ainda se encontra preservada dá conta de umas obras, autorizadas pela Câmara, que estão a destruir a muralha. Apressou-se a comunicar o facto ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (CNA nº 105, fls. 72v.-73, 20 de julho de 1952).

⁴⁵⁸ A Direção Geral do Ensino Superior emite um parecer sobre a porta de Santa Cristina solicitando “um estudo de valorização do prédio” e salienta que “o urbanismo do traçado naquele ponto da cidade, poderia tentar, desde já, uma nova solução com tendência a conservar aqueles elementos antigos”. Quanto à reconstituição da Porta considera “já exagero e sem qualquer justificação, atendendo ao escasso número de elementos construtivos existentes” (CNA., nº 102, fl. 6, 27 de março de 1951).

⁴⁵⁹ Ferreira, F. A. (1950, 1 de dezembro). Porta de Santa Cristina. *Política Nova*, p. 2

⁴⁶⁰ Cf. Cap. Lucena e Vale.

⁴⁶¹ O Presidente da Junta de Província se inicialmente defendia a conservação e até a reconstituição da Porta, mais tarde respondera que a” segundo os seus princípios de sempre, a Câmara é que devia resolver o caso e que por isso nada mais lhe restava do que ter como melhor a solução que a Câmara adoptasse” (Lucena e Vale, 1950: 362).

Mais tarde, em 1955, as obras de saneamento afetaram os alicerces da Porta de Santa Cristina e José Coelho iniciou um novo processo para evitar mais danos no monumento, já que se estava a usar pólvora para partir a pedra. Novamente, insistiu no restauro da casa com a ombreira e da porta, em carta enviada a João de Almeida, Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (CNA nº 110, fl. 27, 8 de setembro de 1955). As obras foram novamente suspensas, mas José Coelho continuou a contactar as autoridades locais e nacionais insistindo que o que restava da porta ameaçava ruir, que surgiram fendas e que era urgente proceder ao seu restauro.

A vigilância sobre as muralhas continuou, desta vez perto da outra porta que está intacta, a do Soar. Dá conta de que andavam a abrir alicerces a norte da capela de Nossa Senhora dos Remédios, que se apoia na própria muralha que continua da Porta do Soar. Dirigiu-se, de imediato, à Câmara Municipal para averiguar se foi concedida pela DGEMN licença para efetuar as intervenções (CNA nº 117, fls. 10-11, 8 de julho de 1958), mas ficou desconfiado com a resposta afirmativa do funcionário do município e com a recusa em lhe mostrar a licença para as obras.

Ao longo de décadas, percorre o centro histórico da cidade, entrando em propriedades particulares e quintais para descobrir os vestígios dos trechos da muralha e o respetivo percurso.⁴⁶² As suas pesquisas são registadas nos *Cadernos* e da sua leitura ficamos a saber: que em 1960 foi encontrado novo intervalo de muralha afonsina que da “Porta de Santa Cristina ligava através do quintal da Prebenda para a Porta de S. Miguel. Foram encontrados os alicerces de um cubelo ainda com três degraus (...)” (CNA nº 123, fl. 13, 25 de novembro de 1960); que, com a permissão da Câmara, à entrada da avenida Emídio Navarro cortaram a muralha ao erguerem uma casa para o Correio (CNA nº 126, fl. 42v., 8 de dezembro de 1961). Confessa que viu a porta aberta na velha casa do Arco (onde se encontra a Escola Secundária Emídio Navarro), entrou e viu nas traseiras os restos da muralha, que por ali passava, destruída (CNA nº 131, fl. 48, 7 de agosto de 1963). Anotou, também, que a muralha ia sendo, progressivamente destruída e que, entre a porta do Soar e

⁴⁶² “Vi hoje limitando o quintal da casa que foi do Visconde Loureiro- entrando pela parte habitada pelo sr. S^a Dias- dos quintais da Prebenda e do que foi do Dr. Eduardo Corrêa- um trecho da muralha primitiva de Viseu, a qual era zigzagueante e tinha um cotovelo dentro do referido quintal do visconde Loureiro. Este trecho de muralha limita as casas que foram do visconde a S. (...)” (CNA nº 75, 27 de maio de 1944, p. 31v.).

a rua Dr. Aragão, foram destruídos cerca de 4 ou 5 metros da muralha (CNA nº 105, fl. 69, 15 de julho de 1952).

José Coelho pugnava pela conservação dos trechos da muralha afonsina e de outras estruturas consideradas por ele como pertencentes às muralhas. A sua luta nem sempre foi coroada de êxito mas, a vigilância e pressão que ele exercia evitaram, provavelmente, a derrocada dos fragmentos da muralha afonsina ainda existentes.

b. A Catedral e zona envolvente

No *Caderno de Notas Arqueológicas* nº1 (fl. 35, 21 de outubro de 1920)⁴⁶³ relata a descoberta de uma sepultura romana no adro da Sé,⁴⁶⁴ que Almeida Moreira,⁴⁶⁵ então vice-presidente da Câmara Municipal de Viseu, mandou destruir, não dando oportunidade a que José Coelho a pudesse estudar convenientemente e até recuperar. Mais uma vez, se tornou reativo, protestando veementemente nos jornais.⁴⁶⁶ Este foi o primeiro de uma série de achados que encontrou em Viseu, registando para o futuro todos os vestígios arqueológicos com que se confrontava (os que descobria e aqueles que lhe chegavam através de informações de terceiros) tentando, ao mesmo tempo, evitar a sua destruição física. Confessando que “Na impossibilidade de se fazerem escavações na cidade, natural é aproveitar quaisquer obras, alicerces de casas, abertura de trincheiras nas ruas, etc., para o

⁴⁶³ Este episódio também se encontra narrado na publicação, editada em 1949, *Notas Arqueológicas Subsídios para o Estudo Etnológico da Beira*, I vol., Viseu: Edição de Autor.

⁴⁶⁴ Até 1997 só eram conhecidas duas descobertas arqueológicas, datadas do séc. IV a.C., que suportavam a tese da localização do castro proto-histórico: esta sepultura encontrada junto à base da torre do relógio na esquina sul, “sepultura primitiva, contendo dois esqueletos juntos”, constituída por duas fiadas laterais de pedras, telhas junto à cabeceira sendo coberta com pequenas lajes, e um machado de pedra encontrado na cripta do altar-mor da Sé, ambos achados em 1920 por José Coelho, e anotados nos *Cadernos de Notas Arqueológicas* (descobertas consideradas insuficientes para se considerar a existência do castro, (Vaz e Sobral, 2009). Mais recentemente, em obras de acompanhamentos foram encontrados outros vestígios (fragmentos de cerâmica com decoração incisa, fragmento de lâmina em sílex e machados de pedra polida, estes em todo o morro da Sé), além de parte do sistema defensivo. Sobre o povoado da Idade do Ferro em Viseu e a cidade romana cf. Vaz e Sobral (2009).

⁴⁶⁵ Na procura de objetos para os seus museus, um já inaugurado e em fase de alargamento e o outro ainda em projeto, respetivamente o Museu Grão Vasco e o Museu Etnológico da Beira, Almeida Moreira e José Coelho são protagonistas de um autêntico desafio na descoberta e recolha do património. José Coelho descreve o caso de uma estela, provavelmente lusitano-romana que estava num ângulo da parede do quintal de uma casa, localizada ao fundo da calçada da Vigia que descia da Sé. O seu proprietário já a tinha prometido oferecer, há algum tempo e, durante uma ida do arqueólogo para o liceu, deparou com o monólito no chão. José Coelho insinua que já tinha confidenciado a sua existência a “alguém”. Quando viu que a estela tinha sido arrancada da parede supôs que era uma amabilidade do seu proprietário, com intenção de o presentear. No entanto, os caiadores informam-no que o proprietário ainda não se tinha deslocado ao local e que tinha sido outra pessoa que os tinha “convidado a arrancar a pedra e a conduzir- lh’a ... ao Museu”. José Coelho não o permitiu e levou-a para a sua casa da Via Sacra onde a colocou ao lado dos seus miliários, Coelho, J. (1928, 24 de novembro). *Notas Arqueológicas*. Estela lusitano-romana. *A Voz da Verdade*, p. 2.

⁴⁶⁶ Coelho, J. (1927, 12 de março). Sepultura romana no Adro da Sé, *A Voz da Verdade*, 2.

conhecimento e estudo do subsolo da mesma cidade.” (Coelho, 1950: 359), aproveita as obras que a DGEMN realiza na Sé, em 1946, para encontrar a base de uma coluna romana. Este achado, juntamente com outros vestígios romanos, entre os quais uma inscrição, permitem-lhe sustentar a hipótese de pertencerem a um templo romano. Em 1952 dá conta, nas obras da Sé, da descoberta de vestígios de claustros medievais (CNA, nº 107, fl. 4v, 3 de julho de 1953), do contorno da abside da Sé românica e de “um capitel de grossa coluna” correspondente à base da coluna romana,⁴⁶⁷ vestígio, que sustentou a hipótese já referida da existência de um templo romano na Sé de Viseu e que serviu de base para apresentar o estudo sobre o mesmo assunto, em 1950, no Congresso Luso-Espanhol (CNA, nº 109, 12 de novembro de 1954, p. 19v.). Apareceu também um grande pedaço de ladrilho que, segundo ele, pertenceria ao templo romano,⁴⁶⁸ um machado de pedra polida, um fragmento de inscrição com epígrafe, cerâmica e tégula romana – “O que prova a habitabilidade do local na época romana e pré-romana até ao Neolítico, pelo menos” (*Idem*, fl. 42, 14 de dezembro 1954). Para não perder qualquer informação, vai realizando a transcrição e leitura de todas as inscrições sepulcrais que se vão encontrando na capela-mor.

A abertura de uma cisterna, mandada construir pela Câmara para depósito de águas, na rua das Ameias, na zona da Sé (atual Praça D. Duarte), distante cerca de 1,5m da muralha, chamam a sua atenção. Depois de observar o corte estratigráfico de terreno que descreve, encontra pedra almofadada, tégula, ímbrice e tijolo, que o levam a deduzir que está em presença das fundações de uma casa romana. Podemos classificar este achado como as primeiras e mais antigas estruturas arquitetónicas encontradas em Viseu. Mais tarde, em 1988, João Inês Vaz, nos trabalhos prévios à pavimentação da mesma rua descobre vestígios, nomeadamente, de um pavimento em *opus signinum* e de um grande bloco almofadado assente sobre uma base de uma coluna romana; estruturas que ele interpreta como pertencentes a uma basílica paleo-cristã,⁴⁶⁹ que se sobrepõem às estruturas romanas encontradas e que pertencem a duas épocas diferentes (séc. I d. C. e século IV). Este

⁴⁶⁷ Segundo Vaz, tais vestígios pertenceriam a um templo que se erguia na parte alta da cidade ou ao fórum da cidade romana (Vaz, 2000: 48).

⁴⁶⁸ Coelho, José (1950). Três Templos Romanos, *Separata do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa

⁴⁶⁹ Anexa à basílica alto-medieval, de acordo com Vaz, existia uma necrópole, pois foram encontradas, na campanha de escavações realizada em 1991, quatro sepulturas (Vaz, 2000). Um dado importante é que os materiais mais antigos são da primeira metade do século I d.C. O portal do arqueólogo, <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=125266>, [31 de março de 2016].

achado, juntamente com a descoberta de uma inscrição latina embutida na parede da torre da antiga cadeia que era contígua à Sé, e de cantaria “caracteristicamente romana, empregada nos alicerces da Sé”, levam José Coelho a concluir que o alto da Sé foi habitado e povoado na época romana, o que contraria a opinião de Amorim Girão, faz questão de acrescentar em nota de rodapé.⁴⁷⁰ Aproveita as obras realizadas na Catedral, nos anos quarenta, para observar a pedra aparelhada e conversar com o arquiteto Baltazar de Castro, que o levam a concluir que a existência de “pedras romanas não só era numa torre mas na muralha e em quase toda a Sé; prova de ali ter existido construção, certamente fortaleza romana” (CNA nº 90, fl. 13, 2 de junho de 1949).

Nos anos sessenta, perante a colocação de argamassa na velha torre do aljube,⁴⁷¹ José Coelho mostra a sua indignação e acrescenta que estão a cortar a muralha (CNA nº 140, fl. 50, 17 de julho de 1965).

c. A Cava de Viriato

Os danos que a Cava de Viriato (1913) sofreu, além de “apropriações graves” (Alves, 1979: 489), foram alvo, desde sempre, da sua preocupação e proposta de intervenção. Em 1913, juntamente com Maximiano de Aragão, João Couceiro, Hipólito Maia e o pintor Almeida e Silva, foi nomeado um grupo de trabalho pela Câmara para estudar os meios para proceder à reparação dos estragos e orientar os trabalhos de demarcação daquele monumento. É a segunda vez que a Câmara nomeia um grupo de trabalho para estudar o processo de deterioração da Cava. José Coelho⁴⁷², fazendo parte da vereação, e o pintor Almeida e Silva⁴⁷³ ofereceram-se para proceder à delimitação do monumento e colocaram marcos de madeira para estabelecer o seu perímetro, tendo sido redigido um *relatório*,⁴⁷⁴ apresentado à Câmara em Abril de 1913 (*Idem, ibidem*). Posteriormente, os marcos de

⁴⁷⁰ Coelho, J. (1934, 30 de junho). Notas Arqueológicas- Construções romanas junto da Sé de Viseu. *O Districto de Vizeu*, p.1.

⁴⁷¹ Anónimo. (1965, 24 de agosto). Uma Torre Secular Argamassada. *Diário de Lisboa*, p. 9.

⁴⁷² No CNA (nº 11, fl. 1, 14 de julho de 1933) menciona a visita à Cava, em comissão com Maximiano de Aragão, Hipólito Maia, João Loureiro e Almeida e Silva, desde o dia 6 de abril de 1913 ao dia 21 do mesmo mês, com o objetivo de determinar soluções para a proteção do monumento. Aponta algumas medidas. “Houve que entrar-se e romper por propriedades onde abusivamente se incluíra a Cava, com vontade ou sem ela dos respectivos detentores. E foi feita, demarcada e balizada com marcos de pedra que ainda ali se encontram...” (Alves, 1979: 489)

⁴⁷³ Nos artigos de jornal são várias as referências a Almeida e Silva, que colaboravam no que diz respeito às informações de cariz arqueológico (Coelho, J. (1927, 8 de janeiro). Notas Arqueológicas- Dois miliários(?) da via romana Vizeu-Vouzela-Águeda- cenotáfio ou tampa sepulcral quatrocentista. *A Voz da Verdade*, 2

⁴⁷⁴ Esse relatório foi apresentado à Câmara por José Coelho no período em que ele era vereador- Coelho, J. (1914, 12 de Dezembro). Um monumento a Viriato. *A Voz da Verdade*, pp. 2-3.

madeira são substituídos pelos de pedra e são integrados no perímetro da Cava terrenos que indevidamente tinham sido ocupados (CNA nº 123, fl.10v. e 11, 25 de novembro de 1960).

Por volta de 1932, é o próprio José Coelho que mede a Cava para o capítulo *Monumentos de Arqueologia e História Militar do Concelho de Viseu*⁴⁷⁵ integrado na obra de João de Almeida.⁴⁷⁶ Apresentou o seu plano para o monumento, que passaria pelo restauro e ocupação do espaço com jardins, o interior dividido em oito setores por avenidas, uma rotunda no centro do octógono, para onde convergiriam as “largas avenidas”. O projeto visava o incremento do turismo, já que o objetivo seria “fornecer ao público de Viseu e ao visitante um esplendido passeio que chamaria muita gente a esta cidade”.⁴⁷⁷ Ainda fazendo parte da 1ª vereação republicana, e ao tomar conhecimento de uma subscrição para arranjar verbas para a construção de uma estátua a Viriato em Mérida, apresentou uma proposta na sessão camarária de 26 de janeiro de 1914, para que na cidade de Viseu se erguesse também uma estátua ao mesmo chefe lusitano, que se deveria elevar mesmo no meio da Cava.⁴⁷⁸ Em 1921, no I Congresso Regional da Beira reclamou a urgência em “desapossar terrenos abusivamente usurpados”, “desafogar-se” de recentes construções, muitas delas

⁴⁷⁵ Almeida, J. (1945). *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, t. 1, Lisboa: Edição de Autor.

⁴⁷⁶ O General João de Almeida (1945) no *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, dedica algumas páginas aos monumentos militares de Viseu, de acordo com as informações de José Coelho e José Dias da Silva. Comunica que, provavelmente, onde hoje se ergue a Sé existia uma fortaleza já à chegada dos romanos, que foi destruída pelo seu exército por volta de 25 a 20 a. C. e foi aí que ergueram uma nova. Seria uma pequena acrópole retangular destruída, posteriormente, sobre a qual foi construído o castelo medieval, ou alcáçova mandado construir pelo conde D. Henrique. A muralha romana abrangia a banda leste e a parte baixa da cidade e depois de destruída nunca mais foi restaurada, pois o conde D. Henrique limitou-se à reconstrução do castelo. Só no reinado de D. Afonso V foi Viseu cercada por uma muralha. Identifica a Cava de Viriato com uma fortaleza romana, um acampamento permanente construído nos fins do século I. Identifica outros monumentos militares: castelo do Aral, a 4,5 Km a sudoeste de Viseu, castro lusitano; castelo de Gonta, a 8,5km a sudoeste de Viseu; castelo de Lourosa, a 2 Km a leste de S. João de Lourosa; castelo dos Mouros, em Vila Chã de Sá a 7 Km a sudoeste de Viseu; castro do Crestêlo, a 12 Km a leste de Viseu, a norte da povoação do Crestêlo, da freguesia de Povolide, antiga fortaleza que, pela toponímia poderá ser a origem de um castro lusitano; castro de Fail na margem esquerda rio Pavia, a cerca de 8,5 Km a sudoeste de Viseu, antigo castro luso-romano; castro de Gumiei, a 12 Km a noroeste de Viseu, antigo castro lusitano; castro de Santa Luzia no monte de Santa Luzia, a cerca de 5 Km a norte de Viseu, castro não romanizado; castro de S. Lourenço, situado no alto da serra de Côta ou de S. Lourenço; castro da Senhora do Castro localizado no monte com o mesmo nome, a 7 Km a noroeste de Viseu. Enumera, também, as atalaias. Alguns dos monumentos ainda apresentam vestígios, outros não. Identifica os monumentos pela sua antiguidade, pelo seu valor histórico.

⁴⁷⁷ Coelho, J. (1925, 12 de dezembro). Um monumento a Viriato. *A Voz da Verdade*, pp. 1-2. A Cava e os projetos para o espaço foram um tema muito comum aos que escreveram sobre a história local. Em 1964, surge um artigo publicado na revista *Beira Alta*, em que se continua a identificar a Cava com os Lusitanos, e que sugere que o espaço seja ocupado por campos de jogos e paradas para exercícios e exposições da Legião e da Mocidade Portuguesa e estátuas de vultos ligados às Beiras como Braz Garcia de Mascarenhas (Pinto, 1964). Atribuiu a sua origem aos romanos que ali construíram um acampamento permanente, ao contrário de Mendes Correia que é de opinião que seria um acampamento romano, mas de ocupação transitória

⁴⁷⁸ Coelho, J. (1914, 11 de fevereiro). Cava de Viriato. *Povo Beirão*, p. 3.

repartições oficiais do Estado, tal como um barracão para picadeiro, autorizado pelo município (1927: 38-39). Denunciou o corte de um ângulo do mesmo monumento (muro e fosso) para alargar um caminho, defendendo uma zona de proteção⁴⁷⁹ não inferior a 50m, de acordo com a lei. Ele que tanto sustentou a construção de uma estátua a Viriato, insurge-se contra o local em que foi erguida a estátua, da autoria do escultor espanhol Mariano Benlliure, – no sítio por onde terá passado o antigo fosso, “parte integrante do monumento” – o que impede a sua reconstrução e restabelecimento do perímetro.⁴⁸⁰ A localização para a instalação do monumento foi por ele considerada um atentado patrimonial, tendo os participantes do 7º Congresso Beirão, realizado em 1942, votado para a sua remoção (Coelho, 1942: 16-18).⁴⁸¹ Não se esquece de referir o movimento de reconstrução dos monumentos nacionais, realizado pela DGEMN, para solicitar verbas para o seu projeto de reabilitação do monumento

Considerando que o Estado no louvável movimento de restauração nacional tem atribuído avultadas verbas para a restauração e conservação dos monumentos de todo o país, justo será que – não tendo até hoje gasto um centavo com a Cava – com ela se dispendam alguns centos de contos, visto tratar-se de um dos mais notáveis monumentos nacionais.

(*Idem, Ibidem*)

No entanto, a DGEMN⁴⁸² não atendeu aos pedidos de José Coelho, já que, de acordo com Parreira (2010: 355)

[...] foram escassas em Portugal até meados da década de 1970 os exemplos de restauro de sítios e monumentos arqueológicos anteriores à fundação da nacionalidade. Para além de constituírem uma excepção essas raras intervenções sempre se pautaram mais por critérios e valores arquitectónicos e artísticos e menos por princípios arqueológicos [...].

⁴⁷⁹ Entre 1924 e 1926, em Portugal foi promulgada legislação em que já está prevista a “zona de proteção como uma área de ambiência específica destinada a garantir as valências e os valores inerentes aos monumentos e a valorizá-los em contexto urbano” (Custódio, 2011a: 367- 373). A filosofia das zonas de proteção é defendida na Carta de Atenas (1933).

⁴⁸⁰ Coelho, J. (1942, 1 de fevereiro). Património Etnológico da Beira II- Cava de Viriato. *Política Nova*, p. 4.

⁴⁸¹ A própria figura de Viriato foi objeto de crítica: José Coelho considerou-a desproporcionada em relação às outras figuras que o cercavam em plano inferior e relativamente ao próprio monumento. Também a conceção da figura do guerreiro lusitano é alvo de censura, considerando que, longe de representar uma figura viril e máscula de 30 a 40 anos, aparenta, antes, ser “um bandoleiro, numa atitude indecisa, cercado de seus áulicos ou sicários, velho e gasto” (Coelho, 1942: 18).

⁴⁸² No início dos anos 50 a Câmara Municipal solicita à Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais o estudo em conjunto para resolver o problema da Cava, (conservação ou restauro do monumento?) Anónimo. (1951, 14 de abril). Um monumento nacional abandonado. *Política Nova*, p. 2.

O encómio a Viriato e aos Lusitanos fez-se mais por via literária, “recorrendo-se pouco à fundamentação a partir do processo de escavação e da inerente cultura material” (Ricardo, 2012: 34). Apesar de tudo, nunca desistiu de lutar pela defesa e valorização da Cava de Viriato, pois em 1964, um dos seus últimos trabalhos publicados, é uma separata com o conteúdo de uma comunicação apresentada ao II Colóquio Portuense de Arqueologia, realizado no Porto,⁴⁸³ em que exhibe o plano de valorização da Cava de Viriato.⁴⁸⁴ Refere-se, amiúde, a uma circular da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes que proíbe qualquer instalação, construção ou reconstrução dentro da zona de proteção da Cava, sem ter cumprido o que se acha estabelecido na legislação.⁴⁸⁵ Mais uma vez, é de opinião que a generalização destes normativos a todos os monumentos e a divulgação da legislação, pelo menos nos jornais, seria a melhor maneira de “evitar embargos, despesas escusadas e arrelias para todos” (Coelho, 1949: 61).

⁴⁸³ Coelho, José (1964). Valorização e defesa da Cava de Viriato, *Separata do II Colóquio Portuense de Arqueologia*, Viseu. Os seus projetos para o monumento eram grandiosos: jardins, grandes avenidas, alamedas e até um campo de aviação – Coelho, J. (1935, 16 de fevereiro. Uma Carta- Cava de Viriato. *O Districto de Viseu*, p.1.

São inúmeras as referências de José Coelho à Cava de Viriato: nos *Cadernos de Notas Arqueológicas*, que ainda não foram publicados, nas comunicações e em artigos na imprensa regional de Viseu, de Coimbra e em jornais nacionais (*Jornal de Notícias* e *O Século*), nas revistas *Beira Alta* e *Lucerna* e também nas seguintes obras: *Memórias de Viseu (arredores)*, vol. 1; Importância de Viseu na Época Romana, *Associação portuguesa para o Progresso das Ciências*, Porto; Cinco Inscrições Latinas (de Viseu e Imedições), *Associação portuguesa para o Progresso das Ciências*, Coimbra. Em toda esta vasta bibliografia corrige por várias vezes as medidas do perímetro, dos taludes e do fosso. No CNA nº 70, (f. 56 de 26 de maio de 1943) informa sobre alguns achados encontrados no seu perímetro, a 8, 50 metro a Norte do muro da Cava, na Quinta dos herdeiros de José Fortes: pedras de granito que pertenceriam a uma habitação, cerâmica (não específica qual a sua natureza), tegulae, ímbrices e, juntamente com tudo isto, nas terras por ele chamadas *cascalheira*, terra de entulho, apareceram cunhas de ferro. Estes achados, segundo o autor, pertenceriam a estruturas de habitação. Quanto à origem considera a Cava um acampamento militar romano tipo permanente, *castra stativa*, como já foi referido. Sobre todas as citações sobre a Cava em José Coelho e outros autores, até 1988, cf. Carvalho (1988).

⁴⁸⁴ As notícias sobre a Cava são uma constante na imprensa visense, desencadeando, por vezes, algumas débeis ações de proteção como dá conta o artigo do jornal *Política Nova*, em que as entidades competentes anotaram a “advertência”, saída no jornal, sobre a Cava e “agiram imediatamente”. A Direção Geral da Fazenda Pública estabeleceu uma zona de proteção de 50 m, acrescida de mais 30m “visto no local estarem a proceder à exploração de minério, e intimaram o proprietário dos registos mineiros a não utilizar aquela área e a aterrar as escavações e galerias abertas, intimação a que ele prontamente obedeceu” Anónimo. (1942, 6 de dezembro). Da Cava. *Política Nova*, p. 4.

Nos anos 70 do século XX, a imprensa regional continua a chamar a atenção para o abandono do monumento e para as precárias condições de higiene que impedem o turismo.

⁴⁸⁵ Em Agosto de 1944, o Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes expediu uma circular, para todos os proprietários dos terrenos situados na Cava e na sua zona de proteção, a elucidá-los que não era permitido fazer construções ou reconstruções na área sem que os projetos fossem previamente submetidos à Junta de Instrução, nos termos do artigo 45º do Decreto 20985 de 7-3-1923, por o local ter sido considerado monumento nacional (Pinto, 1964: 68).

A partir de finais dos anos cinquenta tornou-se num autêntico vigilante da Cava e área envolvente,⁴⁸⁶ que visitava com frequência, descrevendo a destruição efetuada nos *lanços*, muros de suporte, caminhos e em ruas nas quais se procedia ao saneamento,⁴⁸⁷ a construção de novas casas dentro da zona de proteção e os “vandalismos praticados pela própria Câmara” que cortou parte do ângulo do quinto lanço e o fosso para urbanizar, *fazer um largo* (CNA nº 127, fl. 12v., 18 de fevereiro de 1962). A feira de gado que se realizava semanalmente no fosso da Cava e que contribuiu para a sua demolição, o aproveitamento das terras para a agricultura e criação de gado no interior da Cava são responsáveis pelo *aspecto vergonhoso* do monumento, lamentando o estado de abandono, “não se encontrando ali ninguém que ponha cobro a tais desmandos” (CNA nº 126, fl. 43v, 8 de dezembro de 1961). Como tinha feito com outros monumentos, escreveu uma carta ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes solicitando a proibição de qualquer tipo de obra, tanto no interior do monumento, como na zona de proteção (CNA nº 127, fl. 35v, 36 e 36v., 16 de maio de 1962) e enviou outra em 1964. No mesmo ano, criticou a atuação da Câmara em relação ao monumento, elaborou listas do que está destruído (CNA nº 135) e defendeu a demolição das casas construídas na zona de proteção do monumento (CNA nº 139).

Confessava que as pessoas o confundiam com o representante dos Monumentos Nacionais e já tinha sido por várias vezes confrontado com proprietários que o consultavam para obterem licenças para obras na zona da Cava, que o questionavam sobre a razão do embargo de obras que estavam a realizar em zonas protegidas, tendo que explicar, por vezes, a razão pela qual não podiam construir em determinadas zonas, como o fosso da Cava (CNA nº 134). O arqueólogo referia que era a Câmara Municipal que o indicava como responsável, o que lhe suscitou o irónico comentário:

São assim estes... senhores da Camara: fazem o que lhes parece... e quando são coisas que lhes convenham... e quando são coisas que lhes podem acarretar ódios ou antipatias – atribuem-me a mim as culpas ou mandam-mos.

(CNA nº 126, fl. 30, 23 de outubro de 1960)

⁴⁸⁶ A Lei nº 1700, de 18 de dezembro de 1924, introduz o conceito de salvaguarda extensível à zona envolvente do monumento (artigos 50º e 60º).

⁴⁸⁷ Foi à rua do Coval, junto ao monumento, verificar o que estava a acontecer com o saneamento, mas com a lama nada viu. Lamentava que a Câmara procedesse desta forma, sem ter um prévio plano de urbanização na zona envolvente da Cava (CNA nº 126, p. 33v., 27 de outubro de 1961).

A persistência na defesa da Cava levaram-no a telefonar ao Presidente da Câmara comunicando-lhe a necessidade de arranjar terreno para a realização da Feira. Quando o Presidente lhe participou que estava para adquirir um terreno dentro da Cava, José Coelho indicou-lhe outro já fora do monumento (curiosamente, ainda é o terreno onde hoje se realiza a Feira) e lembrou-lhe que “é preciso é expropriar e desapropriar todos os terrenos da área da Cava e ainda da zona de protecção da mesma” (CNA nº 135, fl. 62, 8 de junho de 1964), mostrando-se consciente de um dos grandes problemas do monumento que contribui para a sua degradação: “Enquanto não fôr pertença do Estado e estiver sujeito a vários proprietários na realidade lesados por restrições de domínio sobre terras legitimamente possuídas” (CNA nº 137, fl. 65, 29 de outubro de 1964).

d. O outro património

Sempre que surgia alguma tentativa de destruição, ou mesmo atitude de negligência em relação a algum monumento, que colocasse em perigo a sua conservação, imediatamente fazia a denúncia na imprensa local, por vezes com cabeçalhos como *Crime de lesa-arqueologia, crime de lesa-regionalismo* (1924) ou em publicações com o título *Património Etnológico da Beira* que ostentava no subtítulo – *Denúncia de vandalismos, ladroeiras e outras malas-artes a que têm estado sujeitas* – ou *Defesa de preciosas espécies Arqueológicas, Históricas e Artísticas*.⁴⁸⁸ A sua ação propagava-se à população que, com certa frequência, lhe comunicava os atentados patrimoniais, como ele próprio confessava nas páginas dos jornais. Assim aconteceu, por exemplo, com a Cava de Viriato, em que reclamava por estarem a ser arrancados os marcos de madeira que a delimitavam,⁴⁸⁹ reivindicando, desde há muito, que se fizessem expropriações aos terrenos particulares para se poder fechar o circuito da octógono. Os vocábulos *regionalismo*, mas sobretudo

⁴⁸⁸ No VII Congresso Beirão, realizado em Viseu, elenca, além da Cava, os monumentos que necessitavam de restauro e conservação: “a) conclusão do restauro da Sé, restabelecendo a fachada medieval, terraços ameaçados das torres e a abside românicas; b) restabelecimento de cinco portas da muralha afonsina da cidade, três das quais por completo, a de S. José, a de S. Miguel e a de S. Sebastião, e de duas restantes de que há uma ombreira, a de Santa Cristina e a da Senhora das Angústias, ou do Postigo; c) restauro, quanto possível, conservação e defesa dos pedaços que restam da mesma muralha, entre a Porta dos Cavaleiros, rua dos Loureiros, detraz da Misericórdia, Arco dos Melos, Soar de Cima, Santa Cristina, Prebenda, rua do Gonçalinho, Regueira, e entre o Teatro Viriato e a Casa do Arco; d) Casas quatrocentistas, quinhentistas e outras, que ameaçam ruína deverão ser reconstruídas integralmente, quanto possível com a mesma cantaria; e) – nas reconstruções destas casas – em locais como a Rua Direita, fronteiras ao lindo e artístico palacete dos Moreiras, que ameacem ruína e tenham de ser reconstruídas da base- deverão recuar o necessário para desafogar os artísticos prédios fronteiros, mas sempre reconstruídas integralmente e, quanto possível, com a mesma cantaria, desde que sejam típicas e características duma época” (1942: 27).

⁴⁸⁹ Coelho, J. (1927, 21 de maio). Notas Arqueológicas-Monografias regionais-Cava de Viriato. *A Voz da Verdade*, p. 3.

bairrismo, eram uma constante nos artigos de José Coelho, cuja formação académica e o início da atividade profissional decorreu nos alvares do período republicano, sensível, como vimos, à regionalização e a uma variedade de monumentos que representavam a identidade local, não descurando os monumentos nacionais.⁴⁹⁰

Evitou a destruição da Anta de Vale de Fachas, porque foi avisado de que alguém cobiçava os seus esteios para a construção de uma nora⁴⁹¹ e empreendeu diligências para que fosse declarada monumento nacional.⁴⁹² Denunciou a destruição da Orca das Lameiras, entre Mundão e Cavernães. Chamou a atenção para o estado de ruína da capela de S. João Velho, em Vildemoinhos, lançando apelos para que se procedesse à sua conservação e restauro (Coelho, 1941).⁴⁹³

Ainda, em 1914 (7 Fevereiro), propôs à Câmara a elaboração de uma planta da cidade que, sobre o plano atual, projetasse o

Viseu do futuro, de forma a estabelecer assim um plano geral de conjunto, ao qual deveriam obedecer todas as obras a realizar, de forma a evitar que se repetissem as construções de prédios com alinhamentos ao acaso, resultando ruas tortuosas e outros inconvenientes

(Alves, 1978: 490)

Tratava-se de um planeamento e ordenamento urbano que irá ser concretizado, de acordo com a sua informação, num mapa com a projeção de obras a realizar, que foi elaborado em 1925.⁴⁹⁴

Nada sobre a cidade lhe era indiferente e não se fazia rogado em dar a sua opinião. Sobre o planeamento de Viseu, pelo menos do seu centro histórico, escreveu um artigo⁴⁹⁵ sugerindo

⁴⁹⁰ Como recorda Custódio “Sensível ao ideário da regionalização, a ideologia republicana acentua os aspectos que possam congregar-se à volta [d]a identidade regional, estimulando o desenvolvimento de interesses de carácter económico, social, cultural e artístico que potenciem os valores desses territórios. Neste horizonte regional não só cabem os monumentos nacionais, mas os pequenos monumentos, os trechos urbanos, os achados arqueológicos e os objectos de arte.” (2011a: 132).

⁴⁹¹ Coelho, J. (1927, 5 de fevereiro). Notas Arqueológicas- Mamaltar de Vale de Fachas- carta aberta ao povo de Travassós de Cima. *Voz da Verdade*, p. 2.

⁴⁹² Existe um erro na classificação de Mamaltar de Vale de Fachas, que surge classificada como monumento nacional em 1910, o que não está de acordo com a informação de José Coelho que diz que a descobriu em 1911. A data de 1910 não se refere a Mamaltar de Vale de Fachas do concelho de Viseu, mas sim a uma anta com o nome análogo no concelho de Albergaria-a-Velha no distrito de Viseu – Mamunha de Mamaltar (Costa, 1868: 88).

⁴⁹³ Curiosamente, trinta anos mais tarde Lucena e Vale fez o mesmo apelo nas páginas da revista *Beira Alta* (Lucena e Vale, 1974b).

⁴⁹⁴ Coelho, J. (1944, 11 de junho). Notas Arqueológicas IV- Em defesa dos monumentos Arqueológicos. *Política Nova*, p. 2. Os Planos Gerais de Urbanização foram tornados obrigatórios com o Decreto-Lei nº 24802 de 21 de Dezembro de 1934 para as sedes de concelho e também para as localidades com uma população superior a 2500 habitantes.

a demolição de casario, numa parte da cidade, para *desafrontar* a muralha, que deveria ser reconstituída na íntegra. De acordo com Tomé (2002), depois da consagração do valor patrimonial do objeto arquitetónico prestou-se atenção ao contexto espacial, enquanto território onde está inserido. A leitura urbana que partia sempre do monumento, *obrigava* ao desafrontamento do edifício “para ampliar a perspectiva de visualização do edifício e de regularizar a sua envolvente imediata” (Tomé, 2002: 92), tendo sido um critério largamente aplicado pela DGEMN e encontrando-se, também, na base da maioria dos projetos elaborados nos anos quarenta e que só foi abandonado a partir dos anos sessenta, de acordo com os preceitos da Carta de Veneza.

O zelo e atenção ao património mantinham-no num constante estado de alerta. Em 1947, denunciou mais um *crime de lesa-arqueologia* perpetrado pelos *bárbaros do século XX* contra as inscrições na Quinta do Viso, estudadas também por Berardo, que se encontravam gravadas nas pedras de cantaria de duas janelas (Coelho, 1947). E interrogava-se, lamentando a inércia das entidades:

E não haverá sanções para tais delitos? Há, de facto, leis protectoras e de defesa dos monumentos e obras d’arte...Mas o que não está, infelizmente, pelo menos no nosso meio, é organizada e regularizada a respectiva aplicação e defesa

(Coelho, 1949: 81)

A sua preocupação com a defesa e conservação do património levaram-no a propor o estabelecimento de uma zona de proteção em todos “os monumentos e obras de arte da Beira, para evitar danos, abusos, vandalismos, etc” (*Idem, Ibidem*) e, para a sua divulgação, a criação de uma revista arqueológica, histórica e artística - propostas apresentadas no VII Congresso Beirão, em 1942. No mesmo Congresso defende a harmonia do centro histórico, evitando-se “irritantes caiadelas de prédios e até de monumentos caraterísticos”.⁴⁹⁵ Já anteriormente, em 1921 no Primeiro Congresso Regional da Beira, José Coelho tinha referido a necessidade de defender e proteger a Cava de Viriato e de elaborar o Inventário Arqueológico e Artístico da Beira, além de monografias regionais. O mesmo cuidado com a defesa do património levavam-no a vigiar diligentemente as obras que se faziam na cidade, como já referimos. Defendia, ao mesmo tempo, uma ação fiscalizadora por parte

⁴⁹⁵ Coelho, J. (1938, 26 de maio). Modos de ver- Estética citadina. O *Distrito de Vizeu*, p.1.

⁴⁹⁶ Coelho, J. (1942, 8 de fevereiro). Património Etnológico da Beira” III- Zona de Protecção aos monumentos nacionais. *Política Nova*, p. 2.

dos agentes locais, na aplicação das leis de defesa do património, como fez para defender as constantes violações na muralha afonsina e na Cava de Viriato.⁴⁹⁷

Saturado dos *atropêlos à estética cidadina*, praticados em portais e fachadas na rua Direita, para além de portais e cantaria caiados, denunciou a pintura com cal da ombreira da Porta de Santa Cristina, pedindo a sua limpeza (Coelho, 1949: 15). Ao mesmo tempo, solicitou uma maior intervenção por parte das autoridades municipais, “para pôr de vez côbro a abusos, que têm prejudicado a Estética, Arte e Arqueologia cidadinas e também os interesses turísticos e económicos⁴⁹⁸ de Viseu”, enumerava seis posturas com diferentes objetivos: “proibir a caiação de quaisquer obras de cantaria aparelhada” em casas antigas de *valor artístico* e que fossem limpas de cal as que tinham sido caiadas; quando fosse necessário rasgar algum portal teria de ser utilizado o mesmo estilo e, “quanto possível, com a mesma cantaria e os mesmos trabalhos”; proibir cair ou pintar pilares, ombreiras e portais ou cantaria aparelhada de qualquer casa; proibir a reconstrução das casas encostadas às muralhas e determinar as que se vão expropriando e demolindo, as que ainda lá se encontrem “até completo desafrontamento das mesmas muralhas, tôrres ou portas, de forma a ficarem isoladas”⁴⁹⁹ (Coelho, 1949: 15); providenciar a abertura de uma rua de circunvalação em volta das muralhas da cidade; promover pela secção dos Monumentos Nacionais a manutenção, conservação e restauro “de todos os restos das muralhas e defesas de Viseu” (*Idem: Ibidem*). A preocupação com a imagem da cidade foi um processo que se iniciou em 1910 e alargou-se durante os anos 30 do século XX à classificação de trechos urbanos, onde se incluíam a proteção de aspetos pitorescos e típicos da região, na decoração das fachadas, pórticos, escadas, varandas e janelas. Por outro lado, José Coelho

⁴⁹⁷ Como a notificação da Direção Geral de Ensino Superior e das Belas Artes que já referimos. Adianta que semelhantes normativos deveriam ser aplicados a todos os monumentos e serem do conhecimento público e, para isso, editados, por exemplo, nos jornais. Em 1939, a Câmara Municipal tinha publicado uma postura defendendo o património arqueológico e documental e dizendo que a sua conservação compete ao município, deliberando que na zona limitada pelas muralhas serão de “evitar construções ou reconstruções com características diversas das que dominam nas respectivas ruas”, acrescentando que a repartição de obras elaborará o cadastro de todos os edifícios que mereçam ser mantidos em face do seu valor arquitectónico, ou pelas suas características e disposição de detalhes, ou ainda pelo seu valor histórico, sejam dignos de figurar nesse cadastro.” Acrescenta que o “Estado limita a sua acção à conservação do que se lhe afigura monumental ou de elevado valor arquitectónico, competindo aos municípios defender” todo esse conjunto os elementos ou detalhes que não ingressaram em tal lista.” (1939, 2 de fevereiro). *Vida Municipal. O Districto de Vizeu*, p. 3.

⁴⁹⁸ A partir dos anos cinquenta os valores turístico-económicos são um dado importante para a intervenção patrimonial (Tomé, 2002).

⁴⁹⁹ O desafrontamento ou desafogo das muralhas, tal como o dos outros monumentos, raramente se concretizavam devidos aos poucos recursos disponíveis e aos elevados valores das expropriações (Tomé, 2002).

partilhava o mesmo conceito da DGEMN da *unidade de estilo*, aplicado nas intervenções realizadas no património arquitetónico.

Nos *Cadernos de Notas Arqueológicas* são constantes as referências aos achados na cidade de Viseu, que inventaria, como as sepulturas antropomórficas encontradas na Quinta da Via Sacra (CNA nº1, fl. 61, 30 de setembro de 1924) ou o busto da época romana na rua do Gonçalinho (CNA nº 8, fl. 51, 18 de agosto de 1932,), numas obras que ali decorriam e que, atualmente, se encontra depositado no museu Grão-Vasco. As informações, anotadas meticulosamente eram, posteriormente, confirmadas. Refira-se, a título de exemplo, a notícia sobre materiais encontrados em Pindelo de Silgueiros, que indiciavam uma importante aglomeração da época romana. Depois de lá ter ido verificar constatou que era uma “simples” villa romana, recolhendo alguns pedaços de tegula, ímbrices e pedras com aparelho almofadado (CNA nº1, fl. 74, 26 de novembro de 1926,) ou a referência à ponte da Azenha, erradamente classificada com romana; após a sua análise e leitura de uma inscrição concluiu que é relativamente recente, provavelmente do século XVIII (CNA nº 2, fl. 25, 13 de fevereiro de 1927). Essas e outras notícias que referiam achamentos de materiais⁵⁰⁰ eram também publicadas na imprensa local, como a recolha de materiais romanos, como tegula, ímbrices e mós, de uma quinta próxima de um local que ainda hoje se chama *Pedras Alçadas*⁵⁰¹ ou as suas investigações no Castro de Santa Luzia,⁵⁰² divulgado por ele como um castro pré-histórico fortificado com duas linhas de muralhas e que, juntamente com o outro povoado fortificado, Senhora do Castro, dominava outro castro, situado no topo da colina onde se localiza, atualmente a Sé.⁵⁰³ Em relação ao castro, situado nos arredores da cidade, aproveitou a abertura de uma estrada camarária sobranceira ao monte de Santa Luzia, para recolher objetos em bronze, que juntamente com outros que lhe ofereceram, mediu, desenhou, cotejou para os inserir na respetiva cronologia (Coelho, 1947a). Registou a destruição do castro de Santa Luzia, devido à exploração de uma grande pedreira de quartzo, e guardou os objetos que foi recolhendo.

⁵⁰⁰ Estes e outros materiais fazem parte da coleção que a família de José Coelho doou ao município em 1978 e que, atualmente, fazem parte da Casa José Coelho, que se encontra na Casa do Miradouro, em Viseu.

⁵⁰¹ Coelho, J. (1926, 24 de dezembro). Notas Arqueológicas – Vivendas rústicas romanas. *A Voz da Verdade*, p. 2. Neste local José Coelho encontrou um machado de pedra (CNA 2)

⁵⁰² Coelho, J. (1926, 4 de dezembro). Castro de Santa Luzia. *Voz da Verdade*, p.2

⁵⁰³ Coelho, J. (1926, 27 de novembro). Castro de Santa Luzia, *A Voz da Verdade*, 2.

Constatou e anotou a demolição de património devido à abertura de novas ruas. Nos *Cadernos* são constantes as referências de que passou “pelas obras...”. Foi ao Castro da Esculca e assinalou, consternado, que no local estavam a construir um bairro social (CNA nº 133, fl. 74, 22 de março de 1964), no Fontelo descobriu que o aqueduto que levava água até ao antigo Paço dos Bispos se encontrava destruído e a capela prestes a aluir (CNA nº 134, fl. 13, 5 de abril de 1964). Dá conta, também, dos últimos vestígios de uma capela que foi totalmente demolida – a capela de S. Luís, que antecedeu a atual Nossa Senhora da Conceição (CNA nº 126, fl. 43, 8 de dezembro de 1961).

Nos anos cinquenta a abertura de uma larga avenida, a *avenida de Jogueiros* hoje *25 de Abril* exigiu a destruição de um convento do século XVI.⁵⁰⁴ Por várias vezes, foi inspecionar as obras de demolição encontrando materiais como inscrições sepulcrais, que foram guardadas no museu Grão Vasco (CNA nº 109, fl. 73, 25 de junho de 1975). A intervenção urbana para a construção de equipamentos mais modernos fez-se, muitas vezes, à custa de edifícios menos significativos quanto ao seu carácter monumental, como foi a destruição do Convento de Santo António para dar lugar a uma ampla avenida. Já tinha acontecido no Porto, também para a edificação da nova estação de S. Bento destruiu-se o convento de Avé-Maria. José Coelho, em relação ao convento seiscentista não iniciou nenhuma ação de protesto, talvez já cansado de outras lutas em defesa do património (ou porque o critério de antiguidade não justificava mais uma contenda pela sua conservação?), mas procurou elementos do edifício e do seu recheio, que para ele fossem dignos de serem preservados.

Em 1930, nos jornais da cidade, nomeadamente no *O Commercio de Vizeu*, José Coelho elaborou um questionário, apelidado de *Inventário Arqueológico-Artístico da Beira Alta*, dirigido ao público em geral, em que solicitava informações sobre o património (achados avulsos, como instrumentos de pedra, cobre e ferro, moedas, quadros e mobiliário, sítios e monumentos), indicando denominações populares dos termos.⁵⁰⁵ A recolha de materiais “que denunciem trabalho ou obra antiga”, como moedas antigas ou “quaisquer objectos metálicos, de pedra, de osso, de vidro ou de cerâmica” (José Coelho, 1945: 37-38) para

⁵⁰⁴ O Convento de Santo António de Maçorim foi inaugurado em 1641 e funcionou até à extinção das ordens religiosas, em 1834. Foi convertido, depois, em sede do quartel do regimento de infantaria 14.

⁵⁰⁵ “Dolmens ou antas (vulgarmente conhecidas por órcas, arcas, urcas, mamôas, mamôelas, mamunhas, mamaltares, pedras dos moiros, altares, furnas, Forninhos, etc) – Coelho, J. (1930, 31 de maio). Inventário Arqueológico-Artístico da Beira Alta. *O Commercio de Vizeu*, p. 4.

serem estudados e depois colocados no Museu Etnológico, são apelos que José Coelho, de uma forma sistemática, redigiu para a imprensa local. E os materiais arqueológicos, como as moedas, chegavam-lhe às mãos, através de pessoas que o procuravam para as classificar, como ele confessava num pequeno artigo sobre numismática, publicado na revista *Beira Alta* (Coelho, 1945).⁵⁰⁶ Os questionários editados na imprensa periódica solicitando informações aos leitores foram uma prática já encetada pela Associação dos Arquitetos e Arqueólogos que procedeu da mesma maneira em 1898 com o objetivo de elaborar o inventário dos monumentos e objetos de arte para a sua conservação (Rosas, 1995: 146).

Em 1951, a sua indignação vira-se contra os que trabalharam com ele na criação do Museu Etnológico da Beira, Alexandre Lucena e Vale, Russel Cortez e Cristóvão Moreira de Figueiredo, sobretudo os dois últimos devido às escavações que realizaram no Castro do Banho (concelho de S. Pedro do Sul). Acusou-os da intervenção ter sido realizada sem a direção dos arqueólogos e que as escavações foram ao “acaso, sem direcção e assim deve ter sido o material inaproveitado na maior parte, em face do pouco que me foi mostrado em relação ao que eu encontrei (...)” (CNA. nº 98, fl. 59v., 1 janeiro 1951).⁵⁰⁷ A ênfase na recolha do objeto, assim com na sua interpretação, ainda estava muito presente no modo como José Coelho concebia o trabalho do arqueólogo. Classificou o ato como “um deplorável vandalismo”.

Foi informado que o dólmen de Vale de Fachas se encontrava novamente em perigo pois, na entrada, apresentava vestígios de tentativa de arranque de um esteio. O arqueólogo dirigiu-se ao chefe da Administração Florestal para recomendar aos guardas florestais para vigiarem e conservarem os dólmenes de Vale de Fachas (CNA. nº 98, fl. 69v., 7 de fevereiro de 1951). Nos anos sessenta foi o dólmen da Pedralta que continuou a ser destruído e solicitou ao Presidente da Câmara que enviasse um ofício ao presidente da junta de freguesia de Côta para vigiar e evitar a destruição deste dólmen e dos outros da serra de Côta (CNA nº 135).

⁵⁰⁶ O artigo mencionado começa com o apelo do arqueólogo, que obstinadamente, não se cansava de lutar pelo criação do museu. “Pede-se a colaboração de todas as pessoas de boa vontade para uma obra regionalista e nacionalista – o Museu Etnológico da Beira, instituição de alto valor cultural, que é urgente e indispensável criar, para recolher todas as espécies de valor arqueológico e etnográfico, histórico e artístico.” (Coelho, 1945: 36).

⁵⁰⁷ Atualmente, ainda se podem observar materiais do Castro na sua coleção. Na década de setenta e em 2000 foi novamente escavado por J. M. Bairrão Oleiro.

Em 1964, no último artigo escrito para os jornais, narra que tomou conhecimento, através de uma informação de Vera Leisner que tinha visitado o dólmen da Pedralta, em Côta, de que a laje de cabeceira se encontrava tombada para o interior da câmara, além de partida ao meio com espigões, para fazerem esteios para videiras. Perante este ato de vandalismo José Coelho solicitou ao presidente da Câmara que tomasse providências⁵⁰⁸ para a conservação do dólmen, pois faltavam mais esteios (além dos que tinham sido inicialmente arrebatados por Mendes Correia, há cerca de 50 anos, como faz questão de lembrar aos leitores). José Coelho recomendou que se erguesse e fixasse o pedaço restante do esteio da cabeceira e que se preservassem os restantes pertencentes àquele núcleo.⁵⁰⁹ As suas diretrizes para a defesa e preservação do património eram precisas e objetivas tanta na identificação dos problemas como nas soluções alternativas para os resolver, ao contrário do que sucedia com outros defensores do património que eram “Mais claros na identificação do que consideravam não dever ser feito” (Maia, 2011: 63) do que na indicação opções para a resolução de atentados patrimoniais.

O conceito de património, para José Coelho não se limitava ao arquitetónico e ao arqueológico. O património material, como os livros e manuscritos antigos também eram alvo da sua preocupação, quando estava em perigo a conservação dos mesmos. As reformas republicanas ao retirarem bens ao clero, colocaram, em Viseu, as suas bibliotecas numa situação bastante precária. José Coelho, em vários artigos de jornal, descreveu a precaridade em que se encontrava o espólio bibliográfico das extintas bibliotecas do Seminário e do Fontelo,⁵¹⁰ que passaram a ser da responsabilidade da Câmara Municipal, o qual, devido à sua extensão, não encontra lugar na Biblioteca Municipal. O arqueólogo apresentou algumas soluções para acondicionar convenientemente esse material (Coelho, 1914: 2), entre as quais se encontrava a criação de um Arquivo Distrital.

As relações de fria cordialidade e de antipatia com o capitão Francisco de Almeida Moreira estão bem claras nos seus escritos, quer sejam artigos de jornal, quer sejam nos manuscritos, como os *Cadernos de Notas Arqueológicas*. Se, inicialmente, José Coelho foi

⁵⁰⁸ Coelho, J. (1964, 28 de outubro). Em defesa das nossas espécies culturais. *Política Nova*, p. 3.

⁵⁰⁹ Coelho, J. (1964, 4 de novembro). Em defesa das nossas espécies culturais. *Política Nova*, p. 3.

⁵¹⁰ Algum desse espólio foi recolhido por José Coelho, que elaborou o seu inventário, e mais tarde o devolveu à Câmara - Coelho, J. (1927, 20 de junho). A obra dos bárbaros... *Jornal da Beira*, p.3. Só no jornal *O Povo Beirão* escreveu entre Abril e Junho de 1917 mais de dezasseis artigos no que chamava “a defesa das espécies das Bibliotecas do Seminário, do Fontelo e dos pergaminhos do Cabido”- (*Idem: Ibidem*).

um colaborador de Almeida Moreira, na investigação e recolha de objetos e pinturas a constarem do acervo do Museu Grão Vasco, com o tempo, essas relações foram-se tornando mais tensas. De acordo com Alves (1979: 493), o desiderato com o Diretor do Museu iniciou-se em Setembro de 1913 devido à sua constante preocupação com o património, desta vez, os manuscritos e pergaminhos. Almeida Moreira provocou a indignação do arqueólogo quando facultou a Júlio Dantas, na sua qualidade de Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, toda a documentação do arquivo da Sé, que incluía 175 pergaminhos dos séculos XIII a XVI. Toda esta documentação foi para Lisboa e José Coelho verbalizou a sua revolta em vários artigos de jornais. Em 1940, no jornal *O Districto de Viseu* voltou novamente ao assunto, recordando que nem sequer existia uma lista dos manuscritos que foram levados para Lisboa e que “São documentos de alto valor para a História de Viseu, levados com a promessa de restituição que até hoje não foi cumprida, apesar das reclamações feitas”.⁵¹¹ Recordava que, anteriormente, em 1858, Augusto Soromenho tinha retirado do arquivo do Cabido da Sé um lote de pergaminhos (deixando uma lista), que foram utilizados por Alexandre Herculano na obra *História de Portugal*.⁵¹² Os artigos de José Coelho e também de outros eruditos locais que eram dedicados à defesa do património estavam enformados de uma perspetiva regionalista e até bairrista, reclamando o património como se pertencesse à comunidade. O reconhecimento legal e institucional do património contribuiu para a valorização de alguns elementos culturais e étnicos, aumentou o sentido de pertença e apego e, ao mesmo tempo, o desejo de os exhibir.⁵¹³ Era o sentido de posse do património, não dele mas da comunidade em que se inseria, que legitimava José Coelho a inventariar a soma de “preciosidades que de Viseu

⁵¹¹ Coelho, J. (1940, 23 de maio). A propósito...- Os pergaminhos do Cabido. *O Districto de Viseu*, p. 1.

Logo em 1913, José Coelho como secretário da Assembleia Geral da Câmara Municipal, e as forças vivas da cidade “tomam a iniciativa de representação ao Parlamento, ao governo e ao Ministro de Instrução “ pedindo, entre outras coisas, a devolução dos pergaminhos (*Idem, Ibidem*). Júlio Dantas responde que os devolveria logo que Viseu tivesse um arquivo. Em 1927, na publicação *Etnologia Regional* referia o mesmo tema. Depois da insistência das vereações, e graças à intervenção da Junta de Província da Beira Alta, as peças de índole paleográfica do cartório capitular da Sé de Viseu regressaram em 1965, não todas, mas 93 das 175 que estavam depositadas na Torre do Tombo e que foram para o Arquivo Distrital de Viseu, criado em 1932- Coelho, J. (1965, 14 de abril). O Arquivo do Cabido da Sé. *Jornal de Viseu*, 1, 9.

⁵¹² Coelho, J. (1942, 8 de março). Património Etnológico da Beira VII – Códices preciosos arrebatados a Viseu. *Política Nova*, p.2.

⁵¹³ O sentido de pertença ao património que, por vezes, é retirado do local de origem e levado para a capital ocorre, no século XIX, um pouco por todo o país como Rosas (1995: 140) informa: um periódico conimbricense responsabilizava a Câmara da cidade por ter deixado Possidónio da Silva levar do arquivo do município alguns objetos para o Museu do Carmo

teem saído, inscrições lapidares, pergaminhos preciosos, livros raros, obras de arte (...) ⁵¹⁴ e a propor, de uma forma oficial, a criação de uma “Comissão de Defesa da Beira”, para zelar pela proteção dos objetos patrimoniais e acabar com o seu êxodo.

⁵¹⁴ Coelho, J. (1924, 29 de novembro). Interesses Regionais – Da necessidade de defender as nossas preciosidades. *A Voz da Verdade*, pp. 1-2.

11. Cristóvão de Figueiredo

Cristóvão José Moreira de Figueiredo (1891-1962) foi professor e diretor da Escola Comercial e Industrial de Viseu. Colaborou em muitas revistas, entre as quais a revista *Beira Alta* e outros periódicos locais, tendo sido diretor dos jornais *Ecos do Vouga* e *A Beira*, em que publicou artigos sobre arqueologia,⁵¹⁵ história⁵¹⁶ e outros temas relacionados com a cidade.⁵¹⁷ Foi sócio fundador do Instituto Etnológico da Beira, da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, da Associação dos Arqueólogos de Lisboa, do Instituto de Coimbra e da Associação de Escritores.

Com o título *Subsídios para o estudo da Viação romana das Beiras*,⁵¹⁸ Moreira de Figueiredo procedeu ao levantamento exaustivo das vias romanas que em todos os sentidos cruzavam os vales e as serras da região. Além das vias romanas, identificou “estradas medievais, simples caminhos antigos de transumância ou de comércio da antiga Beira”, mas não os distinguiu. Identificou dezassete estradas romanas com origem em Viseu, delas derivando outras. É um número exagerado criticado por Orlando Ribeiro e Vaz (1997), que escreve que esta quantidade excessiva se deve a uma questão de demasiada afeição à sua região, adiantando que a tentativa de síntese não foi conseguida, os erros no inventário de vestígios romanos são grandes e as informações coligidas “mostram-se desordenadas e confusas” (Vaz, 1997).

Entre 1952 e 1953 inventariou todos os vestígios romanos da Beira Alta, como os marcos miliários, aras e outras inscrições, enumerou as estações arqueológicas e achados avulsos junto das vias romanas, recorrendo a informações publicadas por José Coelho, Amorim Girão, Alberto Souto, Ferraz de Carvalho, Padre Eugénio Jallay, e outros informadores

⁵¹⁵ Figueiredo, C. M. (1945). Notícia Arqueológica. Notícia de uma cerâmica romana encontrada fora do concelho de Viseu, nas Caldas de Lafões. *Beira Alta*, 4, 1, pp. 33- 35.

⁵¹⁶ Figueiredo, C. M. (1960). A Beira e as Invasões de Leste. *Beira Alta*, 29, 4, pp. 403- 423. Realizou o inventário de todas as invasões que a região sofreu, desde a época romana, inclusive.

⁵¹⁷ Figueiredo, C. M. (1958). Subsídios para o Estudo das Instituições Culturais, Económicas e Sociais de Viseu, *Separata do Boletim do Grémio do Comércio do Distrito de Viseu*. Nº 14 (IV Série), Viseu. Elaborou uma breve história e descrição dos estabelecimentos de ensino e de cultura, em que se incluem o Museu Grão Vasco, Museu de Arte Sacra, Museu de Etnologia e História do Distrito de Viseu e os escritores viseenses. Sobre o Paço dos Três Escalões, antiga residência episcopal, refere que as obras de adaptação ao Museu alteraram a sua estrutura interna, que se não harmoniza com a moldura exterior das paredes (Figueiredo, 1958: 5).

⁵¹⁸ Figueiredo, C. M. (1952-1953). (1971). Subsídio para o estudo da viação romana das Beiras. *Beira Alta*, 9, 4, 1952, pp. 299-330; 12, 1, 1953, pp. 27-63; 12, I, 1953, pp. 27-63, 2e3, pp. 153-208, 1953.

menos conhecidos. Comunica que as vias romanas se cruzavam no local correspondente à antiga cidade romana, no largo das Freiras, seguindo a tese de Amorim Girão. Efetuou a leitura paleográfica das inscrições romanas de Mendes Correia, Maximiano de Aragão, Francisco Manuel Correia, Pinho Leal, Leite de Vasconcelos, Viterbo, Russell Cortez, entre outros. Transcreveu de Hübner os nomes das cidades romanas. Publicou novamente as inscrições que Botelho Pereira refere e que Hübner⁵¹⁹ já tinha divulgado no CIL, apesar das leituras nem sempre coincidirem. Ainda condensou o resultado dos vários trabalhos, relativos a vestígios romanos na região das Beiras, publicados por Botelho, Berardo, Aragão, José Coelho, Almeida e Silva, Mendes Correia, Amorim Girão, Russell Cortez, Rogério de Azevedo, etc. Fez parte da comissão instaladora para oficializar e encontrar um local para o Museu Etnológico.

Quanto à Cava de Viriato (Figueiredo, 1953: 192) a sua opinião era pouco original, pois considerava que teria sido Décimo Júnio Bruto o seu construtor, em 138 a.C. e que teria sido, ainda, utilizada para guardar rebanhos “no decorrer dos tempos”.

Entre outros trabalhos, fez o inventário das alminhas e participou nas escavações do castro do Banho, como referimos no capítulo sobre José Coelho.

⁵¹⁹ Ainda de acordo com Moreira de Figueiredo, a inscrição nº 404 foi encontrada em Cavernães, não em Viseu e, em vez de LARI[B]/VS, deve ler-se LVRV/NI (Figueiredo, 1953: 74). Acrescenta ao CIL II uma inscrição encontrada na avenida Navarro (*Idem*: 73).

12. Manuel Alvelos

Manuel Alvelos (1900 – 1970), nascido na freguesia de Cavernães (Viseu), juiz com vasta erudição, dedicou parte do seu tempo à investigação da história local e também à epigrafia, área que dominava, como provam os artigos em jornais e revistas. A maior parte dos seus trabalhos está publicada em edição de autor. Colaborou com diversos artigos no jornal *Distrito de Viseu*, no *Jornal de Viseu* e na revista *Beira Alta*.

Das suas obras escritas, no que diz respeito ao património, destacam-se os artigos sobre as aras encontradas em Cavernães, no concelho de Viseu, dedicadas à divindade de carácter local Luru⁵²⁰ (CIL n.º 404). A inscrição, divulgada inicialmente por Botelho, gravada numa ara, foi por ele descoberta em Cavernães de Baixo, em 1930. Esclarece que a tem guardada a *coberto de outros atentados* (1952: 264) e que se trata de uma ara consagrada a uma divindade lusitana – *Lurunio*. Menciona recordações, entre a população local, das ruínas de um templo (colunas e restos de pedras lavradas) enterradas no local próximo do sítio onde foi encontrada a epígrafe. O juiz Alvelos afastava-se, assim, dos colecionadores, pois não lhe interessava apenas o objeto em si, mas mostrava-se atento ao meio em que o vestígio foi encontrado.

Publicou um estudo sobre a fonte de Santa Cristina⁵²¹ e os monumentos antigos de Viseu,⁵²² em que fez a leitura de documentos encontrados no arquivo do cabido sobre o Convento de Jesus e a Sé, além de vários estudos sobre Grão Vasco, o pintor Gaspar Vaz e os pintores de Viseu. Num desses estudos recua em onze anos a atividade do pintor Vasco Fernandes para 1501, contra a inicialmente proposta por Aragão para 1512 (Alvelos, 1942: 179). O artigo sobre os monumentos antigos é importante, porque divulga um documento de finais do século XVI que referia um muro largo que servia de

fortaleza e amparo da mesma sé e cidade de muito boa pedraria lavrada de ambas as partes, o qual muro o dito bispo mandou derribar um muito lanço dele, e com a pedra dele fez um certo mosteiro (...)

(Alvelos, 1948: 333)

⁵²⁰ Alvelos, M. (1936, 29 de julho) O deus LURUNI. *Distrito de Viseu*, p. 4.

Alvelos, M. (1952). A ara das Vendas de Cavernães. *Beira Alta*, 11, 3, pp. 263-266.

Alvelos, M. (1967). *LVRV Divindade Lusitano-Romana das Vendas de Cavernães*, Viseu: s.e.

⁵²¹ Alvelos, M. (1962). Repercussões da Primeira Invasão Francesa em Viseu – O Brasão da Fonte de Santa Cristina. *Beira Alta*, 21, 2, pp. 549-557. Citando documentos dos séculos XII e XV, refere que a fonte de Santa Cristina é antiquíssima.

⁵²² Alvelos, M. (1948). Monumentos Antigos de Viseu. *Beira Alta*, 7, 4, pp. 331-335.

O juiz Alvelos é de opinião que este documento confirmava a descrição feita por Francisco Manuel Correia, nas suas *Memórias*, da fortificação de Viseu⁵²³ e que ficava esclarecido o destino da pedra da muralha derrubada, que foi utilizada na construção do Convento de Jesus.

Publicou, ainda, alguns artigos sobre Grão Vasco, Gaspar Vaz e Estevão Gonçalves Neto e a pintura coetânea daqueles.⁵²⁴

O juiz Alvelos, homem culto dedicado à magistratura, interessado num amplo leque temático de pesquisa histórica, encaixa-se no perfil do historiador local que aproveitava os seus tempos livres para pesquisar nos arquivos com o intuito de aprofundar assuntos ainda fraturantes da história local, como ainda era a polémica sobre a escola de Grão Vasco. A arqueologia não lhe era indiferente e apesar de não ser arqueólogo, mostrava alguma sensibilidade para a nova ciência, aproveitando a sua vasta erudição para estudar a epigrafia latina, consubstanciada nas aras que lhe chegavam ao conhecimento. Informa sobre alguns vestígios que vai descobrindo como dois marcos miliários anepígrafos encontrados em Lustosa (Azevedo, 1960: 389).

Em carta enviada ao jornal *Distrito de Viseu*,⁵²⁵ aproveitando as obras que se estão a efetuar na Sé, para aprofundar a sua investigação, propõe a correção de uma inscrição do bispo D. Gonçalo Pinheiro, que ao longo do tempo foi sendo adulterada. Não omitia as fontes, indicando Berardo que tinha deixado cópia da inscrição primitiva e Maximiano de Aragão que já se tinha dado conta da deturpação. Também chamou a atenção para uma pintura em que deveriam estar representadas as armas de Jerusalém e as da Ordem do Santo Sepulcro, e apenas lá se encontra um “borrão”.

Pelos *Cadernos de Notas Arqueológicas de José Coelho* temos conhecimento que trocavam impressões, tendo até o arqueólogo tentado convertê-lo para a sua causa de valorização da Cava, mostrando-se o juiz pouco interessado. No CNA nº 149 (fl. 24, 12 de

⁵²³ “Um sólido quadrado de muralhas com a entrada a poente e com uma torre em cada angulo, duas das quais ainda existem, e que são a torre em que está instalado o Arquivo Distrital, e a que se encontra ao fundo da rua das Ameias, ligadas entre si por um forte lanço de muralha” (Alvelos, 1948: 333).

⁵²⁴ Alvelos, M. (1965). Vasco Fernandes Mestre do Retábulo da Sé de Viseu. Separata da Revista *Beira Alta*; Alvelos, M. (1942). Ainda o Grão Vasco, novas achegas para a sua biografia. *Beira Alta*, 1, 4, pp. 179-183; Alvelos, M. (1943). O Pintor Gaspar Vaz. *Beira Alta*, 2, 1, pp. 25-29; Alvelos, M. (1944). Pintores de Viseu. *Beira Alta*, 2, 4, pp. 387-391. Neste último artigo, a partir de pesquisas no arquivo do cabido da Sé de Viseu, realiza um inventário de pintores da região entre os séculos XIV e XVII.

⁵²⁵ Alvelos, M. (1938, Outubro 13). Notas à Margem- Das Obras na Sé”. *O Districto de Viseu*, p. 3

junho de 1967) José Coelho regista como título *Visita à Cava de Viriato- uma desilusão*, referindo-se ao fracasso da sua intervenção pela causa da Cava, junto do juiz. Foi contemporâneo de Alexandre Lucena e Vale que referiu a procura de documentos sobre Grão Vasco, juntamente com o juiz, no Arquivo Distrital (1945d: 219). Com um espírito, por vezes, de antiquário, ia colecionando matérias arqueológicas, que depois colocou à disposição para as primeiras exposições do Museu Etnológico. Homem de grande erudição com estudos em história, epigrafia, arqueologia, história de arte, o juiz Alvelos realizava as pesquisas nos seus tempos livres, o que não lhe permitiu publicar uma obra de síntese sobre os temas de história que lhe interessavam.

13. Russell Cortez

Fernando Russell Cortez (1913- 1994) publicou vários estudos de arqueologia sobre Braga, onde viveu parte da sua infância. Foi convidado a organizar o Museu D. Diogo de Sousa naquela cidade e publicou um pequeno roteiro sobre o mesmo. Ocupou o cargo de investigador do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, pertencente ao Instituto de Alta Cultura, então sob a direção do Prof. Mendes Correia, ali publicando diversos estudos arqueológicos, antes de se ter dedicado à Etnografia. Foi o terceiro diretor do Museu de Grão Vasco, entre 1955 e 1983, modernizando o espaço e atualizando os discursos expositivos, de acordo com o conceito de museu da década de sessenta. Nos anos sessenta pertenceu à Comissão de Arte e Arqueologia de Viseu. Ocupou o cargo de presidente da Comissão Nacional de Turismo, na mesma altura, e, ao mesmo tempo, foi vereador da Câmara Municipal de Viseu.

Publicou alguns estudos sobre vestígios arqueológicos encontrados na região da Beira Alta, referindo o achado de um punhal curto de metal e uma bacia de bronze já estudados por José Coelho, encontrado no Castro da Trepça (Fornos de Algodres);⁵²⁶ transcreveu e fez a leitura de duas inscrições romanas, uma de Fornos de Algodres (Guarda) e outra de S. João da Pesqueira.⁵²⁷ Noutra publicação, resume as teses da época sobre o neolítico e época posterior na Europa e em Portugal. Realizou um estudo comparativo de alguns instrumentos encontrados em Mamaltar e na anta da Pedralta com outros descobertos em Portugal, sobretudo na região das Beiras. Os dólmens e o seu espólio, as pinturas e os ídolos-placa também são alvo do seu estudo comparativo.⁵²⁸

Cauteloso na interpretação de vestígios arqueológicos, referiu desconhecer a origem do nome da cidade e também do núcleo urbano, acrescentando que tudo o que se tinha dito carecia de “testemunhos fidedignos, objectivos e irrefutáveis” (1959: 5). Declarou que nos arredores da cidade tinham sido assinalados locais com ocupação humana desde a pré-história – duas importantes necrópoles dolménicas, uma na zona de Cavernães, Santos

⁵²⁶ Cortez, F. R. (1950). *Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII (Alguns elementos para a sua cronologia)*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora, Limitada,

⁵²⁷ Cortez, F. R. (1948). A Ara greco-Romana do Castro de Fontes. *Separata dos Anais do Instituto do Vinho do Porto*, Porto: Edição do Instituto do Vinho do Porto

⁵²⁸ Cortez, F. R. (1952). Contributo para o estudo do Neolítico de Portugal. *Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, Porto, pp. 1-60

Evos, Rio de Loba e Mundão, outra na Lobagueira, nos limites de Couto de Cima. Declarou, também, a existência de povoados da Idade do Ferro, castelo do Aral, Santa Luzia e Senhora do Crasto. Apesar de fazer citações, não mencionava as suas fontes.

Em 1957, editou um boletim do Museu Grão Vasco, *Viriatis*, único museu regional que contava com uma publicação, dedicada à arte, arqueologia e museologia, como surge impresso na capa. Nele, além do relatório das atividades do Museu, publicou um artigo sobre a hierologia pré-romana nas terras da Beira,⁵²⁹ vários artigos sobre arte, epigrafia⁵³⁰ e história. No mesmo ano, montou uma exposição temporária no museu, justificando a sua realização como um meio para chamar a atenção do público para as coleções do museu (1957). Posteriormente, continuou a efetuar exposições temporárias com a elaboração e impressão de catálogos. Publicou artigos sobre a comunidade judaica de Viseu e as ligações familiares de Pedro Álvares Cabral à cidade.

Escreveu um pequeno livro, com fins turísticos, sobre Viseu⁵³¹ e alguns artigos relativos à cidade, mas que nada trouxeram de novo à investigação histórica. Quanto à descrição do património local, já estabeleceu paralelos entre as estruturas arquitetónicas locais e outras. Por exemplo, em relação à Sé, repara que os seus pilares são do tipo dos de Alcobaça, não se repetindo em outras igrejas portuguesas da época (1959).

Relativamente à Cava, defendeu que a campanha de D. Junius Brutus, no século II, levou os generais romanos à construção do acampamento nas margens do rio Pavia e que o local teria servido de quartel-general da campanha deste general romano contra os lusitanos e, ao mesmo tempo, como apoio às legiões romanas. Conjetura que o numeroso contingente militar deve ter originado uma movimentação populacional, que estaria na génese da futura cidade. Dos tempos romanos enumerou as vias e os miliários, que permitiam supor que a cidade era um centro urbano com algum relevo, como já tinha alvitado Amorim Girão. Descreveu, sumariamente, as muralhas com as suas portas, as igrejas e, sobre a da Misericórdia, no largo da Sé, afirmou que assenta sobre um lanço da muralha afonsina

⁵²⁹ Cortez, F. R. (1957b). Contributo para o Estudo da Hierologia Pré-Romana da Beira. *Viriatis- Arte Arqueologia Museologia*, I, Viseu: Museu Grão Vasco, pp. 33- 42.

⁵³⁰ Cortez, F. R. (1957c). *Viriatis e Viriatus*. *Viriatis- Arte Arqueologia Museologia*, I, Viseu: Museu Grão Vasco, pp. 55-57.

⁵³¹ Cortez, F. R. (1959). *Viseu*. Porto: Editora Marques Abreu

Do seu livro são transcritos artigos para a imprensa local como, por exemplo, Cortez, F. R. (1956, 16 de maio). Opinião acerca da origem da cidade de Viseu. *Política Nova*, p. 3

(1959: 6). Referiu que desde os primórdios, da catedral de Viseu nada chegou até nós e enumerou as obras aí realizadas pelos bispos. O museu Grão Vasco e as coleções para fruição do público também são alvo de descrição. Abordou, ligeiramente, a problemática sobre a autoria dos quadros do pintor Vasco Fernandes.

A atividade museológica de Russell Cortez como terceiro diretor do Museu Grão Vasco não é objeto do nosso estudo, no entanto, não poderemos deixar de realçar, de um modo muito geral, a nova dinâmica que imprimiu ao museu, procurando dinamizar atividades lúdicas como sessões de cinema sobre arte, exposições temporárias, visitas dominicais orientadas, além do projeto “Extensão escolar do Museu”, incrementando as visitas escolares. Sempre atento ao património, reparando que se encontravam pergaminhos a encapar alguns livros no Arquivo Distrital, que também dirigiu, pertencentes ao cabido da Sé, recuperou um desses pergaminhos realizando a sua transcrição e leitura.⁵³²

Em 1952, organizou uma exposição sobre arqueologia no Pavilhão da Feira de S. Mateus, “Exposição Arqueológica da Beira Alta”, considerada como a inauguração provisória do Museu de Etnologia da Beira Alta.⁵³³

Como já referimos, fez parte da comissão instaladora do Museu do Povo da Beira na Casa do Adro, na Sé, organizando uma exposição e catálogo para o museu, subordinada ao tema “Do vasilhame vinário”. Ao contrário de Almeida Moreira, procurou ampliar a coleção arqueológica do Museu Grão Vasco, realizando viagens de prospeção e o inventário dos monumentos existentes na Beira Alta, recolhendo algumas epígrafes funerárias romanas e acrescentando que preparou uma campanha de exploração de antas e antelas (Cortez, 1957: 128-129).

Realizou escavações em povoados fortificados, durante a década de 50, na região de Viseu: castro do Banho (termas de S. Pedro do Sul) que tanta indignação provocou em José Coelho e castro de Figueiró da Granja (Fornos de Algodres), cujos resultados das intervenções não foram publicados (Cruz, 2001: 30). Em 1949, dirigiu as escavações de uma necrópole, localizada na avenida Emídio Navarro, já iniciadas por José Coelho e cujo relatório não foi publicado.

⁵³² Cortez, F.R. (1982). Uma possível folha de cronicão medieval. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães, pp. 16-20.

⁵³³ Cf. José Coelho

14. Alexandre de Lucena e Vale – a diversidade temática

Alexandre de Lucena e Vale (1896 -1978) nasceu em Viseu e realizou os seus estudos universitários em Coimbra, onde terminou a licenciatura em Direito. Profissionalmente, exerceu o cargo de notário e advogado; durante algum tempo foi presidente do município e ainda Presidente da Junta de Província. Em 1949 fundou o Instituto Cultural da Beira e foi sócio da Academia Portuguesa de História.

Lucena e Vale contribuiu para a investigação da história local e regional e parece ter sido o investigador mais eclético nos temas que estudou e publicou, não só sobre Viseu, mas sobre toda a região da Beira. No entanto, nos seus textos são frequentes os adjetivos apologeticos de exaltação à sua cidade e região, não conseguindo utilizar um vocabulário verdadeiramente isento, o que é frequente nas obras dos que se dedicam à história local.

Publicou cerca de três dezenas de livros a partir de 1931, além de numerosos artigos na imprensa local, na revista *Brotéria*, nos *Anais da Academia Portuguesa de História* e na revista *Beira Alta*,⁵³⁴ sobre património, história, história de arte, como a pintura de Grão Vasco,⁵³⁵ e artigos de opinião sobre a cidade, os seus problemas e o urbanismo. Na revista *Beira Alta*, que dirigiu, Lucena e Vale publicou imensos artigos na secção, *Notas & Comentários*, que eram um apanágio do diretor (Cruz, 1981), em que expressava a sua

⁵³⁴ A revista *Beira Alta* foi editada pela Junta de Província da Beira Alta. Nas linhas iniciais do 1º volume escrevia Lucena e Vale: “Competindo às Juntas de Província funções de cultura e fomento intelectuais e artísticos na respectiva circunscrição da sua competência, logo na primeira sessão da Junta de Província da Beira Alta, tivemos a honra de propor à esclarecida atenção dos seus ilustres membros, a questão da oportunidade e conveniência desta publicação. Aceite unanimemente a nossa proposta, entendeu-se que, muito embora sob o patrocínio da Junta de Província da Beira Alta, convinha que a publicação a sair ficasse independente do organismo por cuja iniciativa afinal aparecesse em público”. (Lucena e Vale, 1942: 5-6). A independência entre a nova publicação e o organismo que a patrocinava, constitui uma salvaguarda para manter o seu carácter inteiramente cultural, e será, em análise feita *a posteriori*, o segredo para a sua longevidade (Alves, 1991: 2). Trata-se de uma revista de carácter regional e local em que colaborava o académico ligado a uma universidade até ao erudito local, que se interessava pela história e património. Em 1939, no *Caderno de Notas Arqueológicas* nº 47, José Coelho anotava que Lucena e Vale o tinha convidado a colaborar com um artigo sobre arqueologia de Viseu para uma publicação que a Junta Provincial iria editar no âmbito da Comemoração centenária de 1940 (30 Março, fl 5). Considerando que Lucena e Vale, no primeiro número da *Beira Alta*, confessava que *há muito* que pensava numa publicação com estas características, a génese da revista poderá estar relacionada com as Comemorações do duplo centenário, cuja oportunidade foi aproveitada para a inauguração da revista.

⁵³⁵ Sobre a problemática da existência de Grão Vasco e a historiografia sobre o pintor, Lucena e Vale publicou um artigo muito claro sobre o tema – Lucena e Vale A. (1953). Grão Vasco na História e na Crítica. *Beira Alta*, 12, 1, pp. 83- 120.

opinião sobre a degradação e conservação do património, lembrava grandes figuras do passado⁵³⁶ e eventos marcantes da história, destacava e comentava assuntos mais vastos relacionados com a cultura, como colóquios, exposições, visitas, etc. e apresentava as novidades bibliográficas que iam sendo publicadas. Alguns artigos publicados na revista *Beira Alta* são alterados, refundidos e são divulgados em separatas.⁵³⁷

A pesquisa nos arquivos e a publicação e leitura de fontes era um labor cultural a que se dedicava com frequência, cumprindo os ditames consagrados nos estatutos da Academia da História,⁵³⁸ de que resultou um contributo importante para a história local, publicado nas páginas da revista – os livros das *Atas da Câmara Municipal de Viseu*, entre 1534 até 1914, que genericamente intitulou de *História Municipal de Viseu*. São seis volumes de atas do município,⁵³⁹ umas resumidas, outras publicadas na íntegra, de consulta obrigatória para quem se dedicar ao estudo da história da cidade. Cruz (1981) aponta-lhe a falta de uniformidade na transcrição e a ausência de índices temáticos.⁵⁴⁰

Lucena e Vale efetuou a leitura do manuscrito de Francisco Manuel Correia (1802- 1882), cónego da Sé, amigo de Berardo, que escreveu *Memórias em respeito à Cidade de Vizeu sua Fortificação, Cathedral, Bispos e Priores, Cabido e Ducado extincto e mais notabilidades de remota antiguidade e posteriores de que há noticia. Por hum curioso*,

⁵³⁶ Lucena e Vale, A. (1967). *Gente de Prol. Evocações e Rectificações Históricas*. Viseu: Edição de Autor. O livro referenciado consta de nove estudos sobre várias figuras da história. Lucena e Vale editou outros estudos sobre figuras e acontecimentos locais, como os que se referem às relações do Infante D. Henrique com a Beira, à defesa da naturalidade viseense de João de Barros, estudos em que defendeu a importância e a autonomia dos municípios.

⁵³⁷ Na bibliografia de Lucena e Vale surgem referências com o mesmo nome que correspondem a textos alterados, diferentes, embora com o mesmo título.

⁵³⁸ A Academia Portuguesa da História foi criada pelo Decreto-Lei nº 26 611, de 19 de maio de 1936, sucedendo à Academia Real da História Portuguesa. Encontrava-se ligada ao Estado Novo, de quem dependia financeiramente. No artigo 2º dos primeiros Estatutos está consagrado “Fazer a publicação sistemática dos documentos guardados nos arquivos portugueses e estrangeiros, públicos e particulares, que digam respeito à história portuguesa e possam enriquecê-la”

⁵³⁹ Lucena e Vale (1945a). *Livro dos Acordos de 1534 da Cidade de Viseu: subsídio para o estudo da vida municipal portuguesa no século XVI*. Viseu: Edição Subsidiada Pela Câmara Municipal de Viseu.

Lucena e Vale, A. (1947a). Índice do Livro dos Acordos do Século XVI. *Separata da Revista Beira Alta*.

Lucena e Vale, A. (1955). Um século de administração municipal : Viseu : 1605-1692. *Separata da revista Beira Alta*

Lucena e Vale, A. (1967). Viseu do Século XVIII nos Livros de actas da Câmara. *Separata da Revista Beira Alta*, Edição Junta Distrital de Viseu

Lucena e Vale, A. (1967a). Livros de Actas da Câmara Municipal de Viseu. Século XIX. *Separata da Revista Beira Alta*

Lucena e Vale, A. (1971b). *Os Finais da Monarquia e Começos da República nas Actas da Câmara de Viseu 1900-1914*. Viseu: Edição Junta Distrital de Viseu.

⁵⁴⁰ Cruz, A. J. C. (1981, 29 de outubro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 7- 8.

Viziense. Ano 1876, que foi publicado pela Junta Distrital de Viseu nas páginas da revista *Beira Alta*. Nos comentários ao manuscrito e em artigo anterior (1972b), Lucena e Vale identificou a cidade de Viseu com Talabriga, não se baseando em qualquer fonte, mas provavelmente por uma questão de amor à terra, como as suas palavras deixavam transparecer.⁵⁴¹

Com interesses muito ecléticos, Lucena e Vale também estudou várias temáticas da história de arte. Na monografia *Grão Vasco na História e na Crítica* (1953) fez uma síntese relativa às investigações sobre Grão Vasco, até à data, com a apresentação de documentos e das opiniões de Botelho Pereira, Racczynski, Aragão, Sousa Viterbo (que encontrou um documento que relaciona Gaspar Vaz com os quadros de Tarouca), José de Figueiredo (que atribui os quadros do retábulo do altar mor da Sé a Jorge Afonso), Almeida Moreira, que partilhava a suposição de José de Figueiredo (atribui o retábulo de S. Francisco de Évora a Jorge Afonso e pelas suas afinidades com o de Viseu, também o atribui àquele pintor, deixando apenas a Grão Vasco a autoria das tábuas monumentais), Bertaux, Virgílio Correia (que encontrou em Lamego, os contratos celebrados com o pintor para a elaboração de um políptico para a Sé de Lamego, confirmando a autoria de Vasco Fernandes nos quadros de Lamego), o professor Reinaldo dos Santos (revelou novos documentos sobre a atividade do pintor e negou quaisquer semelhanças entre os quadros de Lamego e os de Viseu) e Luís Reis dos Santos (classificou como pintados por Grão Vasco os conjuntos de Viseu, Lamego e Tarouca). Lucena e Vale tece algumas críticas àqueles que estudaram o assunto e não apresentaram os fundamentos das suas afirmações, ignorando para a classificação dos quadros a análise da técnica e estilo; ele vai analisar a pintura para provar que foi Grão Vasco quem pintou os conjuntos de Viseu e Tarouca.

No artigo “O caso artístico de Grão Vasco” (Lucena e Vale, 1958b: 173-189) resume de uma forma clara e objetiva toda a polémica em torno do pintor e da autoria das suas obras, desde Botelho que o refere, pela primeira vez, até à descoberta realizada por Virgílio Correia, a partir de documentos, que revelaram que o autor do núcleo de quadros de

⁵⁴¹ Na sua opinião, entre outros argumentos, são numerosos os vestígios romanos encontrados em Viseu, além das vias romanas, e da própria Cava de Viriato, o que pode provar a identificação de Viseu com Talábriga, cujo “tema não é despiciendo ao brio e nobreza de qualquer terra. Segundo um texto de Appiano de Alexandria que escreveu no século segundo da nossa era, Talábriga foi uma das cidades da Lusitânia mais ousada e contumaz na reacção contra os Romanos, de tal modo persistindo na sua rebeldia sistemática que obrigou Roma a enviar à Península o célebre general Décimo Júnio Bruto para de vez a submeter e castigar (...)” (Lucena e Vale, 1972b: 208)

Lamego foi Grão Vasco. Sobre o Paço dos Três Escalões, atual Museu, depois de um breve resumo sobre a sua história, lamentava as alterações sofridas para o modernizar, “a técnica sacrificou aos deuses de hoje a beleza e a nobreza do passado” (*Idem*: 214), partilhando o conceito da *unidade de estilo*, aplicado pela DGEMN, em relação às intervenções patrimoniais. Pela primeira vez, valoriza a pintura mais atual, pois além dos *Primitivos* nomeia pintores mais recentes, como Columbano que “dá ao Museu de Grão Vasco uma notabilidade sem paralelo” (*Idem*: 216). Sobre Viseu declarava que o seu valor intrínseco

está unicamente e exclusivamente no seu pitoresco, nos seus aspectos antigos e nos seus valores artísticos. A Sé, as portas da muralha, os seus palacetes e vetustas construções, o seu Museu sobretudo, isso, sim é que pode recomendar Viseu à gula do visitante.

(*Idem*: 247)

Nas páginas seguintes, justificava o “seu relativo relevo e desenvolvimento” no passado, para concluir que se impunha a “restauração e reconstituição de todos os restos monumentais do nosso passado histórico” (*Idem*: 248). No conceito de monumento ainda estão implícitos a antiguidade, o valor histórico e artístico e é a partir desta concetualização que os selecionou para os integrar nos artigos e monografias que elaborou.

Editou uma coletânea de vários estudos e referências a locais, paisagens, monumentos e histórias da História da Beira Alta – *Beira Alta-Terra e Gente* (1958b). No capítulo, *A Porta românica de Ferreira de Aves* refletiu sobre as razões do desaparecimento dos templos românicos na diocese de Viseu, ao contrário do que havia sucedido na vizinha diocese de Lamego, as quais são imputadas, na sua opinião, à renovação dos edifícios religiosos encetados nos séculos XVII e XVIII pela mitra e cabido diocesanos (Lucena e Vale, 1958b: 152-153). De facto, a maioria das construções da época medieval foram demolidas e reedificadas em épocas posteriores, em particular no século XVIII.⁵⁴²

Em 1949, é editado o álbum ilustrado, *Viseu Monumental e Artístico*, muito semelhante a um guia, sobre a cidade e os seus principais monumentos: a Cava de Viriato, Sé, Museu Grão Vasco, muralha e portas da cidade, as casas nobres e antigas de Viseu (a mais antiga

⁵⁴² Outro artigo sobre arte, já fora do período em estudo, foi publicado, em 1976, na revista *Beira Alta, Janelas e Portais Antigos de Viseu* em que paralelamente à história, destacava o valor artístico do monumento, que descreveu pormenorizadamente.

Lucena e Vale editou um artigo sobre a evolução de uma das principais praças da cidade durante cinco séculos – o Rossio. É um artigo sem grandes pretensões que resultou de uma comunicação proferida no Clube de Viseu - Lucena e Vale, A. (1968b). Rossio. *Beira Alta*. 27, 1, pp. 113-129.

data do século XVI), as igrejas e capelas, a azulejaria. Os monumentos continuavam a ser seleccionados pelo seu valor histórico (materializam factos históricos ou estão ligados a personalidades ou famílias com alguma projecção na região) em que estava incluída a antiguidade pelo seu valor artístico. Lucena e Vale descreveu o estilo artístico dos monumentos, incluindo os que desapareceram, como a capela de Santo Amaro, em Santa Cristina (1995: 105). No capítulo *Viseu moderno e pitoresco* incluiu monumentos comemorativos, alguns erguidos já no século XX, o que mostra que o autor dominava o conceito alargado de património saído da *Convenção de Veneza*. O último capítulo, dedicado aos arredores de Viseu, é uma mistura da descrição do bucolismo e ruralismo no alfoz da cidade, tão ao gosto do Estado Novo, e do património mais representativo, como uma velha estrada e ponte, um convento em ruínas, o convento de S. Francisco do Monte de Orgens, e uma antiga casa senhorial. A obra está escrita num estilo saudosista, em que o autor não consegue disfarçar a sua empatia e agrado pelo património que percorre com detalhe.

Na obra *Viseu Antigo. Apostilas e Rectificações Históricas* (n.d.), que resultou da compilação de artigos divulgados na revista *Beira Alta*, menciona o contributo que pretende dar à história local, que passa por facultar “o verdadeiro e actual conhecimento dos problemas da nossa história local, de modo à pronta informação que se impõe, corrigindo inexactidões, desenvolvendo o campo da verdade, fornecendo a nota bibliográfica que fundamenta cada assunto” (Lucena e Vale, n.d.). No entanto, não elabora qualquer síntese, pois debruça-se sobre assuntos muito díspares, como as origens da cidade que fez recuar a um “castro pré-histórico a remontar, pelo menos, aos tempos neolíticos”, localizado no morro da Sé, remetendo para os achados de José Coelho (Lucena e Vale n.d.: 6); a origem da Cava em que coligiu teses de vários cronistas, atribuindo a sua génese aos romanos, *presumivelmente* erguida por Décimo Júnio Bruto para aquartelamento das tropas; a possível identificação de Viseu com Talábriga e os motivos que fundamentaram a sua tese (*Idem*: 9-10); a *origem da feição eclesial* de Viseu, em que também elencou informações de antigos cronistas e historiadores;⁵⁴³ o problema da morte e sepultura do rei D. Rodrigo, em que não adianta nada de novo; as “armas” de Viseu e o seu processo historiográfico; as portas da muralha; a localização do suposto Paço do Ducado na rua da

⁵⁴³ Sobre este assunto, mais uma vez transparece o bairrismo, ao afirmar que Viseu era “um aglomerado urbano dos de maior relevo da zona ocidental da Península” (Lucena e Vale, n.d.: 11).

Cadeia; os titulares do senhorio de Viseu; o Rossio, sítio com alguma importância por ser o centro social da cidade; as instituições culturais, as janelas e portais antigos em que prevalece o valor arquitetónico descrevendo as estruturas que os compõem. Transcreve e publica documentos, confrontando a sua investigação com outras realizadas pelos investigadores locais que o precederam: discorda de José Coelho sobre a origem do Rossio e outros espaços de lazer da cidade que, segundo o arqueólogo, surgiram simultaneamente em 1510, a pedido dos vários grupos sociais encabeçados pelo corregedor e pelo bispo D. Diogo Ortiz de Vilhegas, e que para Lucena e Vale foram surgindo pouco a pouco, de acordo com as necessidades da cidade (Lucena e Vale, 1947). Para a elaboração desta obra vasculhou em numerosos arquivos utilizando uma enorme panóplia de fontes que transcreve e lê: os livros do cabido, registos paroquiais, várias fontes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Câmara Municipal de Viseu. No entanto, como repara Cruz (1980), a bibliografia que utilizou encontra-se ultrapassada, já que ignora, deliberadamente, as “primordiais obras sobre o assunto”.⁵⁴⁴ Cruz (1981) é de opinião que esta obra está de acordo com uma perspetiva de história ainda muito tradicional.

Em 1945, Lucena e Vale editou a primeira monografia sobre a catedral,⁵⁴⁵ fazendo uma revisão bibliográfica da investigação realizada e a identificação da suposta fortaleza romana e o *paço ou alcácer dos governadores de Viseu*. Chamou a atenção para a corrupção do vocábulo *romano*, que foi utilizado até ao século XIX, para designar a construção de castelos durante o século XII; sublinhou que a designação de *românico*, enquanto estilo artístico, só surge em 1816 utilizado por Gerville⁵⁴⁶ para referir o estilo artístico em voga desde a queda do Império romano até ao século XII. Naturalmente, os autores anteriores a este período não conheciam o vocábulo e utilizavam o termo romano. Segundo Lucena e Vale, poderemos estar a induzir em erro as gerações futuras de investigadores ao falar de um castelo romano que protegia a Sé, porque poderemos estar a confundir o período romano com um castelo românico. Quanto ao espaço arquitetónico, revela existir um claustro, já no século XIV, na área hoje ocupada pelo Museu. No estudo, *A Catedral de Viseu* integrou a Sé num estilo caracterizado por “românico de transição”,

⁵⁴⁴ Cruz, A. J. C. (1981, 29 de outubro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 7, 8.

⁵⁴⁵ Lucena e Vale, A. (1945). *A Catedral de Viseu*. *Beira Alta*, 4, 1, 3- 32.

⁵⁴⁶ Na primeira metade do século XIX, os monumentos medievais surgem classificados como de estilo gótico, gótico-florido, normando-gótico, gótico-mourisco, mourisco, manuelino, bizantino, romano, romão, etc. (Rosas, 1995: 60).

fundamentado unicamente na utilização do arco românico, na porta sul, que estabelece a ligação entre a catedral e o claustro.

Em artigo com o mesmo nome publicado na *Beira Alta*, resultante de uma conferência efetuada durante as comemorações do oitavo centenário da reintegração da diocese, afirmou que o Conde D. Henrique lhe imprimiu o traçado românico e, embora tente mostrar as reformas que o edifício sofreu ao longo do tempo, não conseguiu desligar-se da história e *histórias* dos seus bispos e de algumas intrigas da época, perdendo-se a parte descritiva dedicada à arte no meio da contextualização que o autor pretendeu fazer, mas que prejudicou a leitura do texto (Lucena e Vale, 1945b). Confessava, entretanto, que não se trata de uma monografia, nem de um estudo de investigação, mas uma crónica dos acontecimentos mais notáveis que ocorreram ao longo dos oito séculos de existência do edifício (Lucena e Vale, 1945c). A Sé, além do seu valor artístico e histórico, tem também um valor espiritual, que resulta de oito séculos de preces ali realizadas. Por último, elaborou um quadro sistematizando as principais alterações ali realizadas.

Em 1971,⁵⁴⁷ em outro artigo publicado na revista *Beira Alta* sobre a reconquista da cidade e a origem da fortaleza, relacionou-a com uma construção do período romano, contrariando o que já tinha escrito. Afirmou que no século XII se procedeu à remoção da face nascente do quadrado, para a construção dos absidiolos da catedral, enquanto a estrutura restante permanecia com as “suas quatro torres revestindo o aspecto da fortaleza” (Lucena e Vale, 1971: 221) e continuou, informando da destruição de “um muro largo ante a porta da Sé” que fechava o quadrilátero.

Lucena e Vale, contrariando a tese de Amorim Girão, que defendia a existência de dois pólos urbanos, um no alto da colina da Sé e outro na baixa da Regueira, afirma que não existem documentos para delimitar a antiga cidade a norte e excluir o antigo e primitivo castro na zona da Sé, dando a entender que era favorável a um único centro (Lucena e Vale, 1971: 256). Tema transversal a todos os que se dedicaram à história da cidade é o seu povoamento. Questões sobre as origens de Viseu, a existência de uma muralha ou de uma fortaleza romana e o castelo de Viseu são comuns nas suas publicações.

⁵⁴⁷ Lucena e Vale, A. (1971). O castelo romano de Viseu. *Beira Alta*, 30, 2, pp. 215-226.

Nos vários artigos que escreveu sobre o tema, afirmava que também houve ocupação romana no Adro da Sé, comprovada pelos achados arqueológicos aí encontrados, pela inscrição latina referida por Botelho na “torre de menagem”,⁵⁴⁸ pelo trabalho de Mário Saa que identificou Viseu com Talábriga⁵⁴⁹ e pelas constantes referências a muros velhos das Inquirições e de outra documentação posterior.⁵⁵⁰ Afinal, Lucena e Vale efetuou a revisão do problema, defendendo a existência do “castelo romano de Viseu”, que subsistia no século XV (Lucena e Vale, 1957) e que foi destruído devido à construção do Paço dos Bispos. Em artigo posterior (Lucena e Vale, 1971a), revendo a questão sobre as origens de Viseu, publicou dois documentos, de 1258 e de 1497, onde surgem expressões como *castelo velho* e *muro velho*, que o levaram a colocar a hipótese de serem restos de uma muralha românica, anterior à de D. Afonso V (*Idem*: 257). Ainda, no mesmo artigo, continuou a defender a tese de Mário Saa.

Outro tema da história e do património da cidade sobre o qual escreveu com alguma frequência foi a muralha da cidade “começada no reinado de D. João I; foi pedida a sua continuação em tempos do infante D. Pedro; e finalmente foi renovado o pedido sob o governo de D. Afonso V, no qual, por outras fontes se sabe ter sido acabada” (Lucena e Vale, 1949: 100), nada adiantando às informações dos que primeiro narraram a história da cidade. Publicou alguns documentos que ilustram as vicissitudes da construção, várias vezes interrompida, assinala o seu percurso que envolvia o velho burgo com as setes portas, fez a revisão do que os primeiros cronistas escreveram. Mas a novidade do pequeno artigo, datado de 1949, foi a publicação de duas atas da Câmara de 7 e 13 de Dezembro de 1814, em que ficamos a saber que o município encarregou dois artífices de vistoriarem os arcos e que os mesmos concluíram que três deles se podiam demolir,” ficando as ruas mais espedidas e desembaraçadas”, mas que os outros dois, do Soar e do Arco, “até aformoseiam a cidade” (*Idem*: 107).

Mais uma vez, contestando a tese de Amorim Girão, como já referimos anteriormente, Lucena e Vale era de opinião que a cidade velha, *civitas veteris*, não se limitava à parte baixa e leste da atual cidade, na Regueira, mas devia abranger o antigo núcleo castrejo

⁵⁴⁸ Como observa Ribeiro (1971), a inscrição romana poderá ter sido incluída na estrutura da Sé, já posteriormente.

⁵⁴⁹ Saa, M. (1960). *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, 2, Lisboa: s.e.

⁵⁵⁰ Lucena e Vale, A. (1971, 24 de abril). Em torno das Origens de Viseu. *Política Nova*, pp. 2.

onde está implantada a atual catedral (Lucena e Vale, 1956). Referiu que “não se apresenta [...]um documento [...] para delimitar essa antiga cidade pelo norte e deixar de fora, como pretende a tese, o antigo e primitivo núcleo castrejo correspondente ao lugar da Sé actual.” (Lucena e Vale, 1971a: 256).

Na separata da revista *Beira Alta – Viseu = Talábriga? No processo de identificação da antiga cidade lusitana* (1972b) – Lucena e Vale, a partir de várias fontes (romanas e mais atuais), identificou Viseu com a cidade romana de Talábriga. Resumiu o que diversos autores escreveram sobre a Cava mas, ao contrário de Mário Saa,⁵⁵¹ não a considera um circo, mas sim um acampamento romano. Neste artigo, apresentou exemplos de acampamentos romanos que possuíam algumas afinidades com a Cava como o acampamento romano de Antanhol e o de Chãos de Alpompé, perto de Santarém, apesar de nenhum deles ter a forma geométrica e as proporções da Cava.

Em 1974, fez recuar as origens de Viseu à pré-história – a cidade terá sido “um castro-pré-histórico a remontar pelo menos aos tempos neolíticos” e continuou a afirmar que na colina da Sé teria existido um *inexpugnável castelo romano* e que Viseu se identifica com Talábriga (Lucena e Vale, 1974).⁵⁵²

Outro dos problemas com que cronistas e historiadores se têm debatido, devido à omissão das fontes, é a localização do paço do Infante D. Henrique, o local do nascimento de D. Duarte, onde ficariam alojados os primeiros reis e príncipes de Avis na sua deslocação a Viseu. Lucena e Vale, em artigo publicado na revista que dirigia (1960),⁵⁵³ fez uma compilação sobre os que escreveram sobre o tema – Padre Leonardo de Sousa, Berardo, Francisco Manuel Correia e Maximiano de Aragão. Os três últimos acreditam que o antigo paço estava localizado na rua da Cadeia, hoje rua D. Duarte, e o Padre Leonardo de Sousa

⁵⁵¹ Mário Saa (1960: 252-269), apesar do grande volume de informação, o que escreveu sobre a origem romana de Viseu nada adianta ao trabalho dos eruditos locais: carece de fundamento a identificação de Viseu com a Talábriga de Pompónio Mela. Confirma a tese de Amorim Girão sobre a origem de Viseu se dever às suas importantes vias comerciais e militares. Identifica a velha Talábriga dos escritores clássicos com Viseu que, segundo ele, se passou a designar assim na Idade Média, teoria que não é fundamentada em qualquer tipo de fonte. Descreve a Cava de Viriato e interpreta-a como um circo, única hipótese compatível com a completa carência de achados arqueológicos, segundo o mesmo autor. Publica as inscrições achadas até à altura, em Viseu.

⁵⁵² Ainda sobre as origens de Viseu, comunica que a mais antiga referência em relação à cidade surge no segundo concílio de Braga (572), onde aparece *Remisol, episcopus Visensis*, e que Ramiro foi rei de Portugal entre 926 e 930, tendo sido Viseu a capital (Lucena e Vale, 1974c: 315-318).

⁵⁵³ Lucena e Vale, A. (1960). O Paço do Infante. *Beira Alta*, XIX (III), pp. 315- 323.

opta pela alcáçova da Sé. Lucena e Vale prefere a última opção, ou então, o Paço dos Bispos.

Preocupado com as fontes fidedignas, escreveu um artigo (Lucena e Vale, 1969b) a criticar as informações contidas nos manuscritos do padre Henrique Cid, coligidos pelo seu sobrinho João Cid,⁵⁵⁴ pároco de Santos Evos em finais do século XIX. Acusou-o de puro *folhetinismo*, que mencionava as fontes de forma imprecisa e equívoca, sem nenhuma espécie de identificação nem indicação do lugar onde se encontram. Acrescenta que, dos episódios históricos dos escritos do Padre Cid, de nenhum se encontra menção nos mais antigos escritores viseenses, desde os contemporâneos dos acontecimentos até aos do seu tempo. Alertou para o valor histórico dos seus escritos, aconselhando prudência para os que se servem deles.

Também dedicou um parecer pouco favorável a uma monografia de S. Pedro de France (uma freguesia do concelho de Viseu) sobre lendas, tradições, costumes, folclore, achados arqueológicos da autoria do Padre Donato de Almeida e Cunha.⁵⁵⁵ Lucena e Vale, na secção “Bibliografia” da revista que dirigia, manifesta a sua opinião, quando diz do seu autor “sem pretensões a literato nem Arqueólogo” (Vale, 1970: 455), a propósito da primeira monografia que surge sobre uma freguesia da área concelhia da cidade.

Globalmente, podemos afirmar que a obra de Lucena e Vale se caracteriza ainda por uma metodologia tradicionalista, que se reflete, entre outros aspetos, “no olhar excessivamente local, por vez deformador, alheio às relações de espaço”,⁵⁵⁶ em que transparece, por vezes, um discurso laudatório de amor à terra.

⁵⁵⁴ Cid, J. (1936). *Aspectos de Viseu no século XVI. Ilustres Desconhecidos*. Conferência dita em 21 de Março de 1936, na Casa das Beiras, de Lisboa, e em 2 de Maio, na Associação Comercial e Industrial de Viseu, Lisboa.

⁵⁵⁵ Cunha, D. A. C. (n.d.). *S. Pedro de France- na lenda, na tradição e na história*. s.l.: Associação Cultural Desportiva Recreativa e de Solidariedade Social de S. Pedro de France.

O Padre Donato, à moda de colecionador, organizou na Queiriga (concelho de Vila Nova de Paiva) um museu paroquial onde recolheu vestígios arqueológicos encontrados nas freguesias de Vila Nova de Paiva e nas de Viseu, que confinam com aquele concelho.

⁵⁵⁶ Cruz, A. J. (1983, 22 de dezembro). A historiografia Viseense: Alguns problemas e perspectivas. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 5.

14.1. Alexandre de Lucena e Vale e a defesa do património

Alexandre Lucena e Vale foi presidente da Câmara Municipal de Viseu em 1948, durante sete meses, e no seu curto mandato criou e instalou a “Comissão de Arqueologia e Estética”; fez parte da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.

Enquanto desempenhava o ofício na edilidade elaborou o plano, que nunca chegou a ser concretizado, de restauro da muralha, desde o Arco dos Melos à Igreja da Misericórdia, e também o do Arco de Santa Cristina (ou Porta do Senhor Crucificado). Em 1949, quando da vinda a Viseu do arquiteto Raul Lino, na altura Diretor da Direção Geral dos Monumentos Nacionais, Lucena e Vale mostrou a área que queria conservar e restaurar – a muralha desde o Arco dos Melos à Misericórdia –, colhendo a concordância do arquiteto que prometeu a intervenção do organismo que dirigia. Em 1949, nas páginas da revista que dirigia, com o discurso laudatório de amor à terra, que continuamente deixava transparecer, escrevia

se a nossa terra é hoje uma das cidades de Província mais visitadas do país [...] é, sim, principalmente e verdadeiramente porque, depois de Évora e de Coimbra, é das cidades de província mais vincadas do tempo, mais ricas de sugestões e curiosidades antigas.

(Lucena e Vale, 1949a: 200)

Como *elementos* turísticos destaca o património com valor ao mesmo tempo artístico e histórico, os *primitivos* do Museu (1450-1550) e “as casas quinhentistas de velhas janelas rendilhadas, as do século passado com seus heráldicos portões” (*Idem, Ibidem*), ou só histórico como os restos das muralhas. Como projeto para o turismo, para a “valorização do antigo que ainda temos” (provavelmente refere-se à conservação) enuncia:

A restauração dos Arcos de Santa Cristina e da Calçada, a reconstituição e melhor aproveitamento da muralha no Largo Pintor Gata, o desafrontamento da parte posterior da Sé pela demolição do casario entre as duas quelhas das Escadinhas que descem à Rua Direita, a reintegração das várias casas quinhentistas de janelas lavradas, de andar de resalto, de portais chanfrados que chegaram até nós (...)

(Lucena e Vale, 1949a: 200)

Fiel ao seu plano, em 1950, quando já tinha abandonado o cargo de presidente do município, soube que o atual proprietário se propunha derrubar a casa seiscentista erguida sobre um trecho de muralha da cidade e o que restava do arco de Santa Cristina. Tentou demovê-lo comunicando que, como presidente da Junta de Província, ia participar o facto à Direção Geral dos Monumentos Nacionais, porque se tratava de um monumento nacional

já classificado. No entanto, o Presidente da Câmara com a conivência da Direção Geral dos Monumentos decidiu demolir a casa e restos de muralha, com o objetivo de melhorar o trânsito naquela zona da cidade. Lucena e Vale descreveu todas as diligências para evitar a demolição, na carta publicada no jornal,⁵⁵⁷ justificando, no entanto, a atitude do Presidente da Câmara, alegando que não era um arqueólogo, mas um engenheiro de formação que queria resolver o problema de trânsito na parte leste da cidade, responsabilizando pela ocorrência a Direção Geral dos Monumentos. Foi esta argumentação que Alexandre Lucena e Vale utilizou para se defender das investidas de José Coelho⁵⁵⁸ nos jornais, que lhe atribuiu responsabilidade na destruição do resto da muralha. Termina, concluindo que “quem andou mal” foi a Direção Geral de Edifícios e Monumentos que não veio verificar “in loco” e o arquiteto urbanista do município. Posteriormente, em 1967, expõe mais uma vez a necessidade da sua reconstrução, explicando que “As antiguidades residuais duma cidade, um pano de muralha, um portal, uma janela valem turisticamente muito mais do que todo o modernismo das avenidas e relvados dos jardins provincianos” (Lucena e Vale, 1967: 419). O argumento da modernidade, neste caso o alargamento de uma rua para facilitar o trânsito, foi o suficiente para o derrube de restos da antiga muralha. Lucena e Vale, até ao fim dos seus dias, vai escrever sobre a necessidade de reconstrução da Porta de Santa Cristina.

Outro desiderato com José Coelho ocorreu, anos antes, quando foi publicada a monografia *Memórias de Viseu (Arredores)* (1941). Lucena e Vale insinua que a obra se parece muito com o *Portugal Antigo e Moderno* (...) de Pinho Leal, acusando José Coelho de coligir estudos que se encontravam dispersos. José Coelho apregoa a honestidade do seu trabalho. Outra discordância, ainda na mesma publicação, foi sobre o estilo da capela de S. João Velho, em Vildemoinhos, que José Coelho considera românica, mas que Lucena e Vale considera muito posterior. Durante mais de um mês (entre 17/12/41 e 11/1/42), semanalmente, no jornal local, *Política Nova*, trocaram argumentos e acusações sobre estes temas.

⁵⁵⁷ Lucena e Vale, A. (1950, 23 de dezembro). A Porta de Santa Cristina. *Política Nova*, pp. 2, 3.

⁵⁵⁸ Na carta que escreveu para esclarecer o que se tinha passado, Lucena e Vale aproveita para elogiar a obra de José Coelho e, ao mesmo tempo mostra-se tolerante com o seu ímpeto discursivo – “Nada mais natural do que a atitude deste meu ilustre camarada das letras viseenses e estimado mestre dos tempos liceais, a cujos serviços, zelo e infatigável interesse pelos valores arqueológicos de Viseu e região, o seu desassombro, autoridade, razão no caso concreto [...], se me impõe prestar homenagem nesta oportunidade.” (Lucena e Vale, 1950: 367-368).

Na década de quarenta, foi fundada a Junta de Província da Beira Alta que passou a acompanhar as obras da Sé, indicando à DGEMN ⁵⁵⁹ como deveria proceder nalguns passos da intervenção (Alves, 2011: 10). Algumas das sugestões foram da autoria de Lucena e Vale. Na Sé, reprovou a instalação do novo batistério na capela do bispo D. João Vicente, apresentando motivos morais, litúrgicos, artísticos e arquitetónicos. Considerou um anacronismo colocar a estátua jacente do bispo, obra escultural do século XV, sob um arco do século XIX.⁵⁶⁰ Sobre a ação da DGEMN, ao mesmo tempo que tecia louvores ao mérito profissional dos seus técnicos, solicitava, referindo-se à Sé, que deveriam ter em conta a opinião dos estudiosos locais “de modo a evitarem-se erros, filhos do deficiente conhecimento da história da terra” (Lucena e Vale, 1969: 343). A sua posição em relação ao restauro, “restituindo a Sé, tanto quanto possível, à sua feição primitiva”, situava-se na esteira de Camilo Boito, respeitando a identidade histórica do monumento em todas as suas fases de reconstrução, pois lamentava a destruição de um antigo claustro para dar lugar a uma construção posterior renascentista. Em 1954, a Junta de Província da Beira Alta⁵⁶¹ sugeria outras alterações, que foram recusadas pela DGEMN como a libertação da torre sudeste da reforma do século XVIII, restituindo-a ao seu estilo original; a reposição à sua feição inicial do troço de muralha compreendido entre as torres sudeste e sudoeste, com a demolição do Passeio dos Cónegos e a colocação de ameias ao longo de todo o traçado;⁵⁶² a reposição do túmulo de D. João Vicente no seu local de origem e, por último, a libertação da face posterior da catedral com a demolição do casario velho que se encontrava entre a cabeceira da Sé e a Rua Direita (Alves, 2011: 12).

Lamentava o desaparecimento do estilo românico dos edifícios dedicados à arquitetura religiosa justificado, não pela “decrepitude do material”, nem pelas características do beirão,

⁵⁵⁹ A cooperação entre o Estado e outras entidades, nomeadamente particulares, para conhecerem elementos de ordem técnica, artística, histórica, arqueológica que pudessem auxiliar a DGEMN na defesa, conservação e restauro dos monumentos era uma das competências daquele órgão (Neto, 2001: 206).

⁵⁶⁰ Lucena e Vale, A. (1967, 22 de fevereiro). As obras da Sé. *Política Nova*, pp. 1, 3.

⁵⁶¹ Lucena e Vale era de opinião que o revivescimento do “espírito localista dos municípios de outrora se poderia de certo modo fazer mediante a cooperação e intervenção efectiva dos novos órgãos administrativos da Província – a Junta e o Conselho Provinciais. Bastaria para tanto que se transferisse às Juntas a tutela ou simples direcção exercida de presente pelo Governo em muitos serviços de imediato senão exclusivo interesse local” (Lucena e Vale, 1947: 28). Esses serviços seriam os de assistência, urbanização, turismo, viação e aspetos artísticos e culturais, em que inclui “a valorização de monumentos, dotação de bibliotecas e museus, investigações arqueológicas e publicações históricas” (*Idem: Ibidem*). Como corolário do seu discurso, Lucena e Vale defende que as Juntas de Província deveriam ter competências para promover uma política de descentralização (*Idem*: 33).

⁵⁶² A uniformização dos remates com a colocação das ameias por toda a construção foi uma velha aspiração de Lucena e Vale, que em 1948 nas páginas da revista Beira Alta já o sugeria ao diretor da DGEMN, Baltazar de Castro (1948: 338).

que é conservador e rotineiro por natureza, mas pela ação da mitra e cabido diocesanos dos séculos XVII e XVIII, que os destruiu, numa tentativa de modernização – “actualizou as fachadas, alargou por toda a parte as aberturas, iluminou os interiores, substituiu as cornijas, picou lavores da pedras, e tudo rebocou a barro e a cal.” Exemplificava as suas afirmações com a Sé que manteve, durante mais de um século, as três naves, as paredes e pilares cobertos de cal.⁵⁶³ E explicou as suas ideias sobre restauro iguais às da DGEMN, que pretendia restituir as catedrais “ao seu purismo primitivo” (Lucena e Vale, 1958a: 94). Em relação às questões de conservação dos edifícios ficamos a conhecê-las quando partilhou a opinião, nas páginas da revista *Beira Alta*, sobre o Museu Grão Vasco, que não deveria estar instalado num velho casarão setecentista devido à falta de condições. No entanto, era de opinião que também não seria de todo necessário *esfrangalhar, mutilar* para criar as condições necessárias a um museu, deveria, então, ser construído um edifício próprio. Apesar de tudo reconheceu que a renovação do espaço “integrado no critério do museu moderno [...] conseguiu aliar às exigências da museologia actual as imposições de estética e arte de sempre” (Lucena e Vale, 1955: 251).

Mas o alvo da sua preocupação não era só a conservação dos grandes monumentos. A pequena capela, que se distinguia pela raridade também o inspiram para escrever sobre a sua ruína e a urgência de uma intervenção. Referimo-nos à capela de S. João Velho, localizada nas proximidades da cidade, em Vildemoinhos, à qual, em 1935, José Coelho dedicou algumas páginas e que foi motivo de polémica (Lucena e Vale, 1974), como já foi enunciado. Também lamenta que um exemplar do primitivo românico do século XI no concelho, representado por uma capela em Couto⁵⁶⁴ de Baixo, mas já com uma fachada seiscentista, não tenha sido reerguido com o seu primitivo estilo arquitetónico.

Como presidente da Junta de Província da Beira Alta organizou algumas exposições de arqueologia, conferências sobre variados temas em que se incluem a história, pintura e arqueologia, juntamente com Russel Cortez e Moreira de Figueiredo. Confessou que enquanto ocupava esse cargo, em 1957, solicitou reiteradamente que as espécies

⁵⁶³ Lucena e Vale, A. (1951, 6 de outubro). A Porta Românica de Ferreira de Aves. *Jornal de Viseu*, pp. 1-2.

⁵⁶⁴ Publica, entre 1958 e 1960, uma monografia sobre as freguesias dos Coutos (a sua origem, património, foral, famílias, em que estuda duas inscrições latinas gravadas nas faces opostas de uma ara. A inscrição irá ser alvo de novo estudo de Mário Cardozo (1959) (coronel de Infantaria e especialista em ourivesaria proto-histórica, tendo sido o continuador de Martins Sarmento na exploração da Citânia de Briteiros), cujas fotografias foram facultadas por Lucena e Vale.

bibliográficas levadas pelo então Inspetor das Bibliotecas e Arquivos, voltassem a Viseu, para serem acomodadas no recém-criado arquivo distrital (Lucena e Vale, 1971b: 10); alguns dos manuscritos efetivamente regressaram.

No *Jornal de Viseu*⁵⁶⁵ apresentou sugestões para a valorização da cidade velha, no conjunto de artigos que escreveu com o título *As panóplias...*, entendendo por *panóplias* o antigo. Continuava a sugerir a reconstituição da Porta de Santa Cristina, cuja verba, segundo o autor, não seria doada pela Direção dos Monumentos Nacionais, mas antes pela Comissão Municipal de Turismo. Junto à outra porta, porta do Soar, aconselhava o derrube de uma casa que se encontra na muralha e de outro muro que estava no seu seguimento, que dava acesso a uma escada que conduzia ao passeio da ronda, onde o turista poderia observar o monte Crasto e o Caramulo.

Nos anos 60, a ação de Alexandre Lucena e Vale em defesa do património foi reconhecida na imprensa local e o protagonista classificado como *idealista puro*,⁵⁶⁶ que não perdia ocasião de batalhar pela reconstituição de antigos monumentos, reverberando as “vereações iconoclastas do século XIX, que na sua ânsia do modernismo, do bota abaixo, não duvidaram abater a muralha e destruir as portas (...)” (Lucena e Vale, 1968: 572).

A Cava de Viriato também esteve no centro das suas preocupações, mas longe de apresentar soluções megalómanas para o seu arranjo, propunha a reconstituição do perímetro, o ajardinamento e lamentava o seu abandono. Cauteloso, reconheceu o mistério que a Cava encerra e considerava necessária a sua identificação histórica, mas não preconizava a expropriação de terrenos para se proceder a uma escavação, o que revelava que não era arqueólogo (Lucena e Vale, 1972a: 67). Não descurava o património regional e apelava à conservação e restauro da capela de S. Pedro de Balsemão, em Lamego (Lucena e Vale, 1978). A revisão crítica que publicou nas páginas da revista que dirigiu mostra que estava ao corrente dos mais recentes estudos sobre o património histórico e arqueológico. No final dos anos 50, enquanto José Coelho identificava a Cava como um acampamento romano permanente, Lucena e Vale já colocava em dúvida esta tese, baseada na ausência de qualquer suporte documental e notava a dificuldade em lhe atribuir uma cronologia (Lucena e Vale, 1958). No entanto, sobre este assunto, a sua opinião não estava

⁵⁶⁵ Lucena e Vale, A. (1963, 28 de Agosto). As panóplias... *Jornal de Viseu*, pp. 1-2; Lucena e Vale, A. (1963, 25 de setembro). Ainda as panóplias.... *Jornal de Viseu*, pp. 1, 4.

⁵⁶⁶ Pedro, A. (1963, 30 de outubro). Restauros. *Jornal de Viseu*, pp. 1-2.

completamente formada, pois em artigos posteriores voltava a sugerir a origem romana para o monumento.⁵⁶⁷

A alteração da toponímia local associada à perda de identidade e história de ruas e praças da cidade sugerem-lhe uma reflexão: “Mantenhamos aos nossos velhos arruamentos a sua tradicional designação, e consagremos os novos com os nomes daquelas grandes figuras históricas locais (...)” (Lucena e Vale, 1958: 418).

Tal como Almeida Moreira, zelou pela beleza da cidade e mostrou-se muito atento ao enquadramento do património. Assim, sugeriu que a fonte de Santa Cristina se tornasse mais visível, alteando-a para a superfície do terreno. Outra sugestão relacionou-se com a fonte de S. Francisco, frente à Casa do Arco (atual Escola Emídio Navarro) que mal se via. Lucena e Vale aconselha um local que a torne mais visível, pois sobressaía “na elegância das suas linhas, no lavor da cantaria – ressaltos, aletas, volutas, baldaquinos” (Lucena e Vale, 1968a: 132). Entre a abertura de uma larga avenida, sinónimo de progresso, e a demolição de um velho convento (convento de S. Francisco de Massorim) localizado no Rossio e transformado em quartel, Lucena e Vale, após uma longa reflexão em que referiu a necessidade de se elaborar um estudo “reflectido, desapassionado e sério”, calculando as vantagens e desvantagens, optou pela conservação, que deveria mais uma vez restituir o edifício à constituição primitiva, “excluindo tudo o mais, inclusivamente o corpo perpendicular a ela [...] de modo [...] a reintegrar o edifício do Convento na sua feição primitiva” (Lucena e Vale, 1951: 244).

Nos anos 50 do século XX, acerca da demolição do convento seiscentista de Santo António de Massorim, situado no centro da cidade, no Rossio, para dar lugar ao prolongamento daquele logradouro da cidade e construir a grande avenida de Jogueiros ⁵⁶⁸ manifestou o seu parecer. A opinião geral era que o convento não se equiparava a nenhum exemplar de arte ou arqueologia, isto é, não correspondia ao critério de antiguidade ou estético, nem possuía qualquer tradição histórica ou religiosa ou, como afirmava Aquilino Ribeiro “um pardieiro a arruinar-se, um antigo convento com um claustro todo linear” (Lucena e Vale, 1951a: 7). Lucena e Vale explicava que os juízos de valor sobre o edifício não justificavam a sua demolição, com a agravante de que a grande artéria projetada que iria imprimir à

⁵⁶⁷ “[...] uma coisa é certa: é que a Cava de Viriato se integra na vasta série de testemunhos arqueológicos do Viseu romano [...]” (Lucena e Vale, 1972: 230).

⁵⁶⁸ Sobre a avenida de jogueiros cf. com o que se escreveu sobre o mesmo tema no subcapítulo José Coelho.

cidade uma “feição de modernismo e de grandeza” (*Idem*: 8) já não iria ser construída. O argumento para a sua preservação, baseado no valor económico e durabilidade, foi exalado pelo Diretor dos Edifícios Nacionais do Centro que perante o convento emitiu o seguinte parecer: “O que aqui está não se faz com três ou quatro mil contos, e está para durar mais tempo do que os três séculos que já tem” (Lucena e Vale, 1951a: 236). Lucena e Vale defendeu a preservação do edifício, de acordo com o valor económico, a durabilidade, e a sua posterior ocupação com a instalação de serviços públicos como a Biblioteca, o Arquivo Distrital e o Museu de Etnologia da Beira.

Em 1969 congratulava-se pelo trabalho que a vereação camarária estava a realizar com o património: restauro das antigas casas de Viseu (na zona próxima da Sé, rua Direita e Regueira), a revelação das janelas quinhentistas da rua Nova, revestidas até aí de argamassa, a reimplantação do cruzeiro na Santa Cristina e a demolição de um pardieiro encostado a uma das portas da cidade (Lucena e Vale, 1968a: 155-156).

Nos anos 70, aproveitou para louvar a Câmara pela aquisição de uma casa senhorial do século XVIII, que deveria ser preservada “pela sua feição arquitectónica, pelo seu alto valor decorativo, pela sua monumentalidade de nobre construção do século XVIII” (Lucena e Vale, 1977: 639). Aproveitou para sugerir a reconstrução de outra casa com as mesmas características, mas um pouco anterior, século XVII, que se encontrava em ruína e que “compromete o brio da cidade e as suas tradições de polidez e aceio” (Lucena e Vale, 1977: 640). Foram várias as recomendações, ao longo dos anos 70, como a preservação das casas solarengas do século XVII, existentes na cidade. A preocupação com o arranjo urbanístico levaram-no a apresentar algumas sugestões, nas páginas da revista *Beira Alta*, sobre a colocação de uma estátua,⁵⁶⁹ ou sobre algum recanto, jardim ou rua da cidade que necessitasse de alguma reparação. A consciencialização do património enquanto recurso

⁵⁶⁹ Discordou da colocação da estátua de D. Duarte no largo próxima da casa onde, segundo a tradição, tinha nascido. Referiu que a Praça, que adotou o seu nome, se apresentava muito exígua para *o pesado e avantajado* busto do rei. Sugeriu que no largo, onde se localizava outrora os Paços do Concelho, se devia colocar o antigo pelourinho, já reconstituído (Lucena e Vale, 1955b: 251-252), valorizando o monumento como memoração.

para o desenvolvimento do turismo, é um argumento que começou a utilizar para convencer as entidades oficiais a empenharem-se na sua preservação.⁵⁷⁰

Embora sem formação em arqueologia, reparou num troço de muralha que surgiu após a demolição de um prédio na rua Formosa, junto ao Largo de Santa Cristina e numa estrutura que supunha ser um torreão, mas que após uma análise mais atenta conclui ser uma construção muito posterior à muralha. No entanto, para que fique para a posteridade e consequente estudo, fez o registo fotográfico do lugar (Lucena e Vale, 1974). Curiosamente, no local ou na proximidade surgiram, mais tarde, os primeiros vestígios da muralha romana com um torreão maciço semi-circular, provavelmente do século III.⁵⁷¹ Registou e comunicou às entidades competentes edifícios passíveis de classificação. Foi o que aconteceu com a Capela de Nossa Senhora do Pranto, que depois de fotografada foi dada a conhecer à Direção Geral de Assuntos Culturais que a classificou como “Imóvel de Interesse Público” (Lucena e Vale, 1975a).

Regionalista, criticava, por vezes, o centralismo⁵⁷² de Lisboa em relação à cultura e ao património. Mas o seu regionalismo não se opõe ao centralismo, pois necessitava dele, tal como José Coelho, como o comprova o seu discurso acerca dos Planos de Urbanização iniciados por Duarte Pacheco:

Somos dos que não aceitam sem azedume a quebra do velho autonomismo localista, e dos que, só com mágoa verificam, como fatalidade dos tempos, a impotência e desprestígio crescente das velhas e tradicionais instituições concelhias. Pronto reconhecemos porém que sem as

⁵⁷⁰ “Temos sido de sempre defensor arreigado das antiguidades de Viseu não só de natural pendor de espírito senão também convencido de que o maior atractivo turístico das cidades como a nossa, está precisamente nos resíduos do seu passado histórico, na sua ancianidade evocativa (...)” (Lucena e Vale, 1975: 466)

⁵⁷¹ Sobre a muralha romana de Viseu cf. Carvalho e Cheney (2007) que descrevem os resultados da intervenção arqueológica no troço da muralha Rua Formosa/Pátio de Lemos e Largo de Santa Cristina alvitrando a sua cronologia. De acordo com os vestígios sugerem a existência de uma primeira muralha honorífica do Alto Império que teria sido destruída ou desmontada em meados do século I, por ocasião da construção de uma muralha alto imperial.

⁵⁷² Como exemplo de esquecimento da província, Lucena e Vale aponta a DGEMN, cujo trabalho em relação aos *monumentos nacionais* “restituídos à sua traça primitiva e reintegrados em todos os elementos de que as injúrias dos tempos e dos homens os haviam despojado [...] só o devermos ao alto pensamento de quem governa e às disponibilidades financeiras que permitiram a dotação de tais serviços. [...] Para toda essa obra de conservação, de restauro e melhoramento os elementos locais não são tidos nem havidos nem achados para coisa nenhuma. Sem dúvida que são eles os mais interessados em cada caso concreto, os representantes directos e mais próximos daqueles que idealizaram, traçaram, construíram, custearam tais monumentos; [...] estudam a história local em que se integram com minúcia e afinco; versam, consideram, discutem, demorada e constantemente todas as hipóteses e problemas relativos a essa mesma conservação, ao seu restauro, à sua valorização. Que importa? Um belo dia chega um senhor de Lisboa, deita ao caso um olho sonolento pela vigília do caminho, e no fugaz tempo que medeia entre um combóio que chega e o primeiro que parte, tudo resolve por si, de pronto, definitivamente, sem apelação nem agravo, como senhor onipotente, único depositário de todo o saber, exclusivo detentor de toda a verdade.” (Lucena e Vale, 1947: 21-22).

possibilidades económicas do poder central, sem a direcção dos seus serviços técnicos, sem o apetrechamento em grande escala da sua maquinaria, nunca Viseu pelo simples esforço próprio ou iniciativa dos seus dirigentes poderia levar a cabo uma obra grandiosa de transformação e melhoramento como o que o beneficiou no curto espaço de alguns meses.

(Lucena e Vale, 1955c: 250)

Como referimos, o grande acervo documental acumulado no Museu de Arqueologia, em Lisboa, *desviado* da província sem critério algum, impeliram-no a escrever um pequeno artigo solicitando uma solução por parte do Ministério da Educação Nacional, ressaltando que as espécies únicas e raras deveriam ficar nos museus nacionais como o Museu de Arte Antiga ou o Museu Etnológico de Belém (Lucena e Vale, 1959).

14.2. A importância da Revista Beira Alta para a história local

Alexandre Lucena e Vale, após a nomeação para presidente da Junta de Província da Beira Alta, funda, em 1942, a revista *Beira Alta*, que dirigiu durante trinta e seis anos, propriedade da mesma Junta de Província, cargo que ocupou por mais de trinta anos. Nos mesmos moldes da *Beira Alta*, e no cumprimento do preceito legal que aconselhava às Juntas de Província a publicação de documentos e estudos de etnografia e história da região, foram publicadas duas revistas, também dependentes das Juntas de Província – *Douro Litoral* (Porto) e *Extremadura* (Lisboa) (Lucena e Vale, 1950a: 142). Fator importante para a fundação da revista foi a criação do Arquivo Distrital de Viseu, pelo Decreto-Lei nº 20.803, de 22 de janeiro de 1933, que possibilitou o acesso de estudiosos e investigadores a um amplo acervo documental, que até aí lhes tinha sido vedado (Alves, 1984). Sob a chancela do Estado, a revista possibilitava a publicação de artigos de eruditos locais e académicos sobre temas, sobretudo relacionados com a história e ciências afins, que tinham um denominador comum, a mesma região – “a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta” (Lucena e Vale, 1979: 935). A investigação sobre a história local vai tirar partido da publicação e regista um avanço significativo, apesar do grande “peso dos artigos biográficos, sobre instituições, de história militar e religiosa” (Cruz, 1984: 87), o que corresponde, até aos inícios dos anos 60, a quase um terço dos artigos publicados.

A criação da revista foi o corolário de um desejo, que já vinha de finais do século XIX e que, apenas dois anos antes tinha sido apresentada no VII Congresso Beirão por José

Coelho⁵⁷³ que, mais uma vez, insistia na fundação de uma “revista arqueológica, histórica e artística, intitulada *Arquivo Etnológico da Beira*”, que era a décima segunda das doze teses apresentadas pelo arqueólogo no Congresso (Alves, 1988a: 8). No interior beirão, a revista foi o repositório de textos sobre a identidade da Beira nas várias vertentes – histórica, arqueológica, etnográfica, religiosa, artística, entre outras. Lucena e Vale, nas últimas páginas da revista, denuncia as situações mais graves da degradação do património, fazendo propostas de restauro e valorização, sensibiliza a população e as autoridades locais e apela ao Estado para a defesa dos monumentos.

⁵⁷³ Nos *Cadernos de Notas Arqueológicas* José Coelho refere que a criação da revista foi ideia sua (CNA nº 116, fl. 44v, 26 de abril de 1954).

15. Cónego Celso Tavares da Silva e outros arqueólogos

O cónego Celso Tavares da Silva (1916- 1996) era natural da freguesia de Cedrim do Vouga, concelho de Sever do Vouga. Estudou Teologia no Seminário de Viseu e veio a ser ordenado sacerdote em 1939. Foi nomeado pároco em Santiago de Besteiros, local que calcorreou à procura de vestígios do passado. Em 1973 tornou-se Cónego Capitular da Catedral, reitor do Seminário Maior em 1977 e diretor do *Jornal da Beira* em 1978. Assumiu, também, o cargo de Diretor do Museu de Arte Sacra e foi professor de História de Arte na Universidade Católica.

O primeiro trabalho publicado, *Vestígios Pré-históricos de Besteiros- I- A laja das Côcas* (1947), sobre arte rupestre foi um tema que não mais abandonaria, tornando-se um especialista sobre a matéria. Em 1954, quando foi nomeado Pároco e Arcipreste de Oliveira de Frades, iniciou a sua atividade jornalística, tendo chegado a ser diretor do *Jornal de Lafões*. Publicou o primeiro artigo na revista *Beira Alta* em 1947, mas desde essa data até 1971, não se conheceu qualquer publicação, devido a um certo desencanto no seio da arqueologia (Vaz, 1990). Em 1971 regressou aos estudos arqueológicos com a comunicação apresentada, juntamente com o Professor António Augusto Tavares (Tavares & Silva, 1971), no II Congresso Nacional de Arqueologia, novamente sobre gravuras rupestres – *Gravuras e Inscrições Rupestres da região de Viseu*. Na primeira parte, os autores integraram a arte rupestre da região na do país e na segunda parte, corrigiram certas interpretações erróneas atribuídas a algumas gravuras da região, como foi o caso de um penedo junto da capela da Senhora da Pena (Freguesia de S. Pedro de France, concelho de Viseu), transcrito por Rogério de Azevedo⁵⁷⁴ como uma inscrição grega. Em 1973, procedeu à primeira campanha de escavações no castro da Senhora da Guia, em Baiões (S. Pedro do Sul), que nunca tinha sido objeto de qualquer intervenção, conhecido por se terem encontrado três xorcas em ouros. A cerâmica encontrada, chamada tipo Baiões/Santa Luzia, foi divulgada em congressos posteriores.⁵⁷⁵ A partir de 1976, juntamente com Alberto Correia, dirigiu várias campanhas de escavações no Castro da Cárcoda, (freguesia

⁵⁷⁴ Azevedo, R. (1960). Inscrições Gregas no Outeiro da Senhora da Pena (Viseu) e no Cabeço das Fráguas (Guarda). *Beira Alta*, 29, 4, pp. 387- 402.

⁵⁷⁵ Silva, C. (1978). A cerâmica típica da Beira Alta: *Actas das III Jornadas Arqueológicas 1977*, pp. 185-196.

de Carvalhais, S. Pedro do Sul). Os trabalhos⁵⁷⁶ que divulgou juntamente com Alberto Correia revelam o castro como uma das principais estações arqueológicas da Beira Alta, além de um importante conjunto de arte rupestre, que estava inédito. Em 1978, publicou *Gravuras Rupestres inéditas da Beira-Alta*,⁵⁷⁷ existentes nos concelhos de Tondela, Vouzela, S. Pedro do Sul e Castro Daire, em que realizou uma sistematização da arte rupestre da região e encontrou alguns paralelismos.

Quando José Coelho morreu, a família ofereceu ao município a sua coleção arqueológica. O Cónego Celso, em colaboração com Alberto Correia e João Inês Vaz, trataram e descreveram toda a coleção, auxiliados pelos membros do Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu, que foi publicada, posteriormente, numa obra – *Catálogo da colecção arqueológica do Dr. José Coelho* (1979).

Nos anos 80, continuou a participar em congressos e seminários e a publicar trabalhos. Destacamos os que resultaram da sua participação no Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular: *Contribuição para o Estudo da Cultura Castreja na Beira Alta* (1980) e *As gravuras rupestres da Lufinha* (1980). No primeiro, realizou uma retrospectiva das campanhas de escavação que decorreram nos castros de Baiões e da Cárcoda, sublinhando o papel que os castros da Beira Alta poderão ter para um melhor conhecimento desta cultura, e no segundo publicou o decalque e realizou a leitura das inscrições situadas na freguesia de Ribafeita (concelho de Viseu), concluindo que tipologicamente se enquadram nos motivos labirínticos do ocidente europeu e que, dentro da arte rupestre em Portugal, se destacam pela sua importância e singularidade, pelo que deverão ser objeto de especial proteção. Embora não tenha trabalhado muito no concelho de Viseu, foi um arqueólogo muito respeitado e a quem outros recorriam quando existiam dúvidas – veja-se o caso dos vestígios arqueológicos encontrados no Cerrado, constituído, entre outros materiais, por pedras almofadadas e uma base de coluna que foram guardadas no Seminário e cujo estudo lhe foi encomendado. Rigoroso, citando e comparando as fontes, problematizando e extraindo conclusões, apesar de não ser arqueólogo de profissão, era um auto-didata na arqueologia, que demonstrava um grande conhecimento e respeito pelo património arqueológico.

⁵⁷⁶ Silva, C. e Correia, A. (1977). O Castro da Cárcoda. *Separata da Revista Beira Alta*.

⁵⁷⁷ Silva, C. (1978a). Gravuras Rupestres Inéditas da Beira- Alta: *Actas das III Jornadas Arqueológicas 1977*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 167-184.

Correspondendo à evolução da arqueologia portuguesa, utilizando uma nova metodologia, na área concelhia de Viseu, os arqueólogos “a tempo inteiro”, profissionais, dedicam-se exclusivamente ao estudo do megalitismo. O casal Leisner, desde os anos trinta, percorreu a Beira Alta, realizando o inventário e levantamento de monumentos megalíticos que mais tarde foram integrados no *corpus* dedicado ao megalitismo ocidental da Península Ibérica (Leisner & Leisner, 1956). Escavaram várias antas, fizeram o levantamento de plantas e alçados, mas a maior parte do resultado dos seus trabalhos não foi publicado. Em 1934, José Coelho descrevia as visitas do casal à sua casa e deixava meticulosamente registados nos *Cadernos de Notas Arqueológicas* os materiais da sua coleção que eles desenharam e fotografaram e os dólmenes de Vale de Fachas e de Côta que visitaram (CNA nº 14). Em carta solicitava que lhe enviassem exemplares dos materiais da sua coleção que divulgaram em edições alemãs, e cuja publicação chegou ao seu conhecimento⁵⁷⁸

Nos anos sessenta, Vera Leisner, em colaboração com Leonel Ribeiro realizou algumas escavações, (1968) na área concelhia de Viseu, nos seguintes dólmenes: Chã dos Brancos na Póvoa da Bodiosa, Vale da Cabra, no sítio dos Codeçais ou Tapada da Mina, Pereiras, ambos da freguesia de Bodiosa; na freguesia de Couto de Cima, o da Torta, do Repilau e outros três próximos da povoação da Lubagueira.⁵⁷⁹ No relatório publicado por Leonel Ribeiro não estão descritas as escavações nestes dólmenes, apenas referem as dos dólmenes de Carapito, concelho de Aguiar da Beira. Vera Leisner registou um total de sessenta dólmenes no concelho de Viseu (1978). O trabalho de inventário de Vera Leisner ficou incompleto e só postumamente os resultados das escavações foram publicados (Leisner, 1998). A investigadora esforçou-se por realizar um inventário exaustivo, com o registo das estruturas observadas, uma cuidadosa interpretação estratigráfica e a localização tridimensional dos vestígios recolhidos. No entanto, a escavação restringiu-se ao espaço dolménico, valorizando só a cultura material e a estrutura arquitetónica, elementos fundamentais para a construção de tipologias.⁵⁸⁰

⁵⁷⁸ Carta de José Coelho para Exmo. Sr. Dr. Georg Leisner http://bibliotecas.patrimoniocultural.gov.pt/Leisner/CAIXA_2/CAPILHA_45/PDFs/AL_2_45_1_1945-05-25.pdf [20 de janeiro de 2017]

⁵⁷⁹ Antes, em julho e agosto de 1966 (CNA, nº 145), como José Coelho regista, visitaram o arqueólogo.

⁵⁸⁰ Já fora do concelho de Viseu, o espaço do nosso estudo, Amorim Girão deixou alguns trabalhos sobre o megalitismo da Terra de Lafões (1921), zona de onde era natural, e sobre a arte rupestre da Beira Alta (1925). Nos anos cinquenta, L. Albuquerque e Castro, em colaboração com O. da Veiga Ferreira e Abel Viana estudaram o mais importante monumento megalítico com pinturas da Península Ibérica, o dólmen de Antelas,

Em 1966, Irisalva Moita realizou a primeira tentativa de sistematização do megalitismo da Beira.⁵⁸¹ Reproduziu inventários de Leite de Vasconcelos. Tavares (1979) apontou os aspetos negativos da sua investigação:

tendência para estabelecer cronologia a partir da arquitectura dolménica; ver relações tão estreitas com os castros como se tivesse de encontrar-se nestes o habitat dos construtores dolménicos; a apreciação pejorativa do espólio dos dólmenes beirões caracterizado habitualmente (se não sempre) de pobre, rude, imperfeito, etc.

(Tavares, 1979: 559)

Nos anos 70, à escavação isolada direccionada só para o dólmen, muitas vezes para recolher espólio para musealizar, opõe-se o estudo de núcleos tumulares em que o monumento megalítico é visto na sua totalidade (*tumulus e dólmen*), inserido em determinado espaço geográfico (Jorge, 1982: 409). Nos anos 70, Philine Kalb e Martin Höck (1979) escavaram alguns *tumuli*, como a Fonte da Malga (Kalb e Höck, 1979; Kalb, 1994), na freguesia de Côta, ainda no concelho de Viseu, mas já muito próxima de Vila Nova de Paiva. Publicaram o resultado das suas escavações na revista *Beira Alta*. Introduziram uma metodologia atualizada com a escavação em área e por sondagem, com o desenho das estruturas, o levantamento tipográfico, a leitura estratigráfica, a recolha de carvões para análise C-14, o estudo comparativo com outras necrópoles semelhantes, etc. Ainda na mesma década, E. Shee fez o levantamento, por decalque directo, dos monumentos megalíticos decorados da Beira Alta, que incluiu na sua vasta obra sobre a arte megalítica da Europa (1981).

no concelho de Oliveira de Frades. Castro, L.A., Ferreira, O. V. & Viana, A. (1957). O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38 (2), Lisboa, pp. 325-346.

⁵⁸¹ Nos CNA (nº 110 e nº122), José Coelho referia com alguma frequência as visitas de Irisalva Moita, que ia solicitar informações sobre os castros da região.

16. Alexandre Alves

Alexandre Alves (1921- 2008) é outro caso de erudito, não académico, que dedicou à investigação sobre história local muito do seu tempo livre, sobretudo a temas de história de arte. Além da história de arte, publicou alguns estudos de história, literatura e arqueologia. Nascido em Mangualde, bancário de profissão, só na idade adulta e fruto da paixão pelo estudo de passado, frequentou na Universidade de Coimbra o curso de Ciências Histórico-Filosóficas. De 1978 até à data da sua morte, assegurou a continuidade da revista *Beira Alta*, assumindo a sua direção. Embora mais novo, ainda foi contemporâneo de alguns vultos da historiografia local, como Alexandre Lucena e Vale, José Coelho, Manuel Alvelos e Moreira de Figueiredo, com os quais trocou impressões.

Grande parte dos artigos resultantes da sua investigação encontram-se publicados na revista *Beira Alta*. As primeiras publicações, iniciadas em 1942, crónicas, reflexões e estudos sobre personalidades, acontecimentos históricos e arte foram dedicados ao concelho de Mangualde e publicados nos jornais locais. O seu labor investigativo na Biblioteca Municipal de Viseu, no Arquivo Distrital, no Arquivo da Câmara Eclesiástica, no Arquivo do Cabido da Sé de Viseu, nos Arquivos das Santas Casas das Misericórdias de Viseu e de Mangualde, nos Arquivos particulares da Casa de Anadia e do Dr. Maximiano de Aragão, serviu de base para estudos relativos ao distrito de Viseu (Eusébio e Marques, 2006), publicados em monografias, boletins culturais, artigos em revistas e jornais, opúsculos, para além da colaboração em enciclopédias e dicionários.

Da sua investigação provêm imensos manuscritos, cuja leitura e transcrição resultou na publicação de duas obras de compilação documental: *Artistas e artífices nas Dioceses de Viseu e Lamego* (obra editada pelo Governo Civil do distrito de Viseu, em 2001, que colige os artigos com esta designação, publicados na revista *Beira Alta* entre 1976 e 1989), um dicionário em que se encontram as entradas com uma biografia dos artífices que trabalharam no património eclesiástico das dioceses de Viseu e Lamego, os contratos, o local e género de trabalho que faziam e *Igrejas e Capelas Públicas e Particulares na Diocese de Viseu nos séculos XVII, XVIII e XIX (Os Vínculos. As Confrarias. Cronologia Artística)* em que são inventariados e identificados os agentes e o património religioso das dioceses de Viseu e Lamego.

Em relação ao património do concelho, destacam-se os seguintes estudos, apenas publicados até finais dos anos setenta do século XX:⁵⁸²

-1960- O castelo de Mangualde e a cidade de Viseu, *Beira Alta*, 19, 1;⁵⁸³

-1961- Elementos para um inventário artístico da cidade de Viseu: as grandes obras da Sé, nos séculos XVII e XVIII- A Igreja de S. Miguel do Fétal. *Beira Alta*, 20, 1, pp. 57-79. O autor descreveu as grandes obras realizadas no interior da catedral entre Janeiro de 1720 e os finais de 1738, assim como o nome e função de alguns artistas que lá trabalharam. Também se referiu à reedificação da Igreja de S. Miguel, num período de vacância na diocese. No artigo, publicou alguns documentos;

-1961 - A desaparecida capela de S. Jorge da Cava. *Beira Alta*, 20, 2, pp. 285-293. Descreve a capela hoje desaparecida, erguida pelo Infante D. Henrique, dentro dos muros da Cava. A novidade do artigo é a reconstituição que faz da igreja, o seu interior, através da consulta de documentos (de dois sacerdotes que realizaram uma vistoria à Igreja), descrevendo a sua simplicidade e a pintura *popular*, graças ao traço ingénuo do artista (Alves, 1961: 287). De 1964 a 1967, em colaboração com Alexandre Lucena e Vale, publicou na revista *Beira Alta*, “Mobiliário Artístico de Viseu”, em que identifica os intervenientes na elaboração de algum património móvel da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, da Senhora dos Remédios, da capela de Santo António.

No trabalho *Igrejas e capelas públicas e particulares da Diocese de Viseu nos séculos XVII, XVIII e XIX* (1968), além de um breve capítulo sobre a história da diocese de Viseu, elenca as alterações que os edifícios da diocese sofreram a partir do século XVII, com a publicação de documentos dos *Livros das Provisões* do antigo cartórios da Câmara Eclesiástica do Bispado de Viseu. No terceiro capítulo, sobre o desaparecimento do românico da região de Viseu, retoma a tese de Lucena e Vale que o atribui ao impulso destruidor da mitra e do cabido dos séculos XVII e XVIII. Alexandre Alves aponta o início dessa destruição nos começos da segunda metade do século XVI, exatamente com o bispo D. Gonçalo Pinheiro, fundamentando a sua asserção em Botelho (Alves, 1968: 28). Ainda sobre a arquitetura religiosa publica é autor dos seguintes estudos:

⁵⁸² Consideramos a obra de Alexandre e Vale até esta data que é o limite cronológico do nosso estudo.

⁵⁸³ Descreve uma antiga tradição centenária. Em relação ao património nada adianta.

-O Seminário Maior Diocesano- antigo Convento de S. Filipe de Néri. (1968, 17 e 24 de maio). *Jornal da Beira*, pp. 1-6. Em dois artigos de jornal narra a história do Convento e da Congregação Oratoriana, os artistas que trabalharam na sua construção, contando-se, entre eles, um discípulo de Nicolau Nasoni e as alterações arquitetónicas decorativas do edifício, desde a época da sua construção. Utiliza como fonte o manuscrito do Padre Leonardo de Sousa;

-1971- Novas achegas para a História da Arte na diocese de Viseu, *Separata da revista Beira Alta*, em que o autor, tendo percorrido toda a diocese de Viseu com o intuito de publicar documentos sobre os edifícios religiosos, com base na consulta do livro de Registos da Câmara Eclesiástica de Viseu, no período compreendido entre 14 de Abril de 1757 a 27 de Maio de 1775, transcreve as alterações efetuadas nos edifícios religiosos da diocese, o nome dos seus benfeitores e dos artistas que neles trabalharam. São muito escassas as referências à arte propriamente dita;⁵⁸⁴

- 1971- O Frontispício e as torres da catedral de Viseu, *Separata da revista Beira Alta*, em que, de uma forma romanceada, descreve a derrocada da torre românica e da fachada da catedral, em 10 de Fevereiro de 1635, a atitude do cabido, os orçamentos, custos da obra, os artesãos e os contratos para a reconstrução. Transcreve documentos do cabido e algumas páginas da obra do padre oratoriano, Leonardo de Sousa. Com o artigo pretende reabilitar João de Moreno, arquiteto de Salamanca e autor do desenho da nova fachada da catedral que tinha ruído, e que foi considerado um *mestre menor* devido à execução do traçado da nova frontaria que não agradou a todos. O arquiteto espanhol foi, também, considerado por Almeida Moreira “*mediocre, em desarmonia com o estilo delicado do interior*” (Alves, 1971: 21). Alexandre Alves integra a Sé, juntamente com os edifícios envolventes, em um dos “mais belos conjuntos da arquitetura portuguesa” (*Idem*: 22) e, um pouco mais adiante refere que é “Uma das praças mais formosas de Portugal”. Embora o conceito de conjunto arquitetónico só tenha sido definido em 1985, na *Convenção de Granada*, está subjacente nas suas expressões o domínio do conceito de *conjunto arquitetónico*.⁵⁸⁵

⁵⁸⁴ Alves, A. (1971). Novas achegas para a História da Arte na Diocese de Viseu. *Separata da revista Beira Alta*.

⁵⁸⁵ Artigo 1: “Os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica”. Acesso em 23/6/2016 <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

Em 1975, no decorrer da realização de umas obras, teve conhecimento da descoberta de vestígios arqueológicos na capela de Santo Amaro, que era a de Santa Cristina, já que possuía duas invocações diferentes; desta forma, publicou na revista que dirige um artigo sobre algumas descobertas (Alves, 1975a). Referiu que foram encontrados pedaços de colunas (bases e tambores), moedas (uma romana), tégulas, pavimentos de tijoleira e sepulturas. Assinalou o achado de uma necrópole na mesma zona, por ocasião das mesmas obras. Indicou que não foi possível verificar a extensão da necrópole mas, encontraram-se quatro sepulturas, construídas com tégulas de rebordo. O cónego Celso Tavares foi escolhido para fazer o estudo destes achados. Nas imediações, na quinta do Cerrado, foi encontrada uma lápide funerária, inscrição inicialmente publicada por Berardo⁵⁸⁶ no primeiro número de *O Liberal*, em 1857, e depois por Maximiano de Aragão. Alexandre Alves concluiu que o espólio romano encontrado em Santa Cristina vem confirmar a hipótese de Amorim Girão quanto à existência *de uma primitiva villa romana* naquele local (Alves, 1975). Redigiu, ainda, para revista *Beira Alta* outros artigos de história nacional.

Continuou a publicar, em crescendo,⁵⁸⁷ até ao ano de 2002,⁵⁸⁸ e da sua atividade investigativa e editorial ressalta uma perspicaz análise e interpretação das fontes que se traduz na devida fundamentação da construção histórica. Nos seus textos escritos numa linguagem clara e simples, acessíveis ao público comum, está presente “a problematização e a abertura à crítica, ressaltando o carácter provisório das descobertas, abrindo a porta a novas perspectivas de investigação” (Eusébio & Marques: 40).

Alexandre Alves foi um investigador que se dedicou sobretudo à história de arte e, na continuação do trabalho já iniciado por Lucena e Vale, continuou a investigar nos arquivos tendo por objetivo a publicação de documentos, fundamentalmente sobre o património artístico da região. Desempenhou um papel importante como diretor na revista *Beira Alta*, assegurando a sua sobrevivência e o lugar como repositório de artigos sobre a história da região.

⁵⁸⁶ Berardo também referenciou o achado de uma sepultura nas proximidades deste local. Cf. Berardo

⁵⁸⁷ Assinalámos apenas os artigos de Alexandre Alves sobre o concelho de Viseu e os que foram publicados até à data limite da nossa investigação.

⁵⁸⁸ Cf. Eusébio, M. F. & Marques, J. A. (2006). *Alexandre Alves. O Homem. O Investigador*. Viseu: Assembleia Distrital.

16.1. Alexandre Alves e o património

Alexandre Alves, tal como fazia o seu predecessor, utilizou as últimas páginas da revista *Beira Alta*, dando continuidade à rubrica *Notas & Comentários*, inaugurada por Lucena e Vale, para comentar, entre outros assuntos, a atitude das entidades oficiais em relação ao património concelhio e distrital, assumindo uma posição crítica face à sua degradação e abandono. No final dos anos 70, saudava a Câmara pela aquisição da “Casa dos Primes”, típico exemplar da arquitetura civil portuguesa da primeira metade do século XVIII (Alves, 1978), assim como antes já tinha chamado a atenção das autoridades para outro edifício de arquitetura civil, uma casa senhorial do século XVII, situada na rua de S. Martinho e cuja conservação deveria ser de interesse público (Alves, 1975b). Para justificar a sua salvaguarda invoca valores históricos, artísticos e turísticos. Ainda na mesma década, Alexandre Alves, retomando já velhos anseios do primeiro diretor da revista *Beira Alta*, defendeu a reconstrução da porta de Santa Cristina e, ainda de outra, que se encontrava em situação semelhante – o arco da Senhora do Postigo, junto a um troço de muralha, destruído em 1867 (Alves, 1978), que ainda conservava degraus de acesso ao adarve.

Em 1974, descobriu que alguns documentos, provenientes do cartório do cabido da Sé de Viseu, os mais antigos do século XII, foram parar às mãos de um numismata que os expunha numa feira realizada no casino Estoril. Alexandre Alves executou o inventário dos documentos reclamando o seu regresso a Viseu, ao arquivo ou à biblioteca municipal.

Também aproveitou as últimas páginas da revista para lançar os alertas sobre o património em perigo não só do concelho, mas do distrito de Viseu. Do vasto leque do património, continua o artístico a ser objeto de grande preocupação, e nas páginas da rubrica *Notas & Comentários* congratulou-se pelo regresso dos quadros de Grão Vasco, que foram alvo de restauro demorado (10 anos), o que deixou mais uma vez a população nervosa e que provocou novamente “artigos azedos nos órgãos da imprensa local” (Alves, 1978a: 545).

Alexandre Alves foi, até à data da sua morte diretor da revista *Beira Alta*, sempre pugnando pela conservação e restauro do património do concelho e distrito de Viseu.⁵⁸⁹

⁵⁸⁹ Alexandre Alves escreveu e envolveu-se em ações na defesa do património, mas em datas posteriores aos limites cronológicos do nosso estudo.

PARTE 3 - AS INSTITUIÇÕES

1. Museu Grão Vasco

Em 1916, a instalação do museu Grão Vasco nas salas do capítulo da catedral de Viseu obrigou a algumas obras de adaptação para a instalação das pinturas de Grão Vasco, que foram deslocadas do seu sítio original. Do acervo inicial do museu faziam parte o tesouro de arte sacra e o conjunto de quadros de Grão Vasco.

O núcleo primitivo de muitos museus do país formou-se a partir do advento do liberalismo e da nacionalização dos bens das ordens religiosas. A nacionalização das ordens religiosas também se fez sentir em Viseu, sobretudo no seminário diocesano, instalado pelo bispo D. Alexandre Lobo na congregação dos Nerys, hoje Seminário Maior, que viu os seus bens usurpados e o espaço ocupado por outras instituições, nomeadamente um “quartel e parque de artilharia”.⁵⁹⁰ Mas, apesar do recheio do edifício ter sido retirado, não foi alvo de qualquer tentativa de musealização. A disposição museográfica de objetos litúrgicos esteve sempre associada à catedral e ao Tesouro da Sé, que se limitava ao estudo por parte dos investigadores e à abertura ao público em geral por altura de algumas festividades religiosas. A institucionalização de um museu em Viseu,⁵⁹¹ decorreu do contexto ideológico da I República e integrou-se na estratégia nacional de salvaguarda do património. As reformas republicanas de 1911 desapossavam o clero dos seus bens patrimoniais, convertendo-os em bens nacionais. A lei de Separação da Igreja do Estado, de 20 de abril de 1911, no artigo 62,⁵⁹² obrigava ao arrolamento e inventariação dos bens do clero para depois serem “pertença e propriedade do Estado”. A nível local existiam pressões por parte de alguns eruditos e políticos como José Relvas, ligado por laços

⁵⁹⁰ Anónimo. (1933, 10 de outubro). Evocando o passado. Não será já tempo?. *Jornal da Beira*, p. 1.

⁵⁹¹ Já em 1891, surgiu uma notícia na imprensa que divulgava a intenção do poder local de proceder à construção de uma galeria fora da Sé, para exposição dos quadros de Grão Vasco. O jornalista não concordou com a ideia, pois tinha receio de que os quadros, ao deixarem de estar ao cuidado do cabido, pudessem sair da cidade –Anónimo. (1891, 5 de novembro). Ainda os quadros de Grão Vasco. *O Commercio de Vizeu*, p. 2. Nos artigos seguintes (12/11/1891, 15/11/1891 e 19/11/1891), os leitores escreveram para o jornal expressando a sua concordância sobre a construção de uma galeria.

⁵⁹² Artigo 62º “Todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e doutros funcionários, empregados e serventuários dela, incluindo as respectivas benfeitorias e até os edifícios novos que substituíram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com personalidade jurídica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, e devem ser, como tais, arrolados e inventariados, mas sem necessidade de avaliação nem de imposição de selos, entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se reaar, provisoriamente, à guarda das juntas de paróquia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus.” - <http://www.laicidade.org/documentacao/legislacao-portuguesa/portugal/republica-1910-1926/lei-da-separacao-da-igreja-do-estado/> [consultado em 1/4/2014].

familiares a Viseu e eleito como representante da cidade para a Assembleia Constituinte de 1911, que já em 1904, em carta dirigida a António Arroyo escrevia:

Aproveitei a minha visita a Viseu para interessar a cidade na ideia da criação do Museu da Sé, em que ficariam reunidos os quadros de Grão-Vasco, e as alfaias da Cathedral reunindo-se-lhe depois quanto fosse possível encontrar nas freguesias rurais, onde existem ainda preciosidades. Bem acolhida a ideia por muitos, julgo todavia que o maior óbice estará em Fontello, na nenhuma vontade que o Bispo manifestou para que tal projecto vingue. Mas lá ficou o fremento d'um projecto, que mais cedo ou mº tarde terá possibilidade realização. É impossível ter quadros tão preciosos como o são o “S. Pedro” e o “Calvário” em peores condições d'exposição!⁵⁹³

Poucos anos antes, como Alcina Silva (2010) colocou em evidência, Maximiano de Aragão (1900) tinha tornado públicos os seus estudos que provavam a existência de Grão Vasco como pintor e publicou, na mesma obra, uma carta de Tomaz Ribeiro em que o escritor manifestava a sua ânsia na criação de um museu em Viseu para conservar a pintura de Grão Vasco. Almeida e Silva, como já referimos, foi outra voz que se alteou a favor da criação do museu, sobretudo para criticar a forma como as obras de Grão Vasco eram expostas.

Com o Decreto nº 256, de 31 de dezembro de 1913 (Ministério da Justiça, Direção-Geral dos Eclesiásticos) é criado um Museu Regional de Arte e Arqueologia,⁵⁹⁴ junto da Sé de Viseu e seus anexos, sem encargos para o Estado, sob a direção técnica do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, cujo fundo inicial era composto por alfaias litúrgicas,⁵⁹⁵ com realce para a pintura, escultura, ourivesaria, mobiliário e têxteis. Ao acervo inicial, juntaram-se todas as pinturas atribuídas a Vasco Fernandes, existentes na catedral, às quais se associaram as pinturas do Paço do Fontelo e todas as peças conhecidas e espalhadas pela diocese, cujos inventários e arrolamentos estavam a cargo, entre outros, do Capitão Francisco Almeida Moreira e de José Coelho (Silva, 2010: 49).

⁵⁹³ Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva, Viseu: Carta de José Relvas a António Arroyo. 1904.

⁵⁹⁴ Em 1914, José Coelho, como vereador propunha que no museu, recentemente criado fossem incluídas, entre outras, “secções etnológicas de arqueologia, numismática, epigrafia e paleografia”, invocando o desenvolvimento da pré-história devido aos trabalhos de Carlos Ribeiro, Martins Sarmiento, Estácio da Veiga, Santos Rocha, Néri Delgado, Leite de Vasconcelos, etc – Coelho, J. (1914, 7 de fevereiro). Museu Viziense. *Povo Beirão*, p.2.

⁵⁹⁵ Na década de trinta, o Decreto-Lei nº 20.803 de 21 de Janeiro de 1932 determinou o regresso à catedral de “todos os objectos respeitantes ao culto ou a ele destinados que se encontram incorporados no Museu Grão Vasco”, inaugurando, assim, um novo museu- o Tesouro da Sé ou Museu de Arte Sacra.”

1.1. Almeida e Silva e a criação do Museu Grão Vasco

O pintor Almeida e Silva, nos jornais da cidade, dá um grande protagonismo à obra de Grão Vasco,⁵⁹⁶ considerando que os *forasteiros* só vêm a Viseu para admirar os seus quadros e nada mais.⁵⁹⁷ Das afirmações expressas e publicadas nos jornais em 1911, fica claro que o pintor considerava a obra de Vasco Fernandes a âncora capaz de trazer turistas a Viseu, que também poderiam admirar a Sé e outros elementos patrimoniais, valências que a cidade podia oferecer e rentabilizar. Na imprensa local, com um discurso inflamado, manifestava o seu acordo sobre a criação de um museu regional na cidade, afirmando que este projeto não era novo e que ele já o havia proposto ao “velho bispo D. José, que por diversos motivos não lhe deu viabilidade”.⁵⁹⁸ No início do século XX, Almeida e Silva tinha organizado as exposições que se realizavam no claustro superior da Sé, por ocasião da comemoração das festas de Santo António. Deste modo, o pintor conhecia os problemas inerentes à exposição dos objetos artísticos neste local, e apresentou junto do cabido da Sé algumas das suas preocupações relativas à conservação, ao estudo e divulgação das peças do tesouro da Sé,⁵⁹⁹ manifestando a sua posição favorável em relação à criação de um museu regional na capital do distrito, que serviria para reunir um importante e diverso “repositório arqueológico, artístico e industrial”, e, ao mesmo tempo, seria “um motivo de forte interesse para o turismo”, devendo ainda ser “enriquecido por coleções e objetos de

⁵⁹⁶ Em 1910, o pintor atribui a Vasco Fernandes os famosos quadros da Sé de Lamego, discordando da opinião de alguns críticos e especialistas, como José de Figueiredo. Em 1924, o professor Virgílio Correia, apresentando provas documentais (contrato firmado pelo pintor e pelo bispo de Lamego, D. João Camelo Madureira) confirmou que eram da autoria de Grão Vasco (Mouta, 1969).

⁵⁹⁷ Silva, A. J. (1911, 11 de fevereiro). Grão Vasco. *Jornal da Beira*, p. 3.

⁵⁹⁸ Silva, J. A. (1911, 6 de maio). A Sé. *A Beira*, p. 1.

⁵⁹⁹ Cartas de Almeida e Silva, vogal superior do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, dirigidas ao presidente do Cabido da Sé de Viseu, em 7-06-1903 e 10-06-1903- Arquivo do Museu Grão Vasco. Nas duas missivas enviadas ao cabido da Sé, o pintor, como vogal do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, nomeou os quadros, as alfaías de culto e os paramentos que costumavam estar expostos durante as festas de Santo António à mercê do público e das intempéries, pregados na parede “com alfinetes” e apelou para que deixassem de o estar, ficando a aguardar que fossem colocados, resguardados em “vitrines, como se via em Coimbra, na Sé, em Santa Cruz e em Santa Clara”. Mostrando conhecer os rendimentos do cabido, disse que os mesmos têm aumentado e que, por isso, uma parcela deveria ser empregue na “conservação dos objectos de valor artístico da Sé”. Ao comparar, mais uma vez, a Sé com o que se tem feito nas outras catedrais do país, rematava que o “cabido Viseense tem muito a fazer para a conservação da sua Sé e dos objectos d’arte que ella contem” – AMGV- Carta de Almeida e Silva (7-06-1903).

Na carta enviada a 10 de Junho do mesmo ano proferiu críticas semelhantes, acrescentando a sua disponibilidade para executar “quaisquer progressos materiaes” na catedral, e fez notar que, tendo sido investido “sem o pedir” no cargo de vogal correspondente do *Conselho Superior de Monumentos Nacionais*, se manteria vigilante, apesar de “quaisquer dissabores ou prejuízos” que pudessem resultar da sua atitude.

propriedade particular”,⁶⁰⁰ que seriam cedidos a título de depósito.⁶⁰¹ Como local para a montagem do museu, Almeida e Silva sugeria o claustro superior da Sé, uma vez que é o “local mais aparatoso e com melhor luz, sendo aqui o ambiente superior, porque todo o edifício da Sé é já de si um museu d’Arte religiosa de todos os tempos”.⁶⁰² Propunha também algumas adaptações, para “quatro magníficos salões ou galerias” (*Idem: Ibidem*). Já em 1900, Maximiano de Aragão tinha sugerido o mesmo local para a instalação do museu. Nem todos concordavam com a transformação do claustro superior da Sé numa galeria fechada e defendiam que o Museu se deveria instalar no Paço dos Três Escalões, edifício que possuía uma ligação com a Catedral, através de portas que se abriam ao nível de rés-do-chão e do 2º andar. A posição de Almeida e Silva era de crítica ao clero e integrava-se na posição anticlerical do fim da monarquia, tal como a “crescente vaga de interesse pelo património artístico nacional, tendência que soube acompanhar e representar em Viseu” (Rodrigues, 1997: 27).

Almeida e Silva mostrou-se interessado em assumir o cargo de diretor do Museu, mas não foi selecionado. Uma das razões para não ser escolhido para o cargo, poderia residir no seu feitio brusco e, por vezes, inconveniente, que o levavam a denunciar e a enfrentar na imprensa personalidades com poderes públicos, como fez, por exemplo, com o primeiro diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, José de Figueiredo⁶⁰³ e até com o próprio Almeida Moreira.

⁶⁰⁰ Almeida e Silva defendeu a criação de museus regionais, para salvaguardar o património artístico. Foi assim que ele argumentou para defender a deslocação dos quadros atribuídos a Grão Vasco, de S. João de Tarouca e de Salzedas para o museu regional de Lamego e que se estavam a deteriorar nas respetivas igrejas, apesar da oposição da Câmara de Tarouca e das respetivas juntas de freguesia, que ele apelidava de “ignorantes e incompetentes” por *promoverem* a ruína das suas “obras de arte”. Partilhava a opinião que os quadros de Grão Vasco deveriam estar todos reunidos no museu regional de Viseu, o que no princípio do governo republicano teria sido fácil, e, desta forma, não haveria tantas dúvidas em relação à sua autoria, já que a comparação seria imediata. O sentimento regionalista surge quando referiu o *sonho* de ver o Grão Vasco representado no *Museu de Arte Antiga de Lisboa* (Silva, 1941: 64).

⁶⁰¹ Silva, J. A. (1911, 18 de junho). Uma Carta de Almeida e Silva. *O Commercio de Vizeu*, p.1.

⁶⁰² Silva, J. A. (1911, 6 de maio). A Sé. *A Beira*, p. 1.

⁶⁰³ Em relação à polémica sobre o autor dos painéis encontrados em S. João de Tarouca, Almeida e Silva escrevia: “Quanto ao ‘S. Pedro’ e ‘S. Miguel’ vi logo à primeira [...] que são de Vasco Fernandes. O Dr. José de Figueiredo, que soubera da minha descoberta artística pelo escritor Ramalho Ortigão, a quem eu a revelara, chamou-a porém a si, apesar do meu protesto, o que lhe foi fácil do alto da sua notoriedade nacional contra a minha obscuridade. E contestou ainda a autoria por mim dada àqueles dois quadros, com a qual veio, porém, a concordar mais tarde” (Silva, 1941: 6).

1.2. Almeida Moreira e o Museu Grão Vasco

Para a instalação do museu Grão Vasco assim como para a disposição de paramentos, objetos e suportes figurativos, originalmente destinados a práticas litúrgicas, retirados da catedral e das igrejas da região, foi proposto pelo Conselho de Arte e Arqueologia para diretor do museu e nomeado pela Câmara Municipal de Viseu “atendendo à sua muita competência e aos serviços já por ele prestados ao referido Museu” (Ata da CMV, 31 agosto 1914) Francisco de Almeida Moreira, delegado na cidade da 2ª Circunscrição do mesmo Conselho. Apoiava a criação do museu “junto da Sé e seus anexos”,⁶⁰⁴ de acordo com o decreto da sua criação, contando sempre com a oposição do Clero.⁶⁰⁵

Almeida Moreira deu conta, nos artigos publicados em vários jornais como o *Correio da Beira* e a *Voz da Oficina*⁶⁰⁶ dos protestos e reclamações, contra os quais ele argumentava, das acusações dos prelados da Sé, que se queixavam de lhe terem tirado os paramentos, das obras que estavam sendo realizadas na catedral para albergar o Museu e que perturbavam as liturgias e até da abertura da chamada “porta do sol”.⁶⁰⁷

Mais tarde, Almeida Moreira conseguiu a alteração da designação do museu, através da promulgação do Decreto nº 2284-C de 16 de março de 1916 (publicado no Diário do Governo nº 51), que passou a designar-se de “Museu de Grão Vasco”, em vez de Museu Regional de Arte e Arqueologia, que se instalou na sala do Cabido e seus anexos e cujo acervo, de acordo com o Art. 2º:

é composto pelos valiosos quadros existentes na Sé de Viseu, pelo importante tesouro do cabido da Sé, além de outros objetos de valor artístico ou histórico que possam ser cedidos e se torne conveniente incorporar no mesmo museu, devendo a instalação efectuar-se na sala do Cabido e nos anexos da Sé.

⁶⁰⁴ Moreira, F. A. (1915, 15 de abril). A nossa terra – Cartas a ‘Um amigo’ de Viseu. *O Commercio de Viseu*, p. 2.

⁶⁰⁵ Além do antagonismo do clero, a população local também se opunha ao desvio dos objetos de culto das suas igrejas, como noticiava a imprensa local. Em Ranhados, freguesia de Viseu, a população tentou impedir Almeida Moreira, que se encontrava munido dos documentos necessários, de retirar da igreja paroquial uma antiga imagem de Nossa Senhora –Anónimo. Uma grande Desgraça... (1926, 22 de Maio). *A Voz da Verdade*, p. 1.

⁶⁰⁶ São publicados vários artigos em 1917, com os títulos “As obras na Sé” ou “Ainda as obras na Sé” em que. O *Correio da Beira* (7/7/1917; 11/7/1917; 18/7/1917; 21/7/1917; 25/7/1917; 29/8/1917; 1/9/1917), jornal, pertencente à Igreja dirigiu uma crítica feroz ao diretor do Museu. São fontes em que está presente o desconforto e grande descontentamento do clero pela alienação dos seus bens.

⁶⁰⁷ Anónimo. (1916, 30 de setembro). A Sé Catedral. *Povo Beirão*, p. 4.

De acordo com Correia (2000), o programa genérico do museu ficava definido neste artigo, que deixava uma larga abertura para a ampliação das coleções que Almeida Moreira fez guiar por parâmetros artísticos e históricos, excluindo os arqueológicos. Nesta altura, já Almeida Moreira organizara o espólio do museu, a partir de objetos de valor artístico recolhidos em conventos, igrejas e capelas da região que não estavam a ser utilizados nos serviços religiosos. Ao abrigo da lei de 20 de abril, era desencadeado o processo para a sua incorporação no museu.⁶⁰⁸ A integração de objetos de culto também constituiu um foco de discórdia com as entidades religiosas, pois tratava-se de peças mais valiosas, e ao seu valor religioso associava-se, normalmente, o valor artístico, histórico e até o de antiguidade, que tornavam estes bens especiais (Custódio, 2011a: 248).⁶⁰⁹ José Coelho, no papel de vereador da Câmara Municipal, acompanhou o Diretor também vogal correspondente do Conselho e Arte e Arqueologia, mas sobretudo “a pessoa indicada pela Comissão Central da Execução da Lei de Separação à Comissão de Administração dos Bens Eclesiásticos no concelho de Viseu”⁶¹⁰ nas deambulações por algumas aldeias do concelho, para remover pinturas e objetos litúrgicos para o Museu o que, por vezes, suscitava a ira dos locais (Alves, 1979: 493),⁶¹¹ como comprova nos seus *Cadernos de Notas Arqueológicas*. Em artigos de jornal Almeida Moreira era alvo de críticas por retirar o património dos locais de culto para irem para o Museu, mas ele defende-se argumentando que:

Eu sou o primeiro a reconhecer [...] que as obras d’arte se devem conservar no meio próprio para que foram feitas, cercadas desse ambiente primitivo que lhes dá tanto encanto [...] trata-se apenas d’uma tábua existente no chão, atrás d’uma porta na sacristia, cheia de pingos de cêra, sem o menor culto e sem que fizesse parte de qualquer retábulo [...]⁶¹²

E justificava porque retirou alguns objetos daquela freguesia: porque estavam abandonados, por motivos científicos (o caso de uma tábua na igreja de Vil de Soito, em que estava representado o “Batismo de Cristo”, que deveria ser confrontada com um quadro de Grão Vasco, pois parecia ser uma réplica, podendo, até, estar outro quadro por baixo), ou porque atingiram um tal estado de degradação que foram removidos para se

⁶⁰⁸ Anónimo. (1914, 5 de agosto). Museu Visiense de Arte e Arqueologia. *Povo Beirão*, p.2.

⁶⁰⁹ Para resolver o problema dos bens culturais, os republicanos projetaram a constituição dos “tesouros de arte sacra” anexos aos museus do Estado. Em Viseu, os objetos culturais foram integrados no Museu Grão Vasco e só em 1932 foi organizado o Tesouro de Arte Sacra na catedral, através do Decreto-Lei nº 20.803, de 21 de Janeiro de 1932, para nele serem “*incorporados todos os objectos respeitantes ao culto ou a ele destinados que se encontram incorporados no Museu Grão Vasco e sejam provenientes da Sé de Viseu.*”

⁶¹⁰ Almeida Moreira, F. (1914, 8 de Agosto). Carta. *Correio da Beira*, p. 2.

⁶¹¹ Cf. Capítulo José Coelho.

⁶¹² Almeida Moreira, F. (1914, 15 de Agosto). Carta. *Correio da Beira*, p. 2.

conservarem (*Idem*). Almeida Moreira estava a atuar de acordo com a legislação em vigor, que ordenava a inclusão das obras de arte que estivessem em perigo, nas coleções dos museus.⁶¹³ Mais tarde, com o regresso dos bispos às dioceses e com a reformulação da Lei de Separação (1918) era cada vez maior a reivindicação para a devolução dos bens culturais. Nos jornais da igreja, *Correio da Beira* e *Jornal da Beira*, foram numerosos os artigos em que o clero expunha as suas reclamações por se verem desapossados dos objetos de culto, reclamando, de novo, a sua posse.

A inauguração oficial do Museu, em espaços anexos da Catedral – Coro Alto, Claustro Superior e Sala do Cabido – só aconteceu no dia 6 de outubro de 1918, devido ao facto de muitas pinturas terem sido enviadas para a oficina de restauro de Lisboa, como a pintura “Calvário”, bem como outras peças (Silva, 2010: 61).

À medida que o volume de peças aumentava, as instalações iam-se tornando exíguas para permitir o seu crescimento, estudo, divulgação e conservação. Entre 1916 e 1917, Almeida Moreira foi realizando pequenas obras de adaptação e de remodelação, nas salas do Cabido, para expor cinco monumentais quadros de Grão Vasco, outras pinturas do retábulo da capela-mor e os restantes objetos do acervo. A preocupação com a demora do restauro das peças foi constante e visível no grande número de artigos dedicado ao tema nos jornais locais. A par das salas do cabido, o claustro superior da catedral foi ocupado como espaço para exposições temporárias e era o local onde se acumulavam as coleções de arqueologia, epigrafia, escultura, cerâmica, mobiliário, tapeçaria, entre outros objetos. O clero, que nunca aceitou bem a transferência do tesouro da Sé para a posse do Estado, nem a ocupação das salas capitulares, claustro superior, sacristia e coro alto, para instalação do Museu, sentia-se ultrajado e reagia,⁶¹⁴ queixando-se com regularidade por as suas liturgias e orações serem constantemente perturbadas com os visitantes⁶¹⁵ - “(...) acontece serem os actos de culto e o próprio decôro do templo atingidos inconvenientissimamente pelo transito de turistas (...)”.⁶¹⁶ O espaço do museu estava a estender-se para a igreja,

⁶¹³ Cf. Decreto de 26 de Maio de 1911, p. 2245.

⁶¹⁴ “Após 1910, procedeu-se na Sé de Viseu a obras de restauro, em que foram feitas diversas demolições, com prejuízo dos serviços e culto, sem qualquer entendimento com a autoridade eclesiástica, antes até contra a sua vontade, expressamente manifestada no caso da demolição da Sacristia dos pontificais que tanto prejudicou as cerimónias de culto” DGEMN-DREM Centro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002- Anos de 1936-1944; Cx: 2981; Pasta 338; memorial; 22-05-1935 *Apud* Alves, 2015: 189.

⁶¹⁵ Lucena e Vale, A. (1930, 31 de outubro). A Sé de Viseu. *Jornal da Beira*, p. 1.

⁶¹⁶ (1931, 21 de agosto). O Museu Grão Vasco de Viseu – Uma justa aspiração. *Jornal da Beira*, p.1

secularizando-a enquanto local de culto. Por isso, a desocupação da Sé e a consequente mudança das instalações do Museu para o vizinho Paço dos Três Escalões, antigo Paço dos Bispos do século XVII,⁶¹⁷ correspondeu a um anseio do setor católico da cidade⁶¹⁸ e, ao mesmo tempo, para Almeida Moreira foi importante para “assegurar a autonomia e dignidade necessária às coleções, bem como o correspondente desenvolvimento e crescimento da instituição nas diversas componentes” (Silva, 2010: 62). À medida que do Paço dos Três Escalões se iam retirando os serviços públicos aí alojados, Almeida Moreira, de acordo com o relato de Lucena e Vale (1943), tenazmente, ia ocupando o espaço, com ou sem autorização superior, confiando que uma vez instalado o museu, ninguém o expulsaria. Lucena e Vale foi de opinião que a reutilização do edifício para a instalação do museu obedeceu ao critério de oportunidade e à persistência e *faro artístico* do seu primeiro diretor. No entanto, concordamos que a instalação do museu não se deveu só ao acaso e a Almeida Moreira, mas que se integrou na lógica de readaptação de edifícios públicos admiráveis, classificados entretanto como Monumentos Nacionais, a museus (Custódio, 2011). Os antigos paços episcopais, ao abrigo da Lei de Separação, foram alvo de expropriação por interesse público, integrados nos bens nacionais e, posteriormente, neles foram instalados os museus regionais. A readaptação de edifícios de grande valor arquitetónico e artístico a museus centrais e locais foi uma prática da política cultural da I República. Aconteceu, por exemplo, em Coimbra com o Museu Machado de Castro que realizou obras de adaptação do Paço Episcopal, com o Museu de Ourivesaria e Paramentaria instalado na Igreja de Almedina e também em Bragança, Coimbra, Lamego, Évora e Faro.

⁶¹⁷ No edifício estavam instaladas várias repartições públicas: o Liceu, o Governo Civil, a Direção de Finanças, o Tesouro Público, a Polícia.

⁶¹⁸ O jornal *A Beira*, pertencente à Igreja Católica, em vários artigos, descrevia o afrontamento do clero, devido à ocupação da catedral, contra Almeida Moreira que na qualidade de diretor do Museu e representante do Estado era o responsável pela apropriação do espaço e do tesouro. O clero reclamava que o seu espaço de culto estava a ser prejudicado pela realização de obras na Sé destinadas ao museu e que o “sr. director se deseja ser mais separatista do que a lei da separação, deve começar pelo princípio, pedindo a nossa expulsão da Sé (...)” – (1917, 12 de julho). As obras da Sé. *O Commercio de Viseu*, p. 2.

Outra aspiração do clero era separar o museu “profano” de outro com as peças de culto e em 1932 foi criado, em Viseu, o Tesouro de Arte Sacra, como já referimos, além de um arquivo distrital.

A Igreja, através de artigos publicados no *Jornal das Beiras* também tece críticas à ação dos “serviços dos Monumentos Nacionais no que respeita às conveniências ou até exigências do culto. [...] Há igrejas onde se não deixou um altar, há outras onde o culto se tornou impossível pelas modificações e restaurações (?) introduzidas.”- Anónimo. (1935, 18 de Abril). Monumentos Nacionais. *Jornal da Beira*, p. 4.

O ambiente de velho palácio servia de moldura e cenário para enquadrar as peças expostas.⁶¹⁹ O Paço dos Três Escalões⁶²⁰ estava já ocupado por outros serviços públicos. A mudança oficial do museu para as novas instalações aconteceu já no final de 1938, tendo Almeida Moreira falecido, repentinamente, no ano seguinte. Só alguns anos depois da sua morte o Paço dos Três Escalões foi ocupado inteiramente pelo museu. A disposição das peças foi realizada de acordo com critérios temáticos e cronológicos, ao modo de gabinete de curiosidades ou como salientou Correia:

Ajuntava criteriosamente o mais que podia, obediente a um programa assumido, talvez inconscientemente, o de um Museu de Arte e de História que mais directamente retrata o gosto de uma sociedade pequeno-burguesa ou de fidalguia provinciana ou expressa a fortíssima vivência cristã tradicional de um povo da região criada à sombra de igrejas e mosteiros.

(Correia, 2000: 66)

A grande percentagem da sua coleção, pintura do início do século XVI a meados do século XX, teve uma proveniência local e regional e, como referiu Agostinho Ribeiro, antigo Diretor do Museu Grão Vasco, “Almeida Moreira tinha um pensamento muito centrado na ideia de museu que representa os territórios, os distritos”.⁶²¹

O diretor do museu tinha uma relação privilegiada com a imprensa⁶²² de que se servia para lamentar o reduzido orçamento concedido à instituição que presidia,⁶²³ para denunciar a

⁶¹⁹ A disposição das peças não seguia um critério *científico, didáctico*, mesmo para a época, de acordo com Lucena e Vale, mas antes, *um gosto decorativo de ‘mise-en-scenista’* do seu diretor, com as salas demasiadamente cheias, mesmo congestionadas (Lucena e Vale, 1943: 245).

⁶²⁰ Em 1911, o Paço por força da separação do Estado e da Igreja, foi incorporado nos bens nacionais. A solução dos paços episcopais para a instalação dos museus regionais era tentadora em termos económicos. Em Viseu isso não aconteceu de imediato porque o paço episcopal, construído no século XVI, tinha atingido um tal estado de degradação que os bispos o doaram para nele se instalar o Tribunal Judicial e, posteriormente, diversas instituições públicas como a Direção de Obras Públicas, o Governo Civil, a Biblioteca, a Junta Geral do Distrito, o Banco de Portugal, as Finanças, a esquadra da Polícia, os Bombeiros, a Imprensa do Governo Civil e o Liceu. O primeiro serviço a deslocar-se para outras instalações foi o Liceu e, à medida que as outras repartições públicas iam mudando, Almeida Moreira ia ocupando as salas vagas, sem prévia autorização oficial (Lucena e Vale, 1973). O Paço dos três Escalões foi o único paço episcopal classificado durante a República, mais concretamente, em 1924.

⁶²¹ “Dentro do Museu de Grão Vasco, preparando a festa dos 100 anos” <http://www.dn.pt/artes/interior/dentro-do-museu-de-grao-vasco-preparando-a-festa-dos-100-anos-5079086.html> [1 de abril de 2016].

⁶²² Essa relação com a imprensa derivava da sua ação como relações públicas que o levava a convidar a imprensa local para algumas reuniões “afim de se trocarem impressões sobre assuntos artísticos do mais alto interesse para a nossa terra” e, ao mesmo tempo, mostrar as dependências do museu. O autor do artigo também notou (ou o diretor fez notar) a falta de espaço, pois o museu ocupava todas as dependências da Sé, que não eram indispensáveis ao culto – Anónimo. (1917, 28 de março). Interesses de Viseu- uma visita ao Museu Regional Grão Vasco. *Povo Beirão*, pp. 1-2.

⁶²³ Anónimo. (1918, 25 de agosto). Museu Grão Vasco. *Voz da Oficina*, p.2.

Silva (2010: 72) dá conta das diligências de Almeida Moreira, que para colmatar a escassa verba posta ao seu dispor, várias vezes adiantou do seu bolso, chegando a oferecer como garantia do seu compromisso a

falta de espaço (aproveitava para exercer pressão para alargar o espaço do museu), para anunciar a doação ou compra de uma nova peça ou a saída de obras para restauro assim como a notícia do seu regresso,⁶²⁴ para publicitar a abertura de uma nova sala, noticiar a vinda de um pintor ou historiador, a inauguração de uma nova exposição, o lançamento de um novo livro ou brochura, comunicar a sua participação em congressos⁶²⁵ e colóquios, as verbas que chegavam ao museu, e até a criação do “Grupo de Amigos do Museu Grão Vasco”,⁶²⁶ ainda sem estatutos próprios (a lista de colaboradores era enviada para o jornal para ser publicada com os respetivos donativos). Atitude semelhante à de José de Figueiredo, que em plena crise dos anos 20, também recorria aos “Amigos do Museu” para adquirir obras de Arte para o Museu Nacional de Arte Antiga.⁶²⁷

A imprensa viseense⁶²⁸ divulgava amiúde os acontecimentos culturais que tinham lugar no museu e, no período em que ele foi diretor do museu, raro é o número em que não haja um registo sobre os acontecimentos ou detalhes da vida quotidiana do museu, o que comprova a sua grande visibilidade social. O museu distinguia-se, segundo a imprensa local, pela sua

hipoteca de sua casa. O próprio Almeida Moreira referiu adiantamentos de dinheiro do seu bolso, por sua livre e espontânea vontade – Moreira, F. A. (1920, 4 de julho). *Pró Viseu. Grupo de Defesa dos Monumentos de Viseu. Notícias de Viseu*, 1.

⁶²⁴ Com alguma frequência a imprensa regional noticiava a saída dos quadros do Museu para restauro ou para participarem noutras exposições e se mostrava impaciente com a sua, por vezes longa, ausência. Um dos periódicos viseenses relatava a ida das pinturas de Grão Vasco, mal acondicionadas, para a exposição dos “Primitivos Portugueses”, mostrando o receio generalizado dos visienses de que os quadros não regressassem, devido às políticas centralistas relativas ao património – Anónimo. (1940, 2 de maio). *A Beira Arqueológica e Artística- Os Quadros do Museu. O Distrito de Viseu*, p.4. Outro jornal dá-nos conta do regresso dos quadros “Calvário” e “S. Pedro” de Vasco Fernandes, que fizeram parte da exposição dos primitivos, mas que não regressaram logo, porque ficaram a restaurar – (1941, 25 de maio). *Quadros do Museu. Política Nova*, p. 3. Na imprensa local, ao longo dos anos trinta e quarenta, eram constantes as notícias, de pinturas que iam para restaurar e demoravam a regressar e à necessidade de realização de obras no museu. Ainda nos anos setenta do século XX, era notícia a preocupação com a demora do restauro de alguns quadros de Grão Vasco (Alves, 1978a).

⁶²⁵ Participou em vários Congressos em Portugal e no estrangeiro. Da sua presença no Congresso Luso-espanhol em Cádis, em 1927, foi publicada uma descrição dos aspetos arquitetónicos da Sé, em que usando uma linguagem científica, sem qualquer bairrismo, descreveu a *simplicidade* da catedral, das suas estruturas, as alterações que sofreu no tempo do bispo D. Diogo Ortiz. Trata-se de um texto que poderia ter sido escrito por qualquer historiador de arte, se Almeida Moreira não deixasse interferir o seu gosto pessoal quando descreveu a fachada reconstruída por João de Moreno, avaliando a sua construção realizada num *estilo pesado* (Moreira, 1927).

⁶²⁶ Em notícias sobre as obras do museu Grão Vasco, o seu diretor referia que as mesmas eram custeadas pelas cotas pagas por “beneméritos” pertencentes ao “Grupo de Amigos do Museu” – Moreira, F. A. (1920, 4 de julho). *Pró Viseu. Grupo de Defesa dos Monumentos de Viseu. Notícias de Viseu*, 1 e Rectificando... Museu Grão Vasco. (1923, 3 de junho). *Notícias de Viseu*, p. 2. O Grupo de Amigos do Museu financiou a compra de um quadro de Columbano – *As Tágides* (Lucena e Vale, 1956).

⁶²⁷ Outra atitude comum a Almeida Moreira e a José de Figueiredo foi o adiantamento de verbas, dos seus próprios bolsos, ao Estado.

⁶²⁸ Aquilino Ribeiro também escreveu alguns artigos na imprensa local sobre o museu Grão Vasco - Ribeiro, A. (1933, 1 de abril). *O Museu Grão Vasco. O Distrito de Viseu*, p.4.

capacidade de atração de visitantes à cidade – “(...) podendo assegurar-se que é o Museu que traz maior numero de turistas a esta cidade”.⁶²⁹ De todo o património, o Museu Grão Vasco, até aos anos setenta era, sem dúvida, o que tinha maior visibilidade na imprensa local, reflexo da opinião pública que mostrava o seu desconforto sempre que algum dos quadros mais célebres do Museu era emprestado para alguma exposição ou saía para restauro.

1.3. José Coelho: a colaboração no Museu Grão Vasco e a fundação do Museu Etnológico da Beira

O entusiasmo pela pesquisa arqueológica e pelo acumular de peças daí resultante,⁶³⁰ umas encontradas por José Coelho outras oferecidas, levou-o a tomar várias providências para a criação de um museu. De acordo com Gouveia (1985: 149), desde 1836 e da legislação publicada pelo governo Setembrista, parece estar subjacente um programa inicial de regionalização da cultura, determinando que fossem estabelecidos, em cada uma das capitais de distrito, uma Biblioteca Pública e um Gabinete de Raridades.⁶³¹ Gouveia (*Idem: Ibidem*) adianta, ainda, que se pretendia que se incluíssem nos museus objetos de carácter científico, o que não aconteceu de imediato, pois só nos finais do século XIX é que surgiu um movimento de criação de pequenos museus de âmbito regional e local. O grande estímulo para sua génese foi dado com a inauguração do *Museu Ethnographico Português*, em 1893, fruto do labor de José Leite de Vasconcelos. A República conferiu uma grande

⁶²⁹ Anónimo. (1921, 22 de maio). Museu Grão Vasco. *Notícias de Viseu*, p. 1.

Outro aspeto interessante do labor de Almeida Moreira foi tornar o museu pedagógico, pois foi dos primeiros diretores de museu em Portugal a iniciar as visitas escolares aos espaços museológicos.

⁶³⁰ Outra justificação do arqueólogo para a criação do museu foi a necessidade de preservação do património arqueológico: “(...) impõe-se a criação do Museu Etnológico da Beira – uma das mais importantes medidas de protecção e valorização do nosso património arqueológico e artístico, tão cobiçado, e tão visitado por estrangeiros nos últimos tempos.” Coelho, J. (1934, 23 de setembro). Viseu, Centro Arqueológico e Artístico. Necessidade do Museu Etnológico da Beira. *Novidades*, p. 6

⁶³¹ Em 1836, surgiu um projeto que inaugurava os museus regionais, consubstanciado na legislação publicada (Portaria e Circular de 25 de Agosto de 1836 e Circular de 7 de Outubro de 1836). De acordo com Gouveia (1985: 149), apesar de um dos objetivos ter sido a proteção das obras literárias que pertenciam aos conventos das ordens religiosas, que entretanto foram extintas, a cobertura museológica de todo o país era prioritária e pretendia-se concretizar com a publicação destas mediadas legislativas. No entanto, a curto prazo, este plano não se materializou, e só nos finais do século XIX foi estreado o movimento de criação de pequenos museus de âmbito regional que acabou por adquirir uma importância considerável. Para este movimento concorreu o interesse despertado no país pelos estudos arqueológicos, encontrando-se presentes as coleções arqueológicas na quase totalidade de museus que então se formaram, devido à investigação de personalidades locais, que também incentivavam a criação desses museus regionais. Com frequência, as entidades administrativas locais apoiavam os trabalhos ou, mesmo contribuíam para a formação dos museus regionais. Como alternativa, organizavam-se sociedades científicas de carácter local, cujos estatutos continham apoios a projetos de investigação ou mesmo criação de museus.

importância aos museus, apostando na sua criação e criando os museus de arte e arqueologia. Em Viseu, foi criado o Museu Grão Vasco, orientado, de acordo com Almeida Moreira para uma interpretação da realidade regional, mais artística. José Coelho, talvez para colmatar a omissão em relação à arqueologia e para diversificar o domínio de representação do museu regional, procurou que se reunisse no projeto de museu apresentado, um domínio mais vasto e diversificado de setores que mostrassem a realidade local. Para além do Museu Grão Vasco, cujo principal domínio foi a arte, projetava um museu mais de acordo com a conceção museológica de Leite de Vasconcelos.

No Primeiro Congresso Regional da Beira, realizado em Viseu em junho de 1921, José Coelho insistiu na necessidade da fundação do Museu Etnológico da Beira, projeto que já propunha desde 1912, ano em que terminou a sua licenciatura, tendo enviado um ofício à Câmara Municipal de Viseu (Correia, 1990: 4259).⁶³² José Coelho considera que este ato constituiu o início do processo que desencadeou a fundação do Museu Grão Vasco. Nos *Cadernos de Notas Arqueológicas* repete que o Museu foi criado devido às suas diligências e do presidente da Câmara Municipal de então que se mostrou bastante interessado na sua proposta. Como acervo inicial do museu disponibilizou o espólio do dólmen de Vale de Fachas. O arqueólogo, continuamente, narra que em 1912 enviou uma carta à Câmara Municipal,

manifestando a conveniência e pedindo que se fundasse – daí saiu o Museu Regional de Arte e Arqueologia, que depois passou a designar-se por Museu Grão Vasco quasi só de pintura – [...] mas nada de Arqueologia, prejudicando portanto a Etnologia .

(CNA nº 111, fl. 18v., 10 de março de 1956)

Em tom de desprezo, escreve que o museu se acabou por converter numa pinacoteca devido ao seu diretor, Almeida Moreira, que não se interessava por arqueologia.

Em 1914, enquanto vereador, José Coelho propunha, em sessão camarária realizada em 24 de Janeiro desse ano, que no museu regional de arte, recentemente criado, fossem inauguradas “secções de etnologia, arqueologia, numismática, epigrafia, paleografia e

⁶³² Em Aveiro, Alberto Souto apresentou uma proposta muito semelhante à de José Coelho com a organização de um Museu de Etnografia dependente do Instituto de Estudos da Região do Vouga e da Beira Litoral com sede em Aveiro. Cf. Souto, A. (1929). *Etnografia da Região do Vouga (Beira Litoral)*, Coimbra: Editora Lda.

ainda de geologia bem como de indústrias agrícolas”.⁶³³ A estrutura organizativa que José Coelho pretendia aplicar no museu apresentava semelhanças com a de José Leite de Vasconcelos que indicava quatro secções para serem integradas nos museus regionais: arqueologia, etnografia, antropologia e história natural (Gouveia, 1985: 161).⁶³⁴ Pelos artigos publicados na altura da instalação do Museu de Arte e Arqueologia, e pelo testemunho nos *Cadernos*, o arqueólogo tinha alguma esperança que fizesse parte do acervo museológico o seu espólio arqueológico.⁶³⁵ Era de opinião que o Museu se devia instalar na Sé, embora este espaço fosse exíguo para “comportar todas as secções”, sendo aconselhável a ocupação de uma parte do edifício contíguo à Sé, onde estava instalado o Liceu (que brevemente iria mudar para outro edifício).⁶³⁶

Em 1921, a Comissão nomeada para a aprovação do “Plano de Trabalhos”, entretanto por ele elaborado para o Instituto Etnológico da Beira, é de opinião que o Museu deveria estar autónomo do Museu Grão Vasco (Coelho, 1927).

Em 16 de outubro de 1934, os seus apelos receberam uma resposta da Câmara Municipal de Viseu,⁶³⁷ que nomeou uma comissão para avaliar a situação. O Museu e o Instituto trabalhariam em articulação, constituindo um complexo científico, tendo como objetivo o estudo e preservação do património cultural da região. No entanto, a comissão nem sequer chegou a entrar em funcionamento.

No final da década de trinta grassava no país *um intenso sentimento municipalista* interessado na organização e criação de museus que reunissem os vestígios arqueológicos e etnográficos (Gouveia, 1985). Em 1940 comemorava-se o Duplo Centenário (Fundação da Nacionalidade em 1140 e Restauração de 1640) e a onda de nacionalismo e regionalismo que se ia alastrando, encorajava estudos e exposições sobre estes temas. Em Viseu, a Câmara Municipal projetava realizar uma exposição intitulada Museu Etnográfico, o que

633 Coelho, J. (1914, 5 de setembro). Museu Regional de Arte e Arqueologia de Viseu. *Povo Beirão*, p. 3.

634 J. Leite de Vasconcelos incitou a criação de diversos museus locais e o *Arqueólogo Português* refletia esta tendência. Na revista surgiram numerosos projetos de criação dos museus locais em muitas vilas e cidades do país.

635 Já Estácio da Veiga tinha defendido uma proposta descentralizadora para os museus de arqueologia, sendo de opinião que os materiais arqueológicos encontrados nas escavações deveriam ser conservados nos museus das suas zonas geográficas, “onde a todo o tempo e com maior proficuidade se podessem confrontar com as condições archeologicas locais (...)” (Veiga, apud Gouveia, 1985: 160).

636 Coelho, J. (1914, setembro 5). Museu Regional de Arte e Arqueologia de Viseu. *Povo Beirão*, p. 3.

637 José Coelho confessou que desde 1912, foram vários os ofícios enviados à Câmara Municipal de Viseu, solicitando a criação do Museu em Viseu (Coelho, 1945: 38).

provocou a indignação de José Coelho com a falta de rigor do termo *etnográfico*, preferindo *etnológico* (Correia, 1990: 427). No mesmo ano, realizou-se o VII Congresso Beirão e José Coelho mais uma vez voltou ao assunto com a comunicação *Museu Etnológico da Beira*, pedindo ao Congresso que empreendesse diligências para a sua criação e instalação imediata (Coelho, 1942). No entanto, em 1940, surgiu a notícia de que a Junta Provincial da Beira Alta deliberou desistir de “levar a efeito tal Museu Etnográfico”.⁶³⁸

Na imprensa local, periodicamente, relembrava que “tôdas as cidades de 3^a e 4^a ordem”, ou até vilas, possuem estes museus e

lamenta que Viseu “centro duma importante região arqueológica, não possua um museu onde possam ser recebidas, guardadas e postas em recato, classificadas e expostas de forma a poderem ser também estudadas, apreciadas e admiradas pelos sábios, pelos estudiosos, ou simplesmente curiosos (...)”⁶³⁹

O discurso de José Coelho estava de acordo com as práticas museológicas, que já vinham desde a segunda metade do século XIX, em que os museus com coleções de arqueologia se multiplicavam, mas com a preocupação de centralizar o património nos grandes centros urbanos e capitais do distrito (Nabais, 1999). Os museus regionais criados, nas sedes de distrito, durante o primeiro quartel do século XX, reuniram os achados arqueológicos, mas Viseu continuava a não ter o seu museu. Estava presente um certo bairrismo quando José Coelho referia que “as preciosidades artísticas e arqueológicas têm sido votadas a vergonhoso abandono” e muitas se têm perdido, destruído e “arrebataadas outras, por pessoas sem escrúpulos” (*Idem: Ibidem*). Se por um lado referiu a exibição, estudo a catalogação de peças, afastando-se do espírito colecionista que vigorou no passado, por outro o mesmo ainda se encontra presente, ao pretender reunir no Museu Etnológico todas as “espécies arqueológicas, históricas, artísticas, numismáticas, heráldicas, epigráficas, etnográficas, bibliográficas e até paleográficas” (*Idem: Ibidem*). De acordo com Gouveia (1985: 167) o projeto revelava uma conceção de *museu etnológico* idêntica à de Leite de Vasconcelos, pois incluía os diferentes domínios científicos integrados por ele na etnologia, como já referimos. Na introdução ao *Esboço do Plano do Museu* está visível essa aproximação – “O Museu Etnológico da Beira, à semelhança do Museu Etnológico Português (...)” Correia encontrou traços psicológicos comuns entre José Coelho e Leite

⁶³⁸ Anónimo. (1940, 30 de maio). Museu Etnográfico. *O Districto de Vizeu*, p. 2.

⁶³⁹ Coelho, J. (1942, 25 de janeiro). Museu Etnológico da Beira I. *Política Nova*, p.3.

de Vasconcelos – “Um e outro revelam-se personalidades independentes, fortes, algo isolacionistas por temperamento” (Correia, 1990: 438), que se traduz na *praxis* e na obra dos dois arqueólogos, pois como conclui Correia:

“Num e noutro caso, salvaguardadas as devidas proporções e os resultados finais, o Museu apresenta-se como nascendo das SUAS ‘coleções’, e também das escavações e excursões empreendidas respondendo a igual metodologia. E se um entendia o museu como sítio para lição, J. Coelho levava os seus alunos à sua Casa-laboratório- Museu”

(*Idem: ibidem*)

Entretanto, o *Código Administrativo* de 1936 tinha concedido às Juntas de Província competências de fomento e coordenação cultural. Ao mesmo tempo, assistia-se, à criação de museus regionais de etnografia,⁶⁴⁰ ciência que cada vez mais surge representada no panorama museológico nacional (Gouveia, 1985: 175).

A ideia da criação do museu chegou à Junta de Província da Beira Alta e ao seu responsável, Alexandre de Lucena e Vale que, mais tarde, criou a Comissão Organizadora do Museu, anunciando a formação do Museu Provincial de Etnografia da Beira, ao mesmo tempo que Armando de Mattos, num artigo publicado na revista *Beira Alta* sobre os museus de etnografia, inclui como apêndice o *Plano de Organização do Museu Provincial de Etnografia da Beira Alta*” (1943: 217- 221), um pré-programa de museu. Em Abril de 1949 reuniu-se a Comissão Instaladora do Museu Etnológico da Beira para a fundação do Museu e foram distribuídos os cargos: cargo de presidente atribuído a Alexandre de Lucena e Vale e como vice-presidente José Coelho. A Comissão realizou algumas reuniões, mas do seu funcionamento pouco se sabe pois, nas palavras de José Coelho, não se lavraram quaisquer atas (Correia, 1990: 432), que deveriam ser da responsabilidade de Cristóvão Moreira de Figueiredo, nomeado para o cargo de secretário. Para colmatar a falta de informação, o arqueólogo resumiu nos seus *Cadernos* os assuntos tratados.⁶⁴¹ Na terceira sessão foi estabelecido, por José Coelho, um esboço de um plano para o Museu Etnológico. O grande objetivo da *Comissão* era, sobretudo, arranjar um espaço para a sua instalação,⁶⁴² já que o acervo residia na coleção previamente solicitada a José Coelho.⁶⁴³ O

⁶⁴⁰ A componente etnográfica e de história local são componentes disciplinares dominantes dos museus para o Estado Novo (Almeida, 2008).

⁶⁴¹ Nos CNA nº 90 ao nº 95.

⁶⁴² No CNA nº 9 (fl. 12 v., 2 de julho de 1949) José Coelho narrou o teor da 4ª reunião da Comissão Instaladora do Museu Etnográfico da Beira, informando que o local provisório para a instalação do Museu seria numa dependência do Asilo de Santo António. Na 6ª reunião pensou-se em adquirir a casa “apoiada à

entusiasmo era grande e Lucena e Vale (Lucena e Vale, 1949b) comunicou que Amorim Girão disponibilizava a sua coleção de “documentos arqueológicos” para serem integrados no acervo do museu; atitude igual foi partilhada pelo magistrado Manuel Alvelos. Apareceram associados ao Museu nomes como Alexandre Lucena e Vale, Cristóvão Moreira de Figueiredo e Russel Cortez, diretor do Museu Grão Vasco. O primeiro, em artigo de jornal,⁶⁴⁴ anunciou a intenção da Junta de Província promover a criação do Museu de Etnologia da Beira Alta, proceder ao inventário, recolher as relíquias históricas e arqueológicas da província e elaborar o inquérito das suas tradições, costumes e folclore. José Coelho entrou em conflito direto com os três, recusando-se mesmo a colaborar na revista *Beira Alta* dirigida por Lucena e Vale.

Entretanto, em 1952, enquanto este projeto não se concretizava, a Junta de Província da Beira Alta, com materiais⁶⁴⁵ que iam constituir o recheio do Museu, realizou uma exposição na Feira de S. Mateus, no Pavilhão Provincial, orientada tecnicamente por Russel Cortez (exposição que se repete em três anos consecutivos). Este ato foi considerado por Lucena e Vale a inauguração provisória do Museu (n.d.: 134), presidindo à cerimónia de inauguração como presidente da Junta Provincial da Beira Alta. Ao mesmo tempo, foi apresentado um plano do futuro Museu (passava a incluir quatro secções: secção arqueológica, militar e política, vida religiosa e vida doméstica) que se afastou daquele que foi concebido inicialmente por José Coelho, inspirado no Museu Etnológico Português. José Coelho não participou nesta exposição e nem sequer cedeu os seus materiais para lá figurarem, apesar de ter sido convidado para o fazer.

O acervo do museu ficará arrumado numa dependência da Igreja da Misericórdia, outra instalação provisória do museu. Mais tarde, em 1967, a Junta Distrital de Viseu,⁶⁴⁶ sucedânea da Junta de Província da Beira Alta instalou o Museu na Casa do Adro,⁶⁴⁷

ombreira do Arco [de Santa Cristina] ou porta da cidade”, para o futuro museu, evitando, assim, a sua demolição (CNA nº 9, fl. 61, 26 janeiro 1950).

⁶⁴³“ Pediram-me para ceder a minha Colecção para o Museu e para a inventariar ou relacionar e dizer quanto quero por ela!... para vir a ser o núcleo ou fundo inicial do museu... E isto já de entrada, sem plano, sem casa, sem dinheiro e sem Director!!!” (Correia, 1990: 16).

⁶⁴⁴ Lucena e Vale, A. (1951, 18 de Agosto). Museu de Etnologia da Beira Alta. *Jornal de Viseu*, p. 1.

⁶⁴⁵ Meses antes tinha sido enviada uma circular às entidades oficiais e particulares do distrito exortando-as a colaborar. Reuniram-se, assim, mais de 1500 peças (Alves, 1986: 497)

⁶⁴⁶ Uma das atribuições das Juntas Distritais era a criação de museus de etnografia e história em cada sede de distrito (Lucena e Vale, 1959), preceito legal que era a consagração de uma iniciativa já antiga na cidade.

⁶⁴⁷ Em 1982 foram retirados todos os materiais da Casa do Adro, pois entrou em obras. Após a sua conclusão, em vez do museu, foram aí instalados organismos estatais.

próxima da Sé, sob administração desse corpo administrativo, mas a sua duração foi muito breve. O seu programa cada vez se afastava mais do que tinha sido elaborado por José Coelho, não havendo sequer acordo entre as várias entidades sobre a sua designação.⁶⁴⁸ E o sonho de José Coelho da criação de um museu etnológico ficou por realizar. No entanto, a sua coleção doada em 1979 à Câmara Municipal de Viseu, encontra-se, desde 2013, exposta na casa do Miradouro, localizada na zona histórica de Viseu, nas imediações da Sé Catedral.

Gouveia (1985: 149) nomeou as autoridades locais como os organismos de suporte destes museus. No caso do Museu Etnológico da Beira as autoridades locais pouco se empenharam na sua criação, pelo menos na fase inicial em que José Coelho lutava pela fundação do mesmo. Um motivo que, eventualmente, servirá para justificar o fraco empenho que a autarquia revelou na criação do museu, poderá ser explicado pelo facto de José Coelho nortear a sua atuação face ao poder local, por uma grande independência, não o poupando a críticas, no caso da cultura e património. Seria pelo excessivo poder e protagonismo de Almeida Moreira⁶⁴⁹ que era, ao mesmo tempo, diretor do museu, professor e presidente da Comissão de Turismo? Gouveia referiu a alternativa ao apoio do poder local, que foi a formação de “sociedades científicas de carácter local, a quem é confiada, estatutariamente a condução das actividades a desenvolver” (Gouveia, 1985: 150). Podemos, de certa forma, atribuir esse papel ao Instituto Etnológico da Beira, cujo Plano de Trabalhos foi elaborado por José Coelho, e que entre a década de vinte e trinta foi responsável por uma certa dinâmica cultural na cidade.

Numa segunda fase a Junta Provincial encarregou-se da organização do museu, mas a falta de entendimento entre os que pertenciam à Comissão Instaladora e as ambições particulares de cada um impediram a sua fundação. Por outro lado, a apresentação de um

⁶⁴⁸ O Diretor do Museu Grão Vasco designava-o como Museu do Povo da Beira, enquanto a Junta Distrital mantinha a denominação de Museu de Etnologia, História e Arte Regional (Correia, 1990). Também se encontrou nos jornais locais a designação de Museu de Etnografia, História e Arte Regional.

⁶⁴⁹ Almeida Moreira possuía uma grande influência em várias instituições. José Coelho narra um episódio demonstrativo desse poder. Vergílio Correia indicou o seu nome para sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, mas Almeida Moreira usou a sua influência para que não fosse aceite, o que levou Vergílio Correia a comentar: “Imagine V. que o A. M. (já falecido) que nem arqueólogo é! Veio de propósito de Viseu a Lisboa, só para contra-indicar a sua nomeação de sócio dos Arqueólogos. Acabo por isso de pedir a minha demissão de sócio...” Coelho, J. (1944, 9 de julho). *Notas Arqueológicas VII- Dr. Vergílio Correia. Política Nova*, p. 3.

plano decalcado do Museu Etnológico de Leite de Vasconcelos, em 1949, não se apresentará pouco atualizado para a época?

José Coelho esteve também envolvido na formação da coleção do Museu Grão Vasco. Em 1914, o arqueólogo representando a Câmara Municipal e o capitão Almeida Moreira, como vogal do Conselho de Arte e Arqueologia, visitaram as igrejas paroquiais de algumas localidades do distrito de Viseu, com o objetivo de selecionar e recolher peças (móveis, imagens, paramentos, quadros) para fazerem parte do acervo documental do museu Grão Vasco, como já referimos. Entre outras localidades, visitaram Pindo, freguesia de Castendo (Penalva do Castelo), de onde vieram os dois painéis de S. Pedro e S. Paulo (sabe-se hoje que não eram de Gão Vasco, mas da escola atribuída ao pintor), Orgens (onde recolheram o “Descimento da Cruz” de António Vaz), Vil de Soito, S. Cipriano, Alvelos (Cavernães), Lordosa. Na localidade de S. Cipriano foram mal recebidos – “os sinos tocaram a rebate, acorreu o povo alvoroçado, os homens e as mulheres munidos de sacholas e aventais de pedras, enfim, um motim dos demónios” (Alves, 1979: 493)⁶⁵⁰ – tendo José Coelho atribuído a responsabilidade pelo ocorrido à falta de diplomacia do capitão, que “não soubera lidar com aquela gente”. A nacionalização dos bens da Igreja, de acordo com a legislação republicana, transformava-os em bens culturais para usufruto social e também cívico. Ao longo deste processo, as comunidades de crentes manifestaram em diversas ocasiões a sua revolta por estarem a perder bens que sentiam que lhes pertenciam. Estas situações aconteceram um pouco por todo o país e foram descritas por Almeida Moreira e por José Coelho, que revelaram que a seleção de bens se fazia sob pressão, não havendo muito tempo para um estudo cuidadoso, sobretudo dos objetos que se encontravam em capelas e igrejas do interior rural.

O perfil de José Coelho adequa-se ao modelo dos primeiros intelectuais do património, estudado por Custódio (2011), que se caracteriza por:

O gosto pela investigação, pela excursão científica e pelo registo de dados [...]. A medição de templos, a transcrição sistemática de lápides de igrejas, os desenhos de pormenor de aspectos artísticos, heráldicos e tumulares, os cadernos de notas, a máquina fotográfica fazem parte do seu equipamento, cujo modelo era o arqueólogo investigador das evidências materiais de outras civilizações e culturas

(Custódio, 2011: 353)

⁶⁵⁰ A notícia também foi publicada na imprensa local- Anónimo. Museu Visiense de Arte e Arqueologia (1914, agosto 14). *Povo Beirão*, p. 2.

José Coelho, quando se encontrava no auge da sua atividade, entre os anos 20 e 40, utilizava os jornais da cidade para comunicar aos seus concidadãos as suas descobertas arqueológicas, partilhando os seus conhecimentos, e as lutas e conflitos em que se envolvia, sempre por uma causa – o património arquitetónico e arqueológico. Nos jornais *A Voz da Verdade*, *Política Nova*, o *Districto de Viseu*, dava conta das suas lutas ora com os ilustres da terra, como Almeida Moreira e, mais tarde, Russel Cortez, Lucena e Vale, Cristóvão Moreira de Figueiredo, ora com os órgãos do poder local, ora com os seus colegas arqueólogos como Mendes Correia.

O seu trabalho não era compreendido nem facilitado, mesmo por pessoas que desempenhavam cargos culturais. Os *vandalismos*, vocábulo por ele tantas vezes utilizado, praticados sobre as espécies bibliográficas das Bibliotecas do extinto Seminário e do Fontelo, sobre as muralhas e os megálitos polícromos de Cota, os desvios dos pergaminhos dos arquivos do cabido da Sé, o abandono da Cava são temas sobre os quais, durante décadas, publica na imprensa local, nomeando as pessoas ou entidades, que na sua opinião, praticavam tais atos. Nos jornais da época, nas cartas trocadas e divulgadas, por vezes, é notório o tom agastado do poder local sendo o arqueólogo incluído no grupo dos “apaixonados ou colecionadores de pedregulhos mais ou menos venerandos”.⁶⁵¹

A partir de 1926, com a instauração da ditadura militar, sobretudo com o advento do Estado Novo, a sua influência político-social foi, paulatinamente, esmorecendo (Alves, 1979: 494). Os apelos para defender a integridade da Cava ou o que restava das muralhas foram sendo ignorados pelas comissões administrativas que substituíram as vereações municipais. Foi alvo de retaliações – acusado de conservar em casa, abusivamente, objetos e espécies bibliográficas que não lhe pertenciam,⁶⁵² de ter abortado as obras iniciais do novo liceu – às quais de imediato respondia, através de artigos publicados nos jornais locais.

Nos anos 50, outras figuras, igualmente interessadas na arqueologia e na preservação do património, ganharam protagonismo nesta área. Lucena e Vale, diretor da Junta de Província da Beira Alta, Cristóvão Moreira de Figueiredo e Fernando Russell Cortez, ambos professores na Escola Comercial de Viseu, tendo o último já trabalhado em

⁶⁵¹ Anónimo. (1950, 1 de dezembro). Porta de Santa Cristina. *Política Nova*, p. 3.

⁶⁵² Sobre este assunto e a correspondência trocada entre a Comissão administrativa e José Coelho, cf. Alves, (1979: 494- 496).

arqueologia e ocupado o cargo de Diretor do Museu Grão Vasco, cruzaram-se com José Coelho. No início todos colaboram fazendo parte da Comissão Instaladora do Museu Etnológico da Beira (para o qual José Coelho foi convidado em 1949), reunindo-se periodicamente para o conseguirem oficializar e arranjar instalação condigna. No entanto, as relações adulteraram-se devido, sobretudo, a duas ocorrências: quando José Coelho se apercebeu que estavam a escavar o Castro do Banho, sem o seu conhecimento e concordância, classificando como *ato de vandalismo*, e quando na avenida Emídio Navarro, foi descoberta uma necrópole com sepulturas romanas e José Coelho foi impedido por Russell Cortez de continuar os trabalhos arqueológicos e acusado de apenas querer os objetos provenientes da escavação para a sua coleção particular, quando os mesmos deviam figurar no Museu Etnológico da Beira. Lucena e Vale tentou, por vezes, acalmar a animosidade de José Coelho, convidando-o para participar nas atividades culturais e para publicar na revista *Beira Alta*,⁶⁵³ que ele recusou sistematicamente.

José Coelho era um homem frontal, impulsivo. A sua frontalidade, a obstinação que colocava na luta pelas causas patrimoniais, o tom arrebatado dos seus escritos provocaram vários dissabores com os centros de poder da cidade, tanto os institucionais como algumas figuras públicas, que o limitaram nas atividades de salvaguarda do património e de investigador e até, quem sabe, de diretor de um futuro museu que nunca chegou ser criado, apesar de alguns impulsos que, ao longo de várias décadas, tentaram forçar o seu nascimento. Nos últimos anos de vida, sentindo-se amargurado e traído, autoexcluiu-se da vida pública local, mas continuando sempre a investigar e a lutar pelo património, que conhecia melhor que ninguém. As separatas, que tanto prazer tinha em publicar, foram-se tornando, cada vez mais, raras e irregulares.

⁶⁵³ Cf. Caderno de Notas Arqueológicas nº 102. Na revista *Beira Alta*, a sua atividade editorial foi diminuta, como referimos, estando totalmente ausente nos anos 50, mercê do conflito com os seus pares.

2. Instituto Etnológico da Beira

Em 1915, projetou-se fundar em Viseu o Instituto Etnológico da Beira (designação proposta por José Coelho), parecido com o Instituto Histórico do Minho, que se viria a concretizar em 1921 “sem propósitos políticos ou religiosos cuja discussão é absolutamente proibida [...]”. Reconhecido oficialmente pelo Ministério da Instrução em 17 de Junho do mesmo ano, os seus fins eram os de promover os interesses morais e materiais da região e todos os ramos do conhecimento humano que pudessem interessar, principalmente, à região da Beira.⁶⁵⁴ A alma do Instituto teria sido o Padre Marques de Castilho, que sugeriu a ideia da sua fundação, sócio da Academia de Ciências de Portugal, e o seu presidente Maximiano de Aragão.⁶⁵⁵ Em 1921, José Coelho informou que funcionava, provisoriamente, em dependências do Liceu (1927);⁶⁵⁶ em 1923, encontramo-lo instalado, primeiro no Liceu Nacional de Viseu, enquanto José Coelho foi reitor e, posteriormente, no Asilo-Oficina de Santo António.⁶⁵⁷ Entretanto, José Coelho elaborou o respetivo *Plano Geral de Trabalhos*, que contemplava: o estudo metódico dos pergaminhos do Arquivo do Cabido da Sé; a criação de um Arquivo Distrital de Viseu e de uma Biblioteca Erudita; a intensificação dos estudos etnológicos regionais e consequente criação de um Museu Etnológico da Beira;⁶⁵⁸ “o restabelecimento, conservação, defesa e estudo da Cava de Viriato”; a reunião de todos os materiais que estão dispersos por jornais, manuscritos, etc, para elaborar uma História Regional; o inventário dos monumentos e objetos de arte e arqueologia existentes na Beira; a restituição à cidade de Viseu dos pergaminhos do Arquivo do Cabido da Sé, retirados em 1858 por Augusto Soromenho como Comissário da Academia Real das Ciências, e em 1913 por Júlio Dantas como Inspetor das Bibliotecas e Arquivos; a recolha dos termos populares da Beira; a elaboração

⁶⁵⁴ Coelho, J. (1927, 19 de março). Notas Arqueológicas-Advertência Prévia -Da fundação do Instituto Etnológico da Beira. A propósito da última Nota Arqueológica. *A Voz da Verdade*, p. 3.

⁶⁵⁵ Entre os sócios fundadores constam os nomes de Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo, Fortunato d’Almeida, Aristides Girão, José Coelho, Almeida Moreira, Almeida e Silva, etc. Foram feitas comunicações sobre antropologia, história e história local. O Instituto, segundo discurso de Aragão, estava subordinado à Academia das Ciências de Portugal, que aprovou os seus estatutos e tinha de ser presidido por um sócio da mesma Academia - Aragão, M. (1921, 1 de maio). Instituto Etnológico da Beira. *Notícias de Viseu*, p. 2.

⁶⁵⁶ Em nota de fim de página, aponta o interesse em conseguir casa para o Museu Etnológico da Beira, que poderia funcionar juntamente com o Instituto Etnológico (1927: 42).

⁶⁵⁷ Anónimo. (1922, 2 de julho). Instituto Etnológico da Beira- Uma notável conferência do Dr. Amorim Girão. *A Beira*, p. 8.

⁶⁵⁸ “Este Museu, em determinadas condições, poderia ser anexo ao Museu Grão Vasco, no entanto muito convirá a sua autonomia, pois tão vasta é a obra a realizar” (Coelho, 1927: 12)

de monografias regionais por concelhos ou freguesias; a promoção de um levantamento, de uma planta da cidade em que seriam introduzidas as modificações que a cidade viria a sofrer num futuro próximo; a solicitação à Câmara para proceder a obras de saneamento e higiene “de forma a coloca-la ao nível dos centros civilizados”; a promoção, junto das estâncias da cidade, para disponibilizar edifícios próprios para os estabelecimentos de ensino.⁶⁵⁹ Posteriormente, foi dado um parecer positivo por parte de uma Comissão, juntamente com algumas críticas ao *Plano de Trabalhos* (Parecer da Comissão). Era um projeto ambicioso que não se preocupava só com a cultura, mas também com a instrução e a melhoria das condições de vida dos cidadãos.⁶⁶⁰

Em jeito de balanço, José Coelho referiu que o *Plano de Trabalhos*, por ele proposto, não foi cumprido, no entanto a Junta Geral do Distrito com a colaboração de membros do Instituto Etnológico decidiu criar uma Comissão para proceder à instalação do Arquivo Distrital,⁶⁶¹ mas que acabou por não concluir o seu trabalho (Coelho, 1927. 48). O Instituto Etnológico foi a primeira instituição do género em Viseu, oficialmente reconhecida, com estatutos aprovados e vida associativa.

Na década de 1920, o Instituto esteve particularmente ativo nas conferências que organizava, sobre história, antropologia, economia, demografia e figuras ilustres como Grão Vasco e João de Barros. Como conferencistas contava com José Coelho, Maximiano de Aragão, Amorim Girão, Mendes Correia, Amadeu Ferraz de Carvalho, entre outros. Era um espaço onde os sócios apresentavam e debatiam as suas teses ou estudos.⁶⁶² Toda a imprensa local informava e descrevia as conferências organizadas pelo Instituto.

⁶⁵⁹ Todos estes itens foram apresentados no Primeiro Congresso Regional da Beira, realizado em Viseu em 1921.

⁶⁶⁰ Coelho, J. (1927, 2, 16 e 23 de julho). Notas Etnológicas- Parecer da Comissão. *A Voz da Verdade*.

⁶⁶¹ José Coelho descreveu outro pequeno confronto com Almeida Moreira, pois quando a Comissão foi ver o Arquivo do Cabido, na Sé, Almeida Moreira a cuja guarda os documentos estavam confiados, não apareceu, fazendo saber que “aquilo estava sob a sua superintendência”- Coelho, J. (1927, 11 de junho). Notas Etnológicas- Considerações finais. *A Voz da Verdade*, p.2.

⁶⁶² “O sócio Moura Coutinho apresentou um interessante trabalho acerca do concelho de Vouzela e Caldas de Lafões com informações inéditas e ainda desconhecidas. O sócio José Coelho deu conta das teses que, como Reitor do Liceu e sócio do Instituto, apresentou ao Congresso Beirão, reveladoras do seu grande interesse e amor pelas coisas de Viseu. Pelo mesmo foi apresentado um novo e mais desenvolvido estudo das inscrições lapidares da quinta do Viso. O sócio Conde da Borralha enviou cópia fiel e autenticada de interessantes documentos dos séculos 14 e 15 acerca de personalidades em destaque na região de Aveiro. O sócio Dr. Serafim Soares da Graça enviou uma colecção dos seus trabalhos sobre – Agueda antiga (...). O sócio Castilho apresentou novos estudos sobre Onomastica da Beira (...) O sr. Severo de Figueiredo ofereceu os seus artigos sobre arte, publicados em jornais de Viseu e Lisboa (...)” – Anónimo. (1921, 30 de junho). Instituto Etnológico da Beira. *Notícias de Viseu*, p. 2

Constituído pela elite intelectual da cidade, além das conferências, nos anos 20, os vários sócios faziam doações de espólio arqueológico e histórico para constituir o acervo de um futuro museu – “onde recolherá todas as riquezas arqueológicas e etnológicas que fôr adquirindo”.⁶⁶³

No decorrer dos anos vinte, a imprensa local, dirigia vários apelos ao Instituto para solicitar alguns esclarecimentos ou para conseguir o auxílio para a proteção de alguns monumentos como a “classificação do monumento para a sua [castro do Banho] salvaguarda”.⁶⁶⁴

O Instituto Etnológico cessou a sua atividade, nas palavras de Lucena e Vale, devido à ausência do Padre Castilho, ao falecimento de Maximiano de Aragão e a outros factos, mas que ele não adianta (Lucena e Vale, 1949). Nas palavras de Lucena e Vale:

A ideia inicial dos empreendimentos desta natureza nasce em geral na mente dum mais naturalmente voltado às predilecções do espírito; exteriorizada no acaso duma conversa, perfilhada por segundo, divulga-se, cria adeptos, logra ser enfim uma realidade. Entretanto, os contratempos, as dificuldades, os embates comuns da vida originam o desânimo, o fastio, a falta de perseverança. E com o falecimento de uns, o desinteresse de outros, a dispersão de todos, a ideia muitas vezes se perde infecunda e inane...

(Lucena e Vale, n.d.: 135)

⁶⁶³ Anónimo. (1921, 15 de maio). Instituto Etnológico da Beira. *Notícias de Viseu*, p.2.

⁶⁶⁴ Eminio, A. (1922, 22 de outubro). Terras da Beira. No Crasto do Banho em Lafões. *Notícias de Viseu*, pp. 1-2.

3. Instituto Cultural da Beira

A ideia de um organismo promotor da vida cultural de Viseu agregador de atividades e que incentivasse os estudos locais sobreviveu e em 3 de Agosto de 1949 foi criado o Instituto Cultural da Beira, sob o patrocínio da Junta de Província da Beira Alta. Encontramos entre os seus fundadores novamente o nome de José Coelho,⁶⁶⁵ Aquilino Ribeiro e Lucena e Vale, que ocupou o cargo de presidente. Em notícia de jornal posterior foi revelado que “seguirá as tradições do antigo Instituto Etnológico da Beira”⁶⁶⁶, no entanto não confinou a sua atividade à etnologia, abrangendo uma área de saberes mais vasta – “em especial o estudo e divulgação sob qualquer aspecto das terras da Beira Alta no passado e no presente” (Lucena e Vale, n.d.: 137), o que revelava a presença do caráter regionalista (Lucena e Vale, 1949: 203). Menos académico do que o seu congénere anterior, aceitava, além dos indivíduos com um curso superior, outros que, devido aos seus reconhecidos méritos, fossem convidados pelo Instituto. Durante alguns anos manteve a sua atividade e, apesar de ter promovido algumas conferências públicas dedicadas à história e história de arte, não se mostrou tão ativo como o Instituto Etnológico da Beira. A sua duração foi efémera e como recordou o respetivo presidente “acabou de inanição” (Lucena e Vale, 1971b: 429).

⁶⁶⁵ José Coelho confidencia que nunca deveria ter terminado o Instituto Etnológico da Beira.

⁶⁶⁶ Anónimo (1950, 7 de abril). Instituto Cultural da Beira. *Jornal da Beira*, p.3.

4. Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu

Na década de setenta, surgia o Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu que, apesar de não ter efetuado escavações arqueológicas na área concelhia da cidade, deu o seu contributo para despertar a consciência dos viseenses para a importância da arqueologia. Foi fundado em 1972 por Alberto Correia e pela sua esposa, Arminda Correia, professores do Liceu Alves Martins e por alguns alunos. Com a finalidade de promover e divulgar a prática da Arqueologia e da Etnografia, tornou-se Associação com Estatutos publicados no *Diário de Governo* em 1975. A partir desse ano, e até 1980, participou em escavações no Castro da Cárcoda e de Baiões, orientadas pelo Cónego Celso Tavares da Silva com a colaboração de Alberto Correia. Os trabalhos de investigação naqueles dois castros despertaram a atenção de todos os arqueólogos, para a importância da cultura castreja na Beira Alta. No castro de Santa Luzia recolheram materiais de superfície como, por exemplo, uma grande quantidade de mós que foram estudadas por Nelson Correia Borges (1979).

Em 1976, o Centro de Arqueologia distribuiu o primeiro número do seu boletim trimestral, policopiado, *Dolmen*, publicação que reunia artigos de arqueologia e de divulgação do património. Organizou exposições, como a apresentação itinerante denominada *Arqueologia no Distrito de Viseu*, presente em várias cidades e eventos como na Feira de S. Mateus. Participaram em colóquios e promoveram cursos, como o *Curso de Iniciação à Arqueologia*.

O grande objetivo do Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia foi, sem dúvida, a sensibilização para a arqueologia e para as questões do património entre os jovens estudantes de uma pequena cidade do interior, que através da realização e participação em vários eventos deram alguma visibilidade ao património arqueológico da região.

PARTE 4 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. Protagonistas e tendências da historiografia de Viseu

O primeiro registo que se conhece da historiografia viseense data da primeira metade do século XVII – *Dialogos Morais e Políticos* de Manuel Botelho Ribeiro Pereira – texto que narra, sobretudo, a história dos bispos da capital da diocese, mas que também menciona os monumentos e, pela primeira vez, os vestígios antigos, como as inscrições romanas. Obra tardia, que surge na historiografia local, numa cidade pequena em que falta *povoação*,⁶⁶⁷ como nota um viajante na centúria de setecentos, e sem grandes eventos e acontecimentos dignos de registo. Como esclarece Cruz não se sente a falta de uma memória coletiva escrita, “uma historiografia oral é suficiente para as necessidades de então” (Cruz, 1984: 84). Entretanto, o número de prelados vai crescendo na sede da diocese e os seus rendimentos vão aumentando, o que lhes permite embelezar as suas residências e a catedral. Para narrar estes empreendimentos e assinalar os seus *feitos ilustres e virtudes* (*Idem, Ibidem*), a história oral não é suficiente, por isso surgem as primeiras crónicas redigidas pelo clero, que como grupo social mais erudito, sentia a necessidade de registar e exaltar, para a posteridade, as virtudes dos bispos e santos da cidade. Da mesma época, o manuscrito de João de Pavia, *A Descrição da Cidade de Viseu*, não traz nada de novo à historiografia viseense, a não ser a mais antiga representação gráfica da Cava de Viriato. Durante um longo período de tempo, cerca de um século, desconhece-se qualquer nova fonte historiográfica sobre a cidade, o que não quer dizer que não tenha existido, podendo, simplesmente, ter sido destruída ou estar perdida.

A segunda grande produção historiográfica relativa à cidade é de um sacerdote, o Padre Leonardo de Sousa, que escreveu *Memórias Históricas e Cronológicas dos Bispos de Viseu* em 1767. No século XIX, surgem as obras do sacerdote José de Oliveira Berardo e outros manuscritos de menor importância também da autoria de prelados. Até meados do século XIX, a historiografia de Viseu é toda religiosa e cronística, em que se misturam factos reais com imaginários e se faz um elogio aos bispos e ao seu percurso no engrandecimento da diocese. A partir do segundo quartel do século XIX, Oliveira Berardo e, posteriormente, Maximiano de Aragão fazem a transição para outro tipo de

⁶⁶⁷ Cruz, A. J. (1981, 3 de dezembro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.

historiografia – a história-crónica ou a história dos acontecimentos. Nas palavras de Cruz “um texto preso a uma cronologia de acontecimentos” – os *factos* históricos –, “realizado com rigor” (Cruz, 1984: 84) e elencados em diacronia. No entanto, as primeiras tentativas para elaborar uma história global da cidade ainda se encontram muito ligadas à história religiosa, como se pode observar em Berardo e Aragão, um sacerdote e o outro com formação em Direito, mas ambos com formação em Teologia. Nas palavras de Cruz, “A mudança duma atitude e duma perspectiva mental é, no entanto, lenta, muito lenta (...)” (Cruz, 1984: 86). A formação teológica de ambos é determinante na seleção de acontecimentos e na escrita da história da cidade, combinando *factos* históricos com a narração da vida dos bispos do cabido da Sé.

Em meados do século XIX, emerge uma nova ciência, a Pré-História, e Berardo, um sacerdote, mas também um liberal perseguido e preso pelas suas ideias, atento à inovação e modernidade, publica, em 1857, *Memoria sobre Algumas Inscricções Encontradas no Districto de Viseu*. É uma pequena obra, mas que reflete já uma mudança no valor das fontes arqueológicas e epigráficas, que deixam de ser consideradas simples curiosidades, e se convertem em auxiliares preciosos para a interpretação do passado. A Pré-História era, na época, desconhecida para os locais, mas no Portugal oitocentista e nos inícios de novecentos suscitava um enorme interesse. O pequeno opúsculo de Berardo é o primeiro estudo, até agora conhecido, apenas dedicado às fontes arqueológicas. O sacerdote, ao mesmo tempo que elabora uma história dos acontecimentos, resgata dos arquivos a figura de Grão Vasco e recorre às fontes arqueológicas e epigráficas.

Outras publicações de destaque no campo da epigrafia são da autoria de Borges Figueiredo. (1887), Emílio Hübner (1869), Leite de Vasconcelos (1927-1929), José Coelho (1945, 1949, 1950, 1957), Alexandre Alves (1975). Por sua vez, Oliveira Berardo (1838, 1857), Mesquita de Figueiredo (1898), Amorim Girão (1922, 1925), Mendes Correia (1928), José Coelho (1912- 1950), Alberto Correia *et alii* (1979), Celso Tavares da Silva (1971, 1977, 1978, 1980) e João Inês Vaz (1976, 1987, 1991, 1993, 1995, 1997, 2009), uns mais do que outros, contribuíram para a divulgação do património arqueológico do concelho. Os dois últimos em trabalhos publicados já fora dos limites cronológicos do nosso estudo, divulgaram notícias sobre o aparecimento de materiais ou contextos arqueológicos de cronologia romana e pré-romana.

Além do alargamento da noção de fonte, outra mudança de paradigma, na segunda década do século XX, são os estudos sobre a arte que emergem um pouco por todo o lado. A nível local, desponta a controvérsia relativa à pintura de Grão Vasco que, pela primeira vez, aparta a história da problemática religiosa (Cruz, 1981). Nas pesquisas sobre arte distinguem-se Maximiano de Aragão, o primeiro erudito local que aprofundou estudos sobre o pintor, Almeida Moreira e, numa data já posterior, Alexandre Alves. No início do século XX, Maximiano de Aragão, apoiando-se na obra de Berardo e à semelhança do que acontecia em vários locais, redige a primeira monografia sobre a cidade, uma história factual, mas exaustiva. A transcrição de numerosos documentos e a continuação da investigação sobre Grão Vasco são contributos originais de Aragão para a história local.

Nas primeiras décadas do século XX, Amorim Girão e José Coelho saem dos seus gabinetes e realizam, sistematicamente, trabalho de campo. José Coelho como arqueólogo e Amorim Girão como investigador e autor da primeira monografia da evolução geográfica da cidade de Viseu são os precursores de uma viragem metodológica no estudo do passado e do seu património. Todos fazem a história local e regional, mas em que o regional é sinónimo de pátria/patriótico, como defende Amorim Girão.⁶⁶⁸ São duas figuras incontornáveis da historiografia viseense que publicaram imensos estudos, mas que não organizaram uma obra mais vasta e profunda com uma visão global do passado da região.

Nos anos 30, com o Estado Novo sobrevém uma nova ordem e ideologia. José Coelho, por motivos ainda hoje não totalmente esclarecidos,⁶⁶⁹ é obrigado a afastar-se do ensino liceal e na mesma década é fundada a Academia Portuguesa da História com um projeto – a realização de uma história oficial, patriótica. A partir de 1942, a revista *Beira Alta* torna-se o repositório da história local, com um grande número de artigos publicados trimestralmente, apesar da perspetiva centralista e nacionalista que o Estado Novo encorajava. O seu diretor, durante mais de três décadas, Alexandre Lucena e Vale era um Académico. Lucena e Vale legou uma obra muito variada, aprofundando temas de

⁶⁶⁸ Amorim Girão defende que o estudo regional, “estudo da nossa terra” é um meio de fortalecer o “amor pátrio” – Doutor Aristides de Amorim Girão. Conferência no Instituto Etnológico da Beira. (1922, 30 de Junho). *Jornal da Beira*, pp. 1 e 4.

⁶⁶⁹ O jornal *Política Nova* noticia a suspensão de José Coelho “pela atitude que assumira em relação à assinatura de um telegrama de protesto contra o atentado à vida do sr. Presidente do Conselho e, já anteriormente, em relação a outro telegrama por ocasião dos atentados dinamistas de Janeiro”, Anónimo. (1937, 25 de julho). *Liceu de Viseu. Política Nova*, p. 3.

heráldica, genealogia, história, património, arte. Cruz (1981), muito crítico,⁶⁷⁰ é de opinião que com ele, se assiste a um retrocesso para uma historiografia oficial, tradicional, no entanto, Lucena e Vale não era historiador ou arqueólogo, nem dominava as técnicas e metodologias destas ciências. Ao mesmo tempo, era um homem do regime, presidente da Junta Provincial da Beira Alta, membro da Academia Portuguesa da História e elaborou uma história vinculada aos princípios ideológicos da sua época e de acordo com a sua formação que Cruz classifica de *aristocrática* (1981). Na sua vasta obra, importa destacar a compilação e publicação de fontes manuscritas importantes como as atas da Câmara Municipal de Viseu, entre 1534 e 1914, com o título de *História Municipal de Viseu*, de leitura obrigatória para o estudo da história local.

No final da década de sessenta e inícios dos anos setenta, surgem eruditos locais que se dedicam às ciências auxiliares da história: Alexandre Alves à história de arte e Celso Tavares da Silva à arqueologia, com novos métodos de investigação. Recorre-se à monografia sobre arte e arqueologia e à publicação de documentos de diversa índole, o que suscita o seguinte comentário de quem se dedicou ao estudo desta temática: “A monografia local ou regional, onde simultaneamente se tratam aspectos económicos, sociais, culturais e outros, tem sido ignorada” (Cruz, 1984: 88). De facto, apenas Maximiano de Aragão elaborou uma monografia mais completa sobre a cidade; todas as que entretanto foram publicadas abordam temas mais restritos como a arte ou a arqueologia. Pelo exposto, não podemos estar totalmente de acordo com Cruz (1981)⁶⁷¹ que distingue três fases da historiografia viseense. Além de todas as crónicas religiosas da autoria de eclesiásticos, a primeira, em que ainda não existe um domínio das ciências auxiliares da história, onde coloca Manuel Botelho Ribeiro Pereira, que escreve uma crónica, *visando enaltecer a pátria* (a cidade de Viseu). A segunda fase corresponde ao trabalho de Berardo, Maximiano de Aragão e Lucena e Vale que fazem uma *história-crónica*, *história dos acontecimentos* e, por último, Amorim Girão e José Coelho que utilizaram uma nova metodologia para o estudo do passado da cidade com o intuito de validarem

⁶⁷⁰ “(...) a impressão que nos fica após a leitura dos artigos de *síntese* de Lucena e Vale é o desconhecimento total de alguns dos assuntos abordados (a arqueologia no referido 1º capítulo do seu *Viseu Antigo*), as generalizações apressadas, um bairrismo tacanho, etc. A nível metodológico encontra-se num outro século, talvez o XIX.”, Cruz, A. J. (1981, 9 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 7, 10.

⁶⁷¹ Cruz, A. J. (1981, 9 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 7, 10.

cientificamente as suas investigações com fontes arqueológicas e epigráficas. O estudo de Amorim Girão sobre a evolução geográfica da cidade (1925) é também uma investigação sobre a história e constituiu um marco importante na historiografia sobre a cidade, já que, a partir da data da sua edição e até finais dos anos oitenta, todos os estudos realizados vão confirmar ou contestar a tese de Amorim Girão. Em lugar da compartimentação tão rigorosa, estabelecida por Cruz (1891), parece-nos preferível determinar algumas tendências historiográficas. Além das crónicas iniciais, poderemos detetar uma orientação “mais voltada para a erudição, alicerçada na recolha das fontes e respectiva crítica, minuciosa e rigorosa, bem como nas abundantes referências bibliográficas” (Mendes, 1996: 117), outra mais vocacionada para a divulgação do património, por vezes comprometida com a ideologia do regime e, por último, uma com uma nova abordagem metodológica. Subsidiários à nova metodologia surgem temas específicos, mais restritos, no âmbito da história de arte e da arqueologia. Assim, no primeiro grupo podemos incluir Berardo e Maximiano de Aragão, no segundo Lucena e Vale e como portadores de uma nova abordagem metodológica podemos eleger os trabalhos de Amorim Girão, José Coelho e, mais recentemente, de Alexandre Vale e Celso Tavares da Silva. Não houve, assim, uma evolução cronológica quanto à aplicação de novas metodologias e conceitos na historiografia viseense.

No entanto, todos os textos têm em comum o facto de não estabelecerem relações da história local com uma história mais geral, nacional e neste aspeto concordamos com Cruz (1983), quando realça o “olhar excessivamente local, por vezes deformado, alheio às relações do espaço”⁶⁷² dos que escreveram sobre esta temática. Trata-se de um dos problemas que enferma a história local – ser tratada como um compartimento estanque, não estabelecer linhas de interseção, pontos de tangência com a história nacional e a história universal, como apontava Mendes (1990). Outra característica comum das monografias locais relativas a Viseu é o tom laudatório, o intuito panegírico desde o século XVII com Botelho Ribeiro Pereira e que ocorre ainda século XX, nalguns escritos de Lucena e Vale.

Até finais dos anos sessenta do século XX, poderemos classificar como *amadores* os que produziram textos sobre Viseu, com uma formação específica noutra área e com formações

⁶⁷² Cruz, A. J. (1983, 22 de dezembro). A Historiografia Viseense: Alguns problemas e perspectivas. *A Voz das Beiras*, pp. 5, 14.

profissionais muito diversas, exceto José Coelho, com uma licenciatura em história, e Amorim Girão, o único académico da historiografia viseense, mas cuja área de interesse era a geografia. As suas atividades de investigação, atualmente, foram continuadas e corrigidas pelos trabalhos de investigação⁶⁷³ de João Inês Vaz, entretanto falecido. Ao terminar a década de sessenta, outro geógrafo presta o seu contributo à história local – Orlando Ribeiro. Apesar de formação diversa, todos eles se distinguiam pela sua erudição: os primeiros cronistas e prelados que por pertencerem ao clero possuíam a respetiva formação religiosa e os restantes que tinham frequentado estudos universitários. Por outro lado, ao contrário da atual investigação, com ligações ao mundo académico, realizada em equipas, por vezes pluridisciplinares, a história de Viseu foi escrita por *artífices-eremitas* (Cruz, 1985: 5),⁶⁷⁴ sem qualquer tipo de apoio. Botelho Ribeiro Pereira, Berardo e Maximiano de Aragão sempre investigaram sós, numa época em que era comum esta atitude. Mas, mesmo no século XX, José Coelho, Lucena e Vale nunca trabalharam em equipa, em relação à investigação, à escrita e defesa do património, apesar de algumas ações promovidas pelo último. A pesquisa sobre a história local era obra do clássico erudito local (Mendes, 1990) que nos tempos livres, e por amor à terra, perscrutava os velhos arquivos e com uma atividade profissional distinta ainda que, por vezes, relacionada com a sua atividade de investigação.

⁶⁷³ As principais publicações de João Inês Vaz encontram-se na bibliografia geral.

⁶⁷⁴ Cruz, A. J. (1985, 31 de Janeiro). Apontamentos para a história de Viseu. Caminhos do futuro: a história, ofício colectivo. *A Voz das Beiras*, pp. 5, 8.

2. Principais temas da historiografia

Os temas estudados nas principais obras da historiografia viseense também se refletem no património, pois “os monumentos são portadores de texto, provocam-no ou prolongam-no” (Guillaume, 2003: 110). Todas as monografias sobre a cidade de Viseu e o seu passado histórico pretendem esclarecer os mesmos assuntos: a etimologia de Viseu; a origem da cidade que uns colocam na Cava, outros num castro situado no local da Sé; a interpretação da Cava de Viriato que, pelo seu interesse histórico, patrimonial e arqueológico, desde o século XVII exerceu um enorme fascínio para os eruditos e investigadores; a relação de Viseu com o mundo romano geradora de opiniões diversas quanto ao traçado viário, à existência de uma fortificação e à localização do antigo núcleo da cidade romana; a situação do castelo na urbe medieval onde ficariam alojados condes e reis, onde hoje se ergue a catedral (tema em que existe uma relativa uniformidade de opiniões) e o período das invasões muçulmanas e da reconquista cristã.

A Cava de Viriato, sobre a qual existem centenas de referências bibliográficas e documentais,⁶⁷⁵ é o primeiro monumento viseense não religioso que desperta a atenção dos que se dedicaram a escrever sobre a cidade. A sua planta tem a forma de um imenso octógono regular e apresenta um perímetro de cerca de trinta e oito hectares. Ao longo dos tempos, tem sido alvo das mais variadas interpretações, já que a maioria os cronistas, historiadores e arqueólogos que escreveram sobre Viseu, portugueses e estrangeiros,⁶⁷⁶ tentam resolver o enigma em relação à sua origem, função e época de construção. Todavia, a discussão estava confinada à atribuição da responsabilidade da sua construção e à respetiva função, já que, até aos anos 70 do século XX, era consensual atribuir a paternidade da sua edificação aos romanos.⁶⁷⁷ Para uns, o monumento foi construído por

⁶⁷⁵ Sobre as obras publicadas sobre a Cava até 1988, cf. Carvalho, P. S. (1988). Cava de Viriato. *Beira Alta*, XLVII (1,2), pp. 121- 141.

⁶⁷⁶ Shulten, em 1928, acreditava que a Cava de Viriato era um acampamento romano da época de Décimus Junius Brutus. Cf. Shulten, A. (1928). Campamentos romanos em España, *Investigación y Progreso*, año II, nº 5, Madrid.

⁶⁷⁷ Foi no início do século XXI, que Vasco Mantas atribui à Cava uma origem árabe – acampamento militar de Almansor relacionado com as campanhas contra Leão, Astorga e Santiago de Compostela (Mantas, 1998: 375-376; 2002: 121). Os lados tão regulares da planta octogonal e o facto de não haver materiais romanos inviabilizam a sua construção em época romana. Catarino (2005) também atribui à Cava origem islâmica, uma cidade-acampamento, tendo sido construída por volta do século VIII ou na época de Almansor. Tanto Mantas como Catarino coincidem sobre a sua funcionalidade, partilhando a opinião de que se trata de uma fortaleza. Entre os séculos VIII e XI Viseu era uma cidade de fronteira, ora ocupada por cristãos, ora por muçulmanos. As escavações recentes nos fossos da Cava mostraram um perfil que se afasta do típico V, mas

Caio Negídio, pretor no tempo de Viriato, para outros, foi erigido por Décimo Júnio Bruto, durante a sua campanha de conquista.⁶⁷⁸ Quanto à função, as opiniões dividem-se entre *castra hiberna ou stativa*, até uma construção para proteção do gado ou um circo. O grande número de conjecturas sobre o monumento deve-se ao facto de nunca se ter realizado um projeto de prospeção arqueológica⁶⁷⁹ com métodos científicos que consigam fornecer vestígios para resolver os problemas relativos à sua interpretação.

A origem pré-romana da cidade e, relacionada com ela, a localização, limite e importância da *civitas* romana, foi outra questão fraturante que provocou uma ampla controvérsia e que perdurou ao longo de várias décadas. Para o debate foi fundamental a obra de Amorim Girão, que propunha a existência de um núcleo castrejo na colina da Sé, opinião estribada em fontes escritas e vestígios materiais, o que suscitou a correspondente réplica de outro geógrafo, Orlando Ribeiro. José Coelho (1943) também sugere a existência de um castro que abrangia as colinas da Sé e de Soar, comprovando a sua tese através da recolha de materiais pré-históricos. Lucena e Vale (1972) afirma perentoriamente a existência de um *oppidum*, que identifica com Talabriga e, mais tarde, Alarcão (1989), com alguma prudência, afirma que a existência de um povoado pré-histórico no morro da Sé é apenas uma possibilidade, que carece de demonstração. Inês Vaz partilha a mesma opinião (1997), acrescentando que “não parece muito provável que algum dia se venha a comprovar a existência de um castro no sítio onde hoje está a Sé. Se isso vier a acontecer constituirá uma grata surpresa” (Vaz, 2000: 46). Ainda relacionada com o mesmo tema, a existência da muralha romana e outras que se lhe seguiram estiveram sempre presentes em todos os escritos sobre a cidade. Recentes escavações prestaram um contributo importante a esta questão, com a descoberta dos vestígios da muralha romana, assim como as obras de Alarcão, Vaz e Alves.

aproxima-se mais com o de origem islâmica, ou seja, com o fundo em *U* (Sobral, *apud* Mascarenhas e Barata, 2008: 49). Ultimamente, tem-se colocado a hipótese da Cava ter registado ocupação asturiano-leonesa; aguarda-se que Manuel Real publique o resultado da sua intervenção em conferência realizada em Viseu.

⁶⁷⁸ Jorge Alarcão identifica Petreio ou Cássio Longino como os responsáveis pela construção do monumento (1983).

⁶⁷⁹ O professor Jorge Alarcão realizou algumas prospeções na Cava, como se encontra no Jornal da Beira – Alarcão, J. (1969, 8 de maio). Pesquisas na Cava de Viriato. *Jornal da Beira*, p. 5. Mais recentemente, a professora Catarina Tente, no âmbito do projeto de investigação “Do fim do império romano ao início do reino” efetuou algumas sondagens arqueológicas no monumento- <http://www.cm-viseu.pt/index.php/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/78-demo/slides/2581-sondagem-arqueologica-a-cava-de-viriato-procura-respostas-ao-misterio-da-sua-construcao> [27 de outubro de 2016].

Outro tema que desde cedo se destaca na historiografia viseense, pertencente ao património móvel e à história de arte, são os quadros de Grão-Vasco, temática que se encontra fora do âmbito do nosso projeto, mas que não podemos ignorar pela prolixidade com que surge nos textos. No início do século XX discute-se Grão Vasco, questão⁶⁸⁰ despoletada já em meados do século anterior, a autoria da sua obra e a sua *escola*. A imprensa local faz eco desta polémica, com algum *ruído*, por vezes, por questões mais regionalistas, que são subsidiárias à argumentação de alguns autores como Almeida e Silva. A questão de Grão Vasco é transversal à obra de outros eruditos viseenses como Berardo, Maximiano de Aragão, Manuel Alvelos, Lucena e Vale.

Fora da área urbana, o megalitismo começa a chamar a atenção de arqueólogos como José Leite de Vasconcelos. Os avanços da arqueologia, a partir de meados do século XIX, deram a conhecer um primeiro conjunto de bens arqueológicos – as construções megalíticas que, além do seu carácter monumental eram transversais ao nacionalismo vigente e mostravam o contacto cultural entre sociedades e culturas diferentes, e os monumentos lusitano-romanos “que estavam vinculados às antiguidades nacionais e explicavam a génese da terra portuguesa” (Custódio, 2011a: 340). São as primeiras intervenções arqueológicas no concelho, nos monumentos megalíticos e, posteriormente, nos *lusitano-romanos*, que desencadeiam artigos especializados sobre os mesmos. Em 1912, José Coelho descobre e escava o Mamaltar de Vale de Fachas e a Cava de Viriato é alvo de uma pequena intervenção de Mendes Correia,⁶⁸¹ na década de vinte, intervenções que estão documentadas nos textos sobre a cidade, como já foi referido.

⁶⁸⁰ Esta questão, que deu origem a uma rivalidade entre José de Figueiredo e Vergílio Correia, da qual a imprensa local também faz eco, reflete duas metodologias de trabalho diferentes como destaca França (1966: 345): “José de Figueiredo tinha uma confiança ilimitada nos seus próprios dons críticos; Vergílio Correia nos documentos dos arquivos”

⁶⁸¹ Na obra, *Lusitânia Pré-Romana*, descreve a Cava que considera um acampamento construído pelos romanos, talvez por Bruto Calaico, em 138, quando percorre a Lusitânia ou já no século I a.C. pelas legiões de Augusto, mas mantém alguma reserva (Corrêa, 1928: 211). Não crê que seja inverosímil a tradição que relata que os habitantes de Viseu se refugiaram, no tempo de Fernando Magno, dentro da Cava.

3. Os monumentos

Até Berardo, o espaço da cidade é abordado através dos monumentos; a nível artístico os textos da historiografia não lhes prestam muita atenção, sendo a sua análise estilística praticamente inexistente ou, quando existe, muito superficial. Ao contrário, é valorizado o aspeto histórico do edifício, a sua época de fundação e os fundadores. Como sublinha Rosas (1995), valoriza-se a antiguidade, quase não se atendendo à condição do monumento como objeto de arte. O conteúdo dos textos torna-se repetitivo e insiste-se no aspeto de memoração da história da cidade.⁶⁸² É destacada a dimensão histórica do monumento, devido à sua ligação ao passado, bem como a um conjunto de factos e acontecimentos – é o *monumento-narrativo* ao qual se associa uma determinada narrativa histórica (Abreu, 2003). Os monumentos são o símbolo físico dos acontecimentos, das personagens a eles associados: a Cava associa-se às origens da cidade e a Viriato, a catedral representa a legitimação do poder espiritual e o valor simbólico do poder temporal, mas também está relacionada com o início da nacionalidade, as muralhas significam a *civitas*. A Cava de Viriato e a Igreja de S. Miguel são identificadas com um conjunto de factos, ou mesmo lendas, para valorizar a sua dimensão histórica. Em relação ao primeiro monumento especula-se sobre a sua origem e função relacionada com os romanos e Viriato; no que diz respeito à igreja de S. Miguel associa-se à lenda do rei D. Rodrigo e ao facto de ter sido a primitiva Sé.⁶⁸³ Este processo de identificação e associação é semelhante ao que acontece em relação aos monumentos nacionais: “É frequente, para exacerbação desta vocação de marco ou padrão histórico da nação, a atribuição de origens remotas, associando a confusas lendas ou relacionando com fundações míticas” (Tomé, 2002: 16).

Em finais do século XIX /inícios do século XX, o recheio das igrejas e dos museus começa a ser descrito, não apenas como objeto de coleção, o que corresponde a um alargamento do conceito de património e, mais tarde, como referimos, também os vestígios arqueológicos são encarados como património. Nos primeiros textos sobre a urbe, o castelo medieval de Viseu no espaço hoje ocupado pela Sé associado aos inícios da nacionalidade, assim como

⁶⁸² Rosas estudou (1995) os textos publicados no século XIX, relacionados com os monumentos, identificando as mesmas características. Muitos dos textos analisados eram enviados da província pelos correspondentes para serem publicados na imprensa ilustrada da época.

⁶⁸³ A questão da identificação da Igreja de S. Miguel de Fétal com a primitiva Sé foi outro tema transversal aos que se dedicaram à investigação sobre a cidade – desde Berardo (1837) até, mais recentemente, Alves (2009) e Saraiva (2010).

a localização e descrição do edifício onde nasceu D. Duarte também fazem parte dos temas associados ao património. Nos anos trinta, Almeida Moreira já se preocupa com a descrição estilística dos monumentos e de algumas casas senhoriais mais recentes (século XVII-XVIII).

Nos textos da historiografia local é perceptível o modo como foi tratado o património assim como a evolução do conceito. Ao contrário da atualidade em que tudo é património, nos cerca de trezentos anos de historiografia sobre Viseu a conceção em relação ao património foi evoluindo e alargando, acompanhando a evolução geral que se fazia sentir, a nível nacional. Se as primeiras crónicas, escritas por prelados, valorizam os monumentos religiosos, as monografias iniciais dão atenção, além dos edifícios religiosos, às muralhas e à Cava, de acordo com o conceito tradicional de património – o monumental.⁶⁸⁴ Mais tarde, outros edifícios e tipologias são incluídos, o que mostra a valorização de outros aspetos, além do histórico e estético, de acordo com a evolução e alargamento do próprio conceito de património.

⁶⁸⁴ Choay distingue o monumento histórico que foi “constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amador, que o seleccionam de entre a massa dos edifícios existentes”, do monumento que foi criado intencionalmente para exercer uma ação sobre a memória (lápides tumulares, obeliscos, arcos de triunfo, por exemplo) (Choay, 2010: 25).

4. A importância da imprensa local na historiografia e no património

A imprensa local foi uma fonte incontornável para o nosso estudo e nela está representada a sensibilidade com que cada um, simples jornalista ou erudito local, tratava as questões da história local ou do património, além do conceito sobre o mesmo. Foi através dos jornais que inventariámos as medidas apresentadas dos que lutaram pela defesa do património e a ação das entidades oficiais em relação a este tema. Ao contrário da atualidade, em que os trabalhos de investigação são publicados em revistas especializadas, até meados do século do século XX encontramos nos periódicos locais artigos sobre a atividade de investigação de história, pintura e património dos eruditos locais e até de académicos como Amorim Girão. Existia, assim, um contacto estreito com um público não especializado nestas questões, o que não se verifica na atualidade.

A imprensa periódica foi introduzida em Viseu em 1847 e, a partir de então, foram publicados um grande número de jornais sobretudo até 1922⁶⁸⁵ (Aragão, 1893); uns com uma longa duração e outros com uma vida bastante efémera. Os jornais tornaram-se um meio para os combates políticos e culturais, além de um veículo de divulgação do conhecimento. Republicanos ou monárquicos, de vários quadrantes políticos,⁶⁸⁶ informaram o público sobre uma vasta gama de assuntos: políticos, económicos, culturais, sociais, religiosos, artísticos, juntamente com publicidade, tal como acontecia nos jornais de outras regiões. O primeiro periódico local, com poucos números publicados, foi o *Boletim Noticioso e Político*, criado em 6 de abril de 1847, pelo então governador civil.⁶⁸⁷ A partir de meados do século XIX, os jornais foram um espaço para a divulgação da história, nacional e local, do património, de bibliografias de personagens de destaque na vida nacional e local e de alerta para a defesa e conservação dos monumentos. Oliveira Berardo iniciou a publicação destes temas no jornal *O Liberal* com as *Notícias históricas de Viseu* (1857). Berardo, Maximiano de Aragão, Amorim Girão, Almeida e Silva, Almeida Moreira, José Coelho e Lucena e Vale publicaram centenas de artigos nos jornais

⁶⁸⁵ Entre 1848 e 1922 foram publicados no concelho de Viseu 120 jornais e publicações periódicas, embora alguns tenham registado uma duração muito limitada (Cruz, 1985a).

⁶⁸⁶ Segundo o manuscrito de Campos, 21% dos jornais possuem características académicas, 16,8% republicanos, 16% católicos, 10,1% monárquicos e 9,3% literários.

⁶⁸⁷ Sobre os primeiros periódicos viseenses cf. Aragão, M. (1900a). *A Imprensa no Distrito de Viseu-Fragmento histórico*. Viseu: Edição de Autor.

em notícias dispersas ou em colunas denominadas *Notas Artísticas*, *História Local*, *Migalhas da Nossa Terra* (*Jornal Política Nova*); *Nótula* (*Jornal de Viseu*); *Arte da Beira*, *Velhos Papéis* (*O Districto de Viseu*); *Curiosidades*, *Archeologia* (*O Commercio de Viseu*); *Excavações*, *Terras da Beira*, *Pro Terra Nostra* (*Notícias de Viseu*); *Interesses Locais*, *Arte e Sciencia- Coisas e Loisas* (*A Beira*); *Coisas de Viseu* (*Povo Beirão*); *Sciencia e Letras*, *Pró-Viseu*, *Interesses de Viseu*, *Velharias*, *Coisas e Lérias*, *Por aqui e por ali* (*Jornal da Beira*); *Notas Arqueológicas* (*A Voz da Verdade*); *Folhetim* (*A Voz da Oficina*), *Reminiscencia* (*A Liberdade*)⁶⁸⁸. Um caso paradigmático foi José Coelho que redigiu centenas de artigos, alguns com os títulos, que mais tarde irá atribuir às suas publicações, como *Notas Arqueológicas*. Também o livro *Memórias de Viseu* foi iniciado nas páginas do jornal *O Districto de Viseu*. Mas a maior parte dos artigos de José Coelho redigidos para os jornais não são conhecidos e nunca foram inventariados. Do que conseguimos apurar, fruto da nossa investigação, são várias dezenas os artigos que o arqueólogo escreveu para a imprensa, embora alguns muitos semelhantes nos assuntos e na forma.⁶⁸⁹

A *idade de ouro* das publicações periódicas sobre a história e o património do concelho de Viseu corresponde à primeira metade do século XX. Na primeira década surgem vários artigos que pressionam as autoridades locais para a criação de um museu na cidade. Os quadros de Grão Vasco, ou antes o envio dos mesmos para fora da cidade para integrarem alguma exposição ou mesmo para restauro, suscitam artigos exaltados que mostram o receio pelo seu desaparecimento e reclamam a sua demora. Almeida Moreira servia-se da imprensa local para conseguir espaço para o museu Grão Vasco, colocando-o no centro da vida cultural do burgo. A imprensa constituía um instrumento de pressão na reclamação do regresso dos quadros, na denúncia da degradação do património, não de todo, mas do que era considerado o mais representativo do burgo. Como salienta Custódio (2011) a imprensa foi um dos principais instrumentos da reação ao vandalismo e ao abandono das obras de arte e história.

⁶⁸⁸ A 20 de Agosto de 1892 Maximiano de Aragão foi diretor do jornal liberal *A Liberdade*. Maximiano de Aragão foi ainda redator no jornal *O Districto de Viseu*, órgão do Partido Progressista publicado entre 1879 e 1890.

⁶⁸⁹ Alguns dos artigos foram reunidos em separatas e publicadas por José Coelho. Reunir todos os artigos de José Coelho publicados na imprensa local e regional seria importante para a historiografia de Viseu, até porque o autor manuseou fontes e espólio arqueológico que hoje se encontram desaparecidos.

É através da imprensa periódica que são divulgadas as atividades culturais da cidade: conferências e exposições no museu Grão Vasco, no Instituto Etnológico da Beira e no Instituto Cultural da Beira. Durante as primeiras décadas do século XX, rara era a semana em que os jornais locais não apresentavam notícias sobre o museu. Também o Museu Etnológico da Beira foi alvo de artigos, sobretudo da autoria de José Coelho, que se queixava da falta de um museu onde se reúnam “as manifestações arqueológicas e artísticas regionais de todos os tempos. Acrescenta que “Há desses museus em quase todas as cidades, mas não em Viseu.” E lamenta que as preciosidades arqueológicas tenham sido votadas

a um vergonhoso desprezo e abandono, muitas se perderam, umas destruídas irremediavelmente, outras arrebatadas por pessoas sem escrúpulos. E se é certo que a alguns- faça-se justiça- os movem a louvável protecção dessas espécies, é certo também que outros o têm feito para alimentar a vaidade-ambição de crear fáceis reputações- revelando uma condenável falta de probidade moral e científica.⁶⁹⁰

Acrescenta que o museu serviria para reunir todas as “preciosidades arqueológicas, históricas, artísticas, epigráficas, numismáticas, etnográficas, heráldicas, bibliográficas e até paleográficas, no que não colida com o Arquivo Distrital já creado” (*Idem, Ibidem*). Por último, revela a intenção de oferecer a sua coleção ao museu. Até aos anos setenta são constantes as publicações sobre a intenção de fundação do museu, sobretudo no jornal *Política Nova* e no seu sucessor, *Jornal de Viseu*.

A preocupação com a conservação e destruição do património são temas frequentemente abordados sobretudo a negligência em relação à Cava que se encontrava em precárias condições e a destruição das muralhas de Viseu, tema tão caro a José Coelho que exortava as autoridades municipais a tomarem medidas para a conservação das mesmas. O arqueólogo aproveitava a imprensa periódica para alertar para o estado do património, para criticar a inércia das autoridades municipais e solicitar a intervenção das instituições responsáveis para a sua conservação e para sugerir algumas medidas para a preservação e reabilitação. Foi assim no caso das muralhas, particularmente de Santa Cristina, chegando os seus artigos na imprensa local a serem alvo de cortes pela censura, como anteriormente referimos.

⁶⁹⁰ Coelho, J. (1934, 17 de novembro). Uma Sugestão- Ao Museu Etnológico da Beira. *O Districto de Viseu*, p.3

Mas não são só os eruditos que se interessam pelo património. Desde cedo, entre aqueles que redigem artigos para os jornais locais, existe essa preocupação. Os artigos sobre património não são só escritos pelo grupo de eruditos, existem muitos da autoria de jornalistas anónimos (cuja fonte são os trabalhos dos eruditos locais) ou não, como se pode verificar na bibliografia. É, por vezes, na imprensa local que surgem ideias para a defesa dos monumentos. Foi assim que, em 1920, aparece uma notícia num periódico defendendo a formação de um “Grupo de Defesa dos Monumentos de Viseu”⁶⁹¹, propondo organizar um “núcleo de protecção” ao seu museu e monumentos – “Necessitam-se urgentemente duma dúzias de boas-vontades que abram a bolsa e o espírito a esta ideia carinhosa”.⁶⁹² Além da criação de um grupo tendente a organizar receita suficiente para conservar “aquilo que os nossos antepassados nos legaram”, são enumeradas algumas necessidades: conservar e ampliar o museu; precisar terminar o restauro da Sé, “nomeadamente pôr a descoberto a encantadora parte românica”; criar um “fundo de reserva” (*Idem, Ibidem*) para a aquisição das preciosas obras de arte nas mãos dos particulares.⁶⁹³

Além do importante papel na divulgação do património e da história local, estudiosos como Amorim Girão e José Coelho utilizaram a imprensa para a sua investigação, solicitando aos leitores informações na localização de vestígios arqueológicos, estratégia de investigação que, como mencionámos, já tinha sido adotada, por exemplo, em 1898 pela Associação dos Arquitetos e Arqueólogos.

Oliveira Berardo, Maximiano de Aragão, Almeida e Silva, Almeida Moreira, Amorim Girão e José Coelho publicaram nos jornais locais artigos sobre as suas pesquisas, a história da sua região. O público não especializado tem acesso não só ao conhecimento do passado da sua localidade como ao confronto e debate de opiniões e ideias. Assim aconteceu com Maximiano de Aragão e Almeida Moreira sobre os quadros de Grão Vasco e o restauro da Sé, entre Almeida e Silva e Almeida Moreira sobre Grão Vasco, entre

⁶⁹¹ Os grupos de defesa dos monumentos ou amigos dos monumentos, de acordo com Custódio (2011) são sociedades, comissões e associações que surgem no século XIX e tinham como objetivo a proteção e conservação dos monumentos e dos objetos de arte. Apesar de investigarmos não conseguimos apurar a atividade do “Grupo de Defesa dos Monumentos de Viseu”. Provavelmente a ideia do jornalista não se terá concretizado.

⁶⁹² Figueiredo, S. (1920, 27 de junho). Pró Viseu. Grupo de defesa dos Monumentos de Viseu. *Notícias de Viseu*, 1.

⁶⁹³ Este artigo desencadeou uma rápida resposta de Almeida Moreira no mesmo jornal que aprova a ideia e aproveita para se queixar da falta de verbas de organismos públicos e, por isso, em 1919 começou a organizar o *Grupo de Amigos do Museu Grão Vasco*, como já referimos no capítulo a ele dedicado.

Almeida e Silva e Amorim Girão em relação à interpretação de vestígios arqueológicos, entre José Coelho, Almeida Moreira, Mendes Correia, Russel Cortez, Lucena e Vale. O arqueólogo viseense servia-se da imprensa local para o confronto de ideias, mas também para denunciar qualquer situação que na sua ótica fosse menos correta.

Nunca a imprensa regional se mostrou tão interessada nas questões do património como durante o período em que este grupo escrevia, mas muito do interesse decorria das polémicas entre o conjunto de historiadores e investigadores, que ela sustentava e sublimava, promovendo, não raras vezes, o confronto.

5. A defesa do património – balanço da intervenção

De acordo com a *Lei de Bases do Património Cultural* (1985), podemos agrupar o património edificado em três categorias - monumentos, conjuntos e sítios. Dentro destas três categorias seleccionámos os estudos e as intervenções relativas ao *património arqueológico* (monumentos megalíticos, castros, estações arqueológicas e património móvel descoberto durante as escavações), *património religioso* (igrejas, catedrais, capelas, ermidas, mosteiros, conventos, cruzeiros ou aspetos parcelares da arquitetura religiosa, como os claustros de mosteiros, portas, abóbadas de edifícios religiosos) e o *património relacionado com a sociedade civil* (pelourinhos, palácios, casas senhoriais, pontes, sítios, ruas, parques, etc). Adotámos, assim, a classificação tipológica de Moreira, para quem os monumentos como “formas privilegiadas de expressão material da memória coletiva” (Moreira, 89: 97) são agrupados em várias configurações espaciais no território: *o espaço religioso*, *o espaço de origem* que compreende os imóveis relacionados com o passado longínquo e com a unidade territorial presente, em que incluímos o património arqueológico e militar e o *espaço da sociedade civil*. Não foi alvo da nossa investigação o património móvel, exceto, como já referimos, algumas peças encontradas em trabalhos arqueológicos ou algumas pinturas de Grão Vasco, mas só porque o conjunto de personagens que estudámos se envolveram na sua defesa.

O património arquitetónico que inspirava cuidados e desencadeava alguma ação tendente à sua conservação e restauro nas elites eruditas era o mais antigo, o que cronologicamente termina no século XVI. O critério valorizado era, fundamentalmente, o da antiguidade, dado que ainda não tinha chegado a época da patrimonialização com o consequente alargamento do que se entende por património.

Na catedral de Viseu, monumento-vivo, além de edifício medieval carregado de prestígio espiritual e de valor histórico, iniciaram-se, desde cedo, ações de conservação restauro.⁶⁹⁴ Já o mesmo não aconteceu com outros monumentos, que foram alvo de negligência e vandalismo. É sobre esses monumentos, valorizados e seleccionados de acordo com

⁶⁹⁴ Sobre as ações de conservação e restauro na catedral de Viseu ao longo do século XX e respetiva bibliografia do monumento, cf. Fernandes, M., Figueirinhas, L. *et alii* (2000). Intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. *Revista Monumentos*, 13, pp. 102-118.

critérios históricos e artísticos, que a atenção e ação interventiva das elites locais se vai debruçar.

A conservação dos monumentos mais representativos da cidade, a Cava de Viriato, a muralha afonsina e a Sé,⁶⁹⁵ foi uma preocupação das autoridades locais e de alguns cidadãos mais esclarecidos e encontra-se plasmada em numerosos artigos da imprensa. A intervenção para a defesa do património entre as elites locais, fazia-se entre os que já tinham escrito notícias para a imprensa, publicado monografias relacionadas com o tema ou com a história e cujo comprometimento na intervenção patrimonial continuava a passar pela redação de textos. Dentro deste grupo destacou-se José Coelho cujas ações, muitas vezes provocatórias, incomodavam o poder local e os seus pares. Também Maximiano de Aragão, Almeida e Silva, Almeida Moreira, Lucena e Vale se envolveram nas obras de restauro do monumento, sobretudo o primeiro diretor do Museu Grão Vasco que as dirigiu em alguns períodos.

A mais antiga referência da edilidade viseense em relação à conservação e restauro de um monumento da arquitetura não religiosa⁶⁹⁶ da cidade data de 1653 quando, após a sua derrocada, o município decide reconstruir a porta do Soar e enobrecê-la com as armas nacionais e com a inscrição que ainda hoje lá se encontra.⁶⁹⁷ Embora a ata camarária nada transmita sobre a causa da reconstrução, podemos atribuir a ação do município ao interesse pelo valor arquitetónico e estético da construção e, ao mesmo tempo, à intenção de manter a tradição e de evocar o passado comum do velho burgo.

A Cava, que no século XVI se começou a associar a Viriato, é um local em que o que está visível parece não ter grande significado e que, talvez por isso mesmo, foi alvo de desleixo, abandono e destruição. É um monumento com uma memória riquíssima e, apesar das alterações ao longo dos tempos, não se perdeu a ideia do seu valor projetado nas obras da historiografia local e nacional, onde os problemas relacionados com a sua origem e função foram uma fonte de especulação em monografias, artigos para a imprensa e estudos científicos. Como se referiu, não existe documentação escrita coeva, nem vestígios arqueológicos que nos permitam ancorar a Cava na época clássica.

⁶⁹⁵ As primeiras intervenções na Sé realizaram-se no século XVII (corpo central da fachada) e século XVIII (Rosas, 1995: 381)

⁶⁹⁶ Nesta altura, as portas e a muralha da cidade já não teriam nenhum valor militar (Lucena e Vale, 1955: 74)

⁶⁹⁷ Ata de 19 de Abril de 1653, (Lucena e Vale, 1955a: 133).

A controvérsia em torno da origem e função da Cava, geradora de uma grande diversidade e número de reflexões, chamou a atenção para o monumento e estimulou a necessidade de o proteger. No ano de 1807, as atas da Câmara Municipal registam a recusa da vereação a um pedido de aforamento de terrenos na Cava de Viriato, invocando a Lei de 20 de Agosto de 1721, que

manda conservar semelhantes monumentos ainda menos famosos e de mais recente data, e também porque he a dita cava a sua muralha hum recreio e para assim dizer hum Brazão do Povo desta Cidade que atesta a sua antiguidade, fidelidade e valor [...]

(Lucena e Vale, 1967a: 29)

Mais tarde, em 1817, a Câmara volta a tratar a *defesa da Cava* (Lucena e Vale, 1967a: 47). Os maiores impactos negativos, em relação à sua conservação, ocorreram sobretudo nos séculos XIX e XX (Mascarenhas e Barata, 2005: 14), não esquecendo que a destruição de eventuais estruturas existentes se tenha iniciado no princípio do século XVI, com a exploração agrícola, como foi referido anteriormente. Os livros de *Atas da Câmara* testemunham a sua destruição e ocupação abusiva dos terrenos. A Câmara Municipal pressionada pela imprensa lança posturas para proteger o monumento e delimita áreas de proteção. Em 1910, no *Diário do Governo* de 23 de Junho, cumpridas as decisões que constavam no Decreto de 30 de Dezembro de 1901, tal como sucedeu com outras obras arquitetónicas, a Cava de Viriato é classificada como monumento nacional, incluída na lista dos *Monumentos lusitanos e lusitano-romanos*, consagrando a proposta da *Comissão dos Monumentos Nacionais* que indica para classificação os “vestígios dos povos e civilizações anteriores à formação da nacionalidade” (1894).⁶⁹⁸ Mas, apesar de ser considerada monumento nacional, as notícias sobre o abandono, falta de limpeza e destruição, são uma constante na imprensa e uma preocupação para alguns eruditos locais, como Maximiano de Aragão, Almeida e Silva, Almeida Moreira e sobretudo José Coelho, o autor que mais publicou e que mais defendeu a Cava. Curiosamente, a instalação de um aquartelamento militar, de uma fábrica de vidro, no século XIX e em meados do século XX, a extração de volfrâmio, não mereceram grandes referências, nem protestos na imprensa local.

⁶⁹⁸ Diário do Governo, 28 de fevereiro, 1894.

De acordo com a sua função, os edifícios foram demarcados entre os que perderam o uso para que foram concebidos, os *monumentos mortos*, e os *monumentos vivos* que mantinham a sua funcionalidade, que poderia ser a original ou não (Tomé, 2002: 60). Segundo esta classificação os monumentos que ainda se mantinham funcionais como palácios e catedrais admitiam ações de restauro para uma possível recuperação da sua função inicial, enquanto as estruturas militares como as muralhas, esvaziadas da sua funcionalidade, eram passíveis de um “maior espectro de atitudes e critérios de intervenção” (*Idem: Ibidem*). Foi o que aconteceu com os trechos de muralhas e portas da cidade, cuja primeira notícia da destruição data de 1740. Maximiano de Aragão, Almeida e Silva e Almeida Moreira intercederam na sua defesa. Mas a grande luta pela sua proteção e reconstrução foi empreendida por José Coelho e retomada mais tarde por Lucena e Vale (pelo menos em relação à porta de Santa Cristina), tendo sido deliberadamente ignorada pela DGEMN.⁶⁹⁹ A falta de funcionalidade da muralha e a preocupação com a modernização da cidade, talvez constituam os principais motivos justificativos da ameaça permanente de destruição e da recusa das autoridades oficiais em não a reconstruir. Apesar de tudo, para a manutenção de alguns trechos da muralha afonsina destaca-se a intervenção e resiliência das personalidades locais ligadas ao património.

Nos anos 70, do século XX, Lucena e Vale e Alexandre Alves pugnam nas páginas da revista *Beira Alta* pela conservação e restauro de algumas casas senhoriais, *monumentos vivos*, exemplares da arquitetura civil, que irão ser reconvertidas para outras funções, o que reflete o alargamento do conceito de património até épocas cronológicas mais recentes.

Desde Maximiano de Aragão até aos mais recentes defensores do património, testemunhamos a luta entre a sua conservação e as tentativas de demolição para dar lugar à modernização, tendo sido José Coelho o paradigma da atitude de defesa do património, nomeadamente no envolvimento e persistência pela valorização da Cava e pela manutenção e restauro das muralhas da cidade, que as autoridades municipais viam como um obstáculo ao alargamento da rede viária.

⁶⁹⁹ Em 1945, Gomes da Silva relator da Junta Nacional de Educação requereu a classificação exaustiva de todas as estruturas militares medievais, entendendo-as como a “mais impressionante rede de Memoriais de vida heroica e histórica” (Tomé, 2002: 61)

6. As instituições

No ano seguinte ao da implantação da República, em sessão camarária de 27 de Abril de 1911, o vereador Celestino Henriques Correia Severino sugere a fundação de um

museu de arte regional onde se guardem as preciosidades artísticas do Distrito, nomeando oportunamente uma comissão que inventarie e catalogue as diversas obras de arte a fim de obstar que algumas desapareçam antes do inventário a que se refere a Lei da Separação, devendo apresentar-se ao Governo neste sentido

(Vale, 1971: 9)

A Câmara Municipal de Viseu consciente do valor artístico das obras que estavam na posse da Igreja e que, por virtude da nova legislação, poderiam desaparecer, adianta-se sugerindo a criação de um museu onde as peças estivessem em segurança. Almeida e Silva e José Coelho reclamam a autoria da sugestão do museu Grão Vasco, um referindo ter solicitado a sua criação às autoridades eclesiásticas, o outro às entidades municipais. José Relvas revela o uso da sua influência política junto das autoridades municipais para o germinar da ideia da criação de um museu regional na cidade. O Museu Regional de Arte e Arqueologia Grão Vasco foi fundado devido ao interesse das elites locais, e o acervo foi reunido de acordo com a política patrimonial republicana de selecionar, inventariar e deslocar os bens da Igreja para os museus (Custódio, 2011a: 261).⁷⁰⁰

Durante a República despontam associações e comissões, em que está patente o alargamento social dos grupos que se interessam pela defesa do património. Enquadrando-se neste modelo, surge o Instituto Etnológico da Beira que se une em redor de vários objetivos culturais, entre os quais a defesa, conservação e valorização dos monumentos e a criação de um museu. Na origem do referido Instituto, e ainda do Instituto Arqueológico do Algarve, do Instituto Histórico do Minho, do Instituto Científico Literário de Trás-os-Montes e do Instituto Portucalense encontra-se a Academia de Ciências de Portugal (Custódio, 2011a: 225).

Em Viseu, como no resto do país, o envolvimento pela preservação do património não se deve a um movimento popular, mas a algumas elites, homens eruditos que se reuniam em

⁷⁰⁰ Sobre a política museológica do período republicano, Custódio (2011) e Gouveia (1985) apresentam opiniões diferentes. Jorge Custódio contra-argumenta a tese de Gouveia que defende que a política museológica do período republicano se caracterizava pelo centralismo.

associações. O Instituto Etnológico da Beira, congrega os homens letrados (para ser sócio era necessário ser licenciado) que tinham em comum os mesmos interesses pelo passado e pela salvaguarda do seu património. Ao mesmo tempo, sociedades eruditas locais deste tipo são responsáveis pelo aumento do número de pioneiros defensores do património (Neto, 2001: 102). De facto, o Instituto esforçou-se por manter vivo o interesse pelo património e pela história, sobretudo na década de 20, em que todos os jornais noticiam as constantes conferências organizadas por esta instituição. A leitura atenta da imprensa local sugere que, na sua época, o Instituto Etnológico da Beira seria a instituição da cidade que mais promovia conferências e debates, cujo tema era amiúde a história. O seu sucessor, o Instituto Cultural da Beira, nunca teve a dinâmica na realização de eventos culturais do Instituto Etnológico.

Um dos grandes projetos do Instituto Etnológico da Beira era a formação do Museu Etnológico. Em relação ao Museu Etnológico da Beira, projeto pelo qual José Coelho nunca desistiu de lutar, a sua criação foi debelada pela fundação do Museu Grão Vasco. Relativamente a este museu a sua orientação foi marcada por Almeida Moreira que, de acordo com o programa genérico definido no artigo 2º do decreto de criação do museu Grão Vasco, se orientou por parâmetros artísticos e históricos para a sua formação e, sobretudo, para a ampliação do acervo inicial do museu.

Mais tarde, apesar de várias tentativas para fazer germinar o projeto do Museu Etnológico, ao qual se juntaram novos protagonistas do património como Russell Cortez, Cristóvão Moreira de Figueiredo, Lucena e Vale e de se ter criado um pequeno núcleo museológico, poucas semelhanças tinha com o programa que José Coelho tinha, originalmente, elaborado para o museu. O tempo encarregou-se de apagar o projeto de fundação do Museu Etnológico da Beira.

7. Trajetos e relações pessoais

O interesse manifestado pelo estudo e preservação de vestígios do passado esteve sempre presente no pensamento e ação de homens letrados de todas as épocas da história europeia. A nível local também se registou o mesmo fenómeno – a defesa do património partiu de um grupo de eruditos locais, mas de formação diversa. Desde o século XVII, data da primeira obra de historiografia da cidade, até ao século XX, surgem registos escritos do que aparecia nas valas, buracos e alicerces das ruas de Viseu, o que induzia os cronistas e historiadores a especularem sobre o passado. Maximiano de Aragão, Amorim Girão, Almeida e Silva, Orlando Ribeiro e Lucena e Vale, sem formação arqueológica, assim o fizeram. Já José Coelho, dotado de uma visão arqueológica, procurava reunir, registar e interpretar os dados que ocasionalmente, encontrava ou que procurava quando se realizavam intervenções, em alguns locais do subsolo da zona urbana. O arqueólogo deixou um registo enorme de notas sobre indícios materiais do passado que ia descobrindo, fundamentais para a compreensão da evolução da cidade. Como recorda Vaz (2000), é de lamentar que não tenha podido realizar algumas escavações em locais que viu serem aniquilados, sem qualquer hipótese de evitar a sua destruição, e de retirar toda a informação que seria essencial para a reconstituição da história de Viseu. Assim aconteceu no largo da Sé em 1920 com a escavação de uma sepultura romana, em 1944, nas proximidades da Igreja da Misericórdia com estruturas romanas e de cronologia posterior e, no início dos anos cinquenta, na Avenida Emídio Navarro, com uma necrópole classificada por ele de luso-romana.

Enquanto a produção de um objeto patrimonial pertence a uma época e está de acordo com o seu contexto, a fruição do mesmo, normalmente, realiza-se numa nova era, marcada por novos estilos de vida, novas mentalidades enfim, um novo contexto e outros olhares. Assim, o património, a sua conservação e defesa, nem sempre foi ponto de encontro mas, por vezes, de desencontro entre grupos de investigadores, autarcas e de cidadãos comuns. Os problemas ligados à conservação e restauro patrimonial não foram fáceis de resolver e decorreram, por vezes, das diferentes representações que cada grupo ou cada pessoa tem sobre património.

O interesse pela defesa e salvaguarda do património, os protestos contra os atentados aos monumentos, as medidas preconizadas para o defender encontram-se, desde o século XIX, na imprensa periódica e nacional. Muitas vezes polémicas, as ações estabelecidas pelos defensores do património não eram do agrado dos órgãos do poder local, que as consideravam opositoras ao progresso da sua cidade. Mas, mesmo entre os que se posicionavam a favor dos monumentos e da arte, o entendimento nem sempre era conseguido e era frequente o debate e troca de argumentos nas páginas dos jornais. Durante a República, alguns tornaram-se *vogais correspondentes*⁷⁰¹ da Comissão ou do Conselho dos Monumentos Nacionais e, de acordo com Custódio (2011: 343), “tiveram um alcance fundamental na lógica da salvaguarda e da conservação do património em Portugal, entre 1897 e 1932”.

Como Custódio (2011a) destacou, em Viseu, o movimento social que reivindicou a defesa e salvaguarda do património iniciou-se antes da implantação da República e da formação dos Conselhos de Arte e Arqueologia. No final da monarquia constitucional, Maximiano de Aragão, o pintor José de Almeida e Silva,⁷⁰² Hipólito Vasconcelos Maia e António Marques de Figueiredo, deão da Sé, obtiveram protagonismo na defesa do património, sobretudo os dois primeiros, formando um grupo que se auto intitulava Conselho de Arte e Arqueologia de Viseu, situação alheia à legislação publicada. Os três primeiros fizeram parte de uma comissão nomeada pela Câmara Municipal de Viseu para dar o parecer escrito sobre os meios com vista à conservação da Cava de Viriato – *Relatorio sobre as obras de conservação da Cava de Viriato*.⁷⁰³ Constituíram-se como Comissão Regional de Viseu, liderada inicialmente por Maximiano de Aragão, substituído, depois, por Francisco Almeida Moreira, tendo sido legalizada em 1914 (Custódio, 2011a: 147), com a nomeação pelo Ministério de Instrução Pública de vogais auxiliares do Conselho de Arte e Arqueologia. Já anteriormente, como referimos, tinham sido vogais do Conselho dos Monumentos Nacionais,⁷⁰⁴ o que demonstra a importância da movimentação cívica local

⁷⁰¹ Sobre o perfil do vogal correspondente cf. Custódio (2011: 91-129).

⁷⁰² Maximiano de Aragão e Almeida e Silva, como vogais correspondentes do *Conselho dos Monumentos Nacionais*, em 1907, propuseram a classificação da Cava de Viriato e da Sé, que foram classificadas em 1910 como monumentos nacionais.

⁷⁰³ A Cava de Viriato, em 1910, é classificada como “monumento nacional” correspondente aos “Monumentos lusitanos e lusitano-romano”, aqueles que estavam vinculados à Antiguidade e relacionados com o nascimento de Portugal.

⁷⁰⁴ Inicialmente, eram vogais correspondentes do Conselho dos Monumentos Nacionais Maximiano de Aragão, Hipólito Maia e José de Almeida e Silva. Em 1910, foram nomeados Francisco de Almeida Moreira

(entre os mais letrados) critério a que estava atento o Conselho para atribuição dos seus vogais.⁷⁰⁵ Apesar de ter existido um diferendo com a administração em relação à classificação das muralhas da cidade, os vogais mantiveram-se. No estudo sobre os vogais dos Conselhos de Arte e Arqueologia, Custódio (2011) concluiu que enquanto alguns “foram vogais só de papel” (*Idem*, 95), outros transformaram-se em profissionais, sobretudo em cargos relacionados com os museus e outros ainda impulsionaram as forças vivas ou as elites locais a criarem instituições que promovessem os mesmos objetivos que os Conselhos de Arte e Arqueologia. Este modelo adequa-se aos vogais de Viseu: Almeida Moreira tornou-se o diretor do museu Grão Vasco, Maximiano de Aragão e Almeida e Silva estiveram envolvidos na génese do Instituto Etnológico da Beira e sempre pugnaram pela salvação e conservação do património, exercendo pressão na administração. Apesar do Estado ter dispensado os vogais correspondentes, os protagonistas da defesa do património continuaram a desempenhar um importante papel na sua cidade.

Ainda, de acordo com Custódio (2011a), mais tarde, muitas das personagens influentes da época republicana irão integrar as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia que eram facultativas (Decreto-lei n. 20.985, de 7 de Março de 1932) ou os serviços da Academia Nacional de Belas Artes como correspondentes ou efetivos na província ou em Lisboa. De facto, Almeida Moreira, nos anos trinta, foi vogal da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. As razões apontadas por Custódio para a extinção do cargo de vogais correspondentes dos Conselhos de Arte e Arqueologia são devido “à expansão e concentração do serviço dos monumentos sob tutela da DEGEMN e por manifesta distanciação política com tudo o que representavam as influências culturais do liberalismo e do regionalismo e do republicanismo” (Custódio, 2011: 347).

Os protagonistas do património, pertencentes às elites locais, além de uma obra publicada no âmbito da história local, eram cidadãos culturalmente ativos, cuja ação se caracterizava pelo voluntarismo na denúncia do vandalismo perpetrado contra o património e na sua salvaguarda. Os jornais recebiam as suas cartas e artigos que publicavam, com notícias de achados importantes, documentação, críticas às instituições de poder local ou nacional ou até a alguns dos seus pares. Algum deste material poderia também ser usado nas redações

e o deão da Sé, António Marques de Figueiredo- Anónimo. (1910, 23 de janeiro). Monumentos nacionaes. *Comércio de Vizeu*, p. 2.

⁷⁰⁵ Cf. Custódio (2011: 363).

dos jornais, por jornalistas profissionais que redigiam artigos sobre o património. Foi, fundamentalmente, a partir da pesquisa nas fontes circunscritas aos jornais e revistas, além de algumas cartas e dos *Cadernos de Notas Arqueológicas*, espécie de diário de José Coelho, que foi feita a investigação sobre as tentativas e sugestões para a conservação do património.

Se na atividade de investigação sobre a história local, o grupo de eruditos trabalhava isolado, o mesmo acontecia em relação ao património. Além do trabalho solitário, grande parte do qual limitado à redação de artigos para os jornais e revistas, a defesa do património, assim como outras questões relacionadas com o mesmo, foram com frequência ponto de desencontro entre os seus protagonistas e entre estes e as instituições. Maximiano de Aragão envolveu-se num pequeno diferendo com Almeida e Silva, a propósito da determinação da data de construção de uma porta românica na Sé de Viseu e com Almeida Moreira a propósito de questões relacionadas com a escola de Grão Vasco; o pintor Almeida e Silva registou, ao longo da sua vida, alguns diferendos com Amorim Girão, a propósito das suas publicações sobre arqueologia e com Almeida Moreira e José de Figueiredo sobre a pintura de Grão Vasco. O pintor, impulsivo e pouco comedido nas suas críticas, revela a ambição de ser o diretor do museu Grão Vasco, mas tem consciência que devido às polémicas em que se envolveu não terá qualquer oportunidade de ocupar o cargo, como escreve num artigo de jornal.⁷⁰⁶

José Coelho escreveu um grande número de artigos onde mostrava a sua indignação contra Júlio Dantas, que no desempenho do cargo de Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, levou para Lisboa toda a documentação do arquivo da Sé e contra Almeida Moreira pela sua cumplicidade perante o ato. Os desideratos com o diretor do Museu Grão Vasco foram frequentes e ocorreram sobretudo devido a interesses e sensibilidades diferentes em relação ao património. Enquanto José Coelho valorizava o património arqueológico Almeida Moreira, pouco sensível à arqueologia, interessava-se sobretudo pela arte, trabalhando diligentemente para aumentar o acervo do museu e embelezar a cidade. Foram duas personalidades fortes, importantes na cultura e no património, que inicialmente colaboraram na formação da coleção do museu Grão Vasco mas cujas

⁷⁰⁶ Silva, A. (1911, 20 de agosto). A nossa terra: ainda os quadros da Sé, *O Commercio de Vizeu*, p. 2.

personalidades depressa colidiram. O caráter frontal⁷⁰⁷ e reativo do arqueólogo foi responsável por um largo número de dissabores com personalidades ligadas ao mundo da história e da arqueologia. Assim aconteceu com Mendes Correia a propósito dos célebres esteios policromados da anta de Pedralta, como já foi relatado.

As importantes funções que Almeida Moreira desempenhava como vogal do Conselho de Arte e Arqueologia, Diretor do Museu Grão Vasco, além dos diversos cargos que exercia na Comissão de Iniciativa de Turismo de Viseu, granjearam-lhe um grande protagonismo e poder na cidade, o que poderá constituir, eventualmente, um dos motivos por José Coelho não ter ocupado cargos institucionais relacionados com a cultura e com o património, já que as suas relações se pautavam por uma manifesta e clara antipatia. O outro motivo por José Coelho nunca ter pertencido a qualquer Comissão Municipal de Arte e Arqueologia ou outro cargo institucional deve-se, provavelmente, às suas ideias políticas não muito em consonância com o ideário do Estado Novo. Foi a partir dos anos 30 que o arqueólogo deixou de ter o protagonismo e influência que até aí auferia.

A partir dos anos 50 do século XX, José Coelho deixou de ser o único arqueólogo a interessar-se pelo património e pelos vestígios encontrados. Surgem nomes como Cristóvão Moreira de Figueiredo, Russel Cortez e, sobretudo, Alexandre Lucena e Vale, todos eles envolvidos na investigação e defesa dos bens patrimoniais, o que provocou uma alteração nos protagonistas do património. O arqueólogo envolve-se num longo conflito com os dois primeiros a propósito da realização de escavações dirigidas por eles. Já antes, no início dos anos quarenta, tinha integrado juntamente com aquele grupo uma Comissão Organizadora do Museu Etnológico da Beira, integrada na Junta Distrital, que correspondia a mais uma tentativa para a criação do Museu Etnológico da Beira. Os desideratos com os seus homólogos e com as autoridades locais encaminharam-no para um isolamento, que ele próprio criou, o que explica, por exemplo, os escassos trabalhos que publicou nos anos cinquenta, nomeadamente na revista *Beira Alta*. José Coelho, embora continuando a estudar e a vigiar os monumentos remete-se a uma *atitude silenciosa*. Alexandre Lucena e

⁷⁰⁷ Ninguém impedia José Coelho de expressar a sua opinião e a sua frontalidade que nem sempre era aceite e compreendida como revela: “Recebi hoje carta do Dr. Aristides Girão, datada de 5 do corrente, mostrando-se sentido com as minhas referências – unicamente por eu discordar e demonstrar a mesma discordância acerca da cronologia das sepulturas antropomórficas mas nada desfaz ou desenvolve em contrário limitando-se a concluir – depois de arrazoado mais do que inconveniente e injusto! – pedindo-me para não voltar a fazer referência ao que ele escreve (...)” (CNA nº 83, fl. 9, 6 de novembro de 1946).

Vale assim o confirma, em carta que envia ao arqueólogo, convidando-o a escrever de novo para a revista *Beira Alta* e aí publicar as suas obras em separatas:

(...) aqui me tem a convencê-lo da sem razão com que pretende impor-se um ostracismo que não tem direito de infligir à nossa terra. [...] Quer o Dr. José Coelho pôr-se ou ficar à margem amuado, causando-se a si próprio afinal o maior castigo, por privar-se de uma actividade que nasceu consigo, lhe está na natureza (...)

(CNA nº 115, fl. 22v, 13 de agosto de 1957)

Ao mesmo tempo, tenta convencê-lo a doar a sua coleção ao Museu, mas José Coelho não concorda e partilha a ideia da criação de um museu “de tipo único – que abranja todas as manifestações culturais sob os vários aspectos” (*Idem, Ibidem*), ideia que ele afirma que foi da sua autoria, em 1912. E, assim, o museu dedicado à arqueologia e etnologia nunca passou de um sonho de José Coelho, apesar de várias tentativas empreendidas.

Durante cerca de cinquenta anos foi o arqueólogo que mais se empenhou e lutou pelo património arqueológico e arquitetónico, além do património cultural móvel como a defesa dos manuscritos das extintas bibliotecas do Seminário e do Fontelo, os quais de acordo com as primeiras medidas republicanas, consignadas no diploma publicado em 22 de novembro de 1910, deixaram de pertencer ao clero e começaram a desaparecer e a degradar-se. Existiram dois projetos que lhe foram caros – a conservação e restauro das muralhas, pelas quais lutou tenazmente e a conservação e valorização da Cava, concebendo e apresentando projetos nesse sentido. Foram lutas contra as autoridades municipais que ia perdendo, mas que não o demoviam da constante vigilância e defesa dos monumentos.

Mas, não foi só a rivalidade e as altercações com os seus homólogos que explicam a abrandamento da atividade do arqueólogo. Como faz notar Custódio (2011), com o Estado Novo o voluntarismo das elites patrimoniais locais atenua-se, assim como as batalhas em prol dos museus e dos monumentos, os quais se municipalizam, deixando essas contendas de ter significado depois da morte dos líderes e dos seus discípulos.

Nos últimos anos da sua vida ativa, José Coelho tornou-se o principal zelador da Cava de Viriato e querendo partilhar o seu interesse com Manuel Avelos, convidou-o para uma visita ao monumento. Depressa constata que ele não está motivado a “fazer nada a bem do monumento tradicional que é a Cava”, concluindo que “não sei pessoa com que possa contar – ao contrário do que julgava – para defender e valorizar a Cava” (CNA nº 149, fl.

38, 11 de julho de 1967); o título que atribui ao texto em que descreve este acontecimento revela o estado de espírito amargurado do arqueólogo – “Visita à Cava de Viriato – uma desilusão”.

Em Viseu, até ao terceiro quartel do século XX, a defesa e conservação do património não resultou de uma atitude de convergência e de colaboração entre os que lutaram por ele, mas de um conjunto de atitudes individuais. Só na década de 70 é que surgiu um projeto de colaboração, o Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu, que uniu jovens e professores na realização de alguns trabalhos arqueológicos e na defesa do património. Um projeto despretensioso mas que conseguiu motivar alguns jovens para os problemas do património e para seguirem as suas carreiras profissionais nesta área.

8. Turismo e regionalismo

Já no século XIX, Alexandre Herculano, mostrava o valor económico dos monumentos, escrevendo na revista *Panorama* – “Todavia um monumento, recommendavel como objecto de arte, é um capital productivo” (Herculano, 1838: 277).

No início do século XX, o turismo começa a despontar e os monumentos encarados como agentes de atração turística. O interesse na conservação do património, sobretudo a partir dos anos vinte, está relacionado com o turismo cultural. Na imprensa regional e nacional surgem artigos sobre o património realçando o seu valor económico para o município, aumentando a edição de roteiros turísticos. Através da imprensa local percebe-se que existe um sentimento comum que visa o apelo e o desenvolvimento do turismo cultural, como dá conta o jornal *Notícias de Viseu*,⁷⁰⁸ quando refere que Viseu “é seguramente um dos lugares do mundo onde os amigos da história ou cultura” se devem sentir verdadeiramente felizes.

As Comissões de Iniciativa e Turismo desdobram-se em ações para valorizar a localidade da sua circunscrição. Foi o que aconteceu na cidade, nos anos 30, com a *Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu*, cuja figura dominante era Almeida Moreira.

Os temas do turismo, do regionalismo, dos museus e dos monumentos são debatidos nos congressos regionais em que participam os vogais dos Conselhos Regionais de Arte e Arqueologia, como o diretor do Museu Grão Vasco e alguns protagonistas locais do património, como José Coelho. Em 1921, realizou-se em Viseu o 1º Congresso Beirão; o segundo decorreu em Coimbra, em 1922, e nele esteve presente Francisco de Almeida Moreira, que desenvolveu trabalhos preparatórios, para posterior aprovação, sobre o inventário dos monumentos históricos e a conservação e restauro dos castelos históricos da província. Nestes Congressos Regionais eram frequentes as comunicações sobre arte, arqueologia, turismo e os apelos à administração central para que protegesse o património.⁷⁰⁹ Os artigos sobre a importância dos monumentos para o turismo crescem exponencialmente a partir dos anos cinquenta, nos periódicos como o jornal *Política Nova*.

É nos Congressos Regionais que mais se evidenciam os sentimentos e iniciativas regionalistas e na região das Beiras, entre 1921 e 1965, realizaram-se dez congressos.

⁷⁰⁸ Anónimo. (1928, 20 de abril). II Congresso Beirão. *Notícias de Viseu*, p. 3.

⁷⁰⁹ No V Congresso Regional das Beiras (1932) são feitos apelos aos ministros da Justiça e da Instrução.

Como exemplo de iniciativas regionalistas destacavam-se os apelos para “a) Que na sede de cada concelho seja criado um museu municipal; b) Que os municípios editem ou auxiliem a publicação oficial de monografias históricas e descritivas do respectivo concelho” (Pereira, 1932: 48). Devido ao sentimento regionalista, os quadros de Grão Vasco quando iam para restauro ou para alguma exposição eram alvo de uma histeria jornalística (“Ainda não chegaram os quadros de Grão Vasco”; “Por motivo da chuva foi adiado o regresso dos quadros de Grão Vasco”) e quando regressavam os jornais refletiam o alívio geral, ostentando títulos como “Anuncia-se para Breve- o regresso dos quadros de Grão Vasco”; “Então o regresso dos quadros de Grão Vasco”; “Finalmente a boa notícia: chegaram os quadros de Grão Vasco!”⁷¹⁰.

Mas, o regionalismo entendido na sua génese como uma reação à centralização e ao abandono (Amaro, 2003), mostrava-se algo contraditório, pois “esteve sempre prisioneiro de vícios antigos e nunca se cansou de apelar para o poder central de quem, supostamente, se pretendia libertar” (*Idem*, 2003: 484- 487). Com efeito, no V Congresso Regional das Beiras, sobre o património artístico, fazia-se a seguinte recomendação: “Propõe-se que a mesa officie à Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, pedindo a sua atenção para o assunto e que se telegrafe ao Sr. Ministro da Instrução pedindo a imediata inventariação do nosso património artístico” (Dias, 1932: 54). José Coelho é um exemplo da dependência em relação ao poder central, ao qual apela frequentemente para evitar a destruição do património. Recorria-se à administração central, muitas vezes, para pressionar as autoridades municipais a tomarem medidas no sentido de conservarem o património e José Coelho recorre a este procedimento para conseguir resgatar o que ainda resta das muralhas, nomeadamente a de Santa Cristina. Os novos arruamentos, o saneamento, a edificação de novos edifícios eram difíceis de conciliar com os espaços amuralhados, com as portas das cidades e, não era raro as autoridades concelhias terem do seu lado a população, que pretendia sacrificar o património em proveito da modernização. A imprensa local, que normalmente se empenhava na defesa do património, por vezes também se colocava ao lado daqueles que pugnavam pela sua destruição.⁷¹¹

⁷¹⁰ Títulos do Jornal da Beira.

⁷¹¹ Em 1893 lia-se num jornal local que uma das portas da cidade, o arco dos Cavaleiros, deveria ser demolido, para regularizar o largo que se encontrava em frente. Anónimo. (1893, 3 de agosto). Os arcos da cidade. *O Commercio de Vizeu*, p. 3; Anónimo. (1893, 14 de setembro). O arco da rua dos Cavaleiros. *O Commercio de Vizeu*, p. 3;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da discussão de resultados, e para evitar repetições, iremos tecer algumas considerações finais e apontar algumas linhas para futuras investigações. Julgamos ter fundamentado e avaliado a produção historiográfica sobre a cidade e, de algum modo, relacionada com o património (embora alguma não o tenha claramente como objeto), a metodologia utilizada e as intervenções em sua defesa, trabalho que, a nível local, ainda estava por elaborar.

Os protagonistas da historiografia local são os mesmos que atuam para defender e conservar os monumentos e, à semelhança do que aconteceu a nível nacional e internacional, o movimento de defesa do património foi um movimento elitista desencadeado por eruditos locais. Para traçar o longo percurso da produção da história local recuamos ao século XVII e terminamos no terceiro quartel do século XX.

Botelho foi considerado o primeiro cronista de Viseu, cuja obra data da primeira metade do século XVII e que escreve um texto panegírico sobre Viseu e os seus bispos. Nas duas centúrias seguintes, até inícios do século XIX a crónica é quase toda eclesiástica. A emergência de novas ciências como a pré-história alteram a noção de fonte e valorizam outros documentos como os epigráficos. Oliveira Berardo, apesar de pertencer ao clero, mostra-se atento às novidades e publica um pequeno opúsculo sobre epigrafia da região. No século XIX, é o precursor das primeiras publicações sobre história regional, com uma série de artigos divulgados no jornal *O Liberal*. Ao mesmo tempo, continua a publicar uma história crónica, um repositório de factos, tal como Maximiano de Aragão o faz na centúria seguinte. Com José Coelho e Amorim Girão, no século XX, assiste-se a uma mudança de metodologia em relação ao estudo do passado. A partir dos anos 40, foi através da revista *Beira Alta* que a maioria dos que se interessaram pela história local publicou os seus artigos, uma revista comprometida com o regime e para a qual José Coelho, em várias épocas da sua vida, recusa escrever. Lucena e Vale, criticado pela sua história ainda de características tradicionalistas, foi diretor do grande repositório da historiografia viseense que foi e continua a ser a revista *Beira Alta*. Lucena e Vale, com uma ampla obra no domínio da história e do património, publicou uma multiplicidade de documentos, como as atas da Câmara Municipal de Viseu, de leitura obrigatória para quem estuda a história

local. Em relação à revista, apesar de ter sido organizado um índice bibliográfico (para o período entre 1942 - 2000) urge realizar um estudo que clarifique a tipologia e características dos seus conteúdos e a influência na cultura local e regional.

Nos anos setenta do século XX, assiste-se à publicação de temas de história de arte com Alexandre Alves, arqueologia com Celso Tavares da Silva e etnografia com Alberto Correia.

Podemos concluir que a historiografia de Viseu recorre à monografia e à publicação de documentos, paleográficos, epigráficos, arqueológicos ou outros. Mas os trabalhos arqueológicos realizados na cidade, até ao terceiro quartel do século XX, foram pontuais, carecendo de qualquer plano organizativo, e realizados no contexto de obras de estruturas construtivas ou de saneamento, por uma só pessoa, José Coelho. Sem qualquer apoio institucional o arqueólogo, para efetuar algumas pesquisas e defender os monumentos, envolveu-se em querelas com os seus pares e com as autoridades municipais. Fora da área urbana, o casal Leisner iniciava os trabalhos de campo dedicados ao megalitismo. Do labor de todos os autores surgiram estudos sobre Viseu e o seu património. Foram identificados os principais temas, tendo-se verificado que os grandes problemas da história da cidade, que todos descrevem e investigam, estão relacionados com o património. Como os temas se repetem, nas várias obras escritas, seria pertinente realizar um estudo comparativo dos textos da historiografia de Viseu, em relação aos temas dominantes, para determinar a originalidade e o contributo de cada autor para a investigação.

A partir de meados do século XIX, conscientes do poder da imprensa, o grupo de eruditos, defensores do património, perante as atitudes individuais e sociais, relativas à indiferença e ao vandalismo, aproveitam-se da imprensa local para denunciarem a degradação de algum património e apelar às entidades oficiais no intuito da conservação, salvaguarda e até restauro dos monumentos. Com regularidade, aqueles que estudavam o passado de Viseu publicavam artigos nos jornais sobre alguns temas de história, sobre o resultado das suas investigações, além das lutas relativas à defesa dos monumentos, comunicando de uma forma simples, com um público não especializado, sensibilizando-o para a importância da preservação do património, muitas vezes numa perspetiva localista e regionalista. Tratava-se de um movimento de voluntarismo, protagonizado pelas elites locais que se vai esbatendo com o advento do Estado Novo. As relações e os conflitos entre os que se

dedicaram ao estudo e defesa dos monumentos refletem o seu conceito de património, que é uma consequência não só da época como, também, de diferentes sensibilidades e contribuíram para que os assuntos relativos à história e património ocupassem as páginas da imprensa.

No terceiro quartel do século XX, é cada vez maior o número de investigadores, com ligações ao mundo académico, que pesquisam, por vezes em equipas, normalmente para a elaboração de trabalhos científicos, mestrados e doutoramentos. Já não é o erudito local, o não académico (Mendes, 1990), solitário, que nos tempos livres, e por amor à terra, investigava nos velhos arquivos. Uma futura linha de investigação seria aprofundar o contributo dos novos investigadores para a história local e resolução dos seus principais problemas e a metodologia por eles utilizada. No fundo, seria a continuação da nossa pesquisa para os últimos decénios.

A primeira escavação arqueológica na cidade ocorreu em 1983, e foi conduzida por Celso Tavares da Silva e João Inês Vaz que procederam a uma escavação de emergência, na sequência de materiais que foram descobertos ao ser construída uma estrada. De acordo com Vaz (2000), esta escavação marca um ponto de viragem na história da arqueologia viseense, pois é a primeira intervenção com um objetivo exclusivamente arqueológico que se realiza na área urbana. Mais tarde, surgem as escavações no centro histórico. A partir de 1988, João Inês Vaz realiza três campanhas de escavação no espaço fronteiro à Praça D. Duarte, encontrando vestígios do que identifica como uma basílica alto medieval. A partir de 1997, o acompanhamento obrigatório de obras nos centros históricos veio trazer muitos elementos que permitiram dar resposta a algumas questões com que se confrontaram aqueles que, desde cedo, primeiro escreveram sobre Viseu. Será outra linha de investigação o estudo das últimas décadas de intervenção e investigação do património arqueológico e arquitetónico da cidade de Viseu.

Todos os que se envolveram na construção da história local e salvaguarda do património deixaram marcas na cidade e serviram de exemplo a gerações futuras. Como forma de agradecimento público, os seus nomes encontram-se perpetuados na toponímia local e em instituições como bibliotecas e museus locais. Dar uma identidade a esses nomes, rastrear o contributo no que à história local e ao património diz respeito, foi o grande objetivo que presidiu à nossa investigação.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Fontes Manuscritas

Berardo, J. O. (1837). *Notícia Histórica dos Bispos de Viseu seguida de breve Catalogo Chronologico*. manuscrito na Bibioteca Municipal de Viseu.

Berardo, J. O. (1838). *Notícias de Vizeu accompanhando o Registro das Freguesias que prezentemente Organização o Concelho, Viseu*. manuscrito na Bibioteca Municipal de Viseu.

Berardo, J. O. (1855). *Ecclesiae Visonensis Epitome ad Auditorii Seminarii Episcopalis Ejusdem Ecclesiae*. manuscrito na Bibioteca Municipal de Viseu.

Câmara Municipal de Viseu, *Livro de Atas* (1914-1938)

Campos, A. (1923). *Registo Bibliográfico e Jornalístico Visiense*. (cota: 20-1-28).

Cartas a Almeida. Moreira. Arquivo do Museu Grão Vasco.

Cartas de Almeida e Silva. Arquivo do Museu Grão Vasco.

Catalogo dos Bispos de Viseu desde D. Remissol até ao presente (fls. 110-127; manuscrito não datado da letra de Viterbo, até fl.125).

Coelho, J. *Cadernos de Notas Arqueológicas do Dr. José Coelho* (numerados de 1 a 151) - em preparação para integrarem a Coleção Dr. José Coelho/ Câmara Municipal de Viseu.

Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu, *Livro de Actas* (1931-1937)

Sousa, L. *Memórias Históricas e Cronológicas dos Bispos de Viseu*, 3 vols.

Jornais

Anónimo. Monumento arqueológico. (1887, 6 de março). *O Commercio de Vizeu*, p. 1.

Anónimo. (1887, 3 de agosto). Monumento archeologico. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

Anónimo. (1887, 10 de agosto). Monumento archeologico. *O Commercio de Vizeu*, p. 2.

Anónimo. (1887, 11 de setembro). Os Quadros de Grão Vasco. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

Anónimo. (1887, 17 de novembro). Archeologia-monumento antiquíssimo. *O Commercio de Vizeu*, p. 2.

Anónimo. (1889, 10 de fevereiro). Museu d'archeologia em Vizeu. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

Anónimo. (1891, 5 de novembro). Ainda os quadros de Grão Vasco. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

Anónimo. (1892, 29 de dezembro). Vizeu. *O Commercio de Vizeu*, p. 2.

Anónimo. (1893, 3 de agosto). Os arcos da cidade. *O Commercio de Vizeu*, p.3.

Anónimo. (1893, 14 de setembro). O arco da rua dos Cavaleiros. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

Anónimo. (1895, 24 de fevereiro). Desapontamento archeologico. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

Anónimo. 1901, 8 de outubro 8). Arco dos Cavaleiros. (*O Districto de Vizeu*, p. 5.

Anónimo. (1904, 19 de janeiro). Cava de Viriato. *O Districto de Vizeu*, p. 2.

Anónimo. (1906, 5 de maio). Vizeu. *O Commercio de Vizeu*, p.3.

Anónimo. (1906, 6 de setembro). O Arco da Senhora do Postigo. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.

Anónimo. (1907, 21 de fevereiro). Muralha Aragoneza. *O Commercio de Vizeu*, p. 4.

Anónimo. (1910, 23 de Janeiro). Monumentos nacionais. *Commércio de Vizeu*, p. 2.

Anónimo. (1911, 23 de abril). O arco da rua dos Cavalleiros. *O Commercio de Viseu*, p.4.

Anónimo. (1914, 30 de abril). A Muralha. *O Commercio de Viseu*, p. 2.

Anónimo. (1914, 5 de agosto). Museu Visiense de Arte e Arqueologia. *Povo Beirão*, p.2.

Anónimo. (1914, 6 de agosto). As obras na Praça 2 de Maio. *O Commercio de Viseu*, p.2.

Anónimo. (1914, 9 de agosto). As obras na Praça 2 de Maio. *O Commercio de Viseu*, p.2.

Anónimo. (1914, 14 de agosto). Museu Visiense de Arte e Arqueologia *Povo Beirão*, p. 2.

Anónimo. (1915, 23 de setembro). Casa do Arco. *O Commércio de Vizeu*, p.2.

Anónimo. (1916, 30 de setembro). A Sé Catedral *Povo Beirão*, p. 3.

Anónimo. (1917, 28 de março). Interesses de Viseu- uma visita ao Museu Regional Grão Vasco. *Povo Beirão*, pp. 1-2.

Anónimo. (1917, 12 de julho). As obras da Sé. *O Commercio de Viseu*, p. 2.

Anónimo. (1918, 25 de agosto). Museu Grão Vasco. *A Voz da Oficina*, p.2.

Anónimo. (1921, 15 de maio). Instituto Etnológico da Beira. *Notícias de Viseu*, p.2.

Anónimo. Museu Grão Vasco. (1921, 22 de maio). *Notícias de Viseu*, p. 1.

Anónimo. Instituto Etnológico da Beira. (1921, 30 de junho). *Notícias de Viseu*, p. 2

Anónimo. Instituto Etnológico da Beira. (1921, julho 17). *Notícias de Viseu*, p.3.

Anónimo. (1922, 22 de maio). Notícias Frescas. Muros e muralhas que devem desaparecer. *A Voz da Verdade*, p. 2.

Anónimo. (1922, 30 de junho). Doutor Aristides de Amorim Girão. Conferencia no Instituto Etnológico da Beira. *Jornal da Beira*, pp. 1 e 4.

Anónimo. (1922, 2 de julho). Instituto Etnológico da Beira- Uma notável conferência do Dr. Amorim Girão. *A Beira*, p. 8.

Anónimo. (1924, 30 de agosto). A nova linha férrea, o campo da Feira e a Cava de Viriato, *Jornal da Beira*, p. 1.

Anónimo. (1924, 24 de setembro). O Grande Crime. *Jornal da Beira*, p.1.

Anónimo. (1924, 17 de outubro). O grande crime – Ainda as pedras de Côta – Falsa situação do sr. Dr. José Coelho. *Jornal da Beira*, p. 4.

Anónimo. (1924, 20 de outubro). O Museu Grão Vasco de Viseu – Uma justa aspiração. *Jornal da Beira*, p.1.

Anónimo. (1925, 1 de janeiro). A Cava de Viriato e o Instituto Etnológico da Beira – a linha Viseu-Tua não atravessará a Cava. *Jornal da Beira*, p. 4.

Anónimo. (1926, 22 de maio). Uma grande Desgraça... *A Voz da Verdade*, p. 1.

Anónimo. (1927, 10 de junho). A obra dos bárbaros. *Jornal da Beira*, p. 4

Anónimo. (1927, 9 de julho). Na Sé de Viseu. *Notícias de Viseu*, p. 1.

Anónimo. (1931, 30 de outubro). A Sé de Viseu. Uma questão em Aberto. *Jornal da Beira*, p. 1.

Anónimo. (1932, 29 de janeiro). O nosso património artístico. É criado em Viseu um tesouro de arte sacra e um arquivo distrital. *Jornal da Beira*, p.4.

- Anónimo. (1932, 17 de dezembro). Arte da Beira-Acudamos a Salva-la!. *O Districto de Vizeu*, p. 6.
- Anónimo. (1933, 10 de outubro). Evocando o passado. Não será já tempo?. *Jornal da Beira*, p. 1.
- Anónimo. (1935, 18 de abril). Monumentos Nacionais. *Jornal da Beira*, p. 4.
- Anónimo. (1936, 17 de janeiro). O abandono da Sé de Viseu. *Jornal da Beira*, p.8.
- Anónimo. (1937, 1 de janeiro). Por Viseu. *Jornal da Beira*, p. 8.
- Anónimo. (1937, 25 de julho). Liceu de Viseu. *Política Nova*, p. 3.
- Anónimo. (1938, 19 de março). Monumentos de Arqueologia e História Militar do Concelho de Viseu. *O Districto de Viseu*, p. 4.
- Anónimo. (1939, 2 de fevereiro). Vida Municipal. *O Districto de Vizeu*, p. 3.
- Anónimo. (1940, 2 de maio). A Beira Arqueológica e Artística- Os Quadros do Museu. *O Districto de Viseu*, p.4.
- Anónimo. (1941, 25 de maio). Quadros do Museu. *Política Nova*, p. 3.
- Anónimo. (1942, 6 de dezembro). Da Cava. *Política Nova*, p. 4.
- Anónimo. (1950, 7 de abril). Instituto Cultural da Beira. *Jornal da Beira*, p.3.
- Anónimo. (1950, 1 de dezembro). Porta de Santa Cristina. *Política Nova*, p. 3.
- Anónimo. (1951, 14 de abril). Um monumento nacional abandonado. *Política Nova*, p. 2.
- Anónimo. (1965, 24 de agosto). Uma Torre Secular Argamassada. *Diário de Lisboa*, p. 9.
- Anónimo. (1971, 7 de maio). Dizem as actas. *Jornal da Beira*, pp. 1, 7.
- Alarcão, J. (1969, 8 de maio). Pesquisas na Cava de Viriato. *Jornal da Beira*, p. 5.
- Alvelos, M. (1936, 29 de julho) O deus LURUNI. *O Districto de Viseu*, p. 4.
- Alvelos, M. (1938, 13 de outubro). Notas à Margem- Das Obras na Sé. *O Districto de Viseu*, p. 3
- Alvelos, M. (1940, 2 de maio). Os Quadros do Museu. *O Districto de Viseu*, p.3.
- Alvelos, M. (1940. 30 de maio). Museu Etnográfico. *O Districto de Viseu*, p. 3.
- Aragão, M. (1892, 29 de dezembro). José de Oliveira Berardo. *O Commercio de Viseu*, p.2.

- Aragão, M. (1895, 11 de outubro). Documento Importante. *A Liberdade*, p. 2.
- Aragão, M. (1919, 31 de maio). Excavações. Porta românica na Sé de Viseu. *Notícias de Viseu*, p.1.
- Aragão, M. (1919, 7 de junho). Excavações- A porta lateral românica da Sé. *Notícias de Viseu*, p. 1.
- Aragão, M. (1921, 19 de fevereiro). Viseu Historico. Onde Nasceu D. Duarte?. *Notícias de Viseu*, pp. 1, 4.
- Aragão, M. (1921, 1 de maio). Instituto Etnológico da Beira. *Notícias de Viseu*, p. 2.
- Aragão, M. (1924, 6 de janeiro). Uma Descoberta- Grão Vasco. *Notícias de Viseu*, p. 2.
- Aragão, M. (1924, 24 de fevereiro). Retificação. Pintores Portugueses. Vasco Fernandes. *Notícias de Viseu*, p. 2.
- Aragão, M. (1924, 30 de março). José d'Oliveira Berardo. *Notícias de Viseu*, p. 4.
- Aragão, M. (1924, 20 de junho). José d'Oliveira Berardo. *Notícias de Viseu*, p. 4.
- Aragão, M. (1928, 8 de junho). Arte e História- Vasco Fernandes. *Notícias de Viseu*, p. 4.
- Berardo, J. O. (1857, 6 de maio). Folhetim. Noticias Historicas de Viseu. Parte Primeira. Das Primeiras noticias da cidade de Vizeu. *O Liberal*, p. 1.
- Berardo, J. O. (1857, 13 de julho). Notícias Históricas de Viseu, *Liberal*, p.3.
- Berardo, J. O. (1857, 31 de novembro). O Pintor Vasco Fernandes, de Vizeu. *O Liberal*, p.1.
- Coelho, J. (1914, 7 de fevereiro). Museu Vizeense. *Povo Beirão*, p. 4.
- Coelho, J. (1914, 11 de fevereiro). Cava de Viriato. *Povo Beirão*, p.3.
- Coelho, J. (1914, 5 de setembro). Museu Regional de Arte e Arquiologia de Viseu. *Povo Beirão*, p. 4.
- Coelho, J. (1914, 12 de dezembro). Um monumento a Viriato. *A Voz da Verdade*, pp. 2-3.
- Coelho, J. (1917, 2 de junho). O Arquivo do Cabido da Sé de Viseu. *Povo Beirão*, p. 2.
- Coelho, J. (1924, 11 de setembro). A descoberta de pinturas polícromas rupestres no Neolítico. Um caso grave. *A Voz da Verdade*, p. 2.

Coelho, J. (1924, 29 de novembro). Interesses Regionais. Da necessidade de defender as nossas preciosidades. *A Voz da Verdade*, p. 1.

Coelho, J. (1925, 12 de dezembro). Um monumento a Viriato. *A Voz da Verdade*, pp. 1-2.

Coelho, J. (1926, 30 de outubro). Notícias Arqueológicas. Descoberta de um marco miliário da via romana de Viseu a S. Pedro do Sul. *A Voz da Verdade*, p. 2.

Coelho, J. (1926, 27 de novembro). Castro de Santa Luzia. *A Voz da Verdade*, 2.

Coelho, J. (1926, 4 de dezembro). Castro de Santa Luzia. *Voz da Verdade*, p.2.

Coelho, J. (1926, 24 de dezembro). Notas Arqueológicas – Vivendas rústicas romanas. *A Voz da Verdade*, p. 2.

Coelho, J. (1927, 8 de janeiro). Notas Arqueológicas- Dois miliários (?) da via romana Vizeu-Vouzela-Águeda- cenotáfio ou tampa sepulcral quatrocentista. *A Voz da Verdade*, 2.

Coelho, J. (1927, 5 de fevereiro). Notas Arqueológica – XV. Mamaltar de Vale de Fachas. Carta Aberta ao Povo de Travassós de Cima. *A Voz da Verdade*, p. 2.

Coelho, J. (1927, 12 de fevereiro), Notas Arqueológicas- XVII. O Mamaltar de Vale de Fachas. *A Voz da Verdade*, p. 2.

Coelho, J. (1927, 5 de março).Notas Arqueológicas- XIX, Memória dirigida ao muito douto Conselho de Arte e Arqueologia da segunda circunscrição- Coimbra. *A Voz da Verdade*, p. 2.

Coelho, J. (1927, 12 de março).Sepultura romana no Adro da Sé. *A Voz da Verdade*, 2.

Coelho, J. (1927, 19 de março). Notas Arqueológicas-Advertência Prévia -Da fundação do Instituto Etnológico da Beira. A propósito da última Nota Arqueológica. *A Voz da Verdade*, p. 3.

Coelho, J. (1927, 21 de maio). Notas Arqueológicas-Monografias regionais – Cava de Viriato. *A Voz da Verdade*, p. 3.

Coelho, J. (1927, 22 de maio). Um crime de lesa-arqueologia. *A Voz da Verdade*, p. 3.

Coelho, J. (1927, 11 de junho). Notas Etnológicas- Considerações finais. *A Voz da Verdade*, p.2.

Coelho, J. (1927, 20 de junho). A obra dos bárbaros... *Jornal da Beira*, p.3.

Coelho, J. (1927, 16 de julho). Notas Etnológicas- Parecer da Comissão. *A Voz da Verdade*, p.2.

- Coelho, J. (1927, 23 de julho). Notas Etnológicas- Parecer da Comissão. *A Voz da Verdade*, p.2.
- Coelho, J. (1927, 19 de outubro). Notas Arqueológicas – Berardo e as Inscrições do Viso. *A Voz da Verdade*, p. 2.
- Coelho, J. (1927, 19 de novembro) – Notas Arqueológicas. Berardo e as Inscrições do Viso. *A Voz da Verdade*, p. 2.
- Coelho, J. (1928, de 21 de janeiro a 25 de fevereiro). Notas Arqueológicas (Terceira Série). *A Voz da Verdade*.
- Coelho, J. (1928, 25 de fevereiro). Notas Arqueológicas-Liquidação de contas. *A Voz da Verdade*, p. 3.
- Coelho, J. (1928, 29 de abril). *A Voz da Verdade* e a Arqueologia, *A Voz da Verdade*, p.2.
- Coelho, J. (1928, 28 de outubro). Em defesa das nossas espécies culturais. Bárbaras mutilações de espécies preciosas arrebatadas a Viseu por Mendes Correia. *Jornal de Viseu*, p. 4.
- Coelho, J. (1928, 24 de novembro). Notas Arqueológicas. Estela lusitano-romana. *A Voz da Verdade*, p. 2.
- Coelho, J. (1930, 31 de maio). Inventário Arqueologico-Artístico da Beira Alta. *O Commercio de Vizeu*, p. 4.
- Coelho, J. (1934, 30 de Junho). Notas Arqueológicas – construções Romanas junto da Sé de Viseu. *O Districto de Viseu*, p. 1.
- Coelho, J. (1934, 23 de setembro). Viseu, Centro Arqueológico e Artístico. Necessidade do Museu Etnológico da Beira. *Novidades*, p. 6.
- Coelho, J. (1934, 17 de novembro). Uma Sugestão – Ao Museu Etnológico da Beira. *O Districto de Viseu*, p.3.
- Coelho, J. (1935, 16 de fevereiro). Uma carta. Cava de Viriato. *O Districto de Viseu*, p. 1
- Coelho, J. (1938, 10 de março). De Viseu Antigo – Monumentos de Arqueologia e História Militar do Concelho de Viseu. *O Districto de Viseu*, p.3.
- Coelho, J. (1938, 26 de maio). Modos de ver – Estética Cidadina. *O Districto de Viseu*, p. 1.
- Coelho, J. (1939, 10 de agosto). Beira arqueológica e Artística. *O Districto de Viseu*, p. 3.
- Coelho, J. (1940, 23 de maio). A propósito... Os pergaminhos do Cabido. *O Districto de Viseu*, p. 1.

- Coelho, J. (1942, 25 de janeiro). Museu Etnológico da Beira I. *Política Nova*, p.3.
- Coelho, J. (1942, 1 de fevereiro). Património Etnológico da Beira II – Cava de Viriato. *Política Nova*, p. 4.
- Coelho, J. (1942, 8 de fevereiro). Património Etnológico da Beira III – Zona de Protecção aos Monumentos Nacionais. *Política Nova*, p.2.
- Coelho, J. (1942, 8 de março). Património Etnológico da Beira VII – Códices preciosos arrebatados a Viseu. *Política Nova*, p.2.
- Coelho, J. (1944, 21 de maio). Um cubêlo da muralha medieval de Viseu. *Política Nova*, p. 2.
- Coelho, J. (1944, 4 de junho). Notas Arqueológicas III – Muralha Afonsina de Viseu. *Política Nova*, p.3.
- Coelho, J. (1944, 11 de junho). Notas Arqueológicas IV – Em defesa dos monumentos Arqueológicos. *Política Nova*, p.3.
- Coelho, J. (1944, 25 de junho). Notas arqueológicas V- Ainda a muralha afonsina (séc. XV). *Política Nova*, p. 2.
- Coelho, J. (1944, 9 de julho). Largo da Misericórdia. *Política Nova*, 2.
- Coelho, J. (1944, 9 de julho). Notas Arqueológicas VII- Dr. Vergílio Correia. *Política Nova*, p. 3.
- Coelho, J. (1944, 30 de julho). Uma Carta. *Política Nova*, p. 2.
- Coelho, J. (1950, 18 de novembro). Património Espiritual da Nação – em defesa dos monumentos de valor cultural- A Porta de Santa Cristina, *Política Nova* p. 3.
- Coelho, J. (1950, 16 de dezembro). Património Espiritual da Nação, *Política Nova* p. 3.
- Coelho, J. (1964, 28 de outubro). Em defesa das nossas espécies culturais. *Política Nova*, p. 3.
- Coelho, J. (1964, 4 de novembro). Em defesa das nossas espécies culturais. *Política Nova*, p. 3.
- Coelho, J. (1965, 14 de abril). O Arquivo do Cabido da Sé. *Jornal de Viseu*, pp. 1, 9.
- Correia, M. (1924, 26 de setembro). Viseu, terra d’evocações históricas. *Jornal da Beira*, p.1.
- Cortez, F. R. (1956, 16 de maio). Opinião acerca da origem da cidade de Viseu. *Política Nova*, p. 3.

- Eminio, A. (1922, 22 de outubro). Terras da Beira. No Crasto do Banho em Lafões. *Notícias de Viseu*, pp. 1.
- Ferreira, F. A. (1950, 1 de dezembro). Porta de Santa Cristina. *Política Nova*, p. 2.
- Figueiredo, J. (1911, 6 de agosto). A nossa terra, Os quadros da Sé. *O Commercio de Viseu*, p. 2.
- Figueiredo, S. (1920, 27 de junho). Pró Viseu. Grupo de defesa dos Monumentos de Viseu. *Notícias de Viseu*, p. 1.
- Girão, A. (1920, 15 de agosto). Terras da Beira. *Notícias de Viseu*, p.1.
- Girão, A. (1920, 7 de novembro). Terras da Beira. Um passeio arqueológico nos arredores de Viseu. *Notícias de Viseu*, p. 1.
- Girão, A. (1920, 25 de dezembro). Viseu Arqueológico. Mamoinha do Senhor do Pedrão. *Notícias de Viseu*, p. 2.
- Girão, A. (1921, 23 de janeiro). Viseu- Vizeu. *Notícias de Viseu*, p. 1.
- Girão, A. (1921, 13 de fevereiro). Antiguidades do Viso. *Notícias de Viseu*, p. 1.
- Girão, A. (1921, 20 de Fevereiro). Viseu ou Vizeu. *Notícias de Viseu*, p. 1.
- Girão, A. (1922, 30 de junho). Conferencia no Instituto Etnologico da Beira. *Jornal da Beira*, pp. 1 e 4.
- Girão, A. (1922, 20 de agosto). Arte e Sciencia – Coisas e Loisas – Marcos miliários das Benfeitas. *A Beira*, p. 4.
- Girão, A. (1922, 22 de Novembro). Inquérito sobre estradas romanas. *A Beira*, 4.
- Girão, A. (1922, 27 de dezembro). Arte e Sciencia – Coisas e Loisas – Estrada romana de Viseu- ao Porto. *A Beira*, p. 4.
- Girão, A. (1923, 6 de maio). Arqueologia de Viseu e da Beira (Notas à margem). *A Beira*, pp. 4-5.
- Girão, A. (1923, 23 de setembro). Deitando mais poeira nos olhos dos leitores. *A Beira*, 4.
- Girão, A. (1923, 1 de Novembro). Os monumentos antigos de Viseu no Boletim do Congresso Beirão. *A Beira*, 4.
- Girão, A. (1923, 4 de novembro). Arte e Sciencia – Coisas e Loisas –A margem das “Notas à margem” sobre arqueologia de Viseu e da Beira”. *A Beira*, p. 4.

Girão, A. (1923, 11 de novembro). Arte e Sciencia – Coisas e Loisas – *A margem* das “Notas à margem” sobre arqueologia de Viseu e da Beira”. *A Beira*, p. 4.

Girão, A. (1923, 25 de novembro). Arte e Sciencia – Coisas e Loisas –Sobre as antiguidades romanas da Serra da Estrela. *A Beira*, p. 4.

Girão, A. (1956, 29 de outubro). Delírio de interpretação arqueológica. *Política Nova*, p. 3.

Lucena e Vale, A. (1930, 31 de outubro). A Sé de Viseu. *Jornal da Beira*, p. 1.

Lucena e Vale, A. (1941, 14 de dezembro). Memórias de Viseu (arredores). *Política Nova*, p.4.

Lucena e Vale, A. (1950, 23 de dezembro). A Porta de Santa Cristina. *Política Nova*, supl.

Lucena e Vale, A. (1951, 18 de agosto). Museu de Etnologia da Beira Alta. *Jornal de Viseu*, p. 1.

Lucena e Vale, A. (1951, 6 de outubro). A Porta Românica de Ferreira de Aves. *Jornal de Viseu*, pp. 1-2.

Lucena e Vale, A. (1963, 28 de Agosto). As panóplias...*Jornal de Viseu*, pp. 1-2.

Lucena e Vale, A. (1963, 25 de setembro). Ainda as panóplias... *Jornal de Viseu*, pp. 1, 4.

Lucena e Vale, A. (1967, 22 de fevereiro). As obras da Sé. *Política Nova*, pp. 1, 3.

Lucena e Vale, A. (1971, 24 de abril). Em torno das Origens de Viseu. *Política Nova*, p. 2.

Lucena e Vale, A. (1971, 7 de maio). Dizem as actas. *Jornal da Beira*, pp. 1, 7.

Moreira, F. A. (1914, 8 de agosto). Carta. *Correio da Beira*, p. 2.

Moreira, F. A. (1914, 15 de agosto). Carta. *Correio da Beira*, p. 2.

Moreira, F. A. (1915, 15 de abril). A nossa terra – Cartas a Um amigo de Viseu. *O Commercio de Viseu*, p. 2.

Moreira, F. A. (1917, 14 de julho). As obras na Sé. *A Voz da Oficina*, p. 1.

Moreira, F. A. (1919, 15 de junho). Excavações. Porta românica na Sé de Viseu. *Notícias de Viseu*, p. 1.

Moreira, F. A. (1920, 4 de julho). Pró Viseu. Grupo de Defesa dos Monumentos de Viseu. *Notícias de Viseu*, p. 1

Moreira, F. A. (1921, 26 de fevereiro). A Sereno Craveiro. *Notícias de Viseu*, p. 1.

- Moreira, F. A. (1922, 29 de outubro). Terras da Beira. Viseu Arqueológico... ‘O Crasto’ de Banho. *Notícias de Viseu*, p. 1.
- Moreira, F. A. (1923, 3 de junho). Rectificando... Museu Grão Vasco. *Notícias de Viseu*, p. 2.
- Moreira, F. A. (1923, 11 de novembro). Arte e Sciencia – Coisas e Loisas – A margem das “Notas à margem” sobre arqueologia de Viseu e da Beira”. *A Beira*, p. 4.
- Moreira, F. A. (1924, 9 de fevereiro). Pintores Portugêses. De Grão Vasco?. *Notícias de Viseu*, p. 2.
- Moreira, F. A. (1928, 2 de junho). A propósito das Festas da Cidade. Uma lembrança... serôdia. *Notícias de Viseu*, p. 2.
- Moreira, F. A. (1929, 30 de março). Janela Manuelina da Rua da Cadeia. Trechos da Cidade Antiga. *Notícias de Viseu*, p. 2.
- Moura, P. (1894, 25 de outubro). Anniversario da morte do padre José d’Oliveira Berardo, Sabio Visiense. *O Commercio de Vizeu*, p. 1
- Moura, P. (1894, 25 de novembro). José de Oliveira Berardo. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.
- Nulus. (1907, 17 de fevereiro). Fonte do Arco. *O Commercio de Vizeu*, p. 3.
- Pedro, A. (1963, 30 de outubro). Restauros. *Jornal de Viseu*, pp. 1-2.
- Ribeiro, A. (1933, 1 de abril). O Museu Grão Vasco. *O Districto de Vizeu*, p.4.
- Silva, J. A. (1895, 21 de junho). As columnas da Sé. *A Liberdade*, p. 2.
- Silva, J.A. (1904, 19 de janeiro). Cava de Viriato. *O Districto de Vizeu*, p. 2.
- Silva, J. A. (1910, 16 de março). Quadros de pintura de Vizeu- A obra de Grão Vasco. *O Commercio de Vizeu*, p. 2.
- Silva, J. A. (1911, 11 de fevereiro). Grão Vasco. *Jornal da Beira*, p. 3.
- Silva, J. A. (1911, 6 de maio). A Sé. *A Beira*, p. 1.
- Silva, J. A. (1911, 18 de junho). Uma Carta de Almeida e Silva. *O Commercio de Vizeu*, p.1.
- Silva, J. A. (1911, 18 de agosto). A nossa terra, Os quadros da Sé, *O Commercio de Vizeu*, p.3.
- Silva, J. A. (1911, 20 de agosto). A nossa terra: ainda os quadros da Sé, *O Commercio de Vizeu* p. 2.

Silva, J. A. (1912, 4 de julho). Vandalismos na carreira de Fontello. *O Commercio de Viseu*, p.2.

Silva, J. A. (1923, 25 de março). Arqueologia de Viseu e da Beira (Notas à Margem). *A Beira*, pp. 4-5.

Silva, J. A. (1923, 1 de Julho). Carta ao povo da freguesia d'Orgens sobre a antiga via romana de Viseu a Agueda, que ali passa, cujos restos tem sido inconscientemente destruídos e continuam a sê-lo. *A Beira*, p. 4.

Silva, J. A. (1923, 25 de março). Arqueologia de Viseu e da Beira (Notas à Margem). *A Beira*, pp. 4-5.

Silva, J. A. (1923, Julho 29). Viseu, terra de vandalos. *A Beira*, p. 4.

Silva, J. A. (1923, 30 de Setembro). Arrabalde de Viseu. *A Beira*, p. 1.

Silva, J. A. (1931, 1 de janeiro). Pró Terra Nostra- Viseu de antanho. *Notícias de Viseu*, p. 2.

Silva, J. A. (1931, 30 de maio). Viseu de antanho. *Notícias de Viseu*, p. 3.

Silva, J.A. (1937, 13 de janeiro). De Viseu Antigo- Interesses Arqueológicos. *O Districto de Viseu*, p. 3.

Silva, A. (1939, 26 de novembro). Restauração da Cava de Viriato. *Política Nova*, p.3.

Revistas e monografias

Abreu, L. (1956). À memória do Capitão Almeida Moreira e a Viseu de que tanto gostou. *Beira Alta*, 15, 1, pp. 101- 115.

Almeida, D. (1951). Museu Etnológico da Beira. A sua Inauguração. *Beira Alta*, 10, 3-4, pp. 329- 335.

Almeida, J. (1945). *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses* (T. 1). Lisboa: Edição de Autor.

Alvelos, M. (1942). Ainda o Grão Vasco, novas achegas para a sua biografia. *Beira Alta*, 6, 4, pp. 179-183.

Alvelos, M. (1943). O Pintor Gaspar Vaz. *Beira Alta*, 2, 1, pp. 25-29.

Alvelos, M. (1944). Pintores de Viseu. *Beira Alta*, 3, 4, pp. 387-391.

- Alvelos, M. (1948). Monumentos Antigos de Viseu. *Beira Alta*, 6, 4, pp. 331- 335.
- Alvelos, M. (1952). A ara das Vendas de Cavernães. *Beira Alta*, 11, 3, pp. 263-266.
- Alvelos, M. (1962). Repercussões da Primeira Invasão Francesa em Viseu – O Brasão da Fonte de santa Cristina. *Beira Alta*, 21, 2, pp. 549-557.
- Alvelos, M. (1965). Vasco Fernandes Mestre do Retábulo da Sé de Viseu. *Separata da Revista Beira Alta*.
- Alvelos, M. (1967). *LVRV Divindade Lusitano-Romana das Vendas de Cavernães*. Viseu: Edição de Autor.
- Alves, A. (1961). Elementos para um inventário artístico da cidade de Viseu: as grandes obras da Sé, nos séculos XVII e XVIII- A Igreja de S. Miguel do Fétal. *Beira Alta*, 20, 1, pp. 57-79.
- Alves, A. (1961). A desaparecida capela de S. Jorge da Cava. *Beira Alta*, 20, 2, pp. 285-293.
- Alves, A. (1968). Igrejas e capelas públicas e particulares da Diocese de Viseu nos séculos XVII, XVIII e XIX. *Separata da Revista Beira Alta*.
- Alves, A. (1971). O Frontispício e as Torres da Catedral de Viseu. *Separata da Revista Beira Alta*.
- Alves, A. (1971a). Novas achegas para a História da Arte na diocese de Viseu. *Separata da Revista Beira Alta*.
- Alves, A. (1975). Pequena História do Santuário e Convento do Senhor Santo Cristo da Fraga. *Beira Alta*, 34, 2, pp. 145-160.
- Alves, A. (1975a). Antiguidades de Viseu. O sítio de Santa Cristina. *Beira Alta*, 34, 4, pp. 429- 454.
- Alves, A. (1978). Notas & Comentários. A “Casa dos Primes”. *Beira Alta*, 36, 2, pp. 353-354.
- Alves, A. (1978a). Notas & Comentários. Os Quadros de Grão Vasco de novo em Viseu. *Beira Alta*, 37, 3-4, pp. 545- 546.
- Alves, A. (1979). O Dr. José Coelho – O Homem e a Obra. *Beira Alta*, 38, 3, pp. 479- 507.
- Alves, A. (1984). Notas & Comentários. A Revista “Beira Alta” O Arquivo Distrital Viseu. Os Pergaminhos do Arquivo. *Beira Alta*, 37, 2, pp. 549- 550.
- Alves, A. (1985). A Sé Catedral de Viseu, *Separata da Revista Beira Alta*.

Alves, A. (1986). Notas & Comentários. A Uma Luz Debaixo do Alqueire. Quem se Lembra do Museu Etnológico da Beira?.... *Beira Alta*, 54, 3- 4, pp. 497- 498.

Alves, A. (1988). Notas & Comentários. Algum dia foram os muros da Cava de Viriato revestidos de Pedra? *Beira Alta*, 47, 1- 2, pp. 181- 182.

Alves, A. (1988a). *Exposição Revista Beira Alta: Património Cultural Nacional*, Governo Civil de Viseu, Viseu (policopiado).

Alves, A. (1988a). Notas & Comentários. A “Casa dos Primes”. *Beira Alta*, 37, 2, pp. 353-354.

Alves, A. (1991). Bodas de Ouro. *Beira Alta*, 1, 1- 2, pp. 1- 4.

Aragão, M. (1894). *Vizeu (Apontamentos Historicos)* (Vol. I). Vizeu: Edição de Autor.

Aragão, M. (1895). *Vizeu (Apontamentos Historicos)* (Vol. II). Vizeu: Edição de Autor.

Aragão, M. (1897). *Estudos Historicos sobre Pintura*. Vizeu: Edição de Autor.

Aragão, M. (1900). *Grão Vasco ou Vasco Fernandes Pintor Viziense. Principe dos Pintores Portuguezes*. Vizeu: Edição de Autor.

Aragão, M. (1900a). *A Imprensa no Districto de Vizeu. Fragmento Historico*. Vizeu: Edição de Autor.

Aragão, M. (1928). *Vizeu (Província da Beira). Subsídios para a sua história. Instituições Políticas*. Porto: Tipografia Sequeira.

Aragão, M. (1928a). *Subsídios para a sua história desde fins do século XV. Instituições Religiosas*. Porto: Tip. Sequeira.

Aragão, M. (1934) *Vizeu Letras e letrados viseenses*. Lisboa: Seara Nova.

Aragão, M., Maia, H. & Silva, J. A. (1903). *Relatorio sobre as obras de conservação da Cava de Viriato*. Vizeu: s.e.

Augusto, S. (2002) *Descrição da Cidade de Vizeu – Suas Antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composta por um natural*. Vizeu: Câmara Municipal de Vizeu.

Azevedo . R. (1960). Inscrições gregas no outeiro da Senhora da Pena (Vizeu) e no Cabeço das Fráguas (Guarda). *Beira Alta*, 39, 4, pp. 387-402.

Berardo, J. O. (1857). Memoria sobre Algumas Inscriptões Encontradas no Districto de Vizeu. *História e Memórias da Academia Real das Ciências*. t. 2, Lisboa: Typographia da Academia.

Berardo, J. O. (1863). O pintor Vasco Fernandes de Vizeu. *O Instituto*, 11, pp. 134-136.

Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. (1881). 2ª série, T. III, nº 6.

Borges, N. C. (1979). As mós manuais da Colecção Dr. José Coelho. *Beira Alta*, 38, 3, pp. 585-591.

Cardozo, M. (1959). Uma interessante inscrição funerária. *Beira Alta*. 18, 3- 4, pp. 205-212.

Cid, J. (1936). *Aspectos de Viseu no século XVI. Ilustres Desconhecidos*. Conferência dita em 21 de Março de 1936, na Casa das Beiras, de Lisboa, e em 2 de Maio, na Associação Comercial e Industrial de Viseu, Lisboa: s/e.

Coelho, J. (1912). A Prèistória e o seu ensino. Mamaltar do Vale de Fachas. *Estudos Prèistóricos*, I, Viseu: Tipografia Popular.

Coelho, J. (1924). Policromia Megalítica, *Estudos Préistóricos*. II, Viseu: Tipografia Popular.

Coelho, J. (1925). A necrópole do Paranho. *Estudos Préistóricos*. III, Viseu: Tipografia Popular.

Coelho, J. (1927). *Etnologia Regional. Plano Geral de Trabalhos*. Viseu: s.e.

Coelho, J. (1928). Cinco Inscrições latinas de Viseu e Imediações. *Separata do tomo VIII das Publicações do XXIII Congresso Luso-Espanhol*, Coimbra: s.e.

Coelho, J. (1930). Polycromie mégalithique dans la Beira Alta: *XV^{ème} Congrès International d'Antropologie et Archéologie Préhistorique*, IV^e Session de l'Institut International d'Antropologie (21-30 september 1930). Portugal: s.e., pp.302-308.

Coelho, J. (1941). *Memórias de Viseu (Arredores)*. Viseu: Edição de Autor

Coelho, J. (1941). Origens de Viseu. *Documentário Gráfico de Viseu*, Viseu.

Coelho, J. (1942). Antiguidades de Viseu. *Documentário Gráfico de Viseu*, Viseu

Coelho, J. (1942a). *Etnologia Regional. Património Etnológico da Beira*. Viseu: Edição de Autor.

Coelho, J. (1943). *Importância de Viseu na Época Romana*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Coelho, J. (1945). Notas Arqueológicas – Nótulas Numismáticas. *Beira Alta*, 4, 1, pp. 36-47.

Coelho, J. (1945a). Notas arqueológicas. II Nótulas epigráficas. *Beira Alta*, 4, 4, pp. 251-255.

Coelho, J. (1946). Notas arqueológicas, 4^a série, III. Sepulturas dos arredores de Viseu. Monumentos epigráficos. *Beira Alta*, 5, 2- 3, pp. 121-149.

Coelho, J. (1947). Notas Arqueológicas 4^a série. *Beira Alta*, 6, 3- 4, pp. 201- 208.

Coelho, J. (1947a). Alguns Objectos do Bronze da Beira Alta. *Beira Alta*, 6, 3- 4, pp. 209-226.

Coelho, J. (1948). Cidades Mortas (Contribuição para o estudo arqueológico e artístico da Beira). *Ethnos*, 3, pp. 281-289.

Coelho, J. (1949). *Notas Arqueológicas Subsídios para o Estudo Etnológico da Beira* (I vol.). Viseu: Edição de Autor

Coelho, J. (1950). Três Templos Romanos. *Separata do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa.

Coelho, J. (1960). Origem dos Rossios de Viseu. *Beira Alta*, 19, 4, pp. 507-531.

Coelho, J. (1960a). A Feira Franca de Viseu e o Infante D. Henrique. *Beira Alta*, 19, 3, pp. 331-348.

Coelho, J. (1964). Valorização e defesa da Cava de Viriato. *Separata do II Colóquio Portuense de Arqueologia*, Viseu.

Coelho, P. L. (1925). Vantagem do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa: *Congresso de Coimbra, Asociación para el Progreso de las ciencias*. Madrid: Imprensa Zoila.

Correia, A., Vaz, J.L. & Silva, C. T. (1979). Catálogo da Colecção Arqueológica “Dr. José Coelho”. *Beira Alta*, 38, 3, pp. 605- 611.

Correia, A. M. (1924). Nótulas Arqueológicas. Pinturas e Insculturas Megalíticas. *Revista de Estudos Históricos*, 1, pp. 65-66.

Correia, A. M. (1928). A Lusitânia Pré- Romana. In *História de Portugal* (Vol. I). Barcelos: Portucalense Editora, pp. 77-214.

Cortez, F. R. (1948). A Ara greco-Romana do Castro de Fontes. *Separata dos Anais do Instituto do Vinho do Porto*, Porto: Edição do Instituto do Vinho do Porto.

Cortez, F. R. (1950). *Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII (Alguns elementos para a sua cronologia)*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Cortez, F. R. (1952). Contributo para o estudo do Neolítico de Portugal. *Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, Porto, pp. 1-60.
- Cortez, F. R. (1957). *Museu Grão Vasco. 1ª Exposição Temporária* (Policopiado), Viseu.
- Cortez, F. R. (1957a). Dr. Georg Leisner. *Viriatis. Boletim do Museu Grão Vasco*, 1, 2, pp. 114-115.
- Cortez, F. R. (1957b). Contributo para o Estudo da Hierologia Pré-Romana da Beira. *Viriatis- Boletim do Museu Grão Vasco*, 1, pp. 33- 42.
- Cortez, F. R. (1957). Actividade Arqueológica. *Viriatis- Boletim do Museu Grão Vasco*, 1, 2, pp. 128- 129.
- Cortez, F. R. (1957c). Viriatis e Viriatus. *Viriatis- Boletim do Museu Grão Vasco*, 1, 2, pp. 55-57.
- Cortez, F. R. (1959). *Viseu*. Viseu: Editora Marques Abreu
- Cortez, F. R. (1982). Uma possível folha de cronicão medieval: *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães, pp. 16-20.
- Cunha, D. A. (n.d). *S. Pedro de France- na lenda, na tradição e na história*. s.l.: Associação Cultural Desportiva Recreativa e de Solidariedade Social de S. Pedro de France
- Figueiredo, A. B. (1887). Cippo Funerário Romano, descoberto em Vizeu. *Revista Archeologica e Histórica*, vol. I, 6, pp. 6-7
- Figueiredo, M. (1898). Vestígios archeologicos nos arredores de Viseu. *O Archeologo Português*, 1, 4, p. 238.
- Figueiredo, C. M. (1945). Notícia Arqueológica. Notícia de uma cerâmica romana encontrada fora do concelho de Viseu, nas Caldas de Lafões. *Beira Alta*, 6, 1, pp. 33- 35.
- Figueiredo, C. M. (1952). Subsídio para o estudo da viação romana das Beiras. *Beira Alta*, 9, 4, pp. 299-330.
- Figueiredo, C. M. (1953). Subsídio para o estudo da viação romana das Beiras. *Beira Alta*, 12, 1, pp. 27- 63)
- Figueiredo, C. M. (1953). Subsídio para o estudo da viação romana das Beiras. *Beira Alta*, 12, 2- 3, pp. 153- 208.
- Figueiredo, C. M. (1958). Subsídios para o Estudo das Instituições Culturais, Económicas e Sociais de Viseu. *Separata do Boletim do Grémio do Comércio do Districto de Viseu*, 14 IV, Viseu.

- Figueiredo, M. (1960). A Beira e as Invasões de Leste. *Beira Alta*, 9, 4, pp. 403- 423.
- Girão, A. (1921a). *Antiguidades Pré-históricas de Lafões. Contribuição para o Estudo da Arqueologia de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade
- Girão, A. (1922). Monumentos Pré- históricos do concelho de Viseu. *O Archeologo Português*, 25, pp. 183-189.
- Girão, A. (1925). Monumentos Pré- históricos do concelho de Viseu. *O Archeologo Português*, 26, pp. 282-288.
- Girão, A. (1925a). Arte Rupestre em Portugal (Beira Alta). *Biblos*, 1, 3, pp. 81-95.
- Girão, A. (1925). *Viseu – Estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Girão, A. (1936). A Cava de Viriato. Novos Elementos para a sua interpretação. *Boletim da Casa das Beiras*, 2, pp. 18-19.
- Girão, A. (1942). A etimologia de ‘Viseu’ e uma carta de D. Carolina de Michaëlis de Vasconcelos. *Beira Alta*, 1, 1, pp. 15-22.
- Girão, A. (1944). Cava de Viriato. Novos Elementos para a sua interpretação. *Beira Alta*, 3, 1, pp. 69-75.
- Girão, A. (1944). Cava de Viriato. *Beira Alta*, 3, 1, pp. 69-75.
- Girão, A. (1951). *Geografia de Portugal. (Acrescida do Estudo das Ilhas Adjacentes)* (2ª edição). Porto: Portucalense Editora.
- Girão, A., Oleiro, J. (1953). Geografia e campos fortificados romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, 6-7, pp. 75-76.
- Kalb, P. e Höck, M. (1979). Escavações na necrópole de mamoa “Fonte da Malga”- Viseu, Portugal. *Beira Alta*, 38, 3, pp. 593-604.
- Kalb, P. (1994). Reflexões sobre a utilização de necrópoles megalíticas da Idade do Bronze. *Estudos Pré-históricos*, 2, pp. 415-426.
- Leisner, G. (1934). *Die Malerein des dolmen Pedra Coberta*. Berlin: I.P.E.K.
- Leisner, G., Leisner V. (1956). *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Western*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Leisner, V. (1998). *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. 4, Berlin: Walther de Gruyter
- Leisner, V., Ribeiro, L. (1968). Die Dolmen von Carapito. *Madriider Mitteilungen*, 9, pp. 11-62.

Lucena e Vale, A. (n.d.). Viseu Antigo. Apostilas e Rectificações Históricas. *Separata da Revista Beira Alta*.

Lucena e Vale, A. (1943). Notas & Comentários. A propósito de Museus. *Beira Alta*, 2, 3, pp. 243-246.

Lucena e Vale, A. (1945). A Catedral de Viseu. *Beira Alta*, 4, 1, pp. 3- 32.

Lucena e Vale, A. (1945a). *Livro dos Acordos de 1534 da Cidade de Viseu*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

Lucena e Vale, A. (1945b). A Catedral de Viseu. *Beira Alta*, 4, 1, pp. 3-32.

Lucena e Vale, A. (1945c). Notas & Comentários. A Catedral de Viseu. *Beira Alta*, 4, 1, p. 79.

Lucena e Vale, A. (1945d). Notas & Comentários. Ainda Grão Vasco? *Beira Alta*, 4, 3, p.218-219.

Lucena e Vale, A. (1947). O Problema das Juntas de Província e o Autonomismo Municipalista da Tradição Portuguesa. *Separata da Revista Beira Alta*.

Lucena e Vale, A. (1947a). Índice do Livro dos Acordos do Século XVI. *Separata da Revista Beira Alta*.

Lucena e Vale, A. (1948). Notas & Comentários. Obras da Sé. *Beira Alta*, 7, 4, pp. 339.

Lucena e Vale, A. (1949). Viseu Antigo. *Beira Alta*, 8, 1- 2, pp. 97- 107.

Lucena e Vale, A. (1949a). Notas & Comentários. Antiguidades, Técnica e Turismo. *Beira Alta*, 8, 1- 2, pp. 201- 202.

Lucena e Vale, A. (1949b). Notas & Comentários. Museu de Etnologia. *Beira Alta*, 8, 1- 2, pp. 202- 203.

Lucena e Vale, A. (1950). Notas & Comentários. A Porta de Santa Cristina. *Beira Alta*, 9, 4, pp. 361- 370.

Lucena e Vale, A. (1950a). Notas & Comentários. Etnografia Nacional. *Beira Alta*, 9, 1 e 2, p. 143.

Lucena e Vale, A. (1951). Instituto Cultural da Beira. *Beira Alta*, 10,1-2, pp. 177- 185.

Lucena e Vale, A. (1951a). A Avenida de Jugueiros. *Separata da revista Beira Alta*.

Lucena e Vale, A. (1953). Grão Vasco na História e na Crítica. *Beira Alta*, 12, 1, pp. 83-120.

- Lucena e Vale, A. (1953a). Obras na Sé e Museu. *Beira Alta*, 12, 4, pp. 438- 439.
- Lucena e Vale, A. (1955). Notas & Comentários. Museu de Grão Vasco. *Beira Alta*, 14, 3, pp. 250- 251.
- Lucena e Vale, A. (1955a). Um Século de Administração Municipal: 1605-1692. *Separata da revista Beira Alta*.
- Lucena e Vale, A. (1955b). Notas & Comentários. Estátua de D. Duarte. *Beira Alta*, 14, 3, pp. 251- 252.
- Lucena e Vale, A. (1955c). Notas & Comentários. Viseu em obras. *Beira Alta*, 14, 3, pp. 250- 251.
- Lucena e Vale, A. (1956). A Menção de Viseu nos Documentos Medievais. *Beira Alta*, 15, 2- 3, pp. 215-226.
- Lucena e Vale, A. (1957). O castelo romano de Viseu. *Beira Alta*, 17, 2, pp. 125-136.
- Lucena e Vale, A. (1958). Notas & Comentários. A Cava de Viriato. *Beira Alta*, 17, 4, pp. 417- 422.
- Lucena e Vale, A. (1958a). Notas & Comentários. Restaurações... E Enguiços. *Beira Alta*, 17, 1, pp. 93- 94.
- Lucena e Vale, A. (1958b). *Beira Alta Terra e Gente*. Viseu: Comissão Municipal de Turismo.
- Lucena e Vale, A. (1959). Notas & Comentários. Boa Doutrina. *Beira Alta*, 19, 3- 4, pp. 364- 366.
- Lucena e Vale, A. (1960). O Paço do Infante. *Beira Alta*, 19, 3, pp. 315- 323.
- Lucena e Vale, A. (1967). Viseu do Século XVIII nos Livros de actas da Câmara. *Separata da Revista Beira Alta*.
- Lucena e Vale, A. (1967). Notas & Comentários. *Beira Alta*, 26, 1, pp. 418- 419.
- Lucena e Vale, A. (1967a). Livros de Actas da Câmara Municipal de Viseu Século XIX. *Separata da Revista Beira Alta*.
- Lucena e Vale, A. (1968). Notas & Comentários. Mais uma vez... *Beira Alta*, 27, 4, pp. 571- 572.
- Lucena e Vale, A. (1968a). Notas & Comentários. Sugestões. *Beira Alta*, 27, 1, p. 155-156.
- Lucena e Vale, A. (1968b). Rossio. *Beira Alta*, 27, 1, pp. 113-129.

Lucena e Vale, A. (1969). Notas & Comentários. Pela Câmara. *Beira Alta*, 28, 1, pp. 342-343.

Lucena e Vale, A. (1969a). Notas & Comentários. Revalorização do Passado Monumental. *Beira Alta*, 28, 2, pp. 342- 343.

Lucena e Vale, A. (1969b). Da toponímia local aos escritos do Padre Cid. *Beira Alta*, 28, 3, pp. 537- 538.

Lucena e Vale, A. (1970). Bibliografia: S. Pedro de France: Na lenda, na tradição e na história. *Beira Alta*, 29, 3, p. 455.

Lucena e Vale, A. (1971). O castelo romano de Viseu. *Beira Alta*, 30, 2, pp. 215-226.

Lucena e Vale, A. (1971a). Em torno das origens de Viseu. *Beira Alta*, 30, 2, pp. 255- 260.

Lucena e Vale, A. (1971b). *Os Finais da Monarquia e Começos da República nas Actas da Câmara de Viseu 1900- 1914*. Viseu: Junta Distrital de Viseu.

Lucena e Vale, A. (1971c). Grão Vasco. *Beira Alta*, Viseu, 30, 3, pp. 347- 353.

Lucena e Vale, A. (1971d). Notas & Comentários. Contra a maré. *Beira Alta*, 30, 3, pp. 428-429.

Lucena e Vale, A. (1972). Notas & Comentários. A reintegração da Cava de Viriato. *Beira Alta*, 31, 4, pp. 67- 68.

Lucena e Vale, A. (1972a). O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia. *Beira Alta*, 31, 3- 4, pp. 281-295.

Lucena e Vale, A. (1972b). Viseu=Talábriga? No processo de identificação da antiga cidade lusitana. *Beira Alta*, 31, 2, pp. 203-232.

Lucena e Vale, A. (1973). Almeida Moreira. *Beira Alta*, 32, 4, pp. 379- 393.

Lucena e Vale, A. (1973a). O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia. *Beira Alta*, 32, 1, pp. 1-49.

Lucena e Vale, A. (1973b). O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia. *Beira Alta*, 32, 2- 3, pp. 153-199.

Lucena e Vale, A. (1973c). O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia. *Beira Alta*, 32, 4, pp. 295-312.

Lucena e Vale, A. (1974). Notas & Comentários. Um apelo. *Beira Alta*, 33, 1, pp. 138-139.

Lucena e Vale, A. (1974a). Notas & Comentários. Viseu Antigo. *Beira Alta*, 33, 2, pp. 67-68.

Lucena e Vale, A. (1974b). O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia. *Beira Alta*, 33, 1, pp. 1-15.

Lucena e Vale, A. (1974c). O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia. *Beira Alta*, 33, 2, pp. 161-175.

Lucena e Vale, A. (1975). Notas & Comentários. O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia. *Beira Alta*, 34, 1, pp. 109- 110.

Lucena e Vale, A. (1975a). Notas & Comentários. Arte e Arqueologia. *Beira Alta*, 34, 4, pp. 467- 468.

Lucena e Vale, A. (1975b). Antiguidades de Viseu 1. O sítio de Santa Cristina e as suas surpresas arqueológicas. *Beira Alta*, 34, 4, pp. 429- 454.

Lucena e Vale, A. (1977). Notas & Comentários. Interesses de Viseu. *Beira Alta*, 31, 1, pp. 266- 267.

Lucena e Vale, A. (1978). Notas & Comentários. Quem Acode à Capelinha de S. Pedro De Balsemão?.... *Beira Alta*, 31, 3- 4, pp. 539- 540.

Lucena e Vale, A. (1979). Notas & Comentários. O Cinquentenário da Morte de Maximiano de Aragão. *Beira Alta*, 38, 4, pp. 933- 935.

Moita, I. (1966). Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta. *Ethnos*, 5, pp. 189-277.

Moreira, F. A. (1927). *La Catedral de Viseu. Sus Aspectos Arquitectónicos*. Porto: s.e

Moreira, F. A. (1937). *Imagens de Viseu*. Pôrto: Tip. Pôrto Médico.

Mouta, J. H. (1968). Panorâmica e Dinâmica de Viseu medieval. *Separata da Revista Beira Alta*.

Mouta, J. H. (1969). Pintores de Viseu: escola ou dinastia?. *Separata da revista Beira Alta*.

Neves, H. (1893). *A Cava de Viriato. Notícia descritiva e critico-histórica*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.

Pereira, M. B. R. (1955). *Dialogos Moraes e Políticos*. s.d: s.e.

Pinto, A. C. (1964). A Cava de Viriato. *Beira Alta*, 23, 1, pp. 57- 70.

Ribeiro, L., Leisner, V. (1968). Relatório dos Trabalhos da missão arqueológica Leisner/Ribeiro, realizados na Beira Alta (...). *Arqueologia e História*, 9ª Série, pp. 13-28.

- Real, M. G. (1956). Arqueologia Viseense. Uma Naiade Veneranda e o seu Enigmático Brasão. *Beira Alta*, 15, 1, pp. 71-83.
- Ribeiro, O. (1968). A Rua Direita de Viseu. *Geographica, Sociedade de Geografia de Lisboa*, 16, p. 49-63.
- Ribeiro, O. (1970). Em Torno Das Origens De Viseu. Separata da *Revista Portuguesa de História*, 13, pp. 211-229.
- Ribeiro, O. (1971). Ainda em torno das origens de Viseu. *Beira Alta*, 30, 4, pp. 437- 443.
- Ribeiro, T. (1900). “*Carta a Maximiano de Aragão*”, *Grão Vasco ou Vasco Fernandes Pintor Viziense Príncipe dos Pintores Portuguezes*. Viseu: Tipografia Popular da Liberdade.
- Saa, M. (1960). *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino* (2). Lisboa: s.e.
- Santos, M. C. (1969). Subsídios para o estudo arqueológico de Montalegre, Mealhada e Viseu. *ETNNOS*, VI, pp. 212-218.
- Silva, A. D. (Dir.). (1846). *Collecção Official da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, C., Correia, A. (1977). O Castro da Cárcoda. *Separata da Revista Beira Alta*.
- Silva, C. (1978). A cerâmica típica da Beira Alta: *Actas das III Jornadas Arqueológicas* (pp. 185-196), Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Silva, C. (1978a). Gravuras Rupestres Inéditas da Beira- Alta: *Actas das III Jornadas Arqueológicas* (pp. 167-184), Lisboa.
- Silva, C. (1980). As gravuras rupestres de Lufinha. Dois motivos labirínticos na região de Viseu: *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, II (pp. 155-170), Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Silva, C. (1980). Contribuição para o Estudo da cultura Castreja na Beira Alta: *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I (pp. 155-170), Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Silva, J. A. (Dir. Art.). (1885). *Album Viziense*. Publicação Mensal, Litteraria e Artistica. Vizeu: Typographia do Viriato.
- Silva, J. A. (1931). *Pergaminhos (contos e fantasias Históricas)*. Lisboa: Paulo Guedes Editor.
- Silva, J. A. (1941). *Quinze dias de estudo na Exposição dos Primitivos Portugêses: A Escola de Pintura de Viseu, seu início e ramificações*. Viseu: Tip. Notícias de Viseu.

Shulten, A. (1928). Campamentos romanos em España. *Investigación y Progreso*, 5, pp. 34-36.

Souto, A. (1929). *Etnografia da Região do Vouga (Beira Litoral)*. Coimbra: Editora Lda.

Tavares, A. e Silva, C. (1971). Gravuras e inscrições da região de Viseu: *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, pp. 261-279, Coimbra: Ministério da Educação Nacional.

Tavares, A. A. (1979). Expressões do Megalitismo das Beiras. *Beira Alta*, 38, 3, pp. 556-583.

Towig, Elizabeth Shee. (1981). *The Megalithic Art of Western Europe*. Oxford: Clarendon Press.

Vasconcellos, J., L. (1897), *Religiões da Lusitânia* (I). Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcellos, J., L. (1933-1975). *Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização* (6). Lisboa: Imprensa Nacional

Vasconcelos, J. L. (1898). Discurso de Inauguração do Museu de Cenáculo em Beja em 1791. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 4, pp. 283-287.

Vasconcellos, J., L. (1896). Um Monumento Nacional. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 2, pp. 225.

Vasconcellos, J., L. (1896a). Aquisições do Museu Ethnographico Português. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 2, 245-247.

Vasconcellos, J., L. (1897). Aquisições do Museu Ethnographico Português. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 3, pp. 107-111.

Vasconcellos, J., L. (1898). Dolmen de Espírito Santo d'Arca. *O Archeologo Português*, 4, pp. 338-339.

Vasconcellos, J., L. (1904). A Cava de Viriato. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 9, Lisboa, pp. 11-16.

Vasconcellos, J., L. (1904). Archeologia Prehistorica da Beira: I- Dolmen da Cunha Baixa. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 9, pp. 303-308.

Vasconcellos, J., L. (1905). Antiguidades prehistoricas da Beira. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 10, pp. 28-31, pp. 312-313.

Vasconcellos, J., L. (1905). Orca dos Padrões. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 10, pp. 28-31.

Vasconcellos, J., L. (1916). A Cava de Viriato. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 21, pp. 343-363.

Vasconcellos, J., L. (1927-1929). Epigrafia do Museu Etnológico (Belem). Inscrições romanas. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 28, p. 222.

Bibliografia geral

Abengochea, J. S. (1992). Arqueología e historia antigua. *Arqueología hoy*. sl: Universidad Nacional de Educación a Distancia, pp. 83-88.

Abreu, J. G (2003). A problemática do monumento moderno. *Boletim Interativo da APHA*, 1, pp. 23-37.

Alarcão, J. (1987). *Introdução ao estudo da história e do património locais*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

Alarcão, J. (1987). *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

Alarcão, J. (1989). *A cidade Romana de Viseu*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

Amaro, A. M. R. (2003). *Economia e Desenvolvimento da Beira Alta: dos finais da monarquia à II Guerra Mundial (1890- 1939)*. Tese de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História Contemporânea apresentada à FLUC, Coimbra: FLUC.

Almeida, A. (2008). Museu Municipal do Porto: das Origens à sua Extinção (1836- 1940). Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia- Via Mestrado, Porto apresentado à FLUP). Porto: s.e.

Almeida, F. (1967). *História da Igreja em Portugal*. (Vol. 1). Porto: Ed. de Damião Peres

Almeida, M. J. (2007). A Arqueologia para os Arqueólogos- reflexões sobre a organização sócio-profissional dos arqueólogos em Portugal. *Al-Madan*, IIª série, 15, pp. 101- 103.

Alves, A. (1980). Notas & Comentários. Cristóvão José Moreira de Figueiredo. *Beira Alta*, 39, 3 e 4, pp. 523-525.

Alves, C. (2009). A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: O alcácer e o Castelo de Viseu (Séculos XII-XIV), In Coelho, M. H., Gomes, S. A., Rebelo & A., M., R. (coord.), *A Guerra e a Sociedade na Idade Média* (p. 77-91). Torres Novas: SPEM.

Alves, C. (2010). *Os Monumentos Nacionais e a (des)Construção da História. A Sé de Viseu*. Dissertação de mestrado não publicada. Coimbra.

Alves, C. (2011). As Intervenções da DGEMN na Sé de Viseu. *Viseupédia*, 5, Viseu: Projeto Património.

Alves, C. (2015). *La evolución arquitectónica y artística de la catedral de Santa Maria de Viseu. Desde la Edad Media hasta la Contemporaneidad*. Tese de doutoramento não publicada. Barcelona: Universitat Àutònoma de Barcelona.

Aragão, M. (1924, 30 de março). José d'Oliveira Berardo. *Notícias de Viseu*, p. 4.

Audrerie, D. (2003). *Questions sur le patrimoine*. Bordeaux: Éditiones Confluences.

Aragão, T. (1874). *Descrição Geral e Historica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal* (T.1). Lisboa: Imprensa Nacional

Ballart, J. (1997). *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*. Barcelona: Ariel Patrimonio Histórico.

Barbosa, I. V. (1865). Templo romano em Évora. *Archivo Pittoresco*, Vol. VIII, 40, pp. 313-316.

Barreiros, M. H. (1999). DGEMN, 70 anos depois. Caminhos do Património. *Bibliografia corográfica de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Popular de Lisboa.

Borges, N. C. (1979). As mós manuais da Colecção Dr. José Coelho. *Beira Alta*. 38, 3, pp. 585-591.

Botelho, M. L. (2006). *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte.

Braga, T. (1984). *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa: José A. Ribeiro.

Burke, P. (1992). Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In Burke, P. (org.), *A Escrita da História- Novas Perspectivas* (pp. 7-37). S. Paulo: Editora da UNESP.

Cabrita, A. R., Alho, C. (1987). *Cartas e Convenções internacionais sobre o património europeu*. LNEC: Lisboa.

Calado, J. S. (1932). Eficiência da Protecção ao Património Histórico-Artístico Nacional. In *V Congresso Regional das Beiras. Organização, Festas, Sessões, Teses* (p. 135). Lisboa: s.e.

Calixto, J. A., Vaz, F. (coord.) (2006). *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Caninas, J. C. (2011). Associativismo e defesa do património (1980-2010), In Custódio, J. (coord.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 281-293). Lisboa: Igespar.

Capela, J. V., Nunes, J. A. (1993). O Concelho de Barcelos do Antigo regime à Primeira República. Fontes para o seu estudo. *Separata de Barcelos-Revista*.

Capela, J. V. (dir.) (1998). *O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional*. Braga: s.e.

Carbonell, C. O. (1992). *Historiografia*. Lisboa: Teorema

Cardoso, J. L. (2002). *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

Cardoso, J. L. (2011). O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. Comunicação Apresentada em Sessão Ordinária de 26 de Janeiro de 2000. *Anais. III*, vol. 2 (pp. 227- 297), Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Cardoso, J. L. (2012). A Defesa do Património Arqueológico em Confronto na Segunda Década do Século XX: o caso do dólmen de Pedralta (Côta, Viseu). *Al-Madan*, IIª Série, 17, pp. 137-146.

Cardozo, M. (1954). Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*, Vol. LXIV, 1-2, pp. 6-22.

Cardozo, M. (1954a). Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*, Vol. LXIV, nº 3-4, pp. 237-258.

Carvalho, P. S. (1988). Cava de Viriato. *Beira Alta*, 47, 1 e 2, pp. 121- 140.

Carvalho, P. S. (2009). O Nome de Viseu. *National Geographic*, Secção História.

Carvalho, P. S. (2013). José Coelho Coleção Arqueológica: A Paixão Pelo Passado. *Catálogo Da Exposição*, Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

Carvalho, P. S. e Cheney, A. (2005). A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica. In *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29. XI. 2005) en el V aniversario de la declaración por la UNESCO de la Muralla de Lugo como Patrimonio da la Humanidad*. (pp. 729-745). Lugo: s/e.

Carvalho, P. S. e Valinho, A. S. (2001). Arqueologia urbana em Viseu. Primeiros resultados. *Conímbriga*, 40, pp. 37- 64.

Catarino, H. (2002). *A marca inferior em Portugal na época de Almansor: hipóteses de trabalho e os exemplos de Viseu e Coimbra*. In *La Peninsula Ibérica al filo del año 1000. Separata do Congreso Internacional Almanzor y su época* (pp.123-146). Córdoba: Fundación Prasa.

Catarino, H. (2005). Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra, In Barroca. M. e Fernandes, I. (coord.) *Muçulmanos e Cristãos entre Tejo e Douro (séc. VIII a XIII)* (pp. 195-214). Palmela: Câmara de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

César, J. J. (1949). Oliveira Berardo- O 1º reitor do Liceu de Viseu. *Beira Alta*, 8, 1 e 2, pp. 327-332.

Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

Choay, F. (2011). *As Questões do Património*. Lisboa: Edições 70.

Chastel. A. (1986). La Notion de Patrimoine, In, Nora P. (dir.) *Les Lieux de Memoire, La Nation*, vol. II (pp. 405-450). Paris: Gallimard.

Couceiro, G. (2015). José Relvas e a criação do Museu da Sé de Viseu – Uma carta de 1904 a António Arroyo. *Invenire. Revista de Bens Culturais da Igreja*, 10, pp. 68-73.

Correia, A. (1990). Museu Etnológico de Viseu. *Beira Alta*, vol. 49, 3 e 4, pp. 421-469.

Correia, A. (2000). Museu de Grão Vasco. Uma existência múltipla. *Revista Monumentos*, 13, pp. 63-69.

Costa, A. (1929- 1949). *Dicionário corográfico de Portugal Continental e Insular: hidrográfico, histórico, orográfico, biográfico, arqueológico, heráldico, etimológico* (12 vol.). Porto: Livraria Civilização.

Costa, F. (1868). *Noções sobre o Estado Prehistorico da Terra e do Homem: seguidas da Descrição de alguns Dolmens ou Antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia

Costa, A. C. (1868). *Corografia portuguesa e descripçam topográfica*. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea.

Couto, A. P. (1991). *Fontelo- Subsídios para a sua história*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu

Cruz, A. J. (1981, 9 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 3-8.

Cruz, A. J. (1981a). Os ‘Cadernos De Notas Arqueológicas’ do Dr. José Coelho e a sua Colecção Arqueológica. *Beira Alta*, 40, 1, pp. 157- 165.

Cruz, A. J. (1981, 9 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 3-8.

Cruz, A. J. (1981, 16 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 8.

Cruz, A. J. (1981, 23 de julho). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.

Cruz, A. J. (1981, 29 de setembro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 7, 8.

- Cruz, A. J. (1981, 29 de outubro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 7- 8.
- Cruz, A. J. (1981, 5 de novembro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 5, 8.
- Cruz, A. J. (1981, 26 de novembro). Três séculos de Historiografia viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.
- Cruz, A. J. (1981, 3 de dezembro). Três Séculos e meio de Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.
- Cruz, A. J. (1983, 22 de dezembro). A historiografia Viseense: Alguns problemas e perspectivas. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 5.
- Cruz, A. J. (1984, 9 de fevereiro). Uma fortificação romana na colina da Sé? Revisão de um problema. *A Voz das Beiras*, pp. 2, 10.
- Cruz, A. J. (1984, 12 de abril). Viseu: O Problema da Origem dos Homens. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 8.
- Cruz, A. J. (1984, 13 de setembro). O castro de Viseu. Algumas dúvidas e alguns problemas. *A Voz das Beiras*, p. 5.
- Cruz, A. J. (1984, 25 de outubro). Os Jornais e a Historiografia Viseense. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 5.
- Cruz, A. J. (1984, 1 de novembro). Os Manuscritos da Historiografia Viseense- Subsídios Para Um Inventário. *A Voz das Beiras*, pp. 7, 10.
- Cruz, A. J. (1984, 22 de novembro). Para uma História de Viseu. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.
- Cruz, A. J. (1984). Cultura e Sociedade: a historiografia viseense, *História*, 63, pp. 84-88.
- Cruz, A. J. (1984, 9 de fevereiro). Uma fortificação romana na colina da Sé? Revisão de um problema. *A Voz das Beiras*, pp. 2, 10.
- Cruz, A. J. (1984, 12 de abril). Viseu: O Problema da Origem dos Homens. *A Voz das Beiras*, pp. 3, 8.
- Cruz, A. J. (1984, 1 de novembro). Os Manuscritos da Historiografia Viseense- Subsídios Para Um Inventário. *A Voz das Beiras*, pp. 7, 10.
- Cruz, A. J. (1984, 22 de novembro). Para uma História de Viseu. *A Voz das Beiras*, pp. 6, 8.

Cruz, A. J. (1985). A Biblioteca Municipal de Viseu e a história da cidade. *Ler História*, 6, pp. 149-151.

Cruz, A. J. (1986, 14 de novembro). O primeiro cronista de Viseu?. *Voz das Beiras*, p. 3.

Cruz, D. (1997). A necrópole do Bronze Final do ‘Paranho’ (Molelos, Tondela, Viseu). *Estudos Pré-históricos*, vol. V, pp. 85-109.

Cruz, D. (2001), *O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais Durante a Pré-história Recente*, Coimbra, 3 vols. Tese de doutoramento apresentada à FLUC. Coimbra: FLUC.

Cunha, M., Fonseca, T. (Org.). (2005). *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Évora: Edições Colibri.

Custódio, J. (1993). Salvaguarda do Património-Antecedentes Históricos- De Alexandre Herculano à Carta de Veneza. *Dar Futuro ao Passado* (pp. 33-71). Lisboa: S.E.C., I.P.P.A.A. [Catálogo da Exposição].

Custódio, J. (1999). Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português. *Arqueologia e História*, 51, pp. 37-59.

Custódio, J. (2011). “Os Amigos dos Monumentos” e o elitismo patrimonial. In Custódio, J. (coord.), 100 anos de *Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 57-62). Lisboa: Igespar.

Di Meo, G. (1996). *Les territoires du quotidien*. Paris: Editions L’Harmattan.

Domingos, M. D. (2006). Biblioteca de bibliotecas: a génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo”. In Vaz, F.A.L., Calixto, J.A. (org.), *Frei Manuel do Cenáculo constructor de Bibliotecas* (pp. 16- 30). Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Encarnação. J. (1991). Da invenção de inscrições romanas pelo humanista André de Resende. *Biblos*, 67, pp. 193-221.

Encarnação. J. (1993-1994). No centenário da publicação das *Religiões da Lusitânia*: nacionalismo em Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 11-12, pp. 35-42.

Encarnação. J. (1996). Para uma historiografia da Antiguidade. In Maciel, M. J. (coord.), *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* (pp. 153-162). Lisboa: Edições Colibri.

Encarnação. J. (2000). ‘Religiões da Lusitânia’ de Leite de Vasconcelos. *Boca do Inferno*, 5, pp. 136-146.

- Eusébio, F. (2002). Descrição da Cidade de Viseu – Suas Antiguidades e Cousas Notáveis que Contém em Si: considerações Históricas. *Máthesis*, 11, pp. 49- 74.
- Eusébio, F., Marques & J. A. (2006). *Alexandre Alves. O Homem. O Investigador*. Viseu: Assembleia Distrital.
- Fabião, C. (1989). Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope, Fazer e Desfazer História*, 2, pp. 9-26.
- Fabião, C. (1999). Um século de arqueologia em Portugal- I. *Al-Madan*, IIª série, 10, pp. 59-69.
- Fabião, C. (2008). José Leite de Vasconcelos (1858 – 1941): um *archeólogo* português. *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 26, pp. 97-126.
- Fabião, C. (2011). *Uma História da Arqueologia Portuguesa*. s/l: CTT.
- Fernandes, A. (1996). Almeida e Silva. O Escritor. *Catálogo Almeida e Silva, Pintor*, Viseu: s.e.
- Fernandes, L. (2008). A Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu (1926-1936). *Viseu.m-Revista do Museu Municipal de Viseu*, 1, 164-179.
- Fernandes, M.; Figueirinhas, L. *et alii* (2000). Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. *Revista Monumentos*, 13, pp. 102-118.
- Ferreira, C. A. (1993). *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*. Lisboa: IPPAR.
- Ferreira, C. A (199/2000). As Ruínas. do Poder Evocativo à Especialização das Ruínas, da Ruína Romântica ao Estigma das Catástrofes e Desastres de Guerra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 415-430.
- Flores, J. M. (1998). ‘Património’. *Do Monumento ao Território, Urbanidade e Património*. Lisboa: IGAPHE, pp. 11-18.
- Fonseca, F. T. (org.). (2005). *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro. Comunicações*. Viseu: CHSC/Palimage.
- Fumaroli, M. (1991). *L’État culturel. Une religion moderne*. Paris: Ed. De Fallois.
- Gouveia, H. (1985). Acerca do Conceito e Evolução dos Museus Regionais Portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, pp. 147-184.
- Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras

Heleno, M. (1965). Programa para a instalação do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos na Cidade Universitária, de que foi relator o Prof. Manuel Heleno. *Ethnos*, Vol. IV, pp. 63-74.

Herculano, A. (1838). Monumentos Patrios. *O Panorama*, Volume II, 70, p.275-276.

Herculano, A. (1839). Mais um brado a favor dos monumentos. *O Panorama*, Vol. II, pp. 50-52.

Herculano, A. (1856). *Cartas* (Tomos I e II). Lisboa: Aillaud e Bertrand.

Hernández, J. B., Tresseras, J.J. (2001). *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Editora Ariel.

Hübner, E. (1869). *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim: Nachdruck de Gruyter.

Hübner, E. (1892). *Corpus Inscriptionum Latinarum. Supplementum*. Berlim: Nachdruck de Gruyter.

Jeudy, H. P. (Direct.). (1990). *Patrimoines en Folie*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l' Homme.

Jokilehto, J. I. (2002). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Jorge, V. O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto – os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: Universidade do Porto.

Jorge, V. O. (2007). *Arqueologia, Património e Cultura*. (2ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.

Lemos, J. (1942). A Obra Científica do Dr. José Coelho. *Separata da Política Nova*.

Lemos, F. S. (1987). As Três Idades da Arqueologia Portuguesa. *Forum*, 2, pp. 5-11.

Lucena e Vale, A. (1950). A Correspondência do Capitão Almeida Moreira. *Beira Alta*, 15, 3 e 4, pp. 545- 546.

Lima, J. (1931). *Terras Portuguesas*. Póvoa do Varzim: s.e.

Lopes, F. (coord.) (1994). *Património Arquitectónico e Arqueológico: Informar para Proteger*. Lisboa: IPPAR.

Lopes, F., Correia, M. B. (2004) *Património arquitectónico e arqueológico- cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Lopes, F. (2012) *Património Arquitetónico e Arqueológico. Noção e Normas de proteção*. s.l.: Caleidoscópio.
- Levi, G. (1992). Sobre a Micro-História In Burke, P. (org.) *A Escrita da História - novas perspectivas* (pp.133-161). São Paulo: Unesp.
- Macedo, J. B. (1993). Unidade de Poder e diversidade de Situação nas áreas regionais em Portugal consequências metodológicas. In *Primeiras Jornadas de História Local e Regional* (pp.11-33). Lisboa: Colibri.
- Macedo, J. B. (1995). Alberto Sampaio no pensamento histórico português: *Actas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio* (pp. 413-441). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Magalhães, F. (2005). *Museus património e Identidade. Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição*. Porto: Profedições.
- Maia, M. H. (2007). *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Maia, M. H. (2011). Vandalismo e abandono dos bens culturais. In Custódio, Jorge (coord.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 201-204). Lisboa: Igespar.
- Mantas, V. (2002). Arqueologia e História antiga: dos monumentos aos homens de ontem e de hoje. In Encarnação, J. (coord.). *As oficinas da História* (pp. 118-123). Lisboa: Edições Colibri.
- Mantas, V. (2003). Indícios de um campo romano na Cava de Viriato?. *Al-Madan*, 2ª série, 12, pp.40-42.
- Martins, A. C. (2003). Património Histórico-cultural: a emergência das (re)formas (do Liberalismo ao Republicanismo). 1ª parte. *Património. Estudos*, 5, p. 33-50.
- Martins, A. C. (2004). Património Histórico-cultural: a emergência das (re)formas (do Liberalismo ao Republicanismo). 2ª parte. *Património. Estudos*, 6, p. 109-125.
- Mascarenhas, J. M., Barata, F. (2008). *Cava de Viriato. História, Paisagem e Património*. Viseu: Sociedade ViseuPolis.
- Matos, O. (2007). Notas Soltas Sobre A ‘Descoberta’ da Arqueologia no Século XIX. *Praxis Archaeologica*, 2, pp. 75-96.
- Mattos, A. (1943). O Museu Provincial de Etnografia da Beira Alta. *Beira Alta*, 2, 3, pp. 217-221.
- Mattoso, J. (2002). *A Escrita da História*. Mem Martins: Círculo dos Leitores.

Mendes, C. (2005). *Macedo de Cavaleiros: Cultura, Património e Turismo (Contributos para um Programa Integrado)*. Vila Real: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Mendes, J. A. (1990). Para uma Nova História Local: Reflexões e Perspectivas. *Beira Alta*, 49, 1-2, pp. 125-134.

Mendes, J. A. (1990). A Arqueologia Industrial: Uma Nova Vertente de Conservação do Património Cultural. *Revista Portuguesa de História*, 26, pp. 112-124.

Mendes, J. A. (2000). História Local e Memórias: do Estado-Nação á época da globalização. *Revista Portuguesa de História*, 34, pp. 349-368.

Mendes, J. A. (2000a). Uma Nova Perspectiva Sobre o Património Cultural: Preservação e requalificação das Instalações Industriais. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, pp. 197-212.

Morais, A. C. (1937). *Viseu e o seu Programa de Urbanização* (Policopiado). Porto.

Moreira, C. (2006). O Entendimento do Património no contexto local. *Oppidum*, pp. 127-140.

Moreira, I. M. (1989). *Museus e monumentos em Portugal (1772-1794)*. Lisboa: Universidade Aberta.

Moreira, N. (2012). *A Revista de História (1912-1928): Uma Proposta de Análise Histórico-Historiográfica*. Tese de Doutoramento. Porto: FLUC.

Museu de Grão Vasco. (2011). *José de Almeida e Silva (1864-1945) Coleções do Museu de Grão Vasco. Catálogo*. Viseu: Museu de Grão Vasco e GAMUS

Nabais, A. (1999). A arqueologia e os museus locais/regionais. *O Arqueólogo Português*. 4ª Série, 17, pp. 73-79.

Neto M. J. (1997). *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa

Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP Publicações.

Neto, M.S. (2010) Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais. In Santos, J. M., Catana, A. S. (coord.), *Memória e História Local* (pp. 47- 76). Coimbra: Palimag.

Nunes, G. (1996). A História Regional e Local- Contributos para o Estudo das Identidades Locais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 8, pp. 5- 20.

Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal (1875). Lisboa: Imprensa Nacional.

- Oliveira, A. (1995). Problemática da História Local. *Separata do Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*.
- Oliveira, C. (dir.) (1996). *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Oliveira, J. M. P. (1994). Amorim Girão. O Geógrafo. *Cadernos de Geografia*, 13, pp. 119-148.
- Parreira, R. (2007). A Prática Arqueológica enquanto Gestão Patrimonial. Os últimos 25 anos. *Al-Madan*, IIª série, 15, pp. 98-100.
- Parreira, R. (2010). A conservação e o restauro do património arqueológico imóvel em Portugal, In Custódio, Jorge (coord.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 353- 357). Lisboa: Igespar.
- Pereira, J. (1932). Aldeias das Beiras: V Congresso Regional das Beiras. *Organização, Festas, Sessões*, Teses (p. 48). Lisboa: s.e.
- Perpétuo, J. (2002). *O Museu Grão Vasco (Viseu). Sondagens e escavações arqueológicas de avaliação e acompanhamento. Relatório final* (Policopiado), Viseu.
- Peixoto, P. (2002). Os meio rurais e a descoberta do património. *Oficina do CES*, 175, pp. 1- 18.
- Pinho, A. (2009). *Conceitos e políticas de reabilitação urbana : análise da experiência dos gabinetes locais*. Tese de Doutoramento, Lisboa : F.A.
- Pipa, A., Sobral, P. (1988). Escavações Arqueológicas de José Coelho (1912-1917). *Livro do I Colóquio Arqueológico de Viseu* (pp. 10- 15). Viseu: s/e.
- Prats, L. (1997). *Antropologia e Património*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Ramos, M. J. (coord.). (2003). *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*. Lisboa: Edições Colibri.
- Ramos, P. O. (1993). Breve História do Museu em Portugal. In Trindade, M. B. R. (org.), *Iniciação à Museologia* (pp. 21-62). Lisboa: Universidade Aberta.
- Ramos, P. O. (2001). Memória, Património e Vandalismo. *Discursos, Língua, Cultura e Sociedade*, III, pp. 185-197.
- Ramos, P. O. (2001). *A Princesinha Branca E Esbelta E O Dragão Negro e Rotundo. Um Estudo De História Do Património De Lisboa. 1888-Anos 50*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais. Ramo História, Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, P. O. (2005). O Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, 6, pp. 87-97.

Ramos, P. O. (1990). Arqueologia Industrial. *Dirigir*, 14, pp. 24-27.

Raposo, L. (1993, 23 de dezembro). O centenário do Museu Nacional de Arqueologia. *Diário de Notícias*, pp. 8.

Raposo, L. (2011). 1926 a 1936: a instalação da “ordem nova” e a arqueologia portuguesa, In Custódio, J. (coord.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 201- 204). Lisboa: Igespar.

Raposo, L. (2011). As origens da arqueologia científica portuguesa no século XIX, In Custódio, J. (coord.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 47-56). Lisboa: IGESPAR

Raposo, L. (2011a). Classificação dos Monumentos nacionais. In Custódio, J. (coord.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 66- 67). Lisboa: Igespar.

Raezyuski, A. (1846). *Les Arts en Portugal: lettres adressées a la société artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents*. Paris : Jules Renouard

Ribeiro, R. W. (2007). *Paisagem cultural e património*. Rio de Janeiro: Iphan Copedoc.

Ricardo, I. M. G. (2012). *Arqueologia preventiva: modelos e perspectivas ao serviço da memória cultural*. (Dissertação de mestrado). Universidade Católica Portuguesa.

Riegl, A. (1984). *Le culte moderne des monuments: son essence et sa genese*. Paris: Éditions du Seuil.

Roders, A. P. (2007). *Lifespan rehabilitation of built heritage*. Book 1. Eindhoven: Technische Universiteit Eindhoven.

Rodrigues, D. (1996). *O fascínio pela Pintura Antiga. Catálogo Almeida e Silva, Pintor*. Viseu: s/e.

Rodrigues, P.S. (2011). O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910), In Custódio, J. (coord.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 19- 30). Lisboa: Igespar.

Rosas, L. (1995). *Monumentos Pátreos – A arquitectura religiosa Medieval – Património e Restauro (1835- 1928)*. Porto: FLUP.

Rosas, L. (2011). “A génese dos monumentos nacionais”, In Custódio, J. (coord.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 41- 56). Lisboa: Igespar.

Santos, A. M. (2001). A protecção dos bens culturais no ordenamento jurídico português. In Albuquerque, R., Albuquerque M. (coord.) *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva*. Coimbra: Coimbra Editora e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Santos, R. A. (1996). *Almeida e Silva: um itinerário sentimental. Catálogo Almeida e Silva, Pintor*. Viseu: s/e.

Saraiva, A. (2010). Viseu, do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, tomo 1, 10, pp. 11-36.

Saraiva, A. (2008). A Sé um templo em transformação. In *Monumentos de Escrita. 400 anos de História da Sé e da Cidade de Viseu (1230- 1639)*(pp. 39-40). Viseu: IMC/MGV.

She Twohig, E. (1981). *The Megalithic Art of Western Europe*. Oxford: Clarendon Press.

Silva, A. (2010). *Museu Grão Vasco: Da Coleção e Programas à Comunicação e Públicos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa.

Silva, A. B. M. (1994). O Minho nas Monografias (sécs. XIX-XX). Notas para uma revisão sistemática dos estudos locais. *Separata da Revista Bracara Augusta*.

Silva, A. C. (1995). A ‘Restauração’ do Templo Romano de Évora. *A Cidade de Évora- Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 2ª Série, 1, pp. 63-71.

Silva, A. C. (2008). O Museu Nacional de Arqueologia e a salvaguarda do património arqueológico. Algumas reflexões tendo como fundo a actuação do museu aquando da descoberta da Gruta do Escoural. *O Arqueólogo Português*, 4ª série, 26, pp. 299-344.

Silva, A. S. S. (1983, 23 de agosto). A utilidade das monografias locais. *Jornal de Notícias*, p. 4.

Silva, A., Marques, T. (1992). Estrutura Oficial da Arqueologia. *Revista Al. Madan*, II Série, 1, pp. 32-35.

Silva, C. T. (1978). Monumentos Pré-Históricos e sua Distribuição. Comunicação policopiada apresentada ao *I Encontro Distrital de Viseu para a Conservação do Património Artístico e Cultural*.

Silva, F. R. (1999). História Local: objectivos, métodos, fontes. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. (II vol. Porto, pp. 383-395). Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Silva, M. A. (1999). História Local e Arquivística. Dos equívocos à partilha diferenciada de um objeto comum. *Separata das Actas do Congresso Maia, História Regional e Local*, Maia: Câmara Municipal da Maia.

Soromenho, M., Silva, N. V. (1993). Salvaguarda do Património: Antecedentes históricos-Da Idade Média ao Século XVIII, In *Dar Futuro ao Passado* (pp. 22- 33). Lisboa: IPPAR.

Tengarrinha, J. (1984). Imprensa, In Serrão, J. (dir.) *Dicionário de História de Portugal* (III). Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 246- 273.

Tengarrinha, J. (1996). Historiografia dos estudos históricos locais em Portugal. In Agirreazkuenaga, J., Arqueijo, M. (coord.), *Perspectivas de Historia Local: Galicia y Portugal* (Series, nº 5, p. 24-48). Bilbao.

Tomé, M. (2002). *Património e Restauro em Portugal*. Porto: FAUP Publicações.

Torgal, L. R. (1987). História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional. *Revista História das Ideias*, 9, pp. 843-867.

Torgal, L. R. Mendes, J.A. & Catroga F. (1996). *História da História em Portugal*. (Sécs XIX-XX) (Vol. I). s.l: Círculo dos Leitores.

UNESCO (2001) *Première proclamation des chefs-d'oeuvre du patrimoine oral et imatériel de l'humanité*. Paris: s.e.

Valente, P. C. (2012). *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Tese de Doutoramento não publicada, Lisboa: Universidade de Lisboa.

Vasconcellos, J., L. (1890). Borges de Figueiredo e a Archeologia Portuguesa. *Separata da Sociedade de Geographia de Lisboa*.

Vaz, J. L. (1979). Três inscrições romanas na Beira Alta. *Beira Alta*, 38, 3, pp.543- 553.

Vaz, J. L. (1982). A Estrada do Bispo Alves Martins. Velha Estrada Romana. *Beira Alta*, 41, 4, pp.781- 792.

Vaz, J. L. (1983). Viseu na Época Romana. *Beira Alta*, 42, 4, pp. 729- 743.

Vaz, J. L. (1993-1994). A *civitas* de Viseu n' O Arqueólogo Português. *Arqueólogo Português*, 4ª Série, 11/12, pp. 73- 88.

Vaz, J. L. (1997). A '*Civitas*' de Viseu. *Espaço e Sociedade*. Tese de Doutoramento, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

Vaz, J. L. (2000). Espaço e tempo na Acrópole de Viseu. *Revista Monumentos*, 13, pp. 45-51.

Vaz, J. L. (2007). Historiografia das muralhas romanas de Viseu. In *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso*

Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad (pp. 715-725). Lugo.

Vaz, J. L. Carvalho P. S. (2009). Viseu- construção de um espaço urbano do castro proto-histórico da Idade do Ferro. In *Viseu-cidade de D. Afonso Henriques* (pp. 33-34). Viseu: Editor Avis.

Vaz, J. L. (2009a). *Lusitanos no Tempo de Viriato*. Lisboa: Ésquilo.

Vaz, J. L. (2010). *Viseu cidade antiga e medieval, guia para o Centro Histórico de Viseu*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, UCP.

Viterbo, F. S. (1896). Arqueologia Industrial Portuguesa: Os moinhos. *O Archeologo Português*, vol. II, 8- 9, pp. 193-204.

Legislação

Decreto Orgânico de 24 de outubro de 1901

Decreto de 30 de dezembro de 1901

Decreto de 27 de setembro de 1906, publicado em 9 de outubro de 1906

Decreto de 10 de janeiro de 1907, publicado em 17 de janeiro de 1907

Decreto de 2 de julho de 1908, publicado em 9 de julho de 1908

Decreto de 27 de agosto de 1908, publicado em 5 de setembro de 1908

Decreto de 16 de junho de 1910, publicado em 23 de junho de 1910

Diário do Governo nº 41 de 22 de novembro de 1910

Decreto-Lei nº 1 de 26 de maio de 1911

Decreto nº 5541 de 9 de maio de 1920

Decreto nº 7038, de 17 de outubro de 1920

Decreto nº 15.216, de 14 de março de 1928

Decreto nº 16.791, de 30 de abril de 1929

Decreto nº 18.123 de 22 de março de 1930

Decreto-Lei nº 20.803, de 21 de Janeiro de 1932

Decreto nº 20.977, de 5 de março de 1932

Decreto nº 20.985 de 7 de março de 1932

Decreto n.º 21117, de 18 de Abril de 1932

Decreto-Lei nº 21875 de 18 de novembro de 1932

Decreto n.º 32. 125 de outubro de 1933

Decreto-Lei nº 24802 de 21 de Dezembro de 1934

Decreto- Lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936

Decreto-Lei nº 28.468, de 15 de fevereiro de 1938

Decreto nº 31.095, de 31 de dezembro de 1940

Decreto-Lei nº 408/71, de 27 de setembro

Decreto-Lei nº 59/80, de 3 de abril

Decreto-Lei nº 204/80, de 28 de Junho

Lei nº 1700, de 18 de dezembro de 1924

Lei nº1941, de abril de 1936

Lei nº 2.032, de 11 de junho de 1949

Lei nº 13/85 de 6 de julho

Webgrafia

Augusto, S. (2012). A Descrição da Cidade de Viseu, Viseupédia, nº 15, http://www.projectopatrimonio.com/viseupedia/documentos/viseupedia_n15.pdf [14 de outubro de 2014]

Carta de Cracóvia, 2000, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [14 de julho de 2016].

Carta de Florença, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadeflorenca.pdf> [1 de outubro de 2014]

Carta de José Coelho para Exmo. Sr. Dr. Georg Leisner http://bibliotecas.patrimoniocultural.gov.pt/Leisner/CAIXA_2/CAPILHA_45/PDFs/AL_2_45_1_1945-05-25.pdf [20 de janeiro de 2017]

Carta de Veneza, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> [16 de outubro de 2016]

Carta Europeia do Património Arquitetónico, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> [16 de outubro de 1910]

Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1992_convencao_europeia_para_a_protecao_do_patrimonio_arqueologico-conselho_da_europa.pdf [16 de outubro de 2016].

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> [16 de outubro de 2016]

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa,
<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> [16 de outubro de 2016]

Decreto, que S. Magestade, que Deus guarde, Foi servido mandar à Academia em 13. de Agosto de 1721, <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/decreto-regio.pdf> [16 de outubro de 2016]

Dentro do Museu de Grão Vasco, preparando a festa dos 100 anos,
<http://www.dn.pt/artes/interior/dentro-do-museu-de-grao-vasco-preparando-a-festa-dos-100-anos-5079086.html> [1 de abril de 2016]

Documento de Nara sobre a Autenticidade,
<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf>,
[14 de julho de 2014]

Lei da Separação da Igreja e do estado,
<http://www.laicidade.org/documentacao/legislacao-portuguesa/portugal/republica-1910-1926/lei-da-separacao-da-igreja-do-estado> [1 de abril de 2014]

Luís, A. A. C., *Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural*,
<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-luis-alexandre-historia-regional-local.pdf> [14 de julho de 2014]

O portal do arqueólogo,
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=125266>, [31 de março de 2016]

Património Cultural da Nação,
http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/patrimoniomovel/novo/historial_bmci_2011.pdf
f [14 de outubro de 2016]

Recomendação Nº R (91) 13 Sobre a Proteção do Património Arquitectónico do Século XX
<http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=recomendacao-n-r-91-13-sobre-a-proteccao-do-patrimonio-arquitectonico-do-seculo-xx-1991> [14 de julho de 1914].

Sociedade Arqueológica Lusitana,
http://pt.wikipedia.org/wiki/Real_Sociedade_Arqueol%C3%B3gica_Lusitana [14 de julho de 2014]

Sondagem arqueológica à Cava de Viriato procura respostas ao “mistério” da sua construção,
<http://www.cm-viseu.pt/index.php/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/78-demo/slides/2581-sondagem-arqueologica-a-cava-de-viriato-procura-respostas-ao-misterio-da-sua-construcao>
[27 de outubro de 2016].

Viseu, centro histórico

<http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=1> [24 de junho de 2015]

ANEXOS

Este anexo faz remissão para alguns documentos que serviram de base para a elaboração da tese intitulada “A investigação historiográfica e do património histórico-arqueológico na região de Viseu (séculos XVII-XX)”. Consta de um *corpus* de documentos, manuscritos e impressos, a grande maioria inéditos, selecionados de acordo com a sua importância e com as poucas condições de acessibilidade. De acordo com estes critérios, a grande maioria de documentos refere-se aos Cadernos de Notas Arqueológicas do Dr. José Coelho, uma centena e meia de pequenos blocos manuscritos, pouco acessíveis ao público, já que se encontram em preparação para integrarem o acervo da Casa com o nome do arqueólogo, um núcleo museológico do qual faz parte a sua coleção. Dos Cadernos, ainda inéditos, foram escolhidos todos os trechos que constam do nosso estudo.

Os manuscritos de Berardo não foram reproduzidos integralmente, pois contêm um grande número de folhas; só foi feita a cópia de alguns extratos dos textos.

Todos os documentos foram digitalizados a partir dos originais e ilustram a produção coeva dos seus autores. Foram ordenados cronologicamente e visam, também, fundamentar as hipóteses e as teses defendidas neste trabalho.

ANEXO I

Berardo, J. O. (1837)

Noticia Historica dos Bispos de Vizeu seguida de breve Catalogo Chronologico

Noticia Historica

dos

Bispos de Vixeu

Seguidas de humas

Catalogo Chronologico

de

Vixeu

1837

mm

Nova Historia dos Bispos de Vizeu

Introdução



A Cidade de Vizeu se ha conhecido na sua antiquidade pelas
documentos christãos, por que os authores Gregos, e Romanos tra-
tão pouco da parte occidental da Hespanha. Este silencio pe-
casso de alguns modernos a appellidarem com diferentes nomes de
veneranda secta concludentes em que domo provea da sua conveni-
encia. He certo porém que o seu nome, e Dignidade Episcopal se
acham mencionados na divisão dos Bispados de tempo dos Sinaes (1) He
sendo humas das Sides anteriores àquelle epocha. (2) que Flora

Não conta ainda meure da sua existencia, nem que esta Cidade se
a populata no tempo do Viriato, e só os muros chamados = Cava de
Viriato = hoje quasi arruinados, com a tradição confusa de tantos se-
culos attestaão que junto a estes sitios se passarão algumas scenas
gloriosas da guerra com os Romanos.

As inscripções das lapidas que se diz terem se achado junto a Vi-
zeu, e todas as mais fontes historicas exploradas com tanta fideia
pelas vespes Chronistas são hoje banidos por humas critica severa
e razoavel. Entretanto julga-se com algum fundamento que no
tempo em que o Proconsul Decio Bruto viu a Hespanha os
Romanos fundorão humas fortaleza no sitio acude hoje vimos a Ca-
thedral com duas torres em que se dividorão as Aguas Romanas
e os nomes dos seus construidores. Hoje pelas vicissitudes de tempo, e
agor se hume apropriado não existem ya estes signaes emmarais da
antiquidade. A fama da Cidade de Vizeu principia a conta-
rar-se desde o 6.º seculo, tempo em que os seus Sinaes abraçorão o

ANEXO II

Berardo, J. O. (1838)

*Noticias de Vizeu acompanhando o Registro das Freguezias que presentemente
organizam o Concelho*

Foi auctor d'este livro
o Conego Joze d'Oliveira
Bernardo.

Clb. Aragao.

Que grande descoberta!

Facalme d'olheira

Como ha gente que só gosta de ler letra redonda ou
de tipo, mas, em regra, todos os que compram o livro
vão ver a 1.^a folha para saber o nome do auctor, embora
ele esteja indicado na 3.^a folha, tive por bem escrevê-
lo também na 1.^a que estava em branco.
Não tive nem tivei privilegio de descoberta, porque
o meu acto não representa tal pretensão, mas se o
título de chamar a attenção para o livro, seja qual
for, deve ser mto guardado pelas visceras.

O privilegio de invenção de emenda - he os
que attribuem os 14 quadros da vida de Christo que se
presentam a vida de Christo a pratorias de
George Affonso? negando a Vasco Fernandes.

Essa é que não é uma grande descoberta
e merece privilegio.

Clb. Aragao.

Noticias de Vizeu +
acompanhadas.
Registo das Freguezias
que presentemente
Organizao

Concelho



Notícias de Vícios

Primeira Parte

§ 1.º

Das primeiras notícias da Cidade de Vícios

As primeiras notícias que temos da Cidade de Vícios na antiguidade encontram-se nos documentos eclesiásticos; porque os Authores Gregos e Latinos falkrão mui pouco da parte Ocidental das Hespanhas, que naquelles tempos era a ultima, e mais remota do mundo conhecido. A falta de documentos civis nos historiadores, e Geographos antigos induzio a imaginação de alguns modernos a applicar a esta Cidade variedade de nomes, por não conhecer o verdadeiro, nomeando-a: Lancia, Venerium, Vauca, e Pico Aquario. Aquelles que offerecem estes nomes não fundam mentes as provas do seu dito no testemunho sem contestado dos antigos; porque Lancia, ainda que se encontra em Ptolomeo, occupa mui differente situação, que este Authór collocou entre Salamanca, e rio Douro: pelo contrario Vícios he situado ao sul de Salamanca a menor distancia que de Coimbra entre os rios Vouga, e Alagôvo. Venerium, segundo o mesmo Authór, parece aproximar-se mais da situação de Vícios; porém como hoje pelo voto dos eruditos não ha firmeza nas gradacoes geograficas, que apresentava este Egypto, e antes se mostra mal informado dos novos povos, segão os motivos para eliminar-mos hum tal opinião. (1)

Nome de Vauca que alguns lhe quizer dar fundando-se em tradições mal concebidas, e na proximidade do rio Vouga, que Ptolomeo nomeou Vaquum, e habitão Vauca, heem alguma especialidade; porém não dá de ser hum applicação gratuita, se repararmos que os Geographos dão este nome ao rio, e nenhum menciona povoação assim chamada por estes sitios. (2)

(1) P. Flor.
Tom. 14.

(2) Quenda
Tom. 1.º

restando com elle o Infante D. Duarte, partirão para as
suas terras, desbandando-se reciprocamente humo ao outro, cada
qual na que lhe tocava, como fez em Coimbra o Infante D.
Pedro, e o Infante D. Henrique em Vizeu, e este ainda fez
mais, que ajuntou humas nobres Frotas de cavallo, que
durarão desde a véspera de Natal ate dia de Reis, para as
quas convideou seu irmão o Conde de Barcellos, e todos as
juacas principais daquela Comarca, e frotas illas de sorte,
que ate convocara o Infante D. Duarte, com o qual depois
de acedidos, voltarão todos para Santarem, meno o Conde
D. Affonso, que foi para o seu Condado.

[L. S. Silva - Memorias de El-Rey D. João 1.º Tom. 3.º Liv. 3.º Cap. 223]

Restos de antigos monumentos em Vizeu.

As provincias, que os Romanos em sobre frotas fellerão, ainda
hoje não offerecem reliquias da sua dominacão: aqueductos, tem-
plos, castella, sepulchros &c. attesta o poderio de se povo conquistados.
Fragmentos curtos ainda restão no Portugal, escapados á barbaeria
dos vacillantes dominadores da Lusitania, e á crassa ignorancia
dos naturaes. A generosa curiosidade de alguns sabios Portugueses
antiquarios suspendera algumas vezes o martello do genio Wandalico
da destrucção; mas apesar de tão nobres deuses, os golpes têm con-
tinuado, e a alevancia vai abalando as moles que aquelle não
podera apertar. De muitos antigos monumentos se hoje
conservamos lembrança pelo inscripto de Andre de Resende, por
por Estago, &c. e a estes nobres Aduinaes devemos recorrer

na interpretação de alguns letrados que se nos offerecerem.

No anno de 1518 dois rústicos cavando terra em huma quinta situada debaixo da Igreja do Carmo de Évora, bem defronte e perto da antiga Capella de S. Amaro, (hoje profanada) encontrárao hum mausoleo de que usamos a seguir.

O Sarcophago de comprimento de 7 palmos portuguezes, e 4 de altura era mais largo do lado da cabeça, como observamos em quasi todos os mausoleos. A pedra inteiriça de huma especie de cal carbonadaa felleza desenvolviva, pelo attrito de hum corpo duro, o cheiro do gaz hydrogenio sulfureado. Ta subta de semelhança naturera foi encontrada na Cidade d'Evora, como testemunha. Diogo Mendes de Vasconcellos; (1) o que nos far persuadir que os Romanos estimavao esta qualidade de pedra para depositarem os seus despojos mortaes. Das pedras do granito common do país cobriaõ o sarcophago, e a do meio tinha esculpido em caracteres Romanos o seguinte epitaphio:

(1) Vid. Livro 5.^o do Municipio Eborense, na Collecção das antiguidades de Evora feita por D. J. J. Farinha.

MAELO BO
VTI. F. TAP.
ANNO. LX. H.
S. E. S. T. T. LEVIS
FILI. F. C.

Confiados na lição dos antiquarios ousamos interpreta-lo desta maneira: » Maelo, Bouli filius, Tapsus annorum sexaginta » » hic situs est. Sic tibi terra levis. Filius faciendum curavit. » Maelo Tapsio filho de Boucio, tendo sessenta annos aqui foi sepultado. A terra te seja leve. O filho lhe mandou fazer (esta sepultura).

Não nos enganamos que os nomes proprios aqui designados se-
jão exactamente os verdadeiros, em razão dos breves; porem os diccio-
narios que consultamos nos fizerão inclinar a este parecer. Do-
recto, para corroborarmos esta leitura, convidamos os curiosos

a estudarem as obras do novo Andre de Resende; e se nem sempre he lido jurar nas palavras do mestre, muitas vezes não nos devemos emvergonhar das lições dos homens de reputação e saber.

(2) Tudo nos endur a ver que este sepulcro he do tempo dos Romanos. Os caracteres das letras, a forma e materia do Sarcophago semelhante a outras ja contestadas, confirmão a nossa opinião; e se o DMS, (Dis manibus sacrum), que quasi sempre precedia os epitaphios Romanos, não se encontra neles, semo exemplo de faltar em outros referidos pelo citado Resende.

He obvia a impossibilidade de se fixar o anno em que foi na lançado este monumento, seja nos temporalmente permitido elevá-lo á epoca do dominio Romano na Lusitania. Sendo collocado ao fundo de hum terreno taseiro, as agoas rolando arbas pelo decurso do tempo occultarão aos indigenas o seu jazigo, aheque o acaso o pantelestra como diuinos.

Quem isto escreve presenciou o furor brutal dos rusticos despedaçando as pedras, semque se podene entender qual o interesse de tão barbaro procedimento, a não ser batur o impulso do sangue do Paes e Lucron, de quem somos descendentes. São nos de vemos admirar da rusticidade, quando os homens chamados de letras, que certos prodizão obstar ao furor, tratãrão com indiferença este objecto: bem se confirma que a sua capacidade intellectual pouco ou nada differia daqueloutros; porque não subtraíam nem cuidãrão de interpretar o ditio de lapide.

Pouca honra lhes cabe por certo; mas consolom-se os Portuguezes ao menos pondo-se ao par deitas nações, que se orgulhãrão illustradas, e cuja civilisação tanto se nos tem gado. He na mesma Franca, e no meado do seculo 18º, que o illustre Barthélemy, author do Anacharsis, escrevia estas notavias fates: « A barbaia ain- » « da reina por este climat. Quantidade de inscripções prodigiosas » « forão despedaçadas em Normes, e as estatuas mutiladas: a casa »

(2) Vid. D. de Resende, De antiquitatibus Lusitanis. Idem De antiquitatibus Ebora. etc.

ANEXO III

Cartas de Almeida e Silva (A.M.G.V.)

Ex.^{ma} Rod.^o J.^o
Presidente do Cabido da Sé Vizeense

Tendo noticia de que nos proximos dias das
festejas a ~~St.~~ Antonio vao ser fetejados
no claustro superior de Cathedral vizeense,
na forma dos annos transectos, os seus qua-
dros, paramentos e alfarras de culto, venho
pedir a V. Ex.^a e ao illustre Cabido a
que preside, para que facam cessar o
modo de exposiçao que até'qui se tem
usado, porque:

— quanto ao modo de pregar com alfarras
os paramentos nas paredes, não pode
elle continuar, por ser tendente a ruina
completa e breve dessas preciosidades.
— Quanto a exhibiçao dos quadros da Vida
de Jesus nestas exposições, também não
pode continuar, porque a sua remoçao,
por mais cuidadosa que seja, sempre
os prejudica.

— Relativamente aos objectos de ourive-
raria religiosa, moedas, imagens, livros
de cantochão, etc, não podem nem deves
estar mais a mercê de primeira mão

que lhes toque, apesar de toda a vigilância, como se tem visto em annos anteriores.

Sobre estas razões accresce a de estarem estas preciosidades expostas durante alguns dias e noites às intempéries e ao fô, que sobre modo as prejudicam. Respeitosamente expouho a V. Ex.ª e ao illustre Cabido a que preside, que a minha opinião é que não mais se façam exposições na forma por que se tem feito; e que a bem da conservacão dos ses preciosos objectos d'arte antiga, elles não sejam assim mais expostos ao publico, aguardando que mais tarde o possam ser - e até permanentemente - resguardados em vitrines, como se vê em Coimbra, na Le.ª, em Sta. Cruz e em Sta. Clara. Nesta forma de se exhibir vai mesmo a sua conservacão; e assim, cumpre a V. Ex.ª promover para que dos rendimentos do Cabido

do, por mais reunidos que elles sejam,
saia quanto antes a verba precisa pa-
ra a acquisição de armarios envidraça-
dos, onde elles fiquem guardados.
Os rendimentos do Cabido da Sé Vizenze
têm augmentado ultimamente com o mais
perfeito pagamento dos seus foros cuja
cotação V. Ex.^a e o illustre Cabido tam-
bem augmentaram. Portanto, deise acresc-
mo de receita, com quanto resumida, deve-
ir algumas parcelas a mais do que a
usual, para a conservação dos objectos de
valor artistico da Sé e - desampre-me V.
Ex.^a a dizer aqui - para que o Senhor
de Marfim, essa esplendida obra-prima
da Renaissance italiana, deise de estar ver-
gonhosamente num pobre caixote com
umas velhas e desbotadas cortinas de velha
filha d'algodão, e passe a ter o envol-
torio de que é digna, porque assim, cons-
titue um espectáculo aviltante para foras-
terros que nos visitem.

V. Ex.^a é perdoe-me o dizer-lhe isto; mas
o que se vê pelas restituições cathedraes
e mais templos antigos do nosso paiz,
demonstra que o Cabido Viçense tem
muito a fazer para a conservação da sua
sê e dos objectos d'arte que ella contém.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Viçeu, 7 de Junho de 1903

Jose' de Almeida e Silva
(Vogel correspondente do
Conselho superior dos
Monumentos Nacionais)

Ex^{ma} e Rev^{ma} Sr.

O officio de V. Ex^a é hontem recebido, obrigando-me a uma resposta, para affirmar novamente a V. Ex^a que o Cabido da Sé a que preside, muito tem a fazer ainda para a conservação desse templo e objectos d'arte que possui, para o que deve distribuir maior verba dos seus rendimentos, uma vez que elles tem augmentado ultimamente com o mais perfeito pagamento dos seus fôrças a que deram maior cotação.

Não quero com isto dizer que o Cabido seja descuidado nos seus deveres, antes pelo contrario; mas actualmente, pode e deve fazer mais. O Senhor de marfim, não pode assim continuar como está, e não deve ser collocado num oratorio qualquer, riscado por um ignorante e executado por outro, como tem succedido a diversas pequenas obras realisadas até na Sé nos ultimos tempos, nas quaes predominava a pedrreira, o mau gosto e a vaidade de quem as denjiava, que não quizem submeter as autoridades no assumpto.

Podia fazer algumas citações. Faltas-hei se

se V. Ex. é assim o deseja.

Quanto aos paramentos e alfaias do culto, devem
passar para armarios envidracados, embora sim-
ples, porque é este o uso hoje seguido
por toda a parte onde existe veneração pela
Arte.

Eu nunca neguei o meu concurso a benefício
da Arte em das coisas úteis da minha
terra; e assim, pode V. Ex. contar com
os meus desinteressados e limitados serviços,
todas as vezes que d'elles precise, ao re-
querer quaesquer progressos materiaes na nossa
Cathedral.

Por ultimo, termino, affirmando a V. Ex.
que não se prestando o meu espirito a bor-
raminhas injustas ou insinuações escabrosas,
e muito menos a vestir carapéis que me
não condizem, fui assim investido sem o pedir
no cargo que occupo de vogal correspondente
do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais,
e que, nesta qualidade, propugnarei sempre e
a rigor em prol do que a minha orien-
tação artistica me apontar como justo, embora

isso me traga quaisquer dissabores ou prejuí-
dos.

Sou vizienze; e assim, como de dentro, vejo
mais do que visitantes illustres que ^{não} podem
examinar a fundo, em breves horas que nesta
terra passam, tendo ainda a coarctar-lhes
a frangera d'opinião, o seu obrigado de
vêr d'hospedes.

V. Ex.^a é bem comprehende isto.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Vieira, 10 de Junho de 1903

Ex.^{ma} e Rev.^{ma} Sr.^{re} Dr. Antonio
Margar de Figueiredo, dignissimo presi-
dente do Cabido de S.^a Vizenze.

José de Almeida e Silva

(Vogel correspondente do Conselho
Superior dos Monumentos Nacionais)

ANEXO IV

Relatório sobre as Obras de Conservação da Cava de Viriato (1903)

RELATORIO

Sobre as obras de conservação

DA

CABA DE VIRIATHO



Organisado a pedido do
**Sr. Presidente da Camara Municipal
de Vizeu**

Por

*Maximiano de Aragão
Hippolyto Maia
José de Almeida e Silva*
(Secretario relator)

Vizeu — 1903

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Convidados honrosamente por V. Ex.^a para procedermos a um exame do estado em que actualmente se encontra a Cava de Viriatho, e darmos o nosso parecer sobre os meios a adoptar para pôr immediato côbro ao avançamento da sua devastação, e prevenir a sua futura conservação, apresentamos a V. Ex.^a, no mais honrado e justo desempenho deste encargo, o relatorio do nosso exame e as medidas de conservação d'aquelle monumento, que mais racionais e necessarias nos parecem.

Antes, porem, de entrarmos propriamente no nosso relatorio, permitta-nos V. Ex.^a que nós outros, em nome do «Conselho Superior dos Monumentos Nacionais» de que sômos humildes representantes, nos congratulemos com V. Ex.^a, por esta patriotica resolução tomada pela illustrada vereação a que preside, de velar pela conservação da Cava de Viriatho, esse monumento venerando pelas tradições historicas e lendarias que lhe estão ligadas, e importantissimo perante a archeologia, por ser o unico no seu genero existente em terras de Portugal.

E' a Cava de Viriatho um campo intrincheirado de muros de terra, com a forma de um polygono octogonal quasi regular, do qual escolhemos o lanço arborisado que facela com a cathedral vizliense, para d'ahi começarmos, na direcção N., o nosso exame.

O 1.^o lanço, que é cortado a S. e antes do seu vertice pôr um caminho recentemente aberto, mede de comprimento to-

tal 316 passos de o.^m80, ou 252.^m80. O seu estado de conservação mantém-se regular, se bem que com o primitivo aspecto já perdido, em consequência das recentes obras de aforoseamento ali praticadas.

Encontram-se nelle apenas frequentes *passadeiras* feitas pelo povo, as quaes tem escalavrado o plano das faces por onde passam.

O 2.º lanço, que ligado ao 1.º intesta na antiga abertura da Cava junto á quinta da Machada, tem de comprimento 296 passos ou 236.^m80. Nelle apenas ha a notar a repetição das *passadeiras*, e os abusivos e extensos córtes, ainda recentes, praticados na sua face interior e tópo N., com provavel mudança dos marcos camariarios, feita talvez pelo proprietario da quinta confinante, e bem assim dois muros desta mesma quinta construidos sobre este lanço da Cava, os quaes interrompem e opprimem a independência da sua base.

O 3.º lanço, que mede de comprimento, a partir da abertura da Cava até ao seu vertice 332 passos ou 265.^m60, encontra-se no principio bastante escalavrado sobre a quinta da Machada, estando ali a sua face exterior quasi a prumo. Segue depois n'um regular estado de conservação e aspecto primitivo, cercado apenas a meio e em frente da extincta fabrica de vidros, por umas excavações, donde se tem extrahido saibro em grande quantidade.

Por esses sitios e no caminho interior que corre paralelo a este lanço da Cava, praticaram-se recentemente umas excavações em forma de valla, cuja terra parece ter sido levada para dentro da quinta confinante. No extremo deste lanço, ha por dentro e por fora umas excavações antigas, cobertas de matto.

O 4.º lanço, a meio do qual fica outra abertura da Cava, mede de comprimento 297 passos ou 237.^m60. Mantem-se bem conservado, excluindo umas faltas de terra logo no seu começo, e o córte a prumo sobre o caminho interior, que já é antigo. Num dos topos deste lanço que dão para a abertura ali existente, encontra-se um muro que sobre elle *vae termin*nar, pertencente á quinta da Machada, o qual lhe cerceda uma

parte da base; e no tópo fronteiro, ha uns abusivos córtes recentes, feitos exteriormente na base, para augmento do campo de milho de que está cultivado o fôssco respectivo.

O 5.º lanço, que mede de comprimento 323 passos ou 258.^m40, é de todos os oito lanços da Cava o que, conjuntamente com o seu fôssco, se encontra ainda hoje no melhor estado de conservação, podendo affirmar-se que o seu actual aspecto é o primitivo. Apenas tem no começo uma antiga *passadeira*, já coberta de matto, e da qual o povo não se serve actualmente.

O 6.º lanço, que mede de comprimento 281 passos ou 224.^m80, mantém-se sómente alteroso na extensão que vae do seu começo até ao caminho de S. Thiago, que n'elle entra para dentro da Cava. Nesta parte, foi recentemente cercado na sua base exterior até ao tópo da abertura, não só por um poço, como pelo córte da face, sobre cujo terreno se estende um campo de milho, que é cultivado no seu fôssco.

A margem exterior do fôssco secco que reveste parte d'este lanço e todo o anterior, e na qual corre um caminho publico, encontra-se escalavrada por profundas explorações de saibro, que prejudicam e destroem o seu aspecto primitivo, que, como dissemos, é grandioso e, no dizer d'um distincto archeologo, «ainda hoje um fôssco modelo não sómente em fortificação passageira».

Estas excavações estão praticadas no extremo d'este lanço de fôssco, que fica fronteiro a S. Thiago.

A parte d'este 6.º lanço que corre ja de N. a S. fronteira ao cabeço da Esculca, pouco se salienta hoje sobre os terrenos confinantes, ameaçando uma proxima e completa destruição se não lhe acudirém quanto antes, restabelecendo não só os terrenos usurpados, como demarcando-os cuidadosamente. Nesta face, as abusivas appropriações de terrenos, quer interior quer exteriormente, assumem as proporções d'um verdadeiro latrocinio. Todos os annos, os proprietarios confinantes avançam os seus sachs sobre aquelles venerandos restos. Ainda assim, com muito trabalho pudémos encontrar ali vestígios da demarcação municipal de 1818, e fragmentos pri-

mais depressa possível, para se evitar a repetição de *passadeiras*.

Orlar as margens do passeio que fica a meio da face exterior d'este lanço, com renques de verdangorio, não só para embellezar, como para amparar esta passagem.

Lanço n.º 2 — a) Tapar todas as *passadeiras* que existem nas duas faces. Construir junto á base da face interior d'este lanço, um pequeno muro de amparo e defesa, a começar no muro que vem da quinta do *Cinco reis*, até ao da quinta de Coelho Fortes. Em ultimo caso, e a não se poder construir este muro, abrir neste lugar uma valla com a profundidade sufficiente, para evitar a repetição de *passadeiras*.

b) Restabelecer esta face interior no seu primitivo alinhamento, a partir de S. para N., derrubando quaesquer muros, porteiras e arvores, que estejam construídos ou plantadas no chão pertencente a este lanço da Cava. Em seguida, restabelecer esta face na sua base, aterrando-a com a terra que d'ella foi tirada abusivamente, para allear a carreira adjacente da quinta confinante, e arrazar uma excavação semi-circular que nella tambem abusivamente foi praticada, para se construir um caramanchão particular, que ainda ha pouco ali existia.

c) Rocar um pouco a vegetação das duas faces d'este lanço, e promover a nos aterros que se fizeram e nas restantes partes onde fór precisa.

d) No extremo N. d'este lanço e junto a uma das entradas da Cava, fazer recuar para o alinhamento da primitiva base, depois d'ella restabelecida, o marco ou marcos que all existem em lugares que não são os primitivos, fazendo desenterrar nesta occasião um marco que está ao meio da face interior d'este lanço, para, pela sua posição, se restabelecer o alinhamento primitivo d'esta face. Em seguida, fazer recuar para fóra do terreno restabelecido, um muro com porteira de ferro e uma frontaria de casa, que junto d'aquelle tópo ou extremo de lanço existem.

e) Regularisar com aterros este tópo, amparando-o na base com um muro de pedra, e restabelecer a sua rampa de passagem, orlando-a com renques de verdangorio.

Lanço n.º 3 — a) Restabelecer o alinhamento primitivo da sua base pela face interior e exterior, expropriando, para alinhar, a necessaria porção de terreno da quinta da Machada, e revestir neste alinhamento com aterros toda aquella porção d'este lanço que sobre esta quinta está quasi a prumo. A base d'este aterro, será constituída por um muro de pedra de 1,50 de altura, que venha em recta da margem interior do fôssô de aquatão da Cava, até ao tópo da entrada d'este lanço, que deve ficar restabelecido como o tópo fronteiro do lanço n.º 1.

b) Cortar quaesquer muros que da quinta da Machada venham topar na Cava, e desfazer quaesquer poços ou comoros de terra lançados sobre ella, tornando assim as suas faces confinantes com aquella quinta, bem independentes.

c) Expropriar o fôssô aquatão, para que elle fique fazendo parte integrante da Cava.

d) Aterrar as excavações de exploração de saibro existentes na face interior d'este lanço, e arrazar as vallas de terra ha pouco abertas no caminho interior que lhe corre paralelo. Aterrar as excavações antigas que ha no extremo N. d'este lanço.

Lanço n.º 4 — a) Revestir com muros de pedra os tópos de uma entrada da Cava que fica a meio d'este lanço, e praticar nelles umas descidas em rampa suave.

b) Aterrar umas pequenas excavações que neste lanço foram praticadas.

c) Restabelecer a integridade da Cava nos dols tópos d'este lanço: do lado da cidade, em um muro que sobre elle assenta, pertencente á quinta da Machada; e do lado de S. Thiago, num consideravel cercamento recente de terreno, que d'um campo de milho confinante sobre este tópo teem feito.

Lanço n.º 5 — a) Aterrar uma antiga excavação e *passadeira* que existe no seu começo.

b) Aterrar no extremo N. da margem exterior do respectivo fôssô, por onde passa um caminho publico, umas grandes excavações ali existentes.

Lanço n.º 6 — a) Readquirir o terreno que d'um campo de milho recentemente lhe teem cercado, e entulhar um poço que no principio da sua base exterior ha pouco foi aberto.

b) Revestir os tôpos d'uma das aberturas da Cava que neste lanço existe, por forma igual á indicada nos tôpos que dão para as aberturas anteriormente citadas.

c) Fazer recuar um silvado e muro de quinta que se anda construindo dentro da Cava, não só sobre o caminho publico interior que segue desde esta abertura, como já no proprio chão da Cava, restabelecendo este caminho interior que corre ao longo do lanço n.º 7 de S. para N., desde umas pedras altas semelhantes a alpondras que ali existem a um lado, servindo de passagem em occasião de invernias.

d) Restabelecer o alinhamento primitivo d'este lanço seguindo os vestígios e marcos ali encontrados pelo signatario d'este relatório José de Almeida e Silva, que, na occasião propria, não só os poderá indicar, como prestará outras informações de valor, referentes a diversos pontos da Cava.

Lanço n. 7.º — a) Restabelecer o alinhamento primitivo d'este lanço, por indicações do mesmo Almeida e Silva.

b) Reabrir a sahida do caminho publico que vae sobre este lanço e parte do anterior, desde a abertura da Cava ali existente até ao caminho de S. Thiago, junto ao pontão.

c) Intimar para isto todos aquelles que recente e arbitrariamente se apossaram de parte d'este lanço e o taparam, vedando a sua sahida para o caminho de S. Thiago, a pôrem livre e desempeido este lanço da Cava e sua sahida.

d) Empregar neste acto toda a energia, porque, no caso contrario, desaparecerão dentro em breve por completo estes dois lanços da Cava, actualmente diminuidos.

e) Comquanto se estenda no extremo S. d'este lanço um trecho do caminho de S. Thiago, é necessario fazer-se ali mesmo a sua completa demarcação, nas bases que vão em talde sobranceiro á quinta do Coval, e em terreno de nivel equal nas quintas do chão interior.

f) Como o vertice do angulo d'este lanço e do seguinte fica já dentro da quinta do Coval, torna-se conveniente solicitar a sua demarcação particular ao respectivo proprietario, *sem perda de direitos e posse de terrenos*, isto, a não poder a

Camara Municipal expropriar esse bocado de terra em que assentaram já os muros da Cava.

Lanço n.º 8 — a) Na parte d'este lanço em que vae o caminho de S. Thiago, desde o vertice do seu angulo com o lanço n.º 7 até á abertura do Coval, bastará uma demarcação como a indicada no lanço anterior.

b) Quanto á porção d'este lanço que corre dentro da quinta particular e murada, propomos a sua expropriação e bem assim a da parte do lanço n.º 1, que existe dentro da quinta contigua.

c) No caso de impossibilidade d'esta expropriação, deverá a Camara solicitar uma demarcação particular aos respectivos proprietarios, na forma da alinea f), relativa ao lanço n.º 7.

Alem d'estas medidas de caracter especial, propomos a V. Ex.ª mais as seguintes, de caracter geral.

a) Que se faça immediatamente o restabelecimento de toda a Cava, quer readquirindo os terrenos cercados, quer fazendo as expropriações propostas, no que deverá a Camara empregar todo o esforço.

b) Que logo a seguir se faça a sua demarcação judicial com marcos de pedra profundamente cravados no solo, que tenham acima da sua superficie 1.^m, com a seguinte inscripção gravada em letras romanas de 0.^m 1:—C. M.—1903.—

Se a Camara, por qualquer circumstancia, não poder chegar a um accordo amigavel com os proprietarios, é nossa opiniao que se impõe a immediata demarcação judicial.

c) Que, no acto da collocação d'estes marcos, sejam inutilizados os antigos marcos municipaes, e arrancados quaesquer outros marcos abusivamente collocados pelos possuidores dos predios confinantes, em terreno municipal dos muros da Cava.

d) Que estes marcos fiquem collocados em todos os vertices de angulos dos muros da Cava pelos lados exteriores e interiores, e tambem junto dos topos das suas aberturas.

e) Que se repitam marcos e, igualmente se colloquem ao meio dos lanços n.ºs 6 e 7, actualmente reduzidos, para assegurar o que d'elles ainda resta; isto, a não se poder restabelecer a base primitiva d'estes dois lanços.

f) Que seja tirada em seguida uma exactissima planta da Cava, na qual fique rigorosamente notada a sua nova demarcação, para evitar mais tarde a criminosa mudança de marcos. Que nesta planta fiquem precisamente indicadas as suas cinco actuaes aberturas, os caminhos e todas as propriedades confinantes, casas e poços em volta, com os nomes dos seus actuaes proprietarios.

g) Que d'esta planta se tirem quatro exemplares, sendo um para o archivo municipal, outro para o archivo do Governo Civil, outro para o *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*, e outro para o *Museu do Carmo*, de Lisboa.

h) Que as faces exteriores e interiores dos lanços da Cava sejam orladas por muros de pedra da altura de 1.^m, onde o seu estado de ruina o reclamar.

i) Que, para segurança dos direitos municipaes, se inquiram quaesquer titulos de compra ou aforamento, e duração de posses dos terrenos que confinam interior e exteriormente com a Cava, e se alguns d'elles ainda são foreiros ao municipio, incluindo nesta inquirição os fossos da Cava ainda hoje existentes, seccos ou com agua.

j) Caso se possam fazer as expropriações dos lanços n.ºs 3 e 8, propomos que a parte terraplenada e ajardinada da Cava, constituida pelos lanços n.ºs 1 e 2, se prolongue por mais aquelles dois lanços, o que, alem de vir a constituir já um amplo passeio publico, será um incentivo para o restabelecimento completo da Cava.

k) Que se faça uma larga e regular plantação de eucalyptos junto ás bases das faces exteriores e interiores dos muros da Cava, a qual, além de constituir um embelezamento e um motivo de sncamento d'aquelle chão, que ainda hoje é pantanoso, servirá de baliza aos proprios lanços da Cava.

l) A fazer-se esta plantação e para que ella fique uniforme, dever-se-hão cortar os eucalyptos existentes junto á face inte-

rior do lanço n.º 2, respeitando-se todas as outras arvores existentes neste lanço e no anterior.

m) Que de futuro, quando se vender o matto da Cava, não seja roçado cerca á terra nas faces dos lanços em que o pendôr está mais pronuncia do, para que assim a terra fique amparada por esta vegetação silvestre.

n) Que seja nomeado um guarda especial para velar pela conservação da Cava e suas plantações e ajardinamento, de cujo desenvolvimento cuidará.

o) Que seja feita uma postura municipal em que se comine muita variavel não inferior a mil reis, contra os que praticarem excavações dentro do terreno que se demarcar, demolirem ou deteriorarem muros, cortarem ou esgalharem arvores e plantas ornamentaes, atravessarem as faces dos muros da Cava fóra dos pontos onde a Camara tenha estabelecido passagens, e que pratiquem, emfim, qualquer acto prejudicial á conservação d'aquelle monumento.

p) Que o producto d'estas multas seja applicado, com outras verbas, á despeza da conservação da Cava.

q) Que se estabeleça um premio não inferior a cinco mil reis para quem denunciar com provas qualquer vandalismo praticado na Cava, processo este adoptado pela municipalidade de Coimbra na conservação das suas arborisações e jardins, e pelo qual tem conseguido um optimo resultado.

r) Que convido interessar o povo na conservação dos monumentos nacionaes, convencendo-o de que pertencem a todos, julgamos que para isso muito concorrerá a collocação em lugares bem visiveis de alguns postes com laminas de ferro pintadas a preto, tendo em letras brancas esmaltadas, bem legiveis, a seguinte inscripção numa face:

= Cava de Viriatho =

«A CAMARA MUNICIPAL ENTREGA A CONSERVAÇÃO D'ESTE MONUMENTO, UNICO NO SEU GENERO EM PORTUGAL, Á GUARDA DO BRIO SO POVO DE VIZEU.»

E na outra face:

= *Cava de Viriatho* =

«RESPEITAE ESTE MONUMENTO, QUE É
UM PERGAMINHO DA NOSSA RAÇA.»

* * *

Caso pela insufficiencia da receita municipal, não se possam realizar immediatamente todas as propostas aqui apresentadas, deixamos á discrição e intelligencia de V. Ex.^a e da illustrada vereação a que preside as de character mais urgente e necessario, ficando as restantes de reserva, para se realizarem na mais proxima occasião possivel, devendo, para isto, criar em tempo oppurtuno a Camara de V. Ex.^a, e as que se lhe seguirem, uma verba da receita annual, para, progressivamente e com methodo, se avançar nas obras da Cava por nós propostas, até á sua conclusão.

Eis terminado o nosso relatorio, que a V. Ex.^a pedimos para ficar guardado no archivo da Camara Municipal de Vizeu, depois do serviço que a V. Ex.^a poderá prestar.

E fazemos sinceros e fervorosos votos, para que V. Ex.^a não esfrie no seu louvavel e patriotico intento de operar no sentido da conservação da vetusta, lendaria e veneranda Cava de Viriatho.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Vizeu, 15 de setembro de 1903.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dr. Luiz Ferreira de Figueiredo,
dignissimo Presidente da Camara Municipal de
Vizeu.

Maximiano Pereira da Fonseca Aragão
Hippolyto de Vasconcellos Maia
José de Almeida e Silva

(Secretario relator).

ANEXO V

Cadernos de Notas Arqueológicas

Dr. José Coelho

21-X-920

35

Visão - Adro da Sé - JUNTO A' base
da torre do relógio, esquina Sul, junto altar
de S.^{to} Antonio - LEVANTADO E RECOLHIDO NA
SÉ UM SARCÓFAGO MONOLÍTICO VULGAR.

Debaixo, mandando escavar, descobriu SEPULTO

RA PRIMITIVA, POLILÍTICA contendo 2 esquelitos

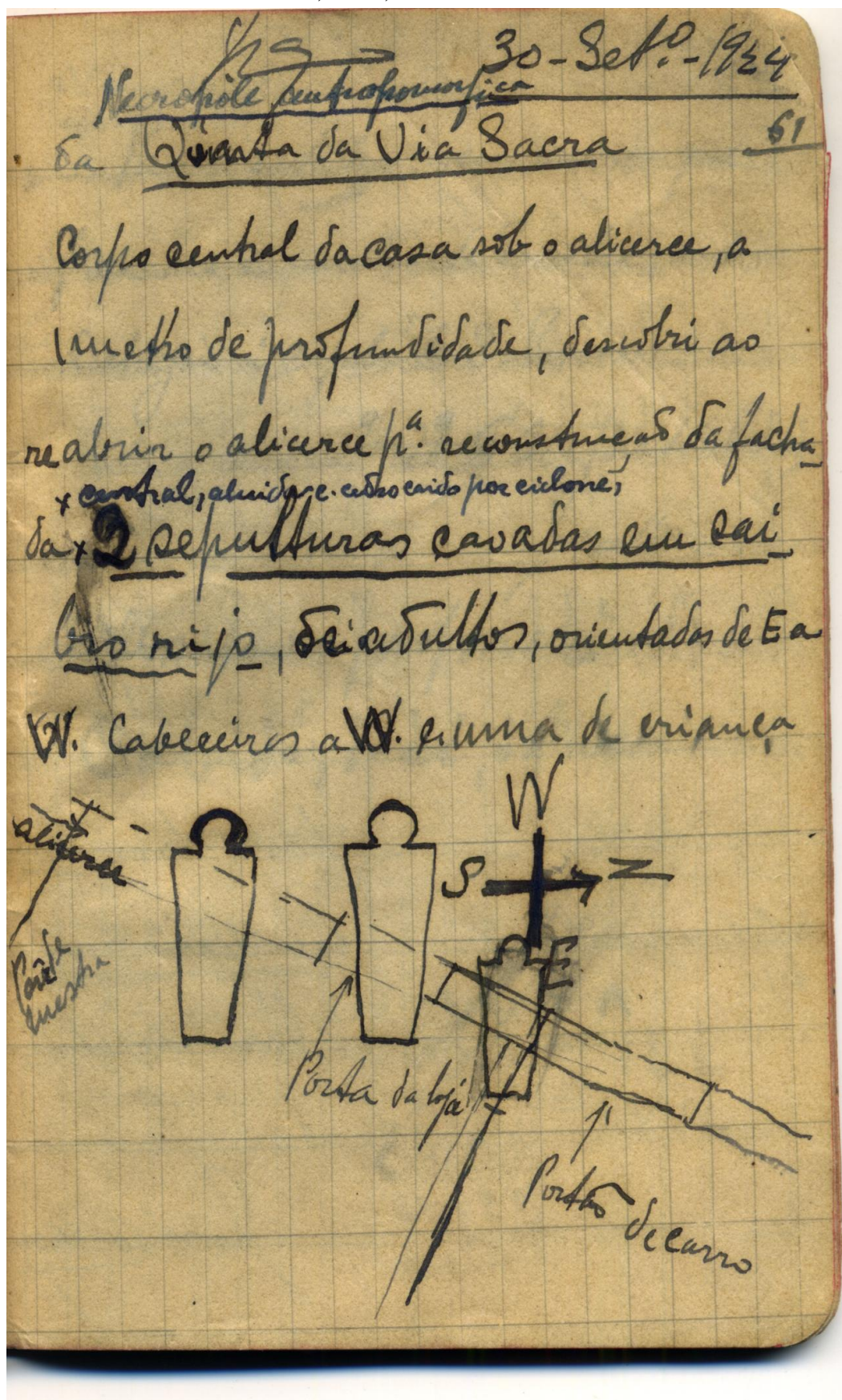
juntos! - Disposição: 2 fiasos laterais de

pedras - fêlhas junto á cabeceira, cober-

ta com pedras lajes. Não foi completado

o estudo porq. o grande... buraco e capiteo

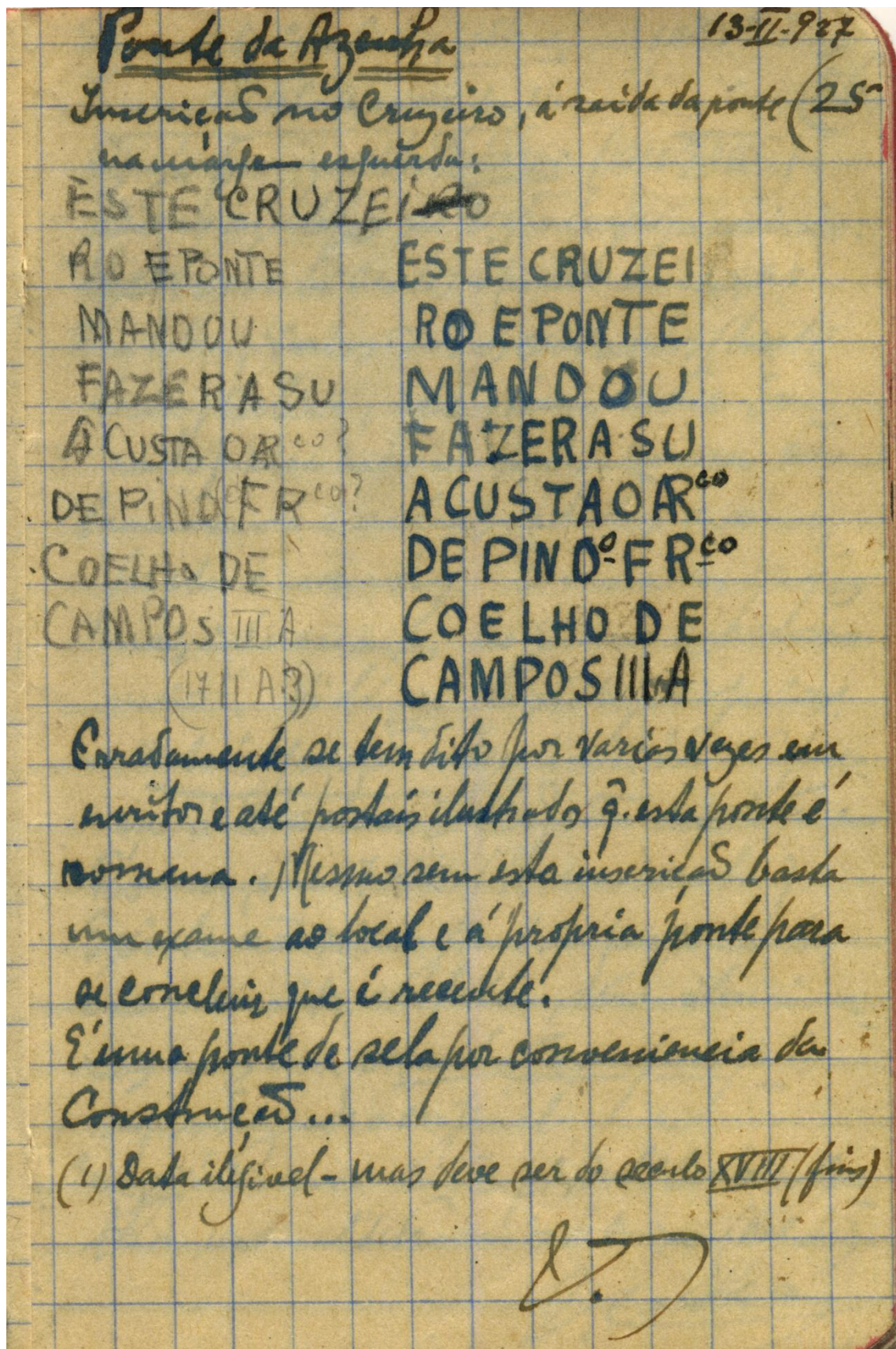
Morreira mandou arrazar.



74

João de Sousa Figueiredo
Pindelo - Silguirós - Sobral
Ativida numa vinha - Que aparece lá uma
aloeira romana (sic). Informações de
Dr. João de Planeta de Campos, de Campos.
Fui lá em 26-11-926 com o Dr. Jo-
quim Fernandes e Dr. Costa. Era uma
simples casa agrícola romana.
Végulas, murex, pedras variadas com apere-
lho alpinos de algumas... Sem
importancia - Foi também a D. Lucia So-
cen e a Maria Costa, D.
26-11-926 J. Coelho

6-12-926
Viseu - Pedras Alçadas - 2
Quinta Ao Sás ou "Anares", de
Mannel Hipólito Ferreira.
Surribe dum terreno no angulo SE.
Estação agrícola romana.
Apareceram nós: um par, casados, pé e
nós, outro par partidos e queis, umi-
da sepulta e cintras, sejolo, pedaços de
louça varia, pedras de amoleir, uma a-
pia e um machado de pedra um pou-
co amitolado.
Resolvidos os seipijos a Via Sacra e
tratado o caso em art.º na "Voz da Verdade".



CNA nº 5, fl. 39, 9 de fevereiro de 1930

9.2.1930 39
Vale de Facho
Pintura de cores em 2 esteios da Camara
da do Marmalhar - 01.º a esquerda e 2.º a direita
da entrada da

CNA nº 6, fl 6, 3 de maio de 1930

3-V-1930 3-V-1930
Vale de Facho - Travessia de Lima - Visão
Colhi uma conta de pedra negra (ou amarela escura) se malhaante a longa
mas dura, discoidal, circular - junto a entrada do Tolmen (Marmal
har) certamente de terra removida da entrada. Tamanho muito
reduzido. (V. C. N. A. IV.)
Em 12-IV-1934 foi encontrada outra conta por Vera
Leimer Fran. de Georg Leimer (Dr.) Arq.º de Lúthich - a
qual me ofereceu.

VISITA DO DR. ADOLFO SCHULTEN

2. Notícias - 20-10-730

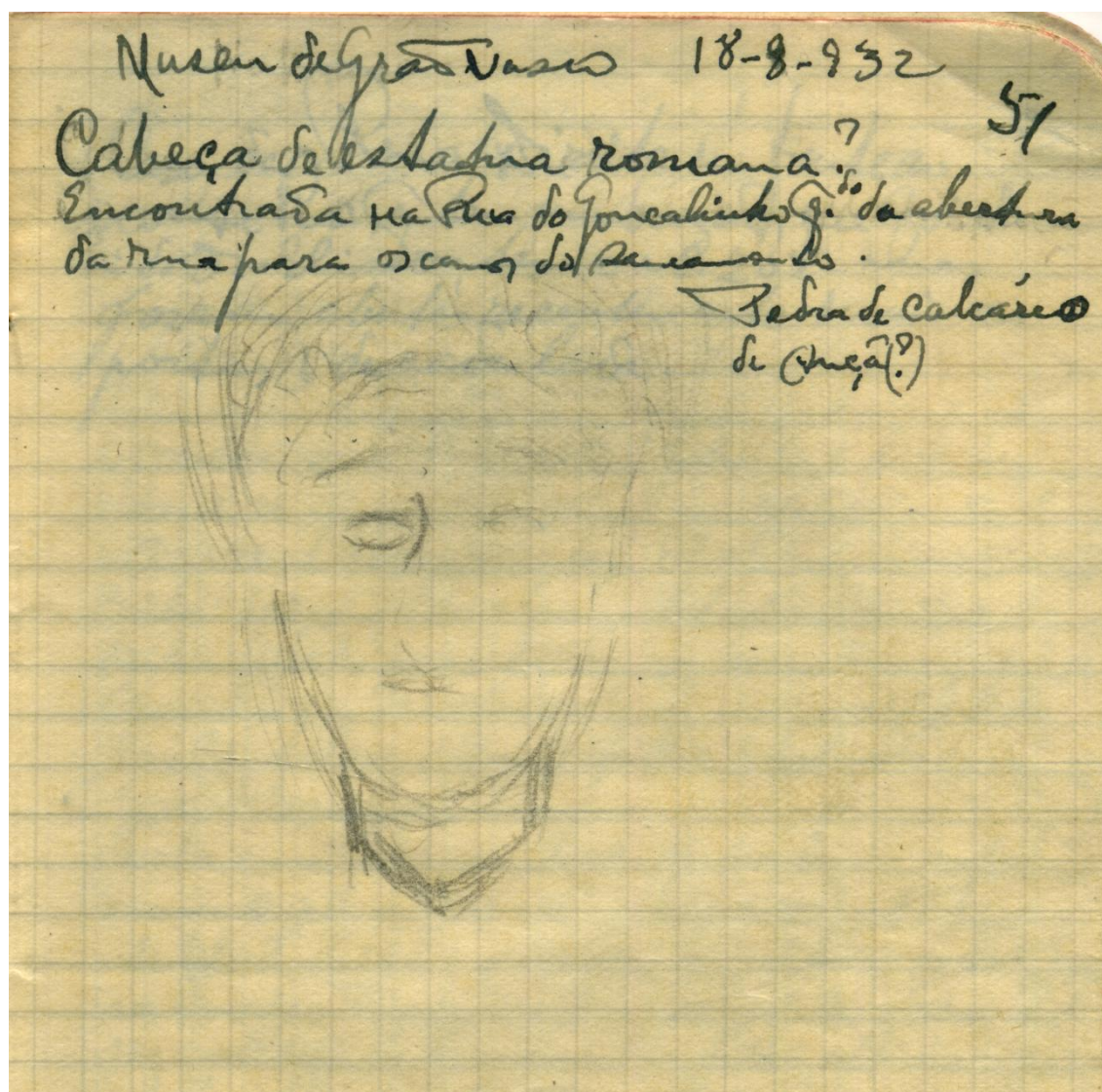
VISEU, 18.—Acompanhado pelos srs. drs. Mendes Correia e capitão Almeida Moreira, chegou ante-ontem a esta cidade, vindo de Coimbra, o distinto investigador alemão dr. Adolfo Schulten. Visitou a Cava de Viriato, o gou ante-ontem a esta cidade, vindo de Coimbra, o distinto investigador alemão dr. Adolfo Schulten. Visitou a Cava de Viriato, o crasto de Santa Luzia, a região da Serra da Estrela, S. Romão, etc., visitas em que foi acompanhado por aqueles senhores e ainda pelo sr. dr. Vasco Martins, presidente da Comissão de Turismo e director das obras publicas desta cidade.

Na Cava de Viriato foram feitas, a pedido do dr. Schulten, algumas excavações, que resultaram totalmente infrutíferas, o que muito parece ter consternado aquele sabio, entusiasta de estudos sobre Viriato e a dominação lusitana na Península.

O sr. dr. José Coelho, professor do liceu local e que ha muito mantem relações epistolares com o sabio germanico, atribuiu o insucesso das excavações ao facto de não terem sido efectuadas em terrenos de aluvião. Lamentou o facto, dizendo que o mesmo inhibiu o dr. Schulten de se pronunciar com segurança sobre a antiguidade da mesma Cava, coisa que a ambos muito interessaria e tambem, naturalmente, ás pessoas a quem apai-xonam tão eruditas curiosidades.

A CAÇA

COVILHÃ, 17.—Por falta de caçadores, não se efectuou a eleição da Comissão Venatoria Concelhia.



Noelley Transcrito em 1
Cavade Viriato 14-VIII-933
De nota sobre o mto.

Em 6-Abril-1913 visitei a Cava com
Comissão com o Dr. Prazeres - Hipólito Maia
- João Conceição e Almeida e Silva - vendo
log. de mais necessários e urg. era preciso
situações fazer a defesa do mto. e do.

- Em 10-Abril. Elaborado um relatório sobre a
Cava (relator B. e Silva) foi este apresentado
a. Câmara, a qual nos deu o bene e resolveu
determinar a nomeação de executor
as medidas preconizadas.
A Comissão de Defesa em Viagem e no Al. da
e Silva - para dirigir os alinhamentos da
Cava.

- Em 11, 12, 14, 15 e 16 de Abril fui com o Al. da
e Silva e uma brigada de pessoal da Repre-
sentação de Obras da Câmara dirigir o ali-
nhamento dos muros da Cava em todo o
seu perímetro excepto dentro da quin-
ta do Bispo, ao Coval!...

- Em 17-Abril-1913 - Dêmos conta dos nos-
sos trabalhos à Câmara e convidamos
esta a visitar a Cava.

- Em 20-4 a Câmara visita a Cava e
nos damos lá a conhecer conta dos nossos
trabalhos

Em 21-4-1913 a Câmara começa a reapode-
rar-se do que os vizinhos se tinham apor-
tado na Cava.
Presid. Dr. J. J. Santos Noelley

20 + Maio 1943
+ g... 28 de Maio de 1943
Cava do Vinho

Gruta de São João do Norte

À cerca de 1,50 de profundidade,
em um certo nível, a cerca de 8,50 m do
da Cava.

Apareciam, junto com terra preta,
pedras, várias (granito) que denotavam
haverem sido de habitação, entre as
quais uma, grande, de cerca de 0,60
x 0,40 x 0,40, granito também, e cerâmi-
ca varia, de fôrma e invólucro, (telha de
queimado) e peças de louça varia, em
particular romana.
Foi encontrado, com a casca, um pedaço de
ferro.

Colhi então vários, cerâmica roma-
na, de fôrma e de vasos vários.
Existem na m. coleção.

17. Maio. 1944 24

Do repressor a casa, de Travaços, infome. G. José
 58 R. Matêa me telefonou a dizer que junto a
 Misericórdia, a c. de 10^m, a ent. aparece em terra
 de g. a Camada. Ainda fazer, pedras...

Fui lá e vi. andavam a arrancar pedra com
 um aparelho, entre a qual.

a) pedras com rusticação romana.
 b) pedras com molduras ou cornos romanos
 c) troncos de muros colunas...
 d) Varas pedras q. eram de construções an-
 teriores, o qual se pôde com aparelho, em
 breves de portais, etc. e entre elas
 e) pedra com inscrições, m. para, latina,

Trincho da muralha ~~de Viseu~~ de Viseu

Hoje, limitando o quintal da Casa que foi do
 Visconde Loureiro - entrando pela parte ba-
 lada pelo Sr. S.º Dias - dos quintais de Prelatura
 e do que foi do Dr. João Lopes - um trincho
 da muralha ~~de Viseu~~ de Viseu, a qual era, diz-se,
 onde se tinha um cotovelo dentro do qual
 o Visconde Loureiro. Este trincho de um
 muralha limita as Casas q. foram do Vis. Loureiro
 a B. separando - a das Casas vizinhas o que se
 conhece na fachada em limite de distinção
 pelo corte, ruído e apertado, embora caído.
 Vista por ao lado da Rua há tempo aberto
 no quintal do Convento, ao lado da Porta de S.º Miguel
 daqui inflectia-se p. o interior da cidade q. se
 ali se compunha, a ligar as trincho q. está no quintal
 de Convento (abrado)...

14. Junho. 1944 45

Fui ao Fórum, onde a Sarel me ~~passou~~
dactilografou o ofício ao Dr. Pereira Dias, presit.
da 2ª Subseccal, da 6ª Seccal da Junta N.º Educ.
Vi almoxariz 14. Dai 15 - foi a dir. das taboas...
Mandei depositado o Relatório, com of. ao Dr. João Paz.
Dr. da Seccal, Dir. da Fac. de Ciências, de Lourenço, com
a) cópia do of. do presid. da Câmara -
b) Fotogr. do trôco da univ. municipal, e trôco da univ. rec. das univ.
c) livros: 1 Memórias, Património Etnológico, Sup. de Vigen.
Escrevi postal a Ligeir. envio também plantas
das univ. velhas - antes e depois da mutilação...

14. Junho 1944 V. 8. f. 45

Mandei ao Dr. João Pereira Dias, Presidente da
 Anti-accad. do 6.º accad. da Junta Nacional de Educa-
 ção - regist. p.º Com. bra. Dir. da Faculd. de Ciências,
 'ofício, com:

- a) Relatório, acerca da univ. medieval existente por
 m. e 17. Maio. 1844 e de mutilação na defensoria
 o qual era documentado:
- b) Com fotografias intercaladas ou juntas;
- c) Com cópia de ofícios ao Presid. da Câmara
 de e ainda os meus livros;
- d) Memórias de Visen
- e) Património etnológico da Beira
- f) Imp. de Visen na Ep. Romana

Em 15. VI. 1944 Mandei: The mais, regist.
 tado, para juntar ao Relatório:

- g) Planta das muralhas, antes da mutilação
- h) " " Depois " "

Mandei também Relatório regist. e portis:

- Ao Sr. Chaves
- Ao P.º J. Althay

Noturismo, a Susel passou-me 2 pag.º, começo
 e final, do Relatório, p.º completar &.

- O Inf. Com. de Sá mandou-me copiar
 as 2 plantas:

- a) Das muralhas antes da mutilação - 1 original 3 cópias
- b) " " Depois da " - 1 " 3 "

No dia 18.6.944 - minha amiga me preveniu
- nada disso - mas que com falsos...
pretendiam apagar a m. acad para destruir
a universidade... descoberta e fazei as obras no
laro como lhes aprazere.

72

A notícia foi publicada em 9 de julho.
No nº 441, da Política Nova que eu havia
gravado, me publicando a minha Nota Agua.
Bojica - mas disseram-me que não podia ser por
falta de espaço (isto me disseram no dia 14 de julho).
Com o cargo a seguir fui informado pelo Secu
lo e o Diário de Coimbra reproduzira. Mas, ou
menos a notícia da Política Nova - pelo que eu
dia seguinte, 15, me dignava a fazer publicar na
1ª pag. notícia a desmentir prontamente a
que ela, por o governo de Costa, Administrador
do Jornal antes a autorizou para ser lá e por
de para o Espectro deixando dito que não
publicasse mais nada que o que obscure...
Consequência: Nada se publicou no nº 441, de
15 de julho.

Para o nº do dia 23, 442, no dia 21 recebi as
provas que no dia seguinte entregava, na Tipogra
fia, revisadas.

No mesmo dia o Agente telefonava me informando me
que a Censura tinha portado honestamente o meu
artigo. Telefonei ao Dr. Soveral - Tui d' Tipogra
fia, tinha prova com os textos da censura e a
que eu corrigiria, e me adp. Civil que se com
com ambos, passando se depois o que já diz.

Isso é que é gente de coraça! Enomenda-se
no autógrafa, e não tem coraça de se defrontar
com isso. Que p... outros!!!

Responde-se e parece-se a outro ass.
Ao Visem. 25 de julho. 1944 R. Coelho

24. Junho. 1944
 Construção e reforma de escolas, hospitais, edifícios artísticos em Vizeu.
 Cerca das 16h. Foi a convite do Engenheiro Pedro de
 Amorim, da Câmara Municipal q. há dias me
 havia pedido - apresentado pelo Cap. Engen. Frederico
 d'Almeida Silva. e f. Engen. X. - para lhe indicar na
 cidade todos edifícios monumentais ou aqueles mesmo q. ta-
 mas com certo valor histórico, a que se devia dar o estatuto
 de que deviam ser respeitados, para q. indicar ao ar-
 quitecto Guirar, incumbido de elabo-
 rar o plano de urbanização da cidade de Vizeu.
 Parto com ele na Câmara.
 Perguntei-lhe, afinal, o que pretendia - repetiu-me
 o que me havia dito e cita acima. Respon-di-lhe de
 afinal o que de mim desejava e para ser
 considerado - Respondeu-me q. sim.
 Então disse-me que precisava que a Câmara
 me fosse designado o prédio p. a que se devia para
 meu trabalho. - Respondeu-me q. podia imediatamente
 iniciar os trabalhos por eu ter a impressão que
 me fosse designado o prédio p. isso por causa
 ou talvez q. me demonstrava que me fosse en-
 viado depois.
 Prometeu-me que sim. Recebido, Sábado
 de 24 Junho. 1944 (em 31. Maio. 1944) - o qual aqui se
 transcreve: - Sr. N. Dr. José Coelho Lemos da Via-
 sacra - Vizeu. - Serviço da República. Papel timbrado
 com o escudo das armas de Vizeu - Câmara Municipal de
 Vizeu. Repartição de Obras e Viagem - 1.ª Direcção, n.º 193 -
 Proc.º 14 - 4. - Ex.º Sr. Dr. José Coelho
 Sendo esta Repartição de Obras e Viagem de Vizeu
 para o Sr. Arquitecto Guirar, alguns dados sobre

e edificios desta cidade que possuem valor histórico,
artístico ou arqueológico, peço a V. Ex.^a o grande obri-
guado de me informar e fornecer esses elementos,
pois sei que V. Ex.^a tem dedicado o melhor do seu
esforço e inteligência ao estudo destes problemas
em geral e muito particularmente na cidade de
Viseu. Desde já agradeço a V. Ex.^a todo o interesse
com que se dispõe a atender o meu pedido.

Com os meus mais respeitosos cumprimentos
me subscrevo muito atenciosamente e.

(Ben da) Vacas

República de Viseu da Câmara Municipal de Viseu,
24 de Agosto de 1944

Engenheiro Chefe da Repartição

a) Diogo Manuel Pacheco de Tronim,

Assinado e rubricado em 24 de Agosto de 1944

João Coelho

Segue-se um J. Reunido a informação
e indicações prestadas.

23. Nov. 1946 15-

~~5. ...~~
~~... da ...~~
~~... da ...~~

Voltei ~~relutante~~ - Vi que a Casa da Moura, da
Quinta do Viso arrancaram recentemente
os portais ou seja a cantaria dos portais que
tinham as inscrições que foram objeto do
meu livro - Inscrições da Quinta do Viso -
e das portas antes se tinha ocupado Berardo!
Mas um vandalismo depois do que
o Visconde Carvalho fez, destruindo a ^{mesma} casa e
deixando-a em ruínas!

Desaparecimento? Destruição?
Ou seja havendo sido demolida e arrancados
os portais da Casa da Moura, tinham as
inscrições, na Quinta do Viso, das portas
me ocupei em meu livro.

5. Fev.^o / 1906 (Arqueologia)

Q Inf. Dionizios
Dir. das Intenções do Visco - Ref. e pedem me x afi
de poder responder a Consulta dos Estancos
Superiores - para lhe dizer (Ric) quais são os
Distribuidores de visco, as mais importantes e
nas Orquidáceas (mais importantes Ric?)
Est. c. de na Dir. de Bot. - 6. Fev. dando-lhe os ref. Elementos
+ Carea de Vinhão
- Cathedral e resto do Castelo de Viseu
+ Capela de S. Pedro de Balsemão
+ Castelo de Lamego & De' e Blumacore
- e ponte
+ Torre da Ucauba (Mondim)
- Fours de Vilheziques e de Cabo de Vila
+ Castelo de Tenedono
- Necropolis Soliménica de Boda e Guingua^{S.}
Vale de Falga^{Rugminkes}, S. do Pórtico
Esp. Santo de Freixo
- Castros de S. Lourenço, Crasto, S. Lourenço,
S. do Bom Descanso, etc.
R. Santos: Castelo dos Varrões - Tor. 3 Rios, etc.

2 - Journal of the 1-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100-101-102-103-104-105-106-107-108-109-110-111-112-113-114-115-116-117-118-119-120-121-122-123-124-125-126-127-128-129-130-131-132-133-134-135-136-137-138-139-140-141-142-143-144-145-146-147-148-149-150-151-152-153-154-155-156-157-158-159-160-161-162-163-164-165-166-167-168-169-170-171-172-173-174-175-176-177-178-179-180-181-182-183-184-185-186-187-188-189-190-191-192-193-194-195-196-197-198-199-200-201-202-203-204-205-206-207-208-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218-219-220-221-222-223-224-225-226-227-228-229-230-231-232-233-234-235-236-237-238-239-240-241-242-243-244-245-246-247-248-249-250-251-252-253-254-255-256-257-258-259-260-261-262-263-264-265-266-267-268-269-270-271-272-273-274-275-276-277-278-279-280-281-282-283-284-285-286-287-288-289-290-291-292-293-294-295-296-297-298-299-300-301-302-303-304-305-306-307-308-309-310-311-312-313-314-315-316-317-318-319-320-321-322-323-324-325-326-327-328-329-330-331-332-333-334-335-336-337-338-339-340-341-342-343-344-345-346-347-348-349-350-351-352-353-354-355-356-357-358-359-360-361-362-363-364-365-366-367-368-369-370-371-372-373-374-375-376-377-378-379-380-381-382-383-384-385-386-387-388-389-390-391-392-393-394-395-396-397-398-399-400-401-402-403-404-405-406-407-408-409-410-411-412-413-414-415-416-417-418-419-420-421-422-423-424-425-426-427-428-429-430-431-432-433-434-435-436-437-438-439-440-441-442-443-444-445-446-447-448-449-450-451-452-453-454-455-456-457-458-459-460-461-462-463-464-465-466-467-468-469-470-471-472-473-474-475-476-477-478-479-480-481-482-483-484-485-486-487-488-489-490-491-492-493-494-495-496-497-498-499-500-501-502-503-504-505-506-507-508-509-510-511-512-513-514-515-516-517-518-519-520-521-522-523-524-525-526-527-528-529-530-531-532-533-534-535-536-537-538-539-540-541-542-543-544-545-546-547-548-549-550-551-552-553-554-555-556-557-558-559-560-561-562-563-564-565-566-567-568-569-570-571-572-573-574-575-576-577-578-579-580-581-582-583-584-585-586-587-588-589-590-591-592-593-594-595-596-597-598-599-600-601-602-603-604-605-606-607-608-609-610-611-612-613-614-615-616-617-618-619-620-621-622-623-624-625-626-627-628-629-630-631-632-633-634-635-636-637-638-639-640-641-642-643-644-645-646-647-648-649-650-651-652-653-654-655-656-657-658-659-660-661-662-663-664-665-666-667-668-669-670-671-672-673-674-675-676-677-678-679-680-681-682-683-684-685-686-687-688-689-690-691-692-693-694-695-696-697-698-699-700-701-702-703-704-705-706-707-708-709-710-711-712-713-714-715-716-717-718-719-720-721-722-723-724-725-726-727-728-729-730-731-732-733-734-735-736-737-738-739-740-741-742-743-744-745-746-747-748-749-750-751-752-753-754-755-756-757-758-759-760-761-762-763-764-765-766-767-768-769-770-771-772-773-774-775-776-777-778-779-780-781-782-783-784-785-786-787-788-789-790-791-792-793-794-795-796-797-798-799-800-801-802-803-804-805-806-807-808-809-810-811-812-813-814-815-816-817-818-819-820-821-822-823-824-825-826-827-828-829-830-831-832-833-834-835-836-837-838-839-840-841-842-843-844-845-846-847-848-849-850-851-852-853-854-855-856-857-858-859-860-861-862-863-864-865-866-867-868-869-870-871-872-873-874-875-876-877-878-879-880-881-882-883-884-885-886-887-888-889-890-891-892-893-894-895-896-897-898-899-900-901-902-903-904-905-906-907-908-909-910-911-912-913-914-915-916-917-918-919-920-921-922-923-924-925-926-927-928-929-930-931-932-933-934-935-936-937-938-939-940-941-942-943-944-945-946-947-948-949-950-951-952-953-954-955-956-957-958-959-960-961-962-963-964-965-966-967-968-969-970-971-972-973-974-975-976-977-978-979-980-981-982-983-984-985-986-987-988-989-990-991-992-993-994-995-996-997-998-999-1000-1001-1002-1003-1004-1005-1006-1007-1008-1009-1010-1011-1012-1013-1014-1015-1016-1017-1018-1019-1020-1021-1022-1023-1024-1025-1026-1027-1028-1029-1030-1031-1032-1033-1034-1035-1036-1037-1038-1039-1040-104

- 4.ª reunião da Comissão - no gabinete do Dr. Alex. Vale (Marianópolis).

1st narrat for a - 23 (April 1949)
(V. Car. NA-89/12.61v.)

2. α and β = 5/16 in. 1949 (V.L.S.N. 4.897.63 v)

3^a *corras* ~ 19. *knis* 1949 (V. *cas* M. A. 897? 69

Presenças: Pky. Vele, Camp. Joo Cristóvão,
Cristóvão Levarina, e Sub. G. e Joo Cabral.

Falón se la Pasan, amiga. O.K. Vale it que
entendeci's Paulinho - que o novo grande do 14

20 e 21/9/51 para inaugurar o Problema as
bolas vaporizantes a cada atualização...

Que no colegio, leamos & pensemos
nuestro país...

Que nos resta por organizar, utilizamos
parte de \$10.000.000. Part. Decuento en chile.

Norte do Brasil
Se falar c.o Dr. Mathias Vale - que preside
à dominas de Princesa ven o b.o de Princesa

a Comma de Pôrto e um o pú capote
consequir o Cristóvão Pereira.
Falam das Juremas de xerim: 5. do Vol. 1.º do P. 1.º de

Talento e deum de opposito, a. N. Vale, a. 17. 11. 18.

propósito de ~~estudar~~ as suas condições (sic)
e ~~collocando~~ de para um; e ~~então~~ o Dr. J. Carlos
já ~~republica~~ a sua. 8 de 1906

¿Se relacionan o son cosas? ¿Alíado o frez yendo?

Se desenhava! — que é desenhar! ... Pôde que se
a quylene vender sinense di querie — Zure

ne s'apercevait pas - que l'homme a écrit

Meaning is the line 13

Meaning over this time we was representing
pen can a m. place to extend from the
G. 1.

Free persons was in Chicago. Que de pot
 1000 - Que a minha produção é grande
 1.0.15. 3.0.0.0

Canas... vida e indutância em 2. Impedância superficial da
tela do Stator em um problema na de -

come a laim hi diz anche so Paul d'ins. Tunc
o Ba Mayor de Castro diz que a nome (sac. d'hy

(gracias) ¡Buenas noches... (salen por enfriados)
que come los paises en mundo la guerra por la

o Velasini cobrents - fins que cobre per
 Rob a. verantz de Calada Capitular.

Que a bone referida de R. by Arning e' de la mesma
esplenda, romãnica, como romana por-

can. she is giving the 3rd...
Diane. We see a record the murder & first
of the...
can. she is giving the 3rd...
Diane. We see a record the murder & first

[illegible]

que sea como torre una hoya de pedras
y en aquellos la vida la misma tone o

com clados e insetos vivos, mas poucas estruturas
são visíveis na mesma seção, pois as lamelas
e o epitelio são muito finos, como B.L. de B.L.

ce am spus, tota o zi, m-am uitat la ce scriam
constant, ca sa nu te pota baza pe mine.

me a construir uma torre como a minha
 Mãe com a cantoria romana e da
 o seu filho com a cantoria romana e da

época da festa curralista nacional debruçada
há c. de 40 ou 50 anos no Largo da Virgem com 2000 ...

Praxe e Crist. Lúrcia e P. Val. e Lúrcia e
no Tombo de P. Val. e P. Lúrcia e

Campos que dizem que antebaco reformar
ou fazer de novo Antebaco Campo do S. Martinho

Envelopes a Dura 26 Jan. 1950
Gr. Schmitt

[illegible]

Resolvido que o R. Frei Caetano assumia a direção do Museu para substituir o Sr. Dr. João de Deus, o Sr. Dr. Passarêto, e o Sr. Dr. Aguiar, e a instalação do Museu foi feita no dia 1.º de março de 1900, e o seu funcionamento começou no dia 1.º de abril.

Cristiane lembra ao R. Vel. que - tanto
o Mario Favaris Fer.^a dequiteo suposto,

Que amendo feito — que como bem me dizem
que dezia Colares, Me pinguete pelo folho
se pinguete a pouco Me fole e fole me enco-
ntra o seu coponete. //

for a well known
 reason tell me how things
 Se. To do you the satisfaction
 Dr. Vol. for a more
 as (Christians) (1902...)

Marcada nota cessar para 5^a via 2 de Fev. 1950

U. S. Customs - Smith's

(1) Este livro que se encontra em posse de alguns dos
meus exemplares era propriedade de D. Pedro de Quel-
bra e passou logo depois a uma de suas filhas.
Concordo e testemunho em 28 de Set. de 1877. Juven. Fr.

of hammer - no facellon.

2741
The Music Building (Vinton St.)
Baltimore, Md.

14. out 1950 Destrução da umbreira da Porta de S.ª Cristina!
 Mais um vandalismo em Viseu, em pres-
 pectiva! Da iniciativa da Câmara Muni-
 cipal de Viseu - Presidente o Engenheiro Fausto
Ferreira D'Almeida.
 Sendo saído, com pressa, à Lusitana, por causa
 de uma doença para entrar em c. às 16h. Emontice,
 na Tabacaria Respitela, o Eng. Ant. Canavarro de
 Moraes que me deu per. intereção da Câmara
 demolir a umbreira da porta de S.ª Cristina, das
Muralhas de Viseu, monumento nacional...
 Percebendo do que me dizia e julguei estar a cha-
 laccar... Como insistir... Dirigi-me à Câmara
 onde consegui falar com ele o qual me con-
 firmou o propósito em que estava de o dem-
 nir para alargar a rua... que estava no plano
 de urbanização... (ora no plano do executivo
 vale o arco (ou porta) porq. em que fornece o
 elemento para o primeiro plano de urban-
 zação). Entre outras coisas disse:
 - Que era de opinião de fazer demolir...
 - Que queria fazer p. cat. e o plano de urbanização...
 - Que tal plano submet. à aprov. superior, era da Câmara!
 - Que era regulam. da Câmara.
 - Mostrou-me a planta de urbanização - que vi na
 fidamente - e verifiquei, como alias tem se veri-
 fica na realidade, à vista, in loco - que nenhuma
 necessidade há de se destruir, como ele - Presidente
 da Câmara Municipal de Viseu - engenheiro Fausto
D'Almeida - presente, a umbreira da porta
da muralha de Viseu, que resta de mesma porta

33

demolida nos meados do século XIX, em
hora infeliz.

Mais verificou-se que o que o projecto é fazer
seguir o alinhamento da casa recentemente
feita, do Mario Favar, Ferreira, da esquina que
da Rua Formosa dá para o Largo de São Sebastião,
alinhamento erradamente dado na ocasião pela
Camara por avanço p.^a E. dizendo manter-
se o primitivo que dava coincidência com a
linha que separa os 2 prédios - o mais alto e o
mais baixo - que foram do palácio do Dr. Heitor
Lemos.

Ora entrando no quintal da Prebenda como
está projectado nenhuma necessidade há
em tocar na porta da muralha, que aliás
é monumento nacional (e que o não pro-
veria pô-lo municipal!) - disse que a Camara pretende que o monu-
mento seja desclassificado para o demolir!

CNA nº 98, fl. 38, 22 de outubro de 1950

38

22. Oct. 1950

Elaborei representação ao Min. Ed. Nat.
p.^a evitar que destrua a Porta de Sta. Cruz
Antiga (o que resta) - foi assinado por v. p.
p.^a...

29-10-29.10.1950 Ref. de 29.

45

Saída de 23h. Chg. a Pampulha e caíbu
 4h. Chg. a Sta. Lúcia 5h
 Chegada à Freguesia 8h30, onde fiquei até às 11h, mas
 p. as Enxouras - Simbada Refeita - vera Necrópole
 medieval de Santo Estevam - onde em uma curruca
 bem aparecido sepulturas, cerca de 12 até hoje
 uma das quais a de um adolescente, e conseguiu encon-
 trar sepulchro intacto, por apenas lhe tinham cortado
 parte do lado do pé, do abrir o solo.

Fez-se um encontro em um rectângulo cuja lar-
 geza é de cerca de 15^m, e temida já cerca de 20^m
 de comprimento, mas prolonga-se ainda.

Santo Estevam é um planalto (sobranceiro e
 a S. da ribeira de S. da Lúcia, começando a partir
 do mesmo planalto uma vertente a leste e a leste de
 pinhais...

Por ali a lenda de ser ali aparecido a uma senhora de S. Estevam
 que levava para a capela das Enxouras, onde se venera,
 mas que tomou a seguir para este local onde aparecera
 sendo que vir a aparecer com uma procissão, aca-
 bando por ficar na capela do povo, onde se encontra.
 É esta lenda idêntica à de um santo com a S. do fl. 29
 uns de S. de Viseu, como a da S. da Freguesia velha
 de Pampulha. O que é possível é ter ali existido uma
 capela e destruída esta encontraram o santo...
 Ninguém me poderia dizer o sítio da Capela neste
 local.

426

426

(Ver sup. pág. anterior) 3. Janeiro. 1951 (V.C.N. 1951/46.52)

Castro das Caldas de Lafões.

(V. 2. Nov. 1950 = Vis. do Dr. Raimundo Cortez - (o. Moreira) -
 e em 16 Dez. 1950 - tel. do Dr. Raimundo Cortez a felicitar-me pelo meu
 art. sobre a Vila de S. Cristina...)

(Em 20. Dez. 1950, o Insp. M. A. M. Cortez informa-me que o Cristo
 da Mourina andava lá a fazer machados no Castro das
 Caldas de Lafões, ao A. Vale e que também lá fora o Raimundo
 Cortez...)

- Em 21. Dez. 1950 - escrevi ao Dr. Raimundo Cortez, me confirmando
 que o R. Moreira e o Alex. Vale andam a fazer escavações
 ... e, perante o meu espanto, disse que também ali lá fora

- Em 22. Dez. 1950 - Notícia emcompilação - Confirmação...
 que havia naquele dia em noventa e sete dias...

- 1. 1. 1951 - Viagem ao Castelo de 28. Dez. 1950 - História de escavações ali...
 - Viagem com a Ana e a D.ª D.ª Felícia - fomos lá com os Carras
 da D.ª D.ª Mariana.

- Há lá escavações, há cerca de 20 anos, inclusive a que em esse
 Ver, em Julho 1950 - ali, em princípio - por um

- A impressão é a de que o trabalho foi feito ao acaso, sem direção
 e sem saber por onde - o material inaproveitado na maior parte,
 em face do pouco que me foi mostrado em relação ao que, em
 escavações de uma casa e de restos de 2/3 vasos diferentes.

O que me mostraram está em 3 caixotinhos, mas os frisos,
 epiros, alg. pedras, polívoros, pedras, uma a mo' dormante,
 alguma cerâmica sigilada - marca com estética de ex-
 -porção (e 3 fundos de pequenos vasos) - X

De Cerâmica arcaica nada vi - nem moedas (?).

Em um c.º material é o mesmo, em relação a adan-
 -das coisas escavadas - e tudo pobre e sem um
 importância relativamente - Assim.

7. Fev. 1951
Ida à Ermada, V. do Jordão, etc.
Dolmen do Vale de Faches em perigo!
Profunda ameaça a outros esteios da seq. da entrada!
Afesto outros no alic. da pedra p. contagem - q. em
tapas com pedras - e fogueira na Calvaria!
V. Manto do Fuminho a p. 68v

11. Fev. 1951
Personalmente pedi ao Sr. Mota Chefe da
Administração Florestal de Viseu para recomendar
ao pessoal ou funcionários locais, do B. alhos de Funchais
de cima a guarda e conservação dos dolmens do Vale
de Faches - o qual no dia 4 encontrei em presença
na de arfar mais em a destruição - e por me pro-
metem tomar a seu cuidado!

27 Março 1951 "Porta de S. Cristina" 6
 Conto luge: Ex. M. Dr. José Coelho - Visen
 Bica, 31-A nº 456
 Da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - ao
 Ministério da Educação Nacional - Dir. Dr. João Estêvão
 comunicando-me: "Parecer da Esplanada em que vários Visceus
 entre os quais V. Ex.ª, solicitavam providências atinentes
 e relativas a destruição da ombreira da Porta de S. Cristina
 e do respectivo lance da muralha da cerca medieval de Visen,
 emitida a Junta Nacional da Educação seguinte parecer:
 "O caso em questão afigura-se-nos de certo modo delicado
 pois apresenta pontos de vista opostos, cada um
 com razões de ponderar e certamente defensáveis.
 Da parte do Município pretende-se um alargamento
 no tracado da antiga Rua da Fivora, que implicaria
 a demolição de uma pequena parte da muralha
 ali existente e correspondente prédio que se
 lhe sobrepõe da outra parte, pretende-se a
 conservação e valorização da muralha e prédio
 referidos, chegando mesmo a alvitar-se a
 reconstrução da antiga porta de Santa Cristina,
 o que se considera já exaustivo e sem
 qualquer justificação, atendendo ao escasso
 numero de elementos constructivos existentes.
 Como aquele troço de muralha, se considera
 englobado na classificação de "Muralhas e
 Portas antigas da Cidade" (Decreto nº 2165 de
 31.8.11:1965)" haveria necessidade de desclas-
 sificá-lo sem o que, o respectivo tracado

vão poderá ser total realização; mas a desclassificação de imóveis anteriormente classificados reveste-se de tal ordem que já em anteriores circunstâncias, como no caso relativo à Pôr de de Seixas, tin Guimarães, foi tomado um parecer contrariando a proposta de desclassificação da referida Pôr. Assim, dentro das considerações anteriormente expostas, julga-se que o assunto, em causa deveria ser de novo revisto dentro dos pontos ditados seguintes:

- 1) - Os interessados na conservação do prédio existente sobre as muralhas, e de acordo com o proprietário respectivo, deveriam apresentar um estudo de valorização do prédio, uma vez que não é de acudir o seu actual estado de ruína.
- 2) - O urbanista do traçado naquele ponto da cidade poderia tentar, desde já, uma nova solução com segurança a conservar aqueles elementos antigos.

Por, pois, de parecer que, após a análise de todos os novos estudos, se poderá então rever o problema dando-lhe solução definitiva."

O parecer transcrito merece promoção ministerial por despacho de 14 do Corrente e é bem da Sacção - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 26 de Março de 1951 - O Director Geral

a) João de Almeida.

Supplemento transcrito por J. Coelho, 27.3.1951

29. Maio. 1951 Conflicto! Neurop. de Dr. Navarro 33
 Sai de casa às 9 horas. Surpreendido num momento!
 Encontro caminheta do Baralho e Cruzes. Um
 homem q. lá ia disse-me q. já lá estava o outro?!
 Quando cheguei já lá não estava - O.R.C.
 O encarregado disse-me que ele tinha
 dito que não ficariam na rep. sem ele vir... e outras
 coisas que eu não quis ouvir.
 Batia à porta do Dr. Nogueira Martins p. quem deixou recado
 à criada, para por ali passar quando sair.
Quando dei conta estava
o Russell Cortez ao meu lado! Cumprimen-
 tos e respondi-lhe. Fui para a terra com
 uma esmola, um estilete ou ferro e outros objectos
 metálicos no qual não toquei mais depois fixei
 be... e voltei-me para mim! Como eu li
lava com ordens do proprietário para fazer
o estudo e trazer o que quizesse, e não que-
ria cruzar com o outro lado. Cada a mesma
+ L.C. o polícia me disse havia dito q. já lá estava o outro. a quem contava.
andara a casa, e perguntou-me se queria ali
afirmar coisa - respondeu-me Vol-
teado-me para o polícia: - Ponha-me lá
gora este senhor - e eu: - Estou aqui com
ordens do dono para fazer este estudo e não
creio que haja sido a mesma ordem o outro
e perguntei ao polícia se a minha orde-
para o deixar entrar, e como a resposta
foi negativa, disse-lhe: - Ponha-me este
se este não sair daqui!
O polícia levou-o e saiu ambos

X can also be a measure
of size - not a good one.

X can also be a measure
of size - not a good one.

Ch. 10. Police: The

l'après
un bon ordre de

32-

Gray Vermont

... coming ...

Y. Civil. & a subject

cratonic de

! Seprenbach x

15. *Arctostaphylos*

Recall on the line 8

[illegible]

Para o Revólver e para o Carabuzo - Viagem -
de relatório apresentado em 1882 ao Sr. P. de
Pereira de S.ª (depois da Junta Nacional de Educação).

O debate em cu tem importancia relativa-
mente pequena: Agradece demais a todos os
livros do momento, e a todos os livros do
momento, e a todos os livros do momento,
e a todos os livros do momento, e a todos os
livros do momento, e a todos os livros do
momento, e a todos os livros do momento,

10) Hic Dr. José Caetano recebeu algum material
e desfilou um instruo, um piloto recan-
lag, foi o primeiro de casa, José Borges e um
caso (Pitit) de estro, e um pouco de deito.
O material material foi levado ao pelo do
Dr. Manuel Costa. O primeiro de deito é con-
siderado pelo Dr. José Caetano muito bom.

A neurologia, nos trabalhos o simpósio
valor indomável, seu caráter inflexível,
e parece-me que o material montado e o
de a bem melhor perspectiva deve ser in-
tegrado na ciência anatómica do homem de
Grão Vasco. //

Grand Canyon,
Niskelatisio nicidin o qumide parcer, qel
mercen homolofens vixinali;
17

4ª 25 de Outubro de 1861. Secret. da Junta Nacional da
Educação em Santos de 21 de Junho de 1951 José de
Menezes que os seus investigadores Dr. José Carlos
e Dr. Ruyzel Carlos sejam convidados a publicar o
resultados dos seus observações e a fazer ingressar
no Museu Nacional de São Paulo o legado recebido
Dr. O. H. Smith de São Francisco Calif.

A Bem da Nação - Dis. Geral do Ensino Superior e da
Belas Artes, em 15 de Agosto de 1951.

Wils Str-Guel. — Maribae Guelade

Agave americana L.

15. Julho. 1952 69
Mutilação da muralha da cidade - Monumento
Nacional -
Trecho entre a Porta do Sol e a escadaria
Dr. Augusto - Rua do Frio -
Obras do Barrileto (com planta) autorizada
pela Câmara -
Fizemos hoje por lá, cerca das 18h, ainda lá
estão os Barrileto e o mestre João Pereira
já colocaram um pedço da muralha, cerca
de 5 m. entre a escadaria e um grande rochedo
montado a mesma muralha - o pedço que tam-
bém já foi em parte quebrado - então
será necessário a muralha para erguer ali
uma casa - colocando a muralha e pegando
a parte restante até a Porta do Sol!

20-VII-1952

Não é um sentimentalismo em Viena! Debruços de uma
Arco da muralha de Viena, a sede do Popolo de Viena, na
rua da guerra: com o Barroco ainda a condicionar
a arquitetura pela grandeza, a personalidade do edifício
com o seu leão, o seu feto. O Barroco e o feto de
uma paisagem onde camadas anteriores haviam sido
destruídas para a construção de Viena e o movimento segue um
novo caminho!

copie de la Cour des Comptes.

Tel. 2536 - Ware Co. V. 20-VII-152

10 Oct. 2030 - Wrens 112 by 10-11:45
24 Oct. 2030 - Wrens 112 by 10-11:45
24 Oct. 2030 - Wrens 112 by 10-11:45
24 Oct. 2030 - Wrens 112 by 10-11:45

Refer: 449 Comm. in. S. 29. XT. 1/51-

Refer: 149. Comunica-se de 22/11/54 -
Qu'obra de construção de um prédio para a
de ensino, do Estado, no lado do Prédio de
ensino de 1944. Comunica-se de 22/11/54 -
a seguir para o Sr. quem deve ser enviado
para o Sr. do grande prédio do município de
Bela Vista (Município Nacional - Dec. 19/11/54)
de 21/11/54 - 19/54) encaminhado para o
Acadêmico do ensino o restante 21/11/54
para a obra, sendo emenda, visto o
de 21/11/54 - 19/54) encaminhado para o
de 21/11/54 - 19/54) encaminhado para o

[illegible][illegible]

(S. 4. refde)

Se' de Viseu 3. Julho. 1953

Mais restos medievais:
Em 7. Julho inf. p.º con. Fructuoso Alcos de Sere. apa-
cido na Se' há pouco em obras de restaura dos Monu-
mentos Municipais, uns arcos... Vinha do licim
com 151 pzs. escritos de 1.º Geogr. Naturis p.º clas-
sificar (exami) - Porim mesmo -
Passar pelos Claustros da Se' e la' Vi'.
Atende-se de limpar pois havia sido embutida na
piora da parede. que apois os trabalhos do
Claustro de S.º Miguel de S.º - sec. XVI) a porta
medieval que dava para a Capela sepulcral (co-
nhecida por Cap. de Chelvaris (por onde foi estado o
celebre quadro do Calvario de S.º Vazco) -
e, aos lados, um arco - colio tumular e pilastrias com
capiteis donde rompiam arcos de abobada - esta-
mente de claustros anteriores ao actual - referen-
do bispo de Viseu, Cardinal de Miguel de S.º (sec. XVI.)
(Vid. Cat. N.º 108) - Confre. de J. Vazco
= Vazco de S.º 11 e 12 outras obras que a seguiram, dos dias
9, 14, 23, 26, 27 e 28 Julho

Dea 25 Junho Gringeiro? 73

Passei pelas obras do Parque e Aven. de Pequenos;
 à entrada ou fim da Seta, no Rossio, ao abrir o valo,
 para espolo de aqueducto dire. ao N. at. ao do Rossio;
 e ao ab. do v. do R. da Victoria, ac. do 1º de profund.
 da B. foi encontrado, e outras pedras (p. o. do Rossio
 na v. do corte do valo a abrir, foi alterado) uma
 pedra trabalhada, emoldurada e uma cova de um
 das bases, que parece ser o início de base a uma cruz?
 parece pelo título rec. do rec. XVI, ou posterior - Na-
 dai - a guardar - No recente:
 Há lá, no declive, a meio do corte da nova f. de
 a abrir e na altura do sitio onde estava a capela
 do R. da Victoria - uma massenfe, cuja aq. se
 vai espoler pelo valo a abrir, assim a referido -
 Fonte do Rossio

Em. re. há calcários de pedra antigos enterra-
 dos, que devem ser os da velha fonte do Rossio
 - a 2ª - que foi feita nos começos do rec. XVI
 (1512 e 1515) e se deve apoiar a tubagem de
 ferro que conduzda aq. p. o chafariz, que há
 20 ou 30 anos, substituiu o antigo que
 conheci.

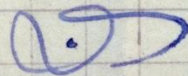
12. Nov. 1954

Em obras na Sé de Viana, da Dir. dos Monumentos Nacionais - está-se a proceder ao levantamento de todo o pavimento, constituído por lápides sepulcrais com inscrições - que vamos reproduzir a seguir - tendo previamente desmontado todos os cadeirais, da capela miúda.

(V. a p. 41 v.)

Nota posterior: 5. Fev. de 1956 - Todos os lápides e respectivos frisos foram removidos da Capela miúda, referida acima, e a seguir desaterrada até à profundidade de 2 c. 50 cm. Encontra-se a parte do contorno da abside da Sé romana, aparece um capitel de grana coluna, correspondente à base que se reconstituiu, e na qual se fundiu na comunicação ao Conjunto das capelas de 1950, de 1950, de 1950, afirmando a existência de um templo romano na Sé de Viana, do qual a referida base fazia parte de uma das varias granas colunas do antigo templo... Pois a confirmação do capitel agora o capitel - aparece também um grande pedregal de lapis que certamente pertencia ao referido templo romano. Encontra-se uma abertura a cerca de 3,51 a 4", o da terço da Capela miúda, de 1950, quer transformar em capela - Foi coberto esse vão com uma placa de cimento - que será o novo pavimento da Cap. miúda, onde depois começará a ampliar o cadeiral - e vão reestabelecer os cadeirais da Capela miúda colúmbio.

Seguem as inscrições - vão integralmente copiadas, e anexas da reprodução a direita, de 1950 de 1950.
(V. a p. 42 e a p. 45-54)



14 de Dez. 1954

Machado de pedra polida - do pavimento da
terça) da Capela-mor da Sé de Viseu.

Cerca das 16h. colhi um fragmento da Capela - mór da Sé de
Viseu, a c. de 2^m de profundidade, um machado de pedra
(divido?) polida, com migas, antigas, no fundo e
no extremo oposto -

Colhi - o indício da Sé para depois de ter sido usado
dentinho, vindo a definir, in loco, o sítio donde foi le-
vado -

Dentinho constituído de terras, pedras, devido a restos
de ossos orgânicos, pedras, cascalho e cerâmica vária,
grossa, de diversa forma com pegada romana e tejo -

O que prova a habitabilidade do local ya época
romana e pré-romana, até o edifício pelo
menos.

8 (9) Set.^o Carta ao Dr. J. L. S. B. Arls 27

Porta de São Cristina

T. 2536 - Viagem C. de Viç. Guara 8 Set. 1955: 2^o mo. N.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 8

Reconstrói-se aquilo que se destruiu ou quer destruir.
É uma vergulhada que perverte a ideia da destruição. O per-
tepto foi a fortaleza de uma afonada aberta, q. em vez de ser
recta e desenhada directamente na columna do lago
onde naturalmente convergem todas, illuziões a R. de Pi-
voro, fizeram-na fortissimo, em S, a desenhocar
na R. da Pivoro para abispir o monumento - que me-
fica a 3 ou 4 metros - antes de a encunhar no
veramente, em sentido oposto, para a referida columna.
Prim. aprofundando-lhe a esgrada e a do leito -
a fazer a convergencia a R. de Pivoro, aprofun-
daram o leito desta, pelo menos, muito mais
dos alicerces do monumento, que em parte destruídas,
já depois das fotografias e as provas, junto, pelas
suas cooperadoras, com outros monedros, poderá
ajuzar-se do d'acerto.

A situação é grave para o monumento. E lamentavel que
isto se faça sem um plano previo no qual se deveria
subordinar as obras ao monumento. No entanto, ainda
se pode remediar o mal a vir. e de qua tomar
as providencias urgentes que o caso requer e
que o prestigio e a fidelidade do Sr. Minis-
tro.

Mui affectuosa e respeitavelmente

(+ Cam de Nacy) J. de Castro

18 Out. 1955 41
A. Vale Moreira & C. L.
 Dr. Armando Santos Pereira, minha me e ofereça-me
 o Noticiário de Vozela, nº 20, ano XXI, de 15 de Out.
 de 1955, com art. "Elucidação interpretativa arqueológica",
 da autoria do Dr. Alcides F. de A. G. (a A. G.) com o
 "Alguns pontos têm procurado saber o que penso acerca
 de artigos publicados neste jornal sobre inscrições mên-
 das do nome Concilho. E... Oprim... um vez por todas
 ... a minha opinião... Sem intuito de polémica, pois
 não poderei dissentir com quem ^{tem} mais competência para
 versar estes assuntos. Pois... não culpa as inscrições
 das datas palavas descritivas e espero que não se abram
 me, uma vez que se mostram tão bons exemplos das tradi-
 ções e da vida da comunidade. Não há a intenção: Amicus Plato, sed magis
 amica Veritas.

As inscrições da zona de Lethymithras... já já referen-
 cia nas Antiguidades Pré-históricas de Lisboa (1921)...
 Julgo que seria preciso dizer mais, não é possível ar-
 gumentar com quem anda por aí a imaginar a existen-
 cia de estados romanos e de castelos fundados por toda
 a parte, como o herói famoso contava com muitos
 de cento p. exercitos apallasevalarios e que se unia.
 Sou da...

Laumento ter que dizer estas coisas tão desagradáveis
 a quem se deseja aplaudir. Para não indolores uns
 já mesmo secho evitado dizer o que penso acerca
 de certos trabalhos arqueológicos publicados ultima-
 mente sobre a zona referida. Mas não quero que por
 um agora um reparo, nas colunas do Noticiário de Vozela,
 as mesmas fantasias que sobre antiguidades se referem e

romanas emaldan já suficientemente, para
edificação dos primeiros volumes da revista
viscense "Bela Alta".

a) A.G. (Próstides Giras).

4 de Nov. 1888 45.

A Maria Helena diz - que que o Dr. Alexandre
 L. Vale - estivera no Ref. Civil - elle dissera que
 andava para falar. Me mandaram. Abre pergunta-
 na de ter andava bem disposto...
 Que estivera ca' o Ministro do Fomento a quem
 falara para que se mudasse da Praça Velha
 a estatua de D. Duarte para um melhor local -
 pois de facto, como eu disse sempre, ali ficava
 bem o Pelourinho, que deveria ser reconstitu-
 ido naquella Velha Praça Municipal onde
 ficavam os paços municipais (a entoaça da
 do Comercio) até que arderam nos fios do Rec.
 XVIII - e que falara com elle na Valouira
 e ad da cidade medieval.

' Que elle - A. Vale - Presid. da Junta Provincial
 pensara em elevar um replatório acerca
 da maneira de se levar aem effecto ali tais
 obras e que "eu fizesse um melhor que eu",
 para emitir opinião em tal assunto...
 Em suma - o homem que eu tinha conhecido
 se meteu ali' hoje, nada fez de feito, falhou
 de sempre; no jornal da Bahia, deitou bola...
 na Misericórdia... na Camara; na Musae...
 na "Bairrada", varadinho onde tem adivinhado tudo...
 em suma depois de quanto me fez - na Loureira
 do Museu, na Revista, na Feira..., em tudo...
 tendo falado a intercessão do Dr. Silveira...
 etc, etc. Volta agora!...

Ora em 21 Março. 1949
 feita em reunião da mesma presidência a seguinte
 ofo - que se transcreve:
 "Junta de Província da Beira Alta - S.R.
 nº 96 - Vizeu 19 de Abril de 1949 - 2ª. 9.º. de
 José Coelho - Vizeu.
 Afim de dar posse e de instalar a Comissão
 Organizadora do Museu Etnológico da Beira
 Alta, preso a V. 2ª. e favor de comparecer
 na Secretaria deste corpo administrativo,
 no dia 22 do corrente, pelas 15 horas.
 A Bem da Nação - O presidente a) Juvenal Vale,
 O da Beira Alta de fundar um Museu Etnológico
 em Vizeu, é um trabalho a minha que vem de 1942, data
 em que mandei a minha carta à Câmara
 Municipal de Vizeu manifestando a con-
 vência e pedindo que se fundasse - daí
 saiu o Museu Regional de Arte e Arqueologia,
 que depois passou a ser o Museu de Vizeu
 João Vasez quasi 20 de pintura - ou an-
 tes de varias espécies mas nada de Etnologia
 e ficou prejudicada portanto a Etnologia.
 Votou varias vezes a insistir no caso,
 e a historia do caso ha-de fazer-se
 e não mover. Uma das fôrças do Con-
 gresso da Guarda, onde entre outras co-
 municados, concorri com uma refe-
 rente a fundação do Museu Etnolo-
 gico da Beira. Presidiu a sessão

13. Porto - VST
Carta do Dr. Alex. L. vale.

Dr. J. E. Nichols Prof. Dr. J. E. Nichols. Casaca
Dr. A. L. Nichols - Dr. A. L. Nichols. Nichols - Nichols

Meu querido irmão Américo Santos de Joré
Carinho.

[illegible]

antes do seu joal ou o lindíssimo de bronze gelato...
Não creio que amigão... Justamente! Amante
de quem? um Vitor local, insubstituível,
a propósito é "que o meu parafuso, o meu
espírito a maneira de ser da minha
infinidade o convidam a crescer, a per-
guntar os seus trabalhos, a fazer In-
"Beira Alta". Como em q's rios, após
que ela dire ar para todos os - unidos
mundos e um elemento comum de toda
lho ao serviço do povo por ex - espirito
al e interesse da zona depressa.
Reate por a publicação dos seus acervos
frits, edito, e se publicados pela sua es-
tata, coisa que espere uma ou ou
ha sinistra, de que seja por princípios,
for-a - he desquero / como il se foge
do Manuel Joffrain. Seis comido!
dado, e, convenientemente. he been tanto
que é um livro quem se não se negar à
queles que são livres como a prom-
nae reformar sobre aquare das mat-
ridiculas em que tudo se enriquece a
construção. Caratás as alto... e diga-se
a Congrega Leste a seu talento! Ha
uma maneira de nos furarmos a
dentada : é dar-nos o mais possível de
activos pro que merecem, figurando a
Comunicação, em vez de edidos e prin-

25
 Creia-me um Cego Dr. José Coelho um
 sincero admirador e muito grande amigo
 Vsem - 12 de Agosto de 1957
 a) Alexandre de Almeida e Vale
 Integralmente transcrita
 Vsem - 15. VIII. 1957
 J. Coelho

CNA nº 116, fl. 44v., 26 de abril de 1954

explicar -
 mas creia-lo a sombra da junta com
 o Alexandre lá sabe que não era para
 ficar de validade da ideia - (o pai
 do ele da junta. Dize-me que se não
 com um que seria a morte de B. p. p.
 Dize-me que embora a revista não
 tiver um ele (esta é a ideia minha)
 pois ele podia a brif. la com estar um

10

8. Julho. 1958

Monumento de Viseu - Muralla de Viseu.
Tramo a N. da Porta do Soar.

A N. da Capela de S.^a dos Remédios, onde andam a abrir profundos alicances um terreno de prédio demolido, vestas patentes grossas colunas da muralla de Viseu.

Verifica-se que a muralla a a seguir, a N. do cinto da Velha Porta do Soar, refugia as freixas da capela de S.^a dos Remédios, a qual se apoia ali na própria muralla, seguindo atrezo do terreno, cortando-o perpendicularmente, onde pretendem fazer a nova esca.

Duram tiros em rochedo no qual a muralla se apoia, em consequência do que na parte da muralla onde se apoia a sacristia, ameaça cair a capela, que se apoia na muralla, a qual já tem grande fenda!

Verifica-se isto e o mesmo com o terreno a N. por aces ali encontro, Dr. Silveira Martins Lobo, advogado de Cabanagem, de Viseu entre a capela e a Velha Porta do Soar - hoje do Artilo de Infancia, para lidar.

Cerca das 15h. telefonou-me a S.^a D.
Maria de Lurdes - presente do Artilo...
Sai lá a autoridade me a ir lá ver.

Encontrei o Dionísio Silveira (fami?)
que vinha de lá de ver as obras, e o Pereira
da Moura e o G. da Moura do Arilo,
cujo irmão é o João Julio (está
doente -

Fui ver e a Dr. Silveira Mex: referido...
e disse poder o Arilo embarcar mas
tinha que pôr a acção...
enf. a d. m. de Lurdes que a liza o pto
paga a acção e o propriet. pelo qual
ele obriga a pagar todos os prejuízos...

Notas da reunião depois de falar e ouvir a Silveira, p. actuaiz,

- a) Ver a planta das obras e documentação (?)
- b) Nome do proprietário e do
- c) Sistema de Monumento Nacional?
- d) Falar ao Dr. Lurdes G. civil e João Julio.

P. Comunicações (Notas)
Com plane apor. p. e m. e com outro. Esta está a ser vista
e. explorados. Hora da reunião de Visen. Monumento Nacional, junto
à Cap. de S. do Romão (a Porta de São) a qual se apoia no muro
muralla e já tem grande brecha causada pela explosão.
Indispensáveis providências imediatas para salvar
monumento e prestigio do Ministério.

8. Julho. 1958

11

(Continua S.)

Confer. c. o Presidente da Câmara, coronel
Simões

Depois fui à Câmara M.^l onde conferen-
ciei c. o Presd. até às 18h. e 10. - por fim
àinda aparecer o inf. ant.^o Beirão...

Perfunctória ao Presidente re o Sôno das
obras referidas tendo sido autorizado pelo
Monumento Nacional p.^a a fazer-
dine - me que sim mas nada me mais
nem que o confirmasse -

Diz-me a planja mas disse-me que
na Rep. de obras -

Diz-me que os Monumentos não julga
nem de importância o novo fascínio
nada que lá está.

Em Minas - sendo-me dito que fosse
lá amanhã à Rep. de obras p.^a ver e per-
guntando-me a hora disse-me q. não
poderia não podia e pretendia a S.^a
p.^a de lá a 8 dias ou mais.

Diz-me-me que já que não podia ver hoje
que me dissesse amanhã a hora a que
podia ir. Respondo por me dizer que
fosse lá amanhã a qualquer hora que
quisesse estive lá lá disse-me tudo
de cor e de of. me obrigaram
me a ir... despedi-me -

21

ênica no Jenero per mencionado
no Congresso de Roma & mesmo ano
pelo grande Mestre Dr. J. Leite.

- 5.º Complementado o meu curso, logo em Agosto
de 1912, tendo-me communicada por meu
amigo Jari a existencia de cerca de 15
a 20 dolmens em Cortes, os quais me dai
havia identificado previamente, e mais
fiz um côta de exploração de 2 Seles, na
Aldeia, onde tive a fortuna de descobrir
pinturas policromas em 2 monólitos.
A ênica e estudo que Seles fiz cometa da
policromia Melafica, cit. Salubos, as trapa-
nos de 5 e 10 de dict. de 1914, por ser
publicado na Voz da Verdade, e os seus effe-
reparato, m.º antes do cathegiz. Sol. da
Gostino M. Correia per publicação de 1915
Primitivos da Lusitânia onde são monstra-
mente, alocar a si a minha descoberta e
o respectivo valor científico, trabalho
que se apparece no mercado. Depois.

6.º Se antes não publicarei o meu trabalho
e a noticia da descoberta foi dada a um
possibilidade - pois nomeado Prof. do ensino
de Viseu no mesmo anno de 1912-1913, e effecto
do logo em 1914, em campo de vida, e confiança
lia a ostentação, e absorvido com o effeito

Deveres profissionais e outros como
ensinar e tratar de pessoas da Família
a guerra etc. etc., sem tempo bastante
disponível foi ficando este como eu
continuava a ficar e continuava a
da hoje - por não se desajudado im-
possível me é tratar e publicar todos
e tantos são os assuntos de grande
interesse histórico, arqueológico,
artístico, etc., etc., que me tenho visto
limitado a registá-los nos meus
Cat. de N. Arqueológicos que já es-
tão no nº 117 que é este.

Tenho assim de limitar-me aos mais
importantes e urgentes: - o registro e a con-
servação das espécies raras, e o estudo
do. os 'quando isto é indispensável à
respeitosa conservação.

Mas não se julgue certo o Sr. H. C.
presente a coisa - que em estaciono, in-
tencionalmente ignorante do que se
passa sobre tais assuntos: tudo me
diz quanto pouco, com poucos, in-
tuitos e obras que me vário cam-
po se vão publicando. E assim

25. Out. 1958 5

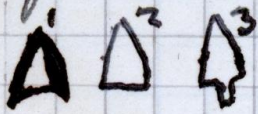
Extractos (cont.) do Cad. N.º 6, p. 526
3. v. 830. Mda do Vale de Funchal


Def. do Dr. M.º Pluecos:
Bueac. de 100^m a W. do Dolmen do Vale de Funchal,
apar. e. frequência frasn. ^{to} cerâmico prel. históricos.
e 1 ponta de seta.


Colhi lá hoje vários cacos e um ped. de sílex, uma conta
de pedra rupe (cinzenta) semelhante à loma, do
Coide, circular, junto à entrada do dolmen. Mas não
foi encontrá-la lá mais e não tem haver por aí enxada
por de jogar a terra na ocasião...
(Re. N.º XIV....)

Em 12. IV. 1934 foi lá encontrada outra conta
por Vera Lechner, filha de Josef Lechner,
arquitecto, alemão (de Munique) quem me
ofereceu, na visita que me fez, gram-
peando lá ambos 2 ou 3 pedras a pedr.
e de umhar, peças prehistóricas da m.ª colle-
cã.

Em 19. IV. 1939 (Cad. N.º 5, p. 45)
Def. Dr. M.º Pluecos, encontrou: 1.º as do dolmen do V. de Funchal 3.º 6
pontas de seta de sílex e vários cacos, de pedra -
As pontas de seta tem as seguintes formas:



É no monte a SW. junto à Solupra -
encontrou uma (4) e uma
forma com 2 covinhas 

Neste monte q. prolonga o V. de Funchal 5.º 3.º apar. ut. cacos
e um sílex  desta forma.

Quer dizer: 2.º uma relacão de or. lina (re. re)

25. NOV. 1960

13

Um cubelo das muralhas, Honima de Vizen
a Pederneira

Hoje o Sr. Dr. Américo Crespo, dono da Pederneira, que man-
 dou fazer um novo prédio no quarteirão, a NE, da Travessa
 que da nova Rua Dr. Silveira Pereira p.º o Largo da Peder-
 neira p.º a Rua do Chantre. Onde, ao abrir os alicerces
 e, tendo sido encontrados, o trabalho da muralha
 Honima que, da Porta de S. Cristina ligava a tra-
 versão do quartal da Pederneira para a Porta de S. Miguel,
 muralha que neste ponto ia tão funda que des-
 tiram de lhe encontrar os alicerces, e que foram
 encontrados os alicerces de um cubelo, que
 em ângulo da muralha, perpendicularmente
 a este, ia directo S. para a Rua Dr. S. Pereira,
 quebrando novamente, para NE, em directo à
 Porta de S. Miguel - cubelo, no qual foram encon-
 trados ainda 3 degraus, correspondentes p.º Sul, da
 escada de acesso ao caminho de ronda da
 muralha, acabando por construir a casa
 sem tirar os alicerces.

Sabia eu já que ali existia um cubelo pela
 quebra que a muralha ali fazia, antes
 antes da abertura da R. S. Pereira. E que
 é interessante é o encontro de degraus de
 escada e mais os ainda existentes ao lado da
 ombreira N. da Porta de S. das Angustias, a
 Calçada da Vigia, e os que em vigia
 sei na m.ª Campa, em defesa dos troços
 da muralha medieval e Honima, ao sul

da Misericórdia, onde havia respectivamente
de cada uma um cubelo em de muralla
profunda, com identica cresta, nas trazi
das ao lado N. de uma fonte do Rec. XIX que
para ali imponderada e independentemente de
encontraram depois de destruído o cubelo
e escadaria e o outro cubelo da mur
alla Medieval mais interiormente e
ao lado de Misericórdia ambos destruídos
para ratificar o capricho de Golema
por Civil de então mas das quasi
murallas arquivamos planos, desenhos
e fotografias que tambem publicado
na ocasião do partido na política do
Journal de Viseu em defesa destes monu
mentos, como em relatório para a
Junta Nacional (Min. de Educacão) e para
os Monumentos Nacionais por intermédio
do próprio Presidente da Câmara Dr. No
João Martins que no caso, conduziu o
seu ...

Depois disto veio um proprietário da
Casa do Corral, ao lado do sanatório, que
me tinha pedido licença para lá fazer
obras - Que lhe disseram para cá para
que era eu que tratava disso!!??...

São assim estes... reitores da Câmara:

30

fazem o que lhes parece... e
quando são coisas que lhe convenham...

Quando são coisas que lhes podem acar-
retar ódio ou antipatia - atribuem-
me a mim as culpas ou mandam-me...

21.10.86,

8. Dez. 1861
Camurça e Portas da cidade de Viseu
Ord. Monumento Nacional por Dec. de 24 Fev. 1915
A Casa do Furo - A rua do Louro e a rua do Louro ali a Casa
Sai hoje das 15:30 as 17 - Ponto ali a Casa,
ali do campo 4.º (da casa que agora serve
por celaria mais junta em direção à estação
do Cam.º de ferro onde conflui rio Paroiz).
Vi as obras da sala N. da Escola Com.º e Industrial
das Casas da Rua do Furo entre a Pr. São Francisco
e a Porta do Furo, a dizer as Arqueias da Casa
do Furo que foi demolida com os seus estuques
e paredes com pinturas de valor artístico das
pinturas locais. Olvidei o túnel - "O Gato", e
"O Rei da Rua", "O Furo Honro",... Não escapando
do, parece, o hall das escadarias da entrada
e as fachadas N. e S. Uma casca de...
por ora das Casas fideles de Viseu mais
interessantes.
Temos que ter feito ali a Escola...
Vi que na Rua do Louro (Silva Gato) depois
de a. a. entrada na Rua. Mas não fizera de
casalita que cordou a muralha da cidade
o que a Câmara permitiu, visto, sem
permisso, pela não podiam fazer as obras!

[illegible]

1987-1988

2007. 901
Comunidade de Indios da cidade de Viçosa

Out Monumento Nacional por Dec. de 24 de 1915
Carre. 50 Anos - A terra do loyal e unido de mais de 60 anos

[illegible][illegible]

43

arrendam para festas e reuniões de currais
para poucos oinheiros, dando um
aspecto de abandono ao monumento...
Nunca vi a casa em tal abandono!...
E não se vê ali ninguém - já muita
cobra a tão demorada...

18 de Fev. 1962

Sai a dar volta por S. Miguel Arcanjo - Inc. o
 M.º Pomes... ao Rio - Mangueira (não está 3 de J. Fern')...
 Enc. a d. Bagueira Batulha e marido Dr.
 a qual me falou que casa - Monumento Nacional...
 Diz-me que o Pai, Batulha, comprou um pedaço de lami-
 no - do ferro da casa - por onde a Câmara deveria a ca-
 minho que atravessando a casa, no lance 6º, junto
 ao ângulo com o lance 5º, diagonalmente, cortou
 parte do mesmo ângulo e o ferro, para fazer
 um larço em frente dando um pedacinho com o mesmo
 ângulo. Batulha, onde esteve montada uma fábrica
 de cimento - vandalismo praticado através
 pela própria Câmara, para atestar qual
 se levantou uma coluna polilítica, laprada
 à laia de monumento, com a legenda "C. U. de
 Viseu (1940) Obra do Estado Novo. Como se
 o governo tivesse culpa disso...
 Chamando em próprio nome de fidei-jurata,
 e do ref. Buitão p.º a dignidade, mas buce
 foi anexada a legenda, mas o "monumento"
 ainda lá está patente!...

(Vis. Património Histórico da Buitão, de Floetters,
 pag. 15, Viseu 1942.)

25.12.1961

Мада порана била на Цва

Mocida romana efnata ora Cava
Hist. de Portugal, vol. I, pg. 612 (2d. Portuac. Ist. Benculo. 1928.
(Art. de Munda Louca...)

"In Set. e out. 1925 fizemos uma viagem na zona norte-oriental da Casa, onde ainda não existiam casas. Os resultados foram muito bons, especialmente na zona de Alfama e Mouraria. O trabalho foi muito bom e a população muito boa. Foi uma ocasião muito boa." //

Noto je -peloš! na odriču više me inform:

Coês tal nome merec - foram a parte de um
dia apertado e limítima. a da gente em corte au-
periférica em países que umma fora cortado e a-
Cordões de entrediferença!!... Ni-o casualmente -
em sites contra indicados para quaisquer prazeres -
Bach. Otton ali p: a fotop. - Viam delto
E assim que se faz a História!

Diz, espado, da p. 1.ª: Apenas o
Sr. Henrique quede de facto em informação de ter sido
ali, em tempo, achado uma caixa de cartas, que
em informação e p. 2.ª de Sr. de Supra determinou
como sendo romana, da família Voconia (41
- 37 a. C.) este achado revelaria uma ocupação
em data posterior à expulsão de Décimo Bruto,
ou mesmo à expulsão de Sertório, do Campanha,
de Cesar sempre. Entretanto, nada acumula a hipó
tese de uma edificação, antes do a. C. 1.ª, e

26. Maio. 1862

45

Cava de Vinhão

O caso da moeda, de prata, romana que
M. Correia se lembrou de na Cava - a p. 212,
1.º vol. da Hist. de Portugal, Portugal. Ed. 1928 (V. 2.ª a
neste Cas. 2.º 284)

Encontrei hoje e das 10h, na Parna e de Maio, via um
o offerece Humberto Mendes de Melo, que era o proprie-
tário do "terreno da munda", - sabendo - inculto, a NE.
da Cava, anteriormente ao lano S, onde M. Correia, além
um sulco superficial em parte de um dia com
3 promissas - confiança sele, e que de proprio disse
quede her emontado.

Perfundando - Me pela moeda de prata que M. Cor.
diz: "Apenas o Sr. Henrique quedeis de Mito que
sempre tem o ideal, em tempo, a cada uma
moeda de prata, que me amplexou e que o Sr.
R. de S. de S. determinou como sendo romana
da familia vicinia (41-37 a. e.). ..

Dize-me, o mesmo Dr. Guedes de Melo, que nunca lá
achara mais alguma nem lhe conta haver
lá aparecido, nem portanto lhe emprestara -
o que a esposa do mesmo, que estava presente,
confirma - e isto o afirmamos verificamos.
Dize-me mais: que aquelle terreno de
Monte Portugal ao lado, onde hoje há
várias casas, de vários, o vendera ele.

(реферативно)

visu. 25. Mai. 1862. Rechnung

29 Maio. 1962
Moeda romana achada na Cava ?! 50

(Ver Def. 461.):
Em resposta à m. Carta (Def. 461)
acabo de receber a 2ª carta, que integrou
se reproduz, reunido pelo Correio.
Vim 28 de Maio de 1962
Ex. Sr. Dr. José Calvo, meu prezado Mestre Amigo.
Sinto imenso - mas a memória não me ajuda
a reconstituir factos passados há cerca de vinte
e cinco anos - não poder dar todas as infor-
mações de que V. Ex. carece. Para isso muito
deve contribuir o meu quozito total de memória
e as minúcias de arqueologia confesso o não
terado.
Dando-lhe, como minha mulher, fomos uma
vaga reminiscência de haver dado ao Sr. Dr.
Mendes Correia uma moeda antiga. Se o Sr.
Dr. Mendes Correia afirma ter sido achada na Cava
do Vinhão, assim teria sido - a saber que
uma Ex. ficou feito Confusão, o que não é pro-
pavel, dada a honestidade que o caracteri-
zava.
Lamento nada mais poder sobre o assunto
No que tanto interesse merece a V. Ex.
Am. M. Calvo e obrigado a) Gracioso de Mello
12

esforços para que a Fundação Gulbenkian
financie a execução em pedra ovalo;
Garcia do Monumento que envolve a ex-
propriedade de toda a área.
Pela e eu já não poder...
Que me dêia com a maior consideração
Ami fraternalmente J. Coelho

7. Porto
Destrução dos restos dos muralhas de ci-
dade, mas frações da Casa do Frio
onde instalaram a Escola Comer-
cial e Industrial, demolindo cubelo
das mesmas muralhas que ladeava ave-
da Mza Gueltra dos Hortos nas frações da
Casa do Frio...

Do passar hoje, vindo a porta abor-
da e sem ninguém entei, estive um la-
ço da residência da avó, desci para
as frações e deparar com tão rápido
espectáculo: estava tudo demolido no
restando os alicerces, com a pedra de mo-
lida amontada sobre eles.

Osse cubelo mandaram no até agora
com as ameias que tinha - hoje estava
tudo amontado como dize.

Em 10. Agosto. 1953, Journal de Viseu, nº 61

Restauração da Porta de Santa Cristina

Subscrevendo D. Alex. de Almeida e Vale (L.V.) e D. V.
o título "Hora as panoplias, na 1ª página 9ª - Depois de
que se passou de Out. a Dez. de 1950 - Digam Vós mesmos:
Fundo por interferência minha que eu apenas
as obras de destruição do prédio e destruição da
breira da Porta de Santa Cristina ... como referiu
o "Seculo", de 28 de Out. de 1950 e artigos meus
publicados na Politica Nova de 19 de Nov. de 1950,
(precedido de artigos: Mais uma obra paralizada, no
nº 496 de 4.º x 1950, Polit. Nova, e outro data-
do de 5.º Dez. de 1950....

Sendo o A. A. Vale então Presidente da Junta do
bairro, natural seria que esse então assumisse a
minha accus. e a defesa...

O que não fez!?!?

Fundo em, depois disso,

fiz a necessidade de mudar mais uma vez
a destruição do monumento, quando da
abertura da Rua Dr. Silva Pereira passou
de-a para a frente da Porta de S.ª Cristina
e a que foi entalhada e retorcida, afe-
a última, na intenção sempre de destrui-
rem a Porta - e a casa da qual se avia
... a ponto de eu passando lá por cima

perfundos ou antes dizer ao homem que
aliviou a sua alma, os olhos os alívios;
Mas antes assim dizem: não são
... Resposta pronta ao homem: - Mas
faz mal. Não é para deixar a alma...

Estados Unidos, Paris, de Caracas, e há um
meu querido, o meu de Paris, há um
para que seja um poeta...

Procurar o Gov. Civil... Era pobre, sem de al
meu... Não sabia...

Se não quiseres ir me deixar - e não há
divida... Fui lá ainda! Resposta: o 11.º
Quartel de Nonoito, Paris, de Caracas, N.º

para me ajudar e caso.

Como médico ensinou-me que o primeiro
de David Smith, pelo seu gosto de can
de não se fazer um, e não se fazer de al
dizer nada - Pelo que me refiro o que se

passava... e que não se fizesse... Me
fui para ele, e não se fizesse... Me
para de ajudar o voluntarismo de al

humana de Paris...
Não se mudou depois a loja de Paris. Que após
Civis Smith, de Paris, de Caracas, N.º

Quanto ao Dr. He: Se o Dr. He: não
entendem as coisas - me ajudando em Paris
do movimento de comunicação imperfeita

Brasil, me fez bem. Mas, ainda me

62
dize: Mas, em processo de
e imediatamente subscrita...
e foi o. Sai dali ao Correo Social
vamos um processo, que com a
mais uma vez, e não se fizesse...
Paris de Caracas, e Paris de Caracas,
ora,

Paris o Dr. A. He: - me foi enviado do
meu e enviado do Paris, de Caracas,
sem processo de Caracas, de Caracas,
reparando a minha alma, em meus
caso. Conquistando a alma, com a
de Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
então, e não se fizesse...
Como de Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,

meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,

meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,

meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,

meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,

meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,
meu e Paris, de Caracas, e Paris de Caracas,

Cita, a Lamego. O Crash da Esculca pode dizer
se todo vandalizado e inutiliza-
do para a Ciência, nem o tipo
para construir um bairro
para pobres...
Como tudo isto corre!
Este Castro, como o de Sta
Luzia, deviam ser previamente
estudados... Desprezíveis como o
mantém... São as próprias in-
fidelidades, a quem por lei está con-
fiada a guarda e conservação
dos 1.ºs por ignorância se não desleixo
as 2.ºs permitiram tais vândali-
smos! Isto confunde....
Existem um país de ignorantes...
se não de desleixados... Nada sabem?
e porque não se socorrem de quem sabe!?

5. Abril. 1964

13

~~Nota sobre o jardim e mata.~~

Sai à minha esquerda ao Seminário das Missões.
 Fui por Funchal dando volta pelo jardim e mata.
 Encontrei o jardineiro, à saída da minha - que
 me disseram que o aquecimento que dá a base de
 melha, ao o emprego próprio, do jardim cabe...
 Dei volta ao jardim e mata e não encontrei
 quem o que está dentro pois não vi lá entro.
 É caso a falar do jardineiro...

Vi que para alargar o Campo de jogo de futebol,
 arruaram o aquecimento que ocupa a base da
 mata para o lado espiral de Funchal, entre a corri-
 ra e a entrada no jardim, e ao que me disseram
 (o casal do jardineiro, não reconhece a No-
 va em divio...

Eu e os meus entendo, pois em vez de alargar
 o Campo p.º N. alargavam no para sul querem
 do - o do mesmo nível.

Vi presides a alvar a Capela
 anexo N.E. da Mata - que já há tempos faltarão
 a parede E.

Devem apela-la e reconstruí-la, valorizando
 assim a mata.

No Parque do Campismo edificaram toda a parte alta
 e mais a zona da Mata.

Outra coisa vi no refreio:

8.VI.1964 (62)
Odolmen da Pedra - Cota
Telef. ao Presidente da Câmara Romão Loureiro
Unid. 617
Diz-me que me mandou
dizer, no dia 5 um ofício ao Presidente da Junta
da Província de Cota.
Falei-lhe novamente na reunião de manhã
em arranjar terreno p. a fazer a Feira Franca
dando-lhe visto no dia 5 que o melhor seria
p. a extensão da Feira Franca o terreno da
Junta entre a Avenida António José da
Almeida e o Campo da Ribeira.
Escrevi-me então isto que estava para
adquirir um terreno dentro da Cota -
no mesmo dia 5, disse-lhe que não pen-
sasse em fazer nada dentro de Cota
pois o que é preciso é desapropriar e
desapropriar todos os terrenos da área
da Cota e ainda da Zona de proteção
da mesma.
Lembrei-lhe, pois, porque junto o cabe-
teira, que foi de quando parte do
Comitê para afeitar me convidou
o Dr. Dr. Araújo, com Hipólito Maia e
Mouza Castanho e Almeida e Silva
que tendo feito uma visita à Cota
em 1913, e feito um Relatório à
Câmara, pedindo-lhe medidas para
ter a proteção e delimitação, a

29.X.1964

65

A Casa de Viriato - Monumento Nacional - por

Decreto N.º 20.985, de 7-III-1922

"Donais antepassados monumentos de História de Portugal"

Já em Agosto de 1944 o Director Geral do Ensino Superior e de Belas Artes fez expedir para todos os proprietários das terras situadas na Casa e na sua zona de protecção, pormenorizadas a claudicação do sítio, para efeito de cumprimento das condições consideradas monumento nacional, mas era fazer com que os terrenos ou reconstruções na área indicada não fossem projectos fossem previamente submetidos à Junta de Inspectores nos termos do Artigo 45.º do Decreto 20.985 de 7-III-1923 (1)

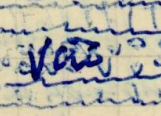

A eficiência do Decreto parece não ter sido suficiente para actualisar aquele primeiro monumento impetrando o Decreto "... Enquanto ele não for pertença do Estado e estiver sujeito a vários proprietários ou realidades lesados por restituição de domínio sobre terras legitimamente possuídas. ..."

(1) A Casa de Viriato - do Dr. Américo Carlos Pinto
MIBAlta. I - Ano XXIII - Maio 1964, p.p. 58

Sai cerca das 11h.
Fui a Ruas dos Amieiros - dar mais uma volta...
Vi a Torre do Relógio, assente em Alicerces com muita
cortesia romana e de uma pedra biglada mas
não refusa... Super monumentos... depois, nos
ruas do lado da Ruas dos Amieiros, vê-se a parede
para ser alindo e ter sido refusa...
Deve ser obra da Alta Idade Média, mas não confi-
rma, mas refusa... como já sabemos.
Torre da Cadeia - a Torre de Viseu;
Aparece e de cima, embora não se refusa -
Alicerces identificados aos restantes da Alta Idade Média e
da Velha Torre do Relógio de construção anterior.

(Cont'd)

Não se sabe que as portas que a Torre tem ao do lado da Praça Velha foram ~~abertas~~ ou feitas posteriormente, para o que foi demolida a parede que tem 2,10 de espessura, como é a espessura de todas as paredes desta Torre.

a) Corte horizontal:  b) Corte vertical: 

Sistema de construção depende:

Espessura total: 2,10

Feita parede de cantaria exterior, e espessura de 0,50 a 1,00 e outra parede de cantaria interior, e a mesma espessura.

O Vão interior, com o mais de 1 m de altura e cheio de pedras.

Esta torre foi construída na Idade Média, e já quando caiu, as portas abertas para arejar quando da passagem da água a albufeira e a cada 100 anos eram fechados com prumos de ferro, que já depois dos últimos tempos, e foram feitos os rasgões, cortando as paredes em toda a espessura.

Quando se fez a adaptação a albufeira e a cada 100 anos, a parede para o lado da Praça Velha, para o lado da Praça Velha, e a cada 100 anos, a parede para o lado da Praça Velha, e a cada 100 anos, a parede para o lado da Praça Velha.

Nota: Conferir o nível das portas e o nível da albufeira, e a cada 100 anos, a parede para o lado da Praça Velha, e a cada 100 anos, a parede para o lado da Praça Velha.

21.V.1965 20

"Os 50 anos do Museu João Vaz"
 O Jornal Eviliseu, de 19. Maio 1965 (nº 1826, Tomo XXXI)
 traz uma pág. 1ª p. e 4ª p. art. com dit. suprac. e que também
 rectifica por incorrecto e. como vai ver. 21.
 (Ver. Cad. A. nº 135 p. 48)
A fundação do Museu de Viseu

Em 15 de Dez. de 1911 - fim do Natal - regressando
 a Viseu a passar as férias, por representação
 em Lisboa o 4.º ano do Curso Superior de
Letras e simultaneamente já da Faculdade
de Letras, então criada, as Escrituras de História
geral da Civilização e de Etnologia - repleta de
 pelo saudoso e querido prof. Dr. Leite de Vasconcelos
 - desolou-se o Colégio do Vale do Faio, e por
 depois, exerceu, exerceu e exerceu o medicamento
higienico da Câmara Municipal de Viseu, por
 este instrumento ficou em baldo municipal de
Viseu, medicamento higienico da Câmara Municipal
 passada pelo Presidente Dr. Augusto Lourenço de
 Moraes, ao qual depois do exílio do
Colégio, reaparecendo este com a conservação de
 de reflexos de Lisboa Leitei e apresentei na
 ao meu prof. de Etnologia Dr. Leite de Vasconcelos
 e os principais feitos de exílio do Colégio
entre as suas simbólicas placas de pedra
com pinturas a cores, único no gênero de arte
histórica pelo sau saudoso e querido meu em
Setembro do mesmo ano no Congresso de Roma.
Prezei e mandei imprimir sobre o mesmo
 (1) O 2.º já havia sido destruído p. aproveitarem as pedras p. pontar
 ao Salgueiro, a uns 500 ou 600, a seguinte.

[illegible]

